

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anna Cláudia Bueno Fernandes

**AS MULHERES EM *REALIDADE*:
MODELOS FEMININOS E HISTÓRIAS POSSÍVEIS
(1966-1976)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.
Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós.

Porto Alegre
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anna Cláudia Bueno Fernandes

**AS MULHERES EM *REALIDADE*:
MODELOS FEMININOS E HISTÓRIAS POSSÍVEIS
(1966-1976)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador)

Profa. Dra. Maria Helena Weber

Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Anna Cláudia Bueno
As mulheres em Realidade: modelos femininos e
histórias possíveis (1966-1976) / Anna Cláudia Bueno
Fernandes. -- 2017.
296 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Revista Realidade. 2. História da Imprensa. 3.
História das Mulheres. 4. Comunicação e Gênero. I.
Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.



Dedico este trabalho ao professor Enrique Serra Padrós, amigo e companheiro de luta até nas batalhas mais malucas.

AGRADECIMENTOS

À família e aos amigos, por aguentarem os monólogos, os desesperos e a falta de tempo.

À redação, pelo incentivo e pela certeza de que o jornalismo ainda quer mudar o mundo para melhor, especialmente, aos chefes, pela licença-dissertação.

Aos professores pelo conhecimento e pela paixão disseminados em sala de aula.

Às universidades pela disponibilização das ferramentas necessárias para a pesquisa.

À banca, pela paciência, pela disposição e pelas contribuições. Foram todas escolhidas pela admiração e pelo respeito ao trabalho que fazem.

Ao orientador, pela inspiração, pelo apoio e pelas correções atentas e sugestões, mesmo que não fosse um tema do seu domínio.

“O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma auto-estrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas”
José Saramago

“A história de uma vaca, As vacas têm história, tornou o comandante a perguntar, sorrindo, Esta, sim, foram doze dias e doze noites nuns montes da galiza, com frio, e chuva, e gelo, e lama, e pedras com navalhas, e mato como unhas, e breves intervalos de descanso, e mais combates e investidas, e uivos, e mugidos, a história de uma vaca que se perdeu nos campos com a sua cria de leite, e se viu rodeada de lobos durante doze dias e doze noites, e foi obrigada a defender-se e a defender o filho, uma longuíssima batalha, a agonia de viver no limiar da morte, um círculo de dentes, de goelas abertas, as arremetidas bruscas, as cornadas que não podiam falhar, de ter de lutar por si mesma e por um animalzinho que ainda não se podia valer, e também aqueles momentos em que o vitelo procurava as tetas da mãe, e sugava lentamente, enquanto os lobos se aproximavam, de espinhaço raso e orelhas aguçadas. Subhro respirou fundo e prosseguiu, Ao fim dos doze dias a vaca foi encontrada e salva, mais o vitelo, e foram levados em triunfo para a aldeia, porém o conto não vai acabar aqui, continuou por mais dois dias, ao fim dos quais, porque se tinha tornado brava, porque aprendera a defender-se, porque ninguém podia já dominá-la ou sequer aproximar-se dela, a vaca foi morta, mataram-na, não os lobos que em doze dias vencera, mas os mesmos homens que a haviam salvo, talvez o próprio dono, incapaz de compreender que, tendo aprendido a lutar, aquele antes conformado e pacífico animal não poderia parar nunca”
José Saramago

“Que isso sirva de exemplo. Além de lavar e cozinhar, sou eu quem limpo e troco a roupa da minha filha. Se você acha que um verdadeiro anarquista tem de ficar sentado o dia inteiro num café ou num bar, então você não entendeu nada de anarquia”
Buenaventura Durruti

RESUMO

Esta pesquisa é um levantamento das reportagens presentes em REALIDADE a respeito de mulheres e gênero, e a análise de como a publicação tratou esses assuntos ao longo de sua existência. Buscou-se, aqui, a inserção da revista na história da imprensa, assim como as suas relações com os poderes econômico e político e a sua trajetória, de seu lançamento em 1966 ao seu término em 1976. As questões de gênero foram incluídas nesse contexto, sob as perspectivas das representações de mulheres veiculadas pela imprensa e da liberação feminina em processo, ambos temas recorrentes em REALIDADE. A análise ficou dividida entre as questões que envolviam a vida íntima de mulheres (sexualidade e família) e a atuação feminina extraluar (trabalho e política) e o olhar masculino dirigido a elas. Pretende-se, com este trabalho, examinar as histórias propagadas pela imprensa levando-se em consideração o filtro dos jornalistas e as influências dos proprietários da Editora Abril e da ditadura civil-militar instaurada. Com esse enfoque, espera-se que este estudo seja uma contribuição para a visibilidade das mulheres em um período no qual imperava a Doutrina de Segurança Nacional, de forma que as pequenas resistências de comportamento corriam o risco de serem consideradas uma ameaça ao Estado. Contudo, muitas mulheres continuaram lutando para a conquista de direitos e mais liberdades.

Palavras-chave: Revista Realidade, História da Imprensa, História das Mulheres, Comunicação e Gênero.

ABSTRACT

This research is a counting of the reports present in the magazine REALIDADE about women and gender, and the analysis of how the periodical treated these subjects all over its existence. It was searched here the inclusion of the magazine in the press history, as long as its relations with the economic and political power, since the launch in 1966 to the break down in 1976. The gender issues were included in this context, under the view of women's representations spread by the press and women's liberation process, both of them recurrent themes in REALIDADE. The analysis was divided among the questions that involve the intimate life of women (sexuality and family) and the female performance outside the home (work and politics) and the male view directed to them. The intension with this work is to examine the stories spread by the press, taking into account the journalists filters and the influences of Editora Abril's owners and the civil-military dictatorship established. With this approach, it's expected that this study contribute to the visibility of women in a time of National Security Doctrine, when the small resistances of behavior were in risk of being considered a threat to the State. Even so, many women kept fighting to the reach of more rights and freedom.

Keywords: Realidade Magazine, Press History, Women's History, Communication and Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	– Propaganda de <i>Claudia</i>	56
Imagem 2	– Ilustração presente na matéria <i>O importante é vender</i>	66
Imagem 3	– Primeira capa de REALIDADE	77
Imagem 4	– Exemplo da diagramação da revista	78
Imagem 5	– Capa de <i>Pobre menina miss</i>	79
Imagem 6	– Nota sobre Oriana Fallaci	92
Imagem 7	– <i>A juventude diante do sexo</i>	101
Imagem 8	– Fotografia que pode ter causado a apreensão da Edição Especial	102
Imagem 9	– Comparação entre REALIDADE e <i>Veja</i> em anos diferentes	115
Imagem 10	– Capa de fevereiro de 1974	117
Imagem 11	– Capa da Edição Especial	155
Imagem 12	– Ilustração em <i>A indiscutível nunca proclamada (e terrível)</i> <i>superioridade da mulher</i>	158
Imagem 13	– Abertura de <i>Argumento final: homem nem dá à luz</i>	161
Imagem 14	– Os vários sexos	162
Imagem 15	– Abertura de <i>Homem ou mulher?</i>	165
Imagem 16	– Realização de uma cesariana	169
Imagem 17	– Capa de <i>As paixões do homem</i>	175
Imagem 18	– A mulher e a maçã	180
Imagem 19	– Chegaram os anos 70	182
Imagem 20	– Odete Rios	183
Imagem 21	– Educação Sexual na infância (1)	185
Imagem 22	– Educação Sexual na infância (2)	186
Imagem 23	– O aborto	192
Imagem 24	– O sonho da juventude	205
Imagem 25	– Liberdade sexual na União Soviética	206
Imagem 26	– A rica baiana da rua dos turcos	223
Imagem 27	– Clube de <i>striptease</i>	224
Imagem 28	– Clube de dança	225
Imagem 29	– Prostituição	226
Imagem 30	– Olga Régis	229
Imagem 31	– Racismo nos EUA e no Brasil	231
Imagem 32	– Elizabeth de Toro	232
Imagem 33	– Aracy de Almeida	233
Imagem 34	– Dirija sua casa	239
Imagem 35	– Melina Mercouri	241
Imagem 36	– María Eugenia Rojas	243
Imagem 37	– Vinda de Betty Friedan	248
Imagem 38	– Capa de <i>Mulheres (algumas) furiosas</i>	249
Imagem 39	– <i>Duda dá aula</i>	255
Imagem 40	– Leitores escolhem as mulheres que acham mais atraentes	259
Imagem 41	– A “mulata”	260
Imagem 42	– Misses	263
Imagem 43	– Mulher perfeita antes do colapso	265

LISTA DE SIGLAS

ADP – Ação Democrática Parlamentar
AFDF – Associação Feminina do Distrito Federal
AI-1 – Ato Institucional Nº 1
AI-2 – Ato Institucional Nº 2
AI-3 – Ato Institucional Nº 3
AI-4 – Ato Institucional Nº 4
AI-5 – Ato Institucional Nº 5
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANAPO – Aliança Nacional Popular
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista Lenista
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BemFam – Sociedade do Bem-Estar Familiar do Brasil
CMB – Centro da Mulher Brasileira
DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FMB – Federação de Mulheres do Brasil
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IFSC – Instituto Feminino para o Serviço Construtivo
INESE – Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquéritos Policiais Militar
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NOW – Organização Nacional das Mulheres (*National Organization of Women*)
OTAN – Operação Bandeirantes
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SCDP – Serviço de Censura de Diversões Públicas
Sigab – Serviço de Informação do Gabinete
SNI – Serviço Nacional de Informação
UNE – União Nacional dos Estudantes
USAID – *United States Agency for International Development*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O JORNALISMO DA REVISTA	31
1.1 A PLATAFORMA REVISTA	32
1.1.1 Desenvolvimento do mercado editorial e surgimento da Editora Abril	40
1.1.2 A imprensa feminina	47
1.1.2.1 A melhor amiga da leitora	53
1.2 OS PODERES ECONÔMICO E POLÍTICO NA IMPRENSA	63
1.2.1 A imprensa sob ditadura	68
2 REALIDADE	77
2.1 O INÍCIO: REDAÇÃO E ROTINA DE PRODUÇÃO	78
2.1.1 As liberdades individuais dos jornalistas	86
2.1.1.1 Mulheres na redação	89
2.2 CONFLITO POLÍTICO E DISSOLUÇÃO DA EQUIPE INICIAL	93
2.2.1 Censura à imprensa e à diversão	95
2.2.1.1 Em tempos de censura como política sistematizada	103
2.2.2 Os ditames do mercado	111
3 A DÉCADA DE 1960	120
3.1 A REVOLUÇÃO FEMININA	123
3.1.1 Maternidade e liberdade sexual	127
3.1.2 O trabalho feminino	134
3.1.3 Mulheres em regimes autoritários	139
3.2 O CASO BRASILEIRO	143
3.2.1 A retomada do movimento feminista	149
4 AS MULHERES EM REALIDADE: ELAS AMAM	154
4.1 DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES	158
4.1.1 O que pensavam as mulheres, o que delas os homens pensavam	171
4.2 CASAMENTO E SEXUALIDADE	178
4.2.1 Métodos contraceptivos	190
4.2.2 Liberada, mas nem tanto	196
4.2.3 Desquite e divórcio	209
5 AS MULHERES EM REALIDADE: ELAS TRABALHAM	217
5.1 DIFERENTES OCUPAÇÕES FEMININAS	219
5.1.1 Perfil de mulheres e outras histórias	232
5.2 MULHERES E POLÍTICA	240
5.2.1 Movimento de libertação da mulher	248
5.3 RECEITA DE MULHER	253
5.3.1 A aparência importa, mas se preocupar demais com ela é “ridículo”	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
ANEXO I – QUADRO HISTÓRICO	292
ANEXO II – MODELO DE FICHA	293

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1967, a revista REALIDADE trazia em sua capa a chamada “A mulher brasileira hoje”. Era uma Edição Especial, como a própria revista indicava, na qual todas as reportagens partiam do mesmo princípio: a vida de mulheres. O tema era inusitado, pois, em primeiro lugar, era uma revista de informação voltada para o público de ambos os sexos – e, como aponta a história da imprensa, esse segmento não possuía muito interesse no que as mulheres faziam. Depois, a perspectiva tomada pelos repórteres era a luta feminina por emancipação. Se os leitores estavam acostumados a ler, quando o assunto era mulher ou ela fosse o público-alvo, como ela deveria ser e se portar, surpreendia que uma revista se dedicasse “ao que ela é, ao que faz, ao que pensa e ao que quer”.¹ Afinal, elas trabalham, amam, rezam, pensam, falam e *são*, conforme defendia a publicação. A edição surpreendeu tanto que desagradou um setor da sociedade brasileira, que tinha o poder de impedir a divulgação de abordagens que considerava imorais. Se não tivesse chamado a atenção por causa da escolha do assunto tratado, teria pela sua apreensão.

Foram impressos 485.700 exemplares, contudo, 230 mil não chegaram nem a sair da gráfica, por ordem do Juizado de Menores de São Paulo. Não era a primeira vez que a revista havia sido censurada, a mesma instituição já havia evitado que fosse publicada uma reportagem sobre como os jovens entendiam a sexualidade. Dessa vez, a medida resultou em prejuízo para a Editora Abril, sua mantenedora, que decidiu levar a decisão aos tribunais. Chegou-se a pensar em um edição extra sobre a luta da revista na justiça, mas não foi possível por causas técnicas de impressão e devido ao tempo.

Ao acusar a revista de obscenidade e ofensa à dignidade da mulher, a censura se colocava com pretexto moral, encobrendo seus objetivos políticos. A ditadura civil-militar instaurada desde 1964 havia mobilizado os sistemas jurídico e político para assegurar a ordem pública que acreditava-se ser necessária para o progresso do país. Opositores foram perseguidos, exilados, torturados, mortos e desaparecidos, e tentou-se calar todas as manifestações de insatisfação ou indignação. Contudo, a dinâmica social e familiar estava em transformação em todo o mundo, surgindo daí comportamentos contestatórios que questionavam as regras impostas por uma moral que já não fazia mais sentido. Eram movimentos que mobilizavam principalmente as mulheres e os jovens, que questionavam o patriarcado e o autoritarismo da família. O Estado não conseguiria frear a contaminação dos costumes que chegava pela mídia globalizada, especialmente no que se referia aos papéis das mulheres.

Heleieth Saffioti, cuja obra *A mulher na sociedade de classes* foi escrita e publicada no mesmo período, observou o lançamento da edição como um acontecimento que ilustrava a redefinição dos papéis femininos que ocorria nos centros urbanos. Para a autora, por mais que a censura tenha atraído os curiosos, contribuindo para a divulgação da revista, a venda de metade da tiragem dos 255.700 exemplares salvos em pouco mais de um dia demonstrava o seu

¹ *Realidade*, p. 3, n. 10, jan. 1967. Mensal.

significado social, “revelador de uma nova posição em face dos problemas sexuais”.²

Acredita-se que REALIDADE representou um papel importante na história dos movimentos femininos³ por direitos, fossem eles legais ou morais. Se não contribuiu para acelerar o processo de liberação feminina, pelo menos incluiu nas rodas de discussões (até mesmo nas dos homens) esse movimento, demonstrando apoio a ele. Levou ao público – e não apenas na Edição Especial – questões sobre a maternidade, a liberdade sexual, a virgindade pré-matrimonial, o divórcio, o trabalho, a religião, entre outras, sob o ponto de vista de que, seja qual fosse o assunto, a escolha era da mulher, e não da sociedade. A censura que sofreu mostra que as polêmicas presentes na revista não chocavam somente os leitores mais conservadores, pois autoridades jurídicas também se posicionavam contra sua “subversão”. De certa forma, a abordagem das mulheres desquitadas sem os tabus da moralidade, a crítica aos costumes, principalmente em relação à transformação do feminino em objeto, e a ousadia em publicar fotos explícitas de um parto provocaram parte dos setores dominantes de tal forma que esses temas deixaram de ser apenas um problema privado, eram de responsabilidade pública.

Esta pesquisa se propõe a investigar o debate de gênero e as histórias de mulheres presentes em REALIDADE, apesar das tentativas de controle direto e indireto do Estado e das circunstância do mercado em seu contexto. A partir do que foi encontrado, buscou-se determinar como operou a propagação de modelos femininos pela revista, fossem eles positivos, como quando defendia que as mulheres podiam assumir qualquer função, fossem eles negativos, como quando reafirmava preconceitos existentes a respeito delas. Sendo assim, os objetivos deste trabalho são aprofundar as características jornalísticas de REALIDADE, assim como o que propunha oferecer ao leitor, além das suas relações com o Estado repressor e as implicações que o endurecimento do sistema com o AI-5 e a Lei de Imprensa causaram para a imprensa. Como o governo vigiava o que estava sendo produzido pelos meios de comunicação, em alguns momentos com mais rigor, entendeu-se que havia a possibilidade de encontrar interferências governamentais no conteúdo sobre as manifestações femininas publicado pela revista ao longo de sua existência.

REALIDADE pode oferecer uma visão histórica ampla da sociedade brasileira. Em parte por ter sido um caso de sucesso. Até hoje a revista serve como referência para o jornalismo, “um padrão, um modelo”.⁴ O sucesso foi tão grande que, segundo Mylton Severiano,⁵ a redação era “espionada” pela revista *Manchete*, que copiava suas pautas. Para Maria Celeste Mira,

Se alguma revista atingiu a unanimidade de aprovação, essa revista foi *Realidade*. Apreciada pelo público, que chegou a comprar quase meio milhão de cópias, ela fazia os editores sorrirem com quase uma centena de páginas de publicidade por edição. Valorizada pelos intelectuais pela profundidade de

² SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 265.

³ Por movimento feminino se entende as manifestações de mulheres por quaisquer direitos, independentemente do posicionamento político. Já movimento feminista se refere à luta de mulheres por igualdade de gênero e maior representação política.

⁴ MARÃO in MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, Hamilton. *Realidade revista*. Santos: Realejo Edições, 2010. p. 38. Sem prever o desfecho dos jogos – a seleção acabou decepcionando e foi eliminada já na primeira fase. p. 22.

⁵ SEVERIANO, Mylton. *Realidade – história da revista que virou lenda*. Florianópolis: Insular, 2013.

suas matérias, era o paraíso dos jornalistas, que não tinham hora para chegar nem manual de redação. Boa demais para durar [...]. Talvez *Realidade* seja também a revista que melhor retrata as contradições vividas naquele Brasil da segunda metade dos anos 60, época de grandes transformações no mundo e de desenvolvimento acelerado do país sob o domínio do regime militar.⁶

A revista conquistou seu espaço na história da imprensa brasileira pela forma de “publicar o Brasil para os brasileiros”. Os jornalistas e editores não aceitavam o silêncio imposto pelo novo governo e utilizavam a margem de liberdade de expressão que ainda sobrava, remanescente da aparência de democracia que os militares gostavam de manter, para investigar e divulgar os problemas políticos, econômicos e sociais que percebiam na sociedade em que viviam. Esse não foi o único motivo para que a revista fosse citada e admirada até hoje, principalmente por aqueles que querem seguir a profissão de jornalista. A ampla circulação, o estilo literário, a qualidade do texto e das imagens, a influência no cotidiano de seus leitores, a censura sofrida e provavelmente muitos outros fatores fizeram da publicação uma referência para o mercado editorial brasileiro. Dificilmente uma revista que chegou a uma tiragem de quase meio milhão de exemplares seria facilmente esquecida. A venda dos exemplares até o esgotamento indicava que era uma publicação amplamente aceita pelos leitores. Se nem todos concordavam com seus temas, pelo menos as críticas que recebia indicavam que as reportagens estavam sendo debatidas em diferentes círculos sociais.

A publicação pode ser vista como objeto de pesquisa por ser agente de significações e testemunha da situação pela qual o Brasil passava. No primeiro caso, deve-se levar em consideração que a revista não apenas refletiu a cena em que se encontrava na sociedade, mas divulgou seus próprios modelos, principalmente, ao que interessa nesta pesquisa, de mulheres. Sendo assim, torna-se necessária a busca pela compreensão da complexidade da comunicação e suas relações com os sistemas econômico e político de seu contexto. Objetiva-se analisar o processo de produção e os efeitos de REALIDADE na sociedade, para, então, identificar as representações do sexo feminino e de suas lutas contidas na revista. Retratar, mesmo que brevemente, os modelos de mulheres que surgiam em outros periódicos, principalmente nas décadas de 1960-1970, se faz necessário na construção de uma base de comparação das imagens produzidas por REALIDADE e outras publicações que circulavam no período.

Como testemunha do seu tempo, espera-se perceber na revista parte do encaminhamento da ditadura civil-militar instaurada dois anos antes de seu surgimento. O recorte temporal escolhido, o período de existência de REALIDADE, abrange os Anos de Chumbo,⁷ contexto da ditadura civil-militar de maior restrição das liberdades públicas e de aplicação da violência estatal contra a oposição política, bem como da breve existência do “Milagre Econômico”. Enquanto o primeiro interferiu no que era publicado pelas revistas por meio da censura sistemática, o

⁶ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001. p. 69.

⁷ Considera-se, neste projeto, Anos de Chumbo como o período compreendido entre a implantação do Ato-Institucional Nº 5, em dezembro de 1968, e a eliminação da Guerrilha do Araguaia, em 1974.

outro aparecia nas propagandas veiculadas pela fonte, que anunciavam eletrodomésticos e automóveis, incentivando um modo de vida sustentado pelo consumo.

Em suas reportagens, buscou-se realizar um levantamento extensivo das pautas que tratassem assuntos que envolviam diretamente a vida de mulheres (como diferenças sexuais biológicas, aparência, sexualidade, casamento, maternidade e divórcio), ou que tinham mulheres como protagonistas (através da análise de perfis e de entrevistas). Embora essa seleção possa parecer em um volume acima do possível de ser analisado no tempo proposto, a presença escassa de mulheres como fontes e/ou pauta no jornalismo tornou a pesquisa viável, resultando em um total de 144 matérias analisadas distribuídas em 75 edições mensais de 1966 a 1975. A fonte está disponível para consulta local na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Lá, setenta edições dos anos 1967 a 1975 foram escolhidas conforme sua disponibilidade no acervo, além das dezesseis primeiras edições da revista em posse da autora.

A metodologia utilizada, tendo em vista o processo de construção do pensamento histórico, foi a pesquisa documental, para a qual as matérias selecionadas foram fichadas e analisadas pela argumentação que apresentavam (Anexo II). Objetivou-se identificar nelas: 1) o assunto 2) a colocação da revista (contra ou a favor) 3) a imagem de mulher que reproduzia. Na discussão e interpretação da fonte, esses itens foram comparados ao momento histórico da edição e aos modelos femininos do período, para que fosse possível encontrar a posição da publicação – se as mulheres da reportagem se aproximavam da figura dominante ou de referências dos movimentos feministas por emancipação. A análise se concentrou na identificação do filtro do jornalista, assim como as concessões da empresa e do Estado. Ao invés de uma análise de conteúdo ou de discurso, procurou-se o contato com o máximo de material possível com o enfoque estabelecido como um levantamento de dados sobre a revista – embora não se trate de uma pesquisa quantitativa –, para que, no futuro, outros pesquisadores possam escolher recortes mais específicos com o conhecimento da gama de assuntos que REALIDADE proporciona. Buscou-se também, dessa forma, um meio de resgatar histórias de mulheres, conhecidas ou anônimas, aumentando a sua visibilidade no meio acadêmico. Isso somente é possível com um suporte teórico que prepara o estudo de mulheres, Estado e imprensa.

Na procura por uma história das mulheres, espera-se encontrar como elas viviam no passado, o que é possível identificar delas nas mulheres de hoje e quais foram as grandes transformações. É preciso ter consciência de que o que se encontra, de fato, é a história de como os homens lidaram com o sexo oposto, e como fizeram suas leis tendo como base sua própria visão sobre como deveriam se relacionar os sexos. REALIDADE não deixou de ser esse caso, mesmo que apresentasse jornalistas mulheres – que podiam oferecer, finalmente, uma visão do que passava o sexo feminino pelo olhar de seu sexo –, pois elas eram minoria. O que a revista produziu, assim como o que foi produzido por outras fontes históricas ao longo do tempo, foram modelos femininos prováveis e improváveis para a época, e, por isso, os estudos de gênero se fazem necessários para uma pesquisa com esta. Antes de entrar nestes, cabe apresentar um pouco da história das mulheres.

Michelle Perrot⁸ aponta que um dos obstáculos pelos quais passa a tentativa de se fazer uma história das mulheres é a falta de documentos: as estatísticas não diferenciavam os sexos; as mulheres perdiam seu sobrenome – o que dificultava seu rastreamento –; seus papéis eram descartados em detrimento dos do marido; elas mesmas não produziam relatos ou os destruíam, pois acreditavam que não eram importantes. Contudo, apesar de ignorada como sujeito histórico, as mulheres receberam muita atenção, principalmente no que dizia respeito ao seu comportamento. Os discursos sobre como deveriam ser e qual era a sua função na sociedade vinham de todos os lados – filosofia, medicina, literatura, política. Se as mulheres deixaram poucos documentos, é possível encontrá-las nos arquivos públicos – em processos criminais –, nos arquivos privados que preservaram seus escritos íntimos e correspondências, nas bibliotecas, na imprensa. Entretanto, não se pode esquecer que, quando mencionadas por homens, ao invés das mulheres serem descritas ou contadas, elas são imaginadas ou representadas. Em depoimento de autoridades, são estereotipadas, como o policial que vê como histórica a moça que protesta por seus direitos.

As concepções sobre uma essência feminina ou uma natureza real das mulheres são criadas por diversos discursos, principalmente médicos, jurídicos, políticos, filosóficos e literários. O resultado é uma diferenciação sexual que coloca homens e mulheres em diferentes categorias e distintas posições na hierarquia dos sexos. Se analisada a história das mulheres até a segunda metade do século XX, é possível observar uma constante inferiorização do sexo feminino e tentativa de reforçar a sua domesticidade, excluindo-as das questões políticas. Segundo Carla Bassanezi Pinsky,

Homem e mulher eram vistos como seres opostos, com palcos de atuação bem delimitados. O horizonte feminino não deveria ir além do mundo doméstico, o masculino estendia-se aos espaços públicos, ao mercado de trabalho, à política institucional. Embora considerados imprescindíveis, o certo é que a papéis femininos e a masculinos eram atribuídos valores desiguais, levando o homem a ter mais poder.⁹

No século XVIII, ser mulher significava ser atribuída de uma série de características marcadas pela ausência, pela incompletude do corpo em uma sociedade falocrática.¹⁰ Os filósofos Jean-Jacques Rousseau e Charles Montesquieu representavam as mulheres como seres fisiologicamente mais fracos que os homens, o que atribuíam ao fluxo periódico de sangue, à gravidez, ao aleitamento, e a outros fatores que as impossibilitavam de realizar trabalhos pesados. Logo, era a natureza que legitimava sua inferioridade. Consideradas naturalmente vaidosas, sujeitas a impulsos sexuais, Rousseau defendia que elas deveriam ser “trancadas às

⁸ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁹ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012a. pp. 469-512. p. 487.

¹⁰ Como afirma Carmen da Silva em sua autobiografia, "nasci mulher. Sem a 'petite différence'. Já de saída, o enfoque falocrático: mulher não nasce *com* tais ou quais características próprias, tendo isso e aquilo – vagina, ovários, útero, seios, glândulas mamárias e o resto da parafernália, que não é nem de escassa utilidade. Ela nasce *sem*. Seu sexo não é uma característica, é uma carência". SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 9.

chaves”, para assim não oferecer nenhuma ameaça aos homens. Estes, agraciados pela natureza, não tinham necessidade de prazer e possuíam a capacidade de “deter os excessos femininos”.¹¹

Na medicina, o privilégio concedido aos profissionais atribuiu a eles a capacidade de legitimar a concepção que, devido as diferenças anatômicas, a mulher era guiada pelo útero. Pierre Roussel, na obra *Du système physique et moral de la femme*, referência no discurso médico sobre a mulher no final do século XVIII e início do XIX,¹² utilizava o argumento biológico para justificar a inferioridade feminina. O filósofo defendia que o sistema reprodutor feminino era sensível – o que se acentuava por sua debilidade intelectual –, o útero determinava o seu comportamento emocional e moral, e os músculos menos desenvolvidos a levavam ao sedentarismo, características ideais para a criação dos filhos. Como o órgão reprodutor moldava seus humores, instintos e desejos, era considerado danoso, pois provocava os males que afligiam as mulheres – entre eles, por exemplo, a histeria, a “doença das mulheres sem homens”, cuja cura encontrava-se no casamento.¹³ Como afirma Lynn Hunt,¹⁴ o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães.

Após a Revolução Francesa, esse ideal feminino foi apenas reforçado. O fisiologista Pierre Cabanis propagou a ideia de que os músculos fracos e a massa cerebral mais delicada das mulheres impediam sua atuação política. Em 1883, Jacques-Louis Moreau de la Sarthe publicou a *Histoire Naturelle De La Femme*, na qual, fundamentada pela nova ciência da antropologia moral, a condição feminina podia ser resumida como “macho é macho apenas em certos momentos, mas fêmea é fêmea durante toda sua vida”.¹⁵ Os sexos feminino e masculino eram representados pela dualidade sexualidade e corpo *versus* espírito e energia. Segundo Hunt, “esse pensamento ajudou a estabelecer uma nova tradição em que as mulheres pareciam predestinadas a se realizar dentro dos limites da domesticidade ou de uma esfera feminina separada”.¹⁶

Havia quem questionasse o pensamento dominante, como o filósofo inglês John Stuart Mill, autor de *A sujeição das mulheres*, de 1869, para quem não era possível ter certeza dessas diferenças enquanto somente eram vistos os papéis *sociais* feminino e masculino. Entretanto, o argumento biológico manteve a sua força até o século XX. Em 1908, como conta Hunt, o juiz Louis Bradéis utilizou os discursos médicos como justificativa para que homens e mulheres fossem classificados de maneira diferente. O sexo feminino se encontraria em uma categoria separada, pois a sua constituição física o destinava à maternidade e ao cuidado do lar. O caso, legal perante a Suprema Corte dos Estados Unidos, criou jurisprudência, levando as diferenças

¹¹ CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

¹² Id., *ibid.*

¹³ BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente*. México: Siglo XXI, 2012. p. 424. Mesmo após a constatação de que homens também sofriam de histeria, as mulheres ainda eram consideradas mais suscetíveis a essa enfermidade.

¹⁴ HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle, et al. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁵ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 189.

“naturais” entre os sexos para os tribunais.¹⁷ Hunt explica que a origem dos argumentos biológicos para a separação de gêneros se encontra no nacionalismo, quando, após a declaração dos direitos dos homens, tornou-se mais difícil sustentar as diferenças apenas pela tradição, pelo costume e pela história. Para a autora, as diferenças “tinham de ter um fundamento mais sólido se os homens quisessem manter a sua superioridade em relação às mulheres, os brancos em relação aos negros ou os cristãos em relação aos judeus”.¹⁸

Na cultura, como afirma Sandra Vasconcellos, o romance “demonstrou interesse sem precedentes pela figura da mulher, por sua natureza e posição”.¹⁹ Mais do que entreter, ele se tornou numa forma de educar as mulheres conforme os valores do período, destacando as qualidades desejáveis que elas deveriam possuir. Os dotes femininos incluíam desenho, dança, música, trabalhos de agulha, francês e etiqueta; a intelectualidade era mal vista, sendo a ignorância parte da feminilidade. A educação da mulher se concentrava na arte da conversação, nos cuidados domésticos e na adequação do vestuário, enquanto os homens aprendiam questões literárias, filosóficas, políticas e comerciais. Para Vasconcelos,

Esse *gendering* de tarefas e atividades era a parte visível de uma ideologia social de domesticidade feminina que emergia e se traduzia na noção das esferas separadas: para as mulheres, o mundo da casa e da família; para os homens, o mundo do trabalho, da política e do poder.²⁰

Responsável pela reprodução desses padrões de conduta feminina, o romance contribuiu para a construção pedagógica da ideologia da domesticidade feminina, naturalizando o novo conceito de feminilidade “como se houvesse uma essência feminina – biologicamente inferior, socialmente subordinada e portadora de qualidades naturais que a tornavam mais afeita ao mundo da casa.”²¹ A autora destaca que

o aparentemente inócuo adjetivo “doméstico” – com seu significado de “referente à casa, à vida familiar” – pode revestir-se de uma tonalidade menos inocente, já que domesticar também tem o sentido de “amansar, domar, civilizar, colonizar”, com evidente implicações de uma relação de poder.²²

As qualidades consideradas femininas, como o decoro, o bom senso, a virtude, a moderação e a inocência faziam parte da caracterização das heroínas. Para Hunt, “as heroínas eram convincentes porque a sua busca de autonomia nunca podia ser plenamente bem-sucedida”.²³ As trajetórias femininas nos romances comoviam os leitores por mostrarem as restrições que a mulher enfrentava. Porém, a empatia pelas personagens não causava os mesmos sentimentos

¹⁷ Id., *ibid.* p. 190.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 187-8.

¹⁹ VASCONCELOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês*. Ensaios teóricos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/Fapesp, 2007. p. 124.

²⁰ Id., *ibid.* p. 128.

²¹ Id., *ibid.* p. 132.

²² Id., *ibid.* p. 134.

²³ HUNT (2009), *op. cit.*, p. 59.

que as autobiografias de escravos, por exemplo, provocavam. Hunt explica que a maioria dos abolicionistas não relacionava a sua causa aos direitos das mulheres – nos Estados Unidos, quando a escravidão entrou em debate, pouco se mencionava sobre a condição feminina. Já na Revolução Francesa, os mesmos revolucionários que defendiam os direitos de protestantes, judeus, negros livres e escravos, se opunham à maior participação política feminina. Ou seja, as mulheres ainda eram vistas como dependentes; possuíam direitos, mas não políticos, sendo consideradas cidadãs passivas.

O romance, entretanto, causava a suspeita dos conservadores de que despertava a fantasia, de forma que a escrita e a leitura deviam ser controladas. A imprensa fazia parte do controle da leitura, como mostra o exemplo de Vasconcelos, de um trecho de um artigo publicado no *London Magazine*, de maio de 1773, que compara o livro à má companhia, que pode preparar a mente para a aceitação de ideias licenciosas. Embora alguns periódicos tivessem aderido à sensibilidade enaltecida dos romances – principalmente aqueles destinados às mulheres –, reforçando o “novo clima mental” do século XVIII – a emoção – sua finalidade era principalmente educar as mulheres sobre como elas deveriam se comportar. Assim, enquanto um artigo do *The Lady’s Magazine*, de 1778, exaltava a qualidade da “sensibilidade do coração”, destacava também o valor da modéstia. No periódico *The Spectator*, por sua vez, era possível encontrar ideias que procuravam sustentar as diferenças entre os sexos.²⁴

A imprensa tornou-se também meio de instrução feminina em um período no qual o acesso à educação formal era restrito para mulheres. Os veículos de comunicação assumiram o papel de divulgar novas atitudes e valores tanto para homens quanto para mulheres, contudo se dedicaram mais a estas por seu papel de educadora das novas gerações. A segmentação dos meios de comunicação reservou um espaço específico para elas – a imprensa feminina.

Foi apenas no século XX que esses meios tornaram-se importantes para a História. Até então, predominava o estudo político da história, e não se cogitava a presença e a importância das mulheres nos processos históricos. A escola dos *Annales*, núcleo da revista *Annales* formado por Marc Bloch e Lucien Febvre, conseguiu romper com essa predominância, incluindo principalmente as questões econômicas e sociais na disciplina, mas as diferenças entre os sexos não eram consideradas uma categoria de análise. Michelle Perrot²⁵ conta que Lucien Febvre chegou a publicar um ensaio sobre Margarida de Navarra em 1944, intitulado *Amour sacré, amour profane: autour de l’Heptaméron*, mas a pesquisa sobre a atuação de mulheres não teve continuidade nos trabalhos de seus sucessores, Ernest Labrousse e Fernand Braudel.

Em 1970, a Nova História, terceira geração dos *Annales*, abriu a disciplina para novos enfoques, como cotidiano, família e sexualidade, nos quais dificilmente seria possível se excluir a atuação das mulheres, embora a diferença entre os sexos ainda não fosse a discussão central. Nesse período, o número de mulheres aumentava nas universidades como alunas e como corpo docente, e os movimentos femininos de liberação, embora seu objetivo inicial não fosse

²⁴ VASCONCELOS, op. cit.

²⁵ PERROT, op. cit.

transformar o mundo acadêmico, acabaram levando à busca da memória sobre mulheres do passado para torná-las visíveis.

Olwen Hufton²⁶ explica que, desde a década anterior, um dos objetivos do movimento das mulheres era introduzi-las na História, partindo da suposição de que haviam sido tratadas injustamente, como inferiores em relação aos homens no campo das realizações históricas. A autora afirma que as primeiras histórias das mulheres foram divulgadas nos Estados Unidos, devido à feminização das universidades norte-americanas e à sujeição às forças do mercado. A Europa adotou esse viés pouco depois, mas, diferentemente dos EUA, que a incluíam no âmbito multidisciplinar, os europeus a acrescentaram ao quadro tradicional das disciplinas de História.

Rachel Soihet²⁷ aponta que os estudos da história das mulheres passaram de pesquisas que focalizavam a vitimização às abordagens mais recentes das resistências, desmitificando as concepções da mulher submissa, dócil e frágil. Assim, a produção acadêmica se abriu para novas formas de olhar a trajetória feminina. Surgiram, primeiramente, os “estudos da mulher”, que se dedicavam à produção intelectual que privilegiava as vivências e as participações femininas. Como estes tendiam a generalizar a mulher em suas pesquisas, tratando-as como grupo homogêneo, surgiram os “estudos de gênero”, voltados às relações entre ambos os sexos no contexto em que estão inseridos. Os estudos de gênero não abordam “a” mulher, porque procuram se afastar das generalizações que determinam um sujeito universal, e não são apenas sobre mulheres, pois abrangem o conjunto de relações que fazem parte de sua vida, de forma que uma história dos homens como produto social também é construída.

Gênero é uma categoria de análise das diferenças culturais, sociais e políticas, entre o masculino e o feminino que rejeita o determinismo biológico que carrega a palavra “sexo”. Joan Scott²⁸ define o termo em duas proposições: “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “é uma forma primeira de significar relações de poder”. Para a autora, adotando-se esse pensamento, o estudo de gênero implicaria em quatro elementos: representações simbólicas, conceitos normativos, noção do político e identidade subjetiva. A teorização do gênero constitui na ideia de que é ele que, como sistema, atribui significado às relações de poder. Além de ser hierárquico, o sistema de gênero associa produção a reprodução, que se afetam mutuamente, assim como um sustenta o outro. A subordinação feminina se fundamenta na associação entre reprodução e mulher e espaço privado.

Com os estudos de gênero, passou-se a questionar também as então teorias predominantemente androcêntricas. Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, o atraso da História na abordagem das discussões de gênero se deu, em parte, por causa do “caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’”. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não

²⁶ HUFTON, Olwen. Mulheres/homens: uma questão subversiva. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. 352p. pp. 243-250.

²⁷ SOIHET, op. cit., pp. 275-296.

²⁸ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: < https://archive.org/details/scott_gender >. Acesso em: 27 out. 2013. p. 86.

correspondia à realidade”.²⁹ Susan Muller Okin³⁰ esclarece que, diferente do que se quer acreditar hoje, quando os teóricos políticos se referiam a “eles” ou aos “homens”, isso não significava a toda a sociedade, mas somente aos chefes de família do sexo masculino, ou seja, toda a história feita até então já era sobre o sexo masculino (embora se entenda que a masculinidade faça parte dos estudos de gênero e também foi ignorada pelas ciências humanas). Somente substituir esses termos por outros neutros, como “pessoas” ou “alguém” não explicitaria que as relações sociais são fundamentadas em um sistema de gênero, ou seja, elas sempre vão depender das diferenças de sexo. Segundo a autora,

as falhas por parte do pensamento político recente no sentido de considerar a família, e o uso de linguagem neutra em relação ao gênero, resultam, em conjunto, em uma contínua negligência, por parte dos teóricos das correntes hegemônicas, em relação ao tema profundamente político do gênero. A linguagem que eles empregam faz literalmente pouquíssima diferença no que eles fazem, que é escrever sobre homens, e sobre aquelas mulheres que conseguem, a despeito da estrutura de gênero da sociedade em que vivem, adotar padrões de vida que se desenvolveram adaptados aos homens. O fato de que os seres humanos nascem como crianças dependentes, não como os supostos atores autônomos que povoam as teorias políticas, é obscurecido pela pressuposição implícita de famílias generificadas, operando fora do âmbito das teorias políticas. Em grande medida, a teoria contemporânea, como no passado (ainda que de maneira menos óbvia), é sobre homens que têm esposas em casa.³¹

Na prática da luta por direitos, Scott afirma que o paradoxo das demandas feministas se dá porque “históricamente, el feminismo occidental ha sido constituido por las prácticas discursivas de la política democrática, que han hecho equivalentes la individualidad y la masculinidad”.³² O indivíduo defendido na Revolução Francesa abarcou um conjunto de características que uniam todos os homens. Como se considerava que a formação biológica influenciava na capacidade humana, as diferenças encontradas em mulheres e em negros serviram como justificativa para a exclusão de ambos na categoria indivíduo. A construção da individualidade só era possível com o encontro de diferenças que distinguissem o indivíduo de todos os outros seres. A mulher representaria a alteridade, ela sempre seria o outro, pois é ela quem constrói os limites do que é o indivíduo. As diferenças entre homens e mulheres serviram até para anular as diferenças de pele e de raça. Como o indivíduo universal se tornou uma categoria equivalente por ser formado por pessoas únicas, por suas singularidades um homem é sempre diferente do outro. Já a mulher, por ser não-indivíduo – o outro –, é uma só.

²⁹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2015. s/p.

³⁰ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 16, mai-ago, 2008, pp. 305 - 332. p. 306.

³¹ Id., *ibid.* p. 311.

³² SCOTT, Joan Wallach. Reeler la historia del feminismo. SCOTT, Joan Wallach. *Las mujeres y los derechos del hombre. Feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944*. México: Siglo XXI, 2012. pp. 17-37. p. 21.

Essa constatação pode ser identificada no objeto de estudo desta pesquisa. Nas reportagens publicadas em REALIDADE que diziam respeito a questões que envolviam a sociedade de maneira geral, por vezes nomes de mulheres eram mencionados, mas elas não opinavam, apareciam relacionadas a algum homem (mãe, irmã, esposa) ou, caso fosse apresentada sua história, elas ganhavam um parágrafo ou menos. Eram “as mulheres por trás dos grandes homens”. É o caso, por exemplo da matéria *Resgate de uma tribo*,³³ publicada em dezembro de 1966. A reportagem era sobre as ameaças que sofriam as tribos do rio Tatuin e sua migração para o Parque Nacional do Xingu. Dois jornalistas (homens) acompanharam Cláudio Vilas Boas e um grupo de indígenas (cujos nomes aparecem a seguir) em sua “aventura” ao Parque. As menções de nomes de homens e mulheres na matéria são as seguintes:

- Homens: Cláudio Vilas Boas, Orlando, Tirauon, Inavé, major Lessa, Tapiucap, Iput, sargento Geraldo, Jorge Grünberg, padre João, marechal Rondon, Pelé, Quassari, Ipepori, Puiacá, Moaian, Paulo, Temioni, Tamacaí, Tabá, Cuá, Ipó, Meauí, Jesco, doutor Santos, além dos dois jornalistas Carlos Azevedo e Luigi Mamprin.
- Mulheres: Carolina (sua mulher), Moí (sua jovem mulher).

Havia outras referências a mulheres: algumas mulheres, sua neta, índia jovem e bonita, sua mãe, a mulher de, uma noiva, noiva de Inavé, môças, sua mulher. Homens, quando referidos como pai, cunhado ou irmão, eram seguidos por seu nome. Elas parecem não ser notadas por sua singularidade, que pode estar contida no nome, mas como uma categoria outra pertencente ao contexto, mas sem ação.

Voltando ao referencial teórico, essa generalização da categoria “homem” acabou por excluir a participação feminina no espaço público, levando à crença de que mulheres são apolíticas. Os estudos de gênero servem para devolver esse espaço a elas, buscando suas relações com o sistema político. Do trabalho de Teresa Valdés e María de los Ángeles Fernández,³⁴ é possível abstrair esquematicamente quatro aspectos dos estudos de gênero:

- *Abrangência* – a divisão do trabalho, as representações dos sexos, as ideologias e os estereótipos, os modelos ideais, as identidades, entre outros.
- *Expressões* – relações sociais constituídas de regras, normas e práticas que determinam as responsabilidades, os papéis e os poderes dos sexos; relações de poder, relações e dimensões institucionais e estruturais.
- *Conexões* – elementos e processos estruturais com a subjetividade dos sujeitos; a identidade do indivíduo e a sua significação nas estruturas.

³³ AZEVEDO, Carlos; MANPRIM, Luigi. Resgate de uma tribo. *Realidade*, pp. 37-54, n.9, dez. 1966. Mensal.

³⁴ VALDÉS, Teresa; FERNÁNDEZ, María de los Ángeles. Género y política: un análisis pertinente. *Política*, v. 46, out 206, pp. 99-33.

- *Quem produz a desigualdade* – Família, sistema educacional, religiões, comunidade-sociedade civil, mercado, ordem jurídica e política e o Estado.

As autoras afirmam que a categoria gênero é resultado da tríade vivência, política e academia, da qual fazem parte as condições vividas pelas mulheres e seus efeitos, os movimentos femininos e feministas e o desenvolvimento das disciplinas de ciências sociais e humanas.

De acordo com Scott, o gênero é construído também na organização política, e

quando os/as historiadores/as procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.³⁵

A autora utiliza a política como exemplo pois acredita que se trata de um espaço resistente à inclusão das questões sobre as mulheres e sobre gênero. A história política pode ser encenada no terreno do gênero, levando a questões das relações entre o Estado e as mulheres, os sistemas de governo e a igualdade, a punição e a homossexualidade, que, se aprofundadas, fariam

emergir uma história que oferecerá novas perspectivas a velhas questões (como por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia.³⁶

Pede-se desculpas de antemão pela possível confusão entre gênero e sexo, devido à complexidade do tema e pouca experiência da autora. Partiu-se do princípio de tratar “mulheres” como seres nascidos com as características biológicas do sexo feminino que assumiam o gênero feminino, ou seja, o conjunto de características sociais, políticas e culturais que compunham a feminilidade (mulheres cisgênero). Pelas características do objeto e seu contexto, ficaram excluídas questões como a transsexualidade e a homossexualidade, assuntos raramente tratados pelos meios de comunicação do período estudado, embora – para a surpresa da autora – já se esboçasse uma reflexão sobre esses temas, que serão apresentados no decorrer da análise. Os assuntos procurados nas páginas de REALIDADE envolviam normalmente o que se toma como “questões femininas”, ou seja, temas relacionados diretamente à mulher, pelo uso de seu corpo (sexualidade, virgindade, contracepção, aparência), pela interferência em sua individualidade (relacionamentos amorosos, constituição de famílias) e pela exclusão no espaço público (na educação, no trabalho, na política). Homens estão envolvidos em muitas dessas questões, aparecendo, por vezes, modelos de masculinidade, mas normalmente é enfatizado

³⁵ SCOTT (1995), op. cit., p. 88.

³⁶ Id., ibid., p. 93.

o comportamento feminino, o sexo no qual recai as expectativas da sociedade, sendo de sua responsabilidade corresponder a elas, independentemente de suas escolhas.

O estudo de gênero não é pano de fundo ou apenas uma forma de tornar mais específico o problema desta pesquisa; objetiva-se reforçar na história da política e da comunicação o lugar das mulheres. Scott afirma que

a história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. [...] as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente. Analisar como isto ocorre requer atenção às suposições, às práticas e à retórica das disciplinas, a coisas tão estabelecidas ou tão fora da prática usual que comumente não são objeto de atenção do historiador.³⁷

Por causa da importância atribuída à política pelos estudos de gênero, esta pesquisa partiu da disciplina da história política na busca de seus objetivos. René Remond destaca que a história política não se reduz às ações daqueles que fazem política, mas atinge um grande número de pessoas, levando-se em consideração que “todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados para participar das grandes escolhas políticas”.³⁸ Segundo o autor, “é da política que depende com frequência seu nível de vida, sua segurança e até, em alguns casos, sua própria existência”. Maria Lígia Prado e Stella Franco consideram que

também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas) em que até mesmo os sentimentos têm peso importante. Com isso, fica mais fácil compreender determinadas atitudes, comportamentos e decisões tomadas por mulheres brasileiras no século XIX e observar com outros olhos sua produção cultural: agregando-lhes uma dimensão política até agora ainda não suficientemente notada.³⁹

Conforme já mencionado, a história política era hegemônica nos séculos XIX e início do XX, contudo, foi bastante criticada após a renovação da disciplina realizada na década de 1920 pelos *Annales*, retornando a ter força nos estudos nas últimas décadas, diferente do que era em seu início. Segundo Maria de Fátima Gouvea, a sua renovação “encontra-se situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto”.⁴⁰ O Estado e as instituições de poder seguem como centro das preocupações, embora o cotidiano também comece a ser visto como parte da história política. Como afirma Daniel Samways, a

³⁷ SCOTT, Joan. Prefacio A gender and politics of history. *Cadernos Pagu* (3), Campinas, 1994, pp. 11-27. p. 13.

³⁸ REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 18.

³⁹ PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina na vida política. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 194-217. p. 194-95.

⁴⁰ GÔUVEA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, Departamento de História UEPG, v. 3, n. 1, verão 1998, p. 25-36. Disponível em: <<http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/rhr/article/viewFile/2051/1533>>. Acesso em: 30 set. 2016. p. 33.

história política deixou de ser o estudo dos reis e dos outros tronos “para abordar o estudo da participação na vida política, dedicando sua análise a processos eleitorais, mídia, ideologias, partidos, culturas e comportamentos políticos, incorporando também aqueles que seriam os excluídos da história e não sendo mais elitista ou individualista”.⁴¹

Procura-se, com esta pesquisa, ampliar a visibilidade da capacidade de atuação de mulheres na defesa de seus direitos, sejam eles legais ou morais, problematizando o tratamento de vitimização ou passividade desse gênero. Além disso, procura-se entender a repressão silenciosa realizada pelo Estado pelo controle da imprensa, que podia prejudicar a propagação dos movimentos femininos que buscavam igualdade e, principalmente, maior poder de decisão nas leis que agiam na vivências das mulheres. Afinal, “*política* não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres”.⁴²

Sabe-se que, enquanto algumas medidas freavam os movimentos femininos e suas pautas – como aborto e divórcio, por exemplo –, outras indicavam uma adaptação aos novos tempos, como mostra Ana Rita Fonteles Duarte,⁴³ em sua pesquisa sobre como os valores morais apareciam em manuais e estudos monográficos produzidos pela Escola Superior de Guerra. A autora encontrou nesses documentos a análise das transformações sociais, sendo algumas aceitas, como a nova dinâmica familiar na qual o autoritarismo dos pais era rejeitado e substituído pelo diálogo, e outras criticadas, como o divórcio, associado à desorganização familiar.

Tomando REALIDADE como fonte de uma pesquisa dentro da história política, em um primeiro momento de análise, a revista serviu com uma fonte para se escrever as especificidades da história das mulheres brasileiras diante de um contexto global. Rachel Soihet⁴⁴ ressalta que os jornais e as revistas são fontes que permitem acesso ao universo feminino que não podem ser esquecidas. Para Marília Scalzo, é neles que se encontram “os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas”.⁴⁵ A imprensa, assim como a literatura, se tornou importante no estudo de mulheres principalmente a partir do século XVIII, quando passou a ser difusora de discursos de gênero. Como explica Lynn Hunt,⁴⁶ nesse período, a produção de romance e jornais aumentou, e as pessoas passaram a ter acesso a histórias de vidas, fossem elas fictícias ou verdadeiras. A leitura de experiências violentas resultou em “efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro

⁴¹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. História política e ditadura militar. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, n. 7, p.75-90, 2007. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/239/212>>. Acesso em: 30 set. 2016. p. 81.

⁴² PRADO; FRANCO, op. cit., p. 194-95.

⁴³ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Moral e comportamento a serviço da ditadura militar – uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Fazendo Gênero*, n. 10, Florianópolis, 2013. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384798463_ARQUIVO_AnaRitaFontelesDuarte.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

⁴⁴ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴⁵ SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Contexto, 2011. p. 16.

⁴⁶ HUNT (2009), op. cit.

como novos conceitos sobre a organização da vida social e política”.⁴⁷ Os meios impressos assumiram, então, o papel de educadores das antigas e novas condutas. As diferenças sexuais biológicas atribuídas a homens e a mulheres haviam conduzido à formulação de maneiras como os sexos deviam se comportar socialmente, desenvolvendo-se, assim, padrões de feminilidade e de masculinidade, o que era amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

Carlos Azevedo, ele mesmo um dos repórteres de REALIDADE, afirma que

A reportagem é um recorte da realidade, de um momento da vida de uma sociedade, filtrado pelo olhar do repórter, essa testemunha que invade o cotidiano e o registra, ainda que esse olhar seja enviesado pela sua subjetividade e pelo condicionamento histórico, inevitáveis. Transitória, depois de publicada, a reportagem é condenada ao esquecimento, sepultada nos arquivos. Mas ela não morre, é fonte para a História. Como que encantada, fica à espera do pesquisador que a redescubra.⁴⁸

Em um estudo que toma esse tipo de objeto como fonte, é preciso levar em consideração as implicações que o envolvem. O resultado do trabalho jornalístico ultrapassa o limite do mero relato dos fatos, apresenta uma interpretação de um profissional que produz, consciente ou inconscientemente, representações sociais. Neste estudo, toma-se por representação a noção proposta pelo autor Roger Chartier, dividida em três momentos:

por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representante (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.⁴⁹

Na história das mulheres, o autor considera que uma série de dispositivos garantem que as mulheres estejam de acordo com as representações dominantes das diferenças entre os sexos, sejam elas a inferioridade jurídica, a divisão escolar, de tarefas e de espaços e a exclusão da esfera pública. Um desses dispositivos, é a imprensa.

Para o autor, o texto, literário ou documental, deve ser encarado como “um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção”.⁵⁰ Deve-se levar em consideração até o seu suporte e as formas como chega ao leitor.

Conforme pondera José Salvador Faro, “a imprensa é técnica; o jornalismo é discurso.”⁵¹

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 32.

⁴⁸ AZEVEDO, Carlos. *Cicatrizes de reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter*. São Paulo: Editora Papagaio, 2007. p. 15.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002., p. 11.

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 56.

⁵¹ FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da Ulbra/AGE, 1999. p. 31-32.

As práticas e os discursos jornalísticos resultam em uma forma de conhecimento. Como afirmam Maria Helena Weber e Marja Pfeifer Coelho,

no seu fazer, o jornalismo parte de uma realidade que é também socialmente construída, participando de sua composição. Há, portanto, uma “intencionalidade coletiva” presente desde a seleção dos acontecimentos – o que é notícia – até o próprio modo de divulgar, narrar, relatar.⁵²

É preciso levar em consideração que, por mais que REALIDADE se posicionasse próxima à *realidade* brasileira, a revista ainda era responsável pela construção de generalizações que podem ter interferido – positiva ou negativamente – na maneira como seus leitores apreendiam o mundo objetivo, interferindo em sua subjetividade. No caso de grupos excluídos, essas representações podem ajudar ou atrasar sua luta por direitos, o que se pretende observar com este trabalho no exemplo feminino.

O poder hermenêutico do jornalismo de revista é de um “tipo bastante específico de discurso, que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional”.⁵³ Mais do que informar, o jornalismo orienta o leitor sobre o saber de sua época – “o que se diz, o que se pensa, como se aprende, do que se gosta, o que se deseja, aonde se vai, como se enfrentam os dilemas da existência”.⁵⁴ A temporalidade das imagens veiculadas pelas revistas, analisando como elas são produzidas, editadas e apresentadas, pode levar à percepção de “como o tempo histórico se dá a ler nas revistas, se as imagens que carrega estão elas próprias carregadas de uma história que não é nem linear, nem heterogênea, as imagens do contemporâneo”.⁵⁵

O jornalismo pode ser compreendido “como uma instituição ou um campo social, uma prática profissional, um discurso, uma forma de conhecimento”.⁵⁶ Como instituição implica, por um lado, em reconhecimento e legitimação social, e, por outro, na informação como mercadoria. O jornalismo como campo social – adotando o conceito de Bourdieu de campo⁵⁷ – é o fazer crer, no qual a credibilidade é o seu capital, fundamentada por provas, testemunhos, a redação objetiva, entre outros fatores.

⁵² Id., *ibid.*, p. 54.

⁵³ BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 44-57. p. 52.

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 46.

⁵⁵ VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 17-26. p. 18.

⁵⁶ WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene et al (orgs.). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011. p. 51-78. p. 53.

⁵⁷ Em *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, Bourdieu define campo como o espaço relativamente autônomo entre o conteúdo textual de uma produção e o seu contexto, que segue regras mais ou menos específicas. Ele se refere, nesse texto, ao campo científico, “um mundo social e [que], como tal, faz imposições, solicitações, etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve”. O mesmo autor, em *Sobre televisão*, define o campo jornalístico como “um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp, 2004, p. 22. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 55.

Patrick Champagne⁵⁸ afirma que a pesquisa jornalística se afasta da pesquisa social, aproximando-se da investigação policial, enquanto seu discurso se aproxima da investigação jurídica, buscando ouvir as várias partes. O que se entende por imparcialidade jornalística, segundo o autor, conduz a “uma apresentação artificial e neutralizante de todos os pontos de vista em confronto”. Enquanto buscam a objetividade em seus escritos, os jornalistas não estão isentos de uma série de interesses que influenciam na escolha da pauta, no recorte e no andamento da matéria, provenientes tanto de si próprios, quanto da empresa na qual trabalham, das fontes entrevistadas, dos anunciantes que os sustentam e dos políticos que os apoiam – ou confrontam. Assim, o resultado do seu trabalho ultrapassa o limite do mero relato dos fatos, apresenta uma interpretação de um profissional que produz, consciente ou inconscientemente, representações sociais. Como explica Champagne, embora o que é escrito no jornalismo seja rapidamente esquecido, com exceção de alguns poucos artigos pertinentes, a representação contida nas notícias “perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejuízos e tende, por isso, a redobrá-los”.⁵⁹

Champagne chama as preocupações tratadas pelos jornalistas através das notícias de “mal-estares”, os quais “não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas”.⁶⁰ De acordo com o autor, os mal-estares da sociedade sofrem um trabalho de construção quando recebem o tratamento jornalístico, influenciado pelos interesses próprios do jornalismo. Quando atraídos por indivíduos fora de seu meio social – como as populações marginalizadas –, os jornalistas acabam construindo uma realidade desconhecida por esses sujeitos. A imprensa não se interessa pelo ordinário, logo, quando retrata grupos excluídos, acaba sendo atraída por situações excepcionais, que geralmente envolvem atos violentos. Para o autor, os dominados não são ouvidos; quando falam com os dominantes, reproduzem o discurso emprestado destes, até mesmo falando de si na terceira pessoa. Dessa forma, “os jornalistas tendem, sem o saber, a recolher seu próprio discurso sobre os subúrbios e encontram sempre, à toa, nos conjuntos à espera dos meios de comunicação, pessoas prontas a dizer, ‘para passar na televisão’, o que eles têm vontade de ouvir.”⁶¹ É possível dizer o mesmo sobre as questões de gênero, nas quais o comunicador desconhece a realidade vivenciada por mulheres, homossexuais e transexuais, propagando estereótipos que interferem na forma como esses indivíduos são tratados pela sociedade.⁶² O jornalista desconhece – ou ignora –, também, a complexidade das caracterizações do que é ser homem ou mulher, que,

⁵⁸ CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003, pp. 63-79. p. 69-70.

⁵⁹ Id., *ibid.*, p.64.

⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 63.

⁶¹ Id., *ibid.*, p. 69.

⁶² Embora as mulheres tenham participação na mídia – e cada vez maior participação na política –, sua presença ainda é recente, principalmente nos espaços de informação geral, política e economia. Até a metade do século XX, as jornalistas tendiam a se restringir aos assuntos ditos femininos, que iam desde os afazeres domésticos até a luta por direitos a educação e ao voto. Esse tópico será abordado ao longo do trabalho. Além disso, acredita-se, neste trabalho, que quando se fala em sociedade, a referência é a realidade do homem, heterossexual branco, sendo ignoradas as restrições impostas aos indivíduos que não pertencem a essa categoria. OKIN, *op. cit.*

se analisadas pelo conceito de gênero, não são determinadas por fatores biológicos, mas por construções culturais, sociais e política.

Segundo João Pissara Esteves,⁶³ a informação é o resultado da seleção e da intenção, e se materializa na mensagem. É uma ilusão acreditar que depende apenas do profissional a democratização da mídia. Há uma estrutura muito mais complexa que também exige mudanças profundas para que isso aconteça. Para o autor,

A intervenção dos media na vida social realiza-se cada vez menos como mera mediação e tende a transformar-se numa acção social em si: aqueles que têm acesso aos media são investidos de um poder extraordinário – o de criar (e impor) a sua própria realidade perante os outros, de acordo com os seus valores e interesses próprios.⁶⁴

O campo jornalístico, embasado em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas, impõe à sociedade sua visão de mundo, porque tem acesso à visibilidade pública. O jornalismo sofre a censura e a autocensura, mas também é responsável por ela ao selecionar apenas o que lhe interessa, excluindo as expressões simbólicas que não são de seu interesse. De acordo com Bourdieu,⁶⁵ se os veículos de comunicação possuem uma posição consensual a respeito de determinados assuntos, dificilmente outras formas de entender estes serão apresentadas, produzindo-se o efeito de barreira, ou fechamento mental. Conforme explica o autor, a importância no mundo social do campo jornalístico reside no fato que este possui

um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, grande difusão [...]. Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à *notoriedade pública* (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital). O que lhes proporciona ser cercados (pelo menos os mais poderosos deles) de uma consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais.⁶⁶

Como afirma Bourdieu, o jornalista é uma entidade abstrata, sendo que os profissionais se distinguem por gênero, idade, nível de instrução, empresa e meio de informação, e se dividem em conflitos, concorrências e hostilidades. Dessa forma, acredita-se que integrantes da imprensa, muitas vezes, não estão alinhados com os objetivos da empresa de comunicação, e que até conseguem expor visões contraditórias às de seus empregadores e colegas, dependendo do contexto e da plataforma. Contudo, não se pode esquecer que Bourdieu trata o produto

⁶³ ESTEVES, João Pissara. *A ética da comunicação e os media modernos*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 30.

⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 30.

⁶⁵ BOURDIEU (1997), *op. cit.*

⁶⁶ Id., *ibid.*, p. 65.

jornalístico como homogêneo.

Adelmo Genro Filho define o jornalismo como “produção ideológica que emana das estruturas subjacentes em que se organiza a mensagem”.⁶⁷ Segundo o autor, a existência do fato social depende da percepção anterior a ele, que pode ser o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação ou a opinião do jornalista. Os fenômenos podem ser considerados objetivos, entretanto, a forma de apreendê-los está condicionada com a totalidade. Por mais simples que seja um fato, um acidente de trânsito, por exemplo, o tratamento dado a ele pode ser de diversas maneiras, desde a apuração dos fatos e do enfoque escolhido até a linguagem e a edição. Em termos políticos e ideológicos, esse tratamento não é neutro. A notícia serve a alguém, seja ao capitalismo, ao Estado ou a um grupo específico.

Acredita-se que essas questões são fundamentais na reflexão sobre a comunicação como objeto de estudo. Segundo Aline Dalmolin,⁶⁸ falta nas pesquisas que têm como fonte as revistas o aprofundamento de seus aspectos jornalísticos e comunicacionais, sendo predominante temas que envolvem a cobertura de eventos, nos quais a revista aparece como veículo qualquer. Dessa forma, procura-se nesta pesquisa aprofundar o funcionamento da produção jornalística e a sua contribuição para o entendimento dos processos históricos, não como um retrato fiel da realidade, mas como uma das visões presentes na sociedade daquele contexto, influenciada por diversos fatores, como a política, a economia e a cultura. Afinal, conforme afirma Renée Zicman,⁶⁹ a imprensa não é apenas o registro neutro dos acontecimentos, mas a causa direta destes, na qual as informações passam pelo filtro do veículo que as transmite.

Além do referencial teórico apresentado, esta pesquisa conta, ainda, com a contribuição de diversos trabalhos produzidos a respeito de REALIDADE, alguns bem próximos do que é aqui proposto. Entre eles, é possível destacar as obras de Mylton Severiano e José Carlos Marão e Hamilton Ribeiro, três jornalistas que trabalharam na revista e auxiliam na visão de como eram os bastidores das reportagens. Por sua proximidade com a fonte, em parte, a história de REALIDADE é romanceada pela nostalgia dos autores. Isso não exclui suas obras da importância de sua inclusão nas referências bibliográficas, apenas exige certo cuidado do pesquisador para não se ver seduzido pela fonte. Para isso, é possível também se apoiar em pesquisas como a de José Salvador Faro, um dos pioneiros no estudo de REALIDADE, que traz o aprofundamento dos temas tratados pela publicação a partir do entendimento de que ela representava uma força contra-hegemônica⁷⁰ na imprensa brasileira. André Koeche e Tiago Ferreira contribuem com o recorte específico das relações entre a fonte e sexualidade e gênero que utilizaram em suas dissertações. Mais algumas obras serão mencionadas, e muitas ficaram

⁶⁷ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. p.20.

⁶⁸ DALMOLIN, Aline. Pesquisa sobre revista: um olhar acerca da produção acadêmica. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 288-299.

⁶⁹ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto história. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, São Paulo, v. 4, pp. 89-102, 1985. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>>. Acesso em: nov. 2013.

⁷⁰ O autor toma como pensamento hegemônico o conceito de Antonio Gramsci, que define hegemonia como as práticas das classes dominantes que, para atingir interesses próprios, se articulam com as reivindicações de outros grupos sociais, o que leva à construção de um universal que, na verdade, é formado pelas particularidades de um grupo.

de fora, devido a riqueza de análise que um objeto como REALIDADE dispõe.⁷¹

Esta pesquisa foi dividida de forma que, no primeiro capítulo após esta introdução, buscou-se a história da imprensa da plataforma específica de REALIDADE, a revista, assim como as suas qualidades. A imprensa feminina foi aprofundada por esta ser a porta-voz dos supostos interesses das mulheres. Além de sua história, buscou-se as limitações que a produção jornalística encontrava, submetida ao poder econômico e político. O contexto do Brasil da década de 1960 foi examinado por nele se encontrar as relações as quais REALIDADE estava sujeita.

Em seguida, a trajetória da revista foi abordada desde seu lançamento em 1966 até seu término em 1976, para que fosse possível entender as transformações das edições no decorrer do tempo. Foram averiguados os possíveis efeitos das medidas tomadas pelo Estado relacionadas à imprensa, afinal, o AI-5 foi indicado pelas pesquisas encontradas como um dos fatores – se não o principal – para o declínio da revista até o seu fechamento. As regras do mercado editorial também foram indagadas, por estas terem influenciado na história de REALIDADE.

Acrescentou-se a esses dois recortes iniciais as questões de gênero. No capítulo seguinte, parte da bibliografia sobre a condição feminina no século XX foi apresentada, principalmente como foi tratada pela imprensa feminina, assim como as especificidades do que significava nascer mulher no Brasil em plena ditadura civil-militar. Buscou-se, assim, uma base de comparação para a análise de como o mesmo assunto podia ser tratado de forma diferente por REALIDADE.

Por fim, a análise das reportagens contidas na revista foi dividida nos dois últimos capítulos, devido ao seu volume. Como critério de separação, apenas para uma melhor organização do trabalho, primeiro, foram tratadas as questões que envolvem a vida íntima de mulheres (questões de sexualidade e família), para, depois, realizar a aproximação com os temas da atuação feminina extraluar (o trabalho e a política) e o olhar masculino dirigido a elas.

⁷¹ SEVERIANO, Mylton. *Realidade* – história da revista que virou lenda. Florianópolis: Insular, 2013; MARÃO in MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, Hamilton. *Realidade revista*. Santos: Realejo Edições, 2010. p. 38. Sem prever o desfecho dos jogos – a seleção acabou decepcionando e foi eliminada já na primeira fase; FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da Ulbra/AGE, 1999; KOECHE, André. *A revista Realidade e o significado de suas matérias sobre sexo: manipulação ou liberação?* 1989. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989; FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1709.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

1 O JORNALISMO DA REVISTA

REALIDADE teve sua primeira edição lançada em 12 de abril de 1966. Além da publicação da Editora Abril, foi o ano de Copa do Mundo, sediada na Inglaterra. Pelé, com 25 anos, estava em uma das suas melhores fases, e a seleção brasileira era uma das favoritas. No embalo da esperança de serem tricampeões, a revista ganhou destaque em seu primeiro número pela capa composta pelo jogador utilizando um chapéu de guarda da rainha inglesa. Afinal, “a Copa do Mundo estava ainda a dois meses de ser realizada, mas, no Brasil, àquela altura, só se falava nisso, mesmo porque futebol era talvez o único setor em que o Brasil, dois anos sob governo militar, dava alguma alegria ao povo”.⁷²

Além da Copa, Pierre Cardin lançava uma coleção controversa pelo (curto) comprimento das saias, embora ainda não se tratasse de minissaias. As mulheres mineiras não gostaram, com acusações de que atentaria contra a moral e os bons costumes, como na fala da Sra. Jô Lima Lobato publicada na revista *Manchete*, e lembrada por José Hamilton Ribeiro.⁷³ Um delegado da Delegacia de Costumes de Belo Horizonte, procurado pela revista, garantia que não havia no Código Penal alguma norma que determinasse o comprimento das saias. No Rio de Janeiro, a saia curta foi bem aceita. Contrariando a vontade da Sra. Lobato, no final da década já compunha o guarda-roupa da maioria das jovens, principalmente após ser divulgada pela cantora Wanderleia, da Jovem Guarda.

No Brasil, o espírito democrático era ofuscado pela autocensura a qual jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão se impunham, antevendo a censura sistemática que os esperava dois anos depois. O país vivia uma ditadura civil-militar que tentava ser vista como uma democracia. REALIDADE saiu às ruas para perguntar se havia liberdade no Brasil. Os que concordavam tendiam a indicar a liberdade de se dizer contra o Estado como uma prova de que não havia censura. Os que discordavam falavam em ditadura, prisões, apreensões de texto e tortura, além das acusações de subversão (que causavam fechamentos de instituições e substituições de funcionários) e do medo de se comentar isso. Desse último grupo, alguns pediram para permanecerem anônimos.⁷⁴

REALIDADE foi criada em três contextos de diferentes características, mas inter-relacionados: o do jornalismo, mais especificamente do mercado editorial; o do país; o da universalização dos costumes. Ambos a fizeram ser o que era e, talvez, tenham sido essenciais para dar existência à publicação da forma como é conhecida, uma “revolução do jornalismo”.⁷⁵ Como é de se esperar no estudo de meios de comunicação, fragmentos desse contexto estão presentes nas páginas da revista, apreendidos pela visão de repórteres e editores e influenciados pelos interesses da empresa que sustentava aquela produção. Compreender como a publicação

⁷² RIBEIRO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 38. Sem prever o desfecho dos jogos – a seleção acabou decepcionando e foi eliminada já na primeira fase.

⁷³ Id., ibid., p. 38.

⁷⁴ HÁ LIBERDADE NO Brasil? *Realidade*, pp. 22-26, n. 6, set. 1966. Mensal.

⁷⁵ MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 23.

entendia os velhos e novos papéis das mulheres e, conseqüentemente, como difundia determinados modelos femininos, depende de, primeiro, captar como era o mundo em que os jornalistas que produziam seu conteúdo acreditavam estar vivendo, seus anseios e limitações que interferiam no texto resultante, apesar da presente busca jornalística pela objetividade. Dessa forma, escrever sobre um meio, neste caso, impresso, é escrever sobre parte da história em seus aspectos óbvios e ocultos, no que se sabe sobre acontecimentos públicos e no que se pode perceber por ações de indivíduos e crenças coletivas.

Antes de entrar em detalhes sobre como eram produzidas as reportagens de REALIDADE, e qual pode ter sido o papel das diferenças da redação no conteúdo que chegava aos leitores, optou-se por apresentar características que eram próprias da revista e o contexto no qual estava inserida. Este capítulo é uma tentativa de mostrar aspectos universais que influenciavam na produção jornalística, e que refletiam nos modelos propagados das publicações, seja de mulheres, seja de cidadãos. Provavelmente muitas outras influências ficaram de fora, e, certamente, merecem ser aprofundadas em outros momentos, mas, de início, foram escolhidas para essa abordagem a plataforma revista, o mercado editorial e o contexto político no qual se encontrava REALIDADE. Aqui, buscou-se algumas explicações sobre como era o jornalismo da revista, com suas transformações ao longo do tempo, suas particularidades e as influências que sofria.

1.1 A PLATAFORMA REVISTA

As revistas, de maneira geral, possuem características próprias que variam conforme sua linha editorial, seu público e seu contexto de produção, mas algumas formulações as unem na distinção em relação aos jornais. Os recursos gráficos servem para valorizar o conteúdo dos textos, e um bom leiaute pode atribuir força a eles.⁷⁶ De maneira geral, uma revista se divide em três grupos – seções fixas, colunas e matérias – que, com os anúncios, são distribuídas em um espelho. As matérias podem ser noticiosas, reportagens investigativas, sobre celebridades, enquetes ou debates, depoimentos, ensaios, de autoajuda, listas, editoriais, artigos comprados de outras publicações ou de agências, com temáticas como serviço, viagem, saúde, beleza, decoração, culinária e moda.⁷⁷ As revistas possuem funções pedagógicas como a de ensinar, aconselhar, propor e indicar condutas, que influenciam na forma como o indivíduo se percebe e se relaciona com o seu contexto. Nesse processo, uma série de fatores estão presentes, desde a observação do repórter até os interesses comerciais da empresa. De maneira geral,

O jornalismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintivas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; trata de

⁷⁶ THIER, Fábian Chelkanoff. *O design gráfico como ferramenta para potencializar a estrutura editorial de um jornal popular*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Departamento de Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

⁷⁷ ALI, Fatima. *A arte de editar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia de emoções.⁷⁸

A revista é, além de um objeto fácil de carregar e colecionável, “um encontro entre editor e leitor”,⁷⁹ de forma que é definida por seus leitores. Há, de certa forma, uma relação íntima entre ela e o seu leitor, o que se reflete na sua linguagem e na comunicação visual. Ao escrever, o jornalista lida com um leitor imaginário, que pode ser aquele determinado como público alvo da revista, mas também pode ser a empresa, o editor, os colegas, suas fontes ou seus amigos. A linguagem, em tom coloquial, é uma das características que distinguem as revistas, principalmente as femininas, que se apresentam como “de alguém próximo e que aconselha, ampara, aplaca angústias, resolve dúvidas, sugere, fazendo as vezes de uma amiga e companheira à qual sempre se pode recorrer”.⁸⁰ A revista se dirige ao seu leitor por você, como se fosse feita unicamente para aquele que a tem em mãos.

A periodicidade é uma dificuldade e um atributo que distingue os jornais das revistas, visto que

revistas podem ser semanais, quinzenais ou mensais, mas não existem revistas que sejam publicadas diariamente – isso é característico dos jornais e os torna muito mais próximo (que a revista) do universo da notícia propriamente dita, com um vínculo temporal estreito entre os eventos empíricos e a publicação.⁸¹

A distância temporal entre uma edição e outra pode ser entendida por alguns jornalistas como um aspecto negativo a ser compensado, afinal

é natural nos jornalistas – pelo menos na maioria deles – a preocupação com a atualidade, com o em-cima-da-hora. E, naquela turma [de REALIDADE], essa característica profissional era muito forte em alguns. Para esses, o sonho ainda era trabalhar em um jornal diário, se pagassem bem. Ninguém ousaria imaginar um sistema de comunicação como a internet. O rádio era criticado pela superficialidade nas coberturas e a televisão era incipiente.⁸²

Logo, por ser uma publicação mensal, o conteúdo de REALIDADE procurava recompensar a falta de imediatividade. As revistas buscam novos ângulos do acontecimento publicado em jornais, ou transmitido na televisão ou no rádio. *O Cruzeiro e Manchete*, publicações que coexistiam com REALIDADE, resolviam o “problema” da atualidade com coberturas fotográficas semanais acompanhadas do resumo dos fatos que não podiam ser feitas

⁷⁸ BENETTI, op. cit., p. 55.

⁷⁹ SCALZO, op. cit., p. 12.

⁸⁰ LUCA, op. cit., p. 448.

⁸¹ VOGEL, op. cit., p. 22.

⁸² MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 27.

pelos jornais, pois estes “não queriam, não sabiam ou não podiam fazer”.⁸³ Por terem mais tempo para aprofundar o texto, elas podem ser mais criativas e interpretativas, e possuem um estilo jornalístico diferente da velocidade, do dinamismo e das padronizações dos jornais.

A produção de REALIDADE permitia o tom da “calma da observação meticulosa”,⁸⁴ ou seja, a impossibilidade de imediatismo das matérias era compensada pelo aprofundamento do texto e pela qualidade estilística. A equipe buscou caminhos alternativos com matérias que não repetissem o que já fora dito. Como o exemplo da morte do papa João XXIII,

jornais e revistas semanais ficavam tão preocupados com o velório, o enterro, o perfil do falecido que ninguém lembrava de fazer uma matéria em profundidade sobre o que representava, social e politicamente, a instituição envolvida e não a pessoa.

O contrário também poderia ocorrer. Se fosse para falar do ensino no Brasil – na retranca Educação –, em vez de uma análise em horizontal, que, eventualmente, poderia ser feita por técnicos, a revista contava a história de uma escola ou de um professor. A partir de exemplos individuais, o leitor fazia uma ideia da atuação geral.⁸⁵

REALIDADE produzia reportagens aprofundadas, explorando as técnicas literárias e uma interpretação abrangente a partir de um microcosmo – uma pessoa, um grupo ou um fato específico. Para que a abordagem diferenciada dos temas cotidianos ou acontecimentos históricos fosse possível, a equipe fazia o uso da reportagem no lugar da notícia, aliás, uma característica predominante nas revistas.

A notícia, como afirma o chefe de reportagem do *Jornal do Brasil* Luís Orlando Carneiro, em matéria de Luiz Fernando Mercadante para REALIDADE, é a matéria-prima do jornalista. Para ser publicada, os acontecimentos aos quais ela se refere devem transgredir a superfície dos fatos. No *Jornal do Brasil*, o chefe de reportagem encaminhava seu repórter “para que dê à notícia uma roupa nova feita com os bastidores, com o que está atrás dos fatos; e com o seu significado, a sua interpretação e a sua angulação para o interesse do leitor”.⁸⁶ Afinal, conforme Luís Orlando Carneiro afirmou, “quem fizer um jornal apenas com notícias secas, repetirá com atraso o noticiário da televisão. É preciso enriquecer a notícia, engordá-la de complementos, sem o que o leitor não receberá nenhum serviço, mas uma simples e retardada cópia”.⁸⁷

A notícia se distingue da reportagem por diversos motivos: deve ser sempre nova; privilegia os conflitos; apresenta quantidades/estatísticas; tem relevância local; transgride as normas (os escândalos), é incomum; possibilita julgamento moral; prefere ações e agentes em

⁸³ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 28.

⁸⁴ Id., ibid., p. 23.

⁸⁵ Id., ibid., p. 28.

⁸⁶ MERCADANTE, Luiz Fernando. Vinte e quatro horas na vida de um jornal. *Realidade*, p. 132-142, n. 7, out. 1966. p. 135.

⁸⁷ Id., ibid., p. 135. Pierre Bourdieu lembra as afirmações de Champagne sobre a procura dos jornalistas por aspectos particulares da realidade – os “óculos” dos jornalistas, que veem o que os outros não veem. A busca pelo sensacional é o princípio da seleção jornalística, convidando o espectador à dramatização dos fatos, tanto nas imagens quanto nas palavras utilizadas. Segundo os critérios de noticiabilidade jornalísticos, interessa ser publicado algo de novo ou diferente em uma situação; o cotidiano só importa quando há desvio em algum momento da normalidade. BOURDIEU (1997), op. cit.

relação ao contexto; é atual; manifesta opiniões; sua seleção é reforçada pela rotina das redações. A mídia procura divulgar tanto acontecimentos impactantes, quanto curiosos e inéditos. Segundo Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari,⁸⁸ a notícia é o relato de um acontecimento ao público, não o fato em si. Dessa forma, apenas são notícias os fatos anunciados pelos meios de comunicação. A escolha dos acontecimentos a serem anunciados dependem do suposto interesse do público. Na notícia, a atualidade é um fator determinante, e um aspecto que pode diferenciá-la da reportagem.

A reportagem, por sua vez, é um relato ampliado da notícia, que rompe com a narrativa tradicional e inclui elementos de verossimilhança e de ficção. Ela não precisa ser imediata e pode aprofundar o contexto; o caráter de novidade não está relacionado com o tempo, mas com o nível de conhecimento; é literatura especializada. Suas principais características são:

- a) predominância da forma narrativa
- b) humanização do relato
- c) texto de natureza impressionista
- d) objetividade dos fatos narrados⁸⁹

Os fatos jornalísticos são o objeto da notícia e são produzidos por uma maneira própria do jornalismo. Eles provêm da seleção de partes da realidade objetiva, “obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas”.⁹⁰ Para Adelmo Genro Filho,

isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação dos fenômenos é algo que, constantemente, vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quanto da relação sujeito-objeto.⁹¹

Para Sodré e Ferrari,

O repórter é aquele “que está presente”, servindo de ponte (e, portanto, diminuindo a distância) entre o leitor e o acontecimento. Mesmo não sendo feita em 1ª pessoa, a narrativa deverá carregar em seu discurso um tom impressionista que favoreça essa aproximação.⁹²

Tanto a notícia quanto a reportagem são responsáveis pela “produção” do acontecimento, uma das questões centrais que envolvem a ética do trabalho jornalístico. Neste caso, “produzir” acontecimentos seria definir que fatos merecem ser divulgados ao público, fazendo-os, assim, passar a “existir” para uma determinada parcela da população, que toma conhecimento de

⁸⁸ SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem*: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986. p.15.

⁸⁹ SODRÉ; FERRARI, op. cit., p. 15.

⁹⁰ GENRO FILHO, op. cit., p. 194.

⁹¹ Id., *ibid.*, p. 195.

⁹² SODRÉ; FERRARI, op. cit., p.15

eventos que, sem a mídia, talvez nunca chegassem a ela, ou por ela fossem percebidos. A responsabilidade da comunicação nesse processo é que ela acaba definindo o que é e o que não é relevante a ponto de resultar em memória social, no sentido do lembrar/esquecer. A memória torna certas suposições (temas) da realidade conhecidas, sem que seja preciso introduzi-las novamente, e de forma que podem ser transmitidas a diferentes gerações.

Outra característica da reportagem é a dispensa do lide – parte inicial da notícia que apresenta o fato em algumas perguntas básicas, o que, quem, onde, como e por que –, que atribui ao texto a forma de “pirâmide invertida”. Esta teria aparecido pela primeira vez na imprensa no *The New York Times*, em 1861. Na América-Latina, foi a partir da segunda metade do século XX que os jornais adotaram a publicação das notícias das agências norte-americanas, que seguiam o modelo da pirâmide. No Brasil, ela foi introduzida em 1950, por Pompeu de Souza, que trabalhava no *Diário Carioca*. Esse modelo representa a construção do texto partindo da apresentação do fato e deixando para o final os argumentos e as circunstâncias que o envolvem. O lide é a apresentação da singularidade do acontecimento, e pode tanto estar no início quanto no meio ou no fim de uma notícia, embora seja mais conhecido pelo primeiro momento. Ele sintetiza o evento e reproduz a manifestação empírica do fenômeno. Pode ser interpretado como uma solução para deficiências técnicas do jornalismo: o leitor poderia se informar dos fatos de maneira mais rápida; seria mais prático cortar o texto na entrada de um anúncio de última hora; tecnicamente, era uma alternativa para que a informação não se perdesse nas falhas das linhas telegráficas.

No lugar da pirâmide, Adelmo Genro Filho⁹³ apresenta a notícia diária a partir da figura de um triângulo equilátero, no qual os ângulos se dividem equilibradamente em singularidade, particularidade e universalidade. Diferentes meios de reproduzir os fatos jornalísticos podem adotar diferentes formas para esse triângulo: no sensacionalismo, o ângulo é mais fechado, pois a informação se concentra na singularidade (no estranho); na televisão e no rádio, os ângulos são pouco mais abertos, atribuindo mais importância às particularidades do caso; na publicação mensal, os ângulos são ainda mais abertos, aproximando mais a informação de sua universalidade. Por mais que diferentes meios valorizem uma determinada forma, estão sempre presentes a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fatos.

Na reportagem, as particularidades são mais do que apenas o contexto do singular, concorrendo com este. Sua abordagem pode ser estética – como no *New Journalism* –, teórico-científica – reportagens que apresentam métodos das ciências sociais, por exemplo, estatísticas – ou informativa – o detalhamento do fato. No Novo Jornalismo, a reportagem “estética” significa que recorreu-se à literatura para revelar o que estava implícito na notícia, principalmente sua universalidade. Também chamado de Jornalismo Literário, essa modalidade conseguiu unir aspectos lógicos e emocionais dos acontecimentos, fazendo do leitor tanto testemunha – como as notícias o fazem parecer – quanto participante – como ele pode se ver na fantasia da literatura.

De origem estadunidense, o movimento buscou uma técnica de ampliação na produção

⁹³ GENRO FILHO, op. cit.

da reportagem para além dos limites da imprensa tradicional, identificada como burocratizada por técnicas redacionais como o lide. Apesar de ser mais conhecido por obras de Tom Wolfe, Truman Capote, Gay Talese e Norman Mailer, o Novo Jornalismo foi um movimento universal, pois sua crítica podia ser aplicada em diferentes sociedades industriais e urbanizadas que viviam o mesmo contexto global – as limitações do jornalismo, a cultura da década de 1960 e o clima de contestações que pediam liberdade.

Juntamente ao *Jornal da Tarde*, REALIDADE é considerada expoente do Novo Jornalismo. No Brasil, o Jornalismo Literário foi um meio de evitar a censura imposta pela ditadura civil-militar, pois permitia a abordagem de temas proibidos sem torná-los explícitos. Por exemplo, se não era possível dizer explicitamente que o Brasil era uma ditadura, e o que constituía esta, existia a possibilidade de abordar outros países sobre o mesmo regime político, como a ditadura de Stroessner do Paraguai, como uma analogia.⁹⁴

O Novo Jornalismo introduziu na profissão recursos literários, valorizando mais a forma com a qual a história era contada do que os fatos concretos e comprovados. Sua maior crítica era contra o apego excessivo à objetividade jornalística da imprensa tradicional. A ideia de uma objetividade na prática jornalística surgiu na imprensa norte-americana durante a transição entre a imprensa artesanal, patrocinada e comprometida com grupos políticos e partidos, para a informativa e comercial, que buscava ser neutra na divulgação das notícias. A objetividade se transformou em um dos valores do jornalismo após a I Guerra Mundial, e, anos depois, na década de 1950, passou a ser aplicada sistematicamente no Brasil. A notícia objetiva se expandiu na América Latina com a presença do rádio, e com a integração cultural, política e econômica das nações ao contexto mundial do capitalismo.

Enquanto o senso comum pensa a objetividade como a imparcialidade, ela é entendida pelos profissionais da comunicação como uma filosofia moral da atividade, “ritual estratégico para proteção profissional, compromisso ético, conjunto de técnicas aplicáveis aos modos de obter, trabalhar e narrar a informação”.⁹⁵ Funciona como um mecanismo de proteção do jornalismo contra ameaças como a difamação e as críticas; “mais do que normas a serem obedecidas de um manual, a objetividade do jornalista no Brasil passou a sustentar uma certa imagem positiva e confiável desses profissionais, além de reforçar a crença de que eles têm por vocação a defesa dos interesses coletivos”.⁹⁶

Para Sodré e Ferrari, REALIDADE foi a revista que abusou do estilo reportagem-conto, no qual o repórter busca o conto como condutor do seu texto. Os autores, inclusive, apresentam a hipótese da revista ter representado a fase do neo-realismo na história da reportagem brasileira, termo que designa

o estilo característico do cinema italiano do pós-guerra: poucos recursos; atores nem sempre profissionais; personagens populares, anti-heróis; temas

⁹⁴ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit.

⁹⁵ LOPES, Fernando. Objetividade. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 881-82. p. 881.

⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 881.

ligados ao cotidiano da gente humilde; e, sobretudo, uma visão paternalista das classes oprimidas. *Realidade* penetrava, às vezes, no perigoso terreno da inverossimilhança, por tentar suavizar a crueza dos temas através de uma excessiva carga lírica.⁹⁷

O estilo do conto pode ser um recurso para introduzir um tema, como uma história de um personagem que leva à pesquisa documental do acontecimento que o envolve. Eram comuns em REALIDADE “matérias de vivência”, nas quais o jornalista assumia por um período a vida das fontes, mostrando a realidade a partir da sua perspectiva. É o caso, por exemplo, da reportagem de José Hamilton Ribeiro, *Eu fui um simples operário*,⁹⁸ na qual o jornalista assumiu a função de “bombeiro”⁹⁹ em uma fábrica para conviver com outros operários. Ribeiro não só se envolveu com o emprego, como também foi morar com trabalhadores em uma pensão, sobreviveu com o mesmo salário de seus colegas e dividiu atividades de lazer com eles. O jornalista narrou desde a rotina do trabalho até um passeio à procura das “mulheres do portão”, prostitutas que cobravam barato. É dessa forma que contou um pouco sobre a vida das pessoas que conheceu, apontando sutilmente as dificuldades e os sonhos delas.¹⁰⁰

É possível descrever o estilo textual de REALIDADE como narrativo, composto pela construção do cenário da entrevista e repleto das impressões do jornalista. As situações são descritas conforme os acontecimentos rotineiros ou inusitados ocorrem ao longo da apuração ou da conversa entre repórter e fonte, de forma que o leitor se sente dentro da cena, podendo visualizar cada detalhe disponibilizado no texto. Como quando Roberto Freire, em *Minha gente é de santo* escreve:

O chorô continua, êle não se move. Sabe que foi sem querer, mas sabe também que as coisas feitas sem querer podem ter significados perigosos. O silêncio continua. O tom vermelho do crepúsculo invade a sala. Latidos longínquos e uma voz de homem berrando o nome de alguém ecoa pelo vale. Olga aparece na sala. Olha firme para o filho. Abaixa-se e toma-o nos braços. Fala séria, sua voz está diferente. A tristeza mistura-se com ternura muito especial e diferente da simplesmente maternal.¹⁰¹

No planejamento de uma publicação, o título é a “expressão mais forte do conceito, da identidade e do posicionamento da revista”.¹⁰² Independentemente do seu lado literário, REALIDADE tem em seu nome seu maior objetivo: revelar a realidade brasileira, sem esconder os problemas que o país enfrenta. Nas reportagens, eram utilizados dados estatísticos e pesquisas da história, da economia, da sociologia e da antropologia para reforçar que as

⁹⁷ SODRÉ; FERRARI, op. cit., p. 77.

⁹⁸ A reportagem foi republicada posteriormente em MARÃO, op. cit.

⁹⁹ O termo bombeiro aqui se refere ao responsável pela manutenção dos extintores e das faixas de incêndio de uma fábrica.

¹⁰⁰ Sobre sua atuação, Ribeiro alega não ter sofrido represália de suas fontes por ter se feito passar por uma pessoa que não era – um risco que o infiltrado corre, visto que conta uma mentira –, pois não desejava denunciar ou prejudicar ninguém. In: MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit, p. 245.

¹⁰¹ FREIRE, Roberto. *Minha gente é de santo*. *Realidade*, pp. 88-98, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 98.

¹⁰² ALI, op. cit.

informações eram fundamentadas na ciência e não na opinião dos repórteres. Os jornalistas abordavam várias posições sobre uma mesma questão e as antíteses das teses. De acordo com Faro, “a intensidade dos recursos literários e ficcionais diminuía na medida em que o objeto da matéria se afastava do referencial *nacional* da audiência de *Realidade*”.¹⁰³ Apesar de se dizer imparcial,¹⁰⁴ nas reportagens referentes ao contexto brasileiro o uso de ironia e a própria escolha do tema já demonstravam um posicionamento implícito. Em *A indiscutível (e nunca proclamada) superioridade da mulher*,¹⁰⁵ por exemplo, já no título é possível apreender que a revista se posicionava em defesa das mulheres, o que foi reforçado pelo texto, que acusava os homens de criar a falsa ideia da inferioridade feminina para esconder a sua própria inferioridade.

Paulo Patarra, diretor da revista em seus anos iniciais, afirmava que os repórteres não deveriam ser neutros, mas verdadeiros.¹⁰⁶ Era permitido que os jornalistas fossem subjetivos na construção do texto. A subjetividade é a maneira como o indivíduo atribui sentido ao mundo; é a construção do pensamento acerca dos fatos fundamentada em experiências anteriores, pré-julgamentos, opiniões e até emoções. Mesmo que os jornalistas da imprensa tradicional procurem evitá-la ao máximo, sabem que a objetividade plena é impossível, pois o mundo objetivo passa por critérios de seleção e pela interpretação do indivíduo que o observa. Essa filtragem interfere na forma como a realidade é construída, e, no caso da comunicação, influencia não só o indivíduo, mas a comunidade na qual está inserido.

Explicado o estilo de texto produzido por REALIDADE, cabe apontar a evolução e as características de outro aspecto determinante para o seu entendimento, o seu suporte material, a plataforma revista. Como afirma Chartier, “deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir) e que não há compreensão de um escrito, seja qual for, que não dependa das formas nas quais ele chega ao seu leitor”.¹⁰⁷ A existência e o sucesso de um produto jornalístico se devem a inúmeros motivos, entre eles, a plataforma utilizada. REALIDADE, no formato revista, pareceu se adequar a um público específico que esgotava os exemplares a disposição no mercado e atraía mais anunciantes, os dois sustentos da publicação. Entretanto, esse formato jornalístico não nasceu pronto, e passou por um longo processo de acertos e erros até que resultasse na revista moderna como se conhece atualmente. Para entender como REALIDADE foi possível, é preciso levar em consideração que, antes dela, milhares de outras surgiram, moldando o que seria o mercado de revistas conhecido na década de 1960. A publicação da Editora Abril absorveu uma série de modelos considerados inovadores em anos anteriores, que distanciaram cada vez mais essa plataforma de comunicação da literatura e do jornal impresso, abrindo um espaço só seu no mercado editorial, embora a concorrência com outros veículos estivesse sempre presente. Uma breve história sobre as transformações desse

¹⁰³ FARO, op. cit., p. 216.

¹⁰⁴ Como quando, em resposta à censura da reportagem *A juventude diante do sexo*, é escrito que a revista continuará informando “com imparcialidade, com serenidade. E com a coragem de enfrentar os fatos”. *Realidade*, p. 3, n. 6, set. 1966. Mensal.

¹⁰⁵ CARTA, Daisy; SILVA, Mylton Severiano da. *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*. *Realidade*, p. 30-34, n. 10, jan. 1967. Mensal.

¹⁰⁶ SEVERIANO, op. cit.

¹⁰⁷ CHARTIER, op. cit., p. 72.

meio pode auxiliar no entendimento das várias influências que cercavam REALIDADE.

1.1.1 Desenvolvimento do mercado editorial e surgimento da Editora Abril

As revistas foram criadas a partir do surgimento de novas técnicas de distribuição de comunicação. Primeiro, eram chamadas de *review*, palavra inglesa que remete à resenha ou crítica literária, e, posteriormente, foram intituladas *magazine*, do árabe *al-mahazen*, que significa “armazém” ou “depósito de mercadorias variadas”. No início, por volta do século XVII, essas publicações se assemelhavam a livros, como a alemã *Erbauliche Monaths-Unterredungen* (Edificantes Discussões Mentais), que pode ser considerada precursora das revistas por reunir artigos com um mesmo tema – teologia – destinado a um público específico, e de veiculação periódica. Seu modelo influenciou outras publicações pela Europa, como o francês *Le Mercure Galant*, fundado menos de uma década depois, que divulgava notícias de moda e da vida da corte de Luís XIV, anedotas e poesias. O investimento em variedades, na qual diversos autores podiam escrever sobre o mesmo tema, era o principal fator que diferenciava a revista do formato livro.¹⁰⁸

É nos séculos XIX e XX que as revistas se consolidaram na Europa e nos Estados Unidos, quando, com a Revolução Industrial, surgiu um público urbano e alfabetizado potencial para a leitura dessas publicações. Além dos avanços propiciados pelas inovações tecnológicas na impressão – como as máquinas rotativas criadas pelos alemães –, pela explosão tipográfica, pela xilografia, pela litografia e pela fotografia, a migração e o trabalho nas indústrias contribuíram para essa consolidação; até esse momento, as revistas eram lidas pelas classes mais altas, e as tiragens eram pequenas. As transformações do período permitiram o aumento das vendas, o que levou ao aumento de anunciantes e, conseqüentemente, à diminuição dos preços dos exemplares, tornando-os mais acessíveis às classes médias, disseminadoras de cultura.¹⁰⁹ Esse processo originou uma parte da indústria da comunicação de massa, além de ter atribuído o aspecto comercial à revista, com seu preço mais acessível e aumento de circulação que atraíam anunciantes, transformando a leitura em um negócio.¹¹⁰ A partir desse momento, as revistas passaram a reunir vários assuntos e imagens, circulando informações variadas sobre sua época: “a revista ocupou, assim, um espaço entre o livro (objeto sacralizado) e o jornal (que só trazia o noticiário ligeiro)”.¹¹¹ *Illustrated London New*, publicação londrina fundada em 1842, revolucionou a maneira de editar revistas ao incluir gravuras que reproduziam os acontecimentos da época. Foi no final do século XIX que surgiram também publicações voltadas à literatura e à ciência, que ainda hoje circulam, como a *Scientific American* e a *National Geographic Magazine*.

Nos Estados Unidos não foi diferente. Os magazines eram ligados a temas rurais ou

¹⁰⁸ TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 27-43.

¹⁰⁹ ALI, op. cit.

¹¹⁰ SCALZO, op.cit.

¹¹¹ Id., *ibid.*, p. 20.

religiosos e eram sustentados pela circulação paga, assim, raramente continham anúncios. Com o aumento da população urbana e com o crescimento da distribuição de produtos industrializados, a publicidade passou a tomar conta das publicações, tornando-se sua principal fonte de renda. Com o aumento da produção de impressos, a circulação tornou-se nacional e os preços, ainda mais baixos.¹¹²

Até o início do século XX, as revistas tendiam a ser monotemáticas. Em 1923, surgiu a primeira revista semanal de notícias, a norte-americana *Time*, que levava ao leitor as notícias da semana, “organizadas em seções, sempre narradas de maneira concisa e sistemática, com todas as informações cuidadosamente pesquisadas e checadas”.¹¹³ A publicação foi precursora da criação de uma identidade. Sua fórmula foi adotada por veículos como *Newsweek* (1933), *USNews* (1933), *Der Spiegel* (1947), *L'Express* (1953) e a brasileira *Veja* (1968).¹¹⁴

No Brasil, pelo atraso da construção da imprensa no país, visto que esta foi proibida até a vinda da corte portuguesa no século XIX, manteve-se o termo “revista”, e, de fato, elas se voltavam mais à crítica literária. As primeiras publicações surgidas com esse formato foram *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, de 1812, e *Revista Brasileira das sciencias, artes e industrias*, de 1824. As revistas brasileiras do século XIX são caracterizadas por terem sido, com algumas exceções, criadas por estrangeiros, impressas em Paris e influenciadas pelas técnicas europeias. A modernização no mercado editorial teve a influência do francês Pierre René François Plancher de la Noé, editor da *Revista Brasileira das sciencias, artes e industrias*, quem introduziu a litografia no Brasil, meio de reprodução de imagens antes do surgimento e popularização da fotografia. Outros nomes são apontados para a introdução dessa técnica, como Arnaud Pallière, em 1817, e Johann Steinmann, 1825. Junio Constance de Villeneuve, quem, em 1834, comprou de Placher o *Jornal do Comércio*, publicação existente até hoje, trouxe a primeira impressora mecânica do hemisfério sul e, posteriormente, a primeira rotativa e a primeira linotipo,¹¹⁵ o que permitiu o aumento de uma tiragem de quatrocentas cópias para quatro mil.

A inovação permitiu a criação de uma revista como *Museu Universal*, a qual adotou a fórmula que foi seguida pelas revistas modernas, com o uso de ilustrações, texto mais leve e a combinação de preocupações culturais e entretenimento – trechos de romances, contos ou poesias, notícias sociais, conselhos domésticos, charadas e anedotas. Em 1849, *A Marmota* adicionou humor às publicações e utilizou ilustrações e caricaturas nas crônicas publicadas. Foi a primeira a combinar o texto com as ilustrações; anteriormente, estas eram impressas em páginas separadas.¹¹⁶ Essas publicações foram marcadas pela mistura de literatura e jornalismo.

Com o passar dos anos, os meios de comunicação passaram a ocupar o espaço da

¹¹² MIRA, op. cit.

¹¹³ SCALZO, op. cit., p. 22.

¹¹⁴ ALI, op. cit.

¹¹⁵ O linotipo é o "processo de impressão pelo sistema de cilindro contra cilindro espetacularmente rápido, que introduz o automatismo e a integração das operações no trabalho gráfico". MIRA, op. cit., p. 21.

¹¹⁶ MIRA, op. cit.

doutrinação, afastando-se de formatos como folhetim, colunismo e artigo político; a nova regra era a objetividade. A separação entre jornalismo e literatura nos jornais fez com que os literatas migrassem para as revistas, ocasionando um aumento no número de publicações predominantemente literárias, como *Revista da Semana* (1900), *A Rua do Ouvidor* (1900), *A Ilustração Brasileira* (1901), *O Malho* (1902), *A Avenida* (1903), *Os Anais* (1904), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1908), *Revista Norte-americana* (1909), *A Cigarra* (1913), *Dom Quixote* (1917). Algumas revistas conseguiram ter vida longa, como *Revista da Semana*, *O Malho*, *Fon-fon*, *Careta* e *Dom Quixote*. Era o auge das caricaturas, críticas e humorísticas, que retratavam o contexto político, cultural e social no qual se encontravam. Os cartunistas passaram também a fazer anúncios para as agências de publicidade estrangeiras que chegavam no Brasil.

Em 1928, o grupo Diários Associados, comandado por Assis Chateaubriand, fundou *O Cruzeiro*, uma revista de sucesso criada como uma publicação para a campanha de Getúlio Vargas, ligada à Aliança Liberal, que se moldou a partir da *Revista da Semana*,¹¹⁷ uma mistura de textos e fotos sobre acontecimentos e variedades que iam desde competições esportivas até campanhas políticas, além de crítica literária, crônica, poesia e contos infantis. A revista, inclusive, incluía em sua equipe Carlos Malheiros Dias, um dos proprietários e diretor editorial da *Revista da Semana*.

Para Maria Celeste Mira,¹¹⁸ em *O Cruzeiro* já é possível encontrar elementos que caracterizam as revistas atuais, como mercadologia, investimento técnico, preocupação com o padrão visual e esquema de distribuição. Além de inovadora por seu visual – feita de papel *couchê* e repleta de fotografias sobre os mais diversos assuntos –, *O Cruzeiro* foi a primeira publicação brasileira a empregar um correspondente no exterior e, ainda, a introduzir as grandes reportagens no Brasil, estabelecendo uma nova linguagem na imprensa nacional. A revista foi criada por influência da reportagem europeia, que mantinha uma relação entre repórter e fotógrafo na qual cada um se dedicava à sua função específica, o que aumentava a qualidade do texto e da fotografia. Em *O Cruzeiro*, a técnica da dupla fotógrafo e repórteres é lembrada pela atuação de Jean Manzon e David Nasser. Autores como Millor Fernandes, Nelson Rodrigues, Lúcio Cardoso, Rachel de Queiroz, Alex Viany, Franklin de Oliveira, Joel Silveira, Gilberto Freyre e José Lins Rego trabalharam ou colaboraram com a revista, que chegou a distribuir 720 mil exemplares, quando a população brasileira era formada por pouco mais de 50 milhões de habitantes.¹¹⁹

O Cruzeiro marcou a transição da desvinculação entre jornalismo e literatura nas revistas. Na década de 1940, dividia o espaço do mercado com *Revista da Semana* (1900-1962), *Careta* (1908-1960), *Seleções* (1942), *A Cigarra* (1914-1975), *Fon-Fon* (1907-1958), *A Scena Muda*

¹¹⁷ Publicação que existia desde 1900.

¹¹⁸ MIRA, op. cit.

¹¹⁹ VILAS BOAS, Sergio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996. Segundo o autor, esse número se aproxima, proporcionalmente, às vendas da revista *Veja* atualmente, que produz cerca de 1.110.000 exemplares para uma população de 200 milhões de habitantes, e é a de maior tiragem no país.

(1921-1955), *Vida Doméstica* (1920-1962), *Jornal das Moças* (1914-1965), *Diretrizes* (1938-1944) e *Manchete* (1952-2000), entre outras. Dos anos 1930 a 1950, *O Cruzeiro* dominava o mercado de revistas de informação, levando a leitores homens e mulheres de diferentes gerações “um pouco de tudo”.¹²⁰ A publicação era considerada a revista da família brasileira e não havia a preocupação em saber quem era e o que queria seu público leitor.

Já na década de 1950, sua principal concorrente era *Diretrizes*, de Samuel Wainer. Lançada como uma revista cultural, a publicação foi se politizando e tornou-se mais engajada, defendendo a linha antifascista e antinazista durante o Estado Novo, até que seu dono foi exilado devido a sua oposição ao governo. Wainer também fundou o *Última Hora*, considerado por Bernardo Kucinski¹²¹ o primeiro jornal de grande circulação no Brasil que representava os interesses do campo popular, e que chegou a vender 700 mil exemplares em cinco capitais. O jornal trouxe inovações como as cartas do leitor, as seções de pesquisas, as manchetes sobre problemas cotidianos, além da agenda do presidente. As três publicações podem ser consideradas responsáveis pela consolidação da grande reportagem na imprensa brasileira. Os jornais diários também foram influenciados por esse gênero, entre eles *O Jornal*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *O Globo*.¹²² *Última Hora* foi como uma escola de jornalismo para os profissionais da área.

Após essa década surgiu *Manchete*, em 1952, para valorizar, mais do que *O Cruzeiro*, os recursos gráficos e as imagens, tornando-se sua nova concorrente. As duas revistas tiveram que se adaptar às novas tecnologias – à televisão principalmente – e, para isso, passaram a fazer o uso de cor, contrastando com o preto-e-branco do aparelho. *Manchete* superou *O Cruzeiro* pelo investimento nos aspectos visuais da notícia. A revista previa 20% de texto, 30% de títulos e espaços em branco e 50% de fotografia.¹²³

Outra publicação que investiu no aspecto visual foi *Senhor*, lançada em 1959. A revista, que durou apenas cinco anos, teve sua importância na experimentação com o projeto gráfico, concebido por dois nomes da história da arte brasileira: Carlos Scliar e Glauco Rodrigues. No lugar da utilização exclusiva de fotografias, os editores de *Senhor* optaram por trabalhar com desenhos, pinturas, tipografia e colagem. Apesar de mais caras que as outras, e dedicada exclusivamente à cultura, a publicação conseguiu manter uma tiragem de 50 mil exemplares.¹²⁴

Além de *Manchete*, também *Seleções* passou a ser concorrente de *O Cruzeiro* no período, com uma tiragem de 500 mil exemplares por edição. Sua origem está na criação em 1922 da estadunidense *Reader's Digest*, veículo que contribuiu para a internacionalização da cultura norte-americana e que, entre 1940 e 1950, alcançou o número de 50 milhões de exemplares editados em 16 idiomas. Até 1951, a versão brasileira publicava apenas matérias traduzidas

¹²⁰ MIRA, op. cit., p. 13.

¹²¹ KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹²² FARO, op. cit.

¹²³ MIRA, op. cit.

¹²⁴ MELO, Chico Homem de; COIMBRA, Elaine Ramos (orgs.). *Linha do tempo do design gráfico no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

da norte-americana. Após esse ano, a produção passou a ser realizada no Brasil, incorporando matérias locais, o que ajudou na sua ascensão no país.

Os leitores dessas publicações eram principalmente de classe média. A política nacional de escolarização do governo Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e a Reforma Campos,¹²⁵ ampliou o público leitor. Nas classes populares, apareceu um número reduzido de leitores, mas estes se identificavam com outros gêneros, como o cinema e o rádio.

Com a presença em ampla escala das imagens, e pelo surgimento do cinema, não demorou a aparecerem as histórias em quadrinhos. Na década de 1930, elas surgiram no mundo devido à busca por técnicas de fotografias e ilustrações que reproduzissem o movimento da cena. Foram introduzidas no Brasil no mesmo período, no suplemento juvenil de *A Nação*, que alcançou a tiragem de 360 mil exemplares. Em 1939, foi lançada a revista *Gibi*, que se tornou sinônimo do gênero no país. Embora as histórias em quadrinhos já fossem divulgadas por outras editoras, foi a Editora Abril, fundada por Victor Civita, que conseguiu estabelecer um novo marco no gênero.

Victor Civita, de origem italiana, nasceu nos Estados Unidos em 1907, e, em 1939, migrou para o Brasil. Embora não tivesse experiência como editor, detinha os direitos de produção dos quadrinhos da Disney, o maior fenômeno de comercialização do mundo. Seu irmão Cesar Civita era envolvido com o mercado de edição, chegando à posição de subdiretor geral da seção de periódicos da Mondadori, editora de Milão. Foi ele quem entrou em contato com Walt Disney para obter a licença comercial das personagens. Nos Estados Unidos, Cesar Civita foi representante da Walt Disney Production na América Latina, negociando licenças comerciais. Em 1941, foi à Argentina, onde fundou a Editorial Abril, a quase homônima da editora fundada posteriormente por seu irmão no Brasil.¹²⁶

A primeira publicação da Editora Abril (a brasileira) foram os quadrinhos *O Pato Donald*, em 1950. A tiragem era de 82.370 exemplares, o que era o sustento da empresa, servindo como uma garantia de sobrevivência caso outros projetos não dessem certo – o que permitia o investimento em experimentações no meio. Em 1952, foi lançado o gibi *Mickey*, em 1961, *Zé Carioca*, e, em 1963, *Tio Patinhas*. As personagens eram copiadas por desenhistas estrangeiros, alguns vindos da Editorial Abril. No Brasil, novas histórias eram inventadas, para que não fosse apenas uma tradução, até mesmo porque as que vinham do exterior não eram o suficiente para a demanda do mercado brasileiro. A Abril brasileira chegou a abrir um centro de criação e, posteriormente, uma escola de arte voltada para os quadrinhos da Disney. As histórias desenvolvidas foram inclusive exportadas para França, Itália, Portugal, Chile, Dinamarca e

¹²⁵ A Reforma Campos, articulada pelo ministro da educação e da saúde Francisco Campos, foi a primeira reforma educacional de caráter nacional no Brasil, realizada no início da Era Vargas, em 1931. Das medidas adotadas, é possível mencionar a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino secundário (dividido em dois ciclos, fundamental e complementar). MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Reforma Francisco Campos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em: 11 de mar. 2017.

¹²⁶ MIRA, op. cit.

EUA.¹²⁷

Além dos quadrinhos, a editora investiu na fotonovela, surgida em um contexto de “cinematização do cotidiano”,¹²⁸ quando foram introduzidas no Brasil as revistas de cinema, que discorriam sobre os filmes e sobre a vida íntima das celebridades. As radionovelas¹²⁹ também se popularizaram, principalmente nas classes mais baixas, para as quais o rádio era o principal meio de entretenimento, e as revistas sobre ele também. *Carioca*, do mesmo grupo da Rádio Nacional, é um exemplo de publicação sobre os bastidores do rádio. Em 1945, foi declarada pelo Ibope a única revista em que a maioria dos leitores pertencia à classe C (43,2%).¹³⁰ A maior parte do público era formado por mulheres.

A fotonovela, por sua vez, surgiu através da Editora Vecchi com *Grand Hotel*, em 1951, outra revista que atraía as classes populares. Inspirada no romantismo hollywoodiano, o novo gênero romantizava o cotidiano, e adquiriu a conotação de ser a “imprensa do coração”.¹³¹ No ano seguinte, a Editora Abril lançou *Capricho*, que em uma década partiu da tiragem de 91 mil exemplares para mais de 500 mil. A diferença entre as duas revistas, que fez com que a última fosse mais conhecida, é que *Capricho* publicava histórias inteiras, enquanto *Grand Hotel* publicava por capítulos. Nesse gênero, a Abril também lançou *Ilusão* (1958-1982), *Noturno* (1959-1975) e *Contigo* (1963). Na década de 1960, as produções ligadas às fotonovelas da Editora rodavam com tiragens entre 200 e 500 mil exemplares. Além das vendas das revistas de histórias em quadrinhos – ainda as mais compradas –, esse gênero passou a ser uma nova fonte de lucro.

A fotonovela estava próxima da imprensa feminina – assunto que será discutido posteriormente –, visto que, além de ser uma publicação lida por uma maioria feminina, publicava igualmente temas relacionados a moda, beleza, culinária, cartas, horóscopo e frases de celebridades, sendo que todos os assuntos tratavam, essencialmente, da moral, valorizando o sofrimento e o casamento. As publicações eram uma distração para as operárias, grupo no qual houve grande circulação de edições, pois os exemplares eram trocados entre amigas ou vendidos em sebo.¹³² A venda das fotonovelas entrou em declínio na década de 1970, quando já não combinavam com as novas posturas em relação ao amor e o casamento, e foram substituídas pelas telenovelas.

Os anos 1960 foram marcados pelas revistas modernizadas da Editora Abril, principalmente *Claudia*, *Quatro Rodas*, REALIDADE e *Veja*. Para Maria Celeste Mira, “em grande parte, foi a Abril que modernizou, a partir dos anos 60, todo o setor em seus aspectos produtivos, gráficos e de distribuição. Através dela pode-se deslindar grande parte

¹²⁷ Id., *ibid.*

¹²⁸ Id., *ibid.*, p. 11.

¹²⁹ As radionovelas têm origem na década de 1930 nos Estados Unidos, nas *soap-operas*, veículos para a propaganda de produtos de limpeza e toalete (por isso o termo *soap*), consumidos principalmente pelas mulheres, por isso o estilo folhetinesco. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

¹³⁰ Pertenciam à classe A 10% do público leitor, enquanto que 38,2% pertenciam à B. Id., *ibid.*

¹³¹ MIRA, op. cit., p. 11.

¹³² Id., *ibid.*

do desenvolvimento do mercado de revistas no Brasil”.¹³³ Mylton Severiano, que trabalhou na empresa, afirma que “coube à Abril importante passo para profissionalizar a categoria [jornalística], ao pagar salários decentes”.¹³⁴ O próprio jornalista, conforme seu relato, é um exemplo disso, pois seu salário, na época, era de 60 mil cruzeiros na *Folha de S.Paulo* e passou a 300 mil quando foi contratado pela Abril. Com o lucro obtido nas histórias em quadrinhos e nas fotonovelas, a editora pode testar novas fórmulas em suas publicações, que modernizariam o mercado editorial, principalmente por um abraileiramento de suas produções, apesar do próprio dono ser um estrangeiro.

A crescente segmentação e o aumento da concorrência entre as revistas, somados à forte persistência do rádio e à crescente expansão da televisão levaram as publicações da primeira metade do século XX ao declínio, inclusive *O Cruzeiro*. A partir dos anos 1960,

com a aceleração do processo de modernização e urbanização do País, sobretudo no fim da década de 1960, algumas pequenas publicações deixam de existir, e grandes conglomerados editoriais passam a se formar. A Editora Globo, a Bloch Editores e principalmente a Editora Abril lançam publicações de grande tiragem e consolidam uma nova “era” no mercado editorial nacional, contribuindo, inclusive, para a derrocada e o fechamento completo, em 1975, de *O Cruzeiro*.¹³⁵

Diferentemente de *O Cruzeiro*, as revistas da Editora Abril representavam a segmentação que ocorria no mercado de revistas, reduzindo o público a grupos específicos. O que se destacou nas novas publicações foi a busca pela identidade e pela realidade brasileiras e o abraileiramento de modelos tradicionais de jornalismo, encontrados nas revistas femininas europeias, na *Quatro Rodas* italiana, na *Life*, e na *Time*. Afinal,

Trata-se de um momento em que a preocupação com a questão da identidade nacional ainda é muito forte. As revistas se baseiam em modelos estrangeiros, mas procurando sempre abraileirar suas fórmulas. Assim, criam recursos para, aos poucos, deixar apenas de copiar as revistas estrangeiras ou simplesmente traduzi-las. O fato refletirá no mercado jornalístico, elevando seu grau de profissionalização.¹³⁶

A trajetória das revistas no Brasil e no mundo está diretamente relacionada com o contexto histórico-social em que está inserida, e pode refletir, por exemplo, o desenvolvimento econômico e industrial do país. Com o crescimento da indústria de fios têxteis, foram criadas as revistas de moda, e o surgimento do setor automobilístico e a construção de estradas levou ao lançamento de *Quatro Rodas*.¹³⁷ Lançada em 1960, com tiragem inicial de 63 mil exemplares, a publicação não se dedicou exclusivamente aos lançamentos da indústria, mas fez reportagens que

¹³³ Id., *ibid.*, p. 8.

¹³⁴ SEVERIANO, *op. cit.*, p. 58.

¹³⁵ TAVARES; SCHAWAAB, *op. cit.*, p. 31.

¹³⁶ Id., *ibid.*, p. 42.

¹³⁷ SCALZO, *op. cit.*

abordavam assuntos como a poluição do ar e a sonora, e a corrupção dos órgãos fiscalizadores do trânsito. Em 1966, lançou o *Guia Quatro Rodas*, com o qual a revista se consolidou no ramo dos guias turísticos, servindo como modelo para as futuras publicações desse tipo.

Quatro Rodas é um exemplo da ligação da Editora Abril com grandes corporações, cobrindo o desenvolvimento industrial no governo de Juscelino Kubitschek. Também serviu para a “integração nacional”, com as matérias de turismo que mostravam o “Brasil para os brasileiros”. Victor Civita chegou a comprar terrenos para construir hotéis, como o Quatro Rodas de São Luís, sendo o primeiro apresentado pelo então governador José Sarney. Em 1971, se envolveu com a Embratur, a Sudene, o Banco do Nordeste e os ministérios de Transporte, do Interior e da Fazenda na campanha “Visite o Nordeste”. O público da revista era essencialmente masculino – em pesquisa encomendada pela Abril, constatou-se que 99% dos leitores eram homens.¹³⁸

Em contraponto à masculinizada *Quatro Rodas*, apenas um ano após a sua criação, a Editora Abril lançou uma de suas mais conhecidas revistas femininas, *Claudia*. A publicação foi considerada “um marco na imprensa e na publicidade brasileira”.¹³⁹ Antes de aprofundar as características dessa revista, cabe situar seu contexto próprio, a imprensa feminina, com suas próprias influências. Além de contribuir para um maior conhecimento acerca de *Claudia*, já será possível abordar como os modelos femininos eram construídos pelas revistas ao longo do tempo, que podem servir como base de comparação para como REALIDADE abordava as mulheres em suas páginas.

1.1.2 A imprensa feminina

Marília Scalzo afirma que “revistas femininas sempre fizeram muito mais sucesso do que revistas masculinas – no mundo todo há muito mais mulheres lendo do que homens”.¹⁴⁰ A primeira revista masculina surgiu apenas em 1933, quando David Smart lançou *Esquire*. Três décadas depois, um de seus jornalistas, Hugh Hefner, fundou a *Playboy*, que publicava fotografia de mulheres nuas, ficção, artigos sobre restaurantes e vinhos e entrevistas.

O que define a imprensa feminina é o seu público, o sexo feminino, que já está definido no nome das publicações desde que surgiram, embora essa forma de segmentação tenha sido adotada no século XX. A principal plataforma utilizada por esse segmento é a revista, por causa dos seus aspectos gráficos e as maneiras de estruturar o conteúdo apresentado,¹⁴¹ o que leva Maria Celeste Mira a afirmar que a revista é feminina e o jornal é masculino.¹⁴² Essas publicações podem ter sido mais atrativas para as mulheres por serem mais leves do que as outras, uma vez que as donas de casa tinham sua leitura interrompida constantemente pelos

¹³⁸ MIRA, op. cit.

¹³⁹ ALI, op. cit., p. 368.

¹⁴⁰ SCALZO, op. cit., p. 25.

¹⁴¹ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009. p. 57.

¹⁴² MIRA, op. cit.

filhos e marido e pelos cuidados domésticos. Assim como a fotonovela, eram uma distração, que colocava a leitora em outro mundo, aquele que poderia um dia vir a ser o dela. Além disso, as revistas se preocupavam mais com conhecimentos práticos, assumindo o caráter de serviço. Apesar do assunto ser diversificado, os temas mais recorrentes eram relacionamento, moda, beleza, casa e culinária.

A imprensa feminina surgiu não muito tempo depois do nascimento da primeira revista na França, a partir de publicações sobre medicina caseira e economia doméstica. Sua aparência foi se modificando juntamente aos outros impressos, mas sua trajetória é marcada pelas mudanças sociais pelas quais as mulheres passaram ao longo dos séculos, “jornais e revistas femininos funcionam como termômetro dos costumes de época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada. A movimentação social mais significativa também vai sendo registrada”.¹⁴³

O primeiro periódico considerado desse segmento é de 1693, o inglês *Lady's Mercury*, uma espécie de consultório sentimental, espaço dedicado a responder as dúvidas de leitoras e leitores, normalmente sobre sua vida afetiva. Em 1758, foi publicado na França o *Courrier de la Nouveauté, Feuille Hebdomadaire à l'Usage de Dames*, e, em 1759, o *Le Journal des Dames*, até 1774 exclusivamente literário. Essa segmentação se espalhou pela Europa, com publicações como *Akademie der Grazien* (na Alemanha, em 1774-1780), *Toilette, Biblioteca Galante* e *Giornale delle Donne* (na Itália, em 1770, 1775, 1781, respectivamente), e *The Lady's Magazine* (na Inglaterra, em 1770). As primeiras revistas femininas se dedicavam basicamente a temas voltados para os afazeres do lar e as novidades da moda, e podiam incluir também moldes de roupas e desenhos para bordados. Em 1805, o alemão *Journal für Deutsche Frauen* acrescentou o horóscopo na lista de assuntos tratados por essa imprensa.¹⁴⁴

Até meados do século XIX, a imprensa feminina no mundo era feita exclusivamente para a elite, devido ao analfabetismo das classes mais baixas. A *The English Woman's Magazine*, criada em 1852, na Era Vitoriana, foi a primeira revista do segmento com circulação de massa, buscando um público mais amplo do que a elite intelectualizada, mas ainda restrito às classes médias e altas. Voltada para mulheres de condição burguesa, publicava matérias com temáticas como cuidados com o lar, os filhos e a aparência.

A imprensa feminina expandiu-se na segunda metade do século XIX, quando, além dos índices significativos de alfabetização (não a toa é a expansão do Romance também), a mulher passou a ser vista como consumidora. As revistas tendiam à obter altas tiragens, principalmente na Inglaterra e nos EUA. No transcurso da primeira metade do século XX, publicações como *Ladies Home Journal*, *Mc Call's*, *Good Housekeeping*, *Cosmopolitan*, *Haper's Bazaar* e *Vogue* chegaram a superar os cinco milhões de exemplares. Na Itália, as revistas eram mais luxuosas, como *Ariana* e *Grazia*, direcionadas à classe média. Na França, nos anos 1930, elas ganharam repercussão por causa do correio sentimental, como em *Confidences*.

¹⁴³ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 24.

¹⁴⁴ SCALZO, op. cit., p. 22.

No Brasil, com 84% da população formada por analfabetos, na virada do século XIX, o acesso à leitura era possível apenas a homens de uma elite pequena, culta e rica, cuja educação era realizada por preceptores e em cursos no exterior. Para as mulheres, o analfabetismo era símbolo de virtude e nobreza, pois, assim, garantia-se a distância dos perigos dos amores secretos por correspondência.¹⁴⁵ Essa situação mudou a partir da segunda metade do século, quando se tornou costume a educação das meninas da elite até os 14 anos, visto que, para serem boas educadoras de seus filhos, deveriam saber o mínimo. Apesar de ser uma medida voltada às funções domésticas, acabou influenciando o mercado de revistas, mesmo que ainda fosse reduzido o número de alfabetizadas.

O início do processo de urbanização levou a uma maior participação das mulheres na cidade, o que exigia atenção redobrada com a aparência. Periódicos femininos como *O Espelho Diamantino*, de 1827, e *Correio das Modas*, de 1839, valorizavam materiais relacionados principalmente à moda. Em 1831, foi fundado *O Espelho das Brasileiras*, que buscava ajudar na instrução das mulheres. Seguiram-se publicações que veiculavam, além de moda, literatura e variedades, como *Jornal de Variedades* (1835), *Relator de Novellas* (1838), *Espelho das Bellas* (1841), *A Violeta*, *O Recreio das Bellas* e *O Brinco das Damas* (1849), *A Grinalda* (1849), *O Bello Sexo*, *O Jasmin* e *A Esmeralda* (1850). Pelo nome das publicações é possível perceber que o universo feminino era entendido como reino das aparências.¹⁴⁶

Embora as redações dos periódicos femininos fossem formadas em sua maioria por homens, as mulheres conseguiram se inserir nesse mercado, no qual encontraram uma forma de expressão e de profissão, escrevendo ideias conservadoras ou emancipadoras e até fundando seus próprios jornais. Na imprensa brasileira, por exemplo, desde o seu início há a participação feminina nas redações, como em *O Jornal das Senhoras*, que circulou entre 1852 a 1855. Em *A Borboleta*, de 1904, a equipe de redatores era formada apenas por mulheres, no caso, Helena e Alaíde Burlamaque e Maria Amélia Rubini.¹⁴⁷ Esse espaço conquistado levou à formação de uma imprensa feminista, essa sim dedicada à liberação da mulher.¹⁴⁸

Dessa forma, a imprensa feminina do século XIX e início do XX se dividia em duas direções: “a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista, que defende os direitos das mulheres”.¹⁴⁹ Nesse segundo grupo, estava *O Sexo Feminino*, fundado em 1875 por Francisca Senhorinha da Mota Diniz (que também publicou posteriormente *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em 1889-1890), que defendia os direitos das mulheres e a sua participação

¹⁴⁵ MIRA, op. cit.

¹⁴⁶ Tatiana Regina Luca destaca essa referência aos atributos de seu público na trajetória das revistas femininas no Brasil, quando as publicações evoluíram de referências florais – como *A camélia*, *A violeta*, *O lírio*, *A grinalda* – para nomes de objetos considerados femininos – *O leque*, *O espelho* – até chegar-se, enfim, aos nomes próprios – *Claudia* (1961), *Marie Claire* (1991), *Bárbara* (1996), *Ana Maria* (1996), *Malu* (1998), *Joyce Pascowitch* (2006), *Lola* (2010). LUCA, Tatiana Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 447-468.

¹⁴⁷ BUITONI (1986), op. cit.

¹⁴⁸ PERROT, op. cit.

¹⁴⁹ BUITONI (1986), op. cit., p. 47.

política. Foi fechada em 1877 e reapareceu em 1887, reivindicando igualdade entre os sexos. *A Família*, por sua vez, fundada em 1889 por Josephina Álvares de Azevedo (cujo irmão era o escritor Álvares de Azevedo), reivindicava a emancipação das mulheres, e *A Mensageira*, fundado por Presciliana Duarte de Almeida (primeira mulher a entrar na Academia Paulista de Letras) em 1897, discutia a condição feminina e literatura. Em 1901, ano seguinte da sua fundação, *Voz Feminina* lançou a campanha pelo voto da mulher. Em nove de maio de 1931 foi fundado o jornal feminino paulista *A Reação*, dirigido por Vicentina Soares, que abordava tanto preocupações sociais – como a situação da mãe solteira – quanto dilemas da burguesia – como se registrou no artigo de Cynira Riedel de Figueiredo, no qual se afirmava que a classe média sofria tanto quanto a baixa.

Havia, também, as publicações híbridas, que circulavam nas duas direções. *A Revista Feminina*, fundada por Virgília de Souza Salles em 1914, apesar de dedicada a variedades, defendia o voto feminino. Cabe ressaltar que, com uma tiragem de 30 mil exemplares e mais páginas de conteúdo do que as outras (até então as publicações não ultrapassavam 16 páginas), a revista antecipou a tendência da imprensa feminina nas décadas seguintes:

[deviam ser] veículos que abarcassem uma boa variedade de assuntos (embora não saindo das artes domésticas) dentro de uma perspectiva mais voltada para o lado comercial (isto é, suprimindo necessidades que aumentavam com a crescente urbanização, contribuindo para a integração numa sociedade cada vez mais industrial).¹⁵⁰

Renascença, fundada em 1923 (durou pouco por causa de sua situação financeira), era uma revista eclética, com temas desde moda a questões políticas, sempre com enfoque na mulher, e que recebia influência de grupos anarquistas, sendo acolhida por eles, além de receber suas colaborações. Sua diretora, Maria Lacerda de Moura, escritora de livros como *Em torno da educação da mulher* (1918) e *Renovação* (1919), que discutiam a condição feminina, chegou a apontar para a perda de sentido da palavra feminismo – de que valia o direito ao voto se as mulheres seguiam dominadas pelos homens – em artigo publicado na revista gaúcha *O Corymbo*. Segundo Dulcília Buitoni, “Maria Lacerda de Moura tentava editar uma revista não alienante, porque considerava deseducativas as outras revistas femininas e mundanas”.¹⁵¹ A filosofia da revista era o “culto à Beleza, qualidade física e principalmente espiritual”.¹⁵² Embora aceitasse a promoção de concursos de Miss, procurava desmitificar a mulher enfatizando sua beleza interior, até quando o assunto era maquiagem. Contudo, segundo Buitoni, apesar de seus objetivos, a revista ainda reproduzia valores elitistas, não dando muita atenção às classes mais baixas, como os problemas dos proletários. Quando assuntos desse público eram abordados, permanecia a distinção entre classes nas características físicas da publicação. Além de reivindicações operárias estarem no final da revista, elas eram escritas em

¹⁵⁰ Apud BUITONI (1986), op. cit., p. 58.

¹⁵¹ Id., ibid., p. 73.

¹⁵² Id., ibid., p. 74.

papel inferior. Para a autora,

embora tentando ligar a mulher ao mundo material, tratando de sua educação, de sua saúde, de seus direitos, do trabalho feminino, de sua conscientização, de sua informação, do contato com o mundo proletário, é ainda uma mulher etérea, cultivadora de valores espirituais, o modelo proposto.¹⁵³

As atribuições ao papel da mulher não são exclusividade da imprensa feminina. Em impressos como *A Revista Illustrada*, *O Cruzeiro*, *Revista da Semana* e *A Cigarra* é possível encontrar textos que oscilam entre a aceitação de direitos como à educação e a exclusão no trabalho, nas letras e, principalmente, na política.

A Revista Illustrada, periódico brasileiro satírico, abolicionista e republicano, surgido em 1876, permitia ao “sexo gentil” o direito à instrução e ao trabalho em áreas educacionais, indústrias “delicadas”, até no comércio e no funcionalismo, mas a política atrapalharia as mulheres nos cuidados domésticos, além do caráter feminino ser revelado, de certa forma, como opressor – vide o estereótipo da sogra: “Depois, muitos publicistas veem um perigo em se envolver a mulher n’esses episodios pelas tendencias despoticas que teem quasi todas as senhoras. Haverá por exemplo, despota que tenha gozado de uma fama oppressôra igual á [sic] das sogras?”¹⁵⁴

O Cruzeiro, em 29 de março de 1930, publicou o artigo de Humberto de Campos, “As tentações do fardão”, em que se pronunciava contra a entrada das mulheres na Academia de Letras porque não havia condições de os dois sexos trabalharem juntos nesse campo.¹⁵⁵ Em 4 de janeiro de 1930, Campos Birnfeld havia publicado na mesma revista o texto “A mulher brasileira”, no qual destacava as qualidades femininas – “Tres typos distinctos formam a corôa da gloria da feminilidade brasileira: a graça airosa da *girl* carioca, o temperamento vibratil da nortista, a belleza altiva e a esthetica sulista”.¹⁵⁶

Como analisa Buitoni, por volta da Segunda Guerra Mundial, quando o evento tomava conta da imprensa, a seção “Cartas de mulher” de 16 de novembro de 1918 da *Revista da Semana*, espaço tanto voltado quanto assinado por mulheres, descreveu em carta assinada por Iracema, uma cena de uma senhora que testemunhava o fim da guerra em uma casa de chapéus. Para a autora, a posição em um espaço destinado à moda indicava a alienação da mulher, que, apesar de não ser fútil, observava os acontecimentos de seu tempo com distância e sem comprometimento. A personagem só se ligaria aos fatos pela emoção, “são índices (segundo a terminologia de Roland Barthes) que remetem a uma atmosfera de emoção, de sentimento, até o clichê máximo do amor materno, da mãe que perdeu dois filhos na guerra.”¹⁵⁷ A autora compara essa ótica feminina à masculina no restante da revista, concluindo que enquanto a última se

¹⁵³ Id., *ibid.*, p. 77.

¹⁵⁴ 1886, apud BUITONI (2009), *op. cit.*, p. 36.

¹⁵⁵ apud BUITONI (2009), *op. cit.*, p. 77.

¹⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 78.

¹⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 62.

refere ao final da guerra, distante da emoção individual e procurando generalizações, a primeira usa os sentimentos da personagem.

Por sua vez, *A Cigarra*, fundada em 1924 pelo grupo Chateaubriand, tratava muitas questões relacionadas às mulheres e possuía colaboradoras. Buitoni destaca a seção “Collaboração das leitoras”, “espelho da movimentada participação das leitoras em suas páginas, trazendo recados de moças enamoradas a príncipes encantados, fofocas entre colegas da escola, comentários a moças que estiveram em bailes etc.”¹⁵⁸ Alguns debates mais sérios apareciam na revista, como uma carta de leitora, assinada por “Joanna Ninguém”, sobre a feminista como “mãe humana”, aplaudida nas respostas de “Da sempre amiguinha E.K.”. Já a revista *Paulistana*, de 1927, dirigida por Guilherme de Almeida, publicou um artigo da Condessa de Noailles que “previne contra o feminismo exaltado, apelando para que suas companheiras de sexo desenvolvam suas virtudes naturais de mulher”.¹⁵⁹

A partir da década de 1940, com a influência do cenário estadunidense, principalmente Hollywood, no consumo, na moda e na beleza, as revistas de atualidade também adotaram a publicação de suplementos femininos para entrar nesse mercado. A *Revista da Semana*, embora em decadência, publicou o “Jornal das Famílias”, com artigos sobre moda. Também *A Cigarra* possuía o “Suplemento feminino”, no qual os assuntos moda, beleza, decoração, família, literatura e consultório sentimental eram apresentados com muitas ilustrações de artistas brasileiros, como Alceu Pena.¹⁶⁰ Após o final da Segunda Guerra, o suplemento passou a se chamar “A cigarra feminina”, com maior número de páginas para abrir espaço para mais anúncios.

O investimento em um espaço feminino mostra que aqui, também, a mulher era tratada como uma consumidora em potencial. O que pode ser visto também na revista *Carioca* (1935-1946), que, apesar de não ser exclusivamente feminina, publicava anúncios dirigidos às mulheres. Além de tratar moda e literatura, a revista era composta em sua maior parte por temas relacionados à rádio e televisão – desde reportagens sobre filmes até fofocas das celebridades.

Os jornais diários também aderiram a seções femininas, contudo

ainda custavam a modernizar-se no que diz respeito a forma e conteúdo. Os velhos padrões, a maioria do jornalismo norte-americano, davam a fisionomia de todos eles. E, no tocante a seções femininas, os jornais sempre estavam atrasados em relação às revistas. Suas seções eram pobres, sem imaginação, com diagramação e ilustração pouco trabalhadas. Eram colchas de retalhos, que juntavam receitas de tricô e crochê, uma crônica ou poesia, culinária, moda, conselhos de beleza, frases de amor etc. Boa parte do material publicado era tradução de textos enviados por agências estrangeiras. A mulher, como público, não era muito considerada. A impressão que se tem é que o jornal editava a página feminina mais para constar.¹⁶¹

¹⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 65.

¹⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 85.

¹⁶⁰ Segundo Buitoni (2009), a seção de Alceu Pena era um dos poucos espaços com representações do país, na invasão das celebridades hollywoodianas na imprensa feminina.

¹⁶¹ BUITONI (2009), *op. cit.*, p. 97.

Essa falta de atenção dos jornais diários justifica o destaque da revista como principal plataforma da imprensa feminina. Esse segmento seguiu como a primeira escolha de muitas mulheres, visto que era um espaço delimitado que se dirigia as elas, diferentemente da grande imprensa, que tinha como modelo de leitor o homem.

1.1.2.1 A melhor amiga da leitora

Dulcília Buitoni destaca que nas publicações do início do século XX a beleza da mulher era constantemente ressaltada e comparada à natureza, mas “não se fala em ser humano”.¹⁶² A autora exemplifica com o texto *A Mulher*, assinado pelo pseudônimo Saphira, publicado em *O Ramilhete* (1901), que afirma que

a mulher é na vida o que a flor é no campo, o aroma da flor, o oásis no deserto, a frescura no oásis, o desenho na pintura, o colorido no desenho, o trinado na música, a melodia no trinado, o balsamo na chaga, a suavidade no balsamo, a lagrima no martyrio, a poesia na lagrima, a esmola na indigência, a modestia na esmola, o mavioso sorriso da aurora na madrugada e a lava refrigerante no vulcão.¹⁶³

Como afirma Michelle Perrot, “a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu”.¹⁶⁴ O filósofo Charles Montesquieu via uma utilidade para o desejo feminino por prazer: sua vaidade possibilitava o aumento do comércio, e, conseqüentemente, o enriquecimento da sociedade. Afinal, às mulheres cabia o privilégio da beleza, mas não a capacidade de raciocínio.

A aparência feminina era capital simbólico utilizado na obtenção de um bom matrimônio, “uma troca desigual em que o homem se reserva o papel de sedutor ativo, enquanto sua parceira deve contentar-se em ser o objeto da sedução, embora seja bastante engenhosa em sua pretensa passividade”.¹⁶⁵ Na revista *A Estação* foi publicado em 1883 um artigo que alegava que “conquistar um homem, leitoras, é ainda a melhor conquista para a mulher”.¹⁶⁶ As revistas femininas ofereciam recursos, como dicas de moda, maquiagem e cosméticos, que conseguiam fazer qualquer mulher bela, e acabavam criando padrões de beleza que se difundiam e eram transformados com os novos hábitos. Dessa forma, o corpo feminino adquiriu diferentes silhuetas moldadas por maquiagem, vestuário, dietas e exercícios físicos, cortes de cabelos e postura.

No final do século XIX e início do XX, a maquiagem não era ideal para as “jovens decentes”, logo, as garotas deviam ficar belas através do vestuário: silhuetas comprimidas com espartilhos e cintas, porta-seios, saias para acrescentar volume nos quadris, além de botas,

¹⁶² BUITONI (2009), op. cit.

¹⁶³ Id., ibid., p. 54-5.

¹⁶⁴ PERROT, op., cit., p. 49.

¹⁶⁵ Id., ibid., p. 50.

¹⁶⁶ apud BUITONI, op. cit., p. 36.

chapéu, joias, luvas e leque.¹⁶⁷ Até então, a magreza era sinal de feiura, comparada a doença e pobreza, “mulher muito magra corria o risco de ficar solteira para sempre”.¹⁶⁸ As dietas oferecidas pelas revistas eram sobretudo para o aumento do volume corporal.

Essa preferência começou a mudar a partir da década de 1920, com a popularização dos banhos de mar, o culto à juventude e a divulgação da indústria cinematográfica de novas formas de cuidar do corpo. Hollywood foi responsável pela popularização do cabelo curto à *la garçonne*, expressão inspirada no título da obra de Victor Margueritte, de 1922, que denunciava a hipocrisia burguesa e relatava experiências sexuais e transgressões da heroína Monique Lerbier, e que popularizou também o corpo feminino longilíneo e a maquiagem carregada, com lábios pintados em formato de coração (esta última não foi amplamente adotada pelas brasileiras, pois o excesso de maquiagem ainda estava relacionado à mulher leviana). O corte dos cabelos indicava a liberdade tanto do peso e do embaraço da cabeleira quanto de um dos símbolos da sedução e dos mistérios femininos.¹⁶⁹ O corpo e o vestuário se adaptavam aos automóveis e aos esportes, eram práticos e rápidos, assim como se modificavam no momento em que tinha início a emancipação das mulheres pelo mundo.

Na moda, as liberdades são mais aparentes do que reais, e, se em uma década se eliminam certas restrições, outras surgem no lugar. Em primeiro lugar, os vestidos cilíndricos usados pelas jovens dos “Anos Loucos”, embora as livrassem de camadas de anáguas e do aperto do espartilho, exigiam achatadores de seios e cintas de quadris para garantir o visual andrógino, além da abertura das saias permitir apenas passos curtos, com o risco de quedas. Além desse aspecto, eliminadas as curvas do corpo feminino na nova moda, as medidas do corpo feminino recomendadas entraram em decréscimo. O peso aconselhado pela revista francesa *Votre Beauté* para uma mulher de 1,60m caiu de 60kg em janeiro de 1929 para 51,5kg em maio de 1939. Entretanto, não se tratava somente de uma questão estética, o excesso de peso passou a ser associado a doenças, como as de coração e de hipertensão.¹⁷⁰ Entre as décadas de 1930 e 1950, as revistas começaram a publicar dicas de dietas para reduzir o peso e exercícios para diminuir medidas da cintura e endireitar a postura.

A beleza voltou-se ao porte ideal da esposa fiel – decoro, gestos cerimoniosos, pudor, candura e obediência. Segundo Denise Bernuzzi Sant’Anna, “esse ideal feminino legitimava a autoridade masculina, justificava a restrição da vida pública às mulheres e, igualmente, os seus ímpetos sexuais”.¹⁷¹ Enquanto as solteiras recebiam os conselhos de beleza para a conquista de um bom matrimônio, as casadas eram orientadas a cuidarem de sua aparência para “manter acesa a vulnerável chama do amor conjugal”.¹⁷²

Na imprensa feminina tradicional, até o início do século XX, havia forte presença da

¹⁶⁷ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 105-125.

¹⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 106.

¹⁶⁹ VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

¹⁷⁰ Id., *ibid.*

¹⁷¹ SANT’ANNA, op. cit., p. 110.

¹⁷² Id., *ibid.*, p. 111.

cultura francesa, mas a partir de então, consolidou-se a cultura de massa norte-americana. Perto da segunda metade do século XX, juntou-se à moda o cinema e, depois, a televisão e a publicidade, todos os meios com o mesmo propósito: consolidar e aprofundar a perspectiva de uma economia de consumo. O rosto tornou-se foco da beleza com a propagação do estilo hollywoodiano e o desenvolvimento da indústria de cosméticos, na década de 1930. As fotografias dos anúncios eram compostas apenas por mulheres de pele alva. Nesse mesmo período, as curvas voltaram à moda, mas, desta vez, moldadas pelos exercícios físicos, não pelo vestuário: “cintura fina, quadris largos, ombros roliços, seios insinuantes, pernas grossas e bem torneadas”.¹⁷³ É o momento no qual as capas adotaram a fotografia do rosto feminino, movimento iniciado por *Marie Claire* (1937). Após a Segunda Guerra Mundial, as revistas, na relação com a leitora, optaram pelo tratamento de “você” no lugar da terceira pessoa do singular; simultaneamente, passaram a surgir títulos com nomes de mulheres, procurando estimular, na relação entre o veículo e a leitora, o surgimento de uma espécie de amizade, cumplicidade e confidencialidade.

Na década de 1940, além da influência de Hollywood, a imprensa feminina acrescentou o psicologismo através dos testes de personalidade – publicados até hoje, muitas vezes com pretensões científicas. Nesses testes, eram encontrados os estereótipos femininos, como em “Que mulher é você”,¹⁷⁴ publicado pela revista *Grande Hotel*, no qual eram apresentados os modelos: 1) a amorosa; 2) a esposa; 3) a inteligente; 4) a camarada; 5) a mulher-criança; 6) a deslumbrante; 7) a maternal. Segundo Buitoni, a respeito dessa matéria, o padrão de beleza é o mesmo para todos os tipos:

toda uma ideologia do papel feminino está em cada um dos tipos propostos. O padrão de beleza apresentado, apesar de subdividido em sete, é um só: o da mulher branca, de “pele fina” (aparece três vezes explicitamente; e nas outras, está implícito), bem-proporcionada (duas vezes), cabelos e olhos bonitos.¹⁷⁵

Os modelos de beleza femininos eram influenciados pelas atrizes norte-americanas e europeias – altas, “bem-proporcionadas”, olhos claros, cabelos morenos – e determinavam a personalidade da mulher. Valorizava-se o seu papel na família, enquanto eram pouco mencionadas as profissões que elas poderiam exercer – afinal, “a guerra acabara, a mão de obra feminina já não era tão necessária; o imenso exército de reserva devia voltar ao seu lugar primitivo e não podia ser muito incitado com apelos fora de casa”.¹⁷⁶ Foi nesse período que surgiu a já mencionada *Grande Hotel*, em 1947, inspirada na francesa *Confidences*, de literatura sentimental, a *Encanto*, em 1951, e *Capricho*, em 1952. Em 1961, a Editora Abril chegou finalmente à criação de *Claudia*, lançada com uma tiragem inicial de 164 mil exemplares.

Claudia era a “filha de papel” de Victor e Sylvana Civita, que, segundo contam, substituíam a filha que não tiveram quando optaram por se dedicar à Editora Abril.¹⁷⁷ Com papel

¹⁷³ Id., *ibid.*, p. 115.

¹⁷⁴ apud BUITONI (2009), *op. cit.*, p. 91.

¹⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 91.

¹⁷⁶ Id., *ibid.*, p. 96.

¹⁷⁷ MIRA, *op. cit.* Como acontece em *Claudia*, a intimidade proporcionada pelas revistas femininas as transforma em filha,

de alta qualidade, investimento em fotografias e em seu projeto gráfico, o objetivo da revista era atender um público formado por mulheres casadas, ajudando-as, de sua maneira, a assimilar as transformações sociais e as modernidades da década de 1960.

A revista representava o abasileiramento de revistas femininas americanas e europeias, como *Mc Call's* e *Marie Claire*, e contou com fotografias de moda produzidas nessas regiões, visto que não havia esse serviço no Brasil. Embora tenha iniciado com imagens importadas, ou com modelos brasileiras fotografadas no exterior, e capa e diagramação inspiradas na homônima argentina, a revista passou a valorizar a produção brasileira. Com a falta de profissionais experientes no país, tornou-se um laboratório e uma escola de fotografia de moda, e enfrentou obstáculos como o preconceito em relação à moda e a crença popular de que modelos eram prostitutas. A equipe de *Claudia* conseguiu inovar os aspectos visuais das revistas, além de ter contribuído para a profissionalização e a legitimação do jornalismo de serviço e formado profissionais que foram para outros campos. A revista pode ser considerada “[...] uma revista bastante importante: para as fotografias de moda, cozinha e decoração criou seus próprios estúdios, mostrando que, antes de mais nada, abasileirar significava criar condições para produzir aqui o que antes tinha de ser comprado fora”.¹⁷⁸

Claudia buscava a identidade da mulher de classe média urbana, a que tinha o poder aquisitivo necessário para integrar a sociedade de consumo. Segundo Soraia Carolina de Mello, *Claudia* era “um produto feito para vender produtos”.¹⁷⁹ Os temas mais presentes na publicação feminina eram alimentação, moda, higiene pessoal/beleza e serviços financeiros. Boa parte de seu conteúdo era destinada a publicidade e reportagens casadas com anúncios da edição. Segundo a autora, a revista atuava como um guia de compras. As matérias, supostamente escritas por jornalistas, vinham acompanhadas de endereços e telefones de marcas relacionadas ao assunto. Os anúncios mostravam mulheres como donas de casa, submissas e recatadas. Cecília Russo e Jaime Trojano¹⁸⁰ afirmam que em 52% dos anúncios da década de 1960 as mulheres apareciam em posição de submissão.

Pinsky¹⁸¹ divide o século XX em dois momentos: o de consolidação de modelos de feminilidade, que aconteceu até os anos de 1960, e o de questionamento

Imagem 1 – Propaganda de *Claudia*



esposa ou amiga.

¹⁷⁸ MIRA, op. cit., p. 54.

¹⁷⁹ MELLO, Soraia Carolina de. O trabalho doméstico na revista *Claudia* (1970-1980). FAZENDO GÊNERO – DESAFIOS ATUAIS DO FEMINISMO, n. 10, 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://www.en.fazendogenero.ufsc.br/10//?lang=en-us>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

¹⁸⁰ RUSSO, Cecília; TROIANO, Jaime. *Marcas de Mulher: 45 anos de propaganda feminina em revista*. Disponível em: <<http://www.ayrconsulting.com/pt/detail.aspx?sid=aT7HfFdlgxt4LKppS2rLnMcjA8drQmA51Ckz9EXI4M0/cpck6gQGTydGzsRWHi/s&ctx=FBA7495AB1486BA55084647CD1FD6838>>. Acesso em: 9 set. 2014.

¹⁸¹ PINSKY (2012a), op. cit.

Reprodução

Fonte: REALIDADE, n. 46, jan. 1970. Mensal.

do período anterior. No primeiro momento, a mulher é vista por sua “natureza”, a de procriadora, cujo objetivo era cuidar do lar, dos filhos e do marido. A imprensa, “como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos desta mulher, a ‘mulher ideal’ do novo século”.¹⁸² A partir dos anos 1960, há uma redefinição das representações da mulher no espaço público. O contexto era de transição de modelos rígidos de comportamento para modelos flexíveis, como Pinsky divide o pensamento do período.¹⁸³ *Claudia* transitava entre um modelo e outro. A publicação possuía vários discursos, muitas vezes contraditórios, que se dividiam entre a moral da época e as transformações do papel da mulher. Quando o assunto era beleza, se referia a elegância, classe e bom gosto, descrição no vestuário (a altura ideal das saias) e cuidados com o corpo (tanto o seu quanto o do marido). Quando questões relativas a trabalho eram mencionadas, se referia ao doméstico.¹⁸⁴ Entretanto, acompanhou a liberdade sexual da década de 1960, afinal, foi a primeira publicação feminina no Brasil a publicar a palavra “sexo”, embora este, na revista, só existisse depois do casamento. Como afirma Dulcília Buitoni, “*Claudia* é uma revista que procura adequar-se às exigências do mercado. Houve época de publicar reportagens mais polêmicas, temas mais intelectualizantes, mas seu grande filão, além da moda, é o mundo doméstico”.¹⁸⁵

Em *Claudia*, era possível encontrar a coluna *A arte de ser mulher*. No seu início, sem autor fixo, era destacada a responsabilidade feminina para a manutenção da vida conjugal, embora, por vezes, as mulheres fossem incentivadas na sua ação individual, contra a ideia de que elas deveriam sempre agradar o homem. Quando Carmen da Silva assumiu a coluna, em 1963, o segundo conselho tomou força, pois a “mulheróloga”, como ficou conhecida, defendia a liberdade de escolha da mulher e a eliminação de moralismos e, inclusive, chegou a publicar crônicas e artigos em *REALIDADE*. Silva abordava temas como solidão, machismo, trabalho feminino, alienação e problemas sexuais. Sua produção em *Claudia* pode ser dividida em três fases. Na primeira, tratava o “despertar” das leitoras, alertando-as sobre a vida de sonhos na qual estavam mergulhadas. Em seguida, passou a abordar as injustiças e discriminações que sofriam as mulheres para, por fim, propagar a “descoberta” do seu valor.

Carmen da Silva utilizava seus conhecimentos sobre psicologia para tratar os temas que envolviam a vida das mulheres com seriedade e argumentação bem fundamentada, por mais que integrasse os meios de comunicação de massa. Ao invés dos artigos escritos de maneira impessoal, para uma mulher genérica e universal, adaptações de matérias estrangeiras, a colunista partia das reclamações que recebia das brasileiras e do que observava em seu contexto.¹⁸⁶

Enquanto *Claudia* se desenvolvia, a imagem da mulher se transformava para a de um

¹⁸² PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012b. pp. 513-543. p. 472.

¹⁸³ Id., *ibid.*

¹⁸⁴ PERUZZO, Marinella Stefani. *Análise dos discursos sobre a mulher brasileira em 1961 e 1996, na Revista Cláudia*. 1997. (Monografia) – Departamento de Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

¹⁸⁵ BUITONI (2009), *op. cit.*, p. 50.

¹⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 112.

ser com o mesmo direito ao prazer sexual que o homem. Já era permitido a elas paquerar, e as demonstrações do relacionamento amoroso (abraços e beijos em público) já não eram mal vistas – embora ainda existissem os vigilantes da moral. A virgindade não era mais uma obrigação para um “bom” casamento, nem motivo de honra. Grupos feministas reivindicavam o direito de ser dona do próprio corpo, do prazer, do orgasmo, de escolher quando ter filhos. Segundo Pinsky,

acompanhando o clima de mudanças, os meios de comunicação fizeram sua parte. Embora mantendo o modelo heterossexual para os relacionamentos e muitas das diferenças de gênero em que o masculino ainda é referência e o homem detém maior poder, já dissociavam a relação sexual do matrimônio, legitimando socialmente a “mulher moderna”, “liberada”.¹⁸⁷

Em 1973, a Editora Abril decidiu lançar, então, a revista *Nova*, a versão brasileira da norte-americana *Cosmopolitan*.¹⁸⁸ Esta última foi fundada em 1886 como uma revista de família; contudo, em 1965, foi reformulada e redirecionada para o público feminino por Helen Gurley Brown, introduzindo às publicações femininas assuntos como carreira, independência e relacionamento. *Nova* causou polêmica por ter sido a primeira a citar a palavra orgasmo em um título e, por isso, teve problemas com anunciantes e com os maridos que não permitiam que as esposas a lessem. Contudo, “as leitoras se identificaram com o seu conteúdo editorial e garantiram o sucesso da revista desde a primeira edição, que vendeu inesperados 170 mil exemplares”.¹⁸⁹

Um dos obstáculos que a imprensa feminina das décadas de 1950 e meados da de 1970 enfrentou foi a censura, tanto por parte do governo quanto por parte da própria editora. Não era possível nomear as partes do aparelho genital feminino, apenas descrevê-los. Desenhos e fotos eram praticamente proibidos. Entretanto, na década de 1970, com o surgimento de *Nova*, além de *Playboy* e *Carícia*, o sexo passou a ser falado mais abertamente. Na televisão, as novelas e seriados apresentavam cenas de beijos e casais na cama, e, em 1975, Sônia Braga, protagonista de *Gabriela*, apareceu nua.¹⁹⁰ Os valores familiares foram modificados, e o universo feminino tratado pelas revistas passou a incluir, além de lar, beleza e questões do coração, sexo e atividade profissional.¹⁹¹

Nos seus quatro séculos de existência, pouco mudou na composição da imprensa feminina. As mudanças da fórmula editorial foram até frequentes, devido a sua capacidade de captar alterações do mercado, contudo, as inovações raramente “representam verdadeiras mudanças”, uma vez que “os veículos femininos quase sempre não têm pretensão de modificar o mundo; eles trabalham em cima do repertório de seu público, e são ajudados pelo estereótipo

¹⁸⁷ PINSKY (2012b), op. cit., p. 520.

¹⁸⁸ Segundo Fatima Ali, O motivo da troca pelo abrigamento do nome da publicação foi a censura e a mentalidade do "Brasil: Ame-o ou deixe-o". ALI, op. cit. Em 2015, a revista passou a ser chamada de *Cosmopolitan*, embora, até o início de 2017, ainda carregasse o título *Nova* acompanhado no cabeçalho.

¹⁸⁹ Id., ibid., p. 374.

¹⁹⁰ PINSKY (2012b), op. cit.

¹⁹¹ LUCA, op. cit.

e pela publicidade”.¹⁹² O que variou ao longo do tempo foi a dosagem de certos assuntos, a inclusão de uns e a exclusão de outros, mas o que realmente se transformou foi “a visão histórica a partir da qual cada um desses temas vai ser exposto, discutido ou recomendado em cada momento”.¹⁹³

A forma como as revistas femininas tratavam as temáticas era circular, ou seja vinculada à natureza e às estações do ano, de forma que os assuntos pudessem ser retomados nas edições dos próximos anos. Tratava-se de

um tipo de produção jornalística que não é movida pela necessidade de registrar o fato novidadeiro [*sic*] do dia anterior, matéria-prima por excelência do jornalismo. Pelo contrário, a imprensa feminina orbita em torno de temas mais perenes, não submetidos à premência do tempo curto do acontecimento.¹⁹⁴

Dulcília Buitoni afirma que nem tudo o que está na imprensa feminina é jornalismo. Partindo do critério de que a teoria do jornalismo situa como elemento essencial da área a notícia (a informação nova), a autora conclui que a atualidade não é muito presente nos conteúdos dedicados à mulher. Quando é presente, por exemplo, na moda, ela é pré-fabricada, pois segue a tendência de mercado, enquanto nas seções de celebridades, é fantasiosa. A imprensa feminina faz uso das novidades para parecer atual, mas estas são formadas majoritariamente por matérias frias:¹⁹⁵ “’atual’ aqui é apenas sinônimo de novo, mediador de novidade e não de momento situado no tempo”.¹⁹⁶ Além disso, segundo a autora, as revistas femininas inventam modismos, influenciadas pelo sistema da moda, e funcionam como agentes de uniformização.

As revistas femininas tendem a estabelecer uma relação de proximidade com a leitora, que pode servir para transmitir a informação, contudo, também funciona para o convencimento e a imposição. O tempo verbal mais presente é o imperativo, se aproximando do discurso publicitário.¹⁹⁷ Apesar dessa relação de proximidade com seu público, este pode não perceber que há um destinatário ideal daquela publicação, o modelo da mulher branca de classe média, heterossexual, à procura de um relacionamento amoroso e preocupada com o corpo magro, a juventude e a moda.

Buitoni¹⁹⁸ explica que os periódicos destinados ao sexo feminino não retratam a “mulher de verdade”. Não obstante a suposta superficialidade do conteúdo, o interesse dessa segmentação vai além da indústria cultural, “a relação entre a imprensa feminina e a mulher implica questões mais abrangentes, como o papel social da mulher ou sua participação política. E aí entra a ideologia”.¹⁹⁹ Para Buitoni, a imprensa feminina é muito mais “ideologizada” do que a imprensa de informação geral, escondendo conteúdos fortes sob a aparência de neutralidade.

¹⁹² BUITONI (2009), op. cit., p. 78.

¹⁹³ MIRA, op. cit., p. 58-59.

¹⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 448.

¹⁹⁵ Matérias frias são aquelas que não têm urgência para serem publicadas, pois não abordam temas necessariamente novos.

¹⁹⁶ BUITONI (2009), op. cit., p. 14.

¹⁹⁷ LUCA, op. cit., p. 448.

¹⁹⁸ BUITONI (2009), op. cit., p. 12.

¹⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 21.

A autora explica:

Com isso, não negamos que a imprensa diária seja “ideológica”. Ela é. Como todos os tipos de imprensa, usa de critérios avaliativos para selecionar e editar suas matérias. No entanto, a maioria de suas matérias está situada dentro do que se convencionou chamar de *jornalismo informativo* e algumas, de *interpretativo*. A ideologia está presente, mas muito mais estruturalmente do que num texto individualizado.²⁰⁰

O caráter mais ideológico da revista feminina se daria pela valorização do jornalismo interpretativo, do diversional, do opinativo e de serviço. Por sua falta de utilização do jornalismo informativo, a ligação “mulher-mundo” é substituída por “mundo da mulher”. Como afirma Buitoni, “a linguagem não serve só para relatar ou descrever. A linguagem *diz* as coisas. E a imprensa feminina, sendo linguagem, *diz* a mulher. Ela produz formas, configurações que não aparecem à primeira vista”.²⁰¹ Para a autora, as revistas femininas têm maior poder de influência no cotidiano das pessoas do que o jornal diário. Entretanto,

Sem negar a estratégia persuasiva desses impressos, a insistência no individualismo e a ausência quase absoluta do debate de questões políticas, econômicas ou sociais, é preciso alertar para o fato de as leitoras não serem meras receptoras de mensagens, que absorvem passiva e mecanicamente o que se lhes apresenta. De outra parte, a mídia não atua sempre no sentido de preservar valores e padrões dominantes, antes se constitui num espaço de debates e disputas, veículo de ordem e também da mudança e da transformação.²⁰²

Mesmo assim, as representações de mulheres ainda são limitadas, e as dicas de conquista, moda e beleza ainda são voltadas à sedução, o que indica que “a tão propalada independência da nova mulher não vai muito além da capacidade de consumir para seduzir”.²⁰³ A presença feminina sob o viés da política ainda é escassa na imprensa, mesmo após as conquistas femininas de igualdade nos direitos políticos e de participarem mais ativamente desse espaço. Mesmo quando as publicações trabalham mulheres envolvidas em cargos de gestão, pública ou privada, são enfatizados atributos relacionados às concepções tradicionais da “natureza” feminina – ou a falta deles –, como sensibilidade, emoção e compreensão. Segundo Tatiana Luca, “no momento em que não correspondem a esse modelo, ou seja, não se limitam ao papel subordinado que delas se espera, frustram expectativas e enfrentam a grave acusação de terem perdido a própria essência, a feminilidade”.²⁰⁴

Apesar dessas implicações, a imprensa feminina acaba refletindo um recorte das transformações do papel das mulheres na sociedade e, como afirma Tatiana Luca, não há

²⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 22. Grifos no original.

²⁰¹ Id., *ibid.*, p. 11. Grifos no original.

²⁰² LUCA, *op. cit.*, p. 465.

²⁰³ Id., *ibid.*, p. 458.

²⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 466.

dúvidas de que estão impressas nas páginas das revistas as mudanças de valores, padrões e comportamentos socialmente aceitos. Isso pode ser visto na análise de Raquel Torres Gurgel,²⁰⁵ que comparou *Capricho* ao longo de quatro décadas. A autora aponta para a diferença do conteúdo publicitário presente na revista, que estava diretamente relacionado à mudança de mentalidade da leitora. Segundo a pesquisadora, na edição analisada de 1971, havia doze propagandas de cosméticos, seis de roupas e dez de produtos ligados ao lar. Nesse período, a *Capricho* se comunicava com a mulher casada, e suas matérias se referiam aos cuidados da casa, do marido e dos filhos. Já na edição de 1981, o número de anúncios passou para nove de empregos e cursos, três de roupas, três de cosméticos e três de produtos do lar. No conteúdo das matérias, por sua vez, embora o casamento não fosse mais uma realidade obrigatória para sua leitora, as temáticas abordadas ainda eram o relacionamento amoroso. Na edição de 1996, não havia mais anúncios de produtos do lar, sendo predominantes as propagandas de cosméticos (5) e roupas (12). O conteúdo, por sua vez, tratava abertamente o sexo, valorizando a escolha da mulher e oferecendo dicas de proteção, além de matérias voltadas à escola e à relação com os pais, embora a opinião dos homens ainda fosse presente nos textos que envolviam relacionamento.

A partir desse exemplo, é possível observar, também, a ligação entre jornalismo e publicidade. Foi principalmente com *Capricho* que a Editora Abril viu seu modelo de negócio se transformar comercialmente. A revista teve seu lançamento anunciado no rádio e em outros veículos de comunicação. A partir dela, a imprensa tornou-se comercial. Não que não fosse antes, afinal dependia dos anunciantes, mas, a partir de *Capricho*, as revistas femininas passaram a ser vendidas como guias de compras e não exclusivamente como informação, devido a alta tiragem e amplo espaço dedicado apenas à propaganda. Para Buitoni, ela representou uma nova fase na imprensa feminina

a tiragem crescente ilustra a potencialidade do público que começava a ser conquistado com recursos outros (utilização de vários meios de comunicação) além da qualidade ou não do produto. O primeiro número de *Capricho*, que era de tamanho pequeno (14x19cm), vendeu cerca de 26 mil exemplares, quando a tiragem era 90 mil [...]. *Capricho* foi quinzenal até o número oito; depois aumentou de tamanho (20,5 x 27,5cm) e mudou de periodicidade, tornando-se mensal. Do número nove em diante (parece que o tamanho influiu favoravelmente) passou a vender mais de 100 mil exemplares, atingindo no ano seguinte 240 mil. No final da década, a venda chegava a 500 mil exemplares, cifra que não é igualada hoje pela mesma revista, em virtude da diversificação do mercado. Esses resultados são expressivos, considerando-se que na década anterior nenhuma revista feminina ultrapassava 50 mil exemplares.²⁰⁶

Consolidava-se a percepção de que a mulher era um público consumidor lucrativo, e tudo o que integrava as publicações estava diretamente ligado ao produto, ou servia de ativo

²⁰⁵ GURGEL, Raquel Torres. A mulher de Capricho: uma análise do perfil das leitoras através dos tempos. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 6, n. 1, p.94-106, 01 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49263> >. Acesso em: jun. 2016.

²⁰⁶ Id., *ibid.*, p. 98.

para a divulgação da publicidade nelas contida.²⁰⁷ Os produtos passaram a integrar as matérias, fossem elas dedicadas a beleza, moda ou turismo, o que ficou ainda mais evidente quando, uma década depois, surgiu *Claudia*.

A questão comercial do produto jornalístico não é exclusividade da imprensa feminina, e está presente em boa parte das publicações, sendo uma das suas principais formas de sustento. No caso da Editora Abril, essa questão esteve sempre presente, e foi o que contribuiu para a longa duração da empresa. Na segunda metade do século XX, a Editora se expandiu e teve papel relevante no mercado editorial, e, até hoje, representa um dos principais conglomerados de comunicação do país. A editora passou de uma produção de sete títulos entre 1950 e 1959, 27, entre 1960 e 1969, e 121, entre 1970 e 1979.²⁰⁸ Não só o número de publicações aumentou, como a diversidade do que era editado também. Tanto a quantidade produzida beneficiava o mercado editorial, quanto a segmentação das publicações, que encontrava um público consumidor daquilo que era produzido especificamente para ele. Além disso, à família Civita pertencia, além da Editora Abril, a Distribuidora Nacional de Publicações, as Centrais de Estocagem Frigorificada, a Quatro Rodas Hotéis e a Quatro Rodas Empreendimentos Turísticos.

A Editora Abril fazia parte da grande imprensa, definida por Aquino como uma formação de veículos de comunicação que funcionam como “órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência”.²⁰⁹ A editora se diferenciava das tradicionais famílias oligárquicas que controlavam a imprensa no Brasil, sendo seu comportamento determinado mais pelo mercado do que pela ideologia política dominante.²¹⁰ Os anunciantes eram a sua principal fonte de renda. Só REALIDADE carregava quase uma centena de páginas de artigos publicitários em suas edições.²¹¹

1.2 OS PODERES ECONÔMICO E POLÍTICO NA IMPRENSA

Nelson Werneck Sodré aponta que a imprensa está submetida

a condicionamentos os mais diversos: ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais etc., etc. – e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários das empresas, particularmente as brasileiras do tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais desses proprietários no mundo dos negócios e no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de empresa como situação de classe; às agências de notícias, todas estrangeiras, de que dependem

²⁰⁷ Id., *ibid.*

²⁰⁸ ORTIZ, *op. cit.*

²⁰⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano de dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999. p. 37.

²¹⁰ KUCINSKI, *op. cit.*

²¹¹ MIRA, *op. cit.*

inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grandes monopólios, também estrangeiros, que operam no país.²¹²

A imprensa não é o jornalismo, mas o corpo material da distribuição de informações que resultou nele, uma “[...] modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais que [...] expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social em seu desenvolvimento histórico”.²¹³ A indústria da informação surgiu como um meio técnico capaz de ampliar o alcance da comunicação e reduzir o tempo de recepção. Os primeiros jornais tratavam essencialmente de questões mercantis, não apenas para expor dados de oferta e demanda, preços, tendências e novos públicos, mas também para expandir as relações comerciais, “forma elementar da universalização e integração da sociedade humana e dos indivíduos que a constituíam”.²¹⁴ Consolidada a produção capitalista, a burguesia passou a ganhar poder também na política, iniciando, assim, a segunda fase do jornalismo, o opinativo, que teve seu apogeu na primeira metade do século XIX. Por fim, o jornalismo informativo marcou a terceira fase, na qual a notícia também tornou-se mercadoria, principalmente o espaço publicitário dos veículos. O jornalismo informativo foi resultado dos avanços técnicos – telégrafo, rotativa, cabo submarino, expansão de linhas férreas, linotipo e aperfeiçoamento da fotografia – e sociais e econômicos – aumento populacional, queda do número de analfabetos, surgimento dos correios, queda dos preços de exemplares graças às inovações técnicas – a partir da segunda metade do século XIX. É nessa fase que a Editora Abril se enquadra.

A história da imprensa acompanha o desenvolvimento do capitalismo. Segundo Nelson Werneck Sodré,

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento do capitalista em que está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações.²¹⁵

Para o autor, notícias nas tribos primitivas, a *Acta diurna* dos romanos e o ressurgimento desse processo em Veneza não fazem parte da história da imprensa. O desenvolvimento da imprensa pode ser visto tanto nas inovações técnicas que levaram à uniformidade quanto na evolução da liberdade de informar, que surgiram somente após o capitalismo. Nessa perspectiva, a imprensa tem origem com a invenção de Guttenberg, que levou a uma necessidade social de informação. Por seu alcance limitado, tanto de público quanto de território, a imprensa que se produzia naquele momento permitia o controle das autoridades governamentais sem maiores

²¹² SODRÉ, op. cit., p. 448.

²¹³ GENRO FILHO, op. cit., p. 182.

²¹⁴ Id., ibid., p. 148.

²¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 1

problemas. Contudo, da ascensão de forças econômicas é desenvolvido também o princípio da liberdade de imprensa, presente na Inglaterra do século XX, na Revolução Francesa e na Revolução Americana. Esta última exigia a privatização da imprensa, de forma que passaria a ser controlada não mais pelos governos, mas pelo capitalismo.

Conforme os meios técnicos de produção se desenvolviam, também as técnicas da imprensa o faziam. A utilização da máquina a vapor na impressão, iniciada em 1814 pelo periódico inglês *Times*, reduzia o custo de produção e aumentava a circulação de impressos. O linotipo possibilitou as cores nas páginas, diminuiu o custo da impressão de ilustrações e acelerou ainda mais a impressão. A transição da imprensa artesanal para a industrial acompanhou o estabelecimento da produção em massa e da sociedade de consumo. Enquanto isso, crescia a população e sua presença nos centros urbanos, novos mercados abriam e, para a conquista do público, a propaganda fazia-se necessária, sendo a principal ligação entre imprensa e capitalismo e impulsionadora dos avanços tecnológicos da impressão. A medida que se modernizavam, o custo dos impressos diminuía, atingindo cada vez mais públicos.

Não é exclusividade do século XX a proximidade entre as publicações jornalísticas com a propaganda. Com o aumento do número de exemplares e da circulação ainda no século XIX, os anúncios já pagavam os custos das notícias. Nelson Werneck Sodré afirma que

A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. Isso se tornou claro, no Brasil, desde a segunda metade do século XX. De tal sorte que os assuntos de interesse nacional só encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes das forças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários [...].²¹⁶

Contudo, o mercado publicitário fortaleceu-se no século XX, principalmente em sua segunda metade, quando se disseminava o jornalismo informativo. No Brasil, houve um crescimento no investimento em propaganda a partir de 1960, fazendo do país o sétimo mercado do mundo em 1972.²¹⁷ Os meios de comunicação acompanharam esse desenvolvimento, sendo que, na mesma década, o país era o sexto no mercado fonográfico do mundo; o segundo país em número de emissoras de rádio, perdendo apenas para os Estados Unidos; um dos dez maiores na produção e venda de aparelhos de televisão; lançava cem filmes por ano; era um dos dez maiores produtores de livros no mundo. De 1969 para 1972, a produção de exemplares passou de 68 milhões por ano para 135 milhões e, em seguida, chegou aos 200 milhões. O mesmo aconteceu com as revistas que, em 1960, eram 104 milhões de exemplares; em 1975, já eram 202 milhões.²¹⁸ Em 1962, esse mercado continha o percentual de 27,1% da participação dos

²¹⁶ Id., *ibid.*, p. 408.

²¹⁷ ORTIZ, *op. cit.*

²¹⁸ MIRA, *op. cit.*

veículos de comunicação no investimento publicitário.²¹⁹

A pressão sobre as empresas jornalísticas não era suficiente para atender aos interesses do capital, de forma que foi instalada no Brasil a imprensa estrangeira, que já se apresentava no país com as publicações *Seleções* e *Visão*. Foram lançadas publicações especializadas que se destinavam a formar a opinião de públicos específicos, como médicos, engenheiros e proprietários agrícolas. Além do visual atraente, essas publicações eram distribuídas gratuitamente, eliminando a concorrência.

As revistas se dividem entre as de consumo – de informação geral ou segmentada –, as profissionais e as institucionais. REALIDADE, por exemplo, era uma revista de consumo, tida como um produto a ser vendido diretamente nas bancas e indiretamente a comerciantes, que viam nela a vantagem de uma plataforma de publicidade que carregava a credibilidade do jornalismo. Dessa forma, por mais que houvesse uma preocupação maior com o conteúdo e a exposição do texto jornalístico, a revista não estava imune aos interesses da publicidade, afinal os anunciantes podiam influenciar “não apenas no seu conteúdo, mas também no formato, especialmente na padronização da página e no uso da cor, vantagem que a revista terá sobre seus concorrentes até o advento da televisão em cores nos anos 60”.²²⁰ Para Mylton Severiano,²²¹ os anúncios não acompanhavam a qualidade da revista. A matéria *Esta moda louca*, foi, para o autor e ex-jornalista de REALIDADE, de qualidade muito superior do que os próprios anúncios de roupas em páginas próximas.

É possível encontrar em uma das reportagens de REALIDADE a lógica da publicidade que imperava na época. Paulo Henrique Amorim, em *O importante é vender*,²²² descreveu a conversa de um diretor de agência de publicidade com um possível futuro cliente, enquanto este observava a rotina da empresa. Enquanto o diretor conversava com o cliente e com outros funcionários da empresa, informações sobre o mercado publicitário brasileiro eram fornecidas. Por exemplo, uma das personagens que apareceu na matéria reclama:

Precisamos tomar providências. Tem umas revistas aí que acabam sem anúncio e ninguém tem dúvida de que o preço de capa não cobre o preço de custo. O que sustenta o veículo é a publicidade. Você viu aquela história da Joan Crawford? A mulher chega aqui para lançar a Pepsi-Cola, que pode vir a ser uma das maiores contas da publicidade brasileira. Pois não teve um maluco de um cronista que disse que a mulher era uma marafona? Está certo, a gente precisa da revista onde ele escreve para veicular nossos anúncios. Mas assim também é demais.²²³

O repórter comentou que no Brasil havia, naquela época, cerca de trezentas agências de publicidade que investiam em televisão, rádio, imprensa e cartazes de rua (*outdoors*). As maiores contas eram de grandes corporações como Wyllis, Sidney-Ross, Volkswagen, Gessy-

²¹⁹ ORTIZ, op. cit.

²²⁰ Id., *ibid.*, p. 11.

²²¹ SEVERIANO, op. cit.

²²² AMORIM, Paulo Henrique. *O importante é vender. Realidade*, pp. 60-66, n. 23, fev. 1968. Mensal.

²²³ Id., *ibid.*, p. 60. As fontes do repórter são mantidas anônimas.

Lever, Gillete, Nestlé, Ford, Rhodia, Fleischmann e Royal, Coca-cola, Shell e Colgate-Palmolive, com investimentos entre dois e cinco milhões de cruzeiros novos por ano. As agências de publicidade brasileiras que tinham maior renda eram J.W. Thompson, McCann Erickson, Standard Propaganda, Alcântara Machado e Norton. Mauro Salles, dono de uma das dez maiores agências brasileiras do período, afirmou que

Somos os profissionais da prosperidade, os aceleradores do desenvolvimento, os multiplicadores de riquezas, os educadores do bem-estar, os apologistas da competição sadia, as sentinelas avançadas da livre emprêsa. Os nossos investimentos na imprensa, rádio e televisão se constituem em fator imprescindível à sobrevivência de uma liberdade de expressão, sem a qual não sobrevive um regime democrático.²²⁴

Imagem 2 – Ilustração presente na matéria *O importante é vender*



Reprodução
Fonte: REALIDADE, n. 23, fev. 1968. Mensal.

A partir dessa fala, é possível inferir que representantes do setor econômico ainda enxergavam o Brasil como uma democracia, visto que a repressão se destinava a grupos específicos que certamente não os incluíam. A liberdade de expressão no país era possível, inclusive, graças aos investimentos em publicidade, que garantiam o sustento dos veículos de comunicação e, consequentemente, sua autonomia em relação ao Estado.

Na época, o país que mais investia em propaganda eram os EUA, com o valor de um bilhão e duzentos milhões de dólares, seguido de Inglaterra, Alemanha, Japão, França e Canadá. O Brasil era o nono, juntamente ao México. A publicidade era entendida como representação de um índice econômico do país, por estar relacionada ao poder de consumo. O repórter afirmou que as revistas eram escolhidas como melhor meio de divulgação de produtos alimentícios por causa das cores, e citou como exemplo as gelatinas Royal, um dos anunciantes da própria REALIDADE, que ocupava um espaço de destaque, portanto, caro: a contracapa da revista.

Adelmo Genro Filho explica porque era vantagem para o anunciante sua integração com o jornalismo:

O valor de uso das informações sobre os mais variados aspectos da vida social transforma-se em valor de trocas em dois sentidos: como coisa vendável em si mesma e, principalmente, como valorização do veículo para a divulgação puramente mercantil. A propaganda comercial tem, em geral, pouco valor de uso. Por isso, a eficiência da publicidade comercial está intimamente ligada

²²⁴ Id., *ibid.*, p. 62.

aos valores de uso que a ela são associados, ou seja, o acesso efetivo que o veículo proporciona à cultura em geral, à arte, ao lazer e, especialmente, às informações de caráter jornalístico.²²⁵

Nesse sentido, a publicidade depende do jornalismo para atender a necessidades e condições exigidas, questões que ela, sozinha, não consegue cumprir. Afinal, a notícia é a transmissão sistemática da experiência por meios técnicos, “um tipo de informação necessária à integração e universalização da sociedade, a partir da emergência do capitalismo”.²²⁶ A credibilidade que o caráter informativo do jornalismo atribui ao veículo faz dele um espaço valorizado para a publicidade, e a necessidade dessa credibilidade faz com que se reforce o mito do jornalismo neutro, aquele que “não tem lado”. Para Genro Filho, “não há dúvida que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas”.²²⁷ Por mais que tenham credibilidade, “as empresas de comunicação vendem um serviço. Ao comprar o impresso, adquire-se uma informação. Nesse sentido, negocia-se com a veracidade de um relato”.²²⁸

Em REALIDADE, a maior parte dos anúncios, produtos de consumo e institucionais, era de empresas privadas, mas o governo, as estatais e até grupos militares possuíam uma fatia significativa na publicidade veiculada. Mesmo assim, o poder governamental não estava limitado ao seu papel de anunciante, o que leva a mais uma influência a qual o jornalismo está sujeito. No caso brasileiro, por exemplo, o suporte tecnológico na criação de um sistema de redes que possibilitasse a telecomunicação foi um investimento do governo. Uma vez que o Estado privilegiava a área econômica, os principais beneficiados eram os grupos empresariais, e não a população. Nas décadas de 1960 e 1970, houve a expansão de distribuição e de consumo da cultura, e foi quando os grandes conglomerados dos meios de comunicação e cultura de massa se consolidaram. A produção de exemplares de revistas deu um salto de 104 milhões em 1960 para 500 em 1980. De 1965, com 139 milhões de exemplares, a 1980, a produção quadruplicou, enquanto a população dobrou.

Havia também os financiamentos, e, no período, jornais eram acusados de utilizar sua influência política para obtê-los. Além disso, o Estado podia abolir concessões que contribuíssem para a manutenção das empresas jornalísticas, como quando, em 1961, foi abolido o câmbio preferencial para a importação de papel, favorecendo a empresa Kablin do Paraná de Celulose S.A., que, nesse período, controlava 80% da produção nacional de papel. Os custos elevados com o papel, principalmente dos impressos, levavam a que apenas grandes empresas pudessem manter seus impressos com maior circulação, estas financiadas pelo Estado e sustentadas pelos anunciantes. Em 1966, foi criado o GEIPAG, “órgão que implementa uma política para a

²²⁵ GENRO FILHO, op. cit., p. 152.

²²⁶ Id., ibid., p. 181.

²²⁷ Id., ibid., p. 197.

²²⁸ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 30.

indústria gráfica, favorecendo a importação de novas maquinarias para a impressão”.²²⁹

No início da década de 1960, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) era investigado por uma CPI por corrupção eleitoral, por práticas como, entre outras, comprar a opinião de jornais para favorecer os candidatos e os interesses da Ação Democrática Parlamentar (ADP), empenhada na propagação do anticomunismo. Havia o esforço de organizações estrangeiras, assim como do IBAD, de comprar a opinião pública, combatendo a estatização de empresas, como a *Light* e a *Standard Oil Company*. As publicações que fossem contrárias a seus interesses eram ameaçadas de supressão da programação publicitária dessas empresas, ou seja, deixariam de contribuir com grandes quantias monetárias, o que levaria ao prejuízo do veículo. O Golpe civil-militar de 1964 acabou com as investigações de corrupção praticadas pelo IBAD,

logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: *Última Hora* foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados; os parlamentares que tiveram qualquer participação nas referidas CPI perderam os seus mandatos; os eleitos pelo IBAD ganharam o merecido destaque, tornaram-se os árbitros da situação, feitos ministros, porta-vozes da ditadura, líderes do congresso.²³⁰

Para entender as pressões políticas que existiam na imprensa brasileira, é preciso entender o contexto. No caso da revista REALIDADE, os primeiros anos da ditadura. Foram anos um tanto indefinidos quanto aos meios do processo; para certos setores golpistas havia uma expectativa de “normalização democrática” com restrições, enquanto a oposição enfrentava um exílio apreensivo. Em função da complexidade desse contexto, será apresentado um pequeno esboço da sua evolução para entender os desafios, as relações e limitações que a revista enfrentou.

1.2.1 A imprensa sob ditadura

Os golpes civis-militares que ocorreram na América Latina na segunda metade do século XX estabeleceram “Estados de Exceção”, exceção esta da democracia e do Estado de Direito, estrutura política fundamentada em leis que garantem ao cidadão as liberdades: de ir e vir, de expressão, de defesa e de participação política. A ditadura no Brasil instaurou-se a partir do golpe de primeiro de abril de 1964, que retirou do governo o então presidente João Goulart e se baseou nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), teorizada, entre outros, pelo General Golbery do Couto e Silva, que a definia como

um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política

²²⁹ ORTIZ, op. cit., p. 122.

²³⁰ SODRÉ, op. cit., p. 435.

mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo do Estado.²³¹

O processo de desenvolvimento do Brasil tinha como característica a dependência constituída pelo “tripé econômico” capital multinacional, capital nacional associado-dependente e capital do Estado e pela economia fundamentada na produção de matéria-prima, o que o afastava do centro no qual ocorria o crescimento mundial. A dependência implicava na desigualdade social e no controle do desenvolvimento por uma elite clientelista.²³² Na década de 1960, contra o efeito desse processo nas populações mais pobres, sindicatos rurais e trabalhadores organizaram-se, os estados ganharam autonomia e eram reivindicadas reformas políticas e sociais. Somadas à revolução de Cuba e ao anticomunismo, essas ações assustaram os setores mais abastados, que partiram para a ofensiva, desestabilizaram o governo Goulart e o derrubaram em nome da “defesa da democracia”. Corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – especialmente oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) – organizaram a tomada de poder, utilizando organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), e justificando-se pela Doutrina de Segurança Nacional.

O golpe se consumou no dia primeiro de abril quando o Congresso Nacional declarou vaga a presidência da República, ignorando o fato de que até aquele momento o presidente Goulart não havia renunciado nem abandonado o país. As semanas seguintes foram mascaradas pela repressão contra quem participou do governo de João Goulart e também foram perseguidos seus simpatizantes e os defensores das reformas de base. Os golpistas basearam-se em uma ideologia de segurança nacional: “[...] instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente [...]”.²³³

A Ditadura instaurada foi legitimada e fundamentada por uma série de Decretos-Lei e Atos Institucionais, que tiveram o conluio do Congresso, por meio da cassação dos opositores. Nesse sentido, estava “limpo” dos elementos subversivos e nocivos à ordem pública. Em 13 de julho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI) pelo Decreto-Lei nº 4.341. O órgão tinha a função de coletar informações e manter a ordem. Contava com a colaboração de civis e militares, que podia ser remunerada. Sua criação deu início à aplicação “legalmente” de mecanismos coercitivos relacionados à Doutrina de Segurança Nacional, que fundamentou a repressão que acontecia no Brasil desde o golpe. O entendimento de “inimigo interno” exigia ações defensivas do Estado, como criar um aparato repressivo, armado e capaz de coagir a população, e uma rede de informações para identificar os inimigos. No governo de Castelo Branco, a reorganização do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) garantiu a este

²³¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005. p. 31.

²³² As informações sobre o desenvolvimento do Brasil e a legitimação do golpe militar foram tirados da obra de ALVES, op. cit.

²³³ ALVES, op. cit., p. 27.

a censura das diversões públicas.

O Ato Institucional Nº 1 (1964-1965), que entrou em vigor oito dias após o golpe, foi exemplar. O Ato diminuía o poder do Congresso, suspendia as garantias de imunidade parlamentar, permitindo a cassação de mandatos pelo Executivo, concedia ao Estado o poder de investigar, através dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), e demitir, transferir e aposentar funcionários públicos – o que foi chamado de “Operação Limpeza”. A acusação em um IPM resultava em perseguição e tortura. Os Inquéritos não exigiam provas, a “opinião pública” bastava, e não se limitou a políticos e funcionários públicos, visando especialmente grupos sindicais, estudantes, intelectuais e professores. O AI-1 deu partida na aplicação da DSN, o que teria continuidade com o Ato Institucional Nº 2 em 1965, que diminuía os poderes do Congresso e do Judiciário, fortalecendo em contrapartida o Executivo. Este detinha maior controle político, podia cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos. O Presidente e o Vice-Presidente da República não seriam mais eleitos pela população, mas pela eleição indireta realizada no âmbito do Colégio Eleitoral composto em sua maioria pelo Congresso. Todos os partidos políticos existentes até então foram extintos; no seu lugar, foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Na prática, estabelecia-se um bipartidarismo com uma oposição cercada quanto às possibilidades de atuação. Nos 36 atos complementares do AI-Nº 2, além da punição de 309 políticos, a Constituição de 1946 foi alterada, ampliando-se o conceito de subversão e a área de atuação da censura.

O AI-2 cancelava de vez as expectativas de uma eleição presidencial em 1965, ano em que deveria acabar a administração Goulart. Os setores civis que haviam apoiado o golpe pretendiam disputar o cargo de Presidente em um processo eleitoral livre de candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou de outros partidos subversivos. A decisão das Forças Armadas de não voltar aos quartéis, uma vez concluída a “Operação Limpeza”, frustrava as expectativas de conspiradores como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. Portanto, após a administração do general Castelo Branco, seguiria a do general Médici, aprofundando a ruptura ocorrida em 1964 e abrindo mais espaços no aparato do Estado sob gestão direta dos militares.

O Ato Institucional Nº 3 foi decretado quando o AI-2 estava vigente, em 1966, e seu objetivo era organizar as eleições. Para governadores elas deviam ser públicas e realizadas pelas assembleias legislativas. Já no caso dos prefeitos, os das capitais seriam indicados pelos governantes, e, para o restante, manteve-se as eleições diretas secretas. O Ato Institucional Nº 4, estabelecido no final do mesmo ano, agilizou a ratificação da nova Constituição ao convocar o Congresso para uma sessão extraordinária, na qual dispunha de pouco tempo para a sua discussão e aprovação.

No ano de 1967, foi “outorgada” uma nova constituição, a mesma reiterava os atos institucionais e complementares, reforçando o poder do Executivo. O conjunto de leis determinava as diretrizes a serem seguidas no plano econômico, a perda de autonomia dos

estados ante as empresas privadas e seus investimentos. A nova Constituição conceituou, ainda, a Segurança Nacional, afirmando que a vigilância do “inimigo interno” era responsabilidade de todos os cidadãos. Apesar da sua matriz autoritária, reconheceu o *habeas corpus*, a imunidade parlamentar e a liberdade de expressão, reunião e associação. A Lei da Imprensa, nº 5.250, decretada em 9 de fevereiro de 1967, garantia a liberdade de expressão na difusão de informações, com exceção na vigência do estado de sítio. Até então, o país vivenciava um paradoxo, afinal,

o regime instalado em 1964 pretendia ser moderno e conservador a um só tempo. Moderno na eficácia administrativa, na racionalidade econômica, no apoio à produtividade e à otimização do capital. Ao mesmo tempo, no entanto, sua prática discursiva contrariava a modernidade com a qual buscava legitimar: fazia apelos “à moral e aos bons costumes”, policiava os atentados “à família”, colocava-se como guardião de toda a rede de ícones que formavam a base ideológica de um país atrasado. Certamente, é essa contradição que explica o fato de que tenha existido no país, no período que se estende de 1964 a 1968, um momento de insegura liberdade de expressão, hesitante mesmo, em razão da ameaça policial sempre presente (às vezes concretizada), e que serviu à expansão das atividades culturais marcadas por seu radicalismo.²³⁴

Enquanto isso, rearticularam-se as forças de oposição, visivelmente no movimento operário e estudantil; na visão da Escola Superior de Guerra, esse era o “público-alvo” do comunismo e da guerra revolucionária. Para os militares, eles eram os responsáveis por desgastar o governo e propagar o comunismo. O movimento estudantil se organizava em protestos contra as demissões de professores, as limitações da autonomia das universidades e a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE); a partir de 1967, contestavam a reforma universitária realizada pelo Ministério da Educação em acordo com a USAID (*United States Agency for International Development*), que visava a privatização das instituições de ensino. A UNE, apesar de legalmente extinta, seguia mobilizando os estudantes, que se reuniam em comícios relâmpagos e organizavam passeatas com o objetivo de conseguir apoio das classes médias.²³⁵

Em uma das manifestações estudantis, no ano 1968, Edson Luís foi morto pela Polícia Militar. Secundarista pobre, o jovem participava do protesto contra a retirada de subsídio do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, que atendia a população sem recursos da cidade. Além da sua morte ter se transformado em um protesto dos estudantes na Assembleia Legislativa do Rio, comoveu a população de tal forma que centenas de milhares de pessoas compareceram em seu funeral. O aumento dos protestos impulsionados pelo evento resultou no aumento da repressão policial. No dia 4 de abril, trinta mil pessoas participaram da missa fúnebre na Igreja da Candelária, sendo atacadas pela polícia montada na sua saída. Os padres tentaram proteger as pessoas, mas não conseguiram evitar os espancamentos e as prisões. A violência policial fez com que a Igreja, as classes médias do Rio de Janeiro, setores da imprensa, e, posteriormente, o movimento sindical apoiassem os estudantes. O apogeu dessas manifestações ocorreu no dia 25

²³⁴ FARO, op. cit., p. 57.

²³⁵ ALVES, op. cit.

de junho, quando milhares de pessoas se reuniram em uma passeata pacífica no centro do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como a “Passeata dos Cem Mil”.

Simultaneamente aos estudantes, os trabalhadores das fábricas se organizavam contra a reforma sindical e por melhores salários. Desde 1966 havia um esforço de rearticulação no interior das fábricas dos sindicatos que ainda não haviam sido proibidos. Questões do cotidiano do trabalho deslocaram outras questões políticas, priorizando, assim, reivindicações salariais e condições de trabalho, evitando colidir com a ditadura em questões mais frontais. No dia 6 de abril de 1968, 1.700 trabalhadores de Contagem, Minas Gerais, fizeram de reféns os diretores da Fábrica Belgo-Mineira e entraram em greve. As principais indústrias da região paralisaram sua produção e quinze mil trabalhadores aderiram à greve, que durou até 25 de abril, quando o Ministério do Trabalho ofereceu 10% de ajuste salarial aos trabalhadores. Em julho do mesmo ano, foi a vez dos operários de Osasco se organizarem na paralisação do trabalho, reivindicando o fim do controle estatal dos salários pelo Estado. A greve foi reprimida e as reivindicações não foram atendidas.

Por fim, na política institucional, surgira a Frente Ampla, aliança entre Carlos Lacerda, Magalhães Pinto (que haviam participado do golpe de 1964) e Juscelino Kubitschek e João Goulart. Formava-se como articulação política de oposição à ditadura, reivindicando o reestabelecimento da democracia e apoiando demandas dos trabalhadores e greves, além de pedir a supressão da legislação de controle e eleições livres e diretas. A Frente Ampla atraiu políticos, setores médios, inclusive setores conservadores que apoiaram o golpe, e certos militares. Ameaçadora para o Estado de Segurança Nacional, foi proibida em abril de 1968.

Tendo sua atuação reduzida, parte dos congressistas aderiram ao movimento de contestação e o MDB, exercendo seu direito de imunidade, passou a denunciar atos repressivos do Estado em seus discursos. Um deles atraiu a atenção dos militares e gerou uma crise política. No Dia da Proclamação da República, e após diversas denúncias de atos de tortura cometidos por agentes estatais, o Deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo MDB na Guanabara, e que vinha se destacando por denunciar as torturas cometidas pelos agentes estatais, incitou as mulheres a, como forma de resistência ao governo, recusar casamento com algum oficial do exército que participasse da repressão, ou se silenciasse. Também sugeriu o boicote do desfile militar tradicional do 7 de setembro. O discurso teve repercussão pois, além de ferir a honra masculina, tocava em um tema de honra militar, o desfile, maior exibição de um sistema de força de controle político, social e psicológico.

Devido a imunidade parlamentar, as Forças Armadas solicitaram ao Congresso que suspendesse os direitos políticos do deputado. Surpreendentemente, sua requisição não foi atendida, porque no dia 12 de dezembro, 216 parlamentares votaram contra a suspensão, e 141 a favor. No dia seguinte à votação, veio a resposta ao ser decretado o Ato Institucional Nº 5. O Congresso foi fechado, os direitos constitucionais e individuais, suspensos, as manifestações proibidas e os opositores, perseguidos. Márcio Moreira Alves partiu para o exílio.

Foi neste contexto tenso, contraditório, com expectativas de abertura e com

recrudescimento autoritário concreto, que se desenvolvia REALIDADE. Nesse cenário havia uma divisão entre o Estado de Segurança Nacional, autoritário e repressivo e uma oposição diversa e difusa que reivindicava a liberdade de expressão e a supressão da violência estatal. Esse conflito tornou-se insustentável devido às contradições entre a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e a aparência de democracia. O AI-5 resolveu o impasse.

O AI-5 não possuía prazo para a sua vigência. Maria Moreira Alves resume os poderes atribuídos pelo Executivo como:

- 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais;
- 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal;
- 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e reinstauração do “Estatuto dos Cassados”;
- 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal;
- 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;
- 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967;
- 7) direito de confiscar bens, como punição por corrupção;
- 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional;
- 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares;
- 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente
- 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Nº 5.²³⁶

Após o AI-5, grupos de militantes passaram a acreditar que a única saída para o regime ditatorial seria a luta armada, o que provocou uma série de divisões nos partidos de esquerda. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), agregou aqueles que acreditavam na luta armada do Partido Comunista Brasileiro (PCB), este adepto da contestação pacífica. A Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu do rompimento de Carlos Marighela com o PCB em 1967, quando ainda era membro do comitê executivo do partido, e contou com a participação de seus integrantes. Diferente de outros grupos que consideravam o centro urbano como base de apoio da guerrilha que se organizava no campo, a ALN concentrava suas ações nas cidades. Todas essas organizações seguiam os princípios teóricos do foquismo – guerra de guerrilhas –, preconizado por Régis Debray.

O sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick pela ALN em conjunto com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) incentivou o decreto da Lei de Segurança Nacional e da Emenda nº1, conhecida como Constituição de 1969. Esta eliminava da Constituição de 1967 os direitos às liberdades individuais. Já a Lei de Segurança Nacional, base do poder do Estado, permitia a repressão à qualquer indivíduo e grupo e o controle de trabalhadores, da imprensa e dos partidos políticos. No campo da comunicação, responsabilizava editores, proprietários de veículos e jornalistas por conteúdo que atentasse à segurança nacional, além de autorizar a apreensão de edições inteiras e o fechamento de jornais

²³⁶ ALVES, op. cit., p. 161.

ou revistas.

Desde 1964, com a instauração de uma Ditadura civil-militar de Segurança Nacional, as relações entre imprensa e Estado já eram outras. Conforme afirma Renato Ortiz,

Quando se analisa o período relativo à ditadura militar, o que chama a atenção no que diz respeito à repressão cultural não é tanto a existência em si do aparelho de Estado, mas a sua extensão. Ela não se constitui apenas de proposições mais gerais, aprovadas pela legalidade de exceção e espelhada na Constituição, na Lei de Imprensa, nas regulamentações que controlam o teatro, cinema, televisão, rádio, etc. Existem ainda inúmeras formas de pressão, diretas e indiretas que no campo do jornalismo, por exemplo, atingem áreas diferenciadas, proibindo a publicação de informações de cunho político, moral, e até mesmo notícias locais, julgadas como potencialmente desabonadoras da imagem de tranquilidade cultivada pelos militares.²³⁷

A TV Excelsior e o jornal *Última Hora* são exemplos de negócios que foram às ruínas por suas posições políticas. O jornal, pelo apoio ao populismo de Getúlio Vargas, foi combatido pela União Democrática Nacional (UDN) e por multinacionais, quando quase foi à falência. Se recuperou com o governo de Juscelino, mas, com o golpe, transformou-se em inimigo do Estado novamente, o que levou ao seu fechamento. Já em relação à Excelsior, o forte nacionalismo do grupo Simonsen, seu proprietário, e o apoio oferecido a Jango levaram à pressão do aparelho repressivo através da invasão da emissora por militares e da censura. O Estado aproveitou um inquérito aberto no governo Goulart, que acusava o grupo Simonsen, ligado à exportação de café, de desvio de verbas pertencentes ao Instituto Brasileiro do Café para confiscar bens dos proprietários da Excelsior e levar à sua precariedade financeira, até que, em 1969, sua concessão foi cassada pelo governo.

Por outro lado, o golpe de Estado não foi exclusivamente militar, contando com a participação decisiva de civis, como demonstrava as complexas articulações que haviam envolvido a constituição e a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na conspiração prévia. Nesse momento, a maioria da mídia assumiu o papel decisivo de divulgar informações falsas, gerando um clima de paranoia e sociedade colapsada. Após o golpe, essa maioria ajudou, inclusive, a legitimar a nova administração. Ela era útil ao Estado na propaganda e na divulgação de informações oficiais. O jornal o *Correio da Manhã*, por exemplo, por determinado tempo, publicava as prisões e mortes na Operação Bandeirantes (Oban) de maneira falseada, transformando perseguidos políticos em “subversivos”.

Segundo Bernardo Kucinski, o jornalismo defendia o Estado quando este estava de acordo com os interesses das grandes empresas estrangeiras. Seu papel no Golpe, e nos anos que o seguiram, não foi em defesa da moral, da integração da família, ou da segurança da população, mas em defesa do livre capital que o governo de Jango ameaçava. Para o autor,

²³⁷ ORTIZ, op. cit., p. 155-56.

a euforia vivida pela classe média nutrida no milagre econômico forneceu à grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente, através de produtos de disseminação cultural, como os fascículos e as revistas de lazer, nos quais o jornalismo crítico era secundário. A visão triunfalista da economia baseada na mitificação do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) monopolizou o noticiário em detrimento da política.²³⁸

À Doutrina de Segurança Nacional, as comunicações serviam como uma forma de integração da sociedade. O novo modelo empresarial demandava uma despolitização do jornalismo. Como afirma Renato Ortiz,

não se pode esquecer que a noção de integração estabelece uma ponte entre os interesses dos empresários e dos militares, muito embora ela seja interpretada pelos industriais em termos diferenciados. Ambos os setores vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado. O discurso dos grandes empreendedores da comunicação associa sempre a integração nacional ao desenvolvimento do mercado.²³⁹

Por enquanto, não será pormenorizada a censura a qual a imprensa estava sujeita, por não se tratar, nos primeiros anos de REALIDADE – e, também, da nova ditadura – de uma política sistematizada do governo, embora já fosse presente.²⁴⁰ A discussão a esse respeito se tornará essencial na discussão sobre os rumos tomados pelas revistas e as mudanças ocorridas, que acabaram afetando seu conteúdo. Nestes últimos subitens, coube expor as limitações sofridas pelos repórteres, que se aproximavam de duas formas de censura silenciosas, a empresarial e a política. Maria Aparecida de Aquino²⁴¹ define a censura empresarial, como aquela na qual as pressões econômicas exercidas, principalmente na grande imprensa, pelos leitores e anunciantes, interferiam nas publicações. Já a política era aquela exercida pelo Estado, cujo objetivo era defender seus interesses. A primeira, está inserida na lógica do desenvolvimento da imprensa não só no Brasil, mas no mundo. A outra, no caso de REALIDADE, é própria do contexto nacional no qual a publicação está inserida. Sendo assim, entre essas duas relações, se fez sentir, ao longo da história da revista, a aspiração por uma imprensa livre e autônoma.

Nelson Traquina²⁴² reconhece que se, por um lado, a atividade jornalística é “relativamente autônoma”, por outro, é altamente condicionada, seja pela pressão do tempo, pelas hierarquias superiores da empresa, incluindo seu dono, pelo modelo do jornalismo como negócio, pela

²³⁸ KUCINSKI, op. cit., 2001, p. 45-46.

²³⁹ ORTIZ, op. cit., p. 118.

²⁴⁰ Maria Aparecida de Aquino aponta dois momentos nos quais se encontra a censura política sistematizada no Brasil. O primeiro, de 1968 a 1975, tem sua fase inicial (1968-1972) marcada pela estruturação da censura e a implementação de práticas como telefonemas e envio de bilhetes destinados às redações, e a fase da radicalização (1972-1975), com a imposição do mecanismo de censura prévia. Já no segundo momento, a partir de 1975, a abertura política influenciou na saída dos censores das redações de jornais da grande imprensa, embora a censura prévia ainda fosse aplicada na imprensa alternativa, mantendo-se até 1978. AQUINO, op. cit.

²⁴¹ AQUINO, op. cit.

²⁴² TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

competitividade, seja pelas ações de promoção de diversos agentes sociais que desejam figurar seus acontecimentos nas primeiras páginas dos jornais. Contudo, o jornalismo tem poder,

os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade. Há alguns momentos, ao nível individual, durante a realização de uma reportagem ou na redação da notícia, quando é decidido quem entrevistar ou que palavras serão utilizadas para escrever a matéria, de mais poder consoante a sua posição na hierarquia da empresa, e coletivamente como profissionais de um campo de mediação que adquiriu cada vez mais influência com a explosão midiática, tornando evidente que os jornalistas exercem poder.²⁴³

Para o autor, somente a compreensão de fatores externos não basta para explicar o jornalismo; é preciso também abordar a cultura profissional da comunidade jornalística.

Dessa forma, no estudo de REALIDADE, ou de qualquer outra publicação, além do seu contexto, acredita-se que se faz necessária a pesquisa dos bastidores da produção jornalística, como uma maneira de perceber quais características internas podem contribuir para o maior entendimento da atuação da revista. Parte-se do princípio de que diversos outros fatores, além da ideologia da publicação e das subjetividades do jornalista, influenciavam na construção das reportagens que, posteriormente, fariam parte das discussões do público e da interpretação da realidade deste.

²⁴³ Id., *ibid.*, p. 26.

2 REALIDADE

REALIDADE surgiu em 1966 de um projeto que não deu certo. Naquele período, a Editora Abril planejava lançar uma revista semanal, a *Revista de Domingo*, que seria encartada nos principais jornais do país, mas não houve acordo entre as empresas.²⁴⁴ A equipe já montada foi deslocada para o novo projeto da editora, uma revista de informação mensal. Os nomes sugeridos eram *Veja*, *Horizonte* e *Realidade*. O primeiro foi descartado pelo título pertencer aos Diários Associados.²⁴⁵ *Horizonte* teve apenas o apoio de Victor Civita (dono da Editora Abril) e Rolf Kuntz. Ganhou aquele que se inspirava na revista francesa *Realité*. Criada para ser um periódico mensal, com cor e papel de boa qualidade, a nova publicação deveria ser um cartão de visita da Editora Abril, que provasse a capacidade de uma boa edição e que conseguisse prestígio com as escolhas dos assuntos e a qualidade dos textos e da apresentação. De fato, foi o que se tornou.

A sua distribuição não foi feita sem planejamento, principalmente levando-se em conta que a Abril se consolidava no mercado editorial. Uma pesquisa encomendada pela Editora e realizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE) mediu a resposta do público a uma edição piloto, a “Edição Zero”, que circulou com cinco mil exemplares. Concluiu-se que os possíveis leitores de REALIDADE eram formados em maior parte por pessoas entre 18 e 44 anos, com escolaridade a partir do 2º grau e de classes A e B, portanto, um público de alta escolarização e padrão econômico. Os seus interesses gerais eram ciência e progresso, grandes problemas brasileiros e questões relacionadas a sexo. As pessoas que tiveram acesso a essa edição moravam em cidades centrais do sudeste e do sul do país – São Paulo, Juiz de Fora, Guanabara, São José do Rio Preto, Porto Alegre e Londrina.²⁴⁶

O lançamento de REALIDADE foi anunciado por jornais e no rádio, com uma campanha que dizia “Chegou a revista que faltava”. A primeira edição teve 251.200 exemplares esgotados

Imagem 3 – Primeira capa de REALIDADE



Reprodução

Fonte: REALIDADE, n. 1, abr. 1966. Mensal.

²⁴⁴ MIRA, op. cit. Uma das explicações oferecidas pela literatura para não haver acordo era a crença, por parte dos donos de jornais, de que a Abril levaria vantagem nesse encarte ao publicar anúncios que rendiam mais lucro (joias, automóveis, bebidas, eletrodomésticos e cigarros), ganho que ficaria apenas com a Editora.

²⁴⁵ Posteriormente, a Editora adquiriu os direitos desse título utilizando-o na publicação até hoje conhecida como *Veja*. No desenrolar deste trabalho detalhes sobre essa revista serão abordados, conforme sua relevância nos rumos tomados pela Abril no final da década de 1960.

²⁴⁶ FARO, op. cit., p. 31-32.

em três dias – “84 mil por dia, 3.500 por hora, 1 exemplar por segundo”.²⁴⁷ A revista foi “o lançamento editorial mais bem-sucedido de todos os tempos no Brasil”.²⁴⁸ Alguns leitores reservavam as próximas edições, pois as revistas se esgotavam quando chegavam às bancas. Em quatro meses, a venda passou de 250 mil exemplares para 450 mil.

2.1 O INÍCIO: REDAÇÃO E ROTINA DE PRODUÇÃO

REALIDADE era uma revista de projeto gráfico relativamente sóbrio, de tamanho 30,6 x 23,7cm,²⁴⁹ que buscava soluções horizontais na diagramação – espaços em branco no alto e embaixo da folha, fotos que extrapolavam a largura da página, título e texto que davam a impressão de horizontalidade. A leitura deveria ser fácil e, para isso, os recursos gráficos utilizados eram títulos em medidas paralelas, imagens que acompanhavam texto, continuações das matérias nas páginas seguintes e com títulos, fotos sempre acompanhadas de legendas, intertítulos, capitulares ou brancos,²⁵⁰ economia em tipos pesados (exemplo: Gothic²⁵¹), com corpo 9pt e espaçamento de 10pt para texto corrido. O objetivo era manter um estilo de “classe, requinte, impacto”.²⁵² Os tipos, criados pelo diretor de arte, eram exclusivos, com detalhes no

Imagem 4 – Exemplo da diagramação da revista



Reprodução

Fonte: FALLACI, Oriana. As suecas amam por amor. *Realidade*, pp. 110-118, n. 1, abr. 1966. Mensal.

²⁴⁷ SEVERIANO, op. cit., p. 61.

²⁴⁸ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 22.

²⁴⁹ O formato das revistas varia entre 13,5 x 19,5cm e 25 x 30cm. A medida mais comum das revistas modernas é 20,2 x 26,6cm por representar melhor aproveitamento do papel. SCALZO, op. cit.

²⁵⁰ Intertítulos representam a quebra do texto, enquanto as capitulares são tipos maiores no corpo do texto no primeiro parágrafo e brancos são espaços vazios na página, como as margens, a distância entre o título e o texto ou entre outros elementos. Esses recursos são utilizados para deixar a página mais leve, pois partem da ideia de que a menor poluição de elementos causa uma maior sensação de conforto ao leitor. Era pouco utilizado em jornais do período pois acabava levando a um custo maior de papel.

²⁵¹ Fonte de estilo medieval.

²⁵² SEVERIANO, op. cit.

“R” e no “O”. O logo não poderia ser um problema na escolha da ilustração da manchete, com a opção de ser negativo.²⁵³ Os assuntos destacados eram “o inusitado, o violento, o estranho, o impossível, o movimento e o belo”.²⁵⁴ As capas deveriam ser únicas, preferencialmente de rostos, corpos inteiros, paisagens, objetos ou pinturas. Enquanto as revistas semanais ilustravam a capa com mulheres bonitas, REALIDADE a reservava para o tema de uma das reportagens, com imagens que encenavam a matéria principal da edição, contendo já a informação em si, como no caso da edição de agosto de 1966, na qual se apresentava o tronco de uma boneca sem os braços com a faixa de Miss Brasil, referente à matéria *Pobre menina miss*. Portanto, as capas tendiam a ser ousadas, como a figura da primeira edição que apresentava Pelé com um chapéu da guarda britânica, referente à matéria sobre a Copa na Inglaterra.

O espelho – ordenamento das matérias conforme as páginas disponíveis e a localização dos anúncios –, a “arma de quem edita”,²⁵⁵ era montado de forma que as reportagens eram distribuídas em sequência de acordo com sua força. Eram alternadas matérias de maior e de menor atração do público, conforme julgava o editor. Cada publicação era composta por um sumário, que apresentava a edição com resumos das matérias. Três espaços eram fixos: as cartas dos leitores, o roteiro cultural e a seção “Brasil Pergunta”.

As cartas serviam como medidores de como os leitores recebiam as matérias. Outra “arma do editor”, conforme afirma Mylton Severiano, eram escolhidas na proporção de no mínimo duas que criticavam negativamente a escolha da revista e uma maioria de críticas positivas. As regras para as publicações de cartas eram: não veicular sugestões de assunto a serem abordados, sempre responder ao leitor na revista ou por carta, provocar polêmica e evitar autoelogios. A princípio, segundo o autor, as cartas não eram inventadas. Na Edição n. 10, inclusive, quando uma das leitoras, Paulina Presht, de São Paulo, pergunta se eram falsas, a revista responde que as cartas estavam arquivadas e à disposição do público. Eram respondidas pelo diretor de redação e, em alguns momentos, por outro funcionário, com a assinatura do primeiro.

O roteiro cultural era a seção dedicada a lançamentos e discussões sobre livros, filmes, programas televisivos, música e arte. Nas primeiras edições, não possuía denominação, mas

Imagem 5 – Capa de *Pobre menina miss*



Reprodução

Fonte: REALIDADE, n. 6, set. 1966. Mensal.

²⁵³ Quando, em uma imagem, as luzes e as sombras aparecem invertidas de forma que os claros aparecem escuros e vice-versa.

²⁵⁴ SEVERIANO, op. cit, p. 83.

²⁵⁵ Id., ibid.

acabou intitulada “Roteiro”. “Brasil Pergunta” era o espaço reservado para uma questão que era respondida por dois ou mais especialistas, se dividindo entre “sim” e “não”. Nesse caso, diferentemente do que ocorria na seção de cartas apresentada nas páginas iniciais da revista, para garantir a polêmica, o diretor inventava algumas questões que deveriam ser de leitores.²⁵⁶

As matérias não podiam passar de 18 laudas. A intenção era a produção de textos simples e claros, mas cujo jogo de palavras levasse o leitor a se emocionar com o assunto. Não eram apenas os recursos gráficos que tornavam a revista um diferencial na área visual, mas a ênfase nas fotografias, de caráter autoral e densidade discursiva. Fotógrafos se destacavam pela parceria com repórteres, fundindo as duas linguagens imagem-texto. Nos ensaios fotográficos, legendas acompanhavam as fotos, tornando-as protagonistas, quando o normal, em outras publicações, era o oposto (figuras que complementavam o texto). Nas reportagens, as legendas eram obrigatórias, ressaltando a importância das imagens contidas.

No plano editorial, determina-se a visão da redação e da empresa sobre a publicação e sua relação com o leitor, o que resulta na missão, nos objetivos e na fórmula de apresentação do conteúdo. No editorial da edição n. 1, apresentavam-se as expectativas que se esperava atingir:

será a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. Pretendemos informar, divertir, estimular, servir a nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos comunicar nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o País, e nas realizações da livre iniciativa. Assim é com humildade, confiança e prazer que dedicamos REALIDADE a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente para viver melhor o futuro.²⁵⁷

O projeto de Paulo Patarra, primeiro diretor de redação, quem escreveu o editorial assinado por Victor Civita para a revista, visava atrair os leitores das grandes publicações da época, como *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Fatos & Fotos*, *Quatro Rodas*, *Mecânica Popular e AutoEsporte*, publicações estrangeiras, como *Time* – que vendia por volta de 20 mil exemplares no Brasil –, e jornais como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Estado de S.Paulo* e *Folha de São Paulo*. Desde o início, também buscava o público feminino, leitoras de *Claudia*, *Joia* e *Manequim*, com apelo à inteligência, fosse o assunto atualidades ou moda. Segundo reproduz Severiano,²⁵⁸ o diretor afirmava que:

Nosso leitor existe. Uma tentativa de lhe vestir uma roupa, dar-lhe profissão, renda, instrução, interesse, nos levaria ao brasileiro urbano médio.

- a. Fez o ginásio, está entre 20 e 40 anos. Se deixou para trás os 40, continua ativo, pensando no futuro, discutindo o presente.
- b. Gosta de futebol, política; as dificuldades do Brasil irritam, sonha com saídas. Tem orgulho de Pelé e do Eder Jofre [boxeador campeão, o “galinho

²⁵⁶ SEVERIANO, op. cit.

²⁵⁷ CIVITA, VICTOR in *Realidade*, p. 3, n. 1, abr. 1966. Mensal.

²⁵⁸ SEVERIANO, op. cit. A obra de Mylton Severiano foi escrita a partir de suas experiências e de bilhetes deixados por Paulo Patarra, que já havia falecido no momento da produção do livro.

- de ouro*”]. É provável que adote e defenda soluções propostas por homens públicos do tipo Lacerda-Jânio-Roberto Campos-Celso Furtado.
- c. Tem palpitações quando fala da indústria automobilística, de Amazônia, de extensão territorial, de São Paulo ou do Rio.
 - d. Torce por filme brasileiro e sente orgulho quando lê que a bossa nova foi aceita pelos americanos.
 - e. Gosta de dizer que este país não vai para frente. E de explicar.
 - f. Vai ao cinema, assiste televisão, arrisca um teatro. Gosta do Marcelo Mastroianni [*ator famoso pelo filme de Fellini La Dolce Vita, de 1960*] e detesta Rock Hudson [*canastrão*].
 - g. É católico sem convicção. Há os de outras religiões e os ateus.
 - h. Se diz pacifista, mas é fascinado pela guerra, qualquer uma.
 - i. Não se sente muito latino-americano.
 - j. É emotivo: pode chorar e rir com o futebol, cinema, amigos, política.
 - k. Gosta de piadas, tomar remédio, aventuras e histórias de fantasma.²⁵⁹

A redação dos primeiros anos de REALIDADE era formada por boa parte dos jornalistas que colaborariam com a *Revista de Domingo*. Para a composição da redação desta, foram convidados os jornalistas de *Quatro Rodas* Paulo Patarra e George Duque, que seriam o redator-chefe e o diretor de arte, Murilo Felisberto, chefe do Departamento de pesquisas do *Jornal do Brasil*, Luiz Fernando Mercadante, que escrevia para revistas técnicas da editora, Carlos Azevedo, também de *Quatro Rodas*, José Carlos Marão, do embrião do *Jornal da Tarde*, e Rolf Kuntz. Quando a equipe foi redirecionada para uma publicação mensal, foram incluídos na redação Sérgio de Souza, de *Quatro Rodas*, Mylton Severiano da Silva, Woile Guimarães, Eduardo Barreto, Luigi Mamprin, José Hamilton Ribeiro²⁶⁰ e Robert(o) Civita,²⁶¹ filho do dono da editora com Silvana Civita. Paulo Patarra e Murilo Felisberto não se entendiam a respeito dos objetivos da *Revista de Domingo*, enquanto o primeiro queria reportagens, o outro, entretenimento e prestação de serviço. Essa divergência resultou na separação da primeira equipe formada; saíram do grupo Murilo Felisberto e Rolf Kuntz, que foram para o *Jornal da Tarde* e Duque Estrada, que voltou para *Quatro Rodas*.

Além dos nomeados, havia oito fotógrafos: o único brasileiro era Geraldo Mori, além dele estavam o japonês naturalizado Jorge Butsuem, os americanos George Love e David Drew Zingg, a inglesa Maureen Bisilliat, a húngara Cláudia Andujar, o italiano Luigi Mamprin e o inglês Roger Bester.²⁶² Diagramação e arte eram responsabilidade de Edu Barreto, com a assistência de Paulo Lafer. Micheline Gaggio Frank, Josete Balsa, Norma Freire e Laís de Castro tinham funções auxiliares. Em agosto de 1966, foram contratados Paulo Henrique Amorim, João Antônio Ferreira Filho, Roberto Freire, Dirceu Soares, Otoniel Santos Pereira e Hamilton Almeida Filho.

²⁵⁹ Id., *ibid.*, 78-79. grifo no original.

²⁶⁰ José Hamilton é conhecido por ter pisado em uma mina em 29 de março de 1968, enquanto fazia reportagem sobre a guerra do Vietnã, fato que foi capa da edição de maio de REALIDADE, com foto de Keisaburo Shimamoto.

²⁶¹ A grafia do nome do filho de Victor Civita varia entre Robert e a versão abrigada Roberto.

²⁶² SEVERIANO, *op. cit.* O autor não especifica se moravam no Brasil ou viviam no exterior, mas, a julgar pelas fotografias (locais) trabalhavam no país.

A sede da revista era em São Paulo. Era uma redação pequena, que, segundo Severiano,²⁶³ por causa do barulho e da falta de espaço, levou os jornalistas a escreverem suas histórias em casa. Os profissionais trabalhavam muitas vezes fora do horário do expediente, e “eram bem remunerados, levando em conta a idade, a pouca experiência e os níveis de salários de jornalistas no Brasil”,²⁶⁴ pois foi a época de aumento de salários. Como afirma Marão,

Na imprensa da época, entre os jornalistas mais maduros, os mais talentosos tinham migrado para outras profissões. Os salários eram tão baixos que os bons iam logo para a advocacia, a publicidade, a política ou cargos de direção. Sobravam os jovens, com o entusiasmo e os sonhos, mas mesmo esses, se não fossem bem pagos, mudariam de profissão. Quem quisesse lançar uma publicação tinha de se conformar com eles, com sua irreverência e imaturidade. Mas ganhavam com a criatividade e a ousadia que os maduros não teriam.²⁶⁵

A rotina da redação de REALIDADE era semelhante à de um jornal diário, mas em ritmo lento se comparado a este, o que pode ser percebido na descrição realizada por Luiz Fernando Mercadante na matéria “Vinte e quatro horas na vida de um jornal”²⁶⁶ sobre o dia a dia do *Jornal do Brasil*. Mercadante narra o início do trabalho no JB com a reunião de pauta, que resultava em mais de 50 sugestões de matérias, das quais algumas eram selecionadas. A partir das pautas, o chefe de reportagem encarregava os repórteres das notícias a serem produzidas. No meio da tarde, todos os editores se reuniam. As matérias seguiam para o secretário de redação ler. No final da tarde se juntavam para decidir os editoriais o diretor executivo, o seu vice, o superintendente, o editor chefe, e os homens que escreviam os editoriais. Em seguida, os editores se reuniam novamente, enquanto trabalhavam os copidesques (revisores) e diagramadores (desenhistas das páginas). O jornal, então, ia para a impressão.

Em REALIDADE, as pautas eram sugeridas em reuniões informais, após o expediente, na casa de algum dos integrantes da equipe. Era um processo coletivo de criação com sugestões boas e ruins discutidas até chegarem ao tema que podia ser publicado. As melhores e mais adequadas sugestões eram selecionadas por Paulo Patarra e Sérgio de Souza – que podiam ter a ajuda de outros repórteres – e cada jornalista assumia uma das pautas para apresentar na reunião

²⁶³ Id., *ibid.*

²⁶⁴ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 23. Segundo o autor, os profissionais do jornalismo passavam por uma crise no Brasil. Em 1957, o salário de um jornalista era 2,6 vezes o salário mínimo, transformando-se mais em um bico ou *hobby*. Em 1962, jornalistas foram demitidos por não defenderem a opinião do proprietário ou daquele que fazia pressão sob este, o anunciante. Em novembro, os profissionais entraram em greve pedindo reajuste do salário e reintegração dos 80 jornalistas demitidos por terem apoiado a greve dos gráficos. Acusava-se os donos dos jornais de alegarem dificuldades financeiras quando, na verdade, investiam em equipamentos e sedes, aumentavam o crédito do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e eram milionários. Com o salário mínimo prestes a ser reajustado, 70% da classe jornalística passaria a receber menos que um trabalhador não qualificado. A greve não foi noticiada. Houve uma demissão em massa nos grandes jornais do período, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Diários Associados*, *O Dia* e *A Notícia*, alegando-se justa causa para evitar o gasto em indenizações. A má remuneração do jornalismo contribuiu para a falta de jornalistas, que migravam para outras áreas. Também era um período no qual surgiam novas publicações, como o *Jornal da Tarde*, vespertino do *Estado de S. Paulo*, e novos segmentos da Editora Abril, criando mais vagas de emprego na área. Na criação de REALIDADE, foi preciso recorrer aos profissionais talentosos que haviam sobrado. A falta de concorrência não só aumentou o salário dos jornalistas como permitiu a eles alguma autonomia dentro da Editora.

²⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 24.

²⁶⁶ MERCADANTE, Fernando. Vinte e quatro horas na vida de um jornal. *Realidade*, p. 132-142, n. 7, out. 1966. Mensal.

formal, ou oficial, com a empresa, representada por Robert Civita. Daí, surgia o balanceamento de matérias provocativas com matérias apaziguadoras, como os perfis dos generais, e novas ideias podiam aparecer. Dessa forma se formava o espelho da edição, “uma espécie de planta baixa da revista, onde são colocados os anúncios, as seções e as matérias, já na ordem e no tamanho em que serão publicadas”.²⁶⁷

Os jornalistas trabalhavam com três edições: a que estava na gráfica e podia precisar de acertos, a que estava sendo editada e a que estava sendo criada. Uma vez por mês, nos dias de lançamento das edições, os integrantes de REALIDADE entravam em contato de forma informal com os leitores para ouvir o que tinham a dizer, nas bancas de jornais no momento da compra ou em transportes públicos, enquanto folheavam a revista. Para fazer uma reportagem, o jornalista partia da pesquisa para se situar no assunto e, então, se aproximar das fontes e do local que tratava a matéria. Os repórteres davam preferência para o relato de pessoas comuns, com quem os leitores pudessem se identificar. Pesquisa, relatos e observações eram transformados em uma história “cujo fim todos queriam conhecer”.²⁶⁸ Buscavam personagens comuns, “os matutos, caipiras, jangadeiros, boiadeiros, quituteiras, professorinhas, enfim, homens e mulheres simples retratados com respeito”.²⁶⁹ Jornalistas, diretores de arte e fotógrafos trabalhavam juntos, pois

era importante que texto e fotos ou ilustrações mostrassem uma unidade, mostrassem que faziam parte de um só trabalho. Encontrar o título certo para a foto certa – título e foto que abririam a matéria –, uma tarefa comum em qualquer revista, em *Realidade* era um trabalho exaustivo: o nível de exigência, criado pela própria equipe, era muito alto.²⁷⁰

Esse processo levou à qualidade visual da revista. As fotos eram escolhidas em sessão de slides, com os fotógrafos presentes, e os títulos somente eram determinados após definidas as imagens. David Zingg determinou a regra da revista que impedia, como já foi dito, fotos sem legenda.

Pronto o texto, era encaminhado para a revisão dos editores, quando se dava a análise se o espaço na revista seria suficiente, e a escolha das fotos, do título e das retrancas adequadas. O editor era o responsável por “vender” a matéria de outro jornalista ao leitor. Era ele quem determinava o tamanho ideal, cortando ou resumindo partes do texto e alterando o tamanho das imagens, criava títulos e intertítulos e redigia o olho – frase destacada entre o título e o texto como uma introdução à matéria.²⁷¹

Sérgio de Souza, Mylton Severiano, Otoniel Santos Pereira e, por vezes, Paulo Patarra, recebiam as matérias dos repórteres e ajudavam a dar uma melhor forma ao texto – cortar adjetivos e advérbios em excesso, corrigir erros de ortografia e semântica – e pediam mais informações,

²⁶⁷ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 30.

²⁶⁸ Id., ibid., p. 33.

²⁶⁹ Id., ibid., p. 88.

²⁷⁰ Id., ibid., p. 33.

²⁷¹ Apresentação ou resumo da matéria em texto destacado inserido logo após o título ou os créditos, conforme o projeto gráfico da publicação.

caso fosse preciso. Em alguns casos, Severiano escrevia a matéria com informações do repórter. Por isso, havia a divisão entre “Texto de Fulano” para “Reportagem de Fulano”. Eles eram os copidesques da revista. O termo copidesque (do inglês *copy-desk*, escrivainha para copiar) foi introduzido no jornalismo brasileiro pelo *Jornal do Brasil*. Sua responsabilidade era dar forma ao texto. Diferentemente de copidesques de outros jornais, que reescreviam o texto sem o jornalista, Sérgio de Souza fez com que a função fosse exercida ao lado do repórter. O texto devia seguir o lema “doutor entende, e a empregada também”. Por fim, o secretário gráfico Woile Guimarães organizava os textos nas páginas, dividia as laudas nas colunas, determinava o tamanho dos títulos. Tudo era feito com papel e cola.

As edições de REALIDADE eram formadas por treze reportagens. Duas delas eram escolhidas por Roberto Civita, filho de Victor Civita, dono da editora, logo, representante dos interesses da empresa. As onze restantes eram da escolha dos jornalistas que compunham a equipe da revista, sendo alguns militantes de organizações de esquerda, o que diversificava as propostas de temas. Era evitada a publicação de material que não fosse feito pela equipe, abrindo exceção para os considerados de alta qualidade – entre esses, destacavam-se as matérias da jornalista de guerra italiana Oriana Fallaci. Entre 1966 e 1968, os jornalistas de REALIDADE usufruíam de certa autonomia. Com a ausência de uma censura prévia nos dois primeiros anos da revista, conseguiam escrever reportagens que denunciavam os problemas políticos, econômicos e sociais do país. Na formação da revista, se dividiam entre matérias políticas ou matérias “leves”, “de Política a Saúde, de Religião a Humor, de Moda a Esportes, de Educação a Espetáculos”.²⁷²

REALIDADE possuía suas próprias contradições. Juntamente às críticas, havia reportagens que exaltavam figuras do governo, como os perfis dos denominados presidentes militares Castello Branco e Costa e Silva. A revista não chegou a fazer uma oposição direta ao Estado de Exceção, pois sempre procurou se manter dentro do espaço de liberdade de expressão que ainda sobrava. No campo político, chegou ao limite da contestação com reportagens sobre os dissidentes civis (entre eles, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Celso Furtado) e cidadãos clandestinos (Vladimir Pereira e Luiz Carlos Prestes). É por esse motivo que lemos na afirmação de Marão que “a criatividade na pauta e na finalização mostrava uma revista contestadora e irreverente, mas que nunca foi para o confronto”.²⁷³ Havia uma “cautela”,²⁷⁴ que se dividia em dois motivos. Um deles era a preocupação com a posição da Editora Abril de defesa do livre mercado. O outro, o cuidado em não provocar o governo a ponto de chamar a sua atenção.

Na carta de apresentação de REALIDADE, no editorial da edição n. 1, afirmava-se que “queremos comunicar nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o País, e nas realizações da livre iniciativa”.²⁷⁵ Apesar

²⁷² MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 26.

²⁷³ Id., ibid., p. 17.

²⁷⁴ Id., ibid., p. 27.

²⁷⁵ *Realidade*, p. 3, n. 1, abr. 1966. Mensal.

de ter sido escrito por Paulo Pattara,²⁷⁶ havia, no primeiro editorial, o propósito de defender a opinião da Editora Abril, através do que seria a voz de seu dono. A posição do empresário pode ajudar a entender as contradições de REALIDADE. Civita defendia o livre mercado – a “livre iniciativa” – e, para isso, mantinha relações com o Estado e com o capital estrangeiro. A menção do “impulso renovador” era um elogio às medidas governamentais.

Cabe lembrar que os grandes jornais do Brasil na segunda metade do século XX eram comandados por uma elite composta por Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais. Desde que a imprensa entrou em sua fase informativa, a divisão de trabalho foi ampliada, tornando-se clara a divisão em classes sociais. Jornais e revistas eram escritos por jornalistas, mas controlados pelos proprietários dos veículos. Esquecidos, estavam os operários, que trabalhavam nas rotativas e os profissionais de setores de serviços. Os trabalhadores intelectuais, que pertenciam normalmente à classe média e à pequena burguesia, eram assalariados, mas não podiam ser considerados proletários, e sua posição intermediária levava à ambiguidade.²⁷⁷

Para Bernardo Kucinski, a Abril não era como as tradicionais famílias oligárquicas controladoras da imprensa no Brasil. Segundo o autor, a Editora era “uma empresa multinacional, sem raízes na tradição oligárquica dos proprietários de jornais. Entre as grandes empresas jornalísticas brasileiras, é a que confere maior autonomia às redações e ao seu corpo de jornalistas”.²⁷⁸ Seu comportamento era determinado mais pelo mercado do que pela ideologia dominante. Isso não impedia que suas publicações acabassem adotando certos interesses e ideologia. É preciso lembrar, também, que “os jornalistas em cargos executivos são entendidos como profissionais de confiança dos proprietários, cuja lealdade é para com os donos de jornal e não com o interesse público”.²⁷⁹ Os jornalistas, no Brasil, não encontrariam a liberdade de se expressar ou defender posições contrárias às de seus patrões sem correr o risco de serem demitidos.

Segundo o autor, as ações jornalísticas são justificadas e legitimadas pelo valor da verdade, tornando-o a ideologia do jornalismo moderno. Entretanto, a ideologia pode ser utilizada por jornalistas de outras formas, ainda com caráter legitimador da profissão. É por isso que o universo do jornalista é dividido em classes “a ideologia anticomunista dos patrões contra a ideologia das reformas de base dos jornalistas e intelectuais, nos anos 60; a ideologia da repressão e do crescimento econômico dos patrões contra a ideologia da resistência dos jornalistas, nos anos 70”.²⁸⁰ Esse conflito fica claro quando analisada a equipe e as transformações que ocorreram em REALIDADE, o que mostra certa autonomia dos jornalistas da Editora Abril, e como essa liberdade se transformou com o endurecimento do regime político autoritário e as novas tendências do mercado editorial.

²⁷⁶ De acordo com SEVERIANO, op. cit.

²⁷⁷ SODRÉ, op. cit.

²⁷⁸ KUCINSKI, 1998, op. cit., p. 34.

²⁷⁹ Id., ibid., p. 69.

²⁸⁰ Id., ibid., p. 70.

2.1.1 As liberdades individuais dos jornalistas

Segundo Pierre Bourdieu,²⁸¹ em relação à liberdade de expressão do jornalista, é preciso ter em mente: 1) a posição do órgão de imprensa em que ele se encontra no campo jornalístico; 2) a sua própria posição nesse órgão. O autor se refere a um *campo* jornalístico, logo, um espaço social que implica um sistema de forças, no qual se encontram dentro dele dominantes e dominados e relações constantes, permanentes e desiguais. REALIDADE pode fornecer como contraste em relação a outras publicações do período a ambivalência entre a equipe que a compunha e a empresa na qual se encontrava. Uma redação como essa passou a ser encontrada na imprensa alternativa anos depois, mesmo porque muitos dos profissionais de REALIDADE migraram para ela. A revista é tida, inclusive, como a percussora dessa modalidade.²⁸² Entretanto, diferente da imprensa alternativa, a revista pertencia a uma grande empresa ligada ao interesse do capital, que colaborava com os militares e civis que atuavam na ditadura imposta ao país. Esse aspecto serviu para limitar o interesse dos jornalistas em ir adiante nas pautas mais polêmicas, além de restringir alguns assuntos. Dentro do que foi publicado, é possível perceber o que era permitido e o que podia ter sido omitido propositadamente, mesmo sendo do interesse do jornalista e do editor da matéria.

A equipe da revista era coesa, mas cada jornalista mostrava nas reportagens seu estilo de escrita e interesses pessoais. A redação não era composta somente por jornalistas diplomados. Segundo Mylton Severiano,²⁸³ Sérgio de Souza e Hamilton Almeida Filho não passaram do segundo ano do ginásio, enquanto outros eram filhos de classe média e de classes mais baixas, muitos funcionários de banco em horário comercial e repórteres após o expediente. José Carlos Marão²⁸⁴ descreve a si e aos colegas como um grupo de “uns seis ou sete jovens, entre os 25 e os 30 anos, alguns com barba por fazer, roupa desganhada e suja, outros elegantes em ternos de tropical inglês e camisas de puro algodão feitas sob medida”. Essas características refletiam nas reportagens produzidas pela revista.

Mesmo que pertencesse à Editora Abril, como afirma Bernardo Kucinski,²⁸⁵ REALIDADE era composta por uma redação alternativa, alimentada pela discussão política. O clima dos funcionários da Abril talvez, de maneira geral, fosse de apoio à ditadura. Mylton Severiano narra que, após o golpe, Lana Nowikow e Sérgio de Souza ouviram pessoas comemorando a destituição de Jango em outra sala do prédio da Editora. Na redação de REALIDADE, contudo, havia militantes de esquerda, cuja atuação política era desconhecida pelo resto do grupo. Eram chamados de “loucos de 1964”. Esses “loucos” estavam ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), à Ação Libertadora Nacional (ALN) e à Ação Popular (AP).

²⁸¹ BOURDIEU (1997), op. cit. O autor escolheu especificamente a televisão, mas muitas das ideias concebidas na obra podem ser aplicadas a outras plataformas, como os jornais e as revistas. A centralidade da análise do jornalismo por meio da televisão ocorre pois, dos anos 1950 à atualidade, esse meio passou a tornar-se dominante econômica e simbolicamente no campo jornalístico, principalmente com as crises dos jornais e das revistas.

²⁸² Cf. KUCINSKI, 1998, op. cit.

²⁸³ SEVERIANO, op. cit.

²⁸⁴ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 21.

²⁸⁵ KUCINSKI, op. cit., 2001.

Paulo Patarra e Narciso Kalili eram leitores de Marx, enquanto Mylton Severiano era filho de comunista. Hamilton Almeida Filho foi criado por Antero de Almeida,²⁸⁶ um dos sobreviventes da rebelião militar de 1935, o Levante Comunista. Foi Antero que o introduziu ao jornalismo, quando o colocou no jornal *A Noite*, com 15 anos. Enquanto Patarra era militante do PCB, os outros pertenciam à AP, assim como Roberto Freire e Carlos Azevedo. Este último afirma, inclusive, que sua crítica à sociedade surgiu com a convivência com a sociedade igualitária dos índios que teve na produção da reportagem *Resgate de uma tribo*.²⁸⁷ Ele militou na AP, integrou o PCdoB, participou de jornais clandestinos como *Libertação* (da AP), *Classe Operária* (do PCdoB) e *Movimento*. Perseguido por órgãos de repressão, mergulhou na clandestinidade com a esposa e três filhos, em uma jornada que durou quase dez anos.

Outros jornalistas contratados entre 1966 e 1968 também faziam parte das organizações, caso de Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Beto, dominicano com atuação da AP e formado em jornalismo e colaborador da revista, e de Eurico Andrade, pernambucano que saiu do Recife para fugir da perseguição dos militares aos “subversivos”. Andrade escreveu a matéria *Eles estão com fome*, que foi republicada no livro *Dez reportagens que abalaram a ditadura*²⁸⁸ e com a qual ganhou o prêmio Esso de Reportagem de 1968. Raimundo Pereira era estudante do Instituto Tecnológico da Aeronáutica quando, após o golpe de 1964, foi expulso por sua atuação política. Acolhido pela Faculdade de Física da USP, continuou sua militância, chegando a se envolver com o PCB e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). Atuava como jornalista autônomo e, prestes a se graduar, foi convidado a editar *Amanhã*, revista alternativa que, apesar de sobreviver por apenas seis edições, viria a influenciar outras publicações. Foi convidado a escrever para REALIDADE, na qual publicou duas reportagens sob a supervisão de Carlos Azevedo. Outro jornalista, Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, foi um dos fundadores da AP e membro do comitê central.

Houve até mesmo um funcionário,²⁸⁹ cujo trabalho era responder as cartas mandadas à redação, que seriam assinadas por Paulo Patarra, que foi demitido após descobrirem que produzia respostas que defendiam a luta armada contra o governo. Essas cartas não eram publicadas, mas enviadas aos endereços fornecidos pelos leitores. Era um perigo para Paulo Patarra ou para a revista se fossem descobertas as respostas.

A principal forma como esses jornalistas contribuía com as organizações com as quais se relacionavam era no abrigo de pessoas perseguidas pelos militares por serem consideradas subversivas (ou terroristas). Mylton Severiano levou militantes ao Vale do Ribeira, onde se havia instalado o campo de treinamento de guerrilha de Carlos Lamarca. Carlos Azevedo, por sua vez, escrevia *O livro negro da ditadura*, com Elifas Andreato. Otoniel Santos Pereira abrigou um amigo procurado pelos órgãos de segurança e foi detido e torturado por isso. Woile Guimarães colaborava com a ALN, dando pouso e comida para quadros perseguidos – um deles

²⁸⁶ Apesar do mesmo sobrenome, os dois não tinham ligações consanguíneas.

²⁸⁷ AZEVEDO, op. cit.

²⁸⁸ MOLICA, Fernando (org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

²⁸⁹ SEVERIANO, op. cit. O autor não fornece o nome do funcionário em sua obra.

foi Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, sucessor de Carlos Marighella na ALN.

Essa turma via o diretor Robert Civita com desconfiança, por causa da defesa dos interesses do capital que representava e pelo que parecia ser sua falta de crença na revista. Somente a partir da nona edição o nome de Robert Civita passou a aparecer no expediente. Para Severiano, o diretor só assinaria se a publicação desse certo. Funcionários que passaram a trabalhar na revista por terem sido indicados por ele, como Norma Freire, Roberto Freire e a argelina Josette Balsa, eram, de início, evitados pelo restante da redação e só passaram a ser vistos como colegas após provarem, por seu trabalho, que tinham interesses similares aos da maior parte da equipe inicial.

Segundo Kucinski, enquanto os donos de veículos de comunicação da grande imprensa eram e são conservadores, a maioria dos jornalistas – pelo menos até os anos 1990 – era de esquerda, devido à influência do Partido Comunista Brasileiro (PC) nas redações nas décadas de 1950 e 1960. Os jornalistas tendiam a ser engajados com as campanhas de reformas de base, conviviam com matizes de esquerda e muitos eram quadros do PC. Dessa forma, alguns foram mobilizados a atuar contra o golpe, mas coube às elites proprietárias o controle de seus funcionários, o que se deu pela autocensura. Aos jornalistas engajados, sobrou a ação fora das redações.

Por outro lado, havia na redação jornalistas como Luiz Fernando Mercadante, os quais, segundo Severiano,²⁹⁰ constituíam a “direita” da revista e escreviam principalmente sobre políticos e militares no poder e no ostracismo – esquivando-se de conflitos com seus informantes de Brasília. No perfil de Costa e Silva, Mercadante, para não desagradar o personagem, deixou de publicar que a certidão do ditador havia sido adulterada, pois para entrar no Colégio Militar deveria ser mais novo. O jornalista ficava encarregado de matérias que enalteciam o governo, como os perfis dos militares e a Igreja Católica, como em *A Benção, Sá Vigária*. Entretanto, também produziu reportagens críticas, como *Brasileiros, go home*,²⁹¹ sobre a rejeição da população em relação à presença de tropas militares brasileiras na República Dominicana, Prêmio Esso²⁹² de Jornalismo de 1966.

Não é possível pelas condições do trabalho proposto, analisar os vários jornalistas que passaram por REALIDADE, mesmo porque não foi possível encontrar na literatura aqueles que integraram a equipe após 1968. Entretanto, dentro dos objetivos aqui propostos, coube exemplificar como se dava a liberdade dos jornalistas, o que, acredita-se, influenciava nas reportagens reproduzidas. Foram apresentados nomes que tornarão a aparecer nos capítulos 4 e 5, quando o material for analisado. Algumas outras menções que foram possíveis encontrar receberam um item a parte, por suas particularidades: as mulheres.

²⁹⁰ Id., *ibid.*

²⁹¹ Os militares brasileiros haviam sido enviados ao país um ano antes da publicação da reportagem, juntamente a tropas dos EUA e de outros países, para impedir o avanço comunista no país.

²⁹² O prêmio Esso é a mais tradicional e importante premiação de reconhecimento ao mérito do jornalismo no Brasil. Foi criado há 55 anos e, atualmente, recebe o nome de Prêmio ExxonMobil. Disponível em: <<http://www.premioexxonmobil.com.br/site/home/index.aspx>>. Acesso em: jun. 2016.

2.1.1.1 Mulheres na redação

A análise da redação da revista introduz um tema que aproxima a rotina de REALIDADE e o seu fazer jornalístico com a história das mulheres. Cabe, aqui, apresentar a situação e algumas características de mulheres que fizeram parte da redação, e que já assumiam pelo menos uma postura feminina da década de 1960: a de trabalhadoras “fora do lar”.

Apesar da imprensa feminina ser popular, a participação de mulheres na grande imprensa na segunda metade do século XX ainda era escassa. Na *Folha de S.Paulo*, em 1960, só havia uma mulher, a telefonista “Dona Olga”.²⁹³ Em REALIDADE trabalhavam Lana Novikov, Micheline Gaggio Frank, Josete Balsa, Norma Freire e Laís de Castro, Octavia Yamashita, secretária de Robert Civita, Junko Yamanaka, da área comercial, Zamali Doria, secretária, e Isabel Macedo, datilógrafa. As mulheres da redação eram marcadas por seu sexo. Em diálogo reproduzido por Severiano,²⁹⁴ Paulo Patarra pergunta a Zamali Dória se a mulher se incomodava em ouvir palavrões, ao passo que a portoalegrense, criada em Caxias do Sul e cantora, respondeu: “Venho de um lugar onde só havia mulher, e eu ouvia cada coisa cabeluda”.

As fotógrafas Maureen Bisilliat e Cláudia Andújar, ainda segundo Severiano,²⁹⁵ levaram o “olhar feminino” à revista. É importante destacar que, para Anne Higonnet, as fotojornalistas “eram geralmente encarregadas de histórias de ‘interesse humano’ que se limitavam ao retrato, à casa, à família e às emoções”.²⁹⁶ Contudo, as funcionárias de REALIDADE participavam de temas muito mais variados, em ambientes considerados arriscados, como na matéria *Uma aventura, a professorinha*,²⁹⁷ ou impróprios para mulheres, como na casa de espetáculos com danças eróticas em *Meire vive tirando a roupa*.²⁹⁸ Cláudia Andújar estreou na revista com a matéria sobre parto, *Nasceu!*, possível causa da apreensão da edição n. 10, devido a uma foto de frente da parteira retirando a criança. A fotógrafa trabalhou na revista até 1970 e, em sua última matéria, sobre a Amazônia, foi proibida de fotografar índios – talvez porque pudesse transmitir a situação de miséria dos indígenas, o que desagradaria o regime.

As outras mulheres da redação tinham funções auxiliares. Robert Civita acreditava que o setor de pesquisa deveria ser composto apenas por mulheres, pois exigia atenção aos detalhes. Contudo, muitas transformaram-se em jornalistas. Isabel Macedo foi para a *Capricho*, na qual escrevia reportagens e contos. Lana Nowikow se tornou repórter e editora de revista. Filha de russos fugidos da guerra, se infiltrou no Nacional Club vestida de homem e casou-se com seu colega Sérgio de Souza.

²⁹³ SEVERIANO, op. cit.

²⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 143.

²⁹⁵ Id., *ibid.*

²⁹⁶ HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. pp. 400-428. p. 420.

²⁹⁷ MARÃO, José Carlos. Uma aventura, a professorinha. *Realidade*, pp. 18-25, n. 49, abr. 1970. Mensal. História da professora Jurema, que viaja de barco para buscar remédios aos alunos e dá aula em local isolado, na ilha de Cananéia, em São Paulo.

²⁹⁸ PORTELA, Fernando. Meire vive tirando a roupa. *Realidade*, pp. 36-46, n. 25, abr. 1968. Mensal. A reportagem trata a rotina de espetáculos no centro de São Paulo, no beco Amador Bueno, que revesa peças de humor com *strip-tease*.

Quanto a Norma Freire, Severiano²⁹⁹ afirma que foi “cria” de REALIDADE. Ela foi recomendada por Robert Civita, que a conheceu como namorada do cunhado de seu primeiro casamento, sendo indicada por falar inglês e gostar de escrever. Freire aprendeu jornalismo na prática, observando outros repórteres. Por ter sido indicada pelo chefe, era tida pela redação como ou “burra ou espiã”, mas os colegas acabaram sabendo que estava ligada ao Partido Comunista. Em 1967, ainda no setor de pesquisa da revista, Freire reivindicou aumento de salário, entregando bilhete para Paulo Patarra que dizia:

Tendo sua fama de defensor emérito dos direitos femininos e da emancipação do sexo dito frágil atravessando céus e terras, venho por meio dessas mal traçadas linhas verificar a autenticidade de tão nobres pareceres. Não é por nada, mas acontece que atualmente recebo a quantia de NCr\$500, o que me coloca na situação de redatora infeliz de tão supimpa revista. Sinceramente solicitando aumento de trabalho, Norma.³⁰⁰

Seu salário era seis vezes menor do que o dos homens. Segundo Severiano, Patarra concedeu o aumento, equiparando seu salário com o de seus colegas. Cabe destacar a atualidade dessa situação, considerando que, até hoje, mulheres recebem menos do que homens, além da coragem da funcionária em reivindicar aumento salarial, ou a liberdade de diálogo com o chefe. A cena mostra, também, a consciência que Norma Freire tinha sobre sua situação como uma condição feminina em uma sociedade que desvalorizava o trabalho de mulheres.

Além da atitude em REALIDADE, Freire participou da resistência à ditadura e acabou sendo presa pela polícia política. Em relato à pesquisadora Maria Cláudia Badan Ribeiro, Norma Leonor Hall Freire contou que “antes de qualquer tipo de ideologia, o despertar de uma consciência feminina parece estar na base de seu desejo de mudança”.³⁰¹ Freire foi educada em um colégio de freiras, do qual foi expulsa ao revidar quando uma das funcionárias foi tirar sua maquiagem. Segundo a jornalista, seu desejo não era ser a mulher prendada do lar.

Ela contou ter sido envolvida pela oposição durante a faculdade e o trabalho em REALIDADE, ambos locais altamente politizados, “tanto que brincavam que a redação queria fazer a revolução na próxima edição”.³⁰² Contudo, seu desejo pela militância ia além do trabalho jornalístico, o que fez com que se vinculasse à Ação Libertadora Nacional (ALN), que, para ela, era uma organização mais aberta aos quadros de apoio. Segundo Ribeiro, Carlos Marighella, líder da organização, incentivava a participação da mulher. Na ALN, Freire atuou no repasse de informações e abrigo de militantes que tentavam fugir do país, além de ter utilizado seu emprego de jornalista como uma forma de obter informações, como, por exemplo, quando procurou saber a situação dos exilados no Uruguai quando, para a revista *Veja*, realizou uma

²⁹⁹ Id., *ibid.*, op. cit., p. 141.

³⁰⁰ Reproduzido por SEVERIANO, op. cit., p. 140.

³⁰¹ Id., *ibid.*, p. 113.

³⁰² FREIRE, Norma in: RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. 2011. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/citacoedosprojetosdeotavioluizmachado/tese-de-maria-cludia-badan-ribeiro-na-usp-em-2011>>. Acesso em: 5 out. 2014. p. 157.

entrevista com Leonel Brizola. Quando ainda trabalhava nessa revista, abrigou a irmã de um procurado, a pedido de um amigo ligado à ALN. Ela foi avisada por Mino Carta, diretor da revista, que estava sendo procurada pela Operação Bandeirante (Oban)³⁰³ e se escondeu na casa de um amigo. Segundo seu relato, as redações de jornais recebiam informações das pessoas que estavam sendo procuradas, por isso, pouco antes de ser presa, foi informada por seu chefe que seu nome estava sendo mencionado.

Foi denunciada por uma presa política que estava detida, de codinome “Maria”, quando esta foi torturada, apontando nomes de pessoas periféricas no movimento. Em 1969, na cidade de São Paulo, teve sua casa invadida por policiais, foi detida após ser encontrada na casa da avó e levada para o presídio Tiradentes. Seus pais, que moravam no Rio de Janeiro, foram à capital paulista em auxílio da filha presa. Freire chegou a ser transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde foi torturada.

Norma Freire era neta do marechal Arthur Heskett Hall, “carioca que comandou a II Região Militar, foi representante do Brasil na ONU e comandou a Escola Superior de Guerra”.³⁰⁴ O avô morreu em 1970, antes da sua prisão. O pai, engenheiro, chegou a prestar serviços para as Forças Armadas. Mesmo assim, Freire sofreu com a tortura sistemática do período:

Me puseram aqueles arames nos dedos... a manivela. Nossa cela era debaixo da sala da *pauleira*. A gente sabia: parava de gritar, saía do carro, voltava, começava de novo. Aí me levaram para o Dops: pau-de-arara, e me puseram no carro, e começaram a dar volta, desce, anda, podiam me dar um tiro. Luz acesa o tempo todo, vinte mulheres, um buraco no chão era o “banheiro”, a gente deitava em cima de jornal. A Dilma Rousseff estava lá, vinda de Minas.³⁰⁵

A influência do avô contribuiu para que fosse excluída do Inquérito Policial Militar (IPM). Ao sair da prisão, Freire foi readmitida pela Editora Abril, mantendo o vínculo com a empresa mesmo após mudar-se de São Paulo, pela dificuldade que encontrou em se readaptar à cidade após o trauma.

Entre as colaboradoras de REALIDADE, cabe destacar mais dois nomes: a já mencionada Carmen da Silva e Oriana Fallaci. A primeira era conhecida como uma “mulheróloga” por sua

³⁰³ Oficialmente fundada em 1º de julho de 1969, a Operação Bandeirante consistia em uma estrutura formada pelas três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), do DOPS, do SNI, do DPF e da Secretaria de Segurança Pública (Polícia civil, Força Pública e Guarda civil). A violência em nome do Estado já estava em seu nome, afinal, os bandeirantes eram aqueles homens que, durante a expansão a oeste do Brasil, capturavam índios e os vendiam como escravos. Comandado pelo Exército e atuante principalmente em São Paulo, o intuito da operação era “capturar” indivíduos relacionados às organizações que faziam oposição ao governo, procurando, assim, destruir ou neutralizar estas. Grupos civis de empresários – entre eles, Henning Albert Boilesen, dono da Ultragás, Antônio Delfim Neto e Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo – angariavam fundos para a organização em pedidos a colegas, industriais e bancos. Outras formas de apoio também eram possíveis. A Supergel contribuía com refeições congeladas, enquanto a Ford, a Volkswagen e a General Motors disponibilizavam carros, a Ultragás, caminhões, e a *Folha da Manhã*, peruas para a apreensão de suspeitos. A *Folha da Tarde* publicava notas produzidas pelos órgãos repressivos, que podiam conter notícias falsas de mortes em tiroteios. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2013.

³⁰⁴ SEVERIANO, op. cit., p. 143. Mais informações sobre a prisão de Norma Freire podem ser conferidas na tese de doutorado de Maria Cláudia Badan Ribeiro, sobre mulheres que participaram na resistência à ditadura. RIBEIRO, op. cit.

³⁰⁵ Id., ibid., p. 144.

coluna na revista *Claudia*, *A arte de ser mulher*. Apesar do nome parecer aludir a matérias que diziam como as mulheres deveriam se parecer ou se portar, a colunista preferia defender o direito de escolha feminino, contra os ditames do moralmente aceito, sendo ela mesma uma representante do feminismo no Brasil. Em *REALIDADE*, escrevia textos de cunho psicológico, analisando o comportamento das mulheres brasileiras com base nas cartas que recebia de leitores de todo o país.

Oriana Fallaci era uma escritora e jornalista italiana que colaborava com matérias internacionais, devido a sua nacionalidade e trajetória. A jornalista contribuiu com diversas reportagens de guerra, como a do Vietnã e o conflito entre Palestina e Israel, participando do *front* no meio de homens. Fallaci era considerada uma mulher emancipada por sua atuação jornalística, com um feminismo próprio, que, naquele período, já reconhecia a importância do feminino na guerra dos sexos, o que será visto nos próximos capítulos.

Este breve subitem sobre as mulheres que participaram da redação de *REALIDADE*, ou colaboraram com a revista, se fez necessário para que fosse possível apontar não só a sua importância na produção jornalística como sua posição também como militantes de esquerda e mulheres emancipadas que confrontavam um modelo social de feminino sujeito aos compromissos com o casamento e com os cuidados do lar. Se o posicionamento de esquerda dos jornalistas podia influenciá-los a que se aprofundassem em temas políticos e sociais, também a situação vivenciada por essas mulheres podia influenciá-las a escrever sobre papéis femininos sob um ponto de vista diferente do dos homens.

A equipe de jornalistas homens e mulheres que formaram a redação do primeiro ano de *REALIDADE* é considerada pela literatura como a equipe modelo, pela qualidade das reportagens que escreveram e a tentativa de resistência à ditadura. Por sua importância, visto sua presença nos autores estudados, foi possível acrescentar a esse trabalho um pouco de sua história, o que acredita-se ser um aspecto importante da produção jornalística, aspecto esse que aparecerá por vezes nas reportagens analisadas nos capítulos 4 e 5. A partir de 1968, já não foi possível encontrar referências claras sobre a composição da equipe, entretanto, a apresentação do que se encontrou é indispensável a essa pesquisa, visto que, a partir da análise das edições da revista, foi possível perceber que as transformações ocorridas impactaram no conteúdo produzido, principalmente a troca dos diretores de redação. Essa questão fundamenta o entendimento de que é preciso ter-se em conta os aspectos internos da imprensa, além das

Imagem 6 – Nota sobre Oriana Fallaci



Reprodução

Fonte: *REALIDADE*, n. 24, mar. 1968. Mensal.

influências do contexto político e a linha editorial oferecida pelos proprietários.

2.2 CONFLITO POLÍTICO E DISSOLUÇÃO DA EQUIPE INICIAL

Na literatura consultada, aparecem duas hipóteses sobre o declínio de vendas de REALIDADE após 1968. Uma delas é que a revista teria perdido espaço para as segmentadas, que atraíam mais leitores por estarem mais focadas em seus interesses do que em conteúdo de informação geral. A outra é que o decreto do AI-5 teria sido o responsável por limar da revista o seu espírito contestador. Esses dois fatores são essenciais na análise das transformações em REALIDADE, de mudanças no projeto gráfico ao formato e conteúdo do material publicado.

Por mais que os jornalistas de REALIDADE tivessem autonomia, a revista somente sobreviveria se atingisse os interesses de venda da Editora Abril. Em seu lançamento, a publicação foi um sucesso. Segundo a redação, a primeira edição havia sido esgotada, sendo vendidos 250 mil exemplares em diversas regiões do país,

tudo isto num país onde se costuma dizer que ninguém quer ler. Que teòricamente não está interessado em ciência, literatura, política internacional, economia, ou uma série de outros assuntos considerados “difíceis”. Interpretamos o êxito de REALIDADE como um voto de confiança do público leitor. E como um incentivo para continuar.³⁰⁶

Sua tiragem aumentou para 350 mil exemplares, e, já na quarta edição, eram 450 mil cópias. A revista chegou a ter parte de suas páginas impressas em papel de qualidade inferior, pois o aumento da tiragem havia esgotado o material,³⁰⁷ o que mostra que até a empresa não esperava tantas vendas. No início, a boa recepção do público manteve a autonomia dos jornalistas, visto que o que publicavam estava vendendo, logo, atraindo mais anunciantes – diminuindo o impacto da censura empresarial. Contudo, seria uma questão de tempo até que o público leitor perdesse o interesse na publicação e as vendas diminuíssem, juntamente com a presença de anunciantes.

Cabe destacar que, como é comum no mercado editorial, as vendas tendiam a oscilar de um mês ao outro, conforme a recepção de leitores ao conteúdo da edição, principalmente àquele impresso na capa da publicação, responsável por chamar a atenção do público. Em março de 1968, REALIDADE teve uma queda, vendendo 50 mil exemplares a menos. Mylton Severiano atribuiu esse declínio a matérias não tão interessantes e a uma apresentação tímida de uma das reportagens centrais da edição, sobre a Revolução Russa, que ficou quase escondida por poder ser encarada como uma apologia ao comunismo.³⁰⁸ Somente essas oscilações não levariam a Editora a reduzir seu investimento na revista, cenário que se modificou quando o declínio de vendas tornou-se constante. Além disso, após dois anos de existência, REALIDADE já não

³⁰⁶ VOTO DE CONFIANÇA. *Realidade*, p. 3, n. 2, maio. 1966. Mensal.

³⁰⁷ *Realidade*, p. 3, n. 4, jul. 1966. Mensal.

³⁰⁸ SEVERIANO, op. cit.

era o principal projeto da Abril na tentativa de abarcar o mercado das revistas de informação. Em agosto de 1968, o dono da Editora e seus filhos, em reunião com Paulo Patarra, avisaram que o objetivo da empresa já não era mais vender tantas REALIDADE.³⁰⁹ É possível que isso tenha ocorrido principalmente pelo novo lançamento da Abril, a revista *Veja*.

Veja foi idealizada por Robert Civita, inspirado na norte-americana *Time*, cujo principal objetivo era produzir informações. O empresário havia sido estagiário da editora que publicava esta última, a *Time-Life*, quando estudou nos Estados Unidos. A revista brasileira foi “o projeto mais complexo e arriscado da Editora Abril”.³¹⁰ *Veja* foi pensada bem antes de sua fundação. Enquanto matérias eram produzidas em busca de qual seria o tipo de texto da revista, a Editora Abril publicou em 1967 nos principais impressos brasileiros um anúncio recrutando pessoas de até 30 anos, com curso superior, interessadas em escrever para uma publicação semanal. Foram mil e oitocentas respostas, das quais 250 candidatos foram classificados para fazer um curso teórico-prático. Um grupo de cinquenta inscritos foi escolhido no final para trabalhar em *Veja* e sucursais de outros estados.³¹¹

Seu lançamento, em setembro de 1968, foi divulgado em rádios e canais de televisão, e meios de transporte – ônibus, caminhões, trens e aviões cargueiros – foram mobilizados para a entrega pontual das edições na segunda-feira, em quase todo o Brasil. Na fundação de *Veja*, a Abril implantou um sistema de distribuição nacional, o que se estendeu a terceiros, inclusive, sendo utilizado pela imprensa alternativa posteriormente. A revista já chegava a um conjunto significativo de cidades dois dias após o seu fechamento,³¹² e até quatro às demais cidades.

Veja se inseria em um mercado no qual o texto dependia de aspectos visuais para conquistar o leitor, principalmente com a concorrência da televisão. Em seus primeiros anos, foi um fracasso para a Editora, passando de uma tiragem de 650 mil exemplares de seu primeiro número para 20 mil exemplares cinco anos depois. Já na segunda edição da tiragem de 600 mil exemplares, 250 mil foram vendidos. No mesmo ano, o diretor de planejamento da Abril, Raymond Cohen, havia sugerido um corte na redação, alegando que havia um prejuízo potencial de U\$ 1 milhão por ano. Embora, de início, a publicação não parecia ter sido uma concorrente forte de REALIDADE, a revista era a “menina dos olhos” de Robert Civita,³¹³ e não deixou de ser publicada, tendo os investimentos da Abril voltados a ela.

A história da revista mudou quando, a partir de 1970, com a modernização pela qual o Brasil passava, ganhou maior aceitação do público de seu formato. Até então, a revista era considerada feia e estranha ao leitor brasileiro. *Veja* seguia o modelo estadunidense de sintetização da notícia. Adaptado ao modo de produção da sociedade de consumo, o objetivo desse tipo de jornalismo era oferecer as informações da semana sem que o leitor perdesse tempo. Era uma forma de resumir as informações que os jornais diários ofereciam nos cinco

³⁰⁹ Id., *ibid.*

³¹⁰ ALI, *op. cit.*, p. 372.

³¹¹ VILAS-BOAS, *op. cit.*

³¹² Quando a versão final da edição, editada e revisada, é enviada para impressão.

³¹³ SEVERIANO, *op. cit.*

dias da semana, poupando o leitor dessa leitura diária. Sua essencialidade era a organização e sistematização da notícia. Embora fosse assumidamente uma revista de opinião, liberal, acabou levando o jornalismo de revista para uma objetividade que aniquilava a criatividade do repórter, deixando a formulação do conteúdo para os editores e copidesque. Por esse motivo, sua criação foi considerada “a morte do repórter”.³¹⁴

Embora a revista agradasse o regime, pois contribuía com a integração das regiões “atrasadas” às “avançadas” do país, “por questão de segurança, na visão dos militares, pela necessidade de modernização, como queriam os empresários”,³¹⁵ no início, se opunha às arbitrariedades do governo, e era contrária, principalmente, ao AI-5. O contexto político foi crucial na atuação da imprensa nesse período, marcando não só a revista *Veja* como, especialmente, REALIDADE.

2.2.1 Censura à imprensa e à diversão

A queda na tiragem de REALIDADE começou em dezembro de 1968, quando sobravam poucos integrantes da equipe fundadora. Até março de 1969, a tiragem foi reduzida para 322 mil exemplares, e, em 1971, já vendia menos de 200 mil. No final de sua existência, a revista tinha uma tiragem de 120 mil exemplares. Não é possível afirmar com certeza que, no caso de REALIDADE, as vendas tenham caído pelo desinteresse do público. Não se sabe se a revista continuaria sendo publicada por mais anos se o contexto fosse outro. O decreto do AI-5 foi decisivo na história da publicação. O Ato possuía uma característica fundamental: a censura que perseguia a imprensa brasileira durante o Estado de Exceção.

Em boa parte dos estudos sobre REALIDADE não é a tendência do mercado editorial de segmentação que aparece como principal motivo para que o interesse dos leitores na revista fosse diminuindo, mas o contexto social que forçou mudanças drásticas em sua redação. A revista não poderia voltar a ser o que era por causa do momento no qual o país vivia. O Ato Institucional N° 5 intensificou a tortura a presos políticos e a censura,

As conversas, em qualquer lugar, eram aos sussurros. As pessoas, entrevistados ou jornalistas, tinham medo de cair nas mãos dos *cães hidrófobos dos porões da ditadura*, como se dizia. Não se confiava em nenhum desconhecido. As cautelas, nas matérias, eram muito maiores, embora nunca tivesse havido censura dentro de *Realidade*, como estava ocorrendo em outras redações. A cautela existia agora também nos contatos externos, com entrevistados ou personagens de matérias. Havia denúncias contra gente que nunca tinha se envolvido em política, feitas apenas por vingança pessoal de alguns. E o método da tortura, segundo diziam, era fazer tudo antes e perguntar depois, isso quando perguntavam. É até possível que, em alguma sala, secreta, alguém lesse as cópias de matérias, já que o prazo de fechamento da revista mensal permitia.³¹⁶

³¹⁴ MIRA, op. cit.

³¹⁵ Id., *ibid.*, p. 78.

³¹⁶ MARÃO in MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 35.

A censura, entretanto, já existia antes da ditadura instaurada em 1964, a partir dos primeiros decretos de uma polícia política no Brasil republicano – o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) foi criado em 1924. Sua intenção era delimitar os contornos do “cidadão ideal” a partir das determinações do que era legal e o que era ilegal, garantindo, assim, a harmonia social. O momento vivido pelo Brasil após o Golpe modificou essa censura, produzindo características próprias.

Para Bernardo Kucinski, os regimes autoritários consideram a censura como necessária, pois é “um instrumento normal de ação no conceito de guerra subversiva, que considera o campo do jornalismo como área preferencial de penetração do inimigo interno”.³¹⁷ A censura atua de maneira preventiva e punitiva. Pouco antes do decreto do AI-5, em 21 de novembro de 1968, Gama e Silva, então ministro da Justiça, já havia editado a lei nº 5.536 que definia novas regras de censura, tornando-a classificatória às peças teatrais e incluindo a condição de que seriam censuradas obras que atentassem contra a Segurança Nacional.

A censura se dividia em duas instâncias, uma aplicada à imprensa e outra à diversão, sendo esta última enquadrada nas preocupações com a moral e os bons costumes. Contudo,

ao sentenciar que nenhuma manifestação poderia ser contrária às questões de política e segurança da nação, como também aos elementos de moral e bons costumes, expõe que a censura, nesse momento, era percebida *sempre* como um ato político, e não restrito apenas ao universo das diversões públicas. Tudo – do livro ao filme, do jornal à música, do teatro ao Carnaval – era objeto de censura: avaliação, aprovação ou proibição.³¹⁸

Durante a ditadura civil-militar brasileira, foi importante a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) na manutenção dos costumes, inclusive, na discussão sobre a família. Fundada em 1949, a Escola Superior de Guerra era uma instituição de ensino para militares, apoiada por consultores ingleses e franceses. Dentro da escola foram formulados métodos e teorias para o desenvolvimento do conceito de segurança nacional. Em sua pesquisa sobre como valores morais apareciam em manuais e estudos monográficos produzidos pela ESG, Ana Rita Fonteles Duarte³¹⁹ encontrou nos documentos a análise das transformações sociais, algumas aceitas, outras criticadas. Era admitido, por exemplo, a nova dinâmica familiar na qual o autoritarismo dos pais era rejeitado e substituído pelo diálogo:

Dentre as inúmeras mudanças que ocorreram na família, destacam-se as do sistema de papéis e, em decorrência, as do conjunto de direitos e deveres de cada um de seus membros. O diálogo espontâneo entre pais e filhos, entre cônjuges e entre irmãos, vai crescendo em importância facilitando os relacionamentos através da participação e do companheirismo, acelerando o processo de maturidade. O diálogo aparece também como substitutivo de todo

³¹⁷ KUCINSKI, 2001, op. cit.

³¹⁸ Id., *ibid.* Grifo no original.

³¹⁹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Moral e comportamento a serviço da ditadura militar – uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Fazendo Gênero*, n. 10, Florianópolis, 2013. Anais... [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384798463_ARQUIVO_AnaRitaFontelesDuarte.pdf>. Acesso em: 1 out. 2016.

um sistema de autoritarismo e intolerância dos pais e, através dele, em vez de imposição de vontades e de pontos de vista intransigentes, transmitem-se e cotejam-se experiências.³²⁰

Por outro lado, o divórcio não era bem aceito, como apareceu no relatório encontrado pela autora que afirmava, em 1975, que a interrupção do casamento estava associada à desorganização familiar. A preocupação dos militares era com o desenvolvimento dos filhos, e eram questionadas a felicidade e a harmonia do casal, que, em sua concepção, dependiam da capacidade de lidar com sofrimento e sacrifício para ser feliz e, assim, fortalecer e purificar o seu amor. Em análise das transformações na família brasileira na próxima década, a juventude aparecia como principal ameaça aos modelos tradicionais. Muitos jovens, conforme constava no relatório, viam no casamento uma forma de obter prazer, sem responsabilidades. Destacava-se que os relatores consideravam o sistema patriarcal como protetor emocional, afetivo e econômico da família:

O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçada pela concepção hedonista segundo a qual um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras voltadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade.³²¹

As sugestões dos teóricos da ESG para solucionar o problema eram: reformulação e endurecimento da legislação penal, utilização dos canais de comunicação para a propagação de valores espirituais e morais, criação de leis que aumentassem a responsabilidade dos pais na criação das crianças e a assistência aos ascendentes.

Segundo Ana Rita Fonteles Duarte,³²² seguidores da Doutrina de Segurança Nacional acreditavam que as instituições sociais eram capazes de fortalecer o poder nacional, e, por esse motivo, investiram nas “estratégias psicossociais” – pessoa, meio ambiente e organizações como as familiares, as religiosas, as educacionais, as trabalhistas e as sindicalistas. O conhecimento das dinâmicas sociais era necessário para que fosse possível a conscientização da população em relação à importância das necessidades da nação, através dos veículos de comunicação. Duarte destaca que, apesar da tentativa de se adaptar aos novos costumes, algumas ideias conservadoras ainda estavam presentes nos relatórios de 1969 a 1977, como a defesa da família que pode

³²⁰ Manual Básico, 1986, p.89, apud DUARTE, 2013, op. cit., p. 5.

³²¹ Relatório do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família (1975, p.13) apud DUARTE (2013), op. cit., p. 8.

³²² DUARTE (2013), op. cit.

ser observada no exemplo mencionado. Contudo, é preciso avaliar qual era a influência da produção da Escola Superior de Guerra na governança. Em termos da influência de valores da defesa da família na comunicação, é possível localizar essa interferência na censura moral.

Em junho de 1967, REALIDADE publicou a matéria *Isto é proibido*,³²³ sobre o trabalho do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), sob o comando do policial Romero Lago, responsável por permitir o que podia ser veiculado no cinema. Conforme a reportagem, o SCDP foi criado em 1946 dentro do Departamento Federal de Segurança Pública, então Departamento da Polícia Federal. A censura era regulamentada por 136 artigos, dos quais, apenas um, o 41º, explicitava o que estava proibido:

Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão: a) contiver qualquer ofensa ao decôro público; b) contiver cenas de ferocidade ou fôr capaz de sugerir a prática de crimes; c) divulgar ou induzir aos maus costumes; d) fôr ofensiva à coletividade ou às religiões; e) puder prejudicar a cordialidade com outros povos; f) fôr capaz de provocar o incitamento contra o regime vigente, à ordem pública, às autoridades e seus agentes; g) ferir, por qualquer forma, a dignidade e o interesse nacional; h) induzir ao desprestígio das fôrças armadas.³²⁴

Como o decoro não era bem definido, cabia ao bom senso dos censores julgar quando havia a ofensa. O filme sueco *O Silêncio*, por exemplo, teve quatro cenas cortadas, duas de relações sexuais, uma de masturbação e outra em que aparecia o seio de uma mulher. Já o brasileiro *Terra em transe* havia sido submetido à censura por, ao entender dos censores, levar a mensagem marxista de subversão da ordem. Na reportagem, intelectuais criticavam a censura. Para o cineasta Carlos Diegues, a censura política moral encobria a política. Para o jurista Evaristo de Moraes, os censores viviam assustados e viam atentados contra a ordem pública por toda a parte, “mutilando as livres criações do espírito humano”.³²⁵

Após o Decreto Lei nº 1077, de 22 de janeiro de 1970, ficou instituída a censura prévia das publicações contrárias à moral e aos bons costumes, como uma medida para garantir a segurança nacional. Para Duarte, a censura moral também é política, visto que se articulava com preceitos da DSN, mesmo porque as produções culturais já eram controladas desde o AI-5, ficando proibidas alusões que se opunham ao governo. Segundo a autora,

Para compreender essas formas de colaboração e cobrança por parte de setores da sociedade civil é necessário pensar num contexto em que as questões morais são também consideradas questões políticas ou de Estado. Observar o comportamento de homens e mulheres não só nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, portanto, constitui-se em estratégia de defesa da segurança nacional, num clima de guerra total e permanente, com o estabelecimento de discursos sobre o que se esperava de homens e mulheres, a exemplo do que fez a Escola Superior de Guerra (ESG), principal centro

³²³ MARÃO, José Carlos; SOUZA, Afonso de. *Isto é proibido*. *Realidade*, pp. 95-102, n. 15, jan. 1967. Mensal.

³²⁴ Id., *ibid.*, p. 97.

³²⁵ Id., *ibid.*, p. 102.

formador de lideranças do regime, ao explicitar a Doutrina de Segurança Nacional, em seus manuais destinados a cursos em que militares e civis tomavam parte.³²⁶

A autora adota o termo “mobilizações de gênero” quando se refere às políticas públicas, leis e imposições de condutas que regulavam a educação e a cultura. No Manual Básico da Escola Superior de Guerra, a comunicação social era considerada um importante fator de influência da interação social, da formação da opinião pública e da valorização das diversões.

A censura era apoiada por parte da população. Duarte³²⁷ analisou as cartas enviadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) por pessoas comuns – foram cerca de duzentas –, localizadas no Fundo DCDP do Arquivo Nacional de Brasília, nas quais foi possível observar as preocupações em relação ao comportamento imoral, que ameaçava a estrutura familiar e propagava o erotismo, a pornografia, o sexo livre e as liberdades. As cartas enviadas colaboravam com a indicação de artigos considerados perigosos, não sob o ponto de vista político governamental, mas pela publicação de temas inadequados que tratavam as transformações familiares, sexuais e geracionais e a emancipação feminina. Os dois grupos que requeriam maior atenção eram as mulheres e os jovens, mais suscetíveis às influências externas.

De acordo com a autora, as cartas levavam reclamações sobre o que era exibido nos cinemas, na televisão e publicado nas revistas e podia ser considerado “inconveniente” ou “imoral”. Não eram apenas queixas, mas pedidos para que a Presidência da República, o Ministério da Justiça ou a Política Federal tomassem providências. Os pedidos continham, muitas vezes, anexos como documentos e/ou recortes de jornais ou revistas, além de abaixo-assinados, que mostram como as classes médias também colaboravam com a vigilância realizada pelo regime. Por exemplo, em 1971, um abaixo-assinado endossado por 107 pessoas – “cristãos casados, exemplares chefes de família” –, de Jaú, em São Paulo, acusava a revista *Manchete* de publicar conteúdo em sua edição de fevereiro que era “subversivo da moral pública” nas matérias *A grande crise da família* e *A vida sexual das solteironas*. Segundo constava no documento:

Dita revista prega contra o recato feminino, que a mulher deve se revoltar por ter sido criada com tanta severidade, enquanto os rapazes gozam de amplas liberdades, que o amor livre é o caminho para solucionar milhares de problemas que afligem a família; que deve-se dar vez à mulher; eliminando privilégios, em busca de direitos iguais para ambos os sexos, e que a mulher não é objeto exclusivo do marido; que a velha instituição já é obsoleta diante da nova realidade social. Conclui o articulista que a justiça e os direitos iguais resolverão os problemas “na sua opinião”.

Não concordamos e achamos que o referido periódico atenta contra a moral e os bons costumes.³²⁸

³²⁶ Id., *ibid.*, p. 74.

³²⁷ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em regime de colaboração: Segurança Nacional e gênero em cartas à censura no Brasil dos anos 1970. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/285>>. Acesso em: 1 out. 2016.

³²⁸ Apud DUARTE (2014), *op. cit.*, p. 81. Grifo no original.

No abaixo assinado ainda era afirmado que a reportagem alegava que as mulheres aceitavam passivamente a sua coisificação por causa de uma superioridade masculina que havia sido imposta a elas desde o berço, o que seria filosofia de uma minoria de “irracionais”. O abaixo assinado citava o artigo 2 da Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que, conforme explica Duarte, regulava a liberdade de manifestação de pensamento e de informação, estabelecendo a censura a jornais, periódicos e meios de radiodifusão em estado de sítio. O artigo 2 permitia a livre publicação e circulação de livros, jornais e periódicos com exceção daqueles que fossem clandestinos e os que atentassem contra a moral e os bons costumes. Para Duarte, o documento mostra como um grupo de brasileiros ajudava a sustentar o combate ao inimigo do regime.

Outro exemplo oferecido pela autora é a carta enviada ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid, em 1972, pelo padre Hermenegildo Adami Carvalho, de Conselheiro de Lafaiete, Minas Gerais, que declarava “O comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro, ele deteriora as forças morais para que enfraquecidas estas, possa dar seu golpe assassino”.³²⁹ Em anexo, o padre enviava o boletim quinzenal da sua paróquia, *A mensagem*, que continha na primeira página uma acusação de os meios de comunicação estarem veiculando conteúdo que atentava contra a moral cristã. Outra carta enviada ao Ministério da Justiça, essa em 1974, pela moradora de Lençóis Paulista (São Paulo) Usana Buranelli Minetto, apontava que a educação igual para os dois sexos em classes mistas levava ao “homossexualismo [*sic*]” e este, aos crimes. A educação, segundo a remetente, devia seguir padrões de masculinidade e feminilidade.³³⁰ Duarte lembra que, assim como se mostrava o apoio ao regime em cartas de mulheres, o papel feminino em manifestações de oposição ao governo de João Goulart foi significativo, afinal, mulheres organizaram e lideraram movimentos como a Campanha da Mulher pela Democracia, no Guanabara, a União Cívica Feminina, em São Paulo, a Liga da Mulher Democrata, em Minas Gerais, e a Cruzada Democrática Feminina, em Pernambuco.

Além da censura, em 1969, a Comissão Nacional de Moral e Civismo, órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional, instituiu no ensino primário, secundário e superior a disciplina obrigatória de Educação, Moral e Cívica, com o intuito de combater a degradação moral e o pensamento marxista. Também era possível perceber a vigilância do governo nos comportamentos em ambientes públicos ou privados nas propagandas políticas, que aparentavam uma despolitização por tratarem de temas amenos – campanhas como a do Sujismundo e da vacinação, exposições de relações familiares, da diversidade e da solidariedade, imagens que mostravam os “valores nacionais” que construiriam o Brasil do futuro –, mas que escondiam a visão de si dos militares como a “autoridade moral” que deveria educar uma população “despreparada em todos os sentidos”.³³¹ Segundo Carlos Fico,

a *aparente* despolitização dos conteúdos da propaganda do período encobria na verdade uma visão verdadeiramente política que os militares tinham da

³²⁹ Apud Duarte (2014), op. cit., p. 73.

³³⁰ Id., *ibid.*, p. 88-87.

³³¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 136.

sociedade brasileira, que viam como rude, despreparada e, portanto, composta por pessoas que deveriam ser “educadas”. Mais que isso, é também essa concepção presunçosa que explica a sem-cerimônia com que coronéis e generais intervieram na vida de todos, como senhores do bem e do mal.³³²

Dessa forma, é possível inferir que fazia parte das políticas governamentais questões referentes à privacidade dos cidadãos, como a sexualidade.

REALIDADE, por sua vez, teve edições suspensas ou impedidas de circular pelo menos duas vezes. Em sua quinta edição, de agosto de 1966, a revista publicou a matéria *A juventude diante do sexo*, sobre o que os jovens pensavam sobre o assunto. A pesquisa, realizada nos três meses anteriores com mil jovens, divididos igualmente entre homens e mulheres, de classe superior, que resultou em 116 mil respostas, mostrava que os entrevistados tinham pouco conhecimento sobre sexo e que, ao invés de “liberados”, se dividiam entre a tradição e os novos tempos. Moral e religião pesavam em suas decisões amorosas e sexuais. Diferentemente da visão de um jovem rebelde e contestador, a revista mostrou, através das suas pesquisas, que a juventude podia ser mais conservadora, alinhada à lógica burguesa, embora contraditória. Apoiava o Estado e, mesmo que tivesse reclamações, preferia não protestar, pois era uma juventude conformista. Segundo Faro, em sua maioria, o “mundo jovem” não se diferenciava do “mundo adulto”, assim, “a ordem não estava ameaçada”; a contestação da década de 1960 se restringia, em maior parte, ao âmbito estudantil.³³³ Por exemplo, na matéria de Alberto Libânio – o frei Betto – sobre a vida estudantil de Belo Horizonte – onde se realizou em 1967 o XXIX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) – foi possível identificar “um traço militante que permeava todas as atividades, estas sim correspondentes ao padrão de transgressão: a política como atividade do cotidiano, o sexo livre”.³³⁴

Mesmo assim, no editorial da edição seguinte, a revista acusou a ameaça de censura da continuação da matéria *A juventude diante do sexo*, prometida na publicação desta. A redação de REALIDADE teria recebido uma advertência de Alberto Cavalcanti de Gusmão, juiz de Menores do Guanabara, que comunicava a apreensão da edição caso a pesquisa fosse

Imagem 7 – *A juventude diante do sexo*



Reprodução

Fonte: REALIDADE, n. 5, ago. 1966.
Mensal.

³³² Id., *ibid.*, p. 145.

³³³ FARO, *op. cit.*, p. 143.

³³⁴ Id., *ibid.*, p. 142.

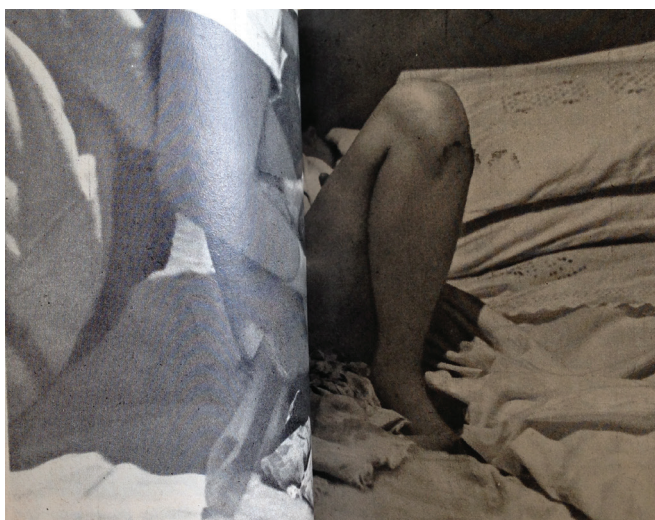
concluída. O juiz alegava que o conteúdo era “obsceno e chocante”.³³⁵ A revista negava qualquer obscenidade, defendendo que o que mostrava era um

retrato fiel do comportamento e das atitudes de uma parte representativa da juventude brasileira. Não inventamos êste retrato. Também não o aprovamos, nem condenamos. Isso cabe aos nossos leitores. Mas estamos serenos por tê-lo divulgado, prestando aos pais, educadores e, sobretudo, aos jovens um serviço que julgamos inestimável – e imprescindível.³³⁶

A revista afirmava ter concordado em suspender temporariamente a publicação para não entrar em choque com o Juizado de Menores da Guanabara, mas que aguardaria a pronúncia dos Tribunais Superiores.

O prejuízo foi maior para a editora na publicação da Edição Especial sobre mulheres, de janeiro de 1966. Na edição n. 11, com uma tiragem de 505.300 exemplares, a revista publicou que a edição anterior havia sido apreendida em São Paulo no dia 30 de dezembro de 1966, por decisão do juiz de Menores. Aproximadamente metade da tiragem dessa edição (230 mil exemplares) havia sido recolhida na gráfica. Dias depois, o juiz de Menores da Guanabara também havia ordenado que fossem apreendidas os exemplares que estavam nas bancas. A justificativa era de que se tratava de uma edição “obscena” e “ofensiva à dignidade da mulher”,³³⁷ sem que fosse especificado o que se considerava obsceno. Coube à editora entrar com recurso nos Tribunais Superiores para que as decisões fossem revertidas.

Imagem 8 – Fotografia que pode ter causado a apreensão da Edição Especial



Reprodução de fotografia de Claudia Andújar
Fonte: REALIDADE, n. 10, jan. 1967. Mensal.

Na página editorial da n. 11, sugeria-se alguns conteúdos que podiam ter desagradado os juízes de Menores: os desenhos científicos que mostravam o funcionamento do corpo feminino, as estatísticas sobre os índices de aborto em pesquisa de opinião, o relato de uma mãe solteira que não se envergonhava de sua situação, a foto de uma prostituta mãe, o debate a respeito da obrigatoriedade da virgindade antes do casamento, ou a foto de um parto. A revista declarou que não havia qualquer palavra maliciosa, foto provocante, desenho erótico ou texto libidinoso, e alertou para o fato de que autoridades administrativas tinham

³³⁵ *Realidade*, p. 3, n. 6, set. 1966. Mensal.

³³⁶ *Id.*, *ibid.*

³³⁷ *Realidade*, pp. 3-5, n. 11, fev. 1967. Mensal. p. 3.

o poder de impedir a circulação de qualquer publicação no Brasil por não condizer com seus interesses e opiniões, uma ameaça à liberdade de imprensa. Alegou-se que havia a suposição de que os problemas morais da sociedade brasileira só existiam quando eram publicados por REALIDADE. Entretanto, o objetivo da revista, ainda conforme o editorial, era unicamente informar, divertir, estimular e servir aos leitores homens e mulheres, e sua pretensão era única: “ajudar a construir um Brasil moderno, próspero e feliz”.³³⁸ Apesar da apreensão, continuariam a fazer o conteúdo que propuseram desde o início.

Para José Salvador Faro,³³⁹ a apreensão da REALIDADE de janeiro de 1967 revelou o conflito entre conservação e transgressão:

a revista tinha tocado a sensibilidade do aparato ideológico conservador e provocou reação *legal* correspondente. Essa reação não dispunha ainda dos censores que se antecipavam à apreensão judicial [censura prévia] de publicações e convivia com o caráter híbrido da conjuntura política do período, submetendo sua contrariedade ao ritual dos tribunais.³⁴⁰

A edição foi liberada para comercialização apenas em novembro de 1968. O Ministro Aliomar Baleeiro, do Supremo Tribunal Federal defendeu que a revista não ofendia os bons costumes. Segundo Faro,

Na época, o STF era palco do confronto que setores da magistratura estabeleceram com a ordem autoritária que procurava institucionalizar com a legislação de exceção; e Baleeiro era uma espécie de obstáculo para as tendências mais ortodoxas do regime militar. Até que o AI-5 fosse editado, em dezembro daquele mesmo ano, a conjuntura política do país permitia que seus votos se transformassem em reservas das elites civis liberais já parcialmente divorciadas do Estado.³⁴¹

Nesse mesmo ano, um mês depois, o endurecimento do regime com o AI-5 atribuiria novas formas para a censura.

2.2.1.1 Censura como política sistematizada

No dia 14 de dezembro de 1968, um dia após o decreto do AI-5, o *Jornal do Brasil* publicou disfarçadamente a nota que anunciava o que aguardava a imprensa com as novas decisões do regime: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° em Brasília. Mín: 3° nas Laranjeiras”.³⁴² Redações foram invadidas, depredadas ou fechadas pela polícia. O *Correio da Manhã*, a *Última Hora*, o *Estado de S.Paulo* e a Editora Civilização Brasileira foram atingidos com depredações da redação, apreensões de exemplares, e afastamento ou prisão de profissionais. Estes não sofreram

³³⁸ Id., *ibid.*, p. 4.

³³⁹ FARO, *op. cit.*

³⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 133.

³⁴¹ Id., *ibid.*, p. 133.

³⁴² Apud KUSHNIR, *op. cit.*

somente com a violência estatal explícita, pois tiveram também sua renda afetada com a retirada de anunciantes, tanto os pagos pelo governo quanto os de empresas privadas. Os problemas econômicos que surgiam levaram a demissões coletivas, enxugando cada vez mais as redações.

O AI-5 era a declaração do estado de sítio, embora não fosse assim nomeado, permitindo ao Estado o total controle da circulação de informação, em defesa da Segurança Nacional. O Ato pode ser entendido como uma medida para afirmar as arbitrariedades que não foram incluídas na Constituição de 1967. No mesmo instante de seu decreto, 13 de dezembro de 1968, foram enviados manuais de comportamento a redações paulistas e cariocas:

Manual distribuído no Rio de Janeiro

1. Objetivo da censura:

- a) obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa à consolidação da democracia;
- b) evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas, que possam vir a trazer intranquilidade ao povo em geral.

2. Normas:

- a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam:
 - propiciar o incitamento à luta de classes;
 - desmoralizar o governo e as instituições;
 - veicular críticas aos atos institucionais;
 - veicular críticas aos atos complementares;
 - comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil;
 - tumultuar os setores comerciais, financeiros e de produção;
 - estabelecer a desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da República ou a opinião pública;
 - veicular notícias estudantis de natureza política;
 - veicular atividades subversivas, greves, ou movimentos operários.

4. Prescrições diversas:

- a) a infração da norma do nº 3 implica a aplicação das sanções previstas em lei;
- b) os espaços censurados deverão ser preenchidos de forma a não modificar a estrutura da publicação ou programa;
- c) as presentes instruções entram em vigor no ato do recebimento, revogando-se as disposições em contrário.

Ass.: General de Brigada César Montagna de Souza

Manual distribuído em São Paulo

- 1) Manter o respeito à Revolução de 1964;
- 2) Não permitir notícias referentes a movimentos de padres e assuntos políticos referentes aos mesmos;
- 3) Não comentar problemas estudantis;
- 4) Não permitir críticas aos Atos Institucionais, às autoridades e às FFAA [Forças Armadas];
- 5) As notícias devem ser precisas, versando apenas sobre fatos confirmados;
- 6) Não permitir informações falsas, supostas, dúbias ou vagas;
- 7) Não permitir notícias sobre movimentos operários e greves;
- 8) Não permitir aos cassados escrever sobre política;
- 9) Não publicar os nomes dos cassados a fim de não colocá-los em evidência,

mesmo quando se trate de reuniões sociais, batizados, banquetes, festas de formatura. A prisão dos cassados poderá ser noticiada; desde que confirmada oficialmente;

10) Não publicar notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos à bancos, roubos de dinamite, roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos, mesmo quando se trate de fato consumado e provado.

Ass.: General Sílvio Correia de Andrade³⁴³

Maria Helena Moreira Alves³⁴⁴ enumera três elementos da “cultura do medo” estabelecida: o silêncio, o isolamento e a descrença. A censura contribuiu para a “cultura do medo” que coibia a oposição ao governo, na medida em que impunha o silêncio sobre os efeitos da política econômica na sociedade e sobre a repressão. Em consequência, as vítimas da repressão e os explorados economicamente se sentiam isolados, o que acabou gerando o sentimento de que não havia como combater o Estado repressor.

O diretor de REALIDADE, Paulo Patarra, tinha que lidar com a pressão de um lado dos jornalistas, que queriam matérias mais polêmicas, de outro, da Editora, que queria reportagens que agradassem o governo. Após o AI-5, um dos funcionários da Abril, Alessandro Porro, conseguiu a demissão da direção da revista, alegando divergências editoriais. Patarra já havia sido substituído na direção por Odylo Costa Filho, voltando a ser redator-chefe, afinal, seu nome havia aparecido no jornal *Folha da Tarde* em uma lista de procurados pelo governo. Ele trabalhou até novembro na revista, editando a edição n.32, na qual, na seção Brasil Pergunta, se perguntava se estava em marcha um golpe de Estado para derrubar o governo, em referência ao avanço do grupo militar linha-dura.³⁴⁵ Segundo Carlos Azevedo,³⁴⁶ a revista já diminuía o número de grandes reportagens, aumentando o número de artigos e ensaios.

Paulo Patarra foi substituído por Alessandro Porro, que, até então, era diretor do Grupo Redacional da Abril, e Milton Coelho. Quem aparecia como editor no expediente das edições seguintes era Paulo Mendonça. Houve uma autodemissão coletiva, de repórteres que estavam desde o início da revista, como Sérgio de Souza, Woile Guimarães, Roberto Freire, Mylton Severiano, José Hamilton Ribeiro, Luiz Fernando Mercadante e José Carlos Marão. Os quatro últimos voltaram a trabalhar em REALIDADE em 1969.³⁴⁷ Carlos Azevedo e Narciso Kalili haviam pedido demissão cinco meses antes da saída de Patarra.

Os jornalistas que integravam a AP migraram para a imprensa alternativa, especialmente para a linhagem surgida na revista *Amanhã*, criada por Raimundo Pereira em 1967. Parte da denominada imprensa alternativa, aliás, foi influenciada pela revista, principalmente aquelas

³⁴³ Apud KUSHNIR, op. cit., p. 108-109. Segundo a autora, as notas foram publicadas pelo jornal *Resistência*, em 21 de janeiro de 1969, e cedidas pelo jornalista Elio Gaspari. Nos originais que recebeu, no manual enviado ao Rio de Janeiro, não havia o item 3. A autora não chegou a comentar as diferenças entre os documentos enviados para as diferentes capitais.

³⁴⁴ Id., ibid.

³⁴⁵ SEVERIANO, op. cit.

³⁴⁶ AZEVEDO, op. cit.

³⁴⁷ SEVERIANO, op. cit. As referências bibliográficas não explicam o motivo da volta dos jornalistas.

de cunho existencial e as de cunho político.³⁴⁸ Ainda no começo de 1968, Sérgio de Souza, Roberto Freire e Eduardo Barreto mantiveram-se como um coletivo na procura de emprego para a equipe formada. A característica que marcava esse grupo era o seu desprezo às tradições e à moral. Seu guru era Sartre. Segundo Kucinski,

Os jornalistas de REALIDADE consideravam jornalismo “a coisa mais importante do mundo”. Assim, naquele momento de ruptura, em que eram expurgados da REALIDADE e em que a participação política direta, inclusive no combate clandestino ao governo, se colocava como alternativa sedutora para muitos jornalistas, preferiram permanecer na profissão.³⁴⁹

No início dos anos 1970, o grupo fundou sua própria editora, Arte & Comunicação, de caráter semicooperativo, a qual iriam se juntar Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski, Narciso Kalili, demitido de *Última Hora*, e Hamilton Almeida Filho. Pela editora, produziram *Bondinho*, revista bancada e distribuída gratuitamente pela rede Pão de Açúcar até 1972, quando passou a ser vendida em bancas, com mais autonomia. Ao invés da crítica política, a revista se conectava com as ideias da contracultura, vividas pelos jornalistas. O grupo passou a viver junto em uma casa, praticar o amor livre, usar LSD e discutir William Reich e a somaterapia de Roberto Freire. Se agregaram ao grupo Mylton Severiano e Paulo Lafer. Por falta de dinheiro, a revista durou apenas até junho de 1972. A equipe formou também a revista *Ex*, que durou quase um ano e meio, entre 1973 e 1975, resgatando o estilo jornalístico praticado em REALIDADE – os jornalistas eram diferente dos de *O Pasquim*, pois estavam muito mais ligados às ideias libertárias.

Por orientação da AP, Carlos Azevedo e Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira foram para a clandestinidade, na qual produziram o jornal *Libertação*. Duarte Pereira havia saído de REALIDADE, na qual ganhou um prêmio Esso de Economia pela matéria sobre imposto de renda *O que você tem a declarar?*, em janeiro de 1967. O jornalista havia participado, antes, do movimento estudantil. Em 1964, era vice-presidente da União Nacional de Estudantes (UNE), quando José Serra era o presidente. Por causa da AP foi trabalhar em uma fábrica, em Osasco, e acabou sendo perseguido. Ainda clandestino, Duarte Pereira ajudou secretamente na formação de *Movimento*, para o qual escrevia uma coluna que era assinada por Raimundo Pereira. Carlos Azevedo passou a ser membro da comissão nacional de propaganda do comitê central do PCdoB. O jornalista ficou clandestino com a família em um bairro operário, e sua função era a propaganda, as denúncias e a edição de *O livro negro da ditadura*, que denunciava as torturas.

A nova lei estipulou que aos censores seria obrigatório o diploma de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia. Da mesma forma, após o AI-5, foi imposto o diploma para o exercício do jornalismo, excluindo as classes populares que não podiam pagar o curso. A obrigatoriedade do diploma de jornalismo da lei autoritária de 1968 quadruplicou os cursos de jornalismo em instituições públicas e decuplicou

³⁴⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2001.

³⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 121.

nas privadas, ao ponto em que em 1970 já eram 58 cursos. Com a saturação do mercado após as primeiras turmas, os jornalistas passaram a atuar em redações pequenas voltadas à comunidade, cooperativas e sindicatos.

O Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, foi a garantia final da sistematização da censura. Para Kushnir, foi a legalização da censura prévia. A partir da década de 1970, a grande imprensa tinha duas opções: um censor na redação ou a autocensura provocada pelos “bilhetinhos” e telefonemas do governo que proibiam determinados assuntos – conhecidos pela introdução “De ordem superior, fica proibido...”. Definiu-se o ministro da Justiça como o responsável pela verificação anterior à divulgação de informação, quando julgasse necessário. A agência censória da ditadura estava vinculada ao Ministério da Justiça, “assim, há que se destacar que foi no âmbito do primeiro escalão do governo que nasceram as diretrizes do proibido e foi na esfera policial que se deu a execução dessas ordens”.³⁵⁰

Apesar da censura prévia ter sido regulamentada nesse ano, ela já estava estabelecida na grande imprensa. Nas vésperas do AI-5, o *Estadão* já havia recebido o general Sílvio Correia de Andrade em suas oficinas, quem supervisionaria o que seria publicado. Nesse mesmo ano e no seguinte, a *Tribuna da Imprensa* e a revista *Veja* também receberam censores em suas redações.

Em março de 1971, o decreto secreto 165-B (O Decreto de 11 de novembro de 1970, nº 69.534, passou a autorizar a edição de decretos secretos) lançou dez pontos proibidos para guiar e legitimar ações censórias:

- a. campanha pela revogação dos Atos Institucionais, notadamente o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;
- b. manifestações de inconformidade com a censura em diversões e espetáculos públicos, livros, periódicos e em exteriorizações pelo rádio e televisão, realizada com base no Decreto-lei nº 1.077/70, de 26 de janeiro de 1970;
- c. apreciações que envolvam contestações ao regime vigente;
- d. divulgação de notícias sensacionalistas que possam prejudicar a imagem do Brasil no exterior;
- e. divulgação de notícias com o objetivo de agitar os meios sindicais e estudantis;
- f. divulgação de notícias a respeito da existência da censura, salvo a de diversões públicas, bem como prisões de natureza política;
- g. divulgação de notícias tendenciosas a respeito de assaltos a estabelecimentos de crédito, nomeadamente a descrição minuciosa de quaisquer crimes ou atos antissociais;
- h. divulgação de quaisquer notícias que venham criar tensões de natureza religiosa;
- i. divulgação de notícias que venham a colocar em perigo a política econômica de Governo;
- j. divulgação alarmista de movimentos subversivos em países estrangeiros, bem como a divulgação de qualquer notícia que venha a indispor o Brasil com nações amigas.³⁵¹

³⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 96.

³⁵¹ GM 165-B, de 29 de março de 1971, (DSI/MJ), em depósito no AN/RJ, apud KUSHNIR, 2012, p. 119-20.

Com o governo do general Geisel (1974-1979), a censura tornou-se mais frequente. Das publicações da Abril, além de REALIDADE, *Veja* foi a revista mais afetada, por causa de matérias que acusavam as torturas ou a corrupção de membros do governo. A revista passou a se destacar com as coberturas políticas, sendo uma das poucas publicações da grande imprensa que arriscava matérias críticas e de denúncia. Em dezembro de 1969, após a publicação de reportagens denunciando as torturas do governo Médici, a equipe que produzia esse material crítico – na qual atuava Raimundo Pereira – foi demitida.

A censura prévia na revista se instalou de fato em 1974, após a publicação da indicação do arcebispo Dom Hélder Câmara para o Prêmio Nobel da Paz em fevereiro desse ano. Em textos censurados, eram publicadas imagens de anjos e demônios ou histórias fictícias engraçadas nas quais era possível perceber figuras políticas, o que chegou a levar Mino Carta e José Roberto Gusso à visita à Polícia Federal. De 1974 a 1976, a Editora Abril teve de lidar com a intervenção estatal executada de terça à sexta-feira, nas dependências da DPF e aos sábados na casa dos censores.

Veja foi censurada ao longo de dez anos, sendo que duas de suas edições foram apreendidas e sua verba de publicidade do governo e de empresas estatais foram cortadas. A pressão dos militares à revista resultou na demissão, em 1975, do então chefe de redação Mino Carta, levando colegas jornalistas a se demitirem também. O fim da censura na revista foi mais um acordo do que uma resistência. A Editora Abril renunciava à linha crítica de sua publicação por seu pedido de empréstimo.

As visitas às redações aconteciam tanto na Abril quanto em outros jornais, como *O Pasquim* (1970-1975), *O São Paulo* (1973-1978), *Opinião* (1973-1977) e *Movimento* (1975-1978). Os mesmos estavam proibidos de mencionar que a censura prévia de fato ocorria. O *Estadão* tentava driblar os censores com publicações de receitas ou poemas nos lugares de matérias rejeitadas, uma forma irônica de protesto diante das matérias censuradas.

A censura à imprensa escrita era de responsabilidade do Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), subordinado ao ministro da Justiça. Desse órgão, ficou conhecida a figura do dr. Romão, quem era provavelmente Hélio Romão Damaso Segundo, chefe do gabinete.³⁵² Os censores, vistos como apenas policiais, ora são tidos como tiranos, ora como inferiores intelectualmente, enquanto no papel dos jornalistas é destacada a criatividade ao fazer passar certas informações pela censura despercebidas. Contudo, nem todos os jornalistas possuíam a postura de resistência às limitações impostas pelo regime. Entre os “simpatizantes civis” que desejavam rigor censório, havia jornalistas, dos quais muitos possuíam atividades profissionais ligadas à Secretaria de Segurança Pública. Os censores, por sua vez, já haviam sido jornalistas ou podiam exercer a profissão juntamente à sua função de técnico de Censura.

O modo de produção da grande imprensa não foi afetado pelo Decreto-Lei 1.077/70. Mesmo os veículos mais vigiados pelos censores não chegaram a ter sua tiragem prejudicada. A censura prévia é um imprevisto que não pode ser superado com o tempo curto da produção

³⁵² KUSHNIR, op. cit.

jornalística, uma vez que torna-se praticamente impossível substituir uma reportagem principal de uma edição censurada. Assim como o confisco de uma edição, essa prática provoca prejuízos ao veículo de comunicação, tornando a autocensura uma opção segura, e a preferida dos proprietários dos meios de comunicação. Para Bernardo Kucinski, a autocensura, “a supressão intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes”,³⁵³ foi o padrão do controle da informação durante o regime militar. Ela se distingue dos mecanismos sistêmicos de censura presentes na seleção e construção da notícia por ser um ato consciente de encobrimento. Segundo Sodré,

a transformação da imprensa em negócio de grandes proporções, em empresa, e, paralelamente, o desenvolvimento, complexidade e encarecimento de suas técnicas, demandando grandes investimentos e acompanhando o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do público, mostra como a proteção contra a censura perdeu o interesse antigo, embora não tenha este desaparecido; as grandes empresas jornalísticas, no essencial, se autocensuram. Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários.³⁵⁴

A autocensura era empregada para evitar problemas com o Estado, um “preço menor” a ser pago pelos empresários da comunicação para manter o jornal nas bancas.³⁵⁵ Enquanto os jornalistas exerciam regularmente a autocensura na produção das notícias, os empregadores colocavam dentro das redações funcionários ligados às autoridades repressoras.

O *Correio da Manhã*, em 1964 e 1965, é considerado um dos primeiros jornais da grande imprensa a defender as liberdades individuais suprimidas no novo regime e a denunciar as torturas. Como consequência, perdeu anunciantes, o que levou a um prejuízo financeiro que fez com que o jornal aceitasse um interventor pertencente às instituições golpistas. A redação de *Folha da Tarde* era dirigida pela polícia. A partir de 1969, o *Jornal do Brasil* montou um grupo de Controle de Qualidade, que mantinha o material publicado de acordo com os interesses da empresa, que enfatizava a “neutralidade” política e impedia textos que defendessem ideias ou grupos “subversivos”. Era a autocensura que se instaurava.

A Editora Abril teve entre seus funcionários, Waldemar de Souza, que aconselhava o que podia ser publicado sem que houvesse a intervenção de censores. Souza tinha contato com o chefe do Serviço de Censura de São Paulo, José Vieira Madeira, e com o diretor do Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Rogério Nunes, além de outras figuras da repressão. No início da década de 1970, o funcionário foi convidado diversas vezes pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) para realizar palestras sobre como censurar filmes em cursos especiais para censores.³⁵⁶ Para a revista *Homem*, em 1975, Souza aconselhou que dos seios fossem

³⁵³ Id., *ibid.*, p. 51-52.

³⁵⁴ SODRÉ, *op. cit.*, p. 408.

³⁵⁵ KUSHNIR, *op. cit.*

³⁵⁶ Id., *ibid.*

mostrados apenas um, a total proibição de genitália, o desfoque das nádegas e o uso de palavrão apenas se apropriado ao contexto. Quando *Veja* foi ameaçada à censura prévia, Waldemar de Souza recomendou que tudo o que fosse impresso fosse antes aprovado por Richard Bloch, chefe do Sigab de São Paulo, órgão militar responsável pela censura política.

Em janeiro de 1975, Oliveiros S. Ferreira, secretário de redação de *O Estado de S. Paulo*, foi advertido de que não haveria mais censores na redação. Eles estavam lá desde dezembro de 1968. Em março, foi a vez do *Pasquim* receber a mesma informação, o que inspirou o editorial “Sem Censura”. A diminuição da censura em meados de 1975 pode ser entendida mais como a adesão dos veículos de comunicação à ideologia do Estado do que como uma abertura política. A suposta liberdade concedida era um teste para saber se a censura prévia teve o efeito de adestrar os jornalistas para se autocensurarem.³⁵⁷

Essa prática, embora seja usada como justificativa para a sobrevivência de uma publicação, também faz da comunicação colaboradora do esquema repressivo. Beatriz Kushnir chama de “cães de guarda” os jornalistas que contribuíram para divulgar uma imagem irreal e inverídica do Brasil ao colaborarem com o discurso do governo por meio da autocensura. Para a autora,

parte dos jornalistas e donos de jornal, entre outros setores da sociedade civil, que, ao apoiarem os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, tornaram-se tanto agentes como “vítimas” dessa autocensura. Fizeram, assim, dessa ditadura um acordo civil-militar. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade.³⁵⁸

Estar do lado do poder significava um favorecimento do governo a sua empresa. O que pode ser exemplificado com um fato ocorrido com a Editora Abril. A Lei da Imprensa, nº 5.250, decretada em 9 de fevereiro de 1967, garantia a liberdade de expressão na difusão de informações, com exceção na vigência do estado de sítio. A medida permitia, também, a participação de estrangeiros na edição de publicações brasileiras o que foi entendido como uma solicitação da Editora Abril, o que pode ser visto quando, no mês seguinte ao decreto da Lei, a carta do editor da edição n.13 de REALIDADE³⁵⁹ apresentava sua defesa. Foi afirmado que

recentemente, quando da promulgação do decreto presidencial que modificou a Lei de Imprensa, permitindo que estrangeiros editem em nosso país publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas, insinuou-se que a referida medida fôra pleiteada pela EDITORA ABRIL. Esta incrível suposição exige réplica enérgica. O decreto em nada nos beneficiou. Obriga-nos, isso sim, a aprimorar ainda mais nosso trabalho frente aos eventuais competidores alienígenas.

A editora negou o favorecimento e se defendeu alegando que havia sido fundada em São Paulo, dezoito anos antes, como uma empresa pequena com uma sala, três pessoas e

³⁵⁷ Id., *ibid.*

³⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 52.

³⁵⁹ *Realidade*, p. 3, n. 13, abr. 1967. Mensal.

uma revista, *O Pato Donald*. Seguindo a lógica do mercado, nos primeiros treze anos de sua existência, foram lançadas dezenove publicações, das quais doze sobreviveram. No período, somava vinte publicações no total. Não foi possível constatar se a Editora dizia a verdade ou não. Se a acusação estava correta, é possível verificar a aproximação do mercado editorial com o Estado na obtenção de favorecimentos – o que é bem provável. Contudo, independentemente de suas possíveis relações com o governo, era sempre a lógica de mercado que a Editora utilizava para justificar os seus negócios. Essa lógica faz com que se retome o argumento de que também o contexto econômico interferiu na existência de REALIDADE, acompanhado das implicações demonstradas do AI-5.

2.2.2 Os ditames do mercado

A questão da autonomia da revista era fator de embate. Nesse sentido, pode-se afirmar que a revista está inserida em um campo de tensões entre os que defendem a autonomia e a liberdade em relação aos anunciantes e os que se submetem à necessidade de sustento da publicação. Por ser um campo heterogêneo há no jornalismo, segundo Bourdieu,³⁶⁰ os “pequenos, os jovens, os subversivos, os importunos” que lutam “desesperadamente” para transformar a circulação fechada de informação; contudo, estes estão sujeitos à sua posição dentro de uma empresa e são cobrados para atender os objetivos desta. Como a influência no mercado, além de gerar lucro, é a legitimação do sucesso de uma comunicação, as motivações de uma empresa são para atrair anunciantes, o que, por sua vez, cria a necessidade de visibilidade e da boa recepção do público, afinal, quanto mais pessoas tiverem contato com o produto, maiores são as vendas. A disputa por espaço no mercado resulta no que Bourdieu³⁶¹ determina como lógica da concorrência e “mentalidade-índice-de-concorrência”. A primeira é a disputa econômica entre emissoras de televisão e jornais, que, por sua vez, se expressa na concorrência entre jornalistas, “concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo*, a informação exclusiva, a reputação na profissão etc.”³⁶² A “mentalidade-índice-de-audiência” surge da necessidade da boa recepção do público. Para atingirem um público significativo, veículos da grande imprensa são pautados pelos interesses de seus leitores e, em contrapartida, oferecem olhares fragmentados sobre a sociedade a esses.

As empresas de comunicação podem ter diferentes posições políticas, mas carregam semelhanças relacionadas, principalmente, a esses dois fatores. Um assunto não pode deixar de ser noticiável por determinado veículo se já foi tratado por outro, de forma que pode passar a impressão de estar desatualizado ou de ter a intenção de omitir alguma situação. Champagne explica que

Embora a maioria dos jornalistas rejeitem e condenem as práticas mais duvidosas da profissão e reconheçam a existência inevitável de vieses, mesmo

³⁶⁰ BOURDIEU (1997), op. cit.

³⁶¹ Id., *ibid.*

³⁶² Id., *ibid.*, p. 58.

em um tratamento da informação que se pretende honesto, eles pensam que, apesar de todas essas dificuldades e de todas essas deformações, nada é pior que o silêncio.³⁶³

É por isso que, segundo Bourdieu, os próprios jornalistas são os mais fiéis leitores de jornais: “para os jornalistas, a leitura dos jornais é uma atividade indispensável e o *clipping* um instrumento de trabalho: para saber o que se vai dizer é preciso saber o que disseram”.³⁶⁴ Se os veículos de comunicação possuem uma posição consensual a respeito de determinados assuntos, dificilmente outras formas de entender estes serão apresentadas, produzindo-se o que Bourdieu chama de efeito de barreira, ou fechamento mental.

Para contornar o declínio, REALIDADE se inseriu na dupla lógica da concorrência e mentalidade-índice-de-audiência. Em 1968, a redação mudou para a marginal do Tietê, os jornalistas foram obrigados a ter que bater ponto e usar gravata. Na década de 1970, a Editora Abril já estava dominada pelo pensamento de mercado que ditava que uma publicação só poderia ser bem sucedida com planejamento: prazos rigorosamente seguidos, redução de gastos, profissionalismo e defesa dos interesses da empresa. Algo bem diferente da proposta do início da revista, com jornalistas que não tinham hora para chegar e não seguiam manuais de redação.³⁶⁵

Ao longo do processo de seleção das matérias para análise, nesta pesquisa, foi possível perceber as mudanças que ocorriam na redação, que se refletiam em alterações no projeto gráfico, na disposição das reportagens e na forma como o conteúdo era tratado. A primeira mudança foi observada em agosto de 1970, na edição n. 53, quando a revista passou por uma reformulação em seu projeto gráfico. O número de reportagens aumentou, sendo estas mais curtas, e foi apresentado um roteiro novo, de serviços, além de nova tipologia dos títulos e diferente distribuição dos recursos gráficos. No editorial, Paulo Mendonça apresentou as mudanças:

Percorra este número de REALIDADE e você verá que a revista está muito diferente. Não apenas porque alguns elementos tradicionais da nossa fórmula desapareceram. Toda a concepção mudou. A revista está mais ilustrada, mais bonita, e a divisão do assunto da capa – dominante no número – em várias matérias curtas, vivas, orgânicamente encadeadas, nos parece um jeito moderno e atraente de mostrar as coisas de que o brasileiro gosta.

Você dará por falta do Roteiro, na abertura, e de Brasil Pergunta, na última página. Não são posições simplesmente abandonadas: o Roteiro, desenvolvido e aprofundado, continua sob a forma de um caderno de serviços que hoje aparece pela primeira vez, no fim da revista, editado por José Carlos Marão. Um caderno de informações úteis e práticas, cobrindo as mais diversas áreas, desde dinheiro até saúde, de trabalho a divertimentos, moda, livros ou discos. Nossa intenção é que você, daqui por diante, não possa dispensar a leitura

³⁶³ CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 73.

³⁶⁴ BOURDIEU (1997), op. cit., p. 32. *Clipping* é o processo de seleção de matérias publicadas em veículos de comunicação que tratam um assunto de interesse.

³⁶⁵ MIRA, op. cit.

desse caderno.

Tudo isso significa que agora só teremos matérias curtas e de serviços, com destaque para as ilustrações em detrimento do texto? Não. Entre o tema da capa e o nôvo caderno, você encontrará uma substanciosa apresentação da América Latina e uma reportagem densa de humanidade e compaixão que Jorge Andrade escreveu no nordeste, nas frentes de trabalho das áreas assoladas pela sêca.

Vamos, pois, falar de uma nova REALIDADE, mas sem renegar o passado. Digamos que a revista modificou o seu aspecto, mas não seus princípios, nem seus objetivos. Continuamos empenhados em espelhar a realidade. Exatamente por isso é que nos renovamos.³⁶⁶

A capa continha a chamada “As paixões do homem: 17 coisas que fazem a felicidade do brasileiro”, com a imagem de uma mulher com os dizeres nas costas de sua blusa. Uma chamada secundária chamava um caderno especial, com os dizeres “Caderno especial: Faça check-up, ganhe dinheiro, teste sua virilidade”. As edições seguintes seguiam esse modelo, com um grande tema, a foto da capa, dividido em várias matérias, como a publicação de outubro de 1970, cuja chamada principal era sobre a televisão e eram apresentados vários artigos que tratavam esse mesmo tema. A proposta da revista de um caderno especial voltado ao público masculino não teve continuidade. Cabe destacar uma carta publicada na edição de outubro de 1970, que pode esclarecer o motivo da não continuidade como a insatisfação do público com os rumos que a publicação tomava:

Sr. Diretor: REALIDADE costumava ser uma revista muito corajosa. Hoje em dia não é mais. Onde foram parar aquêles artigos de antigamente, que mexiam com o público brasileiro? Vocês estão fazendo só artigos sem tempêro ou mostrando um mundo côr-de-rosa, que não existe. Vamos acordar? Maria Stella Rodrigues, São Paulo - SP.³⁶⁷

A partir do início de 1971, o nome de Paulo Mendonça deixou de aparecer no expediente de REALIDADE, sem ser nomeado um novo diretor. Quem possuía a posição em maior evidência dentro da redação era o redator-chefe Luís Fernando Mercadante, seguido por Hamilton Ribeiro, editor-geral, dois nomes presentes desde o surgimento da revista. A volta ao antigo modelo e a saída de Mendonça fizeram com que a publicação retomasse características do conteúdo, inclusive a seção Roteiro, e da forma de apresentação das reportagens da sua fase inicial. A seção Brasil Pergunta seguiu excluída. Os temas polêmicos também voltaram a ser abordados. Em *Não chore. É o entêrro dos tupamaros*,³⁶⁸ Luís Edgar de Andrade foi ao Uruguai para escrever sobre o Movimento de Libertação Nacional, os tupamaros, que combatiam o presidente Pacheco Areco e foram responsáveis por dois grandes sequestros, do cônsul geral do Brasil em Montevideú, Aloísio Gomide, e do policial estadunidense Dan Mitrione. Sua proposta inicial era entrevistar os tupamaros, mas, como não conseguiu entrar em contato com o grupo,

³⁶⁶ MENDONÇA, Paulo. Nota da redação. *Realidade*, p. 3, n. 53, ago. 1970. Mensal.

³⁶⁷ *Realidade*, p. 6, n. 55, out. 1970. Mensal.

³⁶⁸ ANDRADE, Luís Edgar de. Não chore. É o entêrro dos tupamaros. *Realidade*, pp. 101-105, n. 59, fev. 1971. Mensal.

se ateu em descrever alguns de seus feitos. O repórter mencionou a violência dos dois lados, tanto do governo quanto do grupo opositor. Sua principal acusação contra os tupamaros era a falta de um plano político, se focando mais nas estratégias de guerrilha.

A partir da edição de setembro de 1971, Luís Fernando Mercadante não aparecia mais no expediente, sendo nomeado um diretor para a revista: Milton Coelho. Na edição de janeiro de 1972, a revista apareceu com uma nova diagramação, e as matérias de cunho político parecem ter diminuído. Segundo Maria Celeste Mira,³⁶⁹ nesse ano, Mino Carta, quando ainda ocupava um cargo de direção na Abril, tentou reposicionar a revista diante da concorrência das semanais e dos jornais. Para ele, uma revista podia sobreviver apenas caso se especializasse em algum tema, ou, então, que fosse importante e sem polêmicas, publicando acertos e sucessos do governo. REALIDADE parece ter se adaptado ao preceito de mercado, que Tatiana Luca explica como

Projeto gráfico, diagramação, dimensões, conteúdo, linguagem, capa, enfim, cada aspecto do impresso deixou de ser fruto da sensibilidade do (a) editor (a), de circunstâncias fortuitas ou de ensaios ocasionais e passou a ancorar-se em resultados de pesquisas e sondagens, que definem o público e ajudam a convencer os anunciantes, que deverão se valer das suas páginas para atingir consumidores preestabelecidos.³⁷⁰

Um ano depois, o projeto mudou novamente. A partir da edição de janeiro de 1973, Milton Coelho não figurava mais como diretor da revista. Nessa edição, mantinha-se mais ou menos o mesmo número de reportagens que antes (quatorze, em relação às treze anteriormente), entretanto, elas eram mais curtas. Essa edição também tinha em torno de cem páginas, trinta menos que as anteriores. No final do mesmo ano, o projeto gráfico da revista mudou novamente. Na edição de outubro de 1973, revelava-se um novo diretor: Ulysses Alves Souza. O editorial, assinado por Victor Civita, introduzia a mudança:

REALIDADE sempre foi uma revista que inovou. Em abril de 1966 seu primeiro número surgiu como uma forma corajosa de abordar alguns assuntos polêmicos – e esgotou-se a revista. Após alguns anos de grande sucesso neste caminho, a revista resolveu partir para a linha dos grandes documentos – Amazônia, Cidades, Nordeste – em que cada edição aprofundava de tal forma o tema central do número que até hoje são exemplares disputados avidamente por estudantes, professores, pesquisadores universitários.

Entre os resultados positivos desses primeiros sete anos de vida estão doze prêmios: nove Prêmios Eso (de Jornalismo em 1966, de Reportagem em 1967 e 1968; de Informação Científica em 1967, 1968 e 1969; e mais três em 1972, de Melhor Equipe, Melhor Trabalho e Melhor Contribuição à Imprensa), o Prêmio SipMergenthaler, concedido a um de seus editores pela Sociedade Interamericana de Imprensa em 1968, e o Prêmio Sudene de Jornalismo de 1972 e 1973.

Mas o Brasil continua mudando. E há cada vez mais pessoas querendo saber mais

³⁶⁹ MIRA, op. cit.

³⁷⁰ LUCA, Tatiana Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 447-468. p. 458.

sobre mais assuntos. Por isso optamos por uma nova fórmula que permitisse à revista não só continuar com os temas que lhe trouxeram fama como incluir outros novos. Assim é com muito orgulho que a Editôra Abril lança agora esta nova revista. Uma revista que sempre inovou: REALIDADE.³⁷¹

A revista apresentava mais matérias de serviço e novas seções, como humor, testes, frases célebres, e colaborações de leitores. O formato da revista era menor, do mesmo tamanho que *Veja*, mas voltava a ter uma média de 130 páginas.

Imagem 9 – Comparação entre REALIDADE e *Veja* em anos diferentes



Reproduções

Fonte: REALIDADE, n. 91, out. 1973. Mensal.
VEJA, 11 out. 1978. Mensal.

do crescimento econômico impulsionado pelos militares.

O Programa Econômico da Ditadura, nesse período, se caracterizava pela atração de capital estrangeiro, principalmente de empresas estadunidenses. Para isso, afastou-se a ideia de reforma agrária, estimulando a produção agrícola de produtos para exportação, criou-se a Lei de Greve (Lei nº. 4330), que determinava quem podia fazer greve e quais as condições, resumindo-se a reivindicação de melhores salários por um grupo restrito de trabalhadores de empresas privadas, e ao controle do aumento salarial com base no cálculo da inflação do ano e da produtividade. Durante o governo de Costa e Silva, o ministro da Fazenda Delfim Netto dirigiu o plano econômico para o estímulo do consumo das classes médias, objetivando o aumento da produção de bens duráveis. Em contraposição, com o controle salarial exercido pelo governo, sob a perspectiva da diminuição dos custos de produção, o salário mínimo passou a diminuir.³⁷³

³⁷¹ *Realidade*, p.3, n. 91, out. 1973. Mensal.

³⁷² KUCINSKI, op. cit.

³⁷³ ALVES, op. cit.

Para Kucinski,³⁷² os anos de 1969 a 1974 foram de despolitização, nos quais a oposição, ignorada pela maioria da população, era sistematicamente liquidada. Foi o período do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, cujo apogeu se deu na Copa do Mundo de 1970. Com o vazio político, parte dos estudantes, artistas e intelectuais buscaram nas drogas, na maconha e no LSD, a sensação de liberdade que contrastava com a repressão governamental. Enquanto isso, importante setor da grande imprensa desfrutava

De 1968 a 1973, o país teve alto crescimento econômico, principalmente devido ao setor industrial, que recebeu investimento externo e do Estado. Em contraponto, a dívida externa do Brasil aumentou de U\$3,9 bilhões em 1968 para U\$12,5 bilhões em 1973 (um crescimento de 320%). O incentivo fiscal ao capital estrangeiro era priorizado perante a distribuição de renda, pois acreditava-se que resultaria no crescimento da produção nacional. A falta de preocupação com a qualidade de vida da população era entendida como um sacrifício para o desenvolvimento do país. Esses princípios faziam parte da Doutrina de Segurança Nacional. O setor industrial se voltava para a produção de bens duráveis, visto como mais adequado para o investimento multinacional e capaz de assegurar o seu crescimento. Como exemplo dessa política, o governo tomou medidas como a remoção de linhas férreas e de ônibus elétricos para, assim, incentivar o consumo automobilístico.

Embora a estratégia econômica do governo tenha aumentado a concentração de renda dos mais ricos e diminuído a dos mais pobres – maioria da população –, a classe média obteve alguns benefícios. O crescimento econômico serviu para legitimar o Estado de Segurança Nacional, e foi amplamente divulgado em propagandas do governo, diminuindo o apoio à oposição de importante parcela de trabalhadores e das classes médias, que encontravam vantagens no modelo, justificando a violência empregada contra os “terroristas comunistas [que] ameaçavam o país e o próprio processo de desenvolvimento econômico”.³⁷⁴ O aparente “Milagre Econômico” ocultava, entre outros aspectos, a – também crescente – pauperização das classes mais baixas, a diminuição do salário mínimo, que levou ao abusivo emprego do trabalho infantil, e a falta de investimentos em Saúde e Educação, que deixaram o país em estado de semianalfabetismo.

O que garantiu a existência e o crescimento, por exemplo, de *Veja* foi exatamente a glorificação do Milagre Econômico. Em 1973, a revista já vendia 170 mil exemplares e o número de páginas chegava à 164, sendo 75 delas de anúncios. A revista saiu do vermelho após a implementação de um sistema de assinaturas e, em 1981, chegou à tiragem de 500 mil exemplares. Hoje, chega a vender um milhão de exemplares. *Veja* reproduz a posição econômica e política da Editora Abril, ligada a seu presidente, Robert Civita.

Quanto à REALIDADE, a sua última alteração parece ter sido em dezembro de 1975, com a mudança no índice e na organização das seções. Saiu do expediente o diretor Ulysses Souza, e o redator-chefe era Fernando Pereira Guimarães. Quem assinava o editorial era Alessandro Poro. Contudo, a revista já estava em sua fase terminal.

As mudanças na revista foram analisadas também por Fernando Marcondes de Torres,³⁷⁵ sob o ponto de vista das características do gênero reportagem. Para o autor, REALIDADE representa a transição entre as fotomagazines (ou ilustradas) e as revistas de informação, valorizando ainda o apelo visual, mas já considerando a força do texto. Segundo Torres, nessa transição, a reportagem passou da investigação aprofundada ao “trabalho de gabinete”,³⁷⁶ no

³⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 182.

³⁷⁵ TORRES, *op. cit.*

³⁷⁶ Id., *ibid.*, p. 40.

qual o repórter vai menos à rua em busca da fonte para privilegiar as informações provenientes das agências de notícias e interpretações de especialistas. O texto literário foi substituído pelo impessoal e distante do leitor, e as imagens tonaram-se mais ilustrativas ou ideológicas do que fonte testemunhal.

Em reportagem analisada no ano de 1966, *O tira*, de Narciso Kalili, o autor encontrou a predominância do estilo narrativo literário, o envolvimento do repórter com o tema abordado e o trabalho de investigação e observação. Em 1969, as reportagens teriam perdido seu tom de denúncia, embora ainda preservassem o estilo literário e a proximidade do repórter com a fonte e seu contexto. A vivência com o cotidiano da fonte, assim como o olhar intimista do repórter, parecia ter sido substituída pelas entrevistas e a pesquisa em jornais e revistas, embora ainda não houvesse a indicação do apoio em agências de notícias. O período seria de transição no mercado editorial dentro da revista, com a tentativa de ajustes às novas tendências do mercado. A reportagem escolhida pelo autor, *Os Mutantes são demais*, assinada por Dirceu Soares, já indicava a influência do jornalismo de informação – a escolha de uma pauta marcada pela conjuntura do momento – o que é denominado no meio jornalístico de “gancho” –, que perderia sua importância se realizada antes ou depois. Essa nova fase continuaria em 1972, quando, na matéria analisada, *Coríntians, campeão!*, de Carlos Moraes, apesar da indicação de vivência do repórter com a fonte, ele não atuava mais como um narrador onisciente, construindo o texto pelas entrevistas cedidas.

Imagem 10 – Capa de fevereiro de 1974



Reprodução

Fonte: REALIDADE, n. 95, fev. 1974. Mensal.

Segundo Torres, a partir de outubro de 1973, houve uma grande mudança nas capas de REALIDADE. O autor também identificou semelhanças com a revista *Veja*, e apontou para a proliferação de imperativos como “como fazer”, “saiba”, “transforme” e “vença”. O conceito de reportagem já estaria dissociado das revistas ilustradas e das fases anteriores de REALIDADE. O autor aponta para o contexto como influenciador dessas mudanças: a difusão da venda das televisões; a aceitação do público do modelo de *Veja*; a falência de *O Cruzeiro*, ícone das ilustradas. As matérias eram bem diferentes e as reportagens profundas eram quase exceções. No texto analisado pelo autor, *Os estudantes retomam a palavra*, o uso de fontes era restrito aos especialistas, e até questionável, todos estrangeiros, o que gerava a incerteza de se houve entrevistas ou se eram declarações dadas a outros veículos, ou presentes em livros. Ainda havia a presença de repórteres-narradores, o que atribuía o caráter mais pessoal ao texto, mas as observações estavam mescladas com fatos e fontes bibliográficas. As fotografias

perderam seu caráter informativo, tornando-se ilustrações simbólicas. Torres conclui que: “Muitos especialistas consideram relevante apenas a primeira fase da revista. Entretanto, a última, em especial, é extremamente importante do ponto de vista da história da imprensa, pois demonstra a acomodação do mercado editorial ao formato de revista de informação.”³⁷⁷

Cabe acrescentar que, apesar da mudança estrutural em REALIDADE, a partir de 1974, a política havia voltado às suas páginas. A revista passou a mostrar um pouco do país “em abertura”, com críticas ao governo e a reorganização de movimentos sociais – como o estudantil –, embora as matérias não fossem como as reportagens de seu início. Provavelmente, eram o resultado das mudanças pelas quais o regime ditatorial passava.

A resistência no Brasil após 1968 havia se dividido entre a luta armada e a organização pacífica das camadas populares. Os perseguidos políticos buscavam proteção em uma rede de auxílio formada por grupos como o Movimento Feminino pela Anistia, do qual participavam mulheres da Igreja Católica. Embora a resistência tenha sido reprimida violentamente, o endurecimento do Estado provocou também a necessidade de negociação com a oposição. No governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), o mesmo Golbery do Couto e Silva do golpe planejou uma abertura política lenta, que resultou na anistia da maioria dos participantes da luta armada, e assegurou o perdão legal (e anistia) dos militares e civis envolvidos nas torturas e mortes. Complementariamente, a transição para o governo democrático partiu da imposição de uma reestruturação partidária que, segundo diversos analistas, teve como objetivo maior a divisão do campo opositor. Paralelamente, o movimento popular ressurgia nas greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, entre 1978 e 1980, na organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e nos debates pelas eleições livres.³⁷⁸

Como afirma Bernardo Kucinski, de tempos em tempos, principalmente quando cai a circulação e diminuem as receitas publicitárias, a imprensa redescobre sua lealdade para com o seu público, e não ao governo, como no caso Collor e nas Diretas Já, embora o Brasil seja uma “sociedade profundamente polarizada, na qual a mídia responde, na melhor das hipóteses, aos anseios da pequena classe média, raramente aos da grande massa de pobres ou aos dos destituídos”.³⁷⁹ Parece que, REALIDADE, em seus últimos anos, em relação à política governamental, adotava esse processo.

É possível dizer que, com o tempo, REALIDADE aceitou seguir as regras que o Estado ditava em relação à imprensa, seja pela posição política de seus proprietários, seja para manter-se no mercado, contrariando aquela que seria a inspiração de seu nome: retratar a “realidade brasileira” tanto em seus pontos positivos quanto nos problemas que os brasileiros ainda precisavam enfrentar. Isso não quer dizer que a revista tenha ignorado todo e qualquer aspecto negativo do país, contudo, como foi possível observar em uma leitura breve das edições e segundo a bibliografia consultada, os assuntos se voltaram mais aos supostos avanços e às

³⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 47.

³⁷⁸ Id., *ibid.*

³⁷⁹ KUCINSKI, 1998, *op. cit.*, p. 175.

necessidades do regime do que à desigualdade econômica e social e à perseguição política, omitindo os casos de tortura, mortes e desaparecimentos que eram denunciados por grupos de familiares e religiosos, e até investigados em outras publicações. Cabe lembrar a importância da responsabilidade do jornalismo na produção de memória coletiva, e como a história pode ter sido prejudicada pelas omissões da imprensa.

Se na política governamental REALIDADE não interferia, por outro lado, a revista não deixava de publicar as transformações que ocorriam nos comportamentos, trazendo novos estudos e interpretações, que justificavam os novos valores das décadas de 1960 e 1970, ao longo de toda a sua existência. O que aconteceu por mais que alguns setores da sociedade com autoridade preferissem barrar essas mudanças, e tenham tomado atitudes para frear as publicações. Enquanto os movimentos feministas estavam impossibilitados pela repressão, a libertação continuava, de certa forma, com respaldo na revista, embora esse apoio oscilasse entre o novo e a tradição. Nesse sentido, REALIDADE estava entrelaçada com o contexto global e, diferentemente da questão da política governamental, não deixou de retratar descobertas da ciência, vivências e sucessos que marcaram a segunda metade do século XX.

3 A DÉCADA DE 1960

No contexto mundial, a década de 1960 representava os *Anos Dourados*, um período de prosperidade econômica, resultado da globalização do modelo de sociedade industrial capitalista estadunidense. O número de automóveis não só se multiplicou, como a indústria automobilística exportou o modo de produção de massa fordista para produtos que iam desde o vestuário – com o *prêt-à-porter* – até a alimentação – com as redes de *fast food*. Bens e serviços deixaram de ser um luxo de minorias, e tornaram-se populares a venda de produtos como geladeira, lavadora de roupas automática e telefone.

A revolução tecnológica foi impulsionada pelo investimento em alta tecnologia durante as I e II Guerras, que, no pós-guerra, gerou produtos disponíveis a civis. Surgiram para o consumo produtos feitos de materiais sintéticos, televisores, computadores e transistores que tornavam possível o acesso ao rádio até nas zonas rurais. A produção tornou-se cada vez mais mecanizada, sendo necessária menos mão-de-obra e mais consumidores. Uma das maiores mudanças sociais dessa nova fase foi o declínio do campesinato. O PIB dos países dependiam cada vez menos da agricultura, e o êxodo para os centros urbanos esvaziava os campos.³⁸⁰

O crescimento da urbanização levou a um maior investimento em políticas públicas, intensificando a oferta e o acesso à universidade, e, conseqüentemente, aumentando a quantidade de diplomados, duplicando, triplicando e até multiplicando por nove o número de universitários na Europa, como no caso da Espanha e da Noruega. O ensino superior era entendido como a oportunidade de mudança do *status* social, mesmo para as classes médias e altas que dominavam as universidades. Dentro do grupo de universitários, aumentava o número de mulheres. Tomando como exemplo os países desenvolvidos, elas constituíam, na década de 1960, de 15% a 20% dos estudantes; na década de 1980, já compunham metade dos estudantes na América do Norte.

Nas palavras de Eric Hobsbawm, as massas de universitários

constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando ideias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com as tecnologias das comunicações do que os governos. Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivos, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social. Nos países ditatoriais, em geral elas forneciam os *únicos* grupos de cidadãos capazes de uma educação política coletiva [...].³⁸¹

O levante global de 1968, que levou às ruas desde estudantes dos Estados Unidos até da Tchecoslováquia, revelou a capacidade de mobilização dos jovens. Embora não tão numerosos a ponto de chegar a uma revolução, conseguiram inflamar outros setores da sociedade, como o operariado. Nem todos os universitários buscavam o radicalismo político, muitos deles viam no

³⁸⁰ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁸¹ Id., *ibid.*, p. 292.

diploma apenas a possibilidade de uma boa renda. A diferença de um grupo para o outro é que os primeiros eram mais notados.

A revolução cultural se deu no âmbito da família, das relações entre os sexos e as gerações. Embora culturas de diferentes lugares do mundo divirjam, algumas características são semelhantes em parte do globo. Durante os séculos XIX e XX, prevalecia no Ocidente o modelo da família nuclear, formada por casal e filhos, o casamento monogâmico e a superioridade da autoridade do marido em relação a esposa e filhos. Esse padrão se transformou na década de 1960, quando aumentou o número dos divórcios, de solteiros convictos, de casais sem filhos, de mães solteiras por opção e da aceitação de relações homoafetivas (pelo menos nos países desenvolvidos). Normas legais e morais antes proibidas foram desafiadas e descartadas por aqueles que aceitavam a “modernização” das sociedades.

Entre as gerações, o conflito se dava com o aumento de uma cultura jovem, autônoma, que representava tanto um movimento político quanto um nicho consumidor. As diferenças geracionais eram mais acentuadas do que em décadas anteriores devido ao abismo histórico entre aqueles que nasceram em 1925 e aqueles que nasceram em 1950. Para os últimos, nascidos em um momento de prosperidade econômica, podia ser difícil entender como era viver em um mundo marcado pelas guerras e pela escassez. Jovens de classes altas ou média adotavam o vestuário e o linguajar das classes populares, incluindo o jeans do operário, o rock dos negros pobres dos Estados Unidos, o samba dos setores populares brasileiros e os sotaques que identificavam a classe operária britânica. As moças adotavam as calças e os palavrões. Isso era impensável para as gerações anteriores.

No movimento de contracultura, surgiam os *hippies*, jovens de classes alta e média que contestavam a sociedade na forma como ela era estruturada. O movimento teve sua origem no *flower power*, em São Francisco, nos Estados Unidos, manifestações contra a Guerra do Vietnã, e guerras de qualquer tipo, e difundiam o princípio de “paz e amor”. Contrários ao capitalismo e às desigualdades, os *hippies* defendiam a vida em comunidade, o amor livre e o uso de drogas que liberavam a consciência em oposição à racionalidade. Esse grupo era caracterizado pelos cabelos compridos e pelas roupas estampadas e coloridas, calças boca-de-sino e sapatos de sola alta. Os *hippies* influenciaram tanto a moda nas décadas de 1960 e 1970 quanto as relações entre os sexos, costumes adotados em diversas partes do globo.

O jeans e o rock marcavam a internacionalização dessa cultura, com a influência principalmente do estilo de vida norte-americano (*american way of life*). Enxergava-se romanticamente a morte precoce; no lugar de uma fase transitória da vida, a juventude era tida como um fim, ideia reforçada pelos ídolos do cinema, James Dean, e da música, Janis Joplin, Jimmy Hendrix, Brian Jones, Bob Marley, Buddy Holly, entre outros. Concessões aos jovens que absorviam a contracultura eram dadas principalmente no âmbito econômico, visto que esse público tinha poder aquisitivo suficiente para se transformar em consumidor. Inclusive, tornou-se dominante no mercado. No início, as jovens urbanas eram mais visadas no comércio de roupas, cosméticos e música, por receberem salários em empregos de lojas e escritórios, e

porque não comprometiam seus gastos com cerveja e cigarro, como os homens.³⁸²

As mudanças das relações entre os sexos se intensificaram com o aumento do número de mulheres trabalhadoras. Desde o final do século XIX, mulheres já dominavam ocupações terciárias subalternas como o trabalho em escritório, nas lojas, nas centrais telefônicas e em profissões assistenciais. O diferencial do século XX é a entrada no mercado de trabalho liberal das mulheres casadas, o que impulsionou os movimentos feministas da década de 1960, além do aumento do número de diplomadas, dois fatores indispensáveis, segundo Eric Hobsbawm, para o levante feminino da metade do século. Nesse sentido, o emprego representava a demanda de liberdade e autonomia, de forma que a mulher casada passava a ser vista como indivíduo, e não mais o apêndice do marido e da casa.

Não apenas as atividades das mulheres no setor econômico se transformaram; os papéis desempenhados por elas, ou as expectativas a esse respeito, contribuíram para a revolução social³⁸³ proporcionada, principalmente na mudança do seu lugar na vida pública. Conquistado o direito ao voto anos antes,³⁸⁴ mulheres, embora em sua maioria brancas de classes alta e média, passaram a formar uma força política de peso.³⁸⁵ Ainda eram minoria nos parlamentos, assembleias, câmara de deputados, senados; entretanto, algumas foram reconhecidas como chefes de Estado – Golda Meier, primeira-ministra de Israel (1969-74), Elizabeth, rainha da Inglaterra (desde 1952), Isabel Perón, vice-presidenta da Argentina (1974-76) –, mesmo que por herança – Indira Gandhi (Índia, 1966-84), como filha de governantes, Sirimavo Bandaranaike (Sri Lanka, 1960-65 e 1970-77) como viúva –, fato politicamente impensável antes da Segunda Guerra Mundial. Em 1964, chegou a ser incluída na Lei dos Direitos Civis americana a palavra “sexo” juntamente à “raça”, no quesito discriminação.

O livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, mas amplamente divulgado nas décadas de 1960 e 1970, foi um marco para o feminismo contemporâneo. Com o objetivo de desmistificar uma identidade fixa feminina determinada biologicamente, a autora abordou a construção dos papéis masculino e feminino desde a infância, que acabava construindo o sexo masculino como o sujeito universal da humanidade e o feminino como o “Outro”. Beauvoir levou as diferenças sexuais para o campo social, mostrando que não eram as diferenças biológicas que implicavam na divisão sexual, mas a construção histórica sobre estas.³⁸⁶

Segundo Hobsbawm,

[...] nos países desenvolvidos, o feminismo de classe média, ou o movimento de mulheres educadas ou intelectuais, alargou-se numa espécie de sensação

³⁸² Id., *ibid.*

³⁸³ Id., *ibid.*

³⁸⁴ Estados Unidos (1919), Inglaterra (1928, embora 10 anos antes fosse permitido o voto às mulheres com mais de 30 anos, proprietárias ou esposas de proprietários), Brasil (1932), América Latina (acordo entre 19 países em 1933), França (1944).

³⁸⁵ HOBBSAWM, *op. cit.*

³⁸⁶ MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. 301p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

genérica de que chegara a hora da liberação feminina, ou pelo menos da autoafirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo específico de classe média inicial, embora às vezes não diretamente relevante para os interesses do resto do grupo feminino ocidental, suscitava questões que interessavam a todas: e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontraram expressão – de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central.³⁸⁷

Hobsbawm se refere a uma “revolução feminina” que ocorreu não apenas a partir da década de 1960, mas ao longo do século XX. De fato, os papéis das mulheres se encontravam em um processo de transformação que partia da aceitação da sua participação na política pelo voto, para o direito de igual tratamento no mercado de trabalho até a permissão de uma sexualidade feminina.

Apesar do século XX ter sido considerado curto, a jornada das mulheres pela emancipação faz parte de um longo processo, que envolveu desde a imagem veiculada pela cultura de massa até a carteira assinada e a licença maternidade. Este capítulo se dedica a analisar os movimentos de liberação feminina até a condição na qual as mulheres se encontravam no surgimento de REALIDADE, com suas transformações e resquícios de valores antigos. O caso brasileiro será apresentado por suas particularidades, já que, na tentativa de manter uma imagem de Estado democrático, o país pendia entre as novas liberdades de costumes e o controle autoritário da ordem e da família. Por meio desse balanço, será possível identificar em que ponto REALIDADE se encontrava, se mais próxima dos movimentos de libertação ou se ainda presa à tradição.

3.1 A REVOLUÇÃO FEMININA

Antes de se iniciar a discussão sobre os movimentos de emancipação feminina, cabe averiguar a imagem que se tinha das mulheres no século XX. A feminização é normalmente um argumento para a desvalorização de determinada área utilizando-se de valores historicamente marcados que definiam os papéis rígidos dos sexos. Assim, o feminino atribui ao elemento a sensibilidade e a ternura, enquanto o masculino seria a força e a agressividade. A cultura de massas é tida como feminizada, espaço que visa e retrata o feminino, enquanto a “alta cultura” é espaço privilegiado masculino.

Durante a década de 1920, os *Anos Loucos*, os estereótipos mais conhecidos eram o de origem francesa, *la garçonne*, e o de inglesa, a melindrosa (*flapper*). Eram modelos europeus que se referiam às jovens emancipadas, moças independentes e masculinizadas – símbolo dos cabelos curtos – que defendiam seu trabalho e sua sexualidade antes de se entregarem ao casamento. Contudo, não eram exatamente um modelo difundido fora de alguns setores da

³⁸⁷ Id., *ibid.*, p.313.

publicidade e de grupos intelectuais. Nem mesmo as feministas defenderam de forma unânime o romance *La Garçonne*, por o considerarem pornográfico – lembrando que o modelo da *garçonne* foi criado por um homem, Victor Margueritte.

A publicidade levava em conta “os anseios e símbolos de liberdade e de individualidade das mulheres”.³⁸⁸ Nesse período, os Estados Unidos já se apoiavam no sistema de consumo descrito no início do capítulo, com eletrodomésticos, automóveis, comida enlatada e empacotada e roupas prontas para o uso. A “mulher americana moderna” foi um desses produtos, o ideal a ser seguido, representado pela esposa que, se trabalhava, era com a culpa de não se dedicar totalmente ao marido e aos filhos.³⁸⁹ Ao invés de suprimir os discursos feministas, os publicitários criaram um meio de recuperá-los, enfatizando o lugar da mulher e a sua liberdade de escolha – de consumo. A liberdade propagada acabou desviando a atenção da contestação da divisão sexual do trabalho feita por grupos feministas.

Os publicitários utilizavam os estudos realizados pelas ciências sociais e pela psicologia para desenvolver associações que levassem o consumidor à compra, construindo a imagem da mulher dedicada aos cuidados da família, o que a ciência da época considerava ser o papel natural feminino. A mulher era o principal público-alvo de boa parte das marcas:

Os publicitários e os especialistas em técnicas de promoção referiam-se habitualmente ao consumidor como “ela”. Inúmeras publicações dos anos 20 citavam a estatística segundo a qual 80% das compras de consumidores eram efectuadas por mulheres. Os especialistas acolhiam bem esta relação, coroando o consumo como a rainha das tarefas da dona de casa.³⁹⁰

As mulheres a que os publicitários se referiam, cuja intimidade do lar era o centro de suas vidas, se tornavam modelos para as consumidoras seguir, reforçados pelo cinema e propagados pelo mundo. Segundo Nancy Cott,

O génio particular da publicidade americana foi conseguir apresentar as transformações drásticas das oportunidades das mulheres como cidadãs e trabalhadoras, em matéria de liberdade de comportamento social e de ideais e práticas de casamento – transformações que se tinham produzido durante várias décadas –, mais como o produto inevitável do progresso tecnológico e da expansão económica do que como resultado de uma luta que visava alterar a hierarquia dos sexos.³⁹¹

Com a industrialização e a urbanização no século XX, a condição da mulher se alterou de fato gradualmente, com a ocupação delas no mercado de trabalho, os eventos sociais, o namoro e a melhor educação (embora não se comparasse à do homem). Contudo, o casamento

³⁸⁸ COTT, Nancy F. A mulher moderna – o estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 96.

³⁸⁹ SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras – os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.), op. cit., p. 37.

³⁹⁰ Id., *ibid.*, p. 109.

³⁹¹ Id., *ibid.*, p. 112.

e a maternidade ainda eram obrigação do sexo feminino, uma exigência que, ao invés de ser minimizada com o passar dos anos, manteve-se estável e até mais forte ao longo das décadas. Nos anos 1950, com o crescimento das cidades, as moças adquiriram mais autonomia, ainda que, segundo Pinsky,³⁹² devessem ter responsabilidade em relação ao próprio corpo, protegendo sua virgindade.

O incentivo ao consumismo, proveniente do *american way of life*, propagou o modelo “ideal do papai que trabalha fora, da mamãe que cuida do lar com a ajuda de eletrodomésticos, da família toda que passeia de carro e tem acesso a bens de consumo ‘indispensáveis à vida moderna’ –, muito atraente para a classe média brasileira”.³⁹³ Com as facilidades das novas tecnologias nos cuidados da casa, novas exigências surgiram, como a aparência do interior doméstico que se tornava “vitrine do *status* da família”.³⁹⁴ Apesar dos avanços conquistados no mercado de trabalho após as guerras, os Estados Unidos, como observou Betty Friedan, passavam por uma explosão demográfica, com mulheres casando cada vez mais cedo e gerando cada vez mais filhos. Sobre as mulheres estadunidenses, a autora afirma que

Em fins da década de cinquenta, a média etária relativa ao casamento baixou para 20 anos entre as mulheres americanas e continuava a cair, descendo à adolescência. Havia quatorze milhões de moças noivas aos 17 anos. A proporção de mulheres universitárias em relação aos homens caiu de 47% em 1920 para 35% em 1958. Um século antes, as moças lutavam por uma educação superior. Em 1950, as moças iam à universidade para arranjar marido. Em meados da década, 60% abandonaram a faculdade para casar, ou temendo que o excesso de cultura fosse um obstáculo ao casamento.³⁹⁵

A imprensa e a publicidade aproveitavam o decréscimo da idade de casamento para exigir que fossem oferecidas nas escolas disciplinas preparatórias para os cuidados domésticos, e vender roupas que passassem a ideia da sensualização do corpo feminino. Na década de 1950,

A figura de mulher que emerge dessas bonitas revistas é frívola, jovem, quase infantil; fofa e feminina; passiva, satisfeita num universo constituído de quarto, cozinha, sexo e bebês. A revista não deixaria, com certeza, de falar em sexo, a única paixão, o único objetivo que se permite à mulher em busca do homem. Está atulhada de receitas culinárias, modas, cosméticos, móveis e corpos de mulheres jovens, mas onde estaria o mundo do pensamento e das ideias, a vida da mente e do espírito? Na imagem da revista as mulheres só trabalham em casa e no sentido de manter o corpo belo para conquistar e conservar o homem.³⁹⁶

Os editores alegavam que era preciso escrever textos com os quais as leitoras se identificassem. E esses textos eram amplamente divulgados. Na Inglaterra, no período pós-

³⁹² PINSKY (2012b), op. cit.

³⁹³ Id., *ibid.*, p. 488.

³⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 496.

³⁹⁵ FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 18.

³⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 34.

Guerra, cinco em cada seis mulheres liam revistas femininas. Só o periódico feminino norte-americano *McCall's*, no início da década de 1960, contava com um público de 8,4 milhões de leitores. Além das matérias contidas nessas revistas, estavam presentes anúncios publicitários que, mais do que oferecer produtos, incluíam interpretações sobre os papéis de cada sexo. Nas propagandas, “as mulheres eram mostradas como estando completamente dependentes dos produtos comerciais para levarem a cabo as suas tarefas domésticas, atraírem os homens, educarem os filhos ou conseguirem aceitação social”.³⁹⁷

Há diferenças entre a imagem da mulher veiculada pela cultura de massa e como mulheres agiam de fato, o que pode ser identificado na comparação entre os dados que se tinha das atividades e comportamentos da população com o que era veiculado na mídia. Algumas imagens de mulheres podem não ser tão lembradas como a melindrosa, e são contrapontos para os estereótipos. As dançarinas Isadora Duncan e Ruth St. Denis com sua rejeição ao ballet clássico em prol de uma dança orgânica, o autorretrato nu de Paula Modersohn-Becker, mulheres trabalhadoras em cartazes que as convocavam na Primeira Guerra Mundial e a camponesa em cartaz que pede fundos são alguns exemplos apresentados por Anne Higonnet.³⁹⁸ Contudo, segundo a autora,

Representações alternativas eram difíceis de imaginar. Porque os meios industriais de reprodução tornavam as imagens da feminilidade moderna tão predominantes, porque a arte gozava de um enorme prestígio cultural e porque as definições visuais da feminilidade implicavam definições de beleza e de prazer, ninguém podia escapar a todas as convenções de género.³⁹⁹

Um exemplo brasileiro é Emilinha Borba, espécie de Cinderela, “simples, honesta e despretenciosa”, ídolo do rádio nas décadas de 1940 e 1950, e em quem as mulheres se espelhavam.⁴⁰⁰ Como o modelo feminino de uma classe média emergente (o que garantia sua posição no mercado), tinha que seguir o comportamento das estrelas de Hollywood e não podia se envolver em escândalos ou ir contra a moral estabelecida. Por esse motivo, procurava não aparecer em público com seu filho e mantinha a versão de que ele era adotado, pois havia nascido quando ela vivia com o marido, mas ainda não eram casados. Não podia oficializar o casamento porque poderia prejudicar sua carreira, mas não podia assumir o filho porque não seria moralmente aceito sem o casamento.

Na década de 1960, os padrões de beleza se adequaram à nova ideia de liberdade sexual. A moda internacional ditava o corpo jovem, longilíneo e rosto de criança, difundido por modelos que se consagravam como Twiggy e Veruschka. A maquiagem tornou-se mais importante, e as mulheres sempre carregavam alguma na bolsa. As balanças se popularizaram nas drogarias e o tema virgindade ganhava espaço na imprensa, “era a época da minissaia, da

³⁹⁷ HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.), op. cit., p. 409.

³⁹⁸ HIGONNET, op. cit.

³⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 409.

⁴⁰⁰ SEVERO, José Antonio. Emilinha. *Realidade*, pp. 122-?, n. 72, mar. 1972. Mensal, p. 126.

pílula anticoncepcional e de uma nova valorização da magreza”.⁴⁰¹ A publicidade encorajava a mulher a se identificar, ao mesmo tempo, como sujeito em potencial e como objeto, sugerindo estímulos libertadores e velhos estereótipos.⁴⁰² A cultura de massas estava conectada, ao mesmo tempo, à emancipação e à feminilidade, de forma que, enquanto os meios de comunicação retomavam ou relançavam discursos feministas, eles reiteravam uma natureza biológica do feminino, o “exótico”, o “outro” ser.

A indústria de cosméticos percebeu que as mulheres não queriam mais ficar bonitas para conseguir casamento, mas por satisfação pessoal. Após a década de 1960, de “encantadoras” – as mulheres eram até então comparadas a flores, assim como eram os nomes das revistas femininas –, as jovens passaram a aparecer “sempre livres” nos anúncios. Denise Sant’Anna afirma que

A partir da década de 1960, sobretudo, mesmo se as brotinhos continuassem a esperar um marido talvez elas não o fizessem da mesma maneira que suas mães. A conquista da independência financeira começava a ser menos um sonho do que um direito que deveria ser rapidamente adquirido.⁴⁰³

Por trás da modificação das imagens de mulheres ao longo das décadas, estavam os movimentos de emancipação feminina e a contracultura, que conquistavam direitos e tornavam comportamentos antes proibidos em corriqueiros. Esses movimentos não se deparavam apenas com a cultura de massas, mas com uma série de outros discursos que construíam o que deveria ser e como deveria se comportar a mulher. Alguns deles afetavam diretamente a rotina de mulheres, por, além das convenções, terem o poder quase absoluto de intervir em seu corpo. Na imagem mais recorrente do feminino como sendo a mãe, por exemplo, atuava o discurso médico que determinava desde a contracepção até a forma como ocorria o parto, apoiado pelos interesses do Estado.

3.1.1 Maternidade e liberdade sexual

A maternidade está cercada por discursos médicos que fazem concessões e restrições às mulheres. Em sua autobiografia, a jornalista Carmen da Silva afirmou que a palmada do médico nos recém nascidos representava a solidariedade masculina na qual um outro homem castigava a criança pelo pai, por lhe roubar a atenção exclusiva da mulher. Segundo a escritora, o método Leboyer, que provava que a palmada não tinha utilidade, era considerado pelos críticos como uma tentativa de politização do parto. O parto “apolítico”, interpretou, seria aquele no qual a sociedade, representada pelo médico, exercia controle absoluto:

ele dirige a concepção ou a anticoncepção, proíbe o aborto (e lucra com ele

⁴⁰¹ SANT’ANNA, op. cit., p. 117.

⁴⁰² PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.)(1991a), op. cit., p. 381.

⁴⁰³ Id., *ibid.*, p. 117.

debaixo do pano), fixa a data de nascimento de acordo com as conveniências de sua agenda, induz o processo, faz as cesarianas necessárias e supérfluas e, de quebra, dá seus bons safanões no pequeno intruso: uma criança a mais num mundo já tão cheio. Parto “apolítico”, sempre segundo esse critério, seria aquele que garante ao Estado total domínio sobre o cidadão.⁴⁰⁴

Os discursos médicos divergiam principalmente em questões relacionadas ao parto. Na cesariana ou em métodos abortivos, cabia ao médico a escolha sobre quem viveria, a mãe ou o filho. Para os criadores da obstetrícia, que faziam concorrência com as parteiras no século XVI, era a vida da mãe que devia ser privilegiada. O aborto era condenado moralmente como forma de contraceptivo, mas era permitido em casos de complicações na gestação. Alguns médicos e parteiras, como Louise Bourgeois, inclusive, reconheciam e se apiedavam da dor do parto, e contribuíram com tratamentos que a amenizava e que diminuía o número de mortes. Em contrapartida, a mulher era vista como frágil, reforçando a necessidade feminina de cuidados – ao médico caberia definir a higiene alimentar e a disciplina de vida da mãe para uma boa criação do filho. Igualmente era função auxiliar da mulher recuperar a sua beleza perdida na gravidez, para, deste modo, atrair o marido e dar seguimento à proliferação.⁴⁰⁵

Contudo, nem toda mulher podia, após o parto, voltar exclusivamente à sua função doméstica, e algumas eram obrigadas a trabalhar para garantir o sustento da família. Os primeiros movimentos feministas visavam, principalmente, direitos que envolviam a maternidade, e o sufrágio, de fato, contribuiu para que a situação das mães fosse melhorada. Segundo Gisela Bock, “muitas mulheres lutaram pelo sufrágio e pela cidadania plena não apenas em nome da igualdade formal com os homens (objectivo pouco convincente em países onde nem mesmo todos os homens adultos podiam votar), mas para darem forma a políticas sociais em favor das mulheres”.⁴⁰⁶ Desde o final do século XIX, feministas reivindicavam a proteção da maternidade e a remuneração dos trabalhos domésticos. Em relação ao primeiro, além da licença-maternidade obrigatória (já decretada em alguns países, como na Alemanha, desde 1878), exigiam que um imposto fosse pago por homens trabalhadores, por homens e mulheres sem filhos ou, ainda, por todos, para garantir o sustento das mães.⁴⁰⁷ A reprodução, nesse sentido, devia ser entendida como a produção de mão-de-obra, função que apenas a mulher podia exercer e que era essencial à sociedade, por isso, igualmente digna de remuneração. Nesse momento, as principais mulheres defendidas pelos movimentos feministas eram as de classes mais populares, pois não tinham como parar de trabalhar durante e logo após a gravidez, seja porque apenas a renda do marido não garantia o sustento da família, seja porque foram abandonadas ou eram viúvas.

Por outro lado, as feministas que defendiam a função social da maternidade não questionavam se a criação dos filhos e o trabalho doméstico eram tarefas de mulheres. Mesmo

⁴⁰⁴ SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 10.

⁴⁰⁵ BERRIOT-SALVADORE, op. cit.

⁴⁰⁶ BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.)(1991a), op.cit., p. 436.

⁴⁰⁷ Id., *ibid.*

assim, segundo Gisela Bock, elas desafiaram a dicotomia cultural tradicional entre a esfera privada/pessoal e a esfera pública/política ao tratar as funções “naturais femininas” com o mesmo valor iluminista que “os direitos naturais do homem”, ou seja, uma questão de cidadania:

Agora as mulheres reivindicavam os seus direitos de cidadania invocando a sua própria natureza, que consideravam ser um contributo único para a sociedade. Ao exigir direitos, recompensas e proteção para o que até então tinham sido os seus deveres privados e individuais, não questionavam tanto a repartição do trabalho entre homens e mulheres mas, sobretudo, a divisão, baseada no sexo, entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado (ambos deveriam ser pagos consoante o seu valor) e, por conseguinte, a divisão sexual entre não-poder e poder [...]. As mais radicais puseram em causa a própria estrutura social, que defendiam dever estar organizada em todos das actividades das mulheres e da sua recompensa, e não em torno das atividades e salários dos homens. Muitas consideravam que a protecção da maternidade serviria não só às mulheres mas à sociedade no seu todo [...].⁴⁰⁸

Não apenas as sociedades capitalistas eram criticadas; também se questionava o entendimento que os socialistas tinham a respeito das “questões femininas”, apenas como um apêndice da questão do trabalho, de forma que somente o socialismo poderia emancipar as mulheres. Na Grã-Bretanha, Alys Russel, criadora da Escola para Mães em Londres em 1907, defendia que “o aumento dos salários, o reconhecimento da importância social da maternidade e a igualdade dos homens e mulheres perante a lei eram perfeitamente possíveis ‘num estado individualista da sociedade’”.⁴⁰⁹ A análise marxista e os movimentos feministas entravam em conflito na medida que, para a primeira, o trabalho assalariado era alienante, já para o segundo, ele era libertador.

Até a Primeira Guerra Mundial, apesar de ainda não terem conseguido o sufrágio, na legislação de diversos países na Europa e nos Estados Unidos, foram incluídos direitos de maternidade, embora aquém das expectativas dos grupos feministas. Na Itália, em 1910, a lei garantiu a remuneração, ainda baixa, durante a licença obrigatória de parto das trabalhadoras, enquanto, nos Estados Unidos, até 1919, 39 estados concediam alguma ajuda às mães, sob a condição de necessidade econômica e ausência do marido, entre elas a licença de seis semanas antes e depois do parto – em 1935, o governo passou a destinar uma ajuda de custo para crianças dependentes, seja qual fosse o gênero do responsável. Na França, em 1912, homens com filhos fora do casamento passaram a ser obrigados a sustentá-los (embora não fosse um dever tão cobrado na prática), e, no ano seguinte, algumas concessões foram dadas, como licença obrigatória de parto e remuneração durante o período de ausência, embora não fosse um direito de todas as trabalhadoras – eram voltadas apenas para algumas categorias de trabalho e para as famílias mais necessitadas, com mais de quatro filhos. Se houvesse remuneração, esta competia ao pai.

⁴⁰⁸ Id., *ibid.*, p. 451-52.

⁴⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 446.

Na Alemanha, até 1911, as mulheres conquistaram o direito de licença de oito semanas, com subsídio e seguro obrigatório para uso pessoal doméstico – direitos que não incluíam as esposas dos assalariados, diferente da Grã-Bretanha, que, no mesmo período, criou a Lei Nacional de Seguros, que garantia remuneração também às esposas dos segurados, subsídio que passou a ser entregue diretamente às mães a partir de 1913. A licença maternidade remunerada também foi decretada na Holanda, na Dinamarca e na Noruega, entre os anos 1909 e 1915. Na Suécia, apenas em 1931 foi criado um seguro de doença que garantia a licença e a remuneração das mulheres grávidas. Seis anos depois, entretanto, a ajuda do Estado à maternidade já atingia 90% das mães, incluindo ajudas especiais para as mais necessitadas. O único país a garantir os subsídios às suas cidadãs (desde 1901), independente de vínculo empregatício, foi a Austrália, em 1912.⁴¹⁰

Embora ainda defasada, a garantia de direitos significava que o Estado assumia sua responsabilidade no apoio dessas mães, mas não apenas para atender às reivindicações dos movimentos feministas, também porque a taxa de natalidade em boa parte desses países estava em declínio. O período das guerras teve avanços significativos nos direitos das mães em boa parte devido ao pronatalismo, que, em alguns países, como na Suécia e na Noruega, acabou servindo como um meio emancipatório para as mulheres que se tornavam independentes em sua subsistência.⁴¹¹

Segundo Perrot, “como a função materna é um pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social. A política investe no corpo da mãe e faz do controle da natalidade uma questão em evidência”.⁴¹² O Estado não agia apenas na cessão de direitos das mães, como produzia políticas que ora incentivavam, ora freavam o controle de natalidade. Quando havia declínio da taxa de nascidos, era favorável às famílias numerosas e mulheres que não trabalhavam fora, decretando leis que proibiam o aborto e outros métodos contraceptivos e instituindo benefícios como o salário família.⁴¹³ Conforme Françoise Thébaud,

Confrontados com o duplo desafio da democratização e da “questão da população” – vista como um declínio demográfico mas também como uma nova partilha entre os sexos –, a maioria dos Estados europeus rompe com as distinções liberais entre o público e o privado, a família e o Estado, o indivíduo e o Estado. Da Suécia social-democrata, respeitadora das opiniões femininas, às ditaduras fascista e nazi, passando pela França, primeiro republicana, depois sob o regime de Vichy, todos tentam de um modo mais ou menos autoritário, “nacionalizar” as suas cidadãs, fazendo entrar a maternidade para o domínio público e fazendo aparecer as primícias dos Estados-providência, ou mobilizando as mulheres para o serviço da pátria em guerra, ou ainda arregimentando-as para organizações dedicadas à grandeza nacional.⁴¹⁴

⁴¹⁰ Id., *ibid.*

⁴¹¹ Id., *ibid.*, p. 458.

⁴¹² PERROT, *op. cit.*

⁴¹³ Id., *ibid.*

⁴¹⁴ THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.) (1991a), *op. cit.*, p. 27.

Desde o Renascimento, no Ocidente, os recursos utilizados pelas mulheres para o controle de natalidade eram diversos: coito interrompido, casamento tardio, abstinência, infanticídios e abortos. O infanticídio era condenado, pois já se identificava no bebê uma pessoa, mas o aborto era mais tolerado – a não ser em momentos nos quais a baixa natalidade era alarmante (como na França após a Primeira Guerra Mundial).

No início do século XX, já havia a ideia de controle da fertilidade, ainda que não pudesse se falar em planejamento familiar. Os métodos anticoncepcionais eram a continência sexual, o coito interrompido, o aborto, as lavagens com espermicidas, o preservativo e o método das temperaturas. Margaret Sanger promoveu o método do diafragma nos Estados Unidos, e clínicas de controle de nascimento foram criadas, com limitações em alguns estados. As usuárias eram mulheres das classes mais altas, instruídas, que carregavam a autorização de um médico. Até 1936, os dispositivos anticoncepcionais eram considerados, por lei federal, obscenidade. Na Inglaterra, o controle de natalidade foi difundido por Marie Stopes, inspirada por Margaret Sanger. Stopes divulgou o equilíbrio familiar e a prevenção do aborto por meio de conferências, do livro *Married Love* (1918) e de clínicas que informavam mulheres sobre os métodos anticoncepcionais.

O *Birth Control*, movimento para a abertura de clínicas e centros de prevenção nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, iniciado por Marie Stopes e Margaret Sanger no entreguerras, foi o precursor do Planejamento familiar francês, este só aceito na década de 1950, e hostil ao aborto, como no grupo “Maternidade feliz”, de Évelyne Sullerot e Lagroua-Weill-Hallé. A invenção da pílula anticoncepcional, pelo médico Pincus, aumentou a aceitação da contracepção, apoiada por parte do corpo médico. Em 1967, a França legalizou os contraceptivos (Lei Neuwirth) e, em 1975, o aborto (Lei Veil).⁴¹⁵

Além dos avanços da ginecologia no cuidados das mulheres, reduzindo as taxas de mortalidade feminina, principalmente pós-parto, e dos métodos contraceptivos, novas tecnologias de alimentação do bebê diminuíram sua dependência em relação à mãe, permitindo que até mesmo o pai pudesse estar encarregado de seus cuidados, por meio de leite animal esterilizado e industrial. Assim, as mães adquiriam mais liberdade para voltar ao trabalho extraluar.

A diminuição da mortalidade infantil foi um incentivo para os casais limitarem o número de filhos, e os métodos contraceptivos mais recentes eram muito mais confiáveis no controle da fertilidade. Além disso, eles davam maior controle para as mulheres decidirem engravidar ou não. A mulher passou a ter mais controle do seu próprio corpo e o sexo deixou de ser apenas para procriação, o que deu início à discussão sobre o prazer feminino.

Quando as relações sexuais deixaram assumidamente de ter a função exclusiva de reprodução, os comportamentos sexuais se transformaram, com o reconhecimento da sexualidade feminina. Como afirma Méndez,

⁴¹⁵ Id., *ibid.*

o conceito de sexualidade pode ser compreendido como a construção social dos usos do corpo, referindo-se a condutas, comportamentos, relações e práticas das ações sexuais. A sexualidade, vista de uma perspectiva cultural, não pode ser considerada como uma prática natural. Ela constrói hábitos e condutas que, em um dado tempo, simbolizam as práticas e os discursos sobre o sexo socialmente aceitas.⁴¹⁶

Na segunda metade do século XX, eram diversas as instituições que propagavam a sexualidade, entre elas, a ciência, a medicina e a educação, principalmente após as escolas mistas. A maior ocupação das mulheres no trabalho, na educação e na política fez com que aumentasse a convivência entre os dois sexos nos lugares públicos, o que levou a novas formas de se manifestar a sexualidade. Além disso, o debate sobre sexo tornou-se mais aberto com pesquisas como o Relatório Alfred Charles Kinsey e os estudos de William Masters e Virginia Johnson, divulgados pela imprensa.

A diferença que se tem no início do século em comparação com a década de 1960, é que, antes, a sexualidade era expressa apenas no âmbito do casamento, no qual se desenvolvia a ideia de romance entre amantes. Nancy Cott⁴¹⁷ aponta que a sexualidade dentro do casamento surgiu justamente quando a mulher estava apta para ganhar um salário e não dependia mais da união matrimonial para o seu sustento, e romanceá-lo era uma forma de combater a acusação das feministas do casamento ser uma relação de dominação. Nesse período, contra a tendência do final do século XIX, as mulheres passaram a se casar mais cedo. Porém, nem por isso elas deixavam de trabalhar, o que, nos anos 1920 e 1930, alimentou a discussão sobre a possibilidade delas gerirem um emprego e uma família simultaneamente.

Nos anos sessenta, após o *baby-boom*, a explosão demográfica ocorrida terminada a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1960, as taxas de fecundidade entraram em declínio. O conceito de família também foi se modificando. A família conjugal “nuclear” era aquela formada pelo triângulo mãe-pai-filhos, que substituiu a “patriarcal”, que reunia várias gerações sob o mesmo teto. Após a década de 1960, ela parecia também estar sendo trocada por um modelo mais individual, de pessoas que não optavam mais por viver como um casal, pelo menos não na mesma moradia. O número de filhos fora do casamento aumentava, enquanto as taxas de divórcio e de pais solteiros subiam. Segundo Nadine Lefaucheur,

Lugar habitual de reprodução biológica das populações humanas, lugar privilegiado da sua reprodução social, a família é também o lugar onde se entrecruzam as relações sociais fundadas nas diferenças dos sexos e nas relações de filiação, de aliança e de coabitação. Nos países desenvolvidos, desde os anos sessenta, a família vê-se afectada em todas estas frentes por turbulências em que se pode ver os primeiros efeitos de uma vaga de fundo provocada pelas evoluções demográficas, tecnológicas e económicas que favorecem o aparecimento de um novo regime de reprodução das populações

⁴¹⁶ MÉNDEZ, op cit., p. 137.

⁴¹⁷ COTT, Nancy F. A mulher moderna – o estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.), op. cit., p. 96.

e da sua força de trabalho, abalando as bases materiais e sociais das relações entre os sexos e desvalorizando a família como lugar de ‘destinação’”.⁴¹⁸

A autora apresenta números que indicam que, entre as décadas de 1960 e 1970, nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Austrália, Canadá e os do Norte e do Oeste da Europa, as taxas de filhos por mulher caíram de superiores a 2,5% para menos de 2%, índice que já não assegurava a reprodução da população sem o recurso da imigração. Já as taxas de nascimento de filhos fora do casamento subiram de cerca de 6% a 8% para 15% a 20% até os anos 1980, em países como Canadá, França, Reino Unido, Alemanha Federal e Estados Unidos. Se, até os anos 1970, a probabilidade de casamento era de 90% nos países ocidentais, já em meados de 1980, a taxa ficava entre 48% e 66%. Entre 1960 e 1980, o número de divórcios, nos países ocidentais no qual era permitido, subiu de um por cada mil casais para quase um por cada cem.

Na Rússia, após a revolução de 1917, e aniquilada a concepção de família burguesa, surgiu a noção de liberdade amorosa, uniões por afeto que podiam se desfazer quando fosse da escolha do casal, e que não sofriam a interferência do Estado em termos do laço criado entre os indivíduos – um dos princípios bolcheviques fundamentais, embora não houvesse consenso sobre as formas dessa união.⁴¹⁹

A primeira medida adotada pelos bolcheviques no poder foi a substituição do casamento religioso pelo civil e a liberação do divórcio – em 1918 foram realizadas sete mil dissoluções de união, a maior parte realizada pelas classes mais altas. A igualdade de gênero seria garantida por um Código do Casamento, da Família e da Tutela, ratificado pelo Comitê Executivo Central do Soviete (VTsIK). Antes do Código, as leis russas relacionadas às mulheres eram parecidas com as europeias, com exceção do direito das mulheres terem suas próprias propriedades – na Europa, elas deviam compartilhar seus bens com o marido e ele assumia o controle deles. O Código deveria ser aplicado apenas no período de transição, pois supunha-se que não seria necessário posteriormente, assim como o Estado seria extinto.

Wendy Goldman⁴²⁰ aponta dois entraves à proposta bolchevique: a não preocupação com uma reformulação dos papéis de gênero e a dificuldade em conciliar as liberdades individuais com as novas responsabilidades do Estado, que tomava para si a criação dos filhos e os cuidados domésticos. Segundo a autora, “o direito ao divórcio era particularmente importante para as mulheres, cujos verdadeiros sentimentos e habilidades eram tão frequentemente suprimidos pelos laços indissolúveis do matrimônio”.⁴²¹ Todavia, a falta de uma reestruturação dos papéis de gênero fez da permissão do divórcio mais prejudiciais às mulheres e muitas foram levadas à prostituição e à pobreza.

As mulheres das classes trabalhadoras entendiam o casamento de forma diferente das de classes média e alta que buscavam liberdade para mostrar seus sentimentos. Elas encontravam

⁴¹⁸ LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, Família, Estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.), op. cit., p. 479.

⁴¹⁹ GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁴²⁰ Id., *ibid.*

⁴²¹ Id., *ibid.*, p. 141.

segurança nele, visto que dependiam do homem assalariado. As dificuldades econômicas russas após a revolução tornaram pouco praticáveis as teorias de união livre, sendo que as mulheres seguiam na dependência da família, pois não conseguiam emprego ou seus salários eram baixos e não havia creches em número suficiente. Em comum com o restante da Europa, o trabalho feminino na Rússia, embora incentivado pelo Estado, ainda era um entrave na prática.

Para Heleieth Saffioti,⁴²² a liberdade amorosa não era sinônimo de emancipação feminina. Utilizando o exemplo da Suécia, segundo a autora, apesar da difusão do uso de anticoncepcionais, da proteção à mãe solteira e do reconhecimento como legítimos os filhos fora do casamento – lembrando que sua obra foi escrita em 1967 –, o país possuía menor participação feminina em atividades remuneradas do que países mais conservadores, como a França, que proibia o uso de pílulas contraceptivas e possibilitava o divórcio por adultério apenas ao homem. Isso revelaria que era a estrutura econômica que tinha maior influência no trabalho feminino:

Evidentemente, o controle de natalidade e a organização de serviços de restaurante e de escolas maternas podem criar as precondições para o trabalho feminino fora do lar. O decisivo para a atualização desse trabalho extraluar, todavia, é a capacidade de absorção de mão de obra ocupacional.⁴²³

O exemplo russo, a liberdade sexual e os métodos contraceptivos eram considerados por setores mais conservadores capitalistas responsáveis por desestabilizar a família, da mesma forma que alguns discursos difundiam que, com a inserção de mulheres no mercado de trabalho, não haveria quem assumisse os cuidados dos familiares. Além de casarem menos e de terem menos filhos, segundo esse argumento, a distração de suas funções domésticas faria com que mais as famílias de desintegrassem e menos a sociedade se desenvolvesse. Para impedir isso, foram criadas convenções sociais e políticas que proibiam a entrada da mulher no mercado de trabalho – principalmente a de classe média –, que foram combatidas pelos movimentos feministas.

3.1.2 O trabalho feminino

Para Joan Scott,⁴²⁴ a naturalização do papel feminino como sendo doméstico se deu por meio de novos discursos surgidos no século XIX, legitimados por reformadores, médicos, legisladores, estatísticos e sustentados por sindicalistas. Parte desses discursos foi produzida pela economia política, na qual economistas afirmavam que as mulheres não recebiam o necessário para o sustento da família nem para o seu próprio, pois não produziam o suficiente e o que executavam era inferior para a economia, o que fazia delas sempre dependentes do homem. Os patrões aproveitavam esse discurso para, com a contratação de mulheres, diminuir

⁴²² SAFFIOTI, op. cit.

⁴²³ Id., *ibid.*, p. 91.

⁴²⁴ SCOTT, Joan Wallach. La mujer trabajadora en el siglo XIX. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *Historia de las mujeres en el Occident*. Madrid: Taurus, 1993.

seus custos, com o pagamento de salários menores, embora nem toda indústria pudesse fazer isso, pois ainda havia trabalhos proibidos para o sexo feminino.

As mulheres eram vistas como convenientes principalmente nos trabalhos do setor de serviços:

en la enseñanza y el cuidado de niños se veía una tarea de crianza y formación que les era propia, la dactilografía se asimilaba a la ejecución pianística y los trabajos de oficina suponían muy adecuados a su naturaleza sumisa, a su tolerancia y su capacidad de repetición, así como a su gusto por los detalles.⁴²⁵

Essas características eram consideradas tão naturais quanto sua inferioridade produtiva, contudo, “nunca existió nada parecido a una división sexual ‘natural’ del trabajo y que tales divisiones son, por el contrario, productos de prácticas que las naturalizan, prácticas de las que la segregación del mercado laboral en razón del sexo es simplemente un ejemplo”.⁴²⁶ Conforme explica Scott, a divisão sexual do trabalho não era inédita, mas uma nova dinâmica de relações sociais, econômicas e políticas havia sido criada com a Revolução Industrial. No período pré-industrial, boa parte das mulheres trabalhava fora de casa,⁴²⁷ exercendo normalmente serviços domésticos ou ligados ao comércio. A maioria era formada por jovens e solteiras, mas não se excluía as casadas, e ambas podiam exercer suas funções longe de casa. Os salários podiam ser tão baixos, como os das costureiras que recebiam por peça, que obrigavam as mulheres a dedicar seu tempo a suas atividades, sobrando pouco para a família. Isso mostra que o trabalho industrial feminino não resultou em uma desestruturação da família, afinal, as mulheres já trabalhavam antes. O que pode ter mudado foi o emprego da mulher de classe média, anteriormente, uma minoria assalariada. Ela podia já trabalhar, mas para a família, informalmente e sem remuneração. Com a industrialização e o aumento do setor de serviços, esse estrato se transferiu para ambientes exteriores ao lar, com uma jornada de trabalho que se apresentava como irreconciliável com as atividades domésticas, o que serviu para sustentar o discurso de que, com a industrialização, a mulher teve que escolher entre o trabalho assalariado e o desenvolvido no lar.

Na Inglaterra, a moral burguesa chegou nas classes mais baixas através de evangélicos e moralistas, que difundiram a noção da separação entre os sexos através de instituições de ensino e sociedades filantrópicas. Os operários adotaram a domesticidade feminina não por ser uma norma da burguesia, mas para que suas esposas tivessem melhor qualidade de vida – se a mulher de condição burguesa podia ficar em casa, também era direito das mais pobres –, além do trabalho feminino representar uma ameaça. As mulheres das classes baixas ficaram restritas a ofícios que prolongassem seu papel feminino “natural”. Elas podiam trabalhar como domésticas, cozinheiras, babás, costureiras e em serviços relacionados à alimentação.

⁴²⁵ Id., *ibid.*, p. 447.

⁴²⁶ Id., *ibid.*, p. 449.

⁴²⁷ A autora exemplifica com o caso do distrito inglês Ealing, no qual 75% das jovens entre 15 e 19 anos eram empregadas como criadas.

Os sindicalistas reproduziam as concepções dominantes sobre a mulher para mantê-las excluídas de suas associações. Eles, primeiro, as tratavam como uma ameaça a seus trabalhos, depois, utilizavam o argumento biológico para o qual a natureza feminina era voltada ao cuidado dos filhos e do lar. Essa alegação era igualmente utilizada por legisladores, que justificavam as restrições do trabalho feminino e infantil devido a sua fragilidade e vulnerabilidade. Desse modo, o Estado, além de intensificar a segregação sexual do trabalho, reforçava a ideia da mulher como força de trabalho secundária. As leis eram aplicadas principalmente para as indústrias, mas eram ignoradas em atividades consideradas femininas, normalmente de menor remuneração e status.⁴²⁸

Nas fábricas, o setor têxtil foi o maior empregador de mulheres, em um conjunto em que se incluíam as indústrias químicas, as alimentares e as de tabaco. Com as demandas das indústrias da moda, as mulheres eram muito empregadas como costureiras, sendo a costura uma qualificação feminina comum.⁴²⁹ Elas eram raras na metalurgia, na construção mecânica e nas gráficas. As operárias eram admitidas jovens, entre os doze e os treze anos, e se retiravam após o casamento ou após o nascimento do primeiro filho. Quando os filhos estavam criados, voltavam ao trabalho. As jornadas eram de quatorze horas no começo da industrialização e dez horas por volta do século XX.⁴³⁰

Segundo Michelle Perrot, “as revoluções do século XX constituem brechas nos sistemas de poder, favoráveis à reivindicação latente de igualdade entre os sexos”.⁴³¹ Um exemplo foi a Primeira Guerra Mundial, quando as mulheres assumiram tarefas masculinas – inclusive as greves –, para substituir os homens que estavam em combate. As empresas foram obrigadas a se adaptar às necessidades do sexo feminino, como com a criação de locais de aleitamento. Contudo, como afirma Françoise Thébaud, “simbolicamente, a guerra revivifica os mitos da mulher salvadora e consoladora, mais do que comprova as capacidades femininas”.⁴³²

A guerra pode ser vista também como, no lugar de um momento de ruptura das relações entre os sexos, um bloqueio para a emancipação feminina. A entrada massiva da mulher no mercado de trabalho, por necessidade do Estado, foi apenas uma pausa na normalidade, mantendo-se a dicotomia da cuidadora e do protetor da casa. Os movimentos feministas convocaram as mulheres à proteger a pátria, quer tivessem direito ao voto ou não. No início, quando a guerra ainda parecia curta, se defendia a caridade feminina nos cuidados dos soldados, seja nos hospitais, em cantinas ou nas casas de costura, mas não a mão-de-obra feminina das mulheres de classe média. Apenas as camponesas eram chamadas à trabalhar no campo, quando já se notava a falta de trabalhadores. Na França, em 5 de agosto de 1914, por lei, determinou-se um subsídio para as mulheres dos soldados, para “apoiar a moral dos combatentes”,⁴³³ assim

⁴²⁸ SCOTT (1993), op. cit.

⁴²⁹ PERROT, op. cit.

⁴³⁰ Id., *ibid.*

⁴³¹ Id., *ibid.*, p. 143.

⁴³² THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra – o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.) (1991b), op. cit., p. 46.

⁴³³ Id., *ibid.*, p. 37.

como outros Estados beligerantes – com exceção dos Estados Unidos – instituía “subsídios de guerra” que superavam o salário feminino.

A guerra mostrou-se longa, e a mobilização de grande parte da população masculina criou a necessidade de que a mulher assumisse outras funções, embora, a princípio, ela não fosse chamada às indústrias, mas ao setor terciário, nos serviços administrativos das cidades. As mulheres só passaram a assumir atividades nas indústrias, consideradas masculinas, em último caso, quando as finanças do Estado passaram a depender da sua força de trabalho. Ainda assim, quando a mulher assumia atividades que eram por costume masculinas, havia a acusação da masculinização feminina, a qual implicava “a degenerescência da fecundidade e na perversão da sexualidade”.⁴³⁴ As mulheres ainda estavam proibidas de se alistar no exército.

Apesar das complicações que gerava, a guerra representou, para as mulheres, uma experiência de liberdade, pela valorização do trabalho feminino, a abertura para novas funções de maior remuneração. Também foi a chance de a mulher viver sozinha e assumir responsabilidades familiares sozinha, o que antes era indigno e perigoso.

Quando a guerra acabou, exigiu-se que a mulher voltasse às suas funções domésticas. Entretanto, o processo já estava consolidado, embora com muita briga. As jovens foram as que mais usufruíram da liberdade adquirida durante a guerra, com o vestuário mais leve, sem espartilho, roupas compridas e apertadas, nem chapéus incômodos, e o cabelo curto *a la garçonne*. Seu cotidiano foi revolucionado com a prática de esportes, a dança de ritmos vindos da América e a possibilidade de sair, e até fazer escolhas. Elas também conseguiram integrar cursos superiores, cujo acesso, anteriormente, lhes era proibido; com a guerra, lhes foi franqueado o acesso, pois se tornaram necessárias.

O salário dos homens era maior pois era entendido que, nele, estava incluso o sustento da esposa e dos filhos. Entretanto, a quantia não era diferente para os solteiros. Para Rose-Marie Lagrave,⁴³⁵ nunca houve uma revolução feminina, já que as mulheres sequer rivalizavam com os homens, visto que a sua condição de luta era inferior. Quando as profissões se feminizavam, não havia a tentativa de remasculinização, os homens simplesmente as abandonavam, e elas eram desvalorizadas. Ao longo do século, no âmbito laboral, enquanto o homem era visto como suprimindo a necessidade de seu família e construindo sua carreira, a mulher estava abandonando o lar e negligenciando a família. Quando, após a Primeira Guerra, havia o incentivo para que as mulheres poupassem custos por meio de uma economia doméstica, os homens já lutavam por salários melhores. Trabalho e educação não foram conquistas gratuitas para as mulheres:

[...] uma educação e um trabalho para as mulheres, sim, mas sob a vigilância e sob condições, com a reserva de que nenhuma consequência daí resulte para a família, com a reserva de elas se manterem naquilo que é aceitável para as mulheres em cada época, com a reserva de que não criem problemas à escassez e à excelência dos títulos e dos postos ocupados pelos homens. Trata-

⁴³⁴ Id., *ibid.*, p. 44.

⁴³⁵ LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.), *op. cit.*, p. 46.

se então de inculcar, desde a escola primária e na família, nos rapazes como nas raparigas, dois sistemas de disposições diferentes que pouco a pouco se encarnarão em dois sistemas de posições separadas no trabalho. O século XX escreveu portanto a história da entrada maciça das mulheres na educação e no salariedade, mas eivada de uma desigualdade das possibilidades escolares e da não miscibilidade das profissões. Ela continua assim a escrever, através de variações mas também de invariantes, a história da vulgar segregação.⁴³⁶

O que não se deve esquecer, conforme a autora, é que, enquanto as mulheres conquistavam direitos e espaços, também os homens o faziam, mas um passo a frente. Quando terminou a Primeira Guerra Mundial, não era tão fácil para as empresas trocarem suas funcionárias mulheres por homens, visto que estas custavam o dobro delas, então, se apelou ao catolicismo para que a religião convencesse os patrões de que elas eram necessárias ao lar e, por isso, deviam ceder e recontratar homens. Apesar dos esforços, a proporção de mulheres que trabalhavam em relação à população feminina total ficou estagnada, mas não regrediu, e seguiu em avanço nos países menos desenvolvidos, que visavam a industrialização. Mesmo assim, os trabalhadores masculinos eram sempre o dobro ou o triplo de empregados no mercado.

No entre-guerras, a operária ainda era vista como o antifeminino. O tipo-ideal de mulher se dividia em três modelos:

A jovem que escapa à sua condição operária ou camponesa e se torna enfermeira, secretária, empregadas nos serviços. As mulheres casadas que descobrem os seus filhos e redescobrem os encantos de um lar. As jovens da burguesia que se tornam intelectuais, que negociam o seu diploma no mercado matrimonial.⁴³⁷

Nos *Anos Dourados*, contudo, com o aumento da necessidade de mão-de-obra para alimentar a sociedade de consumo, as mulheres casadas foram reempregadas. Como Lagrave explica, diz-se que, a partir desse momento, elas passaram a participar da riqueza das nações, entretanto, não retiraram dessa participação os benefícios esperados. As mulheres foram relegadas a postos de trabalhos feminizados, logo, desvalorizados, ou ocupavam cargos mais baixos. Segundo a autora, durante esse período, se intensificou o processo de naturalização da divisão sexual de trabalho. As fronteiras entre os sexos não era geográfica, mas hierárquica; enquanto os homens compunham os grupos operários e os quadros superiores, às mulheres cabiam os escritórios. Nos países, o número de mulheres assalariadas tendia a aumentar quanto maior era o setor terciário. Havia paridade nas profissões intermediárias, como entre comerciantes, artesãos, técnicos, educadores e profissionais liberais. Mesmo o ensino superior não escapava à lógica da divisão sexual.

O governo russo tinha uma visão diferente do trabalho feminino. Para os bolcheviques, a contradição entre trabalho e família foi criada pelo capitalismo e afetava mais as mulheres,

⁴³⁶ Id., *ibid.*, p. 506-07.

⁴³⁷ Id., *ibid.*, p. 519.

pois a elas caberia a dupla jornada do emprego e dos cuidados da casa e dos filhos, e, assim, eram impedidas de realizar as mesmas atividades que os homens. A aceitação das mulheres no mercado de trabalho fez parte de um longo processo durante a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, na qual estudiosos socialistas discutiam a divisão sexual entre os sexos, associando-a ao capitalismo. A partir do conjunto de teorias surgidas, o Estado proletário deveria aplicar uma série de medidas salariais e de serviços sociais que possibilitasse a igualdade.⁴³⁸ Na prática, a mulher ainda via sua entrada no mercado de trabalho restrita.

No final de 1921, terminada a guerra civil russa, os homens retornaram às fábricas enquanto diversas empresas fecharam por não se encaixarem nas novas regras do Estado, deixando milhares de mulheres, que até o início do ano compunham 46% da força de trabalho, desempregadas. Wendy Goldman menciona que foram 280 mil delas.⁴³⁹ Dos 27 mil desempregados do ano seguinte, 67% eram mulheres. Embora as condições tenham melhorado, com aberturas de empresas e, conseqüentemente, novas contratações, no final da década as mulheres, preteridas nas admissões e preferidas nas demissões, eram 29% dos empregados. A legislação trabalhista soviética, que incluía licença maternidade remunerada e restrição das atividades realizadas por grávidas e lactantes e a proibição do trabalho feminino noturno, embora seu intuito fosse melhorar a condição feminina, acabou dificultando-a, pois exigiam mais despesas do empregador, o que levou a que algumas restrições fossem retiradas da lei, como a restrição a trabalhos que podiam apresentar risco à vida da mulher. Por não conseguirem emprego, muitas mulheres foram levadas à prostituição como forma de subsistência e sustento da família, muitas delas separadas ou abandonadas por homens. As que conseguiam se manter empregadas recebiam salários mais baixos, o que mantinha sua dependência do homem.

Até aqui, com exceção da Rússia, os exemplos apresentados se referiam aos países capitalistas. Apesar de cada um possuir suas particularidades, alguns pontos em comum os unem, a tal ponto de estarem presente em um História global da segunda metade do século XX. Contudo, os avanços que aconteciam nesses locais contrastam em maior grau com os países socialistas, além do subdesenvolvidos e/ou não democráticos. No último caso, com o controle total da população, os movimentos feministas ficavam sufocados, e as mulheres estavam sujeitas aos mandos do Estado.

3.1.3 Mulheres em regimes autoritários

Segundo Victoria Grazia,⁴⁴⁰ as novas funções que mulheres assumiram após a Primeira Guerra Mundial criou problemas para o Estado, como o declínio da natalidade e a concorrência no trabalho entre os sexos. Com o desafio da democratização após o final da guerra, os governos iniciaram uma reestruturação do lugar feminino no trabalho e na família, variando de país a país

⁴³⁸ Cf. GODMAN, op. cit.

⁴³⁹ Id., *ibid.*, p. 140.

⁴⁴⁰ GRAZIA, Victoria de. O patriarcado fascista. As mulheres italianas sob o governo de Mussolini (1922-1940). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle, op. cit., p. 147.

conforme as tendências dos grupos que estavam no poder – mais liberais permitiam o avanço, mais autoritários eram antifeministas.

Na França, durante o regime de Vichy, o Estado tomou medidas conservadoras para retirar as mulheres do espaço público. Em 1940, foi baixado um decreto que excluía as mulheres da função pública; o aborto foi proibido e declarado passível de punição severa; o Dia das Mães foi reforçado na cultura francesa; prendas domésticas se tornaram disciplina obrigatória nas escolas femininas. Em silêncio, as mulheres resistiam a essas novas normas.⁴⁴¹ Já na Itália, o governo fascista de Mussolini, marcado por seu sistema patriarcal, considerava indiscutível as diferenças biológicas entre homens e mulheres, politizando-as em benefício dos homens. A cidadania feminina era definida pelo Estado, que controlava a sexualidade, o trabalho assalariado e a participação social das mulheres. Para Grazia, o antifeminismo coincidia com o antiliberalismo, o racionalismo e o militarismo nas preocupações nacionais. O fascismo era um “novo sistema de exploração baseado nas diferenças entre os sexos e obedecendo a uma estratégia global de construção do Estado”.⁴⁴²

As políticas italianas fascistas voltadas aos problemas populacionais contrastavam com a posição da Suécia, na qual os social-democratas eram maioria no centro do poder, apoiados por trabalhadores e feministas. Ambos Estados pretendiam resolver a crise da fertilidade ocasionada após a guerra interferindo nas estruturas familiares, mas adotando medidas distintas. O governo sueco optou por reformas sociais e econômicas, medidas não coercitivas de incentivo à reprodução que envolviam a garantia do bem-estar público, a facilitação nos gastos das famílias que cresciam (como barateamento das habitações e refeições escolares gratuitas) e a ajuda às mulheres para equilibrar suas funções extraluar com as domésticas – sem atribuir aos homens parte das responsabilidades do lar –, através da legalização do aborto, do controle de natalidade e da educação social – evitando filhos indesejados. Esses direitos foram proibidos na Itália fascista, para a qual as mulheres eram inimigas do Estado na medida em que colocavam as necessidades da família a frente dos interesses nacionais. A sujeição legal aos maridos, a falta de medidas de proteção trabalhista e a interferência do Estado no reconhecimento das uniões e direitos dos filhos resultou em um feminismo mais ligado aos ideais socialistas ou da Igreja Católica do que aos liberais, podendo ser, assim, considerado mais conservador do que os movimentos feministas do norte europeu.

O regime fascista herdou um país desigualmente desenvolvido, com um sexismo agravado pela pouca atenção que chamava no contexto internacional, uma elite liberal inclinada, na questão da sexualidade, às ideias dos reformadores moralistas e uma classe intelectual antifeminista – vide o manifesto futurista de Marinetti –, além de sofrer influência da ciência positivista e da Igreja Católica. O fascismo na Itália tomou controle do corpo feminino, principalmente das funções de reprodução, conservou a autoridade do marido/pai, monitorou o consumo feminino – elas deveriam ser cuidadosas com os recursos financeiros da família

⁴⁴¹ PERROT, op. cit.

⁴⁴² Id., *ibid.*, p. 148.

–, criou um sistema de proteções e proibições em relação ao trabalho e explorou a fronteira entre modernidade e emancipação, na qual o empenho social deveria ser colocado antes dos interesses individuais. A política de reprodução, que pretendia um aumento considerável da população – de quarenta milhões a sessenta milhões de habitantes até meados do século –, além das proibições, aumentava a tributação e diminuía as possibilidades de promoção na carreira dos solteiros, considerados “egoístas”. Como afirma Grazia,

[...] a forma como o fascismo controlou as mulheres foi resultado de uma época em que a política de população se encontrava estreitamente identificada com o poder nacional. O fascismo abordou o problema na perspectiva de uma coligação social conservadora e no contexto de estratégias económicas que sobrecarregavam gravemente os recursos domésticos e laborais. Por intermédio do mercado do trabalho e das hierarquias de autoridade dentro da unidade familiar, ele transferiu para os ombros das mulheres uma parte tão grande quanto possível desse fardo. Ao mesmo tempo, a ditadura de Mussolini apresentou uma pseudo-resposta à política de “laissez-faire” dos seus predecessores liberais. Tal como na política propriamente dita, também no domínio das políticas sexuais a ditadura utilizou o poder estatal de emergência para estabelecer uma nova ordem “moral”, repudiando a política sexual transgressora da era liberal. Reconheceu a cidadania feminina, negando-lhe embora qualquer significado emancipatório. Explorando o mal-estar de muitas mulheres, bem como de muitos homens, com a falta de regulamentação das forças de mercado, com a rápida alteração dos padrões de fertilidade e familiares, e com a falta de protecção social a cargo do Estado liberal, a ditadura apresentou-se como protectora dos interesses da família, ao mesmo tempo que os conciliava com uma identidade nacional omnipresente.⁴⁴³

As mulheres protestaram com petições e até “greves de nascimento” (em contraste com as “gravidezes de protesto” das mulheres do regime nacional-socialista alemão). Na Resistência, as mulheres que a apoiavam esconderam e cuidaram de combatentes, socorreram os desertores, auxiliaram os judeus e protegeram cidadãos italianos do serviço militar obrigatório. Foram presas, torturadas e julgadas 4.600 mulheres, enquanto outras 2.750 foram deportadas para campos de concentração e 623 foram executadas ou mortas durante o combate.

As mulheres na Alemanha nazista também tiveram seus direitos reduzidos, e segundo Gisela Bock, “mesmo considerando que, em geral, nem todas as mulheres têm a mesma história, as diferenças na história das mulheres sob o regime nazi eram tão profundas como as que existiam entre a vida e a morte”.⁴⁴⁴ Para o movimento e o regime nacional-socialista, a emancipação feminina era “um produto da influência judaica”.⁴⁴⁵ As visões sobre as mulheres se dividiam entre as mães, importantes para o crescimento da população, e as degeneradas, indesejáveis. Pregava-se o controle de natalidade, ou o antinatalismo, pelo Estado, autorizando as que deveriam engravidar e as que deveriam ser esterilizadas, ideia vigente nos círculos

⁴⁴³ Id., *ibid.*, p. 174-77.

⁴⁴⁴ BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (1991b), *op. cit.*, p. 187.

⁴⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 185.

racistas do início do século XX. A esterilização eugênica, que afetava judeus, ciganos, negros e doentes mentais, tornou-se lei e durante os anos 1940 foi aplicada em um milhão e meio de pessoas, homens e mulheres. O objetivo era fazer do povo alemão uma raça superior.

Embora as mulheres formassem 50% dos esterilizados, elas constituíam em torno de 90% das pessoas que morreram por causa da operação. O aborto no regime nazista era proibido para as alemãs, mas foi permitido por razões eugênicas em 1935, assim como, posteriormente, a eutanásia dos incuráveis. Foram realizados cerca de 30.000 abortos eugênicos, seguidos de esterilizações. Também foram proibidos os casamentos entre alemães “puros” e judeus, negros e ciganos, e entre esterilizados e não-esterilizados, assim como as relações sexuais.⁴⁴⁶

O maternalismo também era visto de forma negativa pelo governo, pois o suposto instinto para cuidar dos outros era um perigo para o Estado. O dever da mulher não era a maternidade, mas servir ao Estado – o “lugar da mulher no lar” se referia ao seu compromisso com o país no qual vivia. Embora houvesse controvérsias, o trabalho feminino era aceito devido às necessidades de guerra, e as mulheres grávidas trabalhadoras eram protegidas por lei. Contudo, gravidez e trabalho (obrigatório) para as estrangeiras, sem os mesmos direitos, era uma forma de se aplicar a política antinatalista, visto que, pelo esforço, muitas abortavam.⁴⁴⁷

A maternidade pode ter sido secundária nas atribuições das mulheres alemãs, mas era de sua responsabilidade a restauração familiar. Elas não podiam abortar – visto o objetivo de aumentar a população dos “desejáveis” –, assim como recebiam apoio do governo quando pretendiam aumentar a família – como aconteceu em outros países com déficit de natalidade – com subsídios entregues aos pais. REALIDADE chegou a escrever sobre o assunto quando, em 1973, publicou *O sexo no terceiro Reich*,⁴⁴⁸ um resumo e comentário do livro de Hans Peter Bleuel, autor da obra *Das Saubere Reich*, no qual era mencionado o instinto sexual de militantes e dirigentes do nazismo, inclusive, Hitler, sobre a política sexual para mulheres e a política de limpeza do povo ariano puro. No texto, constava que as mulheres deveriam ser burras, para não atrapalhar o trabalho e o descanso do homem, e seu único papel era o de reprodutora.

Na Espanha, por sua vez, após uma ocupação do espaço público e maior participação política no período republicano, o cenário mudou radicalmente no sentido da atuação das mulheres. Sob o regime franquista, as escolas mistas foram suprimidas e dominadas pela Igreja Católica, a maternidade foi exaltada, com direito a prêmios, o trabalho feminino era desencorajado e as profissões liberais foram interdidas. A lei sobre o casamento civil de 1938 e a lei do divórcio foram revogados. No lugar, foram decretadas leis que criminalizavam o aborto, o adultério e o concubinato. As mulheres só podiam sair da casa do pai após o casamento, ou para ir ao convento.⁴⁴⁹

A menção às políticas dos Estados autoritários se faz importante devido ao contexto no

⁴⁴⁶ Id., *ibid.*

⁴⁴⁷ Id., *ibid.*

⁴⁴⁸ RIBEIRO, Leo Gilson. *O sexo no terceiro Reich*. *Realidade*, pp. 99-106, n. 83, fev. 1973. Mensal.

⁴⁴⁹ GENEVOIS, Danièle Bussy. *Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle, op. cit.

qual o Brasil passava na década de 1960. Embora pudesse ser classificado como um, sua tentativa de ainda aparentar um governo democrático, e sua proximidade com os Estados Unidos, fez com que algumas transformações fossem possíveis, enquanto outras fossem freadas. Apesar de não haver uma política natalista restritiva, o aborto era proibido e os métodos anticoncepcionais não eram incentivados. O divórcio não era permitido por lei, mas eram comuns uniões irregulares de desquitados. O trabalho e o voto feminino eram aceitos, mas os grupos feministas estavam impedidos de se manifestar. Os direitos femininos eram observados pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional, para qual a ordem precisava ser preservada. Além disso, na sociedade brasileira estão presentes as heranças deixadas pelos anos de colonização e escravidão, que ainda influenciam nas relações entre os sexos, assim como as sociais, raciais e econômicas.

3.2 O CASO BRASILEIRO

O modelo feminino brasileiro que se apresentava na década de 1960 pode ser explicado pelas relações presentes na sociedade escravocrata, em seu sistema de produção e de castas. Durante o período colonial, as mulheres brancas da casa-grande se casavam jovens, sendo que aos vinte anos já podiam ser consideradas “solteironas”.⁴⁵⁰ Elas passavam do domínio do pai para o do marido, sendo punidas quando burlavam a vigilância destes, além de não ocuparem o espaço público, de forma que, nas raras vezes que saíam da casa, deveriam estar acompanhadas. Sua submissão era garantida e reforçada pela educação familiar rígida, pela falta de instrução e pela maternidade; o casamento ou o convento eram suas únicas carreiras possíveis. As mulheres da casa-grande eram vistas como ociosas, embora seja possível que muitas tenham se empenhado exaustivamente em atividades domésticas e ao assumir o negócio do marido falecido. As brancas mais pobres podiam encontrar na prostituição uma forma de se sustentar. As negras, além da exploração da força de trabalho que também o escravo homem sofria, ainda possuíam papel sexual, o que as transformava em uma “coisa” do senhor. Em comum, todas essas mulheres possuíam a total submissão ao homem. Havia a resistência feminina no desvio das regras, como as senhoras que tinham casos com negros e as mães solteiras, mas não foi suficiente para alterar a estrutura da relação dos gêneros. A valorização do sentimento, entretanto, assim como na Europa, teve seu sucesso, permitindo à mulher, posteriormente, a escolha do marido com base no amor.⁴⁵¹

No Brasil, em 1827, as meninas passaram a poder estudar em escolas elementares e, em 1879, em cursos superiores. Em 1922, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e os Liceus Provinciais permitiram a entrada de mulheres, tornando as turmas mistas. Eram escolas cujo diploma qualificava o aluno para um curso superior. Já na década de 1920, grupos feministas reivindicavam que as meninas recebessem o mesmo conteúdo que os meninos, e deveriam dividir o espaço com eles. Entretanto, e não apenas no Brasil, foi apenas nas décadas de 1960 e

⁴⁵⁰ SAFFIOTI, op. cit., p. 241.

⁴⁵¹ Id., *ibid.*

1970 que se disseminaram as escolas que misturavam os sexos.⁴⁵²

Na Europa, da mesma maneira, as escolas eram construídas apenas para os meninos, atribuindo à mãe a função de professora, que deveria ensinar às meninas os cuidados domésticos. As meninas de famílias mais abastadas conseguiam ser educadas por uma preceptora ou governanta, e os pensionatos eram oferecidos às de famílias burguesas. As mais pobres podiam recorrer, além de à mãe, a religiosas e pensionatos que acolhiam as meninas instruídas que não tinham recursos monetários. O protestantismo, embora tenha reforçado o patriarcado, pode ser considerado mais igualitário sob o ponto de vista da alfabetização, uma vez que a leitura da Bíblia foi promovida para ambos os sexos. Nos países católicos, caso do Brasil, as meninas estavam mais atrasadas, ou eram menos escolarizadas, que os meninos.⁴⁵³

No final do século XIX, assim como o direito ao voto, uma das mais enfatizadas reivindicações feministas era a educação. No Brasil, Nísia Floresta atuou como defensora da educação feminina e é considerada a primeira feminista brasileira. Ela foi a responsável pela tradução da obra *A vindication of rights of woman*,⁴⁵⁴ de Mary Wollstonecraft, que recebeu o nome *Direito das mulheres e injustiças dos homens*. Entre suas publicações, encontram-se textos que defendiam a maternidade e os cuidados domésticos, entretanto, como Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco⁴⁵⁵ explicam, expor ideias radicais ao lado de outras convencionais era uma estratégia das mulheres para enfrentarem as críticas e conseguirem repercussão. Além disso, Nísia Floresta colocava a atuação feminina no lar como uma forma de influenciar os homens e, posteriormente, conseguir maior participação nos assuntos da sociedade.

Michelle Perrot⁴⁵⁶ afirma que, no século XX, passou-se a encontrar vantagem nas mulheres escolarizadas, que podiam ser úteis nos cargos de professoras e no setor terciário. Na América Latina, o acesso à educação aumentou conforme o crescimento urbano e a industrialização dos países, a partir da década de 1930. Os governos populistas incentivavam a educação formal, não apenas por capacitar para o trabalho, como também por induzir à obediência civil. As mulheres deveriam ser instruídas de acordo com os preceitos morais e cívicos do Estado para que pudessem educar seus filhos com eles.⁴⁵⁷ No Brasil, na década de 1960, a educação superior feminina foi beneficiada pela Lei de Diretrizes e Bases, que equiparou todos os níveis de formação secundária, permitindo o acesso ao vestibular de mulheres que, geralmente, cursavam apenas o magistério.⁴⁵⁸

O voto feminino passava pelo mesmo processo de negação, de forma que, para a maioria dos deputados, no período da formulação da Constituinte (1871), representava “o caminho para

⁴⁵² PERROT, op. cit.

⁴⁵³ Id., ibid.

⁴⁵⁴ Obra escrita em 1792 que associava a emancipação feminina à igualdade plena, eliminando todas as hierarquias. HUNT (2009), op. cit.

⁴⁵⁵ PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina na vida política. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

⁴⁵⁶ PERROT, op. cit.

⁴⁵⁷ MENDÉZ, op. cit.

⁴⁵⁸ Id., ibid.

a dissolução da família brasileira”.⁴⁵⁹ A imprensa foi importante nessa época por transformar o assunto em interesse público, seja com artigos favoráveis ou não. Por exemplo, o periódico *A Família*, fundado por Josefina Álvares de Azevedo em 1888, foi um meio para exigir mais direitos às mulheres, com as pautas presentes no século XX, como educação, sufrágio, divórcio e autonomia financeira pelo trabalho assalariado.⁴⁶⁰

A Constituição de 1891, formulada após a Proclamação da República, em 1889, determinava que eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos e alfabetizados, não havendo menção explícita à mulher como eleitora. Em 1906, a advogada Myrthes Campos, primeira mulher a ser aceita na Ordem dos Advogados, e a professora Leolinda Daltro aproveitaram a brecha da Constituição para requisitarem alistamento eleitoral, o que lhes foi negado. Leolinda Daltro, então, fundou o Partido Republicano Feminino, com a função de colocar o sufrágio feminino nas discussões do Congresso e, sete anos depois, organizou uma passeata com 84 mulheres para esse fim. Em 1919, o parlamentar Justo Chermom encaminhou ao Senado um projeto para o voto feminino, também recusado.⁴⁶¹

A partir de 1918, Bertha Luz, segunda mulher a conseguir entrar no serviço público (com parecer jurídico confirmando a legalidade), iniciou suas campanhas feministas, procurando, com um discurso moderado, convencer a opinião pública da importância da participação política feminina. Com Maria Lacerda de Moura, criou, em 1920, a Liga Para a Emancipação Intelectual da Mulher, grupo de estudos para ajudar a mulher na sua emancipação. Bertha Luz participou de eventos internacionais feministas, como a Primeira Confederação Interamericana de Mulheres, em 1922, realizada em Baltimore. Como afirmam Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco,⁴⁶² para defender seus direitos, as mulheres muitas vezes chamavam a atenção para o que já acontecia em outros países. No mesmo período, a Liga foi substituída pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), responsável por pressionar o Congresso Nacional a legalizar o voto feminino.

Os presidentes das províncias⁴⁶³ passaram a autorizar o voto feminino após a iniciativa do senador Juvenal Lamartine, futuro presidente da província do Rio Grande do Norte, que influenciou outros dez estados. Embora com algumas dificuldades, os grupos feministas e políticos que os apoiavam conseguiram que o sufrágio – assim como o voto secreto – fosse incluído no novo Código Eleitoral, pelo Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. O Brasil foi o segundo país da América Latina a legalizar o voto feminino, atrás apenas do Equador. Bertha Luz representou a FBPF na Comissão que realizou o anteprojeto da Constituição de 1934, para evitar que a conquista retrocedesse. Em 1934, o artigo 108 foi incluído na nova Constituição, autorizando definitivamente o sufrágio feminino.

A prioridade das feministas da FBPF, profissionais liberais e burguesas, era o sufrágio,

⁴⁵⁹ BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão – a invisibilidade feminina na política*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História/Unicamp, Campinas, 1995, p. 75.

⁴⁶⁰ PRADO; FRANCO, op. cit.

⁴⁶¹ SOIHET, Rachel. *A conquista do espaço público*. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.), op. cit.

⁴⁶² PRADO; FRANCO, op. cit.

⁴⁶³ Atualmente nominados governadores.

deixando em segundo plano as questões trabalhistas. Mas a nova Constituição ofereceu algumas contribuições para as trabalhadoras, que se preocupavam mais com a sua subsistência e a de sua família do que com o voto. O novo código proibiu a diferença salarial entre os sexos⁴⁶⁴ – também entre idade, nacionalidade e estado civil –, garantiu aos trabalhadores descanso semanal, férias anuais, liberdade de reunião e associação e segurança financeira, assegurou os direitos já conquistados de previdência social, e tornou a maternidade também responsabilidade do Estado, garantindo direitos às mães.

No primeiro governo de Getúlio Vargas, as conquistas femininas foram expressivas, contudo, no Estado Novo, então uma ditadura, foram proibidos os movimentos sociais e as manifestações (só seriam permitidos novamente em 1945, com a deposição do ditador). Nesse período, as atividades feministas diminuíram, pois as preocupações se voltaram à guerra que acontecia na Europa e à situação financeira do país. Após a guerra, um novo movimento feminista surgiu, com ideias mais voltadas à esquerda – o que afastou os setores médios, inclusive Bertha Luz. Foram criados o Instituto Feminino para o Serviço Construtivo (IFSC), em 1946 – mesmo ano em que foi instituído o dia da mulher, 8 de março –, e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), em 1949. A FBPF não deixou de existir, assim como outras associações, com interesses diversos. Grupos que se organizaram na Primeira Convenção Feminina do Distrito Federal (Rio de Janeiro), por exemplo, reivindicavam a inserção da mulher na sociedade sem que ela precisasse perder sua feminilidade – seu papel de mãe e esposa, cuidadora do lar. Foram fundadas posteriormente a Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) e a Liga Feminina do Estado da Guanabara. As feministas passaram a ser consideradas subversivas pelo Estado após o Golpe e as suas atividades foram interrompidas até o início da década de 1970.

Até a década de 1960, as reivindicações das feministas se voltavam normalmente para temáticas que envolviam direitos políticos, econômicos e educacionais. Surgida a “Segunda Onda” do feminismo, a emancipação da mulher passou a exigir novos direitos, do trabalho extradoméstico à sexualidade. No Brasil, o movimento feminista não ocorreu de forma linear, e se referir apenas às ondas do feminismo acaba excluindo manifestações de cunho feministas que tiveram importância nos meios intelectuais.⁴⁶⁵ Nos anos 1960, a situação das brasileiras foi particular, pois o movimento aconteceu durante uma ditadura civil-militar, nas quais os direitos de manifestação e livre expressão foram cessados por uma repressão que transformava qualquer opositor em inimigo da nação. Além da luta contra o machismo as mulheres também se viram em batalha contra o Estado, unindo-se aos movimentos de oposição na reivindicação de liberdades.⁴⁶⁶

O engajamento de mulheres com o debate político não se dava apenas nos movimentos feministas. Com a modernização do Brasil a partir dos anos 1950, mulheres protagonizaram movimentos como a luta “O Petróleo é Nosso” e o combate ao aumento do custo de vida. A

⁴⁶⁴ Pelo menos a diferença explícita no contrato de trabalho. Nas reportagens de REALIDADE, foi possível encontrar mulheres que ainda identificavam que seu salário era mais baixo do que o dos homens que exerciam a mesma função.

⁴⁶⁵ MÉNDEZ, op. cit.

⁴⁶⁶ PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.), op. cit.

diferença desses grupos em relação aos feministas é que não se discutia a condição de opressão da mulher e, em muitos casos, havia a participação também de mulheres mais ligadas aos valores conservadores da direita. Em 1964, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, cujo lema era a defesa da propriedade e da família contra a ameaça comunista, foi organizada por associações de senhoras ligadas à Igreja Católica. A marcha, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo, foi uma resposta ao Comício da Central do Brasil promovido pelo então presidente João Goulart para divulgar suas reformas de base, realizado pouco antes, com uma participação de 150 mil pessoas. Como afirma Natalia Pietra Méndez, “em que pese o caráter conservador de movimentos deste mote, eles era um indício de mudanças nos papéis sociais das mulheres (e das resistências a estas mudanças)”.⁴⁶⁷ Uma das grandes preocupações das mulheres ligadas a setores religiosos era a defesa da família, algo que não era mais visto como pessoal, mas como político. Nesse sentido, o Estado concordava com essas mulheres, considerando a família uma das principais mantenedoras da ordem, e, por isso, deveria ser preservada a todo custo.

Até a década de 1960, predominava no Brasil o modelo de família patriarcal, principalmente nas zonas rurais, que abarcavam mais de 50% da população. Era o pai quem decidia se as filhas estudariam ou não, assim como definia o companheiro ideal para elas, segundo seus interesses econômicos. Com o êxodo rural, era cada vez mais frequente que os pais autorizassem os estudos das meninas nas cidades mais urbanizadas. Antes disso, por mais que a Constituição de 1891 garantisse a igualdade dos cidadãos perante as leis, as mulheres ainda eram consideradas cidadãs inativas. As normas de conduta dentro do casamento eram severas principalmente para as esposas, cobradas pelo que se acreditava ser de sua natureza, a reprodução, além da obrigação de se manterem castas e virtuosas. Era de sua responsabilidade a manutenção da união. Como afirma Marlene de Fáveri, “a sociedade conjugal pressupunha uma hierarquia, na qual o marido era efetivamente o chefe da família, detentor do poder: discurso respaldado na natureza dos papéis sexuais, na religião e Estado”.⁴⁶⁸ Com a Lei 4.121, de 1962, o Estatuto da Mulher Casada, a esposa tornou-se “colaboradora” no casamento, sendo o marido o chefe da união. Nessa década, entretanto, decisões judiciais passaram a considerar como “companheiras”, ou seja, sem relação legal e, conseqüentemente, direitos, as amantes, amásias ou concubinas.

Para Hobsbawm,⁴⁶⁹ a família burguesa era um mecanismo de reprodução e de cooperação social. José Salvador Faro explica que, para a sociedade brasileira, a família era o elemento que significava ordem, por isso deveria ser preservada. Conforme o autor, a “estabilidade familiar” era tida como uma espécie de “aval das instituições clássicas da sociedade burguesa: as instituições políticas, a propriedade, a autoridade. No limite, todo o organismo do Estado e toda a articulação social hierárquica que se dava em torno dele tinham na família sua pedra

⁴⁶⁷ MÉNDEZ, op. cit., p. 107.

⁴⁶⁸ FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, pp 335-357, jan.-jul. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/445/414>> Acesso em: 31 jul. 2016. p. 340.

⁴⁶⁹ HOBBSAWM, op. cit.

angular”.⁴⁷⁰ Por esse motivo o divórcio permanecia proibido.

O divórcio é a dissolução do vínculo matrimonial de forma que fica permitido aos envolvidos novo contrato de núpcias. É uma decisão que contraria principalmente os preceitos da religião católica, que entende o casamento como união divina e indissolúvel pelo homem. O casamento tem, como regra geral, “a indissolubilidade e a heterogamia, tendo como função básica e única a procriação, cujos limites do contrato são de obrigações, reciprocidade e deveres matrimoniais, pautadas na fidelidade – num ritual público, onde convidados e testemunhas atestam a união e os autorizam a manterem relações sexuais”.⁴⁷¹ Na prática, relações de concubinato e casamento “por juras”, desde o Império, eram comuns no Brasil.

Apesar de, em 1893, ter surgido na Câmara dos Deputados o projeto de lei que autorizava o divórcio, sem êxito, na Constituição de 1933 o casamento tornou-se indissolúvel, dispositivo que permaneceu nas constituições seguintes (1937, 1946, 1967) e na emenda constitucional de 1969. Enquanto os religiosos defendiam a indissolubilidade do casamento, os juristas tomavam o dever de legislar as uniões conjugais como uma questão de civilidade. A honra da família era defendida pelos juristas; o Código Civil de 1916, por exemplo, estabelecia que, com o contrato nupcial, a mulher assumiria o sobrenome do marido e, a ele, cabia sustentar a esposa e os filhos, mantendo-se, assim, a ordem, a moral e os bons costumes. Nos anos seguintes, foram definidos, ainda, “crimes contra a honra, o pudor, o abuso sexual, sempre na perspectiva de estabelecer o controle das condutas, como entendiam ser uma nação sadia e civilizada, ou a honra sexual, base da família e, portanto, a honra da nação”.⁴⁷² A aprovação do divórcio sofria pressões da Igreja Católica, que relacionava o término do casamento com a instabilidade da família. Os divorcistas defendiam que a manutenção da família somente seria garantida se fosse possível o “re-casamento”, de forma que casais que já vivessem juntos pudessem regularizar sua situação civil, independentemente de relações anteriores.

Durante a ditadura de 1964, não havia a utilização partidária do tema do divórcio, e a deputados da Arena era permitido a votação livre a respeito do assunto. O presidente Ernesto Geisel não colocou entraves, mas também não apoiou abertamente a decisão. Os políticos que eram contrários à medida a relacionavam com uma porta para a legalização do aborto e a união de casais homoafetivos, ou uma solução para desajustados.

O divórcio só foi aprovado pela Lei 6.515/77, de 26 de dezembro de 1977, proposta pelo senador Nelson Carneiro, que, já em 1952, propunha a retirada da expressão “vínculo indissolúvel” da Constituição. Para o senador, o novo vínculo matrimonial evitaria que a mulher desquitada se relacionasse de forma leviana com vários homens, sem nada que a prendesse a um novo parceiro. Segundo Marlene de Fáveri,

esses discursos são constantemente reproduzidos nos debates e pronunciamentos, onde é à mulher creditada a manutenção da família, sua

⁴⁷⁰ FARO, op. cit., p. 111.

⁴⁷¹ FÁVERI, op. cit., p. 337-338.

⁴⁷² Id., *ibid.*, p. 339.

reprodução e honra. Do homem, não se fala, ele “vem e vai”; ela é que sofre, e deve ter a oportunidade de buscar outro pouso, divorciada e assim, sem culpas, manter a honra.⁴⁷³

Na época da aprovação do divórcio, havia somente uma mulher no Congresso Nacional, a deputada Lygia Lessa Bastos, que via a medida mais como uma oportunidade de recomeçar do que como uma má influência para o casamento.

A mídia procurava, de alguma forma, difundir os novos valores da década de 1960, se arriscando com a censura política moral da época. Atitudes que, talvez, desagradassem setores do governo, caso fossem consideradas como uma tendência entre as mulheres e os jovens, eram divulgadas, embora com moderação – entre elas, o divórcio. Entretanto, principalmente após o AI-5, a imprensa não se arriscava em falar de grupos femininos que iam além dos limites da censura, sendo considerados inimigos do Estado. Apesar da publicação da atuação de mulheres em várias áreas antes dominadas por homens, uma estava obrigatoriamente excluída: a militante política brasileira. Além de fazer resistência contra o regime repressivo, parte delas foram responsáveis pela retomada do movimento feminista no Brasil.

3.2.2 Resistência e retomada do movimento feminista

Para Maria Cláudia Badan Ribeiro,⁴⁷⁴ embora seja possível identificar a participação feminina política tanto nos movimentos anticomunistas – a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, por exemplo, foi convocada por Leonor Mendes de Barros, cujo marido era o governador Adhemar de Barros – quanto em movimentos revolucionários de esquerda, pouco se fala da ocupação feminina do espaço público e de seu engajamento político. A autora destaca a pouca importância que as próprias militantes se atribuíam nos movimentos de resistência, por não terem feito parte das lideranças das organizações. Segundo a autora,

esse comportamento, além de reproduzir, em menor escala, esse tipo de pensamento, considerando a atuação feminina como linha auxiliar menor dentro da organização, tem como consequência o silenciamento dessa experiência, pois uma parte de sua contribuição à luta contra a ditadura civil militar foi justamente a realização, dia após dia, de uma quantidade incalculável de tarefas.⁴⁷⁵

A autora afirma que ao se dar atenção apenas à participação feminina na guerrilha, se exclui uma série de outras atividades exercidas por mulheres (e homens) que também serviam ao combate contra as forças civis e militares, reproduzindo um ponto de vista masculino sobre a participação política.

Ribeiro aponta para um apagamento nos documentos da participação feminina na resistência. Muitas mulheres não tiveram sequer sua prisão registrada. No depoimento à

⁴⁷³ Id., *ibid.*, p. 343.

⁴⁷⁴ RIBEIRO, *op. cit.*

⁴⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 23.

autora de Vera Engracia Gama de Oliveira, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), e, posteriormente, do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), é possível perceber essa exclusão:

Não fui coadjuvante, nem apenas companheira. Fui militante, inclusive fui eu que levei o Carlos Russo, com quem me casei e tenho um filho, à militância, e lhe passei meus contatos. Estou com um processo de recurso na Anistia, pois deram-me dinheiro (que não aceitei) e trataram-me como “esposa” apenas de Nathanel Giraldi, com que me casei após me separar do Carlos, sem me outorgarem o que realmente eu solicitava: Militância e contagem de tempo de serviço. Muitas vezes a trajetória da gente é deturpada, porque agimos na retaguarda. Fui citada em outros processos, mas toda a documentação referente à minha pessoa desapareceu dos arquivos militares.⁴⁷⁶

Ana Sílvia Scott afirma que, apesar dos Anos de Chumbo vividos após o Golpe militar de 1964, que instauraram a censura e a perseguição política, “o movimento feminista paulatinamente ganhava força, assim como produziam eco algumas vozes rebeldes que desafiavam os valores da ‘tradicional família brasileira’”.⁴⁷⁷ A autora menciona a atriz Leila Diniz, que, em 1969, declarou no jornal *Pasquim* ser a favor do amor livre e do prazer sexual feminino. Segundo a autora, a declaração não foi bem recebida e serviu de justificativa para garantir a censura prévia da imprensa, apelidada de “Decreto Leila Diniz”.

Inspirados no que acontecia em outros países, em São Paulo, em 1972, iniciou-se a formação dos “grupos de reflexão” através do Grupo de Conscientização Feminista, constituídos apenas por mulheres, intelectualizadas e entre 30 e 38 anos de idade, a maioria ligada à oposição ao governo. Sua proposta era formar uma rede de discussão sobre machismo, corpo e sexualidade, e, para isso, o número limite de membros era 24, e as participantes deveriam levar alguém que ainda não conhecesse o coletivo a cada reunião. O grupo paulista existiu até 1975, e entre seus participantes estavam Maria Odila Leite da Silva Dias, Célia Sampaio, Beth Mendes, Walnice Nogueira Galvão, Albertina Costa e Marta Suplicy. No mesmo ano e no Rio de Janeiro, o Grupo de Reflexão foi criado por Branca Moreira Alves e teve um ano de existência. O lema das participantes era “O pessoal é político”. Elas entendiam que a organização social era responsável pela formação da vida privada.

No Brasil, o aborto livre e gratuito era reivindicado pelo Coletivo de Mulheres, assim como pelo feminismo internacional. Segundo Maria Joana Pedro,⁴⁷⁸ houve dificuldades no país em se discutir a medida, uma vez que concessões eram necessárias para se conseguir alianças com outros grupos, como os de religiosos da Igreja Católica. A influência desse último grupo pode ser identificada na pesquisa publicada por REALIDADE sobre o que as mulheres brasileiras pensavam. A matéria *A mulher brasileira hoje*⁴⁷⁹ mostrava que quase dois terços

⁴⁷⁶ apud RIBEIRO, op. cit., p. 56.

⁴⁷⁷ SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.), op. cit., p. 23.

⁴⁷⁸ PEDRO (2012), op. cit., pp. 238-259.

⁴⁷⁹ A MULHER BRASILEIRA HOJE. *Realidade*, p. 20-28, n. 10, jan. 1967. Mensal.

das entrevistadas aceitava o aborto. Contudo, quando o critério de identidade era religião, os dados eram os seguintes: do grupo das protestantes, 34% aprovavam o aborto, enquanto que a porcentagem subia no que se referia ao grupo das católicas e ao das sem religião, 65% e 80% respectivamente. Além disso, 1/4 das entrevistadas já havia abortado. O número mais baixo era entre as diplomadas (11% de mulheres com ensino superior haviam abortado), o que a revista associava ao acesso aos métodos contraceptivos. Já no depoimento *Sou mãe solteira e me orgulho disso*, a jovem que engravidou antes do casamento afirmou ter sido incentivada a abortar por seus amigos e até por seu pai, que se disponibilizaram para levá-la à clínica.

Carmen da Silva divulgava ideias feministas da Segunda Onda desde a década de 1960. Rose Marie Muraro já se considerava feminista antes do surgimento dos grupos de conscientização. Já havia acontecido o Conselho Nacional da Mulher, em 1972, liderado por Romy Medeiros, evento que havia sido organizado pela mesma, em 1949, em luta pelo Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962. Mesmo desvinculada dos movimentos de esquerda, Medeiros foi chamada ao DOPS por causa da realização do evento.

Apesar desses eventos, Joana Maria Pedro⁴⁸⁰ aponta o início da Segunda Onda no Brasil como sendo em 1975, data do Ano Internacional da Mulher, que iniciava a Década da Mulher, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Cidade do México, considerada uma “narrativa fundadora” do feminismo. Em 1979, a Assembleia das Nações Unidas aprovou a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*, que determinava medidas para eliminar as desigualdades entre homens e mulheres. Todos os países membros foram obrigados a retificá-la, incluindo a igualdade de gênero em sua agenda pública.⁴⁸¹

No Brasil, o movimento feminista teria sido reinaugurado na reunião na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro em julho de 1975, da qual participaram homens e mulheres, e na criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), dedicado a estudos sobre as mulheres e ações comunitárias, na mesma cidade. O evento foi organizado por Mariska Ribeiro, patrocinado pela ONU e com o local conseguido por Rose Marie Muraro. Segundo essa narrativa, esse momento representava tanto uma ameaça – poderia provocar a dispersão de grupos já organizados – quanto uma possibilidade – seria possível retomar indiretamente as reuniões e discussões com a proteção da ONU, afinal, o aval da organização permitia a realização de eventos relacionados às mulheres em plena ditadura civil-militar, que vigiava qualquer reunião. A reinstauração do feminismo poderia funcionar como ferramenta, também, para conscientizar as camadas populares sobre a situação das mulheres. Em 1979, o grupo se dividiu devido ao controle do coletivo por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foi criado o Coletivo de Mulheres.

Também em 1975 foi realizado o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, em São Paulo, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana, que

⁴⁸⁰ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, pp. 249-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 out. 2016.

⁴⁸¹ VALDÉS; FERNÁNDEZ, op. cit.

resultou no Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), restrito ao estado. O patrocínio religioso fez com que as feministas evitassem temas polêmicos, como contracepção, sexualidade e aborto. A organização era voltada para estudos de reflexão sobre a condição feminina, mas seu objetivo principal era a oposição contra a ditadura e a anistia, uma vez que era formado por mulheres vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), à Ação Popular Marxista Lenista (APML) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). O CDMB passou a assumir uma posição mais partidária e voltada à esquerda, criticando as feministas estadunidenses e, conseqüentemente, os grupos de reflexão, por suas reivindicações relacionadas à sexualidade e à reprodução. Para as integrantes do CDMB, era mais importante discutir as relações entre mulher e trabalho e a política “mais profunda”, os partidos e os sindicatos. Em 1978, contudo, a mobilização de feministas do CDMB nas eleições as afastaram do grupo, abrindo espaço para os grupos de reflexão.⁴⁸²

Vinculado ao CDMB, em outubro de 1975 foi lançado, o jornal feminista *Brasil Mulher*, impresso em Londrina. Controlado pela jornalista Joana Lopes, o impresso teve vinte edições com tiragem de cinco mil, e, às vezes, dez mil exemplares. Seus recursos eram escassos e o jornal durou até 1978. O jornal tinha o objetivo de atrair leitoras das classes populares. A palavra “feminismo” incomodava até mesmo as suas colaboradoras, cujo objetivo se voltava mais à luta contra a ditadura do que ao debate sobre o gênero feminino, e o termo só passou a ser utilizado a partir da edição n.2 – havia duas anteriores, 0 e 1. O mesmo acontecia com o Movimento Feminino pela Anistia, por exemplo, presidido por Terezinha Zerbini, que se declarava desvinculada do feminismo.

Para privilegiar as temáticas feministas, surgiu em 1976, em São Paulo, o *Nós Mulheres*. Marisa Corrêa cuidava do jornal e o periódico, diferentemente do *Brasil Mulher*, se dizia desvinculado da militância, embora fosse formado por ex-exiladas. O *Nós Mulheres* era considerado “mais feminista” do que o *Brasil Mulher*, mas acusado de negligenciar a luta dos trabalhadores. O embate acabou levando os dois jornais a incluírem mais do tema que eram acusados de ignorar. O contexto brasileiro é uma especificidade do feminismo no Brasil, já que o envolvimento ou não envolvimento com a luta contra a ditadura dificilmente poderia ser desvinculado das questões das mulheres.⁴⁸³

Essas foram associações que tiveram destaque na trajetória do feminismo brasileiro, contudo, havia uma amplitude de movimentos femininos, em alguns casos até contraditórios. Havia aquelas que defendiam o governo e aquelas indiferentes, e muitas outras com opiniões discordantes. Como afirma Pedro,

Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes das mães, nos movimentos por creches, nas marchas da “panela vazia” (ou “panelaços”), nas reivindicações por anistia política (aos presos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas). Além disso, criaram associações femininas específicas e “casas da mulher”. Nos sindicatos,

⁴⁸² PEDRO (2006), op. cit.

⁴⁸³ Id., ibid.

reivindicaram a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizaram encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical.⁴⁸⁴

Dentre esses movimentos, o feminista tem a particularidade de se centrar na opressão contra a mulher e nas diferenças de gênero, resultado das organizações sociais, não da natureza. Segundo Joana Maria Pedro, “talvez a maior conquista das jovens feministas dos anos 1970 e 1980 – muitas vezes desconhecida das novas gerações – seja o reconhecimento da existência de *outras maneiras de ser uma mulher*, para além das funções idealizadas de esposa, mãe e dona de casa”.⁴⁸⁵

Segundo José Carlos Marão, “as revistas tratavam as mulheres como ‘santas’, nas matérias sobre mães e avós, como empregadas domésticas, nas matérias de culinária, ou como gado de exposição, nas matérias de concurso de beleza”.⁴⁸⁶ REALIDADE era uma das publicações que possuíam sua própria maneira de abordar problemáticas que envolviam a vida cotidiana das brasileiras. A revista procurava se alinhar aos novos comportamentos, na crença de que estes estavam mais ligados à realidade do que a tradição, e defendia explicitamente a discussão aberta e livre sobre sexo e divórcio. Para o autor, a publicação registrava um movimento que já acontecia na sociedade brasileira, com suas características particulares. A luta, no contexto mundial, era por direitos iguais, contudo, enquanto nos países desenvolvidos se concentrava nos direitos do trabalho, no Brasil, ainda era necessário mudar as leis e exigir liberdade. Como explica Faro,

Já não se tratava de garantir à mulher o exercício de direitos políticos, de resto conquistados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A questão colocada no período de que se trata este estudo [1966-68] era a do exercício pleno da cidadania feminina, envolvendo a liberdade individual, o trabalho, as relações pessoais, o sexo, a participação efetiva nos destinos políticos de cada formação social. No caso do Brasil, essa temática ganhava uma dimensão redobrada em face do autoritarismo instalado no país. A conjuntura de restrições às liberdades públicas se somava aos padrões ideológicos conservadores e senhoriais que se estendiam sobre a mulher. O direito pleno à cidadania feminina, portanto, era um tema de significado político imanente e fácil de ser associado não apenas a questões relacionadas com os padrões de comportamento que envolviam a ordem familiar, mas à ordem institucional como um todo.⁴⁸⁷

Com esse esboço da história das mulheres, buscou-se reunir alguns dos elementos que estavam por trás das reportagens de REALIDADE; o que a tornava diferente, o que a associava a novos movimentos e o que prevalecia de tradição em suas páginas. Foi a partir dessa base teórica que a revista foi analisada, sendo possível reunir edições que retratavam diferentes fases do governo, da história das mulheres e da Editora Abril.

⁴⁸⁴ PEDRO (2012), op. cit., p. 240-41.

⁴⁸⁵ Id., ibid., p. 256.

⁴⁸⁶ MARÃO; RIBEIRO, op. cit., p. 174.

⁴⁸⁷ FARO, op. cit., p. 126.

4 AS MULHERES EM REALIDADE: ELAS AMAM

REALIDADE estreou com o destaque de duas figuras femininas, a repórter italiana Oriana Fallaci que entrevistou a atriz sueca Ingrid Thulin em um diálogo polêmico sobre a liberdade sexual na Suécia. Enquanto as duas discutiam sobre a condição feminina, Thulin explicava que, em seu país, as mulheres eram vistas independentemente de seu sexo, como indivíduos. A atriz afirmou que

Ser igual a um homem é tão óbvio para mim, mulher livre, que até acho supérfluo lembrar esta palavra igualdade. Eu, quando estou na Suécia, mais que uma mulher livre, me sinto uma criatura livre. É diferente, é muito mais. Quero dizer, ando só na rua de noite, na Suécia, e sou uma pessoa que caminha só pela rua à noite. Em outro lugar, ao contrário, sou uma mulher que caminha só pela rua à noite. Talvez uma pecadora. Por que esta diferença, por quê? Outro dia, em Roma, fui ao cabeleireiro e eis que entra um sujeito para vender a **Enciclopédia para a Mulher**. “Interessa?”, perguntou-me. “Não, quero a **Enciclopédia para o Homem**”, respondi. “Não há”, disse. “Senhora – acrescentou – para o homem há a cultura completa”. Não sei, não entendo. O resultado é que a mulher sente uma espécie de culpa de ser mulher. Por causa dêsse contínuo recordar-lhe de que ela é mulher. Na Suécia, chamamos alguém pelo nome e pronto. Em outros lugares há sempre necessidade de lembrar a que sexo pertence. Senhor, senhora. Monsieur, madame. Sir, madam. Señor, señora. Herr, frau...⁴⁸⁸

Logo em seu primeiro ano de existência, a revista publicou temas como sexualidade feminina, objetificação da mulher, divórcio e educação sexual infantil. Em janeiro de 1967, foi programada uma Edição Especial exclusivamente sobre mulheres, com os temas que acreditava-se ser os mais recorrentes e os mais urgentes na vida delas. Nessa edição, catorze jornalistas – uma delas mulher, Claudia Andújar – e três colaboradoras, Carmen da Silva, Gilda Grillo e Daisy Carta, realizaram pesquisas quantitativas e consultaram estudos científicos, conviveram com as fontes, observaram, entrevistaram, colheram depoimentos e relatos em primeira pessoa para produzir o conteúdo de treze textos que apontavam conquistas femininas e novas descobertas da ciência que desvalidavam mitos e preconceitos. Todos os textos apresentavam pontos de vistas femininos, inclusive a seção de cartas – todas de mulheres.

Produzida pelo fotógrafo George Love, a capa dessa edição apresentava a imagem de uma mulher loira e de olhos azuis, que não esboçava sorriso e tinha o olhar fixo no fotógrafo/leitor, e que, segundo mencionado no sumário, representava o espírito da edição. Ela estava dentro de uma lupa, o que pode ser interpretado como uma investigação: “a equipe de jornalistas tinha se portado como uma equipe de detetives, cujo objetivo era desvendar quem era a mulher brasileira de 1967”.⁴⁸⁹ Meses depois, o diretor-chefe da redação, Paulo Patarra, aproveitou

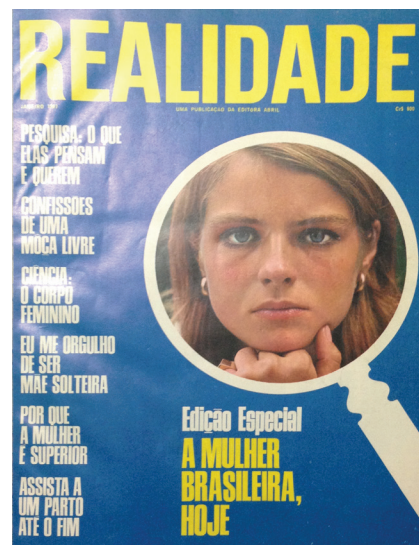
⁴⁸⁸ FALLACI, Oriana. As suecas amam por amor. *Realidade*, pp. 110-118, n. 1, abr. 1966. Mensal. p. 115.

⁴⁸⁹ FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em história, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro,

a oportunidade para explicar os bastidores da produção dessa capa em *A história das doze capas*,⁴⁹⁰ matéria em comemoração ao primeiro ano da revista com um balanço das edições lançadas até então. Em suas palavras:

Janeiro. Fazia seis meses que tinha sido resolvido: REALIDADE ia publicar uma Edição Especial dedicada à mulher brasileira do nosso tempo. E a primeira coisa em que se começou a pensar foi a capa. Eram diversas as idéias: uns queriam dar uma porção de rostos de mulher; outros sugeriam fotografar uma loira, uma morena, uma preta e uma mulata, cortar as fotos e formar, com os pedaços de cada uma, um único rosto de mulher; havia também quem quisesse colocar uma mulher de costas, cercada por repórteres e fotógrafos de todos os lados, armados com suas máquinas de escrever, gravadores, máquinas fotográficas, lápis e blocos de escrever. Dessas idéias tôdas – difíceis de montar para dar impacto imediato – nasceu a sugestão de fotografar, simplesmente, uma mulher desconhecida e, sôbre seu rosto, desenhar uma lente de aumento, simbolizando a intenção do número: um exame do que é, hoje, a mulher brasileira.⁴⁹¹

Imagem 11 – Capa da Edição Especial



Reprodução

Fonte: REALIDADE, n. 10, ago. 1967. Mensal.

A chamada principal, escrita em amarelo e em fonte maior se intitulava “A mulher brasileira, hoje”, sendo indicado acima que era uma Edição Especial. As matérias secundárias apresentadas eram: “Pesquisa: o que elas pensam e querem”, “Confissões de uma môça livre”, “Ciência: o corpo feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”, “Por que a mulher é superior”, “Assista a um parto até o fim”.

Pela capa já é possível esboçar algumas hipóteses sobre como a revista, de uma maneira geral, apresentava a mulher. Em primeiro lugar, ela era vista de fora; era o objeto e não o jornalista/leitor. Depois, pelas chamadas secundárias, pode-se perceber que 1) era combatida a ideia de inferioridade feminina; 2) havia um interesse sobre o corpo feminino, talvez algo alheio à autopercepção corporal dos jornalistas; 3) eram mulheres que buscavam liberdade e não deviam estar presas ao casamento; 4) a maternidade era um assunto essencial à mulher, sendo que aparecia em duas das chamadas.

Na abertura da Edição Especial, foram apresentados o objetivo central da publicação e como as matérias seriam trabalhadas pelos repórteres. A edição havia sido pensada seis meses

2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1709.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014. p. 100.

⁴⁹⁰ PATARRA, Paulo. A história das doze capas. *Realidade*, pp. 30-35, n. 12, mar. 1967. Mensal.

⁴⁹¹ Id., *ibid.*, p. 35.

antes, quando a equipe discutia a posição, a importância da mulher e a revolução feminina que acontecia. Os assuntos tratados nas reportagens presentes eram as diferenças entre os sexos, a maternidade, a liberdade sexual, a virgindade pré-matrimonial, o divórcio, o trabalho e a religião. As mulheres de REALIDADE “trabalhavam”, “amavam”, “rezavam”, “pensavam”, “falavam” e “eram”, conforme dito no Editorial. Foi posto que o que a revista apresentava era parcial, admitindo-se que não se pretendia abordar tudo o que dizia respeito à mulher, mas o que coube na publicação, estava nos limites de forças e tempo dos jornalistas e foi eleito como tema fundamental pela equipe.

A seção Roteiro, panorama cultural brasileiro apresentado sempre nas primeiras páginas da revista, por exemplo, abordava a falta de mulheres na literatura brasileira, a mediocridade dos programas de televisão que se consideravam femininos, a conquista do direito das mulheres encenarem peças e a falta de uma estrela de cinema brasileira. *Elas escrevem cada vez mais* era uma texto sobre escritoras – Helena Silveira, Dinah Silveira, Maria de Lourdes Teixeira, Rachel de Queiroz e Lígia Fagundes Teles – e suas novas obras, entre elas, o livro sobre a União Soviética que Dinah Silveira preparava. Foi mencionado que eram poucas as mulheres na literatura, que o primeiro romance de alguém nascido no Brasil foi o livro moralista *Aventuras de Diófanos*, de Teresa Margarida da Silva e Horta, e que o primeiro romance de conteúdo social também foi publicado por uma mulher, Patrícia Galvão (Pagu), com *Parque Industrial*.

Já *Programa feito para ninguém* era sobre os programas de televisão “especialmente dedicados à mulher” – como um anúncio de perucas e de cílios – que eram considerados pela revista como “o nível é dos mais baixos. A mediocridade dos produtos, a falta de preparo das apresentadoras e o mau gosto geral fazem dos programas femininos das piores coisas da televisão brasileira”.⁴⁹² Eram atrações com baixa audiência, que, segundo a nota, atribuíam às mulheres somente interesses em cozinha, beleza e moda, ignorando sua vida afetiva e familiar, questões do mundo atual e cultura. Essas críticas poderiam servir não somente para a televisão, mas para a imprensa feminina como um todo.

A terceira nota, *A atriz era êle*,⁴⁹³ era sobre a conquista do direito das mulheres encenarem peças de teatro. Segundo o texto, por decreto da rainha de Portugal Maria, a Louca, não podia haver atrizes, sendo que as peças deviam ser contracenadas por homens travestidos de mulheres. A eliminação dessa lei tornou possível o surgimento de nomes como Cacilda Becker, Apolônia Pinto, Lucília Peres, Ruth Escobar, Nydia Lycia, Fernanda Montenegro, Maria Clara Machado. Por fim, *Vamos ganhar uma estrêla?*⁴⁹⁴ era uma nota sobre a falta de uma estrela de cinema brasileira. Foram mencionadas as portuguesas Carmem Santos e Carmem Miranda, a inglesa Rita Tushingham (ídola “feia e desajeitada”), as brasileiras (que não obtiveram sucesso) Eliana, Maria Della Costa, Vera Nunes, Tônia Carrero, Ilka Soares, Eliane Lage, Vanja Orico, Marisa Padro, Aurora Duarte, Eva Wilma e as possíveis novas estrelas em ascensão Norma Benguel,

⁴⁹² PROGRAMA FEITO PARA ninguém. *Realidade*, p. 11, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁴⁹³ A ATRIZ ERA êle. *Realidade*, p. 12, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁴⁹⁴ VAMOS GANHAR UMA estrêla? *Realidade*, p. 13, n. 10, jan. 1967. Mensal.

Jacqueline Myrna e Íris Bruzzi.

Pela maneira como o conteúdo das notas contidas nessa seção foi tratado, pode-se entender uma crítica em relação à desvalorização de mulheres na cultura, tanto como artistas, quanto como espectadoras, embora não fossem sugeridas justificativas para essa exclusão. Mantinha-se, assim, a coerência do objetivo apresentado no editorial da revista – mulheres “pensavam”. A edição seguia com uma pesquisa de opinião das brasileiras sobre temas desde política até sexualidade, um artigo que discutia as possíveis diferenças fisiológicas entre os sexos, uma descrição sobre a biologia do corpo feminino, um ensaio fotográfico sobre amor materno, a atuação de freiras que tornaram-se líderes de paróquias no Nordeste, o trabalho de uma parteira do interior do Rio Grande do Sul, uma entrevista com uma atriz brasileira sobre liberdade sexual, um artigo de Carmen da Silva sobre o que sua experiência respondendo cartas de leitoras indicava sobre o comportamento das mulheres, o perfil de uma mãe-de-santo, três histórias de desquitadas, uma reportagem sobre uma mulher dona de empresa, o depoimento de uma jovem mãe solteira e, por fim, na seção Brasil Pergunta, o que duas mulheres pensavam sobre a virgindade.

A Edição Especial talvez seja o número mais lembrado pela literatura, devido a sua censura e apreensão. Em estudos de gênero, muitas vezes é mencionada pelo seu ineditismo ou por ter se tornado uma fonte rica sobre as imagens femininas que circulavam na imprensa e seus pontos em comum com o movimento feminista das décadas de 1960 e 1970. Ela está presente em diversas partes destes dois últimos capítulos, com o aprofundamento de suas matérias e sua conexão com outras de edições anteriores e seguintes, divididas conforme a sua temática. Contudo, quando se pensou neste trabalho, um dos objetivos era não se restringir a um período específico da revista, que já rendeu uma série de pesquisas de valor inegável. Para buscar um diferencial do que havia sido escrito até então, optou-se por acompanhar os modelos femininos apresentados por REALIDADE conforme o contexto histórico se desenvolvia, observando as mudanças nas pautas e no tratamento dessas. Nas edições disponíveis para pesquisa, foram investigadas todas as matérias que pudessem oferecer modelos femininos, seja ao contar a história de uma mulher, seja ao retratar um conflito presente na vida de mulheres, textos que, apesar de parecer um recorte amplo, têm uma forte delimitação de gênero. Lembrando que, quando um homem é retratado, ele é considerado universal, assim como o universal se refere a homens. No caso da mulher, contudo, mesmo em uma revista como REALIDADE, ela ainda é o outro, estando sempre acompanhada dos conceitos de feminilidade e as restrições de seu sexo. Não a toa, elas acabam sendo apresentadas como mãe, irmã, filha ou esposa de alguém.

Devido ao tamanho do resultado da pesquisa e à variedade de temas, dividiu-se a análise em dois capítulos, utilizando o critério de privado e público – assuntos que estavam relacionados à vida pessoal das mulheres, como sexualidade e família, e aqueles que se enquadravam como sendo parte de sua vida social, como trabalho e política, embora acredita-se que ambos estejam interligados. Dessa forma, este capítulo se dedica às questões que envolviam a discussão sobre uma essência feminina, suas características intrínsecas, naturais ou construídas, que as

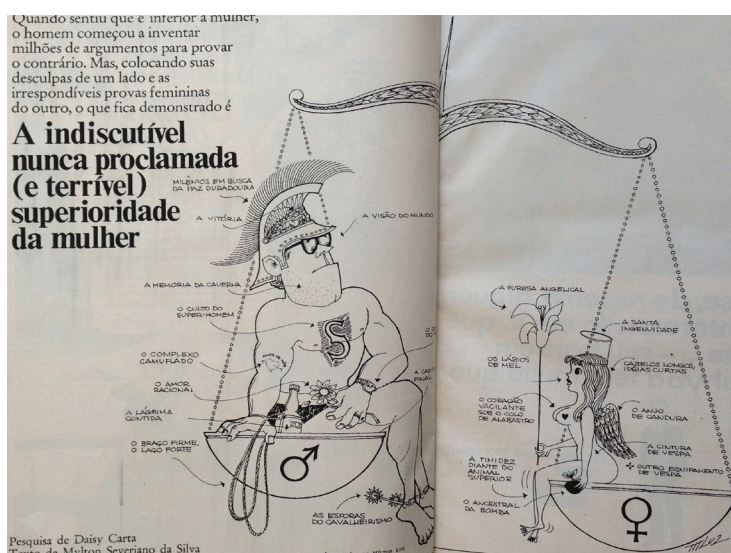
diferenciavam dos homens, as novas formas de família e a liberdade sexual conquistada ou requerida.

4.1 DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES

Se havia um pensamento ainda dominante que colocava o sexo feminino como inferior e frágil, REALIDADE o negava, com base em estudos científicos da época. *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*⁴⁹⁵ foi um texto que se dedicou a mostrar o contraponto de diversos argumentos médicos, jurídicos, religiosos e políticos utilizados para inferiorizar o sexo feminino. Seu objetivo era provar que as mulheres possuíam as mesmas condições biológicas que os homens para assumir atividades que lhes eram restritas – até vantagens sobre eles. Publicado na Edição Especial, com texto de Mylton Severiano da Silva e pesquisas de Daisy Carta, eram mencionados os principais aspectos que diferenciavam mulheres de homens: maternidade, corpo, casamento, trabalho, educação e sexualidade. Política ficou de fora. Na matéria, os discursos dominantes foram explicados com a afirmação que “quando sentiu que é inferior à mulher, o homem começou a inventar milhões de argumentos para provar o contrário”.⁴⁹⁶ A maior vantagem que elas tinham, e que garantia sua superioridade, era a maternidade, qualidade que os homens nunca conseguiriam lhes roubar. Conforme narrou Severiano,

Faz um milhão de anos, o homem sentou-se numa pedra, pensou, pensou, e descobriu o complexo de inferioridade: “A mulher pode procriar, eu não”. A inveja que sentiu foi tão grande, que era preciso inventar alguma coisa para compensar. Então começou a dizer: “Mas eu sou mais forte, mais inteligente; a mulher é fraca e burra. Eu sou superior”. E foi repetindo isto, muitas vezes,

Imagem 12 – Ilustração em *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*



Reprodução

Fonte: SEVERIANO, Mylton. *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*. *Realidade*, p. 30-34, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁴⁹⁵ SEVERIANO, Mylton. *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*. *Realidade*, p. 30-34, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁴⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 30.

durante muito tempo, até que ele e a própria mulher acabaram acreditando.⁴⁹⁷

Segundo a reportagem, havia na sociedade uma má interpretação das diferenças biológicas entre os sexos, resultado da divisão sexual do trabalho, que fez com que, desde o “tempo das cavernas”,⁴⁹⁸ os homens se aventurassem fora dos limites da comunidade por causa da caça, descobrindo novas habilidades, enquanto as mulheres permaneciam no lar, cuidando da colheita e dos filhos. O que estaria mal formulado era a crença de que as mulheres eram naturalmente incapazes de adquirir as mesmas habilidades porque estavam sempre sujeitas aos empecilhos da procriação. Na verdade, para o jornalista, a maternidade não atrapalhava em nada qualquer trabalho feminino, afinal, seu organismo estava preparado para aliar a necessidade de subsistência com a gravidez, o parto, a amamentação e a educação dos filhos.

Em termos fisiológicos, apontava-se na matéria para uma falsidade da suposta fragilidade feminina, pois as mulheres tinham, inclusive, o corpo mais forte – a ciência havia provado que elas suportavam melhor a fadiga, a fome, o choque emocional e as doenças. Estudos científicos também atestavam que seus músculos mais frágeis eram mais resistentes, enquanto os dos homens, por estes serem grandes e fortes, se desgastavam com mais facilidade. Em relação ao cérebro, o tamanho não importava, visto que pesquisadores descobriram que o maior órgão já medido na época era o de um “idiota”,⁴⁹⁹ enquanto um dos menores era o do escritor Anatole France. Além disso, em termos da relação do peso do cérebro com o do próprio corpo, o da mulher seria mais pesado, 2,5%, do que o do homem, 2%.

A matéria continuava: o quociente de inteligência das meninas de dois a quatro anos era maior do que o dos meninos e em testes de analogia e memória, elas também obtinham melhores resultados. A falta de mulheres na ciência e nas artes era resultado de preconceito, pois elas tinham que escolher entre casar ou “ficar para titia”.⁵⁰⁰ Logo, enquanto os meninos estudavam e trabalhavam, as meninas se preparavam para o casamento, e seus estudos eram prejudicados pela atitude dos pais nesse sentido.

Na genética se encontrava a superioridade feminina no fato do cromossomo Y ser menor e mais fraco do que o X, o que fazia do homem apenas uma “mulher imperfeita”. Nas estatísticas, estava provado que eles eram os mais sensíveis, pois eram os mais internados em hospícios, os que mais se suicidavam, os que mais sofriam de esgotamento nervoso, úlcera do estômago e distúrbios psicossomáticos; mulheres adoeciam com maior frequência, mas se recuperavam mais rápido. Os homens também eram os que mais morriam: no primeiro ano de vida e aos 21 anos, eram três deles para duas delas; aos 55 anos, eram dois para cada 1,6 delas. Severiano negava o argumento de que o número de mortes masculinas era maior porque eles trabalhavam mais: “mentira. Qualquer espôsa e mãe, além de trabalhar dobrado no lar, submetida a suas próprias tensões, ainda é obrigada a participar dos problemas que o marido

⁴⁹⁷ Id., *ibid.*, p. 31.

⁴⁹⁸ Id., *ibid.*, p. 31.

⁴⁹⁹ Termo utilizado no texto.

⁵⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 32.

traz para casa”.⁵⁰¹

O jornalista mencionou as pequenas resistências, as “mentirinhas” utilizadas para as mulheres “domarem” os homens, fazendo com que eles se sentissem mais fortes: “uma lágrima aqui, uma dorzinha ali, um desmaio na hora exata, um ataque de histeria bem dosado, e muitos outros truques, todos aplicados com precisão matemática”.⁵⁰² Essas artimanhas devolveriam o poder para as mulheres, principalmente quando o assunto era sexo, contudo, elas nem sempre as utilizavam, o que fazia com que o homem atribuísse muita importância somente às suas necessidades, de modo que foram criadas regras morais que controlavam a aparência e o comportamento sexual feminino. Elas não podiam trair, mas a infidelidade masculina era aceitável, “prova de saúde e virilidade”,⁵⁰³ ironizou o autor. Para o jornalista, essa dominação encobria a verdade de que a virgindade antes do casamento não era necessária ao corpo e à moralidade, mas uma demonstração da insegurança do homem.

Além dessas afirmações, o cavalheirismo era criticado como uma forma de “egoísmo, arrogância e desprezo pelos direitos da mulher”.⁵⁰⁴ Ele desapareceria a partir do momento no qual elas se transformassem em competidoras no mercado de trabalho, visto que o dinheiro era a maneira como os homens se tornavam donos de suas esposas. Também foi constatado que o lado emotivo feminino servia para que as mulheres liberassem mais as tensões, enquanto a repressão sentimental masculina inibia uma reação natural do corpo, e resultava em vícios, como o alcoolismo.

É provável que não fosse o objetivo do texto sustentar uma hierarquização entre mulheres e homens, mas enfatizar a importância social, mencionada no editorial da edição, do sexo feminino, já que, ao longo da história, este foi inferiorizado por discursos que se tornaram parte do senso comum. O jornalista apresentou contrapontos que questionavam um pensamento que há séculos dominava a visão da sociedade. Por exemplo, a ironia da expressão “mulher imperfeita”, visto que se pensava na mulher como “homem imperfeito”.⁵⁰⁵ A histeria feminina pouco importava quando eram os homens os que mais enlouqueciam, sofriam e morriam. As emoções eram uma reação natural e necessária e não uma exclusividade das mulheres, consequência de sua suposta fragilidade.

REALIDADE utilizava argumentos científicos para apresentar respostas mais próximas à verdade – no sentido de afastar-se da mera opinião –, e ao longo de toda sua existência

⁵⁰¹ Id., *ibid.*, p. 34.

⁵⁰² Id., *ibid.*, p. 33.

⁵⁰³ Id., *ibid.*, p. 33.

⁵⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 34.

⁵⁰⁵ Como afirmou Carmen da Silva em sua autobiografia, “nasci mulher. Sem a ‘petite différence’. Já a saída, o enfoque falocrático: mulher não nasce *com* tais ou quais características próprias, tendo isso e aquilo – vagina, ovários, útero, seios, glândulas mamárias e o resto da parafernália, que não é nem de escassa utilidade. Ela nasce *sem*. Seu sexo não é uma característica, é uma carência” SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 9. Segundo Évelyne Berrito-Salvadore, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres levaram a discursos médicos nos quais as últimas eram tratadas como o ser imperfeito (homem não acabado) a ser guiado pelo útero. Das duas formas, entendia-se o sexo feminino como inferior, seja pelo seu inacabamento, seja por sua sujeição ao órgão genital, que moldava seus humores, instintos e desejos. BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente*. México: Siglo XXI, 2012. p. 424.

publicou artigos que tinham como base descobertas de pesquisadores da medicina, da biologia, da psicologia e de outras áreas que estudavam o corpo humano. Como em *A mulher pode vencer o homem nos esportes?*,⁵⁰⁶ artigo do médico Jack H. Wilmore no qual se demonstrava que, biologicamente, a mulher tinha condições de competir em igualdade com um homem. Para o médico, após a puberdade, a mulher tornava-se menos ativa do que o homem por causa de restrições de ordem social e cultural, pois estudos comprovavam que não havia diferença no potencial de força, na capacidade, na resistência e na composição do corpo. Segundo ele, era uma questão de oportunidades iguais: “se às mulheres for dada oportunidade igual de treinamento; se elas passarem a encarar o esporte com a seriedade masculina, então realmente poderão competir com os homens e talvez vencê-los.”⁵⁰⁷

Imagem 13 – Abertura de *Argumento final: homem nem dá à luz*



Reprodução

Fonte: FERREIRA, Fernando Pessoa. *Argumento final: homem nem dá à luz*. *Realidade*, pp. 44-46, n. 116, nov. 1975. Mensal.

lhes permitam atingir seus objetivos por meios diferentes”.⁵¹⁰ Elas teriam desenvolvido mais a atenção aos detalhes, estando mais preparadas para as adversidades do que os homens.

Nessa proximidade com a ciência, a revista publicou, inclusive, teorias contrárias

Com ideias do antropólogo francês Ashley Montagu, a matéria *Argumento final: homem nem dá à luz*⁵⁰⁸ defendia que a força muscular masculina já não era uma ameaça às mulheres desde a invenção da pólvora, e que

as descobertas da ciência não só invalidam a crença na inferioridade feminina, como demonstram que as mulheres são, em geral, mais bem dotadas do que os homens. E provam que a maioria das alegações desfavoráveis à mulher é falsa. A verdade é que têm inúmeras vantagens biológicas em relação aos homens, mas nunca lhes permitiram usá-las plenamente.⁵⁰⁹

A superioridade viria de características biológicas, psicológicas, sociais, etc., que influenciavam na sua sobrevivência. Segundo o antropólogo, as mulheres seriam tão superiores que nem se colocariam acima dos homens, pois isso quem fazia eram os inferiores. Por esse motivo, preferiam apenas pedir para serem tratadas com igualdade. Os impedimentos da gravidez teriam sido exagerados para colocar a mulher como em situação desvantajosa, pois “a incapacidade feminina de competir fisicamente com o macho, por ele ser mais musculoso, obriga-a a adquirir, desde pequena, características que

⁵⁰⁶ WILMORE, Jack H. *A mulher pode vencer o homem nos esportes?* *Realidade*, pp. 48-51, n. 105, dez. 1974. Mensal.

⁵⁰⁷ Id., *ibid.*, p. 51.

⁵⁰⁸ FERREIRA, Fernando Pessoa. *Argumento final: homem nem dá à luz*. *Realidade*, pp. 44-46, n. 116, nov. 1975. Mensal.

⁵⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 45.

⁵¹⁰ Id., *ibid.*, p. 46.

à binaridade “homem x mulher”, que argumentavam a existência de mais de duas formas de sexo biológico. *Os 17 sexos*⁵¹¹ era uma matéria sobre os dezessete diversos estados sexuais, conclusão de estudos da medicina, mais especificamente da área da endocrinologia, que categorizava outras identidades biológicas com base nos cromossomos, nas glândulas sexuais, nos órgãos genitais e no sexo psicológico. O termo atribuído para cada um dos sexos era: fêmea normal, masculinismo constitucional simples, masculino adreno-genital, homossexual feminina, travesti feminino, intersexual feminino I sem deficiência glandular, verdadeiro hermafrodita, síndrome de turner, pura disgenesia glandular, intersexual masculino II sintomas de feminização testicular, síndrome de klinefelter, travesti masculino, homossexual masculino, feminismo adreno-genital, feminismo constitucional simples, macho com hipospádia e macho normal. Esses dezessete tipos eram diferenciados de acordo com a presença e tamanho de pênis ou clitóris, micção, ocorrência de menstruação e sexo psicológico. Na matéria, explicava-se que o intersexo seria definido pela incoerência entre esses quatro aspectos, e ocorria em uma estimativa de seis casos em cada mil nascimentos. Além disso, com a história de dois casos de transsexuais, um homem e uma mulher, ambos vivendo seu sexo psicológico, mostrou o exemplo de um transsexual homem que pretendia fazer a cirurgia de troca de sexo e se casar com uma mulher, com quem já vivia e apontou que a transsexual mulher sofria mais pelo constrangimento ao vestir roupas femininas e ser descoberta com um pênis.

O texto apresentou, ainda, uma estatística de 4% de homens homossexuais, e pouco menos de mulheres, o que foi tratado como uma condição psicológica, enraizada em problemas ambientais e de relacionamento humano, responsabilizando fatores como uma educação puritana, experiências traumáticas com o sexo oposto, falta de confiança nas relações heterossexuais, mães dominadoras e pais fracos, cruéis ou ausentes. Conforme estudos do Dr. John Loraine, diretor da Unidade de Endocrinologia do Conselho de Pesquisa Médica de Edimburgo, havia a hipótese de existir uma causa fisiológica, como índices anormais dos hormônios sexuais, o que não seria resolvido apenas com injeções de hormônio, pois os testes indicavam um padrão hormonal antes do nascimento que influenciariam no feto. Segundo o médico, se descoberto ser esse o problema, o tratamento só funcionaria antes do nascimento ou logo após o parto, mas seria ineficaz quando as atitudes sexuais já estivessem firmadas. Na matéria, se pregava a

Imagem 14 – Os vários sexos



Reprodução

Fonte: OS 17 SEXOS. *Realidade*, pp. 78-87, n. 71, fev. 1972. Mensal.

⁵¹¹ OS 17 SEXOS. *Realidade*, pp. 78-87, n. 71, fev. 1972. Mensal.

aceitação:

A aceitação do fato de que nenhum de nós é cem por cento homem, ou mulher, deve nos conduzir, não apenas a uma atitude racional em relação aos casos mais extremos de ambigüidade sexual, como também a um melhor aproveitamento de nosso potencial humano. As restrições do passado, fruto de velhos conceitos sobre os sexos como entidades separadas e opostas, já impediram demais a capacidade de iniciativa nas mulheres e a ternura nos homens, forçando-os a se conformarem aos rígidos contornos de formas imutáveis e abstratas chamadas Homem e Mulher.⁵¹²

A matéria era seguida pelo artigo *Por que eles são assim?*,⁵¹³ descrição de um baile de travestis, com o comportamento de alguns de seus participantes. No final do texto, havia um quadro com um contraponto da matéria, com o depoimento do Dr. Fernando Carrazêdo Filho, diretor da Clínica Reflexológica de SP (pavloviano), que classificava a homossexualidade como um caso de personalidade psicopática do tipo perversão sexual, resultado de anos de prática de uma “vida defeituosa”, “socialmente inadequada,”⁵¹⁴ cuja “cura” exigia esforço. Apesar de tratar a orientação sexual como distúrbio mental, o médico defendia que a tolerância e a compreensão existissem, e que não houvesse estigmatização social, pois era algo que fugia do controle dos indivíduos.

Em relação a essa matéria, é preciso problematizar dois de seus aspectos que transcendem os objetivos desta pesquisa, mas que podem contribuir para o entendimento das práticas da produção jornalística realizadas por REALIDADE. O primeiro é que, atualmente, as teorias publicadas pela revista podem ser consideradas ultrapassadas, principalmente no que concerne a divisão entre sexo, gênero e orientação sexual, e que, pelas novas concepções, poderiam ser vistas como carregadas de preconceitos, o que seria um anacronismo, visto que esperar que a revista apresente o mesmo conhecimento e argumentos semelhantes aos do presente é desconsiderar a contextualização do passado e as mudanças culturais, sociais e políticas que ocorreram até se chegar neste presente. Para alguns exemplos das transformações ocorridas, hoje em dia, além da modificação da terminologia “ismo”, por “idade”, em “homossexualismo”, por exemplo, para dissociar esse termo da ideia de doença, entende-se que sexo, gênero e orientação sexual são categorias separadas, assim como modificações cromossômicas e desenvolvimento hormonal, entre outras características que se apresentavam na matéria.⁵¹⁵ Entretanto, em relação a outras publicações de sua época, a divulgação de ideias que não se limitavam à binaridade de gênero podem ser vistas como uma tentativa da revista de aceitação a comportamentos e

⁵¹² Id., *ibid.*, p. 84.

⁵¹³ BORNAY, Clóvis. Por que eles são assim? *Realidade*, pp. 88-92, n. 71, fev. 1972. Mensal.

⁵¹⁴ Id., *ibid.*, p. 92.

⁵¹⁵ Ver CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhadas entre sexo, gênero e motricidade. *Interamerican Journal of Psychology*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, abr. 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008>. Acesso em: 21 set. 2016. Como explicado no artigo de Luiz Fernando Cardoso, aceita-se, hoje, o tratamento de sexo pelo critério da genitália (fêmeo, macho e intersexo), já gênero, se mede em termos do papel assumido pelo indivíduo (masculino, feminino ou andrógino). Orientação sexual, por sua vez, diz respeito à atração sexual do indivíduo (homossexual, heterossexual e bissexual). Essa é apenas uma simplificação das principais ideias sobre o assunto, sendo o tema muito mais complexo, ultrapassando os limites de pesquisa aqui apresentados.

identidades antes tachados como disfuncionais, e até ilegais, como a homossexualidade e a transexualidade.

O segundo aspecto é a necessidade de haver um contraponto na matéria. Na prática jornalística, o contraponto normalmente é utilizado quando há alguma acusação em que a fonte possa se defender ou quando existem ideias contrárias ao que está sendo afirmado, como no caso da matéria analisada. Esta é uma forma de aproximação da objetividade por meio da exposição de mais de um ponto de vista/hipótese em relação a determinado assunto. Na matéria analisada, parece ter sido uma tentativa de amenizar a polêmica que envolvia o assunto, uma vez que a homossexualidade não era então socialmente aceita. Para o pesquisador de hoje, parece um retrocesso retomar as ideias de doença e cura em relação à orientação sexual, entretanto, o texto se baseia na ciência da época. Cabe destacar, da matéria, a tentativa da revista em sempre pregar a “aceitação” e a “tolerância”, o que por si já é uma ousada iniciativa, considerando o seu contexto e o conservadorismo político e moral predominante.

Apesar das ideias presentes em REALIDADE normalmente reafirmarem a diversidade existente na sociedade brasileira, e buscarem fugir do senso comum, nem sempre a revista publicou textos que combatessem preconceitos e pré-determinações de gênero e sexo. Em 1973, foi publicada *A química dos sexos*,⁵¹⁶ uma matéria que apresentava pesquisas mais recentes sobre os hormônios do sexo que apontavam que eles determinavam não só a diferenciação sexual como o comportamento feminino ou masculino. Segundo o texto, estudos indicavam que o interesse sexual vinha da testosterona, embora o hormônio não servisse para “reforço de masculinidade” em impotentes ou homossexuais. Estes, juntamente às lésbicas, seriam resultado de baixa ou alta testosterona em determinada fase do desenvolvimento do feto. Um trabalho sobre a homossexualidade, qualificado como “fascinante”,⁵¹⁷ supunha, pela experiência em ratazanas, que pressões nervosas sofridas durante a gravidez levavam a um comportamento pouco masculino, por haver uma maior produção do hormônio androstenediona (também masculino) do que a testosterona. Também foi citado o exemplo de um estudo com meninas que, na gestação, receberam aplicações de progestin para que o aborto fosse evitado, o que se descobriu, depois, ser masculinizante. As meninas nasceram hermafroditas, com o clitóris superdesenvolvido, mas foram operadas ainda quando bebês. Segundo a matéria, nove delas apresentaram, posteriormente, comportamento de meninos, enquanto seis tinha QI elevado. Associava-se que quanto maior concentração de hormônio masculino, maior a dominação do gênero masculino. No final do texto, constava-se uma “cautela nas conclusões”, mas que só dizia respeito ao cuidado na adesão de tratamentos com hormônios, que podiam ter efeitos distintos em pessoas diferentes. Dessa vez, não foi mencionado qualquer estudo contrário a esses apresentados.

O texto parece ter sido escrito com base apenas em estudos científicos, sem entrevistas e sem o olhar do repórter, embora tenha a sua *seleção* – a sua identificação de argumentos que

⁵¹⁶ SCARF, Maggie; MORAES, Carlos. *A química dos sexos*. *Realidade*, pp. 76-82, n. 89, ago. 1973. Mensal.

⁵¹⁷ Id., *ibid.*, p. 80.

considerava relevantes e a omissão de outros pontos de vista. Essa matéria foi publicada em 1973, um ano após as duas citadas anteriormente. Entre um ano e o outro, houve alterações na redação de REALIDADE, sendo que o diretor Milton Coelho foi substituído por Ulysses Alves de Souza. No expediente da edição de *A química dos sexos*, não constava ainda o nome do novo diretor, e não foi possível averiguar a constituição da redação naquele período, entretanto, é possível refletir sobre o momento da revista. A edição pesquisada possuía menos páginas e menos anúncios, o que pode indicar uma crise econômica pela qual passava. Talvez o intervalo entre as duas direções tenha sido uma pausa para a reestruturação da equipe, na qual as reportagens não passavam pelo crivo de um chefe definitivo. Nesse sentido, cabe destacar a importância dessa função, visto que cabe ao diretor de redação – ou ao editor-chefe, conforme o quadro de funcionários – a preservação de certos valores da empresa e da sua noção de jornalismo. Como um profissional experiente, esse funcionário contribuiu para que os impulsos de jornalistas mais novos – ou os dos mais velhos de perfil mais tendencioso – sejam contidos em nome de uma ética jornalística, o que não o exime de ter sua própria parcialidade. Um pouco dessa relação pode ser visto nos relatos sobre os primeiros anos da revista, presente nas obras consultadas de José Carlos Marão, Hamilton Ribeiro e Milton Severiano, jornalistas que atuavam em REALIDADE.

O que indica a oscilação na forma de abordagem em épocas distintas da revista é que, dois anos depois, agora sob a direção de Ulysses Alves de Souza, uma nova ideia sobre as diferenças entre os sexos era apresentada, mais próxima àquela de 1972 do que à de 1973. Em 1975, foi publicada *Homem ou mulher*,⁵¹⁸ uma matéria que continha as ideias de John Money, professor de psicologia médica e pediatria da Universidade e Hospital John Hopkins, que pesquisou durante 25 anos a identidade sexual dos seres humanos. Para o pesquisador,

Homem que é homem mata ou morre – mas não admite que ninguém coloque em dúvida sua masculinidade. É um dogma machista, que ainda faz sucesso. À luz da moderna ciência, porém, quem mata ou morre para provar que é homem de verdade sacrifica-se por uma falsa bandeira.⁵¹⁹

Segundo John Money, a identidade sexual era formada por, além dos atributos físicos, as influências históricas, culturais e sociológicas em cada etapa do desenvolvimento da sexualidade.

Imagem 15 – Abertura de *Homem ou mulher?*



Reprodução
Fonte: HOMEM OU MULHER? *Realidade*, pp. 94-97, n. 115, out. 1975. Mensal.

⁵¹⁸ HOMEM OU MULHER? *Realidade*, pp. 94-97, n. 115, out. 1975. Mensal.

⁵¹⁹ Id., *ibid.*, p. 95.

O pesquisador defendia o que a pessoa desejava ser no lugar daquilo que ela aparentava do ponto de vista anatômico, de forma que, por exemplo, “o efeminado, que na nossa sociedade enfrenta um cerrado preconceito, é, para o cientista, apenas a pessoa que vive a sua realidade sexual – e deveria poder fazê-lo com a mesma naturalidade do homem enquadrado dentro dos padrões aceitos de masculinidade”.⁵²⁰ O pesquisador era contra, inclusive, se definir o sexo do bebê na certidão de nascimento, obrigando-o a já assumir um padrão de feminilidade ou de masculinidade, o que se tornava pior quando o órgão genital era indefinido. Para ele, havia quinze estados sexuais.

Assim como nas matérias anteriores, havia a explicação científica que afirmava que o feto, antes do terceiro mês de gestação, era hermafrodita, até que os cromossomos sexuais entrassem em ação. Os hormônios sexuais estavam presentes em ambos os sexos, em diferentes quantidades de cada um. A homossexualidade, o “travestismo [sic]” e o “transexualismo [sic]” seriam problemas psicosssexuais, mas distintos das chamadas “distorções da identidade”, como fetichismo, voyerismo, exibicionismo, necrofilia, etc., por sua vez, condições mais comum em homens, o que podia ser culpa da repressão sexual e da impossibilidade de se expressar livremente.

O médico negava os papéis próprios de homens e os de mulheres, como o sentimento maternal e a agressividade, sendo estes construtos históricos, e defendia que, sem papéis rígidos de gêneros, criados na educação, menos seriam os desvios que precisavam ser tratados, pois as pessoas estariam livres para assumir a identidade sexual com a qual se identificavam. Como afirmava Jonh Money,

Se você é homem, aprende que: deve brigar, defender-se, sem chorar nunca; deve provar sua masculinidade através de uma vida sexual ativa, escolhendo, entretanto, uma mulher virgem e “pura” para ser “a sua”; pode fazer qualquer tipo de trabalho, mesmo que não o realize em nada, desde que ganhe poder e *status*, e desde que, entre suas tarefas, não se incluam cozinhar, lavar, trocar fraldas etc.; tem a grande responsabilidade de sustentar (financeiramente) sua família (permitindo que sua esposa trabalhe fora, desde que não negligencie as tarefas domésticas, área só dela); pode demonstrar afeto por sua mulher e seus filhos (pequenos) e por ninguém mais (principalmente se for outro homem); para mostrar estima por alguém do mesmo sexo, você deve se expressar dando-lhe um tapa nos ombros ou um soco no estômago (jamais abraçá-lo ou beijá-lo!); pode falar todos os palavrões, assim como contar piadas grosseiras num grupo de homens, mas deve usar um vocabulário especial entre mulheres, mesmo sua esposa. Essa é apenas uma amostra dos milhares de estereótipos que você precisou seguir desde menino.

Se você é mulher, aprendeu que: será uma fracassada se não casar e tiver filhos; não deve demonstrar interesse por um homem, a menos que ele tenha demonstrado antes por você; depois de casada sua principal tarefa é ser boa dona de casa, mãe extremada, mulher fiel (ainda que seu marido não o seja); é bom saber ler, escrever, ter algumas pinceladas de cultura para não deixar seu marido sem graça diante da clientela dele, mas não deve se dedicar a números (matemática, física e atividades no gênero são “masculinas”); se resolver

⁵²⁰ Id., *ibid.*, p. 95.

trabalhar, não deve negligenciar o lar nem ganhar mais que seu marido; sexualmente deve ser passiva, submissa, dependente. E assim por diante.⁵²¹

Era responsabilidade da sociedade, segundo o médico, combater os estereótipos e contribuir para uma maior abertura dos padrões culturais, dando mais liberdade aos indivíduos na forma de se portarem. A livre escolha e o questionamento de predeterminações da natureza estavam novamente em pauta em REALIDADE.

Fora do campo científico, a identidade de gênero já havia sido abordada em outros artigos, anos antes. Carmen da Silva, no texto *O sexo único*,⁵²² descreveu a moda unissex como um fim da segregação dos sexos: “a moda unissex vem abolir definitivamente os gêneros ultrapassados – homem, mulher e os diversos matizes intermediários –, deixando de pé apenas o essencial, que é o gênero humano: quem vê roupas não vê cromossomos.”⁵²³ A escritora enfatizou como a importância de distinguir os sexos em “épocas passadas” era prejudicial, principalmente para as mulheres, que muitas vezes tinham de se vestir de homens para serem aceitas (como George Sand e Concepción Arenal), resquício que só teria sobrado na Academia Brasileira de Letras, que ainda não aceitava mulheres em seu quadro.

Na entrevista com Clodovil, em *É Clodovil, sim. Alguma coisa contra?*,⁵²⁴ o estilista foi retratado como sendo uma pessoa que continha em si os dois gêneros:

[...]êle é um exemplo perfeito dos seres divididos, dos personagens de exceção. Clodovil tem a inteligência dos homens e a perspicácia das mulheres. Em seu corpo de homem, muitas mulheres vivem prisioneiras. Em sua sensibilidade feminina, muitos homens estão presos, inatingíveis. Pode sonhar, desejar homens e mulheres, mas seu corpo rolará sempre insatisfeito, sedento como alguém amarrado à beira da água sem poder atingi-la.⁵²⁵

O repórter fez perguntas mais sobre a infância de Clodovil e sobre seu trabalho, o que considerava coisa mais importante na sua vida, se esquivando da abordagem de sua orientação sexual. No texto, foi trabalhado o lado masculino/feminino do entrevistado, e o próprio se descrevia como não sendo homem nem mulher.

De sua maneira, REALIDADE buscou ajudar na flexibilização dos papéis de gênero – principalmente quando o assunto era mulheres –, e uma das formas que fez isso foi por meio da apresentação de estudos científicos que provavam que as diferenças biológicas entre os sexos não justificavam a inferiorização de um deles e que muitas das concepções sobre homens e mulheres eram, na verdade, construções sociais. Entretanto, a revista ainda reforçava algumas características consideradas intrínsecas do sexo feminino. Entre o material analisado, quando o assunto era as diferenças fisiológicas de homens e mulheres, em mais de uma matéria foi destacado o fato de que as mulheres possuíam uma característica particular, essencial para a

⁵²¹ Id., *ibid.*, p. 97.

⁵²² SILVA, Carmen da. *O sexo único*. *Realidade*, pp. 72-77, n. 49, abr. 1970. Mensal.

⁵²³ Id., *ibid.*, p. 74.

⁵²⁴ ANDRADE, Jorge. *É Clodovil, sim. Alguma coisa contra?* *Realidade*, pp. 68-74, n. 65, ago. 1971. Mensal.

⁵²⁵ Id., *ibid.*, p. 71.

humanidade e, por isso, até superior: a gravidez. É o caso, por exemplo, de *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*. Mylton Severiano afirmou que

de todos os sentimentos possíveis entre seres humanos, o mais perfeito é o amor da mãe pelo filho, nêle estão sintetizados todos os outros sentimentos elevados – altruísmo, abnegação, humildade, perdão. Ao passar pela experiência de ser mãe, a mulher chega a uma profunda compreensão da humanidade. Ela sabe que o mundo precisa mais de amor que de competição: ela é superior, para que brigar?⁵²⁶

O mesmo argumento estava presente em 1975, no artigo já mencionado *Argumento final: homem nem dá à luz*,⁵²⁷ como indicado em seu título. Nessa matéria, por poderem engravidar, as mulheres desempenhavam o papel mais importante na sociedade.

A questão da maternidade está presente em diversas reportagens selecionadas para este trabalho, principalmente na primeira fase da revista, e, na Edição Especial, está em quase todas – só não aparece em *A benção, sá vigária*, sobre freiras que assumiram o comando de paróquias, e *Essa mulher é livre*, entrevista com Ítala Nandi. Nessa edição, na matéria *Ela é assim*,⁵²⁸ na descrição sobre a formação fisiológica do corpo feminino desde o embrião, o ciclo se completava com a gravidez. Já o ensaio fotográfico *O amor mais amor* foi sobre a maternidade e o amor de mãe. Algumas legendas apresentavam o afeto pelo filho, outras as dificuldades, como a prostituição, a separação ou a incerteza do futuro, no caso de uma família negra. Apareceram mulheres brancas, uma asiática, uma indígena e uma negra – a maternidade não tinha restrição de raça ou profissão. Na edição de dezembro de 1966 já havia sido publicado o ensaio fotográfico *Poesia é Mulher*,⁵²⁹ de David Drew Zingg, com poemas com referência ao efeito que as mulheres causavam nos homens, sendo que, na última página, a imagem era de uma mãe com seu filho, e o poema de Hermes Fontes destacando: “Ao pé das nossas mães – todos nós somos crentes. Um filho que tem mãe tem todos os parentes”.⁵³⁰

A revista chegou a abordar mais de uma vez o parto. As famílias do interior do Brasil sem condições financeiras de pagar por atendimento em um hospital ainda recorriam às parteiras, o que pode ser observado na matéria *Nasceu!*.⁵³¹ A matéria, escrita por Narciso Kalili, relatava um parto realizado por “Dona Odila” na casa da grávida, em Bento Gonçalves. A narrativa abordou as suas ferramentas de trabalho, suas conversas com os familiares e suas técnicas. Odila contou ao futuro pai que exercia essa função havia dezoito anos, e que seu primeiro parto ocorreu quando ajudou uma vizinha enquanto a parteira não chegava, e acabou ela mesmo retirando o bebê. Ela disse que já fez mais de três mil partos, atendendo pelo menos uma vez todas as casas de Bento Gonçalves. Falou, ainda, sobre o fim de sua profissão:

⁵²⁶ CARTA, Daisy; SILVA, Mylton Severiano da. A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher. *Realidade*, p. 30-34, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 34.

⁵²⁷ FERREIRA, Fernando Pessoa. Argumento final: homem nem dá à luz. *Realidade*, pp. 44-46, n. 116, nov. 1975. Mensal.

⁵²⁸ ELA É ASSIM. *Realidade*, p. 36-43, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁵²⁹ POESIA É MULHER, *Realidade*, pp. 124-132, n. 9, dez. 1966. Mensal.

⁵³⁰ *Ibid.*, p. 132.

⁵³¹ KALILI, Narciso. Nasceu!. *Realidade* pp. 68-74, n. 10, jan. 1967. Mensal.

– Não dá mais. Agora tem o hospital e as freiras. Isso eu acho errado. Como é que uma mulher que não é mãe pode ser parteira? Mas é bom a gente não falar. E os médicos? Tem uns que são ótimos. Mas também alguns só fazem mal, só pensam no que podem ganhar. É o progresso! Agora as parteiras estão desaparecendo, mas houve um tempo em que se não fôssem elas...⁵³²

As fotos, de Claudia Andújar, registraram a preparação da parteira e o momento do parto, imagem considerada polêmica por mostrar, sem censuras, a vagina, quando o bebê foi retirado. Para alguns autores, foi o motivo da apreensão da edição, por ser considerada atentado ao pudor, à moral e aos bons costumes,⁵³³ mas não se sabe ao certo a real justificativa, por não estar clara no processo movido contra a revista.⁵³⁴

REALIDADE voltou a mostrar imagens explícitas do nascimento de um bebê em 1968, dessa vez, de uma operação de cesariana. *A Cesariana*⁵³⁵ foi um ensaio com fotos da cirurgia, realizada em uma mulher que estava impossibilitada de realizar o parto normal. Ao final, um texto descrevia o procedimento como “simples” e uma “pequena cirurgia”, de recuperação “imediate”. A matéria se posicionava contra os preconceitos e os tabus que cercavam a cesariana,

apresentando a observação detalhada da operação, a opinião de médicos e índices de nascimentos por parto normal e pela cirurgia. Não era defendida a ideia de que o procedimento fosse generalizado à toda gravidez, mas como uma solução simples, indolor e mais garantida quando se apresentasse algum problema. A operação seria mais segura do que o fórceps, utilizado no parto normal, que pode prejudicar o bebê. Além disso, podia ser encarada como uma solução para o controle de natalidade, já que a ética médica recomendava que o médico ligasse as trompas após a terceira gravidez, para evitar que a mulher tivesse mais filhos. Como

Imagem 16 – Realização de uma cesariana



Reprodução de foto de Henri Elwing

Fonte: A CESARIANA. *Realidade*, pp. 102-115, n. 29, ago. 1968. Mensal.

⁵³² Id., *ibid.*

⁵³³ LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A mulher e a política nas revistas *Veja* e *Realidade*: anos de 1967, 1994 e 2010. *Arius*, Campina Grande, v. 18, n. 1, jan-jun 2012. pp.11-24 Disponível em: <http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v18n1/00_ariius_v18_n1_2012_edicao_completa.pdf#page=11>. Acesso em: jul. 2016.

⁵³⁴ Ver item 2.2.1.

⁵³⁵ A CESARIANA. *Realidade*, pp. 102-115, n. 29, ago. 1968. Mensal.

se tratava de uma operação agendada, era ainda mais favorável às “mulheres que dispõem de pouco tempo para o parto, por exigências do trabalho”.⁵³⁶ Considerando que, naquele período, o número de cesarianas era inferior ao de partos normal, a matéria era um incentivo para que o procedimento fosse mais procurado, combatendo a ideia de que poderia trazer riscos à mãe e ao bebê, e evitando, assim, o aumento nas taxas de mortalidade ou outros problemas decorridos da gravidez.

Em *A dor do parto não existe*,⁵³⁷ Carlos Azevedo escreveu sobre os supostos mitos das dores do parto. Segundo a reportagem, o sofrimento seria agravado pela ignorância da parturiente e pelo seu estado psicológico. Para o jornalista, alguns dos mitos da gravidez eram fruto da diferença sexual:

Na verdade os desejos fazem parte de um processo de valorização da mulher, que, sempre mantida numa posição subalterna dentro da sociedade e na família, se aproveita da situação da gravidez para obter mais atenção e carinho. Mas à medida que os maridos perdem o comportamento patriarcal (até, uns 30 anos atrás, um homem jamais saía à rua com sua mulher grávida) e caminham para uma relação de maior igualdade dentro do casamento, à medida em que conseguem dar carinho e colaboração à sua companheira, nessa época em que ela fica muito sensível, os desejos vão desaparecendo.⁵³⁸

O acompanhamento médico contra um parto sofrido era possível, e fazia com que a mulher adquirisse um grau de consciência no qual via sua própria importância para a sociedade. Após o nascimento do bebê, a experiência adquirida servia como incentivo para o trabalho e a maior participação da vida pública, que substituiriam a reclusão ao lar da mãe.

Apesar de, em diversas reportagens, REALIDADE enfatizar o direito de escolha das mulheres, a maternidade não parecia estar incluída, aparecendo mais como uma tendência natural feminina. Somente na fase tardia da revista a vontade de procriar seria questionada em *Ser ou não ser mãe*,⁵³⁹ escrito pela jornalista norte-americana Claire Safran. A matéria apontava para o aumento no número de mulheres e de casais que optavam por não ter filhos, o que podia ter sido motivado pelos anticoncepcionais, pela legalização do aborto (em algumas regiões dos Estados Unidos) e pelo movimento feminista. A ideia do papel predestinado para ser mãe havia sido substituída, por algumas mulheres, pela decisão racional sobre o impacto de filhos na sua vida. Uma das mulheres apresentadas, Stephanie Mills, optou por não ter filhos até mesmo por uma preocupação ambiental – em relação aos impactos negativos do crescimento da população na natureza – e compunha a diretoria do *Planned Parenthood*, associação de planejamento familiar. Outra, Yvonne W., apenas não queria ter filhos. Alguns pontos positivos sobre procriar foram apresentados, como a criação de uma unidade familiar, o carinho, a sensação de ser útil, a continuação dos mesmos genes, a experiência para o casal e até a aprovação da família e da

⁵³⁶ Id., *ibid.*, p. 115.

⁵³⁷ AZEVEDO, Carlos. *A dor do parto não existe*. *Realidade*, pp. 150-159, n. 15, jun. 1967. Mensal.

⁵³⁸ Id., *ibid.*, p. 152.

⁵³⁹ SAFRAN, Claire. *Ser ou não ser mãe*. *Realidade*, pp. 30-32, n. 114, set. 1974. Mensal.

igreja. Entretanto, ao fim, nas palavras de uma psiquiatra, Alexandra Symonds, foi destacado que o fato da maternidade tornar-se uma opção era sinal de que a humanidade estava evoluindo.

Cabe destacar, ainda, que, apesar de, para as mulheres, a maternidade ser um tema constante, poucas vezes era mencionado o papel do homem nela. Apenas em *Seu marido pode ser seu parteiro*,⁵⁴⁰ uma matéria sobre o obstetra americano William Hazlett, que defendia que o marido fizesse o parto da esposa, se relacionava o sexo masculino à gravidez, exigindo maior participação do pai da criança.

Além das questões fisiológicas abordadas na diferenciação sexual, com argumentos de especialistas, a revista abria espaço para as pessoas “comuns” – no sentido de que não importava seu conhecimento na área – emitirem sua opinião sobre os comportamentos femininos e masculinos. REALIDADE abriu espaço em suas páginas para que mulheres expusessem suas críticas em pesquisas e entrevistas que indicavam como as pessoas enxergavam seu próprio sexo e o oposto – embora esses espaços fossem mediados, na maioria das vezes, por homens.

4.1.1 O que pensavam as mulheres, o que delas os homens pensavam

Na reportagem *A mulher brasileira hoje*,⁵⁴¹ foi realizada uma pesquisa com 1.200 mulheres sem restrições de idade, raça ou Estado,⁵⁴² que resultou em mais de cem mil respostas, apresentadas na matéria de abertura, de oito páginas, três delas anúncios. As perguntas se dividiam entre sua relação com homens, parentes, religião, política, dinheiro, esportes, diversão e moral e quais eram seus ideais. As repostas eram apresentadas conforme a porcentagem do todo de entrevistadas ou divididas entre segmentos – por exemplo, as casadas, as que trabalhavam ou as católicas –, e avaliavam como as mulheres enxergavam o tratamento que recebiam e a sua própria capacidade.

Alguns dados apresentados nessa matéria serão tratados ao longo da pesquisa conforme a sua temática. Nesse momento, cabe apresentar, primeiramente, como as entrevistadas viam sua relação com os homens e com os parentes. Quando perguntadas se havia igualdade de direitos entre homens e mulheres, a porcentagem de entrevistadas que concordavam girava em torno da metade. Esse número variava entre as de classe alta (53% concordavam) e as de classe mais baixa (50%), e era ainda maior a diferença entre as que trabalhavam (45%). A tendência, segundo a reportagem, era que uma maior porcentagem de mulheres casadas e/ou do interior acreditassem ter os mesmos direitos legais que homens.

⁵⁴⁰ SEU MARIDO PODE ser seu parteiro. *Realidade*, pp. 20-21, n. 109, abr. 1975. Mensal.

⁵⁴¹ A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁵⁴² As cidades nas quais mulheres foram entrevistadas eram Guanabara (cidade-estado até 1975, quando passou a integrar o Rio de Janeiro, com o mesmo nome do estado), São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Caxias, Juiz de Fora, Bragança, Jundiaí e Caruaru. Foram realizadas a cada uma 110 perguntas ao todo. A maioria das entrevistadas era de classes mais baixas, 51%, contra os 10% das de classe alta e os 39% de classe média – não são explicados os critérios para a divisão socioeconômica. As idades variavam entre 18 e 24 anos (25%), 25 e 34 anos (30%), 35 e 50 anos (30%) e mais de 50 anos (15%). Metade das mulheres era analfabeta ou com curso primário, 27% tinham curso ginásial, 17% colegial e 6% formação universitária. As casadas compunham 59%, enquanto as solteiras eram 33%, as viúvas, 7%, e as desquitadas, 1%. A maioria era católica, 87%, 5% eram protestantes, 6% de outras religiões e 2% sem religião. As que trabalhavam fora de casa eram 37%, enquanto as que não trabalhavam, 63%. Das entrevistas, 26% ocorreram em São Paulo, 20% na Guanabara, 26% em outras capitais e 28% no interior.

Elas acreditavam ser mais resistentes à dor física (93%), o que indica que não se viam como mais frágeis. A maioria (75%) concordava que no sucesso de um homem havia a contribuição de uma mulher (principalmente as mais velhas, as de classe alta e as viúvas), ciente da importância social feminina. Algumas (40%) se achavam mais inteligentes do que eles, mas a maioria (91%) gostaria de ter estudado mais.

Mais da metade das entrevistadas pensava que muitas vezes a mulher “escapa do poder dos pais e cai sob o poder do marido, quando não dos irmãos”.⁵⁴³ No total, eram 57% das entrevistadas, entretanto, quando divididas por grupos, esse número subia para 67% entre as solteiras e 66% entre as mais jovens (de 18 a 24 anos), e caía entre as viúvas (45%) e as desquitadas (78%). A maioria das entrevistadas que tinham ensino superior (86%) acreditava que a mulher que não se casasse podia ser feliz, já nas alfabetas, esse número era mais próximo da metade (56%).

Com metodologia semelhante, *A mulher brasileira julga o seu homem*⁵⁴⁴ foi uma matéria embasada em trinta entrevistas⁵⁴⁵ realizadas pelo repórter Luís Edgar Andrade somadas a uma pesquisa encomendada ao instituto de pesquisa de mídia Marplan com duzentas cariocas e paulistas sobre o que as mulheres pensavam sobre os homens. O sexo masculino foi criticado – no sentido de ter sido avaliado negativamente – principalmente por sua posição de dominação em relação à mulher. Para 37% das entrevistadas, quem mandava era o marido, sendo que 43% viam as decisões do casal serem feitas em comum. Mesmo incluindo a minoria que via a mulher como dominante na relação, era unanimidade que o homem era independente. Para elas, homens identificavam na esposa a mãe, como a figura de santa, sendo que 77,5% achavam que o homem fazia questão de casar com uma moça virgem. Mais da metade das entrevistadas (52,5%) acreditava que as casadas não estavam sexualmente satisfeitas,⁵⁴⁶ entretanto, 76,5% consideravam razoável a frequência sexual que os maridos mantinham com elas, 9% achavam exagerada e 1%, insuficiente. Somente quatro em cada cem mulheres acreditavam que a mulher era quem dava iniciativa para o sexo.

O resultado da pesquisa foi apresentado com algumas falas destacadas pelo repórter, que, com tom de ironia e humor, mostravam a indignação da mulher com atitudes masculinas, principalmente aquelas que cerceavam a sua liberdade, como foi possível identificar na fala da atriz Betty Faria: “- Não tenho nada contra o homem, não. Só não quero que venha morar comigo e atrapalhar minha vida, porque aí eu paro de trabalhar e fico igual à mãe dêle. Vai mandar em mim. Vai me fechar dentro de casa.”⁵⁴⁷ A maior crítica das mulheres era o tratamento como inferior ou objeto e a não aceitação da liberdade feminina. O tema continuou na mesma edição com o texto de Carmen da Silva, *Êle se acha o bom*,⁵⁴⁸ no qual a autora traduziu em uma

⁵⁴³ A MULHER BRASILEIRA..., op. cit., p. 21.

⁵⁴⁴ ANDRADE, Luís Edgar. *A mulher brasileira julga o seu homem*. *Realidade*, pp. 194-200, n. 45, dez. 1969. Mensal.

⁵⁴⁵ Pelo que foi possível identificar no texto, eram de mulheres que trabalhavam fora do lar, em boa parte artistas e jornalistas, além de uma advogada e uma modelo.

⁵⁴⁶ Na divisão pelos estados, 55% das mulheres em São Paulo, 60%, no Rio de Janeiro.

⁵⁴⁷ ANDRADE, op. cit., p. 197.

⁵⁴⁸ SILVA, Carmen da. *Êle se acha o bom*. *Realidade*, pp. 202-207, n. 45, dez. 1969. Mensal.

crônica as críticas femininas em relação à dominação e às exigências masculinas:

Calçada sôbre a imagem ideal da mãe antes da queda, “minha senhora” deve possuir virtudes domésticas que fariam dela o prêmio Nobel das governantes; qualidades morais capazes de humilhar a própria Amélia do samba, que-eramulher-de-verdade; beleza que atraia o olhar dos outros homens e recato que os mantinha à distância; firmeza de caráter combinada com invariável submissão à vontade do marido; o máximo de auto-rigor junto com uma tolerância ilimitada para as eventuais fraquezas do cônjuge, pois homem-é-diferente; personalidade, energia e critério próprio, acompanhados de cega aceitação dos julgamentos dêle; vocação para o sacrifício sem que o sacrifício se note; invejável elegância com as roupas de quatro anos atrás; e mais simplicidade, modéstia, economia, bom-humor, amor ao lar e habilidade de calar na hora justa – que são tôdas as horas, exceto as de dizer “sim, meu bem”, “você é o maior” e “o jantar está na mesa”.

Mas todos êsses atributos ficariam neutralizados, enxovalhados, conspurcados, reduzidos a irrisão na falta de um requisito fundamental e inarredável: a virgindade. Segundo recentes pesquisas, 83% dos brasileiros exigem casar com mulher virgem – embora nenhum dêles esteja disposto a jogar no lixo as outras: ôba, ôba!⁵⁴⁹

Como resposta a essa reportagem, dois meses após a sua publicação, foi a vez dos homens serem procurados para responder sua opinião sobre “a mulher brasileira”, em *O homem brasileiro julga a sua mulher*.⁵⁵⁰ Da mesma forma que a matéria anterior, trinta homens foram entrevistados pelo repórter Rodolfo Konder, e suas repostas foram somadas a uma pesquisa com outros duzentos pela Marplan. Os resultados mostravam opiniões sobre a mulher ser submissa, inculta, ciumenta e mesquinha. Da pesquisa, 34% achavam que ela era “gentil”. Para 62% dos homens, quem tomava a iniciativa sexual era ele; 64% dos paulistas e 56% dos cariocas achavam as mulheres casadas sexualmente satisfeitas; 24% dos homens achavam que as mulheres casavam por aprovação social. Pouco mais da metade (51%) achava que eram eles quem mandavam nos lares, mas somente 22% achavam que eram as mulheres. A opinião de José da Costa Montes, economista, é reproduzida:

Geralmente, a mulher só manda, só decide as coisas pequenas: o filme que a gente vai ver, a roupa que vai vestir, onde vamos morar, se vamos passar o fim de semana fora, etc. Mas é o homem quem decide, quando se trata de grandes problemas: conquista espacial, guerra termonuclear, divergências sino-soviéticas, etc.⁵⁵¹

Por unanimidade os homens achavam que a independência da mulher era um mito. Alguns criticavam e chamavam de chatas ou metidas as entrevistadas da matéria anterior, outros falavam em patriarcado, acusavam o problema da educação e o econômico. A dependência, a falta de educação e a falsa liberdade eram os problemas mais mencionados.

⁵⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 207.

⁵⁵⁰ KONDER, Rodolfo. O homem brasileiro julga a sua mulher. *Realidade*, pp. 16-24, n. 47, fev. 1970. Mensal.

⁵⁵¹ Id., *ibid.*, p. 19.

Embora a reunião dos dados buscasse ser parcial, ela não deixava de emitir os valores do veículo em algumas observações e nas formas como foram escolhidos os entrevistados, as perguntas e os números apresentados. É preciso, aqui, ressaltar que as pesquisas de opinião dizem mais respeito à visão daqueles que as conduzem do que à população em si. Adotando o conceito de “opinião pública” de Patrick Champagne,⁵⁵² essa noção esconde o fato de que existem múltiplas opiniões em populações repletas de contrastes e ideologias distintas. O que se chama de “opinião pública” seria, na verdade, uma produção de um grupo de especialistas que possuem as condições de realizar as sondagens, e, a partir delas, construir uma realidade que é propagada.

Pierre Bourdieu⁵⁵³ alega mais enfaticamente que não existe o que os jornalistas chamam de “opinião pública”. O autor explica que as sondagens de opinião carecem de um tratamento rigoroso em sua aplicação, apontando três postulados que implicam em distorções na análise dos dados coletados: 1) Todo mundo tem uma opinião; 2) Todas as opiniões se equivalem; 3) Há um consenso sobre as perguntas a serem feitas. O problema não está na representatividade das pesquisas, mas nas distorções das perguntas, que já induzem a determinada resposta, ou na omissão de respostas possíveis às perguntas que poderiam dar outro curso para a análise. De acordo com o autor, como os jornalistas trabalham com simplificações, acabam excluindo o questionamento sobre os pontos colocados e as argumentações possíveis. As próprias perguntas estão contaminadas pelas condições de trabalho do pesquisador, assim como pela demanda particular do instituto que realiza as sondagens de opinião.

Um dos problemas das pesquisas apresentado pelo autor é que todas as perguntas não apenas não se apresentam igual para todos os entrevistados, como são reinterpretadas de acordo com seus interesses. Além disso, um *efeito de consenso* é produzido a partir de operações como ignorar as não respostas. As taxas de não respostas podem variar conforme o gênero (mulheres se abstêm mais do que homens, ainda mais quando os problemas se aproximam de temáticas políticas), o nível de instrução, a etnia e a classe social do participante. Apesar de ignoradas na revelação dos resultados das pesquisas ou simplificadas como uma outra categoria, essas taxas são importantes para indicar o significado da pergunta proposta, que pode ser “definida tanto pela *probabilidade* que lhe é atribuída *de ter uma opinião* quanto pela probabilidade condicional de ter uma opinião favorável ou desfavorável”.⁵⁵⁴

A consequência dessa forma de agir é a produção de uma realidade abstrata fundamentada em um consenso fictício. Além de mediadores entre a realidade e o público, os veículos de comunicação portam-se muitas vezes como a “voz das ruas”. Foi assim, por exemplo, que, em 1984, Roberto Marinho declarou em editorial no jornal *OGlobo* que o apoio ao golpe de 1964 no Brasil, que ele chamava de “revolução”, se justificava por ser um desejo do povo brasileiro:

Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da “revolução”], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do

⁵⁵² CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁵⁵³ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987, pp. 137-151.

⁵⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 3. Grifos no original.

processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe”, com o qual não estaríamos solidários.⁵⁵⁵

Opinião parecida com a de Marinho constava também nos veículos de comunicação da época que apoiaram o governo que resultou do Golpe de Estado, justificando sua ação por ser do interesse da população brasileira, demonstrado nas manifestações públicas da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Contudo, o povo que exigia a deposição do presidente representava apenas uma parcela da população. Por exemplo, como indicavam pesquisas do IBOPE de 20 e 30 de março de 1964 no estado de São Paulo, 49,8% da população pretendia votar no então presidente João Goulart nas próximas eleições, sendo que 15% consideravam seu governo ótimo, 30% bom e 16% mal ou péssimo.⁵⁵⁶

No caso de REALIDADE, por exemplo, nas entrevistas realizadas com as mulheres, aparentemente, foram escolhidas aquelas de perfil profissional, não aparecendo donas de casa. Apenas esse fato já direcionava a matéria para certas opiniões, as das mulheres esclarecidas, no sentido de que tinham ou buscavam educação e independência financeira, exatamente o público-alvo feminino da revista.

Não eram apenas as pesquisas de opinião que eram utilizadas na abordagem da revista das relações entre os sexos. Por um breve período, a revista ofereceu alguns testes para que o leitor homem identificasse o perfil de sua companheira e a leitora se autodescobrisse nessa época de liberação. A capa da edição n. 53 continha a chamada “As paixões do homem: 17 coisas que fazem a felicidade do brasileiro”, com a imagem de uma mulher com esses dizeres nas costas de sua blusa.⁵⁵⁷ Nessa edição, constava, no caderno especial, o teste *Que tal a sua mulher*,⁵⁵⁸ no qual o leitor podia realizar e medir o que a esposa desejava sexualmente. Segundo o texto, a intenção não era julgar que personalidade feminina seria pior ou melhor, apenas

Imagem 17 – Capa de *As paixões do homem*



Reprodução
Fonte: REALIDADE, n. 53, ago. 1970. Mensal.

⁵⁵⁵ A frase de Roberto Marinho foi repetida no editorial de *OGlobo* quando este justificou o apoio do veículo ao golpe de 1964, quase 50 anos depois, quando nos protestos de junho de 2013 os manifestantes acusavam as Organizações Globo de apoiar a ditadura. APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 64 FOI UM ERRO. *OGLOBO*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz39Wqre2fj>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

⁵⁵⁶ MARTINS, Carlos Eduardo. O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente. *Blog da Boitempo*, 1 mar. 2014. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/04/01/o-golpe-militar-de-1964-e-o-brasil-passado-e-presente/>>. Acesso em: 17 jan. 2017. O autor aponta que esses dados são ainda mais significativos levando em consideração o fato de que, em São Paulo, Jango havia perdido as eleições da vice-presidência para Milton Campos.

⁵⁵⁷ REALIDADE, p. 1, n. 53, ago. 1970. Mensal.

⁵⁵⁸ QUE TAL SUA mulher. *Realidade*, pp. 140-146, n. 55, out. 1970. Mensal.

esclarecer o leitor, com base em estudos da psicanálise.

O teste era feito para o leitor homem aplicar em sua companheira. Eram perguntas sobre as impressões que a mulher tinha quando estava em contato com o sexo oposto, seu conhecimento sobre referências eróticas (como filmes e personagens), situações nas quais ficava excitada ou não e sua concordância ou discordância com frases célebres, que tinham mais a ver com o comportamento do que com sexo. A intenção das perguntas era avaliar o quanto a companheira do leitor era desinibida e aberta sexualmente, o quanto sabia sobre sexo na sua cultura e sua atitude perante a vida – autoconfiante, positiva, pessimista, tímida, independente só na superfície. Por exemplo, a mulher que concordava com frases mais pessimistas e desconfiadas podia ser avaliada como

as frases da classe C são características de uma mulher que provavelmente se vê como o tipo autoconfiante da classe A, mas é na verdade levada compulsivamente a provar alguma coisa. Se ela obteve maior marcação aqui, sua tendência é ser menos independente do que a mulher da classe A, mas ela pensa mais a respeito de independência. Está frequentemente envolvida em tentativas de provar a si mesma e aos outros que pode agüentar por si, que conhece seu trabalho e o realiza bem e que não é uma mulher de moral ambígua. Provavelmente tem sua carreira e os homens costumam dizer – alguns com admiração, outros com hostilidade – que ela pensa como um homem. Na verdade, ela tem a mente típica das pessoas compulsivas de ambos os sexos e é provável que seja muito ativa politicamente e que pertença a alguma organização feminista, ou que queira ingressar em uma.⁵⁵⁹

Destaca-se nessa conclusão a relação entre ela poder ser ativa politicamente ou pertencer a alguma organização feministas com as sentenças negativas.

Nessa mesma linha, *Se você é homem, não veja a página seguinte*,⁵⁶⁰ foi um teste psicológico para a mulher sobre sua própria personalidade, com base na psicanálise. Os resultados revelavam quatro tipos de caráter:

– A de “convivência fácil”, que era liberada sem ser fanática, e havia aprendido a aceitar a posição do homem na sociedade sem amargura. Caso as respostas da leitora revelassem esse tipo, alertava-se que ela corria o risco de não seguir os próprios sentimentos e de “ser mais uma figura estereotipada do que uma pessoa real”.⁵⁶¹

– A que se libertou da dominação masculina, mas motivada pelo ressentimento com os homens. Era uma mulher que negava sua personalidade, sofria de uma angústia sexual e queria metaforicamente castrar os homens. O texto sugeria que “a feminilidade não é um estado passivo de não-existência, como parece que você pensa; portanto, por que não lhe dar uma chance?”⁵⁶²

– A que se rendeu demais à feminilidade, assumindo o papel de cuidadora dos outros e

⁵⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 146.

⁵⁶⁰ SE VOCÊ É homem, não veja a página seguinte. *Realidade*, pp. 39-43, n. 70, jan. 1972. Mensal.

⁵⁶¹ Id., *ibid.*, p. 42.

⁵⁶² Id., *ibid.*, p. 43.

tomando como fracassada a mulher liberada. O casamento e os filhos eram felizes, porque esse tipo de mulher não negava os papéis sociais de cada um e oferecia segurança emocional a todos. Seu problema era esquecer de si mesma: “o seu papel se encaixa tão bem no nosso conceito de sociedade que possivelmente você respondeu mais em relação ao que gostaria de ser do que ao que realmente é. Examine mais uma vez o questionário e verifique se foi integralmente sincera.”⁵⁶³

– A que exercia seu papel feminino social por sensação de culpa, o que a impedia de assumir sua própria liberdade. Era insegura e dependente e procurava no marido uma proteção, resqúicio de uma relação não resolvida com os pais. Se tinha problemas sexuais, podia ser por um complexo de Édipo. Era sugerido que se liberasse mais para encontrar seu verdadeiro papel.

Os testes aplicados por REALIDADE se assemelhavam àqueles reproduzidos na imprensa feminina, com uma fachada de profundidade psicológica. No fundo, eram perguntas superficiais que levavam a resultados que reforçavam estereótipos ou tratavam a liberação feminina como algo artificial, moldado pelo olhar masculino. As edições com testes não foram muitas; entre o material consultado, foram encontradas apenas em três meses. Elas eram caracterizadas pelo encarte do caderno especial, no qual as reportagens eram interrompidas por matérias de serviço e entretenimento.

Além da psicologia, também outras áreas da ciência eram exploradas para identificar um comportamento próprio de homens e mulheres. *Quem quer a mulher difícil*,⁵⁶⁴ por sua vez, foi um texto sobre a “descoberta” de que era falso o senso comum que alegava que a mulher difícil era a mais desejada. Segundo a matéria, duas teorias justificavam o senso comum. Uma delas era a conclusão dos psicólogos Elliot Aronson e Judson Mills de que quanto maior o esforço para se atender a um objetivo, maior era o seu valor. A outra era a tese do cientista social G. A. Kimble, segundo quem a frustração elevaria o nível de motivação o que, por sua vez, elevaria a força da recompensa. Ou seja, quanto mais difícil ou quanto mais motivado um homem estivesse para conquistar uma mulher, maior seria o seu sentimento por ela. O que a matéria apresentava era um estudo sociológico que contrariava essas duas teorias, realizado por três sociólogos norte-americanos, Elaine Walster, Jane Allyn Piliavin e G. William Walster, com a assistência de Ellen Berscheid. Os pesquisadores apresentaram imagens para estudantes dos tipos de casais. Os primeiros, alegando ter muito interesse um pelo outro. Os outros, se mostravam desinteressados pelo parceiro. Os resultados apontaram para a preferência do primeiro modelo, ou seja, uma valorização do interesse mútuo em um relacionamento. Em outro experimento, foi combinado com moças que participariam de um primeiro encontro através de uma agência de casamentos que elas demorassem três segundos para aceitar o pedido, parecendo *difíceis*, enquanto outras aceitassem imediatamente, as *fáceis*. Os resultados indicavam que a atitude não teve efeito nos homens. A conclusão dos sociólogos foi que “devem existir dois fatores que determinam o quanto um homem gosta de uma mulher. Primeiro: quão difícil ou fácil é para *ele*. Segundo: quão

⁵⁶³ Id., *ibid.*, p. 43.

⁵⁶⁴ QUEM QUER A mulher difícil. *Realidade*, pp. 104-106, n. 109, abr. 1975. Mensal.

difícil ou fácil é para os *outros*".⁵⁶⁵ Segundo os pesquisadores, a mulher se tornaria atraente caso fosse fácil para esse homem, mas considerada difícil por outros, o que lhe atribuiria prestígio. A matéria parece procurar questionar o mito de que a mulher deve ser contida, e não ceder às intenções do homem de imediato, pois isso seria valorizado no relacionamento. É uma lógica alinhada com os ideais de liberação sexual de sexualidade, contudo, o texto utilizava estereótipos e generalizações, pois tratava o homem como o “caçador” e a mulher como propensa a ser “a caça escolhida”.

De acordo com as suas pautas, as mulheres que folheavam a publicação deveriam estar alinhadas com os novos valores das décadas de 1960 e 1970, ou se chocariam com o enfoque realizado nas reportagens. Apesar de, na seção de cartas, ser possível encontrar opiniões que acusavam os jornalistas de contrariarem a moral e os bons costumes, a revista não parecia ter sua venda prejudicada por esses grupos, e as discussões, principalmente em relação à liberdade sexual, seguiram sendo publicadas por toda a sua existência.

4.2 CASAMENTO E SEXUALIDADE

Na primeira edição de REALIDADE, Oriana Fallaci entrevistou a atriz sueca Ingrid Thulin em *As suecas amam por amor*,⁵⁶⁶ o que resultou em uma conversa entre as duas sobre os preconceitos percebidos pelas mulheres, que contrastavam com a liberdade buscada legalmente e cotidianamente na Suécia. Thulin foi uma atriz e diretora nascida na Lapônia, província sueca. No período, a atriz estava em seu segundo casamento, com o industrial e escritor Harry Schein, e, fora do cinema, se dividia entre os papéis de “a esposa, a inscrita no Partido Social Democrático, a sindicalista”.⁵⁶⁷ A atriz propagava a moral sueca, que não condenava o sexo fora do casamento, e defendia que as mulheres podiam tudo, inclusive, tonar-se sacerdotes. Segundo Fallaci, a Suécia era uma promessa do progresso da democracia sem imposições. A repórter descreveu a moral ali presente como

o que definimos pudicamente como experiência pré-matrimonial, ali é um costume tão normal como banhar-se nu em um rio. Aquela que tem um filho ilegítimo, não é marginalizada. Ao contrário, é protegida pelas leis do Estado, que ainda lhe concede uma pensão. Uma sueca, mesmo casada, pode renunciar ao sobrenome do marido, muitas esquecem de casar, e embora uma minoria fique aflita com o pesadelo da má reputação – há padres prevendo uma nova Sodoma e Gomorra – a revolução sueca é profunda.⁵⁶⁸

A própria estrutura familiar sueca era diferente do resto do mundo, principalmente no que diz respeito à dinâmica entre os casais. Livres economicamente, as suecas dividiam as despesas com os parceiros e, se assim optassem, contratavam alguém para fazer os serviços

⁵⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 106.

⁵⁶⁶ FALLACI, Oriana. *As suecas amam por amor*. *Realidade*, pp. 110-118, n. 1, abr. 1966. Mensal.

⁵⁶⁷ Id., *ibid.*, p. 110.

⁵⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 110.

domésticos e realizavam suas refeições em restaurantes. Em caso de separação, muitos homens pediam a posse dos filhos e, caso a esposa ganhasse mais, podiam requisitar pensão alimentícia dela também.

Ingrid Thulin contou que a libertação sexual era recente na Suécia, e ainda temida por alguns grupos, que acreditavam que o país estava manchando sua reputação. Durante a entrevista, a atriz divulgava seu recente filme, *O Silêncio*, de Ingmar Bergman, sobre o relacionamento amoroso entre duas mulheres, que incluía uma cena de masturbação sua. A atriz contou que a sueca era livre para escolher fazer sexo quando bem entendesse, independentemente se havia aceitado o convite para sair de um homem. Viver a sexualidade livremente, para ela, não trazia necessariamente a felicidade, mas a facilitava. Mesmo em regiões mais conservadoras, a educação sexual era presente nas escolas, embora fosse de encontro com os discursos religiosos presentes na sociedade sueca. A atriz era contra a virgindade antes do casamento, pois acreditava que os homens e as mulheres deviam se conhecer, e conhecer outros, antes de se unirem. Segundo ela, os suecos riam quando perguntados se queriam casar com uma virgem, pois, para eles, não importava.⁵⁶⁹

O diálogo entre Thulin e Fallaci reunia um conjunto de valores sociais que eram contestados, desde a submissão feminina no casamento até a virgindade. Considerando que essa foi a primeira edição de REALIDADE, parece que a revista já quis mostrar dois de seus posicionamentos: a defesa da liberação feminina e da sexual. Nesse sentido, a Suécia aparecia como um modelo de país a ser seguido, e, embora o Brasil não fosse mencionado, mesmo porque ambas mulheres não eram brasileiras, o leitor mais interessado no assunto pode constatar o contraste entre as duas sociedades.

Sobre a questão da sexualidade em REALIDADE, cabe destacar a pesquisa de André Koeche, talvez uma das pioneiras no enfoque. Sua dissertação de mestrado, apresentada em 1989, é uma análise de algumas matérias da revista sobre sexo, com o questionamento se seriam uma forma de distrair o leitor dos acontecimentos políticos ou se tinham mesmo o objetivo de difundir a liberação sexual. Sua conclusão defende a segunda opção, de forma que não havia apenas uma provocação dos desejos do leitor.⁵⁷⁰ Para o pesquisador, a revista publicava tanto textos superficiais e evasivos, para mero entretenimento, quanto reportagens mais profundas, com fins educacionais.

⁵⁶⁹ Dois anos depois, um artigo do psiquiatra José A. Gaiarsa seria publicado por REALIDADE, no qual contava sua experiência na Suécia e relatos de suecos e sua relação com as leis mais livres. *Os suecos são felizes?* parece partir do pressuposto de que a liberdade das leis suecas não faziam a população feliz, contudo, isso parece ser a perspectiva do narrador, que acreditava identificar nos rostos dos suecos frieza, indiferença e solidão, o que seria um indício, para ele, dessa infelicidade sueca. Gaiarsa admitia ser contra o divórcio quando houvesse filhos, pois acreditava que o casal precisava permanecer junto para criá-los, o que já mostrava uma visão de preservação da família, mais próxima dos valores tradicionais. Cabe observar que não se tratava de uma reportagem investigativa, mas uma matéria sobre a impressão do psiquiatra e a seleção de reclamações que ouvia. Se difere das observações de Ingrid Thulin porque se trata do olhar estrangeiro em relação a determinada população, e não a sua própria vivência em determinadas convenções e leis. GAIARSA, José A. Os suecos são felizes? *Realidade*, pp. 128-143, n. 29, ago. 1968. Mensal.

⁵⁷⁰ KOECHE, André. *A revista Realidade e o significado de suas matérias sobre sexo: manipulação ou liberação?* 1989. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

O decreto do Ato Institucional Nº 5 não havia impedido que REALIDADE seguisse publicando matérias sobre sexualidade. Segundo Koeche, é possível admitir que a ditadura brasileira tenha permitido

a vivência de uma liberdade no plano sexual com o propósito oculto de dirigir a percepção das pessoas para longe de assuntos problemáticos como, por exemplo, o da perda da autonomia sindical, o da inferioridade do capital nacional frente a grupos empresariais estrangeiros, o da repressão política e o do desgaste do Milagre.⁵⁷¹

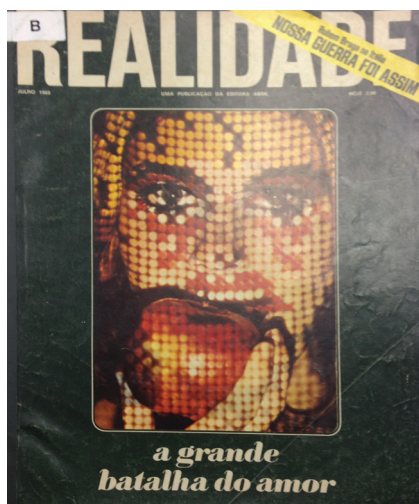
O autor argumenta que, mesmo que REALIDADE tenha servido aos propósitos do governo de desviar a atenção dos problemas sociais, políticos e econômicos do período, não se pode negar que a revista tenha atuado também para uma emancipação sexual. A obra contribui na reflexão das motivações dos jornalistas, e algumas matérias serão retomadas neste capítulo, com a visão própria deste trabalho, enquanto outras já foram ou serão analisadas com diferente enfoque.

O período após o AI-5 foi o que teve maior concentração de reportagens sobre o comportamento sexual no Brasil e no mundo. Foi possível encontrar, na fonte pesquisada, pelo menos sete textos apenas nos anos 1969 e 1970 (durante a direção de Paulo Mendonça) cujo tema central era o sexo. Apresentadas em ordem de publicação, a onda de matérias sobre sexualidade

teve início com o debate sobre a desmistificação do sexo em *É a revolta contra a alma*,⁵⁷² sobre setores estudantis e intelectuais que questionavam o domínio da mente sobre o corpo. Para esses grupos, as relações sexuais não eram mais tabu, e suas ideias contrariavam a disseminação na Idade Média dos perigos do corpo e da importância da alma. Apesar do assunto ser a transformação de pensamentos, as imagens utilizadas, do fotógrafo David Drew Zingg, eram comuns na representação do pecado: a mulher e a maçã.

Em seguida, foi encontrada a matéria *A escalada sexual*,⁵⁷³ sobre a presença de mensagens de sexo e nudez na publicidade, na televisão, no cinema, no teatro e na literatura, que era uma contraposição à falta de educação sexual nas escolas, o que fazia com que o tema ainda fosse um tabu entre os jovens. Enquanto os meninos exigiam de suas futuras esposas a virgindade, algumas meninas casavam-se sem saber o que era o ato sexual, negando-se

Imagem 18 – A mulher e a maçã



Reprodução

Fonte: FRANCIS, Paulo.

É a revolta contra a alma.

Realidade, pp. 78-88, n. 40, jul.

1969. Mensal.

⁵⁷¹ Id., *ibid.*, p. 34.

⁵⁷² FRANCIS, Paulo. *É a revolta contra a alma*. *Realidade*, pp. 78-88, n. 40, jul. 1969. Mensal.

⁵⁷³ ANDRADE, Luís Edgar de. *A escalada sexual*. *Realidade*, pp. 26-38, n. 43, out. 1969. Mensal.

a fazê-lo na noite de núpcias, pois suas mães não as havia ensinado. No texto, foi mencionada uma fala do General Albuquerque Lima, então ministro do Interior, à Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, em 1968. O general denunciava os padres e as freiras dos colégios do Rio de despertarem “o sentimento sexual nas môças não para resolver êsse problema, que elas nunca tiveram, mas para criar indagações e desagregar a família”.⁵⁷⁴

A matéria analisava, ainda, como, apesar da falta de debate nas escolas, o sexo era utilizado para vender produtos, desde cigarros até guarda-chuvas, enquanto, no entretenimento, se intercalava entre o tabu na televisão e a “falta de tabu” no cinema e no teatro. Ítala Nandi, por exemplo, foi mencionada na matéria por encenar um nu total na peça *Na Selva das Cidades*, original de Bertolt Brecht, dirigida por José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina de São Paulo. Da mesma forma, o autor exemplificou com a revista *Fairplay*, dirigida por Ziraldo, na qual mulheres brasileiras posavam nuas, entre elas, Ítala Nandi novamente.⁵⁷⁵ Também foi mencionada a literatura erótica. Ao final, o texto apresentou a visão de um sociólogo que apontava esse excesso de sexo na mídia mais como o reflexo de uma rebelião juvenil do que como uma revolução sexual. Para ele, ainda havia muitos valores tradicionais arraigados na sociedade, que se misturavam e freavam as novidades.

Já em *Sexo 2000*,⁵⁷⁶ foram reunidas algumas das ideias de Albert Rosenfeld, norte-americano autoridade em biologia e genética, nas quais o autor imaginava as mudanças que poderiam acontecer na instituição da família com os avanços da sua área. Nesse artigo, foram mencionadas novas projeções de famílias, a partir das possibilidades criadas pela inseminação artificial. Segundo o autor, não havia mais a necessidade de sexo para a reprodução, apenas para o prazer, de forma que as demandas de homens e mulheres se alterariam, sendo que as últimas buscariam mais o sexo oposto para se satisfazer, o que poderia até causar uma inversão de papéis, uma vez que os homens precisariam estar “descansados” para satisfazer as mulheres.

Em *Chegaram os anos 70*,⁵⁷⁷ foram reproduzidos textos dos pesquisadores Erwin K. Schench e Marshall McLuhan com previsões para as mudanças de comportamento na década de 1970. Erwin K. Schench previa para a mulher a possibilidade de trabalhar em muitas profissões que antes eram apenas de homens. O autor apontava como as qualidades de mulheres o maior grau de compreensão, de atenção e de exatidão. Para ele, os papéis se modificariam, com novas experiências para elas e mais inseguranças para eles. As profissões seriam feminizadas, entre elas, a de professora, sendo que, “para os homens, será melhor procurar trabalhos de alta especialização técnica, do que uma tarefa pouco qualificada de escritório.”⁵⁷⁸

Marshall McLuhan, por sua vez, apontava na dessexualização e na naturalização da nudez um novo significado para o casamento, a família e o que era ser homem ou mulher. A nova era tecnológica, da comunicação, quebraria as distinções acentuadas na era industrial,

⁵⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 30.

⁵⁷⁵ A atriz foi entrevistada pela revista em 1966, e sua visão sobre a liberdade sexual no país será abordada no item 4.2.2.

⁵⁷⁶ ROSENFELD, Albert. *Sexo 2000. Realidade*, pp. 128-143, n. 45, dez. 1969. Mensal.

⁵⁷⁷ CHEGARAM OS ANOS 70. *Realidade*, pp. 48-62, n. 46, jan. 1970. Mensal. Também inclui um artigo de Bazon Brock, (autor anônimo, membro da Sociedade de Pesquisa e do Futuro, da Alemanha, sobre o crescimento do individualismo).

⁵⁷⁸ Id., *ibid.*, p. 51.

da separação do que era de homem (lógica) do que era de mulher (emoção). A masculinidade sofreria um processo de sensibilização. Com a pílula, o desejo sexual se libertaria da reprodução, e a mulher atingiria a mesma liberdade que o homem. O amor romântico seria substituído pela qualidade das relações, enquanto as famílias seriam formadas cada vez mais tarde, e haveria a tendência à tribalização. Essas novas atitudes fariam com que a prostituição não fosse mais necessária. Destaca-se a ousadia de uma das fotografias que acompanhavam a matéria, que apresenta uma mulher nua da cintura

para cima, sentada em uma cama e acompanhada por quatro rapazes (um deles não aparece na reprodução), que dormem. Não há a intenção de cobrir os seios da fotografada, assim como a cena não é erotizada, buscando provocar, mas ambientada de forma que a modelo que encara tranquilamente o leitor parece posar para uma situação corriqueira.

Na mesma edição foi publicada *Você acredita em revolução sexual?*,⁵⁷⁹ uma entrevista realizada por seis redatores de REALIDADE, todos homens, com o psiquiatra Paulo Gadêncio, apresentador do programa Jovem Urgente, da Tv 2 Cultura. Uma das perguntas foi sobre o efeito da educação sexual que as crianças recebiam naquele momento no futuro adulto, ao que o psiquiatra respondeu que a tranquilidade seria maior, com um número menor de mulheres frígidas, que, naquele momento, chegavam a compor 80% ou mais das mulheres sexualmente ativas. O médico tinha como base os atendimentos realizados em sua clínica psiquiátrica e os dados do serviço de ginecologia e obstetrícia do Hospital das Clínicas de São Paulo. Paulo Gadêncio contestava, ainda, a sociedade patriarcal e se dizia a favor de uma educação sexual igual para meninos e meninas. O psiquiatra defendia a experiência sexual antes do casamento, mas como uma escolha da mulher, não como uma obrigação – para saber se preferia ou não ser virgem, a moça teria que aceitar que era capaz de sentir desejo sexual para, então, escolher. O psiquiatra admitia que o lugar no qual se encontrava a opção entre ser virgem ou não era determinante – conforme a classe social, ela podia ficar excluída da sociedade e sobrar a prostituição, mas para uma classe mais culta, não seria problema.

Em dezembro de 1970, foi publicado *Acabou a intimidade?*,⁵⁸⁰ um artigo que explicava

Imagem 19 – Chegaram os anos 70



Reprodução

Fonte: CHEGARAM OS ANOS 70. *Realidade*, pp. 48-62, n. 46, jan. 1970. Mensal.

⁵⁷⁹ VOCÊ ACREDITA EM revolução sexual? *Realidade*, pp. 40-46, n. 46, jan. 1970. Mensal.

⁵⁸⁰ TRIPPETT, Frank. Acabou a intimidade? *Realidade*, pp. 177-178, n. 57, dez. 1970. Mensal.

o pudor sexual através da cultura. Para o autor, Frank Trippett, a tecnologia fazia com que as normas de intimidade fossem desaparecendo, já que não eram mais necessárias e já que a privacidade se tornava cada vez mais impossível. Dessa forma, as pessoas se tornariam mais “seres humanos”, no sentido de mais próximas à natureza.

Imagem 20 – Odete Rios



Reprodução

Fonte: RIBEIRO, Hamilton.

Qual o pecado de Odete?

Realidade, pp. 114-122, n. 48,
mar. 1970. Mensal

Cabe ainda mencionar o perfil de Cassandra Rios (pseudônimo de Odete Rios), realizado por Hamilton Ribeiro, que acabou abordando indiretamente a homossexualidade feminina devido ao caráter das obras da escritora, em *Qual o pecado de Odete?*⁵⁸¹ Conforme afirmado no texto, Odete Rios foi a primeira mulher a vender um milhão de exemplares, conseguindo se sustentar apenas da publicação de seus livros. Até o momento da reportagem, ela tinha publicado 23 obras, sendo 16 sobre a homossexualidade feminina. Por causa da temática, a autora chegou a ser procurada pela Delegacia de Costumes por ultraje público ao pudor e teve que pagar multa por escritos obscenos, além de ter sofrido a ameaça de ter todos os seus livros proibidos (oito deles já estavam vetados até aquele momento). Quando perguntada sobre o que pensava a respeito da homossexualidade, a escritora respondeu ser uma coisa normal, “uma forma de

sexualidade como as outras”. Já o casamento entre pessoas do mesmo sexo, para ela, seria engraçado, visto que “e quando um casamento dêsesse se desfizesse quem reclamaria pensão de quem?”⁵⁸²

As informações sobre a vida pessoal da escritora foram distribuídas ao longo do perfil. Em nenhum momento foi afirmada a sua sexualidade, embora, ao longo do texto, algumas pistas pudessem levar à conclusão de que Odete Rios era homossexual, dependendo da interpretação do leitor sobre as observações do repórter. A escritora assumiu que havia se casado de fachada com um amigo, para ter a liberdade de escrever sem romper com a família, muito católica. Suas vestes eram compostas apenas por blusão e calça comprida (um visual que pode ser considerado como masculinizado) e dividia a moradia com quatro cachorros, todas fêmeas, e uma amiga, Maria (o que pode indicar a preferência pela companhia feminina). O repórter mencionou, ainda, que havia três reproduções clássicas de mulheres nuas atrás da escrivaninha de seu escritório (talvez uma predileção também pela beleza feminina). Ribeiro narrou um pouco sobre a recepção familiar de Maria, a amiga, que ofereceu café, bolo ou doce que uns parentes mandaram, e sobre a entrevista ter sido interrompida por uma vez ou outra pela chegada de um

⁵⁸¹ RIBEIRO, Hamilton. Qual o pecado de Odete? *Realidade*, pp. 114-122, n. 48, mar. 1970. Mensal.

⁵⁸² Id., *ibid.*, p. 122.

parente de Odete ou de Maria (amostras do ambiente familiar no qual as duas se encontravam). Ao final, mencionou que, apesar da escritora ser amável com os parentes, tinha problemas em hospedá-los, pois havia apenas um quarto no apartamento. Assim, o repórter pareceu direcionar o final da entrevista para deixar implícito a possível relação entre Odete e Maria, ao deixar transparecer a intimidade entre as duas mulheres. Em nenhum momento se encontrava um julgamento sobre a vida da escritora ou sobre seu tema de escrita. Considerando a constatação, atualmente, da invisibilidade lésbica na imprensa, parece inovador que a revista a tenha tratado de forma tão sutil.

O tema da homossexualidade já havia sido abordado pela revista antes, com um enfoque nem tanto generoso. Para a reportagem *Homossexualismo*, Hamilton Almeida Filho⁵⁸³ frequentou durante semanas os pontos de encontros de homens homossexuais. A descrição do ambiente e das pessoas e os diálogos observados mesclavam-se com fatos sobre a condição no período. Em um deles, após a passagem de dois soldados a trabalho em um dos bares, foi explicado que a homossexualidade não era proibida por lei, e a interferência policial só se verificava em casos de atentado ao pudor ou corrupção e exploração de menores. Foi informado que um anteprojeto de lei no Congresso Nacional visava proibir o aliciamento de pessoas nas vias públicas, destinado principalmente à prostituição, mas que, segundo o jornalista, afetaria os homossexuais por não haver distinção de sexo – nesse caso, ele se referia aos “profissionais”, homens que se prostituíam para outros homens em troca de dinheiro, presentes ou um lugar para dormir. Na matéria, foram descritos dois tipos de pessoas, as “bonecas”, homens mais afeminados e normalmente de classe mais baixa, e os homossexuais de classe média, mais discretos e cuja orientação sexual era segredo. Foram discutidas as visões de especialistas da psicologia, da religião e da sociologia, que em sua maior parte atribuíam a homossexualidade a um desvio na primeira infância causado pelas relações familiares e pelo ambiente social e que podia ou não ser curado. A reportagem partia do princípio que – como fica explícito no olho – os homossexuais eram “homens que negavam a sua condição de homem”, uma noção contestável no entendimento atual de orientação sexual, mas que, na época, era comum até nos setores mais avançados.⁵⁸⁴

Além da abordagem sobre sexo, também havia a questão da educação sexual infantil. Na mesma edição de *Acabou a intimidade?*, a chamada de capa era: “Sexo: a nudez atrapalha as crianças?”. Com o título *A descoberta*,⁵⁸⁵ o artigo era sobre como os pais podiam lidar com as crianças quando elas começassem a descobrir as diferenças biológicas entre os sexos. O texto recomendava que os pais agissem com naturalidade a respeito da nudez e da curiosidade

⁵⁸³ ALMEIDA, Hamilton. *Homossexualismo*. *Realidade*, n. 26, maio. 1968, pp. 112-122.

⁵⁸⁴ Como não é objetivo deste trabalho aprofundar a questão do tratamento da revista em relação à orientação sexual, recomenda-se a dissertação de Tiago da Silva Ferreira, que oferece uma visão mais abrangente sobre o tema. Para o pesquisador, a homossexualidade, nessa matéria, foi tratada de forma negativa, pejorativa, bem diferente das matérias que REALIDADE costumava produzir relacionadas à libertação sexual. FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1709.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

⁵⁸⁵ POPPOVIC, Ana Maria. *A descoberta*. *Realidade*, pp. 90-100, n. 57, dez. 1970. Mensal.

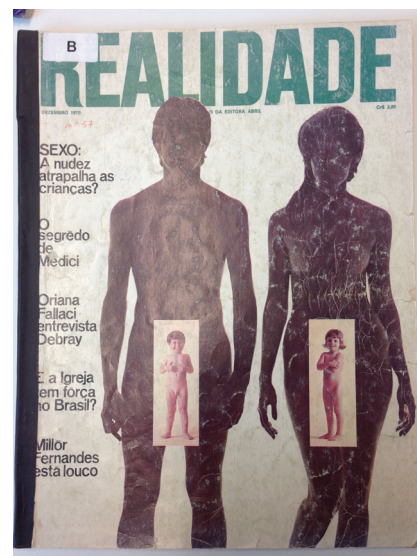
dos filhos, pois era normal que as perguntas surgissem. Na matéria, a psicóloga e educadora Ana Maria Popovic separou o sexo como de gênero (macho ou fêmea) do referente a acasalamento. A autora, ainda, apontou a colocação do problema como erro dos pais, uma vez que a educação social deveria transmitir atitudes, não instruir, sendo a revelação dos fatos secundária.

Esse tema já havia sido abordado em *REALIDADE* anos antes, na matéria *Êles devem saber a verdade*,⁵⁸⁶ uma reportagem sobre a importância dos pais educarem sexualmente seus filhos, evitando mentir sobre as relações naturais entre os seres humanos, mas, ao mesmo tempo, não os expondo excessivamente a questões da sexualidade, deixando-os se guiar apenas pela curiosidade infantil natural. Se defendia a educação sexual afim de desmistificar o sexo e evitar possíveis traumas na infância (como o sentimento de vergonha ou culpa). A falta de informação podia gerar um jovem rebelde ou adulto complexado. Se apontava que ambos os sexos deviam receber a mesma educação, mas que as meninas já eram “naturalmente” preparadas para a maternidade; o que faltava era a preparação da paternidade para os meninos.

Dois anos depois, José Carlos Marão escreveu a reportagem *Sexo sem medo*,⁵⁸⁷ na qual acompanhava a educação sexual aplicada por uma escola. Marão descreveu a rotina de uma escola na Lapa, na capital paulista, que abordava o nascimento e a reprodução de forma natural com as crianças, conforme as dúvidas fossem surgindo – da mesma forma que uma aula do sistema digestivo, por exemplo. Os educadores estimulavam o diálogo com os alunos em aulas mistas desde o ensino fundamental, de forma que eles descreviam com as suas palavras – e até palavras – o que aprenderam sobre o sistema reprodutor e, mais tarde, no ginásio, em grupos menores, como percebiam as mudanças no próprio corpo. Segundo o repórter, a educação sexual no Brasil ainda era experimental, diferentemente de países como a Suécia, onde a disciplina já era obrigatória, e países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Suíça e Itália, onde o debate era maior. Os professores da escola da Lapa defendiam a participação dos pais no ensino, mais importante ainda do que a escola, e que o tema fosse tratado simplesmente como “educação”.

No final da matéria, a revista mostrava dados colhidos de um questionário presente na edição de junho, que obteve 24 mil respostas, das quais 2.400 foram sorteadas aleatoriamente e

Imagem 21 – Educação Sexual na infância (1)



Reprodução

Fonte: POPPOVIC, Ana Maria. *A descoberta. Realidade*, pp. 90-100, n. 57, dez. 1970. Mensal.

⁵⁸⁶ NEGREIROS, Jaime. Êles devem saber a verdade. *Realidade*, pp. 92-102, n. 9, dez. 1966. Mensal.

⁵⁸⁷ MARÃO, José Carlos. Sexo sem medo. *Realidade*, n. 32, nov. 1968, pp. 173-187.

computadas pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Inese). A amostra era composta por uma maioria de homens (59%), jovens de 17 a 30 anos (77%), solteiros (71%), com instrução de grau médio (76%) e católicos (68%). Todos concordavam que a educação sexual era importante, o que a matéria deduziu ser resultado do fato de que os leitores que se propuseram a responder ao questionário tinham interesse no debate, enquanto os que eram contrários, ficaram em silêncio, o que a revista qualificou como “errado” e prejudicial ao debate. Dessa forma, foi afirmado diversas vezes que a pesquisa não era equivalente ao pensamento da sociedade brasileira, porque somente uma parcela seleta, inclinada a concordar com o tema, optou por responder. As perguntas também foram questionadas, por algumas deixarem uma margem para avaliações ambíguas. Da amostra, a maioria das respostas era a favor de uma educação sexual voltada a ambos os sexos (98%), e que o conhecimento sobre o anticoncepcional fosse incluído (89%). Mais mulheres (11%) do que homens (5%) afirmaram que a educação sexual masculina poderia ser importante na “arte da conquista”, o que foi interpretado como a crença feminina de que esse ensino melhoraria a relação entre os sexos. Enquanto a educação masculina era associada com a conquista, em relação à educação feminina, a alternativa era a defesa, na qual mulheres (28%) concordavam em maior número do que homens (21%). Nessas associações, a maioria de ambos os sexos acreditava que, em primeiro lugar, a educação sexual serviria para formar um bom pai (73%) e uma boa mãe (68%). Em segundo lugar, era necessária para uma maior liberdade masculina (33%) e feminina (30%).

O tema voltou a ser publicado em *O sexo no jardim da infância*.⁵⁸⁸ Assim como nas anteriores, essa matéria esclarecia que não havia interesse sexual quando a criança explorava o seu corpo e o de outros, e que procurava se identificar com o pai do mesmo sexo. Em contraposição, defendia uma educação sexual cheia de explicações, para além da curiosidade dos filhos, enquanto enfatizava que o comportamento dos pais era importante. Em comparação com a matéria *A descoberta*, aqui, aparecem apenas ilustrações, enquanto a outra continha fotos das crianças nuas se conhecendo. As imagens são tão contidas que nem em desenho apareciam os órgãos genitais. Faz-se necessário apontar novamente para as datas nas quais foram escritas, 1966 e 1975. Enquanto a primeira era uma fase mais contestatória e experimental da revista, nos seus anos tardios, se mostrava mais moderação, embora algumas pautas tenham permanecido as mesmas.

Além da mudança do que deveria ser tornado explícito ou não, as matérias selecionadas

Imagem 22 – Educação Sexual na infância (2)



Reprodução

Fonte: O SEXO NO jardim da infância. *Realidade*, pp. 38-42, n. 107, fev. 1975. Mensal.

⁵⁸⁸ O SEXO NO jardim da infância. *Realidade*, pp. 38-42, n. 107, fev. 1975. Mensal.

após 1973 possuíam a particularidade de tratar o sexo dentro do casamento, talvez menos como um sinal de conservadorismo, e mais por se tratar de uma nova fase da revista, com um público envelhecido. Além disso, as reportagens já não eram mais de caráter investigativo e se assemelhavam mais a artigos de opinião comprados de agências ou que faziam parte de algum lançamento literário. *O que está faltando no casamento?*,⁵⁸⁹ por exemplo, reunia trechos do livro *O casamento aberto*, de George e Nena O’Neil. O texto era uma reflexão sobre o casamento tradicional fechado, que impunha limites para a individualidade e a identidade do casal, e apresentava uma proposta de um casamento aberto, com base na confiança mútua, na troca de papéis conforme a necessidade e na comunicação franca. Como é possível perceber, as ideias apresentadas ainda eram voltadas a uma maior liberdade de agir, mas o público com o qual se comunicava eram os casados. Talvez o maior indicativo de um público envelhecido é *O prazer no amor, até que a morte os separe*,⁵⁹⁰ trechos do livro *Responsabilidade sexual da mulher*, de Maxime Davis, sobre sexo na velhice. A autora combatia o mito de que a mulher não tinha mais desejo sexual após a menopausa, uma vez que o sexo para ela estava mais ligado ao cérebro do que a seus ovários.

Os escritos sobre sexo a partir desse período se inspiravam, em maior parte, nos relatos e estudos dos terapeutas sexuais. *Os mitos do amor, em sete lições*,⁵⁹¹ por exemplo, apresentava explicações para destruir os sete mitos sobre o sexo, com base nas argumentações do professor e psicólogo Wardell Pomeroy, co-autor, com Alfred C. Kinsey, dos livros *Comportamento Sexual do Homem e Comportamento Sexual da Mulher*. As respostas do médico tinham como base o tratamento psicológico de casais e destruíam mitos que prejudicavam as relações sexuais, defendendo que homem e mulher cumprissem seus desejos sem se preocupar com lendas, como não poderem ver o corpo do parceiro ou estarem impedidos por menstruação ou por gravidez. *Os felizes mestres do amor*,⁵⁹² por sua vez, contava os feitos dos sexólogos William Howell Master e Mary Virginia Eshelman Johnson, que haviam ajudado homens a reencontrarem “a força viril” por meio da terapia.

O próprio William Master chegou a escrever o artigo *Os perigos do excesso de técnicas*,⁵⁹³ uma crítica ao modismo da terapia sexual. O autor apontava para o aumento da procura por tratamento sexuais e um conseqüente aumento das clínicas especializadas sem respaldo científico, e até falsos médicos que se aproveitavam para cometer abusos dos pacientes. Em pesquisa, o número de casais que relataram fracasso de tratamentos anteriores, na época em que seu livro *A incompetência sexual* foi escrito, era de 48%, e havia aumentado para 85% nos anos mais recentes. Segundo o sexólogo, seria praticamente impossível a proibição desses “charlatões” – termo utilizado por ele – porque não havia definição jurídica do que era um terapeuta sexual. O médico recomendava que os pacientes pesquisassem a idoneidade das

⁵⁸⁹ FERRAZ, Geraldo Galvão (org.) *O que está faltando no casamento?* *Realidade*, pp. 67-74, n. 90, set. 1973. Mensal.

⁵⁹⁰ DAVIS, Maxime. *O prazer no amor, até que a morte os separe*. Tradução de Guiomar Fedner. *Realidade*, pp. 128-129, n. 92, nov. 1973. Mensal.

⁵⁹¹ OS MITOS DO AMOR, em sete lições. *Realidade*, pp.68-69, n. 91, out. 1973. Mensal.

⁵⁹² OS FELIZES MESTRES do amor. *Realidade*, pp. 64-65, n. 95, fev. 1974. Mensal.

⁵⁹³ MASTERS, William H. *Os perigos do excesso de técnicas*. *Realidade*, pp. 92-93, n. 111, jun. 1975. Mensal.

clínicas nas quais procurassem tratamento para não passarem por uma situação negativa.

Se a medicalização sexual havia aumentado no período, também a literatura sobre sexo havia crescido, conforme *Para que tanto livro sobre sexo?*,⁵⁹⁴ fossem eles informativos ou “pornográficos”, como classificou a matéria. Embora algumas obras pudessem parecer repressivas por condenar as perversões, essa nova literatura era diferente da década de 1940, quando se tratava o sexo como algo limpo e matrimonial.

A própria REALIDADE realizou sua pesquisa em *O sexo na grande cidade*,⁵⁹⁵ um levantamento sobre a vida sexual de duzentos casais, que chegou à conclusão de que as relações estavam prejudicadas devido ao desgaste da vida nas cidades grandes. O sexo foi associado, aqui, ao poder aquisitivo, visto que, segundo as pesquisas, quanto mais baixa a classe, maior era a frequência sexual. Apesar disso, as preocupações com as contas e o excesso de trabalho foram indicados como prejudicadores da vida sexual do casal. A matéria considerava, provavelmente, que o maior poder de consumo das classes mais altas estivesse relacionado a uma maior dedicação ao emprego e a mais gastos com o lazer.

Nem sempre as matérias publicadas em REALIDADE eram positivas em relação à liberação sexual. Em *Ahhh! É a impotência*,⁵⁹⁶ com base na hipótese do psiquiatra George Ginsberg, foi afirmado que a impotência podia ser uma consequência da mudança do comportamento feminino em relação ao sexo. Antes, o homem era impotente porque havia cansado da mulher, depois, porque a mulher tornou-se mais experiente e exigente. Homens passaram a se considerar um objeto sexual aos olhos das mulheres, tornando-se passivos na relação. A culpa não seria da emancipação feminina, mas em como os homens viam a situação.

O texto também mencionou a editora literária da revista *World*, Midget Deoter, para quem as mulheres “renderam-se ao domínio da escolha ativa, mas no duro sentiram muito pouco prazer em ter que escolher”.⁵⁹⁷ Os homens tiveram que se deparar com “o desaparecimento do pênis”, uma vez que descobriu-se que a mulher podia ter orgasmos com ou sem ele. Contudo, a matéria terminou com um contraponto, do médico Albert Ellis, sexólogo americano, que discordava de George Ginsberg, e para quem a liberação sexual havia aumentado o número de casos reportados e não a impotência, pois mais homens passaram a fazer mais sexo.

A liberação feminina seria a responsável pelos problemas sexuais do casal também em *Como manter o encanto sexual (apesar do casamento)*,⁵⁹⁸ texto sobre o livro *O compromisso do prazer*, dos sexólogos William Howell Master e Mary Virginia Eshelman Johnson, segundo os quais

[...] viu-se através dos simpósios que a liberação feminina tem contribuído bastante para criar novos problemas entre casais. Frente a essa nova realidade, a mulher se “eleva” do nível onde estava, e o homem se “rebaixa”.

⁵⁹⁴ PARA QUE TANTO livro sobre sexo. *Realidade*, pp. 82-84, n. 93, dez. 1973. Mensal.

⁵⁹⁵ MORAES, Carlos. O sexo na grande cidade. *Realidade*, pp. 12-18, n. 117, dez. 1975. Mensal.

⁵⁹⁶ AHHAH! É A impotência. *Realidade*, pp. 30-34, n. 85, abr. 1973. Mensal.

⁵⁹⁷ Id., *ibid.*, p. 33.

⁵⁹⁸ COMO MANTER O encanto sexual (apesar do casamento). *Realidade*, pp. 92-93, n. 113, ago. 1975. Mensal.

Naturalmente, ela fica ansiosa frente a seu novo papel e ele se sente ameaçado. Em vez disso representar uma abertura para a maior realização sexual, torna-se competição.⁵⁹⁹

Os sexólogos apontavam que a educação diferente entre homens e mulheres, que ensinou a eles a liberdade sexual e permitiu a elas o prazer somente em tempos mais recentes, fez com que toda a responsabilidade da satisfação fosse do homem, mas a culpa da falta de sexo fosse da mulher.

Já *Para onde a liberdade sexual levará a humanidade?*⁶⁰⁰ foi um artigo extraído do livro *Suicídio Sexual - As falácias mortais do feminismo*, de George Gilder, do Instituto Kennedy de Política de Harvard, que atribuiu à libertação sexual a desvalorização do sexo, comprometendo a qualidade de vida. Segundo o autor, eram demonstrativos de frustração sexual a liberdade homossexual, a saturação pornográfica e os encontros de uma noite só. O sexo pelo prazer tinha acabado com a vontade dos casais de terem filhos, levando a um “suicídio sexual”. O autor culpava as feministas pelos problemas sociais. Segundo ele,

todos esses problemas sociais são, de uma forma ou de outra, eróticos. A frustração dos jovens é que os impele à desunião das famílias, às taxas crescentes de violência e criminalidade e às drogas, e tem sua origem na deformação fundamental da sexualidade. E os principais incitadores desses problemas são os homens, ou seja, os homens que cometem 90% dos crimes mais violentos, 100% dos estupros, 95% dos assaltos, 70% dos suicídios e 91% dos atentados às crianças e às famílias. E qual o movimento mais expressivo dessa nova e estapafúrdia ordem caótica? O da Libertação da Mulher, com o seu cortejo de panacéias para emancipar-nos da única instituição indispensável e capaz de superar a atual criminalidade: a família. As liberais querem o casamento mais aberto, numa época onde ele já se abriu demais. E tudo em nome de já conhecidos distúrbios de comportamento com novos nomes: bissexuais, andróginos. Humanizar ou emascular os homens? Qual a verdadeira intenção? Qual o real objetivo?⁶⁰¹

Outro texto que se diferenciava também das ideias abordadas anteriormente foi *O que os jovens querem falar sobre sexo*,⁶⁰² na qual dúvidas de jovens eram respondidas pelo psiquiatra David Reuben. Segundo este, o casamento, quando feito às escondidas, era motivado pela união de amor e pelo sexo sem culpa. O psiquiatra recomendava que os casais deixassem de ter relações sexuais um mês e meio antes do parto e atribuía a homossexualidade a problemas psicológicos.

Essas matérias foram escritas após 1972, um período em que REALIDADE perdia cada vez mais as características de sua produção dos anos iniciais. Não havia observação e vivência de repórteres, pesquisas com mais de um especialista e entrevistas com fontes. Os textos não

⁵⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 44.

⁶⁰⁰ GILDER, George. Para onde a liberdade levará a humanidade? *Realidade*, pp. 20-21, n. 101, ago. 1974. Mensal.

⁶⁰¹ Id., *ibid.*, p. 21.

⁶⁰² REUBEN, David. O que os jovens querem saber sobre sexo. *Realidade*, pp. 42-46, n. 103, out. 1974. Mensal.

parecem ter sido produzidos pela redação, e deviam ser comprados ou encomendados de outros veículos. A voz era principalmente de um especialista da área, sob seu ponto de vista, a partir de suas pesquisas. Quando havia a presença no texto do jornalista, ele fazia mais o resumo de um livro do que uma reportagem. Esses aspectos condiziam com as mudanças no jornalismo da revista e o investimento cada vez menor em produções locais. Visto que o trabalho era de fora, ficavam excluídas as discussões que poderiam acontecer dentro da redação, que contribuiriam na produção da notícia, na medida em que acrescentariam novos olhares às pautas. A complexidade das reportagens investigativas poderá ser conferida no próximo item, no qual é possível perceber o quanto seu método de produção jornalística enriquece o conteúdo. Não só as matérias são mais longas como a possibilidade de analisá-la se torna mais extensa, por oferecer múltiplos pontos de vista.

4.2.1 Métodos contraceptivos

Quando REALIDADE abordou o controle de natalidade e os métodos anticoncepcionais em *Brasil: 60 milhões de pílulas por ano*,⁶⁰³ em momento algum mencionou a liberdade sexual. A preocupação que mostrava na matéria era com o explosão populacional. O texto abria com o pedido de uma mulher, mãe de seis filhos pequenos, a um médico por um meio de não engravidar, já que a família não tinha condições de sustentar mais uma criança. A matéria explicou que, por lei, estava proibido “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar gravidez”, além de que o Código de Ética Médica dizia que “o médico não anunciará, clara ou veladamente, processo ou tratamento destinado a evitar a gravidez”.⁶⁰⁴ Entretanto, todos os métodos conhecidos de controle de natalidade eram praticados no Brasil, como o coito interrompido, o uso de preservativos, a abstinência periódica, as lavagens, o uso de comprimidos espumantes, cremes e geléias, os diafragmas e a esterilização. O número de abortos provocados por ano, segundo a reportagem, era de 500 mil a um milhão, uma estimativa que, segundo a matéria, só seria modificada com a divulgação dos métodos anticoncepcionais.

As pílulas anticoncepcionais e os dispositivos intra-uterinos (DIU) foram tratados, no texto, como os instrumentos que levaram médicos a uma revolução dos costumes. O Brasil passou a importar a pílula norte-americana Enovid havia três anos desde que a reportagem foi publicada e, naquele momento, sete laboratórios a fabricavam no Brasil: Organon (Linbiol), Johnson & Johnson (Novulon e Novulon S), Berlimed (Anovlar), Ciba (Noraciclina), Lilly (Sequence), Searle (Enovid) e Farmitalia (Ciclofarluta). Em 1965, haviam sido produzidas 60 milhões de unidades o que, segundo a reportagem, teriam sido utilizadas por pelo menos 230 mil mulheres. Devido as proibições, nas embalagens, no lugar da palavra anticoncepcional, constava que as pílulas eram indicadas para regularizar a menstruação, assim como o preservativo era “protetor masculino” e os cremes e geleias, produtos “para a higiene íntima”.⁶⁰⁵

⁶⁰³ BRASIL: 60 MILHÕES de pílulas por ano. *Realidade*, pp. 16-22, n. 2, mai. 1966. Mensal.

⁶⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 18.

⁶⁰⁵ Id., *ibid.*, p. 19.

As pílulas eram compostas por hormônios sintéticos que impediam a ovulação. REALIDADE explicava o que era e como funcionava a pílula, procurando tranquilizar os leitores sobre seus efeitos no corpo – havia efeitos colaterais, mas atingiam poucas mulheres, por um curto período, e não eram graves. A revista atribuiu a conquista da propagação desse método à Margaret Sanger, fundadora do movimento de controle de natalidade dos Estados Unidos. Foi ela quem sugeriu a pesquisa de um melhor meio anticoncepcional ao médico Gregory Pincus, da Fundação de Worcester de Biologia Experimental, em Massachusetts, que, por sua vez, com a ajuda do professor John Rock, chegou às pílulas.

O DIU, por sua vez, era um objeto de plástico ou de metal, em forma de anel, espiral ou duplo S, que era introduzido por médicos no útero da mulher, sendo apresentado pela primeira vez por um ginecologista alemão, Graefenberg, em 1921. Foi consagrado em 1964, quando quinhentos especialistas se reuniram em Nova Iorque no II Congresso sobre Dispositivos Intra-Uterinos e atestaram a eficácia do método. A matéria apontou, ainda, para a produção em teste de uma pílula masculina, à base de nitropirrol, que esterilizaria o líquido seminal, assim como mencionou a pílula do dia seguinte, estudada pelo Instituto Weizmann, de Israel.

REALIDADE indicou que o crescimento demográfico podia ser uma razão para se propagar o controle da natalidade. Segundo a reportagem, em novembro de 1965, havia sido realizada a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia na Guanabara, que reuniu economistas, juristas, sociólogos, religiosos e médicos, todos em defesa do planejamento familiar. A reunião resultou na Sociedade do Bem-Estar Familiar do Brasil (Bemfam).

Quatro meses depois, na seção Brasil Pergunta, REALIDADE lançou a questão: Devemos limitar a natalidade?⁶⁰⁶ Do lado do “sim”, estava o economista Glycon de Paiva, economista, que utilizou como argumento o número de abortos, apontando a estimativa de 1.488.000 abortos por ano. Para ele, a preocupação maior era com o número de pessoas em situação miserável de vida, o que aumentava com a falta de controle de natalidade, já que o número de nascimentos excedia o necessário para se fazer funcionar o país. Já do lado do “não”, quem argumentava era o frei Pedro Secondi, que achava alarmista a visão de uma explosão demográfica e afirmava que cabia a cada um em particular decidir ter ou não filhos. O país era grande e possuía recursos suficientes para uma população crescente, assim como havia países desenvolvidos que davam conta de uma população ainda maior que a brasileira em um território menor.

A revista chegou a abordar a interrupção da gravidez, ilegal no Brasil. *O aborto*⁶⁰⁷ foi uma reportagem construída com estatísticas, opiniões, pesquisas de especialistas da medicina e a experiência de uma mulher que precisou realizar o procedimento. Escrita por Norma Freire, a matéria revelou que, naquele período, a cada ano, mais de trinta milhões de mulheres abortavam no mundo, 85 mil por dia, ou 59 por minuto, sendo que, no Brasil, havia uma

⁶⁰⁶ BRASIL PERGUNTA. *Realidade*, p. 138, n. 6, set. 1966. Mensal.

⁶⁰⁷ FREIRE, Norma. O aborto. *Realidade*, pp. 156-163, n. 27, jun. 1968. Mensal.

média de quinhentas mil por ano.⁶⁰⁸ A lei brasileira permitia que o aborto fosse feito apenas quando a vida da mãe corria risco ou em decorrência de estupro. Segundo informações da matéria, em todo o globo, mulheres enfrentavam a ilegalidade ou a burocracia para interromper a gravidez, muitas vezes correndo risco de morrer em tentativas realizadas em casa ou por profissionais da saúde pouco confiáveis.

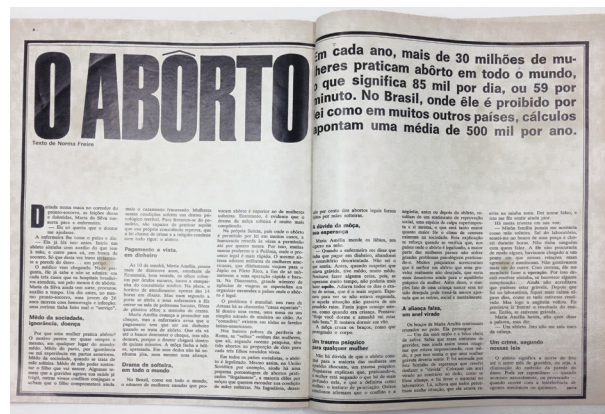
No Chile, o processo era legalizado em caso de indicação médica e, na Bolívia, no México, na Venezuela e na Espanha, não era tolerado nem em caso de estupro, apenas quando a mãe corria risco de vida, assim como acontecia com a maioria dos estados dos Estados Unidos. As estadunidenses viajavam para países como Japão ou Porto Rico, onde o procedimento era legal e barato. Suécia, Dinamarca e Noruega aceitavam o aborto por questões econômicas, porém, na primeira, a burocracia causava entraves para que a interrupção da gravidez fosse realizada, o que fazia com que as mulheres viajassem até a Polônia, onde era mais rápido conseguir o procedimento.⁶⁰⁹ Na Dinamarca, também apesar da legalização, existiam excursões para países onde não havia restrições para o aborto. Na União Soviética, o procedimento era permitido desde a década de 1920, sem restrições.

Ao indagar a motivação das mulheres para praticarem o aborto, a jornalista afirmou que o motivo parecia ser o medo:

Mêdo do parto, por ignorância ou má experiência em partos anteriores. Mêdo da sociedade, quando se trata de mãe solteira. Mêdo de não poder sustentar o filho que vai nascer. Algumas temem que a gravidez agrave sua saúde já frágil, outras vivem conflitos conjugais e acham que o filho comprometerá ainda mais o casamento fracassado. Mulheres nestas condições sofrem um drama psicológico terrível. Para livrarem-se do pesadelo, são capazes de praticar aquilo que sua própria consciência reprova: que a lei chama de crime e a religião condena com todo rigor: o abôrto⁶¹⁰

Norma Freire afirmou que, no contexto global, as mulheres casadas abortavam mais do que as solteiras, mas, para estas, o caso era mais complicado, devido a proibição moral do sexo antes do casamento. Segundo a repórter, para a maioria das mulheres, o aborto era um trauma,

Imagem 23 – O aborto



Reprodução

Fonte: FREIRE, Norma. O aborto. *Realidade*, pp. 156-163, n. 27, jun. 1968. Mensal.

⁶⁰⁸ Número que diverge com o apresentado por Gilda Grillo, que apontou, na Edição Especial, um milhão e meio de abortos por ano. Por ser um ato que não deixa registros, as estimativas do número de abortos no Brasil variam. Na matéria que será abordada em seguida, *Não matará* afirma-se que as estimativas variam entre 250.000 e 1.700.000 abortos por ano.

⁶⁰⁹ Segundo Ingrid Thulin, em *As suecas amam por amor*, o aborto na Suécia exigia a permissão de dois médicos e de um psicanalista.

⁶¹⁰ FREIRE, op. cit., p. 156.

explicado por alguns especialistas por ser a negação do “instinto natural” feminino, enquanto para outros, por causa da reprovação social. A jornalista discorreu mais sobre o último aspecto, explicando que era uma argumentação sustentada pelo fato de ser menos traumatizante para mulheres que viviam em lugares no qual era permitido. Havia, ainda, a alegação de que um filho indesejado era um sofrimento muito maior, tanto para a família quanto para a própria criança.

Para Freire,

No problema, que é **da mulher**, está envolvida a própria sociedade, que é essencialmente **do homem**. E é esta sociedade **masculina** que estabelece as condições, os meios, as leis sobre o assunto sem querer comprometer-se muito com ele. O aborto é instituição em todos os países, com ou sem reconhecimento legal. Em alguns países, como Espanha, Portugal e Brasil, chega mesmo a ser encarado como “o principal método de controle de natalidade”.⁶¹¹

A jornalista argumentou que era um problema a falta de acesso a métodos anticoncepcionais e educação sexual pelas classes mais baixas e lembrou das complicações causadas por aquelas que não tinham dinheiro para pagar um aborto. Em São Paulo, a taxa de mortalidade de mulheres que interrompiam a gravidez ilegalmente era mais baixa do que no resto do Brasil e da América Latina, porque um em cada três dos abortos ilegais era feito por médicos. O preço da operação variava entre duzentos e seiscentos cruzeiros novos. Conforme um médico de plantão entrevistado pela jornalista, “era preciso entender que ninguém faz aborto porque gosta, mas porque de algum modo se viu obrigado”.

Essa reportagem foi produzida a mais de um ano após a Edição Especial, mas cabe voltar à matéria *A mulher brasileira hoje*,⁶¹² para mais alguns dados coletados pelos jornalistas. Quase dois terços das entrevistadas aceitavam o aborto, sendo que, entre aquelas que alegavam não ter religião, a proporção era de 80%. Entre as diplomadas, a proporção era de 73% e, entre as católicas, 65%. As protestantes e as analfabetas eram as que em maior proporção rejeitavam o procedimento; 41% das primeiras aceitavam o aborto, e 34% das outras. Um quarto das entrevistadas afirmaram que já haviam abortado, sendo que a proporção das analfabetas era de 44%, acima do número das que diziam aceitar o aborto, o que pode mostrar, mais do que uma incoerência entre discurso e prática, que muitas vezes a interrupção da gravidez era uma necessidade da qual a mulher não conseguia fugir, mesmo que fosse contra os seus princípios. No caso das diplomadas, por outro lado, por mais que fossem as que mais aceitassem, eram as que menos realizavam o procedimento, o que a revista apontou como sendo, possivelmente, por causa do acesso aos métodos anticoncepcionais e da educação sexual que recebiam.

A princípio, até o que pode ser apurado neste trabalho, não é possível afirmar se houve alguma represália à revista por causa do tratamento do tema como uma realidade brasileira distante da ideia de criminalidade que a proibição do aborto passava, afinal, a matéria foi publicada em um Estado que associava a ordem política à integridade da família. O que se pode

⁶¹¹ Id., *ibid.*, p. 159. Grifos no original.

⁶¹² A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal.

afirmar é que o tema voltou a ser pauta na edição de julho de 1972, em uma outra fase da revista, sob a direção de Milton Coelho, com enfoque diferente do usado por Norma Freire, conforme a análise realizada.

Na edição número 76 foi publicada uma série com cinco matérias que discutiam o aborto, organizadas por Audálio Dantas e Domingos Meireles. Cabe destacar que, desta vez, os textos foram elaborados por dois homens, e não escritos por uma mulher, como no caso de *O aborto*. A primeira matéria, *Não Matarás*,⁶¹³ era uma apresentação de dados sobre o aborto no Brasil, apontando diferentes estimativas do número dos procedimentos realizados no país, desde a alegação de que havia três abortos por minuto em 1970, até números que variavam entre 250.000 e 1.700.000 por ano. Na matéria seguinte, *Aborto: sim ou não?*,⁶¹⁴ onze especialistas, entre sociólogos, religiosos, magistrados e professores de universidade, se posicionaram a respeito do tema, sendo apenas um deles mulher, a antropóloga Carmen Junqueira de Barros Lima, professora da Universidade Católica de São Paulo. Segundo os depoimentos, quatro pareciam apoiar a legalização do aborto, dois desses com restrições e um de forma dúbia – sem deixar claro se era a favor, mas apontando os problemas que a proibição causava. Em todos os discursos, não foi discutido o papel do pai da criança, apenas a mãe era responsabilizada. O fato de ser uma decisão da mulher ou “do casal” foi somente mencionado pela única mulher do grupo.

Em seguida, *Estou grávida. E agora?*⁶¹⁵ era uma matéria que continha dez depoimentos de mulheres que precisaram passar por um aborto, ou decidir se abortariam ou não. O último depoimento foi o de uma mulher que resolveu ter o filho, tendo que brigar com o pai da criança, que já tinha pressionado outra namorada a abortar duas vezes e não sabia porque essa também não aceitava passar pelo procedimento. Quatro dos depoimentos eram de homens, sendo que apenas um deles relatou que passou por essa situação com apenas uma mulher. Um deles afirmou que duas namoradas abortaram, enquanto outro chegou a relatar que passou pela situação com duas esposas e um caso esporádico. Por fim, o outro afirmou que uma esposa e uma amante abortaram enquanto estavam em um relacionamento com ele. Esses casos se destacam pela participação masculina, pouco mencionada nas discussões sobre o aborto. O restante dos depoimentos era de mulheres casadas ou solteiras, que não possuíam condições financeiras para criar (mais) um filho, uma “acostumada” com o procedimento, outra que passou pelo risco de morrer ao realizar um aborto caseiro por meio de sonda,⁶¹⁶ outra que ingeriu chás abortivos, e, ainda, uma que relatou a naturalidade de como é feita a operação em uma clínica clandestina.

⁶¹³ DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Não matarás. *Realidade*, pp. 54-61, n. 76, jul. 1972. Mensal.

⁶¹⁴ DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Aborto: sim ou não. *Realidade*, pp. 62-68, n. 76, jul. 1972. Mensal.

⁶¹⁵ DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Estou grávida. E agora? *Realidade*, pp. 69-74, n. 76, jul. 1972. Mensal.

⁶¹⁶ O processo consiste em introduzir uma sonda até o colo do útero de forma a furar a bolsa de líquido na qual o embrião está protegido, causando uma infecção e fazendo com que o útero se contraísse de modo a eliminar o embrião do corpo. Esse tipo de procedimento também era realizado com uma agulha de crochê e é um dos métodos que mais levam mulheres aos hospitais e ao óbito, uma vez que a infecção pode não ser controlada, provocando febre, intoxicação e hemorragia. VARELLA, Drauzio. A questão do aborto. *Site Drauzio Varella*, 2 abr. 2015. [meio eletrônico]. Disponível em: < <http://drauziovarella.com.br/mulher-2/gravidez/a-questao-do-aborto/>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

A quarta matéria da série, *É melhor fechar os olhos*,⁶¹⁷ era o relato de processos abertos contra clínicas de aborto ou parteiras. Em um dos casos, por causa de uma operação, a parteira, a mulher e o marido foram condenados. O texto mencionou que, no código penal, estava previsto que a gestante tinha condenação de quatro anos, enquanto que aquele que provocou o aborto sem o consentimento da mulher podia pegar pena de dois a oito anos, e aquele que acidentalmente provocou o aborto na gestante ao praticar violência contra ela, de três meses a um ano. Fica evidente que o código penal culpabilizava mais a mulher que decidia pela interrupção da gravidez do que até mesmo a violência praticada contra ela.

Por fim, *Afinal, onde está a razão?*⁶¹⁸ apontava para os setores da sociedade que defendiam a legalização do aborto. A matéria mencionou o Movimento de Libertação Feminina e o Manifesto das 343 (redigido por Simone de Beauvoir e assinado por nomes como Catherine Deneuve, Micheline Presle, Agnès Varda, Jeanne Moreau, entre outras mulheres), que exigiam o aborto livre, chamadas, no texto, de mulheres “zangadas”. Ainda foram citadas as clínicas de aborto como um negócio lucrativo.

Entre *O aborto*, de Norma Freire, e a série de Audálio Dantas e Domingos Meireles, é possível observar a diferença do tratamento da pauta, possivelmente por se tratar de uma mulher e dois homens. Na primeira matéria, o texto é mais intimista, e busca o ponto de vista da mulher, além de estatísticas e especialistas. A repórter atua como narradora e observadora do conflito sofrido pela fonte. Na série, pela fase na qual REALIDADE se encontrava, já não havia a convivência do repórter com fontes, sendo esta substituída por especialistas e depoimentos. O critério de seleção de fontes parece tender àquelas que reforçavam o pensamento de que o aborto deveria ser ilegal. A maioria das opiniões de especialistas apresentadas era de homens, e o movimento feminista foi tratado com deboche no texto. Além disso, Freire, como se sabe, compartilhava os ideais de esquerda, um meio no qual, devido à influência do comunismo, pode-se afirmar que a interrupção da gravidez era aceita. Embora não seja possível afirmar a ideologia de Dantas e Meireles, eles integravam a redação em um período em que muitos dos funcionários ligados aos movimentos de resistência à ditadura haviam sido ou afastados, ou se demitiram. Nesse caso, o gênero dos jornalistas e a sua ideologia podem estar presentes no texto apresentado. Embora, nesta pesquisa, não seja pretendida uma análise de discurso, os dois exemplos contribuem para a observação das particularidades do jornalismo. Em um mesmo veículo, cuja linha editorial, em tese, permaneceu a mesma, o mesmo assunto foi abordado de formas distintas, podendo levar a interpretações diferentes e até contraditórias.

Embora essas nuances se apresentem em REALIDADE, o caráter inovador não chegou a ficar excluído de suas pautas após 1968, assim como a sua divulgação dos métodos contraceptivos, incluindo, no debate, anticoncepcionais masculinos. *O que é melhor do que a*

⁶¹⁷ DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). *É melhor fechar os olhos?* *Realidade*, pp. 76-80, n. 76, jul. 1972. Mensal.

⁶¹⁸ DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). *Afinal, onde está a razão?* *Realidade*, pp. 81-83, n. 76, jul. 1972. Mensal.

*pílula, a vasectomia, o ritmo ou o celibato?*⁶¹⁹ sugeria o suporte atlético,⁶²⁰ como um método para ajudar no controle térmico da reprodução, impedindo a fecundação. A forma mais adequada seria o ultrassom, mas seria preciso mais testes para encontrar a dosagem e a melhor maneira de se fazer o controle por ele. Banhos quentes e suportes apertados não eram uma garantia de anticoncepcional. Segundo o autor, estudos desse tipo cessariam o protesto feminista de que não havia investimento no estudo de um anticoncepcional masculino por causa do chauvinismo dos homens não quererem mexer com o próprio corpo. A outra matéria é *Mais amor, menos filhos*,⁶²¹ sobre um anticoncepcional masculino em teste, o Phaser, válvula que controlava a liberação de espermatozoides, idealizada pelo engenheiro Luis Bucalo, dono da Bionyx Corporation. A matéria falava sobre a facilidade do uso da válvula e a vantagem de não ser um processo que impedia homens de terem filhos para sempre.

No outro lado da abordagem dos métodos contraceptivos e da liberdade sexual, REALIDADE acusava os próprios preconceitos da sociedade em relação a estes, procurando mostrar como as convenções sociais limitavam os direitos da mulher. Se as décadas de 1960 e 1970 traziam transformações nos comportamentos, o Brasil ainda resistia às liberdades propostas.

4.2.3 Liberada, mas nem tanto

Na reportagem *A mulher brasileira hoje*,⁶²² algumas questões exploraram a visão que as mulheres entrevistadas tinham a respeito da sexualidade. Segundo a matéria, um quarto delas se dizia envergonhada ao falar sobre sexo. Também um quarto das entrevistadas concordava que o papel feminino nas relações sexuais era apenas satisfazer o marido. As que em maior proporção responderam não possuir problemas em conversar sobre sexo eram sem religião (93%), diplomadas (89%) e de classe alta (86%). Igualmente, a maioria das diplomadas (97%) discordava sobre a responsabilidade exclusiva da esposa de satisfazer o cônjuge. Para 57% das entrevistadas, sexo era o fator mais importante na relação, e 70% concordavam que a mulher podia gostar de sexo e ainda assim ser considerada decente – no grupo das diplomadas, todas apoiavam a afirmação. Em proporção um pouco menor, 52% acreditavam que as mulheres possuíam as mesmas necessidades que os homens.

Conforme a coleta de dados realizada por REALIDADE, as mulheres que mais defendiam a liberdade sexual feminina – o exercício de sua própria sexualidade – eram aquelas com educação superior e de classes mais altas.⁶²³ Entretanto, os resultados da pesquisa podiam pouco representar o cotidiano das brasileiras, e mais como elas gostariam de agir do que como de fato agiam. Apesar de 75% das mulheres afirmarem que aceitavam falar sobre sexo, Alessandro

⁶¹⁹ RORVIK, David M. O que é melhor do que a pílula, a vasectomia, o ritmo ou o celibato? *Realidade*, pp. 30-32, n. 110, mai. 1975. Mensal.

⁶²⁰ Tipo de proteção nas roupas de baixo masculinas, normalmente utilizada durante eventos esportivos.

⁶²¹ MAIS AMOR, MENOS filhos. *Realidade*, pp. 106-108, n. 78, set. 1972. Mensal.

⁶²² A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal. A amostra coletada pode ser conferida no item 4.1.1.

⁶²³ Provavelmente o mesmo grupo, visto que o acesso a educação superior no Brasil estava ligado ao poder econômico.

Porro, para uma entrevista publicada na mesma edição, precisou convidar sete mulheres até que encontrasse uma que aceitasse expor sua opinião e suas experiências no âmbito sexual. Mesmo que tenha se restringido a pessoas de classes mais alta e educadas, apenas a sétima opção do jornalista aceitou participar da entrevista. As outras seis convidadas – uma senhora da alta sociedade carioca, duas atrizes famosas, uma professora de literatura, uma colunista social e uma médica – negaram ou desistiram. Segundo o jornalista, algumas afirmaram estar entusiasmadas, mas foram desaconselhadas por uma amiga – caso da senhora da alta sociedade –, pelo marido – caso da médica – e pelo público – caso de uma das atrizes, que queria que seu nome não aparecesse. A outra atriz chegou a gravar a entrevista, mas desistiu; a professora não foi ao encontro marcado com o jornalista, pois na faculdade em que trabalhava poderiam não gostar, e a colunista social viajou para a Europa, “de repente”. Essa situação mostra que ainda não era possível falar abertamente sobre sexo no Brasil, e que as mudanças de comportamento da década de 1960 eram lentas e restritas a grupos mais engajados. Lembrando a afirmação de Luisa Passerini,⁶²⁴ há diferenças entre o que se tem na imagem feminina veiculada pela cultura de massas e a mulher real, o que pode ser identificado, em parte, na comparação entre os dados que se tinha das atividades e dos comportamentos da população e entrevistas com o que era veiculado na mídia. Após a segunda metade do século XX, apesar de surgirem representações da liberação feminina, reforçadas nas escolhas de pautas de REALIDADE, na prática, as mulheres que se sentiam emancipadas ainda eram uma minoria.

O jornalista Alessandro Porro encontrou sua Ingrid Thulin brasileira em Ítala Nandi, a única mulher que aceitou ser entrevistada na matéria *Esta mulher é livre*, publicada na Edição Especial com fotos de David Drew Zingg. Nandi é uma atriz que, na época, estreou peças como *Os Pequenos Burgueses*, *Os Inimigos*, *O Senhor Puntilla* e *Seu Criado Matti*. A atriz falou sobre moral, amor, pecado e comportamento sexual “sem censura ou ar de pregação – apenas a serenidade de quem enfrenta qualquer situação com todo o desembaraço”.⁶²⁵ Apesar da comparação, foi possível observar que Nandi não acreditava em uma “Ingrid Thulin brasileira”, visto que, segundo ela, o que foi mostrado na entrevista com a sueca não podia ser dito por uma brasileira:

Sexo não é um assunto que possa desligar da realidade que nos envolve. Liberdade sexual, antes de mais nada, faz parte da soma total de infinitas outras liberdades: e onde estão, aqui no Brasil, estas liberdades? Não me refiro ao tempo presente, à atualidade política. Refiro-me ao tempo marcado pelos relógios do interior, das cidades da fronteira, dos vilarejos do meu Rio Grande do Sul, ou, também, dos bairros das cidades grandes. Os ponteiros pararam nestes lugares: a única liberdade de que goza a mulher brasileira é a de escutar o homem, curvando a cabeça. Ela não participa de nada, não sabe nada. E não porque não quer, mas porque não pode.⁶²⁶

⁶²⁴ PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.), op. cit.

⁶²⁵ PORRO, Alessandro. *Esta mulher é livre*. *Realidade*, p. 76-79, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 76.

⁶²⁶ Id., *ibid.*, p. 77.

Segundo a atriz, a Suécia era como um outro planeta quando comparada ao Brasil, onde as pessoas tratavam sinais de afeto em público como imorais e escondiam livros de educação sexual dos filhos para que estes não soubessem demais. Diferentemente de um espírito de libertação que a década de 1960 podia passar, para Ítala Nandi nada havia mudado no país. Ela contou que:

veja só o que me aconteceu em São Paulo. Era um sábado de primavera, e eu estava com um amigo de quem gostava muito, na praça Roosevelt. Na hora do crepúsculo, ficamos comovidos olhando a côr do céu. Era tudo tão belo, tão sereno, que uma alegria repentina tomou conta de nós; êle me pegou entre os braços, e começou a rodar-me, cantando. Eu ria, ria como nunca. De repente, chegou um guarda: “Mas o que é isso? Não vêem que os outros estão olhando?” Ficamos assombrados, eu e meu amigo. Eu disse: “Mas estamos brincando, estamos contentes...” O guarda me olhou, severo: “Isto é imoral”. Era uma sentença. E virando-se para o rapaz: “O senhor deveria ter mais respeito com sua namorada, ouviu?” Que sábado triste. Acabou tudo: céu crepúsculo, alegria. Ficou um nó aqui, e foi duro engolir.⁶²⁷

Nandi afirmou que era normal os homens dizerem como a mulher era, mas que seria bom mesmo quando eles dissessem que ela pensava. Ela perguntou: “Chegará o dia em que os homens perceberão que a mulher pensa?”⁶²⁸ Para a atriz, isso dependia da atitude da mulher ao expor suas opiniões, mas as brasileiras estavam impedidas disso devido à “sua escravidão econômica, sua condição submissa, sua atitude de constante preocupação em querer agradar”.⁶²⁹ Nandi afirmou que muitos discordariam, dizendo que conheciam alguma mulher que se expunha. Ela também conhecia algumas, mas existiam outras milhões que não podiam nem ao menos defender a igualdade entre os sexos, porque precisavam, antes, sobreviver ao domínio do homem.

Segundo o jornalista, o que Ítala Nandi defendia era o poder de livre escolha e de maior participação na vida, e que isso só seria possível através da liberdade econômica. Logo, afirmou ele, essa possibilidade estaria disponível apenas para uma elite, uma minoria. A atriz concordou, mas acreditava que algo precisava ser feito. Era preciso dizer às mulheres submissas: “Olhem, observem, informem-se, procurem agir diante dos acontecimentos da forma mais honesta com vocês mesmas, e não por imposição dos outros. Se vocês sabem ler, leiam muito, qualquer coisa”.⁶³⁰ Segundo ela, o que se pensava ainda era se determinada escolha era moral ou imoral, quando devia ser uma opção entre certo ou errado.

A dificuldade de escolha das mulheres diante das expectativas da sociedade para elas foi um tema recorrente nas colunas de Carmen da Silva em *Claudia* e em *REALIDADE*, inclusive, na Edição Especial. No texto *Consultório Sentimental*,⁶³¹ a colunista relatou o que pode observar

⁶²⁷ Id., *ibid.*, p. 78.

⁶²⁸ Id., *ibid.*, p. 78.

⁶²⁹ Id., *ibid.*, p. 78.

⁶³⁰ Id., *ibid.*, p. 80.

⁶³¹ SILVA, Carmen da. *Consultório Sentimental*. *Realidade*, p. 82-87, n. 10, jan. 1968. Mensal.

de sua experiência respondendo as dúvidas de leitoras para a revista *Claudia*. Ela observou que a sexualidade feminina ainda era um tema pouco discutido no Brasil, o que fazia das mulheres do período não muito diferentes das gerações anteriores. Falar em sexo só era permitido quando no casamento, e com ressalvas. Segundo a colunista, as pessoas não achavam mais um tema imoral, mas era uma relação secundária, não tão importante. O sexo era bem aceito quando acabava bem, ou seja, em casamento.

Como Carmen da Silva voltou a explicar na edição seguinte, em *Preconceito: o bicho-papão*,⁶³² a ideia preconcebida de sexo como algo imoral e sujo assombrava a visão brasileira estagnada de família. Em seu texto, a autora buscou mostrar que a família era um conceito que ia se modificando com o tempo, dos casamentos coletivos primitivos até a chegada do modelo patriarcal, o qual passou a sujeitar as mulheres economicamente aos seus maridos. Silva propunha que o conceito de família continuasse se transformando, e que a sociedade resistisse ao preconceito em relação ao sexo, pois este não dissolveria a família, afinal, se tratava de laços que subsistiriam a qualquer transformação. Essa mudança era benéfica, e necessária, visto que “em muitos lugares, ainda hoje, a mulher continua dependente e subalterna, ora fustigada, ora exaltada, em termos idealizados que nada têm a ver com sua condição humana. O vínculo familiar ainda conserva intensos e, por véses indisfarçados vestígios dos fatores econômicos que marcaram o início do patriarcado”.⁶³³

No Brasil, a virgindade pré-matrimonial feminina era um dos tabus que alimentavam as ideias de moralidade, sendo considerada uma forma de qualificar as mulheres. Na Edição Especial, das entrevistadas em *A mulher brasileira hoje*,⁶³⁴ 67% defendiam a virgindade até o casamento; até mesmo no grupo das diplomadas a proporção daquelas que concordavam com essa questão era de mais da metade (54%). A proporção era ainda maior entre as analfabetas (81%). Contudo, um número menor, 10% das entrevistadas, concordava ser justo que a mulher se casasse sem amor, para reparar o “mal”, o que mostrava, pelo menos, como foi destacado na matéria, que “a esmagadora maioria das mulheres brasileiras pensam que o amor é mais importante do que as convenções sociais”.⁶³⁵ Na mesma edição, a matéria *Ela é assim* esclareceu o que era o hímen – uma membrana que cobria parcialmente a vagina – e como se dava seu rompimento, o que não acontecia apenas em relações sexuais. A revista fazia questão de mostrar que era um detalhe do corpo humano, desmistificando a virgindade.

Para REALIDADE, sexo e filhos dentro do ou sem o casamento eram uma questão de escolha. Foi o que mostrou na Edição Especial a reportagem *Sou mãe solteira e me orgulho disso*,⁶³⁶ o depoimento de uma jovem, carioca, de vinte anos, estudante de Direito e mãe solteira, para a jornalista Gilda Grillo.⁶³⁷ A jovem relatou sua experiência, a relação com os familiares e com o pai da criança e como encarava sua própria situação.

⁶³² SILVA, Carmen da. Preconceito: o bicho papão. *Realidade*, pp. 26-30, n. 11, fev. 1967. Mensal.

⁶³³ Id., *ibid.*, p. 30.

⁶³⁴ A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁶³⁵ Id., *ibid.*, p. 26.

⁶³⁶ GRILLO, Gilda. Sou mãe solteira e me orgulho disso. *Realidade*, p. 116-19, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁶³⁷ Não é revelado o nome da jovem.

A mãe solteira contou que foi sua a decisão de não casar após saber da gravidez, pois considerava que ela e o pai da criança ainda eram imaturos. O ex-namorado, apesar de não querer mais um relacionamento, convivia com a filha e se empenhava por ela. A jovem afirmou que caso viesse a se casar, se imaginava apenas com o pai da criança e poderia até se tornar uma dona de casa, mas não naquele momento. Segundo seu depoimento, a situação que vivia já fazia parte de suas fantasias desde criança:

Quando eu tinha 14 ou 15 anos, sempre fantasiava muito o que poderia me acontecer no futuro. Nunca me imaginava mãe de família, dona de casa. Por alguma razão, sempre pensei que fôsse amar um homem, que teríamos um filho e que êsse homem me abandonaria, mas eu seria uma mulher que teria minha carreira, independente, com meu filho ou filha.⁶³⁸

Ela pensou que a família não receberia bem a notícia, o que não aconteceu na realidade, pois recebeu o apoio de seus pais e dos avós paternos da filha. Na época do relato, a depoente estava no segundo ano do curso de Direito, fazia vestibular para outro curso que acreditava ser uma possibilidade de maior independência e pensava em, no futuro, seguir a carreira diplomática. Não acreditava que a maternidade iria prejudicá-la e afirmou que podia seguir com seus planos, mas tinha algumas dificuldades, já que não podia mais receber uma bolsa de estudos ou ser totalmente livre.

Apesar de se imaginar diferente do padrão feminino da época, como uma profissional ao invés de uma dona de casa, a maternidade já era uma coisa que idealizava, visto que, ao longo de sua infância, pode ter aprendido pelas representações que chegavam até ela que ser mulher é ser mãe. Pelo que informou da reação da família, e pelas possibilidades que teve, provavelmente sua criação influenciou sua visão do futuro; por mais que fosse progressista, com a possibilidade de uma carreira, não fugia a certos modelos de feminino. Segundo relatou, a jovem não teve tantos problemas por ser mãe solteira, mas acreditava que um dia ainda teria sua vida prejudicada, pois vivia “numa sociedade que, afinal de contas, discrimina isso [a gravidez fora do casamento], acha errado, acha que uma môça que se entrega a um rapaz é leviana, ou não presta, ou tem a cabecinha maluca e não compreende êsse tipo de coisa”.⁶³⁹ Disse saber que um dia seria considerada uma mulher “fácil”, por ter feito sexo antes do casamento, mas pretendia fazer disso apenas um “aborrecimentozinho” – os homens eram os “idiotas” por não entenderem que o importante não era o sexo, mas o amor.

A jovem afirmou que resolveu dar o depoimento porque não se envergonhava de sua situação e achava que nenhuma mãe solteira deveria se envergonhar. Acreditava que ter um filho era maravilhoso e não se achava diferente por sua situação; ninguém podia considerá-la fora do normal. Questionou a obrigação do casamento e disse que se isso era ser normal, não queria ser assim: “Se não é normal porque alguém disse que é preciso casar na igreja, de véu e grinalda, papel no cartório, tomar o nome do marido, morar na mesma casa que êle, depender

⁶³⁸ Apud GRILLO, Gilda. Sou mãe solteira e me orgulho disso. *Realidade*, p. 110, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁶³⁹ Id., *ibid.*, p. 120.

dêle, ter muitos filhos e netos, então estou fora disso”.⁶⁴⁰ A jovem disse, ainda, que não devia satisfação à sociedade, e defendia que outras mulheres tivessem filhos independentemente do seu estado civil, mas apenas se fosse por amor, não por acaso, nem de vários homens diferentes. A virgindade antes do casamento era um detalhe: “O que significa virgindade hoje em dia, quando se faz plástica e se recupera a ‘virgindade’? O que significa um simples detalhe físico? Nada.”⁶⁴¹ Os homens não deveriam se preocupar com não serem os primeiros de suas companheiras, mas com serem os últimos.

Em um quadro separado da matéria, a jornalista Gilda Grillo apontou que o caso apresentado era diferente da maioria das mães solteiras brasileiras. Segundo a jornalista, a Pró-Mater, maternidade do Rio de Janeiro, afirmava que 25% das mulheres que tinham filhos no Rio de Janeiro eram solteiras. Calculava-se, ainda, que ocorriam 1,5 milhão de abortos no Brasil por ano, sendo um terço deles de mães solteiras. Era um “problema nacional de delicada e difícil solução.”⁶⁴²

A jornalista apresentou a opinião de quatro especialistas. O Dr. João Maurício Moris de Aragão, diretor geral da Pró-Matre do Rio de Janeiro, que afirmou que a maioria das pacientes eram meninas pobres do interior que foram à capital procurar emprego. Essas jovens eram levadas por suas patroas, que costumavam acolhê-las até a hora do parto. As grávidas sofriam com a insegurança em relação ao futuro, por não saberem o que iriam fazer após o filho nascer, já que não recebiam ajuda do pai da criança.

D. Carmen Bulhões Pedreira, diretora da Casa da Mãe sem Lar do Rio de Janeiro, por sua vez, afirmou que o objetivo da instituição era dar apoio às mulheres a partir do sexto estágio da gravidez, orientando-as a não se separarem do filho, e preparando-as para o preconceito que iriam sofrer. A diretora via mais aceitação em sua época, com a ajuda destinada às mães para conseguir emprego e com o acordo com as patroas para que elas recebessem bem as crianças e só demitissem as mães quando a Casa encontrasse novo trabalho para elas. Já D. Maria da Penha Silva Franco, diretora da Divisão de Assistência à Família, da Secretaria de Serviços Especiais da Guanabara, afirmou que o maior problema das mães solteiras era a insegurança, que seria eliminada somente quando fossem combatidas as causas – “estrutura familiar deficiente, razões econômicas (môças ludibriadas por ofertas em dinheiro), e os preconceitos que levam a não se dar educação sexual às crianças.”⁶⁴³

Por fim, o psicanalista Hélio Pelegrino apontou para os preconceitos sociais, que estigmatizavam as mães solteiras e as faziam se sentir envergonhadas, “malditas”, o que mais prejudicava a autoestima de um ser humano. As dificuldades que as mulheres sofriam por terem um filho fora do casamento as tornava hostil à criança, tendo o bebê como um intruso em sua vida. O problema só seria resolvido se as mães recebessem carinho, compreensão e apoio e, assim, elas poderiam viver como pessoas normais. A dificuldade encontrada pelas mães

⁶⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 119.

⁶⁴¹ Id., *ibid.*, p. 120.

⁶⁴² Id., *ibid.*, p. 120.

⁶⁴³ Id., *Ibid.*, p. 120.

solteiras seria amenizada se houvesse uma política de controle de natalidade que ensinasse as jovens sobre como evitar a gravidez.

Na seção Brasil Pergunta dessa edição, a pergunta selecionada foi a da leitora M. S. Carvalho, da Guanabara: “A mulher deve se casar virgem?” Esse debate tornou-se uma extensão da matéria anterior, *Sou mãe solteira e me orgulho disso*. Mesmo procurando opiniões divergentes, a revista se manteve em sua linha editorial ao não escolher um depoimento que fosse completamente contra o sexo antes do casamento e expressasse preconceito. Foram convidadas para responder essa questão a radialista Sarita Campos e a escritora Eneida de Moraes. A primeira acreditava que sim, a virgindade era ideal para o casamento, assim como a pureza. Contudo, a radialista concordava com a mãe da matéria anterior ao afirmar que virgindade não era sinônimo de pureza, e que havia meninas virgens “levianas” e jovens que perderam a virgindade por “descuido”, e que, mesmo assim, podiam ser boas esposas. Ela era contra o preconceito que ainda existia no Brasil, onde os homens podiam até afirmar que não se importavam com a virgindade das mulheres, mas escolhiam para casar apenas aquelas que ainda não tiveram relações sexuais. Para Sarita, as jovens deveriam “se fazer respeitar” e se precaver dos aproveitadores, mas os homens deveriam dar mais importância ao caráter da moça do que à virgindade, isso seria inclusive sinal de inteligência. Em seu argumento, vê-se que, apesar de achar adequado que as mulheres não se envolvessem em relações sexuais com homens até o casamento, não pensava que era obrigatório, nem que as meninas que não eram mais virgens devessem sofrer por causa disso. Até mesmo incentivava que os homens as respeitassem e que não as rejeitassem, pois o que importava era o caráter.

Cabe destacar que tanto a mãe solteira quando Sarita Campos mencionaram a “pureza” das mulheres. Embora ambas admitissem que essa característica não estava obrigatoriamente relacionada à virgindade, apontavam como oposto da pureza as meninas “levianas, fracas, sem escrúpulos”. Embora se remetessem à liberdade sexual feminina, não pensavam que o sexo, para as solteiras, pudesse ser aceito como apenas uma forma de prazer físico, e, para elas, mulheres não deveriam ficar com diferentes homens. Para a relação entre um casal deveria existir, segundo elas, um sentimento profundo, mas as jovens podiam ser aceitas quando se envolveram por descuido, inexperiência ou falta de vigilância. Segundo Pinsky,⁶⁴⁴ o sexo casual não tinha defensores na mídia – com algumas exceções, como parece ser o caso, de REALIDADE –, e as relações antes do casamento eram encaradas como práticas entre noivos como uma forma de evitar traumas femininos na noite de núpcias e como uma forma de evitar que homens pagassem por prostitutas.

O argumento de Eneida de Moraes, por sua vez, não destacava a pureza para uma boa relação, mas a vontade de compreensão, entendimento e concessão. A escritora respondeu que a mulher não deveria se casar virgem, mas indicou que o problema não era de simples solução, pois o preconceito contra as meninas que não preservavam a virgindade até o casamento ainda

⁶⁴⁴ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 513-543.

estava muito enraizado no Brasil, e aqueles que eram contra essa intolerância ainda não tinham força para mudar essa opinião. Ela lembrou que as mulheres conseguiram obter direitos apenas recentemente, a partir da década de 1930, quando lutaram para ser alguém e para ter o direito ao voto, e somente depois conseguiram entrar em novos espaços, como nas universidades e no mercado de trabalho. Entretanto, na questão sexual, a brasileira ainda não havia se libertado, apesar de existir muitas que não casaram virgens, além de viúvas e desquitadas que conseguiam casamentos bem sucedidos, mesmo sem a legalização do divórcio, como o terceiro caso da matéria *Três histórias de desquite*, matéria que será apresentada adiante. Eneida de Moraes também apontou com ironia que, no caso dos homens, eles não só mantinham relações sexuais antes do casamento como um virgem era visto com desprezo e nojo, apesar de ser uma condição obrigatória para as mulheres. Isso só era compreensível em uma sociedade dominada pelo preconceito, o que não deveria ser admissível.

Posteriormente, em 1971, a virgindade voltou a ser abordada em REALIDADE em um período em que Luís Fernando Mercadante era o redator-chefe da revista. A matéria foi escrita por Judith Patarra, que era então casada com Paulo Patarra, o redator-chefe de REALIDADE em sua primeira fase. A reportagem produzida, *Ser virgem é muito importante. Muito*,⁶⁴⁵ era sobre uma mulher que estava prestes a se submeter à operação de reconstrução do hímen. Jovem, com 23 anos, e religiosa, a moça afirmou que ia fazer a operação pois já havia perdido um noivo por não ser mais virgem e temia que o atual a rejeitasse caso soubesse. A moça relatou que, quando se mudou para a capital de São Paulo para fazer um curso de datilografia, havia se entregado a um colega que a havia seduzido, acreditando que, assim, conseguiria se casar com ele – ou com qualquer rapaz que a seduzisse. Após o ato, afirmou que quando os homens ficavam sabendo que não era mais virgem, queriam sair com ela apenas para fazer sexo. Entrevistada pela jornalista depois da cirurgia, a jovem afirmou que, apesar de se sentir mais confiante, ainda tinha medo de que o noivo descobrisse.

A operação de “revirginação”, na época, custava entre duzentos e seiscentos cruzeiros em consultório, com anestesia local, e até mil cruzeiros no hospital, com anestesia geral e repouso pós-operatório. Oficialmente, a cirurgia era realizada apenas em casos de estupros de crianças e mulheres. Um médico entrevistado pela jornalista, Dr. Henrique Arouche de Toledo, afirmou que a cirurgia, a não ser em casos de rompimento traumático, era antiética, contudo, não havia denúncias para que o Conselho de Medicina pudesse tomar alguma medida proibitiva.

Para compor a matéria, outra moça foi entrevistada, desta vez, com 31 anos e virgem. Sua justificativa para manter-se casta era por ser muito religiosa e ter aprendido a preservar a virgindade antes do casamento. Ela foi descrita por Patarra como uma jovem bonita e na moda que chamava a atenção, mas que afirmava ser muito desconfiada em relação aos homens, influenciada pela mãe que dizia para não confiar em nada que oferecessem, porque podiam estar querendo se aproveitar dela.

A valorização do hímen foi colocada, no texto, como uma característica dos homens sul-

⁶⁴⁵ PATARRA, Judith. Ser virgem é muito importante. Muito. *Realidade*, pp. 94-104, n. 60, mar. 1971. Mensal.

americanos, relacionada ao sentimento de posse masculino, no qual a mulher pertence apenas àquele sujeito. Em um quadro separado do texto, a jornalista destacou que a virgindade ainda era uma exigência legal: no Código Civil, artigo 219, n.º IV, “defloramento da mulher ignorado pelo marido”, o marido podia anular o casamento caso a esposa não fosse virgem. Em São Paulo, de 47 processos de anulação de casamento no ano de 1970 identificados pela repórter, cerca de quinze tinham esse motivo.

Além da importância da virgindade, as brasileiras também poderiam ser consideradas pudicas, por mais que fossem propagadas imagens delas como sendo mulheres sensuais. Carmen da Silva contestou a aparência de erotismo do comportamento da brasileira em 1971, com o artigo *Nossa mulher não mostra tudo*.⁶⁴⁶ Nesse texto, a colunista discutiu a falsa imagem sensual da “garota de Ipanema” que o mundo tinha das brasileiras. As cartas que recebia, de várias regiões do Brasil, mostravam uma mulher mais “maria-que-quer-se-portar-bem”,⁶⁴⁷ que se concentrava, quando jovem, em arranjar marido, se torturando com o questionamento sobre qual era o limite da intimidade amorosa permitido, para não ficar malvista. A autora descreveu os dilemas de jovens que não sabiam se deviam ou não fazer sexo com seus pretendentes, mesmo sentindo desejo, pois se dividiam entre a ideia de que podiam ser rejeitadas por se entregarem, mas também podiam usar a entrega como moeda de troca e garantir o casamento. Carmen da Silva destacou que os homens contribuíam para essa insegurança das jovens, separando as esposas das “outras”, sendo a esposa aquela que “não é para isso”. Isso resultava em casamentos nos quais a vida sexual era infeliz.

As pesquisas realizadas por REALIDADE em outros momentos também indicavam que as atitudes dos brasileiros, mesmos dos jovens, não eram tão livres no campo sexual. Na matéria *A juventude diante do sexo*,⁶⁴⁸ constavam os resultados de uma pesquisa realizada durante os três meses anteriores à sua publicação (maio, junho e julho de 1966) com mil jovens, divididos igualmente entre homens e mulheres, de setores mais abastados. Das 116 mil respostas, a conclusão apresentada foi que a juventude tinha pouco conhecimento sobre sexo e que, ao invés de “liberados”, se dividiam entre a tradição e os novos tempos. Moral e religião pesavam em suas decisões amorosas e sexuais. José Salvador Faro⁶⁴⁹ encontrou na publicação dessa pesquisa a revelação de uma juventude, apesar das contradições, mais conservadora e alinhada à lógica burguesa, diferente da visão do jovem rebelde e contestador da década de 1960. O autor também entende que esse setor apoiava o Estado – consequentemente, a ditadura – e, mesmo que tivesse reclamações, preferia não protestar, pois era uma juventude conformista. Conforme o autor, em sua maioria, o “mundo jovem” não se diferenciava do “mundo adulto”, assim, “a ordem não estava ameaçada”, embora no âmbito estudantil fosse possível notar a resistência à repressão.

As pesquisas de opinião apareceram nas matérias analisadas, ainda, em *Os velhos*

⁶⁴⁶ SILVA, Carmen da. *Nossa mulher não mostra tudo*. *Realidade*, pp. 94-100, n. 66, set. 1971. Mensal.

⁶⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 96.

⁶⁴⁸ A JUVENTUDE DIANTE DO SEXO. *Realidade*, p. 68-80, n. 5, ago. 1966. Mensal.

⁶⁴⁹ FARO, op. cit.

invejam os jovens.⁶⁵⁰ Uma pesquisa nacional do Instituto de Pesquisa Marplan com 150 pessoas, juntamente a entrevistas realizadas pelo repórter Antônio Alberto Prado, buscava opiniões sobre os novos comportamentos da juventude. Apesar das transformações sociais, 71% dos entrevistados achavam que as mulheres deviam se manter virgens para o casamento (sendo que apenas em São Paulo a proporção era de 82%, e em Brasília, 55%). Homens de classe A e mulheres de classe B com mais de 55 anos eram os que mais defendiam a virgindade. Boa parte dos entrevistados (66%) era, inclusive, a favor da proibição da pílula anticoncepcional, mesmo com receita médica (82% dos pesquisados de São Paulo).

Outra pesquisa semelhante foi publicada em 1973, com o título *O sonho da juventude: casa, carro e virgindade*⁶⁵¹ e organizada por José Hamilton Ribeiro. Conforme escrito na matéria, a Editora Abril havia encomendado uma pesquisa da LPM (Levantamentos e Pesquisas de Marketing) para saber o comportamento de jovens de classe média do Rio de Janeiro e de São Paulo para pautar sua nova publicação, a revista *POP*. O que o levantamento mostrou foi que a figura de rebelde não representava a maioria dos jovens brasileiros do início da década de 1970. Eles até seguiam a moda nas roupas e nos cabelos compridos, mas mantinham valores como a virgindade antes do casamento e o homem como conquistador e senhor.

REALIDADE ampliou a pesquisa para abranger jovens de outras classes, entre elas a operária, e de outras regiões, como Porto Alegre, Recife e Bahia, além de incluir grupos de mães solteiras e hippies, somando uma amostragem de quase quinhentas pessoas de 14 a 25 anos. A revista chegou à mesma conclusão que a pesquisa da LPM: “todos os padrões estabelecidos pelo mundo dos adultos – autoridade (do pai ou do governo), família, religião, o valor do casamento como forma de realização pessoal, a necessidade de ‘vencer na vida’ – foram defendidos”.⁶⁵²

Ribeiro admitiu que a sondagem não tinha o rigor de uma pesquisa científica, mas fornecia um panorama da juventude brasileira. Uma das frases destacadas pelo jornalista foi a

Imagem 24 – O sonho da juventude



Reprodução de ilustração de S. Abdalia

Fonte: RIBEIRO, José Hamilton. O sonho da juventude: casa, carro e virgindade. *Realidade*, pp. 36-42, n. 82, jan. 1973. Mensal.

⁶⁵⁰ PRADO, Antônio Alberto. Os velhos invejam os jovens. *Realidade*, pp. 44-51, n. 48, mar. 1970. Mensal.

⁶⁵¹ RIBEIRO, José Hamilton. O sonho da juventude: casa, carro e virgindade. *Realidade*, pp. 36-42, n. 82, jan. 1973. Mensal. Com ilustrações de S. Abdalia.

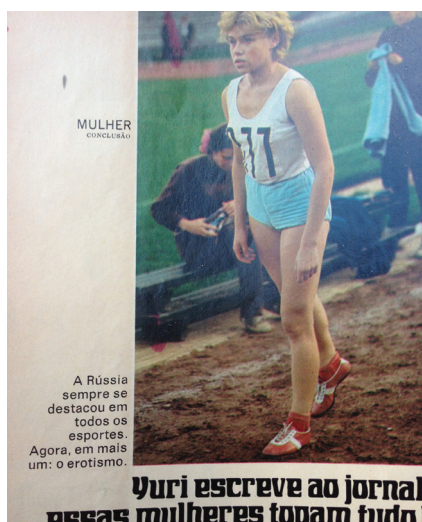
⁶⁵² Id., *ibid.*, p. 36.

de um dos jovens que diz que “O rapaz prefere casar-se com uma mulher virgem porque aí ele tem certeza de que foi o primeiro, e que a mulher é só dele. Mulher que já teve experiência antes, quem é que pode confiar?”⁶⁵³ Eles se apresentavam como apolíticos e homofóbicos. Meninas defendiam que a prostituição era um mal necessário, para preservar a moral das “moças de família”. Os jovens imitavam a aparência da juventude que observavam no estrangeiro, mas não absorviam seus novos ideais. Contudo, na pesquisa mais ampla de REALIDADE, em relação àquela realizada pela LPM, houve número maior de jovens que casariam com uma não virgem (80% dos homens), que aprovavam a pílula para não casadas (70%) e que eram a favor do divórcio (63%).⁶⁵⁴

A matéria indicava estudos na França, na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos que afirmavam que a maior parte da juventude desses países também tinha valores de inserção

e integração na sociedade e bem-estar pessoal,⁶⁵⁵ diferentemente da imagem de rebelde que se propagava pelo mundo. Por outro lado, um artigo de 1971 mostrava que, na União Soviética, não partia da juventude a crítica aos comportamentos mais liberados, mas das autoridades e da imprensa. *Muita liberdade e pouco filho*,⁶⁵⁶ matéria de autor anônimo, um inglês que morara na União Soviética e era casado com uma russa, retratava as contradições encontradas na Rússia, na qual se praticava o amor livre. Pedacos de matérias, que o autor afirmou ter encontrado na imprensa russa, retratavam a preocupação com o decoro: um policial que apreendeu uma jovem de minissaia, o diretor da alfândega que recolheu objetos imorais que vinham do Ocidente (entre eles, uma edição da revista *Playboy*), o alerta do perigo de mulheres que seduziam os homens para depois deixarem os filhos para eles cuidarem. Outros textos mencionavam a falta de preocupação com o casamento, a diminuição da reprodução, o desinteresse com a pílula e o sexo dentro dos dormitórios das Universidades. O autor mencionou que havia uma “quase

Imagem 25 – Liberdade sexual na União Soviética



Reprodução

Fonte: MUITA LIBERDADE E pouco filho. *Realidade*, pp. 58-66, n. 60, mar. 1971. Mensal.

completa” liberdade amorosa, sendo comum que mulheres, principalmente estudantes, tivessem relações sexuais com ou sem amor, sem laços matrimoniais. Ser mãe solteira não era um problema para a russa, sob o ponto de vista social, mas, mesmo assim, e mesmo não havendo a disseminação de métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional e o diafragma, a

⁶⁵³ Id., *ibid.*, p. 38.

⁶⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 42.

⁶⁵⁵ São pesquisas de revistas como da francesa *L'Express*, e de autoridades como Hans Gerd Schulte, diretor do Escritório de Intercâmbio Universitário, Stanley Hoffman, professor da Universidade de Harvard, C. Barilli, diretor do Centro de Iniciação aos Métodos de Educação Ativa, conforme afirmado na matéria.

⁶⁵⁶ MUITA LIBERDADE E pouco filho. *Realidade*, pp. 58-66, n. 60, mar. 1971. Mensal.

taxa de natalidade, segundo o autor, era baixa, o que se devia possivelmente por duas práticas, a lavagem após a relação e o aborto legalizado e gratuito.

A Rússia diferia do Brasil também em outro quesito: a dissolução do casamento. Levando-se em consideração que a associação com o comunismo era um perigo para os brasileiros, a prática do amor livre era considerada subversiva e uma ameaça à família, logo, à ordem. Contrariamente aos interesses dos religiosos e dos legisladores, outros temas que marcaram presença em REALIDADE foram aqueles relacionados com o debate sobre a questão do desquite e do divórcio. A revista chegou a publicar uma matéria que questionava a monogamia do casamento e que defendia a separação. Em *Aqui está o adultério*,⁶⁵⁷ era apresentada a opinião de pessoas de diferentes áreas sobre a relevância da monogamia. O psiquiatra José Ângelo Gaiarsa defendia que era possível e saudável amar mais de uma pessoa. Para ele,

os defensores da monogamia obrigatória dizem o que a sociedade ganha com a fidelidade matrimonial, mas não dizem quanto ela custa para os indivíduos. Sempre que se fala em adultério, a condenação mais séria que se ouve é esta: êle compromete a família, que é a base de todas as nossas instituições. Logo, o adultério é péssimo, pois compromete tôda a ordem estabelecida. Pergunto se a ordem estabelecida é tão boa assim.⁶⁵⁸

Para o psiquiatra, não se devia exigir que todos se comportassem da mesma forma em relação ao amor.

Já para o padre e professor de filosofia Eugène Charbonneau, a fidelidade estava vinculada ao amor, e era necessária para a sobrevivência deste, além de fundamental para manter a estabilidade do lar a que o filho tinha direito. O padre elencou seis motivos para a infidelidade masculina: educação, práticas aberrantes, friquidez (da parceira), machismo, dom-juanismo e fraqueza moral. Para a mulher, eram sete os motivos: falso feminismo, recuo das censuras morais, supervalorização da sexualidade, insatisfação sexual, insatisfação afetiva, superioridade cultural e casamentos precoces. Cabe destacar que quando Eugène menciona o falso feminismo, ele não desmerece o movimento feminista:

desde o início do século, o movimento feminista levou a mulher a ocupar o seu verdadeiro lugar na sociedade. Mas junto a isso nasceu um feminismo demagógico. Assim, no que diz respeito à fidelidade conjugal, sofisma-se da seguinte maneira: o que é permitido ao homem é permitido à mulher. Ora, os homens são infiéis, logo as mulheres também podem ser. Em vez de se raciocinar corretamente dizendo: a fidelidade se impõe à mulher, logo se impõe ao homem.⁶⁵⁹

Em todas as situações o adultério não é culpa da mulher, mas acontece devido as circunstâncias nas quais está inserida, principalmente pelo comportamento do homem.

O casal Néelson Leirner, industrial e pintor desquitado, casado pela segunda vez com

⁶⁵⁷ AQUI ESTÁ O ADULTÉRIO. *Realidade*, n. 24, mar. 1968, pp. 142-150.

⁶⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 142.

⁶⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 143.

Cândida, não defendia o adultério, mas acreditava que quando a fidelidade começava a ser questionada, era sinal de que o casamento deveria chegar ao fim. Enquanto Néelson afirmava não saber se os novos costumes de relacionamentos poligâmicos contribuíam para melhorar a sociedade, Cândida acreditava que eram um primitivismo, e que a felicidade conjugal dependia da monogamia. Segundo ambos, a mulher de seu período estava mais livre para cometer o adultério, pois era mais independente e o homem não a vigiava mais tanto. Contudo, em vez de trair, ela deveria escolher com quem ficar.

Galdino Flávio de Souza, ex-seminarista, funcionário de banco e estudante de comunicação, defendia que a fidelidade não era uma obrigação. Para ele, o casamento tal como existia era uma hipocrisia, um contrato que levava a uma felicidade falsa. Ele defendia que parasse de se exigir, principalmente da mulher, que o sexo fosse feito apenas dentro do casamento. O amor não dependia do casamento e, sim, o contrário, de forma que a fidelidade podia ser uma consequência lógica do sentimento.

O alfaiate Manuel Lopes teve uma experiência pessoal com o adultério, ao flagrar a primeira esposa com outro homem. Conforme relatou, seu casamento era infeliz e, anos antes, ele mesmo já traía. A esposa propôs a separação, mas ele disse que ela aconteceria apenas caso ocorresse adultério – como pode ser visto, ele não considerava sua própria traição como adultério, talvez por não ter um relacionamento fixo com outra mulher, mas casos esporádicos, ou simplesmente por ser homem. O homem podia dar suas “escapadinhas”, mas a mulher nunca, e, caso acontecesse, era condenada pela sociedade. O alfaiate defendia a liberdade de separação e o divórcio, o que acabaria com a infidelidade.

O casal de idosos Zenaide e Plínio do Amaral eram contra o adultério e a separação, embora a última fosse justificada caso ocorresse o primeiro. Contudo, mesmo após a traição, a mulher deveria permanecer fiel ao marido. Os novos costumes seriam resultado da falta de religião, o que condenavam, por serem católicos devotados.

A universitária C.F.S. teve um relacionamento com um homem casado. Ela contou ter passado por uma educação autoritária na infância, que passou a ser questionada quando entrou na faculdade. Mesmo assim, se dividia entre as liberdades das pessoas da sua geração e a criação conservadora. A primeira relação sexual se deu com o sentimento de culpa, mas não o caso com o homem casado, pois acreditava que a mulher deveria deixar o marido amar outra pessoa em liberdade (embora duvidasse que, na prática, fosse aceitar a situação, afinal, ela mesma exigiu que o homem com quem tinha um caso escolhesse entre ela ou a esposa).

Era com as palavras dos depoentes que a revista indicava implicitamente a defesa da separação conjugal e do divórcio. Mesmo o casal de idosos, mais conservador, defendia pelo menos o desquite. As falas também apontavam para a maior liberdade de relacionamento da mulher, sinal de que os costumes estavam mudando, o que era visto na maioria dos casos como positivo. Nos relatos, a educação tradicional se misturava com novas formas de pensar, e é possível notar no depoimento de C.F.S. o conflito que isso causava, principalmente nas mulheres. Cabe destacar que as matérias de REALIDADE relacionadas ao tema se posicionavam em

defesa dos direitos femininos, prejudicados pela tradição e pela lei, como será visto.

4.2.3 Desquite e divórcio

REALIDADE surgiu no momento em que se discutia o novo Código Civil. Para José Salvador Faro⁶⁶⁰ as posições adotadas pela revista a favor do divórcio, embora procurassem apresentar opiniões divergentes, mostravam o engajamento de sua equipe, que via uma chance de mudar a legislação. Além de escrever em defesa das desquitadas, os jornalistas também apresentavam as maneiras que os brasileiros adotavam como alternativa para a dissolução do casamento, apontando que uma lei que permitisse o divórcio estaria apenas legalizando rupturas que já estavam sendo feitas de maneira torta.

Em julho de 1966, foi publicada a matéria *Desquite ou divórcio*,⁶⁶¹ do jornalista José Carlos Marão, que propunha ao leitor opinar sobre qual seria “a melhor solução para o casamento irremediavelmente fracassado”, acompanhado por um cartão que podia ser enviado à redação com a resposta escolhida. A reportagem apresentava casos de separações e casamentos ilegais, além de discutir o desquite, as anulações, o novo código e o divórcio. Segundo constava na matéria, uma mulher abandonada pelo marido possuía a opção da separação, tornando-se, assim, uma desquitada, mas com direito à guarda do filho e à pensão. Contudo, era quase impossível que se casasse de novo, apenas se conseguisse anular o antigo vínculo. Cabia ao governo reformular o código civil para ou ampliar as possibilidades de anulação da união matrimonial, ou permitir o divórcio, retirando a cláusula que tratava o matrimônio como vínculo indissolúvel.

A reportagem mostrava como a falta de possibilidades era prejudicial principalmente para as mulheres. No primeiro caso apresentado, a mulher não havia casado com o companheiro, já que ele já tinha registro matrimonial com outra. Sem que entrasse com o pedido de desquite (conforme a lei de 1949 do Deputado Nelson Carneiro, após o desquite, os filhos fora do matrimônio podiam ser reconhecidos), seus filhos foram considerados como ilegítimos, logo, não constava o nome do pai na certidão de nascimento. Ao serem abandonados, ficaram sem direito à pensão alimentícia, restando à mãe seu único sustento. Em outro caso, a mulher ficou sem direito à herança, por não ter como registrar a união com um desquitado.

Além da questão legal, foi apontado que a impossibilidade de se casar novamente fazia com que as mulheres tivessem uma preocupação a mais, a de ficarem mal faladas. Em outro caso, dois jovens se viram obrigados a se unir em matrimônio por causa de uma gravidez não esperada, e aos vinte anos já estavam desquitados. Outro casal teve que buscar ajuda de um advogado para conseguir um registro de casamento mexicano ou boliviano, pois a mulher era desquitada. Com mais dinheiro, podiam se casar no Uruguai. A lei não proibia esses casamentos, nem a sociedade condenava o casal, mas não era garantido à mulher o amparo econômico caso o marido viesse a falecer.

Em outro caso, a mulher pediu o desquite por causa do alcoolismo do marido. Destacou-

⁶⁶⁰ FARO, op. cit.

⁶⁶¹ MARÃO, José Carlos. Desquite ou divórcio. *Realidade*, pp. 26-34, n. 4, jul. 1966. Mensal.

se que ambos estavam, então, impedidos de casar de novo, mas caso o homem viesse a ter mais filhos, e, novamente, a nova companheira pedisse a separação, esta, por ser considerada a concubina, não conseguiria os mesmos direitos que a primeira. Já outra mulher teve que fugir do marido, pois este queria prostituí-la e, mesmo assim, tornou-se desquitada, logo, impossibilitada de um novo casamento. Segundo a reportagem, o anteprojeto do novo Código Civil de 1965, elaborado pelo jurista Orlando Gomes, previa a anulação de um casamento assim por falta de conhecimento de uma qualidade essencial do cônjuge, motivo enquadrado como “erro essencial” – ou seja, a esposa não sabia de negócios ilegais do marido, que a colocavam em risco, no caso, a prostituição. Até então, “erro essencial” era considerado apenas quando houvesse engano da identidade de uma das partes, ignorância de crime inafiançável anterior ao casamento, ignorância de defeito físico anterior ao casamento ou defloração da mulher ignorado pelo marido. O divórcio não podia ser incluído no novo Código Civil porque este estava atrelado à Constituição e, nesta, constava que o vínculo matrimonial era indissolúvel. Mesmo assim, a Sociedade Brasileira da Defesa da Tradição, Família e Propriedade, com sede em São Paulo pretendia barrar o novo código por este trazer a possibilidade virtual do divórcio, alegando já ter colhido mais de 400 mil assinaturas. Nelson Carneiro, segundo a reportagem, entendia que o divórcio atendia melhor aos direitos da mulher e dos filhos, e preservava novas formações de família que até então não se viam atendidas pelas leis.

Segundo a reportagem, embora não fosse possível saber com certeza o número de casos no Brasil, as varas de família de São Paulo e do Rio de Janeiro contabilizavam uma média superior a cinco sentenças de nulidade, anulação⁶⁶² e desquite por dia. Além disso, apontava-se que era provável que muitas pessoas não entrassem com o pedido de desquite, pois este não tinha valor na prática. Ao final da matéria, Marão afirmou que: “o problema então é decidir se essas pessoas devem ser castigadas pelo desquite ou ajudadas pelo divórcio”.⁶⁶³

Em *O que você pensa sobre divórcio*,⁶⁶⁴ foram publicados depoimentos de dois especialistas sobre o divórcio. Um era contra, o padre Paul-Eugène Charbonneau, e o outro era a favor, o deputado Nelson Carneiro. Charbonneau era um teólogo e educador canadense radicado no Brasil. Ao seu ver, o divórcio era uma manifestação do valor de “anticasamento” e um retrocesso. A lei deveria favorecer o bem comum, que era assegurar a união da família, e não criar garantias para as exceções, como no caso de casais insatisfeitos, afinal, a felicidade não dependia dos pais, pois, ao terem filhos, eles abdicavam dela para criá-los. Para ele, era responsabilidade da sociedade pensar menos em legalizar o divórcio e mais em preparar os jovens para o casamento. Como contraponto, apresentava-se a opinião de Nelson Carneiro, deputado federal pelo MDB e responsável pela defesa de direitos dos filhos gerados fora da união matrimonial. Ele mesmo estava em seu segundo matrimônio, e defendia que era errado

⁶⁶² Nulidade se aplica quando a união não teve valor, por se tratar de ato ilícito, como o casamento de incapaz (vulnerável). Já a anulidade se aplica quando o casamento foi realizado conforme prescrito por lei, mas houve o engano de uma das partes, como o caso de algum delito anterior, defeito físico ou defloração.

⁶⁶³ Id., *ibid.*, p. 34.

⁶⁶⁴ O que você pensa sobre divórcio. *Realidade*, pp. 123-127, n. 6, set. 1966. Mensal.

o pensamento de divórcio como o contrário de casamento. O deputado afirmou que o debate sobre o divórcio não era muito fomentado até vir a público seu projeto contra a indissolubilidade do casamento, que “provocou um estado de alerta na opinião pública”.⁶⁶⁵ Entre os maiores indignados estavam os religiosos da Igreja Católica.

Carneiro condenava, principalmente, o desquite, pois o término da relação dificultava a vida do casal desfeito, principalmente da mulher:

quando existe divórcio, a mulher que torna a casar recupera a condição de espôsa, com tôdas as conseqüências, sociais, morais, jurídicas, patrimoniais. A mulher desquitada que, na melhor hipótese, se junta a um homem livre (solteiro, desquitado ou viúvo), e a êle se dedica anos a fio, vive a incerteza do presente e do futuro, o que se reflete em tôda a vida familiar.⁶⁶⁶

A própria legislação brasileira era incoerente, pois não punia as relações que não eram matrimoniais e ainda aceitava a união com estrangeiros divorciados fora do país. Além disso, o fato da sociedade aceitar uma segunda união ilegal fazia com que casar legalmente no país quase perdesse importância.

Outra matéria, de autoria de Duarte Pacheco, *O que os brasileiros pensam do divórcio*,⁶⁶⁷ trouxe a público o levantamento da pesquisa realizada com os leitores entre julho e setembro de 1966, no qual foram colhidas quase 14.611 mil respostas, 11.547 a favor do divórcio, 2.348 contrárias ao divórcio e ao desquite e 716 a favor apenas do desquite. Alguns leitores, além de sua opinião, encaminharam cartas, artigos, ensaios e até poesias. Havia os que opinavam que o casamento deveria ser abolido, outros que os casais deviam ser melhor preparados antes da união, os que se posicionavam em defesa de mais liberdade para as pessoas e ainda os que acreditavam que tal aprovação seria uma abertura para a libertinagem. O maior entrave para o divórcio, segundo a reportagem, era a religião, pois muitos leitores alegavam ser contra o divórcio por causa de sua fé. Divididos por grupos de gênero, idade, de estado civil ou de profissão, somente entre os padres e pastores não havia uma maioria a favor do divórcio (entre estes, atingia 49%).

Na Edição Especial, José Carlos Marão afirmou, em *Três histórias de desquite*,⁶⁶⁸ que as milhares de desquitadas ou separadas no Brasil tinham um ponto comum entre si: sofriam a pressão e a hostilidade da sociedade. O jornalista apresentou o caso de Elisa Monteiro,⁶⁶⁹ um relato em forma de diário no qual a personagem narrou os motivos que a faziam infeliz após o término do casamento. Abandonada pelo marido – que a deixou para morar com outra mulher –, sem filhos e com poucos recursos financeiros, Elisa voltou a morar com os pais, que a proibiam de sair com qualquer homem e a culpavam pela separação. Suas relações eram observadas por vizinhos e conhecidos, que a delatavam à mãe quando a viam sozinha com algum moço que não

⁶⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 126.

⁶⁶⁶ Id., *ibid.*, p. 126.

⁶⁶⁷ PACHECO, Duarte. O que os brasileiros pensam do divórcio. *Realidade*, pp. 92-102, n. 8, nov. 1966. Mensal.

⁶⁶⁸ MARÃO, José Carlos. Três histórias de desquite. *Realidade*, pp. 100-106, n. 10, jan. 1968. Mensal.

⁶⁶⁹ As desquitadas tiveram seu nome trocado, como forma de preservação.

fosse parente. Também sofria com ofensas verbais de colegas e de pessoas que passavam na rua e a olhavam “como se fosse uma prostituta”.⁶⁷⁰

Após o desquite, passou a ser assediada por outros homens, casados e solteiros, um acontecimento comum na vida de mulheres separadas, pois eram vistas como uma oportunidade de relação sexual – afinal, não eram mais virgens – sem a menor pretensão de se começar um namoro e casar. Em um ano, recebeu convites para sair de quatro homens, e todos a rejeitaram quando se negou a ir para casa deles. Alguns já deixavam claro o que queriam no primeiro encontro, outros saíam com Elisa por algum tempo e, quando ela negava seus avanços, a dispensavam. Um deles chegou a mentir que também era desquitado para ganhar sua confiança, enquanto outro não sabia de sua situação no início do relacionamento, e, ao descobrir, a assediou. Ela relatou o caso: “Depois do jantar, no carro, vieram as propostas, que eu já estava temendo. Resisti. Êle me xingou. Disse que eu já não era mais môça, para que resistir? E falou também que se eu pensava que êle ia casar com uma mulher desquitada, estava muito enganada.”⁶⁷¹

O segundo caso apresentado por Marão foi o depoimento de Dagmar Martins, que, separada há seis anos e desquitada havia quatro, morava com a mãe e a filha de dezenove anos. Seu desquite ocorreu porque o ex-marido não ajudava com as despesas e utilizava o dinheiro da mulher para jogar e beber. Mesmo que a atitude do marido tenha sido o motivo da separação, Dagmar passou a ser evitada por outras mulheres, porque, conforme justificou, como desquitada, era uma potencial amante de seus maridos. Tinha o apoio da família e de amigas, mas também em seu caso conhecidos comentavam com sua mãe sempre que a viam sozinha com um homem. No trabalho, os colegas não a tratavam mal, mas só recebia atenção de homens, que, assim como no caso de Elisa, passaram a convidá-la para encontros amorosos. Se indagou se estava sendo injusta negando os convites por pensar que eles queriam outra coisa e acabou saindo com um homem casado, pensando que seria apenas uma conversa entre amigos, mas ele acabou insinuando que queria ela como sua amante – não era compreendido pela esposa, mas não podia se separar, e precisava de alguém para preencher “êste vazio”.⁶⁷²

Dagmar se sentia sozinha, mas acabou encontrando um ex-colega de trabalho que havia acabado de terminar um relacionamento e os dois se tornaram amigos. Quando começou a se interessar por ele, rompeu a amizade, pois se culpava pela má fama que podia causar à filha – por exemplo, quando o namorado desta insinuou em uma discussão que ela era igual a mãe, como uma ofensa. Dagmar falou que desquitadas não tinham o direito de se divertir e gostar de outros homens.

Por fim, foi apresentada a história de Emília Lopes Rodrigues, que foi entrevistada ao lado do segundo marido e dos dois filhos. Emília era separada há onze anos e desquitada há seis, e o motivo de sua separação era parecido com o de Dagmar, o marido não trabalhava e gastava o dinheiro que recebiam com uma amante. Ela foi para a cidade dos pais quando se separou,

⁶⁷⁰ MARÃO, José Carlos. Três histórias de desquite. *Realidade*, p. 100-106, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 103.

⁶⁷¹ Id., *ibid.*, p. 103.

⁶⁷² Id., *ibid.*, p. 105.

onde encontrou um amigo – que costumava ser seu par de dança quando eram jovens – e eles começaram um relacionamento até que se casaram no exterior, visto que a falta de uma lei de divórcio impedia a segunda união. Diferente das outras desquitadas, sua história “acabou bem”, como na expressão de Carmen da Silva (já que o desfecho foi o casamento).

Emília contou que sua união irregular foi bem recebida pelos familiares de ambos os cônjuges, apesar de alguns amigos e parentes terem se afastado logo que se separou. A moça encontrou dificuldades para conseguir um trabalho, pois sua condição de desquitada fazia com que fosse rejeitada, mesmo quando a entrevista ia bem. Acabou conseguindo um emprego por sorte, porque o empregador não leu sua ficha – houve até uma discussão para demiti-la, mas o chefe não quis por não querer desrespeitar a decisão desse empregador. Era considerada uma boa empregada e havia sido promovida a diretora de vendas. Quando o repórter perguntou a razão de ser reconhecida por fazer um bom trabalho, o comentário de Emília foi que era porque o setor de vendas era um ambiente propício para assédios por parte de homens, e suas colegas acabavam aceitando os convites para jantar e fazer outras coisas, o que acabava atrapalhando o serviço e levando o chefe a perder a confiança nelas. O jornalista lembrou que também podia ser porque ela era uma boa funcionária.

Na mesma edição, a pesquisa apresentada pela reportagem *A mulher brasileira hoje*,⁶⁷³ indicava que 20% das entrevistadas não toleravam bem o desquite, não querendo a amizade de algum envolvido, enquanto 22% eram contra o divórcio. Esses números apareceram nos relatos sobre a (falta de) acolhida da desquitada na família, na vizinhança, no trabalho e entre os amigos. Esse número podia ser maior na prática, como indicado na matéria, que sugeria que algumas entrevistadas pudessem querer parecer mais simpáticas em suas repostas. Como afirma Marlene de Fáveri,

as mulheres desquitadas sofriam o preconceito da sociedade, cuja conduta estava sob constante vigilância – sem a quebra do vínculo matrimonial, os cônjuges continuavam casados sob a ótica da Igreja e dos costumes aceitos, e [se] pressupunha que os desquitados se abstivessem de relações sexuais, mas eram as mulheres as mais vigiadas.⁶⁷⁴

Os três relatos mostravam o constante assédio que as mulheres desquitadas recebiam, pois havia o pensamento comum de que estariam livres para relações sexuais, sem a pretensão de um relacionamento sério – o que não era moralmente aceito na época e, às vezes, nem de seu interesse. Além do assédio, havia uma responsabilização delas quando seus casamentos eram desfeitos, mesmo quando os motivos indicavam que o marido prejudicava a família ou a havia abandonado. No primeiro caso, a mãe culpava a mulher por ser desquitada, sendo que o marido é que fora embora. No segundo caso, a desquitada se culpava, apesar do esposo prejudicar ela e a filha utilizando o dinheiro que tinham em bebidas e jogos. No terceiro caso também era o marido quem prejudicava a família. Nos dois primeiros casos, havia vigilantes que as

⁶⁷³ A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁶⁷⁴ FÁVERI, op. cit.

delatavam sempre que estavam com algum homem. Elas perderam o contato com conhecidos após o desquite, até mesmo com os amigos que sugeriram a separação. O assédio masculino foi a que chamou mais atenção, pois, conforme os dois primeiros casos, não pareceu ser de um grupo pequeno, e as suspeitas da vizinhança podem ter sido reforçadas pelo comportamento recorrente desses homens.

O relato em *Sou mãe solteira e me orgulho disso* divergia dos depoimentos das mulheres desquitadas, já que a jovem encontrava menos dificuldades e não sofria discriminação do seu meio por ter feito sexo antes do casamento (apesar de dizer que sabia que um dia iria sofrer). Ela não se arrependia e acreditava que ninguém deveria se envergonhar por viver uma situação parecida com a sua. A sua reação positiva pode ter sido influenciada por vários aspectos que a diferenciavam das desquitadas: era jovem, de uma nova geração; o pai não abandonou a criança; ambas famílias a apoiaram; era de classe alta ou média, pois não teve que largar os estudos para poder sustentar a filha; teve pais separados, o que já fazia sua família diferente das outras.

Em *O ódio nos termos da lei*,⁶⁷⁵ o repórter José Hamilton Ribeiro passou duas semanas numa repartição da Justiça da Vara da Família e Sucessões em São Paulo e mostrou, indiretamente, que, independentemente do que queria a lei ou a Igreja, já era corriqueira nos tribunais a dissolução da família. O primeiro caso relatado foi uma petição na qual a mulher pedia anulação do casamento pelo fato do marido não ter consumado a relação.⁶⁷⁶ O segundo caso era sobre a falta de pagamento de pensão alimentícia, de forma que foi decretado o pedido de prisão do acusado. O terceiro caso foi de comprovação de paternidade. No quarto, uma mulher acusou o marido de agressão e de a ter internado como louca para ficar com a filha. O quinto foi um desquite. O sexto foi a interdição do pai para não gastar toda a herança. O último foi um pedido de reconciliação. Ao final da matéria, o repórter contou como acontecia o encontro de pais e filhos que só podia ocorrer na Vara da Família com a presença de um assistente social. Como mostrou a matéria, mesmo sem o divórcio legalizado, a família não ia bem.

Em 1972, o mesmo jornalista escreveu *Divórcio à goiana*,⁶⁷⁷ matéria sobre cidades do interior do Mato Grosso e de Goiás que adotavam os costumes no lugar das leis, autorizando o segundo casamento (ou, na prática, divórcios). Essas cidades do interior empregavam o “casamento por contrato”, seja pela perda de documentos, seja por serem entre desquitados, um “divórcio à caipira”, que garantia, segundo os entrevistados, que o casal fosse aceito social e moralmente. Apesar desses contratos serem considerados um atraso por juízes, advogados e donos de cartórios, com “jeitinho”, algumas dessas uniões acabavam sendo registradas nos cartórios e eram completamente legais. Dentre as contradições da legislação brasileira, não havia lei que proibisse *união em concubinato* de um desquitado, somente o segundo *casamento*.

Por fim, em 1975, foi publicada uma reportagem, sem assinatura, que apresentava

⁶⁷⁵ RIBEIRO, José Hamilton. O ódio nos termos da lei. *Realidade*, pp. 41-50, n. 43, out. 1969. Mensal.

⁶⁷⁶ A título de curiosidade, nessa história, o repórter contou que havia a suspeita, criada por uma carta que acusava o marido de ter se casado por dinheiro e de ser adúltero. No mesmo processo, constava a defesa do marido, que acusava hábitos estranhos da mulher (lençol impermeável por urinar no colchão, cama com metais dourados), e má saúde durante a noite de núpcias. No final do texto, descobre-se que a mulher tinha 73 anos e o marido, 69.

⁶⁷⁷ RIBEIRO, José Hamilton. Divórcio à goiana. *Realidade*, pp. 62-70, n. 70, jan. 1972. Mensal.

a aprovação do divórcio pelos católicos. *Os católicos não têm medo do divórcio*⁶⁷⁸ foi uma matéria embasada em uma pesquisa do INEF – Instituto de Estudos e Orientação da Família – com paulistas de classe B sobre a aprovação da lei do divórcio. Segundo a pesquisa, 56,67% dos homens católicos aprovavam a medida, contra 73,87% das mulheres. Juntando católicos e não-católicos, eram 70% dos homens e 80,5% das mulheres. Os argumentos sociológicos contrários ao divórcio, que apontavam para a possível destruição da sociedade e da família, foram tratados como “sombrios e vagos”, enquanto os argumentos religiosos apareceram como uma confusão entre indissolubilidade civil e religiosa. Em um quadro complementar, Almyr Gajardoni, o então editor nacional da revista *Veja*, explicou que havia dois interesses políticos na discussão da lei do divórcio:

deputados e senadores, depois de longos e sofridos anos de abstinência, poderão mostrar sua disposição para enfrentar questões de interesse público, livres dos comandos e da orientação do presidente da República, que, por seu lado, interessado na ressurreição do Congresso como centro da vida política do país, veria com satisfação concentrar-se num tema assim neutro uma parte considerável daquela força de trabalho que, de outra forma, tenderia a dedicar-se a assuntos mais delicados como, por exemplo, o dos direitos humanos.⁶⁷⁹

Nesse ano, a revista *Veja* ainda estava sob censura, e a acusação em relação aos direitos humanos parece ter sido ignorada pelas autoridades, já que REALIDADE não era mais vista como uma ameaça ao governo. Ao mesmo tempo, a ditadura estava em processo de aparente abertura política, o que fez com que matérias com debates políticos voltassem a ser publicadas na revista. A discussão de temas de cunho moral era preferida pelo governo, visto que distraíam o público da ausência de liberdades democráticas e violência contra a oposição. Afinal, a lógica de funcionamento do regime era manter a fachada de que o Brasil ainda era uma democracia.

Além disso, é importante destacar novamente algumas diferenças na forma como o mesmo tema podia ser tratado por jornalistas diferentes em fases distintas da revista. Na matéria, um dos argumentos sociológicos citados como a favor do divórcio mencionava que “como uma razão que pertence aos mistérios da sutileza feminina: a desquitada representa uma rival potencial para a mulher casada, mais perigosa que uma divorciada, pois esta pode ‘punir’ o marido infiel com um novo casamento.”⁶⁸⁰ Nesse trecho, é possível notar o contraste com as primeiras reportagens: utilizava-se a culpabilidade da mulher e a rivalidade feminina como um argumento pró-divórcio, distanciando-se das críticas ao sofrimento das desquitadas com a reprovação social, e com o fato de serem consideradas “fáceis” pelos homens por sua situação. Parece haver uma falta de empatia pela fonte, seja pela impessoalidade do texto, seja por comentários como esse. Nos primeiros anos de REALIDADE, o cuidado com o tratamento desse tema, principalmente o ponto de vista de mulheres, parece ter sido maior. Pode-se inferir

⁶⁷⁸ OS CATÓLICOS NÃO têm medo do divórcio. *Realidade*, pp. 10-13, n. 109, abr. 1975. Mensal.

⁶⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 13.

⁶⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 12.

que essas diferenças sejam causadas tanto pela mudança no modo de produção das reportagens, tornando-as mais superficiais, quanto pela personalidade dos jornalistas que compunham a redação. Os repórteres que participavam da revista em 1975 não são conhecidos – nos limites desta pesquisa –, mas, pelo que se constatou na bibliografia, nos anos iniciais de REALIDADE os jornalistas, principalmente os mencionados como autores das matérias analisadas, tendiam a ter um perfil voltado às liberdades das relações e um histórico próprio de vínculos afetivos alternativos (vide a experiência de amor livre pelo grupo de Roberto Freire). Sérgio de Souza, por exemplo, um dos jornalistas dessa fase, era filho de desquitada, tendo, provavelmente, sua história marcada pela situação que vivia a mãe.⁶⁸¹

Durante a existência da revista, os jornalistas de REALIDADE não tiveram a oportunidade de publicar a aprovação do divórcio. Como visto no capítulo anterior, a emenda constitucional de 1969 manteve o termo “casamento indissolúvel” na Constituição, o que seria revertido apenas em 1977. Nesse sentido, destaca-se o fato de que a lei podia intervir explicitamente na vida íntima de mulheres, o que mostra que as políticas de Estado não estavam restritas à participação pública dos cidadãos.

A partir da análise das reportagens deste capítulo, foi possível indentificar em REALIDADE as demandas dos movimentos feministas da Segunda Onda, incluindo debates sobre o machismo, a liberdade sexual feminina e o direito à contracepção. Os conceitos fixos sobre as diferenças de gênero eram contestados, assim como tabus sobre a virgindade, enquanto eram defendidos a educação sexual, a divulgação dos métodos anticoncepcionais e o divórcio. Essas discussões foram, e são, um meio importante de se defender que as mulheres possam escolher a maneira como querem viver. Contudo, a emancipação feminina não dependia apenas da substituição das velhas tradições por novos ideais de liberdade de conduta. Ela envolvia a mudança de olhar de toda a sociedade sobre a situação na qual as mulheres viviam, e como estavam restritas econômica e politicamente às convenções propagadas pelos setores dominantes e impostas pelo Estado. Além das mudanças de comportamento, foi preciso a luta das feministas e um contexto mundial abalado para que elas conseguissem conquistar cada vez mais espaço na sociedade, exigindo educação, reconhecimento no mercado de trabalho e representação na política. Para dar continuidade ao debate proposto nesta pesquisa, a seguir será analisado como as reportagens retratavam as mulheres para além de questões íntimas e vínculos afetivos, abordando a condição feminina em temas sobre emprego e política. Para encerrar, será visto como, mesmo no meio de discussões que reconhecem a ação de mulheres, elas ainda são vistas como o “outro”, e transformadas em objetos passivos.

⁶⁸¹ SEVERIANO, op. cit.

5 AS MULHERES EM REALIDADE: ELAS TRABALHAM

REALIDADE defendia que as mulheres pudessem ocupar os mesmos espaços que os homens, e demonstrou que a educação era importante tanto como uma conquista de direito quanto como uma ferramenta para a obtenção da total emancipação. Na matéria *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*,⁶⁸² apontou-se que as mulheres tinham seus estudos prejudicados por causa da mentalidade, propagada pelos pais e pela escola, que pregava que as meninas deveriam se preparar para o casamento, enquanto os meninos, para a construção de uma carreira. Era essa a justificativa que foi apresentada para a falta de mulheres na ciência e nas artes, afinal, antes de entrar para o ensino primário,⁶⁸³ as meninas obtinham melhores resultados em testes de quociente de inteligência e analogia e memória.

Observa-se que, em *A mulher brasileira hoje*,⁶⁸⁴ o grau de instrução era tomado por intelectualidade, e era esperado que as mais escolarizadas fossem igualmente as mais atualizadas tanto em cultura quanto em sexualidade. A matéria explicitava a posição de que as mais instruídas eram “mais evoluídas” quando mencionava que elas provavelmente usavam mais os métodos anticoncepcionais, ou quando afirmava que havia uma baixa porcentagem de mulheres diplomadas e das que tinham instrução média que apoiavam a criminalização das prostitutas, pois eram as que “*melhor* entendem que o problema [prostituição] está ligado essencialmente às questões sociais e econômicas”.⁶⁸⁵ Além disso, foi apontado como uma “prova de ignorância”⁶⁸⁶ as analfabetas acreditarem em maior número que o esporte podia ser prejudicial para a feminilidade (duas vezes mais do que a média geral).

Quando as respostas afirmativas ou negativas podiam ser interpretadas como atitudes mais conservadoras, a revista fazia questão de destacar o contraste entre as de classes alta e baixa e entre as menos escolarizadas e as diplomadas, mesmo que, em algumas das vezes, os números não fossem mostrados, e, em outras, ambas tivessem, juntamente, sua maioria contra ou à favor de determinado assunto. Foi o caso da pergunta se a juventude era irresponsável, se os pais deveriam interferir na escolha da carreira dos filhos e se a educação deveria ser mais rigorosa – todas as quais as mulheres de classe baixa e menos escolarizadas concordaram em maior número. Além disso, a revista declarou que era um paradoxo que as menos escolarizadas e mais pobres fossem as que mais se opusessem aos métodos anticoncepcionais e que menos evitassem filhos,⁶⁸⁷ ou seja, o nascimento deles podia ser entendido como um entrave à sua condição financeira e/ou educacional. Já em outra questão, foi considerado “bom senso” que os pais não interferissem na carreira dos filhos, o que era contrariado pela resposta das analfabetas e de classe baixa, que tinham taxa mais favorável à intervenção.

⁶⁸² CARTA, Daisy; SILVA, Mylton Severiano da. *A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher*. *Realidade*, p. 30-34, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁶⁸³ Na matéria, é mencionado que os testes foram realizados em meninas de dois a quatro anos.

⁶⁸⁴ A MULHER BRASILEIRA HOJE. *Realidade*, p. 20-28, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁶⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 26. Grifo meu.

⁶⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 25.

⁶⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 28.

Embora a reunião dos dados buscasse ser imparcial, já que na maioria das vezes apenas apontava alguns resultados, ela não deixava de emitir os valores do veículo em algumas observações e na forma como foram escolhidos os números apresentados. Cabe retomar as colocações de Champagne⁶⁸⁸ e Bourdieu⁶⁸⁹ abordadas no capítulo anterior, autores para os quais as opiniões apresentadas pelo jornalismo são simplificações que ignoram a complexidade das questões colocadas, da forma como são realizadas e do contexto de quem as responde. Quando a revista se referia a mulheres de classe baixa e analfabetas, ou com poucos anos de educação, as questões não eram aprofundadas a ponto de abordar o entorno e as motivações que influenciavam o comportamento dessas mulheres. Talvez o que era ignorância e falta de bom senso para as classes mais altas, para as baixas, era uma necessidade, já que as oportunidades eram limitadas. A forma como os assuntos eram tratados mostrava qual era a leitora de REALIDADE, aquela representada pela capa da Edição Especial, a mulher branca educada de classe média e alta. A exemplo de outras edições, apesar de mostrar imagens de negras, indígenas e asiáticas, sua condição particular só era explorada no texto quando o assunto era racismo ou a situação das tribos indígenas ou de seus países de origem. Assim como o universo masculino, a vivência do branco também tem caráter universal.

Tendo essa leitora delimitada, não era apenas a educação feminina que era incentivada por REALIDADE, mas o ensino de maneira geral. Na triagem da fonte, foram encontradas diversas reportagens a respeito do assunto, contudo, elas não possuíam a demarcação de gênero: eram mulheres e homens lutando pelo bem de todos. A diferença entre matérias como essa e as selecionadas para a pesquisa é que professoras, alunas e analfabetas não eram tratadas por sua condição de mulher – não eram esposas, mães ou filhas, nem alegava-se que estavam sujeitas às restrições de seu sexo –, mas como cidadãs em um país que possuía um sistema de ensino ainda precário. Por exemplo, uma das reportagens tinha como personagem central uma mulher, *Uma aventura, a professorinha*.⁶⁹⁰ Era sobre a história da professora Jurema, que viajava de barco para buscar remédios para os alunos e dava aulas no meio do mato, na ilha de Cananéia, em São Paulo. Com exceção do uso do diminutivo, comum no tratamento de mulheres e muitas vezes acusado de infantilizá-las, a reportagem escolheu a professora Jurema como personagem para retratar as dificuldades que os professores de escolas isoladas sofriam para exercer o seu trabalho de maneira geral, independente do gênero. Talvez a educação fundamental tenha sido a área na qual as mulheres conquistaram maior equidade, a ponto de serem incluídas, na revista, na discussão “universal”, deixando, por um momento, de ser “o outro”.

Em relação ao ensino superior, ainda é possível perceber a demarcação de gênero, principalmente por ser uma preparação para o mercado de trabalho. Até hoje se reproduz o discurso de que há profissões femininas e masculinas, o que faz com que os cursos preparatórios e cargos sejam ocupados desproporcionalmente por homens e mulheres, fazendo com que estas

⁶⁸⁸ CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁶⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo: Polis, 1987, pp. 137-151.

⁶⁹⁰ MARÃO, José Carlos. Uma aventura, a professorinha. *Realidade*, pp. 18-25, n. 49, abr. 1970. Mensal.

estejam restritas a trabalhos desvalorizados, mal remunerados e de baixa hierarquia. Apesar de algumas discrepâncias, assim como na educação, REALIDADE defendia que as mulheres poderiam trabalhar onde quisessem.

5.1 DIFERENTES OCUPAÇÕES FEMININAS

Na década de 1960, o emprego de mulheres ainda era percebido como uma ameaça ao lar e à família, pois os cuidados domésticos eram exclusivamente de sua responsabilidade. *O Cruzeiro* aconselhava que

realmente não vemos por que a mulher trabalhe fora quando não há necessidade. O *emprego* impõe obrigações que muitas vezes terão que entrar em *conflito* com as obrigações domésticas. Muitos homens se queixam de que o *eterno feminino* tende a desaparecer com essa mania que as mulheres têm de *competir* com a gente na luta pela vida.⁶⁹¹

No primeiro período analisado de REALIDADE, observa-se que a revista buscou argumentos para provar o contrário, que a família poderia até ser beneficiada com a mulher trabalhadora. A matéria *A mulher brasileira hoje*,⁶⁹² em enquete publicada na edição n. 10 sobre o que as mulheres pensavam, apresentava poucas trabalhadoras, apenas 37% das entrevistadas, mas a maioria – 72% – se posicionou contra a ideia de que o emprego assalariado interferia na felicidade do casamento. Por mais que as mulheres fossem constantemente associadas a sua função de mãe, nas matérias de REALIDADE, elas não deixavam de ser valorizadas por outras atuações, principalmente no mercado de trabalho. Um caso que sustenta essa opinião foi apresentado na mesma edição, na reportagem *Dona Berta, o Diretor*, perfil de Berta Schlesinger, realizado por Carlos Azevedo. No texto, pode-se concluir que, além da relação positiva com a família, havia diferenças sexuais no trabalho, mas, ao invés de excluir as mulheres em determinadas tarefas – nos negócios, neste caso –, era defendido que elas tinham muito a acrescentar em diferentes áreas.

Dona de uma indústria que fazia calças para mulheres em São Paulo, Berta Schlesinger começou a construir seu negócio com 26 anos, em 1948, costurando em uma máquina Singer portátil. Em 1965, havia vendido 150 mil peças. Seu negócio empregava 105 mulheres, sendo pelo menos uma delas diretora – lembrando que, entre as indústrias, o setor têxtil era o que mais admitia mão-de-obra feminina no período – e quinze homens, que trabalhavam em um prédio de três andares em um terreno de quinhentos metros quadrados, no qual operavam setenta máquinas de cortar tecidos, costuravam, faziam os acabamentos, a limpeza, a tinturaria, a revisão, a etiquetagem, a embalagem e a expedição dos produtos. Os funcionários recebiam

⁶⁹¹ Sessão de "De Mulher para Mulher", escrita por Maria Tereza, apud CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 201-222, 2001. p. 212. grifos da autora. Maria de Fátima Cunha não colocou o título do assunto e em qual edição estava. Presume-se ser do início do ano 1960, período que estava sendo abordado.

⁶⁹² A MULHER BRASILEIRA HOJE. *Realidade*, p. 20-28, n. 10, jan. 1967. Mensal.

da empresa restaurante, enfermagem e tratamento odontológico. As coleções eram produzidas a partir das tendências que a empresária trazia da Europa, onde ia uma vez a cada seis meses. Essa descrição pormenorizada de sua trajetória e da constituição de sua empresa enfatizava a relevância do seu negócio.

Nessa matéria, a personagem teve seu vestuário descrito – blusa rosa-choque, um medalhão preso em uma corrente, calças compridas vinho, sapatos de fivela de esporte marrons, sem meias –, assim como outras características foram apresentadas – tinha quarenta anos, cabelos castanhos, longos para a moda, rosto pouco fotogênico (definido assim pela própria Berta), mudava da “expressão *brincalhona* para um vincar de testa que significa *atenção*”,⁶⁹³ era inquieta, tinha voz agradável, de volume alto e suas frases eram rápidas. À princípio, parece uma mistura do que o senso comum entendia como características masculinas e femininas. Contudo, ao longo do texto, percebe-se que a matéria abordava a inserção feminina no mercado de trabalho sem tratar as mulheres como uma imitação do homem de negócios. O jornalista fazia questão de destacar que a empresária não se masculinizou e mantinha sua feminilidade sem que seus negócios fossem menos sérios ou menos bem sucedidos.⁶⁹⁴ Aliás, os atributos pareciam ser mais vantajosos ainda para os negócios. Foi a personagem que explicou que, quando negociava, fazia questão de lembrar aos fornecedores que era uma senhora, e sua “gentileza feminina” lhe dava vantagem no acordo.

Berta Schlesinger era a mulher geradora de renda da família que não precisou abdicar do casamento para isso. Foi seu marido, Félix, quem se demitiu de seu emprego em uma empresa de exportação, já que o negócio da esposa era mais lucrativo, e foi ele quem assumiu o papel de “ajudar com as contas”. Em momento algum essa atitude foi questionada, com argumentos como o homem ser o provedor natural da mulher. O marido era o oposto de Berta, segundo ele mesmo descreveu: “– Ela é a *imaginação criadora* e eu sou a *ponderação*, a opinião *realista*. Muitas vezes Berta *precisa ser freada*, mas as *suas ideias são a vida da empresa*”.⁶⁹⁵ Ela cuidava da imaginação, ele do dinheiro. Uma oposição entre as características socialmente definidas de homens e mulheres estava presente na reportagem, mas de forma que ambas eram positivas. A emoção, por exemplo, em “ela é a imaginação criadora”, pode também ser o motivo de sucesso financeiro do casal, não apenas a razão masculina. O destaque das qualidades femininas constituía um argumento para negar opiniões do senso comum sobre a inferioridade intelectual das mulheres e sua suposta fragilidade. Berta era brincalhona, e ainda assim atenta; era alegre e moderna, e também dedicada e resistente, afinal, aguentava dez horas de trabalho por dia.

REALIDADE não recusava a divisão sexual no trabalho, logo, não expressava em suas matérias que homens e mulheres eram iguais em atitudes. Por vezes, a revista reforçava estereótipos femininos, como a emoção, os cuidados domésticos e, principalmente, a

⁶⁹³ AZEVEDO, Carlos. Dona Berta, o diretor. *Realidade*, p. 110-113, n. 10, jan. 1967. Mensal. grifos meus.

⁶⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 110. O jornalista remete duas vezes à “não masculinização” de Berta: “nela não há nada de masculino”, “E lá estava ela todos os dias, desde muito cedo até à noite, de calças compridas, a dar ordens, a exigir um bom trabalho, a tornar-se amiga dos colaboradores. Mas sem se masculinizar”.

⁶⁹⁵ Id., *ibid.*, p. 110. Grifos meus.

maternidade, como já mencionado. O que se pode perceber em seu conteúdo é que a diferença não fazia das mulheres seres inferiores, mas que ambos os sexos, do seu modo, eram iguais na sua importância e mereciam ter os mesmos direitos.

Sobre a questão da maternidade, o jornalista fez questão de acrescentar à rotina de trabalho de Berta as interrupções de seus filhos, Sílvia Paula e Jorge, quando ela podia demonstrar sua *ternura*. Era o momento no qual a matéria podia questionar o mito de que a mulher que trabalhava negligenciava os cuidados com o lar. No texto, Berta Schlesinger assumia que havia dificuldades para conciliar família e trabalho, mas, com a ajuda de outros, era possível dar conta dos dois sem maiores problemas.⁶⁹⁶ A empresária deixou claro que não se sentia culpada e não prejudicava as crianças e afirmou que

– A mãe que passa o tempo todo em casa perguntando ao filho se já fez a lição ou tomou banho, não o ajuda. Os meus filhos desenvolveram sentimentos de independência e eu os incentivei. Não é raro me falarem de seus problemas, mas no fim da conversa costumam dizer: “pode deixar que eu resolvo isto, mamãe”. Não conheci nenhum de seus professores. No entanto, os meninos têm sido sempre bons alunos. Então, se têm muitos amigos que vivem dentro de casa, e se vão bem na escola, é sinal de que tudo vai bem. Pode ser que eu tenha tido sorte, mas prefiro achar que a independência e a responsabilidade que tiveram desde o começo lhes tenham sido benéficas.⁶⁹⁷

Seus filhos não a desmentiram. Sílvia Paula afirmou que “não chego a sentir falta da mamãe. Mesmo na fábrica ela está perto da gente. Basta só telefonar. E eu acho que deve ser muito chato uma mãe andando atrás da gente o dia inteiro pela casa”.⁶⁹⁸ Já Jorge: “o fato de mamãe trabalhar fora de casa nunca nos prejudicou. Sempre aproveitamos muito bem o tempo que ficamos juntos. Além do mais, é muito agradável para mim que ela seja diretora de uma indústria”.⁶⁹⁹

Em um quadro separado, a matéria apresentou dados sobre a presença da mulher no mercado de trabalho. A população brasileira era formada por 49 milhões de pessoas com mais de dez anos, consideradas aptas para trabalhar. Estava dividida entre 24.662.000 mulheres e 24.139.458 homens. Dos homens, 77% trabalhavam, enquanto 16% (4.054.100) das mulheres faziam o mesmo – as donas de casa e as estudantes não estavam incluídas, por serem consideradas “economicamente inativas”. Comparado a países desenvolvidos e da América Latina, o Brasil estava em posição inferior: 26% das mulheres nos EUA trabalhavam, na França, 35%, na Inglaterra, 32%, na Argentina, 24%, e no Chile, 25%.⁷⁰⁰ Nas atividades liberais, para

⁶⁹⁶ A empresária menciona a ajuda de empregadas domésticas, privilégio das classes média e alta.

⁶⁹⁷ AZEVEDO, Carlos. Dona Berta, o diretor. *Realidade*, p. 110-113, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 113.

⁶⁹⁸ Id., *ibid.*, p. 113.

⁶⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 113.

⁷⁰⁰ Do total da força de trabalho, as mulheres representavam, no Brasil, 17,8% em 1960 e 20,4% em 1970. As taxas da Argentina nas duas décadas eram 21,2% e 24,85%, do Chile 22% e 22,2%, do Paraguai 21,9% e 25%, do Uruguai, 19,4% e 27,1%. A média do trabalho feminino na América Latina era superior às taxas brasileiras: 19% em 1960 e 21,1% em 1970. ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana – o mercado de trabalho no contexto de reestruturação. *Mulher e Trabalho de ação afirmativa*, Boitempo Editorial, São Paulo, abr. 2000. Disponível em: < http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/A_mulher-e-o-mercado_de_trabalho/017%20-%20A%20situa%20E7%E3o%20da%20mulher%20latino-americana.pdf>.

cada cem homens havia 22 mulheres. Havia ramos em que elas não atuavam e outros em que recebiam menos que os homens, na cidade e no campo.⁷⁰¹ As trabalhadoras estavam divididas da seguinte forma: quase 1/3 trabalhava na agricultura, na pecuária e na silvicultura, mais de 1/3 nas atividades burocráticas, quase 1/5 em profissões diversas e o restante na indústria e no comércio. Elas eram mais participativas em “atividades sociais”, uma vez que para cada 117 mulheres havia cem homens – em ensino público, particular, instituições culturais, assistência médico-hospitalar, entre outras. Na administração pública eram dezenove mulheres para cada cem homens. Elas também trabalhavam como engenheiras, arquitetas, agrônomas, desenhistas e cartógrafas, e uma mulher, em todo o país, era astrônoma.

Nas edições seguintes de REALIDADE, não foram encontradas matérias especificamente sobre o emprego feminino, mas outras abordagens mostravam indiretamente a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, embora as profissões ainda fossem, em sua maioria, representadas por homens, com exceção daquelas marcadas por um estereótipo de gênero, como os serviços de secretária e enfermeira. Isso ocorria em *Escolha certo, seja feliz*,⁷⁰² uma série de matérias de serviço sobre as profissões no Brasil. A primeira sugeria dez opções que apresentavam bom salário e eram empregos assegurados: administrador de empresas, químico, engenheiro da indústria de alimentos, técnico de artes gráficas, engenheiro de telecomunicações, médico, secretária bilíngue, projetista, técnico em telecomunicações e publicitário. Na descrição das profissões não havia a especificação sobre a qual gênero eram destinadas, contudo, com exceção da secretária bilíngue, todas as funções eram representadas por imagens de homens.

A série ainda contava com uma abordagem sobre os setores em expansão, um teste de aptidões, sugestões de cursos técnicos e as vantagens e desvantagens de ser funcionário público. Sobre o curso para técnicos em Artes Gráfica, havia a recomendação do Senai, maior e mais moderna escola de artes gráficas da América Latina no período, gratuita e “um dos poucos que aceita mulheres”, afirmação que pode indicar que o texto também se voltava aos interesses de leitoras.⁷⁰³ Cabe destacar que, o salário de secretária bilíngue era mais baixo que a maior parte dos salários iniciais das outras profissões, variando entre Cr\$1000 e 2500 (para aquelas que falavam duas línguas), enquanto as outras, com exceção de médico do serviço público e técnico em telecomunicações, partiam já de Cr\$2000.

Nas ilustrações de Alain Voss em *Quem estuda quer trabalho. Que trabalho?*,⁷⁰⁴ novamente, das dez profissões, a mulher aparece apenas em duas: enfermagem e serviço social. Porém, a reportagem destacou a história de uma mulher, Maria Ângela Hassun, que se formou em pedagogia, casou-se e, após os filhos terem crescido, foi procurar emprego. Não encontrou vagas para professores, mas, em classificados nos jornais, se deparou com uma oportunidade

Acesso em: 18 jan. 2017.

⁷⁰¹ Em nenhum momento se afirma que recebiam mais em alguma área, no máximo, o equivalente aos homens.

⁷⁰² PRADO, Antônio Alberto; CASTRO, Laís de; KONDER, Rodolfo. Escolha certo, seja feliz. *Realidade*, pp. 107-124, n. 59, fev. 1971. Mensal.

⁷⁰³ Id., *ibid.* p. 114. Provavelmente se refere aos cursos técnicos nessa área especificamente, visto que faculdades e outros cursos técnicos permitiam mulheres (confirmar).

⁷⁰⁴ QUEM ESTUDA QUER trabalho. Que trabalho? *Realidade*, pp. 106-116, n. 70, jan. 1972. Mensal.

como vendedora de serviços de uma firma de assessoria. O empregador nem imaginava que contrataria uma mulher, mas foi ela quem conquistou a vaga, graças à sua boa formação cultural. Hassun foi promovida e seu salário era de 6000 cruzeiros.

Segundo o repórter, a balança da oferta e da procura em profissões estava alterada pela participação da mulher no mercado. Em 1972, a participação feminina nas universidades era de 40%, o que não significava, ainda segundo a reportagem, que elas não estivessem sofrendo discriminação, pois ainda eram levadas a atuar em cursos específicos. Além disso, os salários delas eram mais baixos, 80% menor do que o de homens no mesmo cargo, o que era justificado como sendo pela formação distinta que elas eram levadas à buscar (profissões de menor remuneração). Outros dados apontados pela reportagem mostravam que as mulheres que disputavam as vagas eram jovens, até os 25 anos, o que indicava uma deserção pós-matrimonial e a ausência do retorno ao mercado após o crescimento dos filhos.

Essas matérias atendiam aos interesses do governo ao incentivar mais a formação técnica do que o ensino superior, devido necessidades de técnicos no crescimento da industrialização. Elas convinham com o Milagre Econômico e os objetivos da ditadura de privilegiar as profissões tecnológicas no lugar da produção cultural e intelectual, associada à resistência ao regime.

Procurando novas maneiras de viver,⁷⁰⁵ por sua vez, continha histórias de mulheres que mudaram de vida, além de oferecer dicas de como a mulher podia fazer para se resolver

como profissional, mãe e esposa. Nos casos abordados, dois deles merecem destaque: uma economista teve que convencer o marido a deixá-la estudar para a faculdade e uma trabalhadora chegou a fazer curso de empregada doméstica para aprender a cuidar do próprio lar, além do emprego fora. Cabe lembrar que, nessa fase da revista, as matérias eram mais superficiais, continham generalizações e não apresentavam observações mais profundas. No fim, acabavam propagando o senso comum, como quando afirmou-se que, nos Estados Unidos, era fácil a mulher se realizar como mãe e profissional, pois havia creches, computadores, formações para mães, sem problematizar com dados e/ou informações sobre o que aquelas mulheres realmente precisavam para conseguir conciliar uma carreira com os cuidados do lar.

Em 1975, REALIDADE voltou a apresentar um caso de mulher empresária em *A rica baiana da rua dos turcos*,⁷⁰⁶ a história de Maria Auxiliadora Guimarães, dona de uma empresa atacadista de São Paulo com quatro

Imagem 26 – A rica baiana da rua dos turcos



Reprodução

Fonte: DANTAS, Audálio. A rica baiana da rua dos turcos. *Realidade*, pp. 94-97, n. 108, mar. 1975. Mensal.

⁷⁰⁵ PROCURANDO NOVAS MANEIRAS de viver. *Realidade*, pp. 84-87, n. 104, nov. 1974. Mensal.

⁷⁰⁶ DANTAS, Audálio. A rica baiana da rua dos turcos. *Realidade*, pp. 94-97, n. 108, mar. 1975. Mensal.

lojas na cidade. A empresária começou como balconista de uma loja na 25 de março, quando percebeu que as pessoas procuravam muito chinelos de borracha que eram vendidos apenas em outra região, no Brás. Acabou investindo nesse negócio, tornando-se vendedora em paralelo com a função de balconista, até que conseguiu juntar dinheiro para abrir a sua primeira loja, e expandiu o negócio. Seu sonho era comprar os carros que via nos filmes americanos e, com seu trabalho, segundo a matéria, conseguiu comprar seis veículos de diferentes marcas, Oldsmobile, Cougar, Malibu, Camaro, Mercedes esporte e Mustang, além de uma moto.

Maria Auxiliadora Guimarães pensava em casar apenas se aparecesse a pessoa certa – não era uma obrigação para ela. A empresária disse que até já havia recebido propostas de casamento por interesse em seu dinheiro, mas que isso nunca seria um problema, já que, como afirmou, “quando me casar será em regime de separação de bens”.⁷⁰⁷ Cabe notar que, diferente da dona Berta abordada no início do capítulo, aqui, a mulher aparecia dissociada de casamento e de filhos. Assim como na questão da maternidade, nos anos finais da revista, parece que a redação se desapegou da ideia da mulher como essencialmente mãe e passou a reproduzir outros modelos, como a turca que amava carros. Isso pode ser encarado como um sinal de que a aceitação das mudanças da estrutura da família nuclear já estava se consolidando.

Além do mercado formal, em sua primeira fase, REALIDADE não se absteve de retratar profissões que eram estigmatizadas pela sociedade. Em *Meire vive tirando a roupa*,⁷⁰⁸ por exemplo, foi retratada a rotina de espetáculos no centro de São Paulo, no beco Amador Bueno, que revezava peças de humor com *striptease*. Até a metade da matéria, as mulheres que faziam *strip* eram mencionadas apenas sob o ponto de vista dos espectadores e do próprio repórter, com qualidades como “feias”, “velhas” e “desajeitadas”. Os atores das peças foram ouvidos durante a narrativa, de forma que, atuando ali por necessidade, uns desprezavam o lugar, enquanto outros apenas o tratavam como um emprego qualquer para a sua subsistência. Quando as mulheres eram ouvidas, introduzia-se o fator “família”. Como o jornalista Fernando Portela observou, causava estranhamento ouvir mulheres seminuas falando sobre parentes, compras, saúde e educação de filhos, enquanto aguardavam serem chamadas ao palco. Ao escrever brevemente sobre a história daquelas mulheres, o jornalista procurou por alianças nos dedos

Imagem 27 – Clube de *striptease*



Reprodução de fotografia de Cláudia Andújar
Fonte: PORTELA, Fernando. Meire vive tirando a roupa. *Realidade*, pp. 36-46, n. 25, abr. 1968. Mensal.

⁷⁰⁷ Id., *ibid.*, p. 97.

⁷⁰⁸ PORTELA, Fernando. Meire vive tirando a roupa. *Realidade*, pp. 36-46, n. 25, abr. 1968. Mensal. Fotos de Cláudia Andújar.

para ver se eram casadas e abordou sua origem. De maioria humilde, com exceção do caso de uma menina que tinha família rica no interior, muitas sustentavam a família, que não sabia como ganhavam a vida.

No final, o repórter apontou a opinião de um psiquiatra, José Gaiarsa, que relacionava a necessidade do *striptease* com a imagem de “moça honesta”, que fazia com que as mulheres não se despiassem nem para seus maridos. Para um sociólogo, Ruy Galvão, a nudez seria ainda um tipo de consumo, e os jovens seriam os responsáveis por manter esse padrão, visto que sua rebelião era entendida como desprovida da apresentação de novos valores, mais libertários. As fotografias, de Cláudia Andújar, eram mais conceituais, sem que houvesse nudez explícita. Havia imagens de rostos, sérios ou sorrindo, de garotas no palco durante o show vestidas de biquíni, assim como uma imagem apenas do corpo da dançarina com biquíni, sem que aparecesse seu rosto. Não parecia haver a ideia de sensualidade, mas a rotina de trabalho daquelas mulheres.

Imagem 28 – Clube de dança



Reprodução

Fonte: FREIRE, Roberto. Venha dançar. *Realidade*, pp.52-60, n.27, jun. 1968. Mensal.

Já em *Venha dançar*,⁷⁰⁹ Roberto Freire escreveu sobre um clube de *dancing*, no qual as mulheres eram pagas para dançar com homens. O autor narrou os acontecimentos sob a perspectiva de três clientes. Por vezes colocou a situação das mulheres, seu apego a determinado freguês e a inveja das outras moças, por estarem sentadas sem companhia – logo, sem pagamento. O jornalista afirmou que o sócio do clube fazia questão que se mantivesse a distinção entre dançarinas e prostitutas, repreendendo funcionárias que aceitassem bebidas ou outros presentes dos clientes.

Diferentemente da matéria sobre *striptease*, de Fernando Portela, Freire não abordou a relação das moças com a família, embora em dois casos tenha mencionado sua vida pessoal. Em um, dizia que a jovem evitava se preocupar com a possível perda de um cliente a quem tinha apego, pois o trabalho era mais importante para sustentar sua filha. Em outro caso, explicou a situação pessoal que levou uma mulher a procurar o emprego. Ela havia sido deixada pelo marido após brigas por ele frequentar pontos de prostituição, e foi obrigada a fazer um acordo com o sogro, afastando-se dos filhos para que eles tivessem melhores condições de criação.

Por fim, em julho de 1968, Mylton Severiano organizou uma matéria sobre prostituição chamada *Vida difícil*,⁷¹⁰ com apuração de Carlos Azevedo, Celso Kinjô, Raimundo Rodrigues Pereira, Percival de Souza e Fernando Portela e fotos de Cláudia Andújar. O autor mencionou

⁷⁰⁹ FREIRE, Roberto. Venha dançar. *Realidade*, pp. 52-60, n. 27, jun. 1968. Mensal.

⁷¹⁰ SEVERIANO, Mylton. Vida difícil. *Realidade*, pp. 124-141, n. 28, jul. 1968. Mensal. Fotos de Cláudia Andújar.

a crença de que a prostituta preservava a moral e citou uma frase de Carmem da Silva: “a moral da família do mocinho que a corrompeu, do senhor rico que a tirou da fábrica, do patrão que lhe pagava salário de fome”.⁷¹¹ A fala da professora de Direito Ester de Figueiredo⁷¹² a complementava, afirmando que eram mulheres que saíram de lares com figuras familiares como qualquer outra (pai, mãe, irmãos) e que podiam ter sido levadas a se prostituir por “homens de bem”, defensores da honra da própria família.

O jornalista apontou conclusões que relacionavam a marginalização das mulheres com a discrepância de seus direitos em relação ao dos homens. Severiano ressaltou que as prostitutas eram as que mais sofriam e as que menos recebiam – hoteleiros e proprietários de apartamentos, por exemplo, ficavam com a maior parte do dinheiro que recebiam dos clientes. As fotos, de Cláudia Andújar, eram imagens de casa, dos cuidados com filho, da perfumaria e de detalhes como a cinta-liga e o sutiã sendo fechado, novamente sem sensualidade.

Cabe lembrar que, antes da publicação dessa matéria, REALIDADE já havia perguntado a opinião de mulheres sobre o que pensavam a respeito da prostituição. Em dados apresentados em *A mulher brasileira hoje*,⁷¹³ 82% das entrevistadas não consideravam prostitutas

Imagem 29 – Prostituição



Reprodução de fotografias de Cláudia Andújar
 Fonte: SEVERIANO, Mylton. *Vida difícil*.
Realidade, pp. 124-141, n. 28, jul. 1968.
 Mensal.

⁷¹¹ Id., *ibid.*, p. 140.

⁷¹² Figueiredo teve participação na reforma do Código Civil em 1960, para o qual apresentou um projeto sobre a capacidade civil e laborativa da mulher casada, o que foi útil na promulgação da Lei nº 4.121, o Estatuto da Mulher Casada. Em 1982, assumiu o Ministério de Educação e Cultura (MEC), sendo considerada a primeira ministra brasileira, durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) – com quem, apesar do sobrenome, não tinha laços de parentesco. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-ester-figueiredo> >. Acesso em: 18 jan. 2017.

⁷¹³ A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal.

criminosas, sendo que, das diplomadas, eram 90%. As que mais associavam a profissão ao crime eram mulheres analfabetas e de classes mais baixas, contudo, mesmo assim, uma minoria: 31% das primeiras e 23% das outras. Ao expor os resultados, o texto os caracterizava como positivo, como um sinal de abertura da mentalidade o fato dessas mulheres não criminalizarem a prostituta.

As três profissões retratadas eram bem diferentes entre si, mas mostravam casos de mulheres que encontraram no corpo uma fonte de renda e que carregavam, por isso, algum estigma social. As reportagens procuravam não fazer um julgamento moral sobre as opções que essas mulheres escolheram para poderem sustentar a si e a seus familiares, retratando mais as dificuldades encontradas e os aspectos rotineiros das ocupações. Os repórteres poderiam ter construído a matéria de maneira diferente, a partir da questão da ilegalidade da profissão, no caso da prostituição, da imoralidade do ofício ou até mesmo da ameaça à família, o que mostra uma tendência, característica da primeira fase da revista, de humanizar aquelas envolvidas com as atividades, evitando os preconceitos do senso comum.

A seleção dos argumentos que foram expostos, a escolha das fontes e o caminho escolhido para a narrativa acabavam ditando o posicionamento dos jornalistas a respeito do assunto, por mais que estes tentassem se guiar pela imparcialidade e pela objetividade. Não se pode ignorar que na própria vida pessoal dos jornalistas, esse tema se fazia presente, de forma que sua conduta podia ser uma indicação de seu posicionamento ideológico. Narciso Kalili, por exemplo, ganhador do prêmio Mergenthaler, destinado a jornalistas que se dedicam à defesa dos direitos humanos, foi casado com uma prostituta.⁷¹⁴

Além das ocupações descritas até aqui, existia também aquelas que não eram de carteira assinada, mas também não eram proibidas ou consideradas imorais, pelo contrário. Escrita por Luiz Fernando Mercadante, com fotografias de Geraldo Móri, *A bênção, sá vigária*⁷¹⁵ era sobre freiras que dirigiam paróquias no nordeste, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia.⁷¹⁶ A matéria apontava cinquenta religiosas no Brasil que assumiram paróquias sem padres. Em Santo Amaro do Brejo, cidade do Sergipe com 2.500 habitantes, a Irmã Ferdinanda, com a ajuda de outras quatro freiras, era responsável pela distribuição da comunhão, pelos batismos, pela preparação dos noivos para o casamento, pela assistência aos doentes terminais, pela bênção no funeral, pelos cultos e pela pregação, além de ensinar os moradores da região a ler e escrever. Durante os domingos, era um padre quem assumia essa tarefa. Segundo a reportagem, a irmã fazia parte de um plano da Igreja, idealizado pelo arcebispo dom Eugênio de Araújo Sales, e existente desde 1963, para compensar o número baixo de sacerdotes – em torno de 12.000 padres, enquanto havia 40.000 freiras.

Até a publicação da matéria, havia dez igrejas dirigidas por freiras, e esperava-se chegar

⁷¹⁴ SEVERIANO, op. cit.

⁷¹⁵ MERCADANTE, Luiz Fernando. *A bênção, sá vigária*. *Realidade*, p. 53-62, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁷¹⁶ No Rio Grande do Norte, havia três paróquias dirigidas por freiras: Nísia Floresta, Taipu, com as Irmãs Imaculadas do Coração de Maria, e São Gonçalo, com as Filhas do Amor Divino. Outra paróquia planejada era em Divina Pastora, Sergipe. Havia a paróquia Nova Descoberta, bairro pobre de Recife, que era dirigida por freiras de Detroit, e a de Plataforma, bairro de trabalhadores na Bahia, com 40.000 habitantes.

a cem até o final de 1967. Irany Bastos, integrante da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, fundada em 1928 em Campinas, que contava com duas mil religiosas, foi quem iniciou a experiência, sendo a primeira freira a dirigir uma paróquia no mundo ao ser encaminhada em três de outubro de 1963 para Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, cidade de 10.300 habitantes. Posteriormente, Irany Bastos tornou-se subsecretária do Secretariado Nacional dos Bispos do Brasil, acompanhando o desenvolvimento do plano. Bastos era considerada por Mercadante uma mulher atualizada, pois adaptava as obrigações das freiras aos costumes do mundo – por exemplo, alterou o horário das orações para que as irmãs pudessem assistir ao jornal na televisão no convento em Santa Teresa, Rio de Janeiro, que dirigia. Sua Congregação também exigia que as freiras utilizassem o hábito apenas dentro do convento.

Em São Gonçalo, foram acompanhadas as irmãs Amália, superiora, Estanislava e Corina. Elas se consideravam “do povo” e, além da manutenção da Igreja, alfabetizavam a população, ensinavam e incentivavam cada um a plantar sua horta e cuidavam dos doentes. As irmãs ajudaram a construir consultórios para a cidade receber médicos e dentistas, e os trabalhadores a obterem registro para serem empregados pela Petrobrás. As freiras também protegiam os direitos da população (como o que se pretendia com as rendeiras de Divina Pastora, que recebiam menos do que deveriam). Em Santo Amaro do Brejo, atuavam as irmãs Ferdinanda, Luísa, Rosa Helena, Felicidade e Vera. Em Nova Descoberta, atuavam as irmãs estadunidenses Vicenzia, Maria e Helena, da Congregação das Servas do Imaculado Coração de Maria, e a alemã Magna, da Congregação das Missionárias da Imaculada Conceição, instituto fundado por alemães na Amazônia. Esta última ajudou na edificação da paróquia, e, em outro ponto da cidade, ajudava gestantes desabrigadas a construírem suas casas. Esse grupo treinava a comunidade para cuidar da sua própria paróquia e, quando esse objetivo fosse atingido, as freiras seriam transferidas para outra região. Em Plataforma, Bahia, atuavam as irmãs Estela, Érica, Madalena e Angelina, do Imaculado Coração de Maria.

A atuação dessas freiras era elogiada por bispos. Dom José Távora afirmou na reportagem que “[...] elas têm um modo especial de pescar almas e sabem, como ninguém, chamar o homem pobre e subdesenvolvido à sua dignidade de ser humano”.⁷¹⁷ Dom Hélder Câmara elogiou a experiência em Recife como sendo “belíssima”.⁷¹⁸ Mercadante encerrou a reportagem com o seguinte relato:

Falando a um auditório de freiras, um sacerdote, certa vez, scandalizou algumas ao dizer que nos campos de concentração há quatro atitudes básicas em relação aos prisioneiros: substituem os nomes; dão-lhes roupas largas, impessoais, assexuadas; cortam-lhes os cabelos e lhes impõem tantas regras quanto os minutos do dia.

– Antigamente, falou o padre, algumas congregações de freiras agiam mais ou menos assim.

E agora?

Quem dá a resposta é a Irmã Irany:

⁷¹⁷ MERCADANTE, Luiz Fernando. A bênção, sá vigária. *Realidade*, p. 53-62, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 59.

⁷¹⁸ Id., *ibid.*, p. 61.

– Nós, as religiosas, estamos descobrindo cada vez mais que somos gente como tôda gente. E que temos de viver no mundo, amá-lo como êle é e ajudar a resgatá-lo.⁷¹⁹

A organização das freiras pode ser entendida também como sua politização. Elas eram mulheres que atuavam em prol de seus princípios para melhorar a comunidade e, para isso, lutavam para poder trabalhar em funções dominadas por homens. Além disso, elas passavam por um processo próprio de emancipação, modificando regras rígidas impostas pela Igreja. O trabalho político é ainda mais explícito em *A velha missionária pede paz*,⁷²⁰ matéria sobre Rachel Saint, missionária americana que tentava converter índios aucas. Inspirada por seu irmão, que tentou, sem sucesso, os catequizar, a missionária foi uma das poucas brancas que conquistou sua confiança e teve acesso a essa tribo. A matéria abordava momentos de crise para os aucas, quando a exploração de petróleo invadiu seu território e levou doenças, principalmente a poliomielite, para os índios, que reagiram com assassinatos de vingança. Saint combateu a violência dos dois lados, de forma que a sua casa era um dos poucos espaços diplomáticos, no qual não podia haver ataques entre os brancos e os aucas.

Imagem 30 – Olga Régis



Reprodução
 Fonte: FREIRE, Roberto.
 Minha gente é de santo.
Realidade, p. 88-94, n. 10, jan.
 1967. Mensal.

Principalmente em sua primeira fase, eram comuns matérias de cunho religioso em *REALIDADE*, problematizando as tradições da Igreja Católica, com casos sobre o casamento de padres, sacerdotes em movimentos políticos e freiras que dirigiam paróquias. Também havia a abordagem de outras religiões além da católica, e, nessas, também era destacada a atuação feminina. Em *Um despacho de amor*,⁷²¹ Narciso Kalili contou a história trágica de um triângulo amoroso vivido por três seguidores do candomblé, duas mulheres e um homem. A matéria descrevia os rituais, os deuses e as oferendas e os sacrifícios, ressaltando a atuação da mãe e das filhas-de-santo.

Na Edição Especial, Roberto Freire, em *Minha gente é de santo*,⁷²² traçou o perfil de Olga Francisca Régis, uma mãe-de-santo em Salvador. Devido a função da personagem, a matéria abordou características e rotinas do candomblé, sob a perspectiva de um jornalista católico que tinha pouco conhecimento sobre a religião, como ele mesmo afirmou. O jornalista iniciou o texto com uma

⁷¹⁹ Id., *ibid.*, p. 62.

⁷²⁰ BLEDSOE, Jerry. *A velha missionária pede paz*. *Realidade*, pp. 85-91, n. 82, jan. 1973. Mensal.

⁷²¹ KALILI, Narciso. *Um despacho de amor*. *Realidade*, p. 36-34, n. 4, jul. 1966. Mensal.

⁷²² FREIRE, Roberto. *Minha gente é de santo*. *Realidade*, p. 88-94, n. 10, jan. 1967. Mensal.

descrição sobre o físico de Régis:

Olga é uma mulher saudável e bonita, de traços finos, cheia de corpo. Parece mais alta do que realmente é, talvez pela coluna reta, o queixo erguido e seu jeito de nos olhar de cima. Mas não há nisso nenhuma atitude forçada ou sentimento de superioridade. E ninguém se sente mal diante dela, porque, se os olhos nos vêem de cima, há sempre uma alegre, humana e feminina cumplicidade em sua maneira de nos olhar.⁷²³

As descrições realizadas ao longo da matéria ressaltavam aspectos que fugiam da feminilidade que apresentava a mulher como frágil e passiva, mas o jornalista não se desapegou completamente de estereótipos femininos, com características descritas como “feminina cumplicidade” e “uma mulher de personalidade forte e atraente”,⁷²⁴ “necessidade absoluta de justiça, bondade e independência. E, principalmente, liderança”,⁷²⁵ enquanto ressaltava que “é muito inteligente”,⁷²⁶ dizia as coisas com segurança e respeito. Também foram destacadas suas preocupações maternas, com as filhas-de-santo (eram 58 no total) ou outras pessoas que a consultavam, e com a própria família, como ao escrever que ela ficou emocionada ao contar uma história na qual seu filho quase morreu porque bebeu tinda óleo. Apesar dos estereótipos, no final da matéria, Freire apontou uma ternura “diferente da simplesmente maternal”, quando seu filho ficou assustado por ter derrubado um prato de comida que iria ser dado aos santos, e Olga o apoiou apertando sua mão, ao invés dos beijos e carinho que uma mãe daria em outra situação.

O perfil da mãe-de-santo é um exemplo do relato da religião, mas também uma aproximação com a miscigenação e a cultura africana. Conforme relatou Freire, Olga era negra, seus avós paternos eram indígenas, e casou-se com um homem branco, José Copertino Barbosa, com quem teve oito filhos – José, o mais velho, de 24 anos, Lorient, Gérson, Joselina, Jocelita, Jocenira, de 14 anos, Genivaldo e José, de oito anos. A mãe-de-santo pesquisava, cultivava e respeitava a sua ascendência, contando que provinha de uma linhagem real, sendo que era parente do rei africano Kêtu, pai de gêmeas que foram sequestradas e trazidas ao Brasil para se tornarem escravas. As gêmeas tiveram sua alforria comprada por um homem que tomaram pelo deus Oxumarê. Uma das meninas casou-se com Babá-Olaje, e o casal decidiu adotar nomes de brancos, Maria do Rosário e Porfírio Régis. Maria era, então, mãe-de-santo. A religião manteve-se na família através da herdeira Dionísia, que nunca casou ou teve filhos, se dedicando inteiramente ao candomblé. Dionísia era tia de Olga e a escolheu para substituí-la, tornando-a mãe-de-santo no terreiro Oiá-Fumim.

Roberto Freire destacou a mistura entre os costumes e a língua africanos e os hábitos dos jovens do período, como o iê-iê-iê ouvido e cantado pelas filhas adolescentes. Pela imagem reproduzida na matéria, era possível perceber que os filhos de Olga seguiam a moda da época. A

⁷²³ Id., *ibid.*, p. 89.

⁷²⁴ Id., *ibid.*, p. 89.

⁷²⁵ Id., *ibid.*, p. 94.

⁷²⁶ Id., *ibid.*, p. 94.

mãe-de-santo contou que já fez enfermagem, mas interrompeu os estudos por causa da religião, e que, mesmo assim, aprendeu a fazer pintura sobre pano e flores de papel e tecido, além de costura. Seu sonho era aprender a dirigir. Foi a entrevistada que, diante da estranheza do repórter – relatada pelo próprio – em imaginar uma mãe-de-santo dirigindo, afirmou que *seu povo* aliava as tradições com as mudanças do tempo:

– As tradições, o respeito às coisas de antigamente, não quer dizer que a gente viva fora do mundo de hoje. O senhor viu as meninas? São môças como as outras, gostam de música moderna, vestem-se do jeito de hoje, mas conhecem tudo de nossa religião, sabem falar e entender nagô, uma delas, se Deus quiser, vai me substituir. São tôdas fillhas-de-santo.⁷²⁷

A importância de Olga Francisca Régis para a preservação da cultura de seu povo foi destacada pelo repórter quando este afirmou que ela representou o Brasil no I Festival de Arte Negra, em Dacar, capital do Senegal, no qual cozinhou, dançou e cantou para os convidados, mostrando a cultura africana brasileira.

REALIDADE foi uma publicação que procurou dar alguma visibilidade à população negra brasileira. Talvez a própria composição da redação contribuía para a não exclusão de personagens que não eram brancos. Em outubro de 1967, a revista publicou duas reportagens especiais sobre o preconceito racial nos Estados Unidos e no Brasil. Enquanto Carlos Azevedo escreveu sobre a tensão racial presente no país norte-americano,⁷²⁸ Narciso Kalili e Odacir Mattos realizaram um experimento no Brasil.⁷²⁹ Os repórteres, um branco e o outro negro, respectivamente, viajaram por seis cidades – Belém, Recife, Salvador, Rio, São Paulo e Porto Alegre – para analisar como o preconceito acontecia no dia a dia dos brasileiros. Para isso, observaram a hospedagem em hotéis, a inscrição de filhos em escolas, a sociedade em clubes, a sua presença em casas de prostituição, o aluguel de casas ou quartos e o relacionamento amoroso com moças de raças diferentes da sua. Antes mesmo de embarcar para os locais programados, já constataram que estabelecimentos comerciais, para não expulsar os negros, cobravam preços absurdos para que eles desistissem de permanecer lá. Na reportagem, foi mostrado um racismo velado, que não excluía explicitamente o negro de espaços dominados por

Imagem 31 – Racismo nos EUA e no Brasil



Reprodução
Fonte: REALIDADE, n. 31, out. 1967. Mensal.

⁷²⁷ Id., *ibid.*, p. 92.

⁷²⁸ AZEVEDO, Carlos. Agora é guerra. *Realidade*, n. 31, out. 1967, pp. 26-33.

⁷²⁹ KALILI, Narciso; MATTOS, Odacir. Existe preconceito de côr no Brasil. *Realidade*, n. 31, out. 1967, pp. 34-69.

brancos, mas impunha motivos para que ele não fosse aceito (falta de vagas, negociação limitada, preços mais altos). Isso porque, desde 1951, a lei Afonso Arinos proibia a discriminação racial (Lei nº 1.390).

Quanto mais ao sul, maior era a discriminação e a desconfiança que brancos dirigiam a negros. Nas cidades do sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre), a recusa se dava principalmente em escolas, que diziam não ter vaga para Odacir, mas davam “um jeito” quando era Narciso que procurava. Em todos os casos, o relacionamento amoroso interracial era proibido, tanto por brancos quanto por negros, que consideravam uma traição a seu grupo. Em Porto Alegre, a dificuldade foi maior até em encontrar mulheres brancas que participassem do teste (como namoradas de Odacir). Essa matéria pode mostrar, inclusive, que a mulher negra já tinha consciência de sua condição na sociedade. Uma jovem, que serviu de cobaia em uma das situações, em São Paulo, afirmou que eram raros os casamentos de homens brancos e mulheres negras, pois elas eram vistas como objeto sexual e não como esposas em potencial.

Nessa matéria, estava presente a explicação da história dos negros no país, desde a escravidão até a atualidade, procurando demonstrar sua exclusão. Ao longo do texto, Narciso Kalili revelava como, por ser branco, as situações que pessoas negras viviam passavam despercebidas por ele. E o quanto era desconfortável assistir o preconceito que o colega sofria. Odacir Mattos, por sua vez, se dizia acostumado com aquilo, já que sempre esteve presente em seu dia-a-dia.

Em 1972, foi publicado um perfil que talvez passasse despercebido por estar na seção Roteiro da revista, um espaço menor para matérias mais curtas. *Elizabeth: manequim e embaixadora*⁷³⁰ era uma nota sobre Elizabeth de Toro, chefe da delegação de Uganda das

Imagem 32 – Elizabeth de Toro



Reprodução

Fonte: ELIZABETH: MANEQUIM E embaixadora (roteiro). *Realidade*, pp. 6-7, n. 70, jan. 1972. Mensal.

Nações Unidas. Filha de George Rukiidi III, rei do antigo reino de Toro, Elizabeth foi uma princesa que atuou como modelo e uma das poucas mulheres do país a conquistar um diploma – o dela, em Direito em Cambridge –, se transformando “na melhor advogada de Uganda”.⁷³¹ Durante o tempo em que ficou no exílio, devido aos conflitos existentes na região, trabalhou como atriz e modelo, quando acabou conhecendo mais o mundo, o que a levou à ONU, com o objetivo

⁷³⁰ ELIZABETH: MANEQUIM E embaixadora (roteiro). *Realidade*, pp. 6-7, n. 70, jan. 1972. Mensal.

⁷³¹ Id., *ibid.*, p. 7.

de representar a África como uma civilização. Por sua condição real, foi nomeada diplomata.⁷³² Não se tratava apenas da história de uma pessoa negra sendo divulgada pela imprensa, mas a de uma mulher negra, africana e politizada, personagem que não tinha representação alguma na mídia.

Outras personagens negras apareceram nas matérias analisadas, mas estas se destacaram por abordarem a questão da cultura africana, do preconceito racial e da política na África. O assunto voltará a ser abordado mais adiante, em relação à aparência. Por ora, cabe dar continuidade à temática das ocupações assumidas por mulheres. REALIDADE publicou uma série de perfis, como o de Elizabeth de Toro, que acabavam retratando o trabalho feminino de sua época, já que essas matérias descreviam a experiência de uma mulher em determinada posição ou profissão. Esses textos carregavam, além de histórias de mulheres, características próprias de cada fase da revista, como será possível identificar a seguir.

5.1.1 Perfil de mulheres e outras histórias

Nos perfis de mulheres presentes em REALIDADE, em sua primeira fase, estava sempre presente a indagação sobre amores e maternidade, o que era comum na época, e até na atualidade, mas chama a atenção quando se compara com a revista em fases seguintes, quando não havia mais a necessidade de qualquer menção sobre os relacionamentos da mulher retratada, como será visto. Nesse primeiro momento, além do perfil já mencionado da mãe de santo Olga Francisca Régis, *Ela é samba*⁷³³ foi o perfil da sambista Aracy de Almeida,

centrado na vida boêmia da artista e na sua opinião a respeito de outros músicos. No final da matéria, foi mencionada a suposição de um relacionamento da sambista com o também músico Noel Rosa. O texto encerrava-se com o comentário sobre casamento:

Casar, não casou. Aliás, ela tem uma tese:

– Solteira, sim. Até hoje. Acho êsse babado de casamento uma onda bastante enrolada. No começo, são flôres e mais flôres. Depois, pedras e espinhos. É a rotina, não é, filhinho? Todo o dia a mesma toalha, o mesmo sabonete. É fogo. Além do que, êsse assunto é maçante. Vamos deixar para o próximo número.⁷³⁴

Imagem 33 – Aracy de Almeida



Reprodução de fotografia de Francisco Nelson
Fonte: ANTÔNIO, João. Ela é samba. *Realidade*, pp. 134-144, n. 31, out. 1968. Mensal.

⁷³² Ver <http://newafricanmagazine.com/the-princess-who-stole-the-heart-of-the-west/2/>.

⁷³³ ANTÔNIO, João. Ela é samba. *Realidade*, pp. 134-144, n. 31, out. 1968. Mensal.

⁷³⁴ Id., *ibid.*, p. 144.

Cabe destacar que quando a entrevistadora era mulher, dificilmente a condição feminina da entrevistada deixava de ser abordada. Como é possível perceber em *Ela tem 500 anos*,⁷³⁵ entrevista de Gilda Grillo com Norma Bengell,⁷³⁶ quando a atriz comentou que

a mulher que parte para ser alguém vai ter que lutar contra o mundo. Posso exemplificar com problemas que surgiram no meu setor que é cinema e teatro. Em cinema e teatro, na Itália, tive de lutar contra cantadas de produtores, e até eles se convencerem que não dava pé e me convidarem para trabalhar porque acreditavam no meu talento, foi um custo.⁷³⁷

Norma Bengell foi questionada sobre características suas como ser egoísta e temperamental, sua relação com os intelectuais do cinema e seu amadurecimento na Europa. A atriz falou de amor e casamento, que até gostaria de ter uma vida burguesa com marido e filhos, mas que era muito independente e acostumada com a liberdade para isso. Independência atrapalhava o casamento, segundo ela, e foi o que fez com que seu ex-marido se acomodasse. Quando perguntada se um filho resolveria sua vida, disse que só teria crianças se pudesse garantir para eles segurança moral, amor e apoio integral, e que preferia nunca ser mãe caso não chegasse a isso.

Oriana Fallaci, quando entrevistou Julie Christie,⁷³⁸ em *Quem é essa moça Julie?*,⁷³⁹ explorou o lado sensível da atriz e seu desconforto com a fama. Christie vivia junto ao pintor Don Bessant, sem casar por opção. Para ela, sexo não tinha a ver com moralidade, pois a moral estaria relacionada a sinceridade e lealdade. Apesar de apresentar um comportamento que divergia da mulher tradicional, Christie afirmou que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos dos homens, pois a elas faltava disciplina. O homem não precisava ser fiel, mas a mulher sim. O homem era mais inteligente, a mulher não se importava tanto com inteligência, mas com o amor. A atriz falou da beleza dos homens e disse que preferia os mais bonitos do que os inteligentes. Oriana Fallaci descreveu uma mulher quase confusa, que não acreditava no próprio potencial e se desmerecia, mas que era uma atriz reconhecida por seu talento. Uma mulher que se dizia conformista e que não havia igualdade entre os sexos, mas que cultivava a própria liberdade e não se importava com o que os outros diziam, sendo considerada por muitos um ícone da mulher moderna.

Entre 1969 e o final de 1970, foram encontrados dois perfis de mulheres. *Elizeth está cansada*⁷⁴⁰ foi uma matéria sobre a trajetória musical da cantora Elizeth Cardoso. Ao longo do texto, foi mencionado o ex-marido da artista, que a entrevistada preferiu não comentar. Segundo foi possível perceber no texto, ele foi o responsável para que a cantora parasse de cantar e apenas retomasse sua carreira após a separação. Também foram mencionados “filhos

⁷³⁵ GRILLO, Gilda. *Ela tem 500 anos*. *Realidade*, pp. 108-112, n. 11, fev. 1967. Mensal.

⁷³⁶ Atriz brasileira que contracenou em filmes como *O Homem do Sputnik*, *Os Cafajestes* e *O Pagador de Promessas*.

⁷³⁷ Id., *ibid.*, p. 110.

⁷³⁸ Atriz nascida na Índia e de nacionalidade britânica destacada por obras como *Darling* e *Dr Jivago*, de 1965, e *Fahrenheit 451*, de 1966.

⁷³⁹ FALLACI, Oriana. *Quem é essa moça Julie?* *Realidade*, pp. 120-128, n. 14, mai. 1967. Mensal.

⁷⁴⁰ HIRSCH, Sonia. *Elizeth está cansada*. *Realidade*, pp. 37-40, n. 34, jan. 1969. Mensal.

emprestados” e pessoas que Elizeth Cardoso acolheu para morarem consigo. O repórter frisou a modéstia da cantora, contrapondo esta com a sua relevância na música brasileira. Já *No fundo ela é família*⁷⁴¹ foi o perfil de Dercy Gonçalves, no qual a entrevistada discorreu mais sobre sua vida pessoal, o homem com quem fugiu, outros amantes e os netos. A artista foi questionada, ainda, sobre o que pensava de Karl Marx e se achava que homens e mulheres eram iguais.

Em 1971, período em que a revista debatia o Movimento de Libertação Feminina, como será visto posteriormente, foi publicado *A caçadora de tubarões*,⁷⁴² relato de Eva Cropp sobre suas aventuras no mar da Austrália. A matéria passava a sensação de que a mulher podia fazer tudo. No relato, Eva Cropp narrou situações de ameaça, inclusive o momento em que lutou com uma enguia moreia de dois metros que acabou atacando seu marido, o fotógrafo submarino Ben Cropp, que a filmava. Ela o salvou com um tiro de arpão. Apesar da matéria a mostrar com o marido e da entrevistada enfatizar a importância e sabedoria dele, a mulher foi retratada por um viés atípico, o de aventureira que passava por perigos como tubarões e enguias, e lutava com seu arpão.

No mesmo ano, foi publicado *Ela é a mãe de Pinky? Ela é a filha de Danuza?*,⁷⁴³ perfil de Danuza Leão e sua filha Pinky (Débora). Danuza foi casada com Samuel Wainer, com quem teve três filhos ao longo do casamento que durou de 1954 a 1961. O repórter descreveu uma mulher independente e alegre, com espírito jovem, em contraposição à sua filha, mais séria e preocupada com o mundo. A matéria era sobre o contraste de personalidades e a relação das duas. Na interação entre mãe e filha observada pelo repórter, apreende-se um pouco das suas experiências, principalmente as questões sensíveis, como quando Danuza Leão sentiu-se abalada ao ver mulheres que faziam *striptease* engaioladas como animais em um parque de diversões, e quando Pinky consolou Danuza após o final de seu segundo casamento, com o compositor Antônio Maria, momento no qual descobriu que sua mãe era “apenas uma mulher”. Além de mostrar, sem alarde, uma desquitada que casou mais de uma vez, apesar da ilegalidade do divórcio, o que mostrava que a situação era corriqueira, o repórter acabou abordando a sensibilidade da mulher que vê seu sexo tratado como objeto ou quando reconhece a fragilidade emocional de outra, não com um sentido de fraqueza, mas de humanidade.

Em 1972, foi publicado o perfil da cantora de rádio Emilinha Borba em *Emilinha*.⁷⁴⁴ Nas décadas de 1940 e 1950, a cantora era modelo de feminino para uma classe média emergente brasileira, e era retratada como Cinderela, “simples, honesta e despreziosa”.⁷⁴⁵ O perfil mostrava um dilema significativo por representar as sujeições impostas às mulheres no período. Por causa de sua imagem pública, Emilinha Borda tinha que seguir o comportamento das estrelas de Hollywood, não podendo se envolver em escândalos ou contrariar a moral estabelecida. Ao mesmo tempo, não podia oficializar a união com o então namorado, pois podia

⁷⁴¹ ANDRADE, Jorge. No fundo ela é família. *Realidade*, pp. 84-95, n. 43, out. 1969. Mensal.

⁷⁴² CROPP, Eva. A caçadora de tubarões. *Realidade*, pp. 78-84, n. 64, jul. 1971. Mensal.

⁷⁴³ ANDRADE, Jorge. Ela é a mãe de Pinky? Ela é a filha de Danuza? *Realidade*, pp. 24-30, n. 66, set. 1971. Mensal.

⁷⁴⁴ SEVERO, José Antonio. Emilinha. *Realidade*, pp. 122-?, n. 72, mar. 1972. Mensal.

⁷⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 126.

prejudicar sua carreira, afastando o público que a tinha como ícone sexual. Por esse motivo, por anos manteve a versão de que seu filho era adotado, visto que, na verdade, ele era fruto da relação ainda não matrimonial – ela viria a se casar com a pai da criança posteriormente. Na mesma edição, foi publicada *A volta das velhas vedetes*,⁷⁴⁶ matéria sobre as vedetes Virgínia Lane e Ester Tarcitano que tentavam reviver a tradição no Rio de Janeiro naquele ano. O texto abordava os novos projetos das duas.

*Dina Sfat – Entre o baile e a batata*⁷⁴⁷ foi o depoimento da atriz Dina Sfat sobre sua vida. Embora o título possa indicar uma menção a frivolidades e à cozinha, espaços comuns nas representações femininas, ele se referia à infância da atriz em Israel, onde, por tradição, plantava batatas quando criança e não podia frequentar eventos sociais. No texto, a atriz afirmou não se preocupar com a libertação da mulher, mas com a libertação dos homens e das mulheres. Essa diferenciação voltará a aparecer no debate sobre o movimento feminista que chegava no Brasil.

Nos anos 1974 e 1975, os perfis se concentravam principalmente na trajetória artística de cantoras ou atrizes, como *O que é que Gal Costa tem?*,⁷⁴⁸ *A luta e o fado de Celeste Rodrigues*⁷⁴⁹ e *Clara Nunes – um sucesso maior que o sonho*.⁷⁵⁰ Em *Georgina contra o touro*⁷⁵¹, os dilemas morais da retratada foram aprofundados, com uma matéria sobre o fato da atriz inglesa entrar em crise por não se considerar uma profissional de destaque e dela participar de uma tourada para uma filmagem na qual testava a própria coragem. Já *A inglesa que pinta nossas flores*⁷⁵² foi uma matéria sobre Margaret Mee, pintora da flora amazônica. Nessa nova fase apareceram mais matérias sobre mulheres independentes, sem que fosse mencionada sua vida amorosa ou detalhes de sua “natureza feminina”. Parece não haver mais a demarcação de gênero das fases anteriores.

Assim como REALIDADE propagava histórias de mulheres modernas, a revista também publicava, vez ou outra, modelos femininos conservadores. Luiz Fernando Mercadante escrevia os perfis dos presidentes, o que parecia ser uma tentativa de amenizar as relações da redação com o governo. Nesse sentido, o jornalista dedicou um de seus textos a Yolanda Barbosa da Costa e Silva, cujo marido era o então presidente Artur da Costa e Silva. Em *Dona Yolanda, a presidenta*,⁷⁵³ publicado em abril de 1967. O repórter tratou a primeira-dama como o “coração” do governo, uma mulher preocupada com os cuidados da família, mas também com a imagem e o destino do Brasil. Mercadante a descreveu como uma mulher religiosa, que ajudava com orações as diversas comissões que a procuravam por sua ajuda, carregando sempre uma Bíblia e um terço. A primeira-dama era contra o divórcio e só aceitava o controle de natalidade dentro

⁷⁴⁶ A VOLTA DAS vedetes. *Realidade*, pp. 106-109, n. 72, mar. 1972. Mensal.

⁷⁴⁷ SFAT, Dina. Dina Sfat – Entre o baile e a batata. *Realidade*, pp. 50-58, n. 75, jun. 1972. Mensal.

⁷⁴⁸ BARBOSA, Ruy Fernando. O que é que a Gal Costa tem? *Realidade*, pp. 80-82, n. 105, dez. 1974. Mensal.

⁷⁴⁹ PORRO, Alessandro. A luta e o fado de Celeste Rodrigues. *Realidade*, pp. 62-65, n. 108, mar. 1975. Mensal.

⁷⁵⁰ CLARA NUNES – UM sucesso maior que o sonho. *Realidade*, pp. 92-95, n. 117, dez. 1975. Mensal.

⁷⁵¹ GEORGINA CONTRA O touro. *Realidade*, pp. 82-83, n. 109, abr. 1975. Mensal.

⁷⁵² A INGLESA QUE pinta nossas flores. *Realidade*, pp. 56-58, n. 101, ago. 1974. Mensal.

⁷⁵³ MERCADANTE, Luiz Fernando. Dona Yolanda, a presidenta. *Realidade*, pp. 28-32, n. 13, abr. 1967. Mensal. O jornalista utilizou o termo "presidenta", empregado por uma menina que contava à mãe que havia visto Yolanda da Costa e Silva passar de carro na rua.

dos preceitos da Igreja. Yolanda revelou que, em encontro com a imperatriz do Japão, esta dissera que foi a primeira vez que conseguiu conversar sobre marido, filhos, casa e empregados em uma visita protocolar oficial.

Yolanda da Costa e Silva foi descrita como a boa dona de casa, preocupada com os cuidados da família e da casa. A mulher acompanhava e organizava festas para o marido, cuidava da aparência sem exageros, era econômica, não bebia e fumava pouco, tinha “uma vida voltada para a família e para o lar”.⁷⁵⁴ Yolanda era filha e neta de militares, e havia conhecido Artur da Costa e Silva com dez anos, quando seu pai o convidava para almoçar aos domingos. Ela noivou com Costa e Silva quando tinha quatorze, se casou aos dezesseis e teve um filho com ele. Segundo seu relato, ela chorou quando o marido avisou que assumiria a presidência, pois achava que estava na hora dos dois descansarem, mas se contentou com a decisão e se manteve do seu lado: “Mas o Costa, um militar, nunca misturou farda com política. Até que na revolução eu me envolvi: conspirai, tramei, trancei e torci”.⁷⁵⁵ A mulher conservadora também participava da vida política, basta lembrar da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade em 1964, organizada por uma mulher.

Se as matérias das fases tardias de REALIDADE foram as que menos relacionavam as mulheres à sua vida amorosa, à família e aos filhos, fugindo do senso comum que cercava o sexo feminino, também foi o período no qual mais apareceram relatos contraditórios em relação à visão da mulher trabalhadora e independente. Alguns textos acabavam por se assemelhar aos clichês que eram propagados na imprensa feminina e que foram, de certa forma, criticados pela revista em seus primeiros anos. Esse parece ter sido o efeito das mudanças de equipe e de conteúdo da revista, transformando-a mais em uma publicação de variedades do que de reportagens investigativas.

Entre fevereiro de 1973 e setembro de 1973, a revista passou a incluir em suas pautas matérias focadas na problemática do símbolo sexual, de forma que se comentava a nudez feminina exposta na mídia. *Elas deslumbraram papai*⁷⁵⁶ foi um ensaio com minibiografia dos ícones sexuais das décadas de 1930 e de 1950 – Elvira Pagã, Virginia Lane, Nélia Paula, Mara Rúbia e Renata Fronzi. *E nela eu me amarro*⁷⁵⁷ foi o perfil de Vera Fischer, centrado na relação da atriz com o seu corpo. Os tópicos tratados foram como a atriz se sentia a vontade nua, seu trabalho na televisão como vedete e seu processo de ascensão nesse meio, além de sua sensualidade e seus seios.

Além dos símbolos sexuais, foram publicados perfis de mulheres que, segundo os textos, eram conhecidas por sua beleza e seus relacionamentos e escândalos. *Como é bom ser mulher objeto!*⁷⁵⁸ foi o perfil de Regina Lecléry, centrado em seus casamentos com milionários e sua relação com a carreira, sobre a qual alegava não ser uma boa atriz, mas estava satisfeita em ser

⁷⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 30.

⁷⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 30.

⁷⁵⁶ ROSÁRIO, Armando. *Elas deslumbraram papai*. *Realidade*, pp. 88-92, n. 84, mar. 1973. Mensal.

⁷⁵⁷ AZEVEDO, Marinho. *E nela eu me amarro*. *Realidade*, pp. 94-98, n. 84, mar. 1973. Mensal.

⁷⁵⁸ MÁZ, Daniel. *Como é bom ser mulher objeto!* *Realidade*, pp. 76-81, n. 86, mai. 1973. Mensal.

“mulher objeto” – fruto de admiração. Foi enfatizado na matéria que o papel conseguido por Regina Lecléry foi em um filme que seu próprio marido produzia.

*A pantera irrequieta*⁷⁵⁹ foi o perfil de Silvia Amelia de Mello-Franco Chagas, também sobre sua vida e seus casamentos e como, após o último marido, parecia ter evitado escândalos. *Noelza: sexo dá trabalho*⁷⁶⁰ foi o perfil da atriz Noelza Guimarães. Quando perguntada sobre o que pensava do Movimento de Liberação Feminina, a atriz afirmou que

o exagero deturpou tudo. Se o movimento fosse feito só por mulheres bonitas, tenho certeza de que seria mais respeitado. Mas, na vida, é assim. Se você é loura, rica e bonita, tudo fica mais fácil. Uma mulher que admiro muito é a Jane Fonda. Ela tem tudo e fica lutando pelos outros. Mas, agora, o que está na moda é ser mulher-objeto. Todas as minhas amigas vivem dizendo que querem ser dominadas. Cuidado com mulher que diz que quer ser dominada.⁷⁶¹

Se faz supor que, para ela, a aparência era essencial. Como afirma, se fosse feia: “Me matava. Mulher feia não tem solução. A bonita sempre dava um jeito”.⁷⁶²

Escritos pelo mesmo repórter, esses três perfis parecem seguir a regra de entrevistas com mulheres ricas e polêmicas, que tinham um discurso de maior liberdade sexual, mas eram tratadas, de certa forma, como um grupo que buscava o conforto ou a ascensão social no casamento com homens milionários. Essas mulheres aparentavam reproduzir um discurso superficial, que, apesar de liberado, era fútil – desprovido de fundamento. A diferença entre esses perfis e os outros apresentados pela revista era que as retratadas não eram notícia pelo que produziram, por conquistas sociais ou na carreira, mas por seus relacionamentos amorosos e suas polêmicas, sendo sua profissão secundária para a matéria, ou quase uma extensão de seus casamentos.

Além disso, algumas matérias retomavam a caracterização da mulher como voltada ao lar. É o caso de *Porque minhas empregadas não me deixam*,⁷⁶³ o relato de uma dona de casa, Helena Lancellotti, sobre sua convivência com as duas empregadas, Filomena e Dedi. Sobre essa matéria, cabe destacar o tom de assistencialismo enquanto a autora descrevia sua relação com as duas trabalhadoras, além do preconceito presente em seu discurso. Sobre Filomena, ela afirmou que era “[...] mestiça de índio e negro, com todo o vigor das duas raças [...]”.⁷⁶⁴ As trabalhadoras usavam uniforme, como forma de “permitir-lhes economizar no vestuário”. A autora ainda afirmou que “minhas empregadas talvez não tenham o conforto material proporcionado a muitas outras, de uma televisão num quarto confortável, rádio na cabeceira, saídas durante a semana, folgas marcadas duas vezes por mês ou mesmo um ordenado à altura da maioria. Nem elas o exigem.”⁷⁶⁵ Contudo, esse aspecto era amenizado, segundo Lancellotti,

⁷⁵⁹ MÁAS, Daniel. *A pantera irrequieta*. *Realidade*, pp. 26-28, n. 88, jul. 1973. Mensal.

⁷⁶⁰ MÁAS, Daniel. *Noelza: sexo dá trabalho*. *Realidade*, pp. 96-99, n. 88, jul. 1973. Mensal.

⁷⁶¹ Id., *ibid.*, p. 98.

⁷⁶² Id., *ibid.*, p. 98.

⁷⁶³ LANCELOTI, Helena. *Porque minhas empregadas não me deixam*. *Realidade*, pp. 30-31, n. 91, out. 1973. Mensal.

⁷⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 30.

⁷⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 31.

por elas serem tratadas como “da família”. A matéria é também uma oportunidade para observar o tratamento recebido pelas trabalhadoras domésticas.

Já *Dirija sua casa como uma empresa*⁷⁶⁶ era um artigo com dicas para a racionalização das tarefas domésticas, lidando com a casa como se fosse uma empresa, como diz o título. Na matéria, foi perguntado “se o homem de negócios se dedica com afinco à racionalização do trabalho, em nome do lucro, por que a dona de casa não o faria em nome da harmonia do lar?”⁷⁶⁷ Pelo exemplo de boa racionalização das tarefas, a dona de casa, com empregada, deveria estar das seis às vinte horas em função do lar e dos filhos, mas com direito a um repouso e um curso de inglês no início da tarde. Em nenhum momento se mencionou a divisão de tarefas, ou a contribuição do marido para alguma coisa além de deixar as crianças na escola.

Em outros casos, o que se propagava era o discurso da dependência amorosa feminina na relação com homens. Como em *A estranha visão que me salvou*,⁷⁶⁸ o relato da experiência de June Mellies Reno ao se afogar. A autora havia sido salva-vidas da Cruz Vermelha e servira numa organização de nadadores, entretanto apenas se salvou de um afogamento porque imaginou o marido se casando de novo com uma moça loira mais jovem, o que fez com que tivesse forças para se impulsionar até a superfície, o que permitiu seu regaste.

Porque meu casamento terminou,⁷⁶⁹ por sua vez, era um relato anônimo do término de um casamento após uma mulher ser incentivada pelo marido a se emancipar. A autora contou que foi educada para casar, mas, após se interessar por um estudante de história, se envolveu com assuntos como a guerra do Vietnã e os movimentos de libertação para impressioná-lo e, inclusive, foi incentivada pelo então namorado a ler Simone de Beauvoir. Após casada, a autora conseguiu um emprego como repórter e, eventualmente, passou a receber o dobro do salário do marido, que pediu a separação alegando motivos financeiros e sexuais. A autora afirmou se culpar pelo fim do relacionamento, pois foi “traída pelo meu próprio sucesso”,⁷⁷⁰

Imagem 34 – Dirija sua casa



Reprodução

Fonte: DIRIJA SUA CASA como uma empresa. *Realidade*, pp. 20-21, n. 102, set. 1974. Mensal.

⁷⁶⁶ DIRIJA SUA CASA como uma empresa. *Realidade*, pp. 20-21, n. 102, set. 1974. Mensal.

⁷⁶⁷ Id., *ibid.*, p. 22.

⁷⁶⁸ RENO, June Mellies. *A estranha visão que me salvou*. *Realidade*, pp. 72-73, n. 104, nov. 1974. Mensal.

⁷⁶⁹ PORQUE MEU CASAMENTO terminou. *Realidade*, pp. 84-86, n. 108, mar. 1975. Mensal.

⁷⁷⁰ Id., *ibid.*, p. 86.

afinal, preocupada demais com as novas experiências, esqueceu de incentivar o marido em sua jornada, ou de estabelecer uma comunicação aberta com ele sobre o distanciamento dos dois.

No início, a matéria pareceu mostrar a incoerência do discurso do marido, que queria que a autora se interessasse mais com o mundo mas, quando isso aconteceu, passou a se sentir intimidado. Entretanto, no final, o texto pareceu um lamento de uma mulher que não soube incentivar seu esposo, como se fosse sua responsabilidade preservar o próprio casamento, e como se seu crescimento não tivesse tanta importância.

Cabe citar ainda *Com a permissão da Madre Superiora*,⁷⁷¹ que continha sete depoimentos de mulheres que estudaram em colégios de freiras. A primeira fala era da dona de casa Lílian Sônia Ferreira, de 28 anos, que saiu do colégio direto para o casamento, e que destacava a importância do ensino religioso exatamente por ser dirigido ao lar, com aulas de costura, decoração e bordado. O outro foi de Maricy Trussardi, eleita Mãe do Ano pela crônica social de *O Globo*, que afirmou que o colégio a ajudou na formação da conduta de uma mulher no lar. Quando o colégio se modernizou, a depoente preferiu transferir suas filhas para outro, pois, segundo ela, “a liberdade era confundida com a libertinagem” e os professores não eram mais tão respeitados. Para Trussardi, a liberdade em excesso era erradíssima e era necessário à mulher se policiar, embora ela não se achasse quadrada ou carola, pois adorava cuidar da beleza e da vida social. O terceiro depoimento era de Júlia Moreno, que era vedete e gostava da educação exercida por freiras, sem maiores explicações sobre o motivo.

Em contraponto, outros depoimentos não eram tão favoráveis à educação religiosa. Joana Fomm passou seis meses no colégio, mas começou a achar que homem era “bicho” e se afastou de seu pai. C.P. ficou traumatizada por causa da ideia de pecado, além de entender que as freiras reforçavam a superioridade masculina. Dora Sílvia Segantini afirmou que sofreu com castigos, até que uma freira deu um soco em seu rosto rompendo uma veia, o que fez com que sua mãe a tirasse do colégio. Maria Irene Carvalhaes Hori, dona de casa, tirou coisas boas da formação católica, mas acusou a falta de liberdade e de comunicação, o que seria diferente nos anos mais recentes, com a modernização dos colégios. Embora a matéria apresentasse duas versões da educação religiosa, uma positiva e outra negativa, ela não problematizava nenhum dos depoimentos, e o leitor acabava dependente da simpatia que sentia pelo discurso de uma ou outra depoente. Como afirmado em outros momentos, essa é uma característica que diferenciava REALIDADE em seus anos finais, quando as reportagens eram substituídas por relatos escritos muitas vezes por pessoas que não eram nem pesquisadores nem jornalistas, o que acabava tornando os discursos presentes na revista superficiais.

Apesar da diversidade das pautas, ao escrever sobre o trabalho feminino sem restringir o papel das mulheres em funções que estavam associadas à sua natureza, REALIDADE também incentivava a participação feminina em diversas esferas da sociedade. Elas podiam ser empresárias, missionárias, parteiras, artistas, mergulhadoras, enfim, o que quisessem. A vida das mulheres era muito mais variada do que o estereótipo da dona de casa de classe média que

⁷⁷¹ COM A PERMISSÃO da Madre Superiora... *Realidade*, pp. 10-15, n. 112, jul. 1975. Mensal.

se dedica integralmente à família. Em âmbito nacional, elas poderiam também mudar as leis e assumir governos. Embora em menor número, em parte possivelmente devido às restrições impostas pela censura, REALIDADE conseguiu apresentar por meio de suas matérias mulheres ativistas, envolvidas com a política institucional na busca não apenas da sua liberdade, mas pela emancipação de todo o seu gênero.

5.2 MULHERES E POLÍTICA

No levantamento realizado em *A mulher brasileira hoje*,⁷⁷² um terço do total de entrevistadas afirmou que votava em candidatos indicados por seu marido o que, segundo a matéria, “demonstra claramente que a luta pela independência ainda não acabou”.⁷⁷³ Pouco mais da metade (53%) achava que ainda vivia em uma democracia, e uma proporção aproximada (51%) confiava nos representantes políticos. O número das que tinham medo do comunismo era de 72%, contudo, essa proporção caía para 41% quando só consideradas as mulheres com curso universitário. Mais de três quartos (77%) acreditava que se o Brasil fosse governado por mulheres seria melhor. Embora tenham sido encontradas poucas matérias sobre a presença de mulheres na política do Brasil e do mundo em REALIDADE, ao fazer essas perguntas, a revista mostrava que ao menos levava em consideração que a mulher possuía uma consciência política.

A questão da relação entre mulheres e política passava por dois impasses nas décadas de 1960 e 1970. Em primeiro lugar, o momento pelo qual o país passava, no qual era preciso ter cautela ao se falar sobre política diante da ameaça da censura, como visto anteriormente. Depois, a presença de mulheres no governo era mínima, fazendo com que a imprensa desse

menos atenção ainda a elas. Esse fato corroborava a mentalidade predominante de que a política não era lugar do feminino, e se deduzia que as mulheres não queriam saber ou falar sobre esse tema.

Apesar de em pouco número, foi possível encontrar em REALIDADE textos que mostravam que mulheres também podiam se envolver com política. Pela particularidade do período, para evitar a censura, a maioria dessas mulheres era estrangeira, como em *Vou mostrar ao mundo como a ditadura é política*,⁷⁷⁴ entrevista de Oriana Fallaci com a atriz grega Melina Mercouri, que acabara de ser

Imagem 35 – Melina Mercouri



Reprodução

Fonte: FALLACI, Oriana. Vou mostrar ao mundo como a ditadura é política. *Realidade*, pp. 176-184, n. 19, fev. 1967. Mensal.

⁷⁷² A MULHER BRASILEIRA hoje. *Realidade*, p. 20-29, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁷⁷³ Id., *ibid.*, p. 21.

⁷⁷⁴ FALLACI, Oriana. Vou mostrar ao mundo como a ditadura é política. *Realidade*, pp. 176-184, n. 19, out. 1967. Mensal.

banida de seu país natal por causa da sua oposição política. A atriz utilizava sua figura pública para denunciar pela mídia internacional a ditadura instituída na Grécia, recomendando que os turistas deixassem de visitar o país, e chegou a ser acusada até de comunismo, o que ela recusou, se posicionando como sempre a favor da democracia e contra fascistas. Para Fallaci, Mercouri tinha tudo – beleza, dinheiro, sucesso e amor –, mas se negou a se conformar com isso enquanto seus conterrâneos tinham seus direitos limitados. O engajamento político, conforme exposto por Fallaci, era comum na família da atriz, sendo que seu avô, seu pai e seu irmão lutaram contra fascistas, os dois últimos na Resistência contra o nazismo. As fotos escolhidas para compor a matéria eram do rosto da atriz, em preto-e-branco, com a expressão de quem grita. Em uma de suas falas, afirmou:

– Nunca mais me verão louca, paradoxal, empenhada em escandalizar os bobos, dizendo por exemplo: “gosto dos homens”. Pensava: “eu sou uma atriz, o público me quer assim”. Mas agora isto não me interessa mais, pois tenho muito que fazer. Quero estudar política, saber tudo a seu respeito, da mesma maneira que aprendi meu ofício de atriz. Quando me perguntarem o que quer dizer liberdade, ou o que é a democracia, não quero responder somente impulsionada pelos sentimentos. Agora não sou mais a Melina Mercouri, atriz. Sou uma mulher que representa uma causa.⁷⁷⁵

Um caso parecido ao de Mercouri foi a entrevista da atriz e ativista Jane Fonda, também realizada por Oriana Fallaci, em *Posso me arriscar à vontade – sou branca, famosa e rica*.⁷⁷⁶ Jane Fonda apareceu pelo menos em duas matéria de REALIDADE antes de 1970, uma sobre o seu ex-marido Roger Vadim, e outra como uma das mulheres eleitas por 216 homens do Rio e de São Paulo como a mais bela da época. Na entrevista de Fallaci, sob o olhar feminino da repórter, a atriz foi retratada como a revolucionária que estava se tornando. A jornalista narrou a sua suspeita sobre a real intenção de Jane Fonda, se a ex-Barbarella não estaria apenas se divertindo, mas ao longo da conversa, mostrou se convencer de que a atriz havia realmente se tornado militante, devido a seu discurso e suas ações, que constantemente a punham em perigo. Fonda defendia os direitos humanos, os panteras negras, o socialismo, além de ser contra a Guerra do Vietnã. A atriz afirmou se perguntar por que as pessoas a tratavam “sempre como um símbolo sexual e não como um ser que pensa”.⁷⁷⁷ Fallaci concluiu a entrevista com a afirmação: “– Creio que nasceu um cérebro em você, Jane. Um lindo cérebro.”⁷⁷⁸

Mesmo após o AI-5, REALIDADE conseguiu publicar uma matéria como *La capitana del pueblo*,⁷⁷⁹ de Domingos Meirelles, sobre a candidatura da senadora María Eugenia Rojas de Moreno Díaz para a presidência da Colômbia. Na reportagem, o repórter apontou o fato de ser inédito e surpreendente a candidatura da senadora na América do Sul, principalmente em um país de tradição machista como a Colômbia. A matéria começou pelo lado materno

⁷⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 100.

⁷⁷⁶ FALLACI, Oriana. *Posso me arriscar à vontade – sou branca, famosa e rica*. *Realidade*, pp. 60-66, n. 59, fev. 1971. Mensal.

⁷⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 66.

⁷⁷⁸ Id., *ibid.*, p. 66.

⁷⁷⁹ MEIRELLES, Domingos. *La capitana del pueblo*. *Realidade*, pp. 114-121, n. 64, jul. 1971. Mensal.

de Rojas, narrando o momento em que a senadora participou de um ato político em uma igreja, no qual apadrinhou vinte e duas crianças, complementando sua família de cinco mil afilhados (fora os dois filhos biológicos), estrutura familiar comum na Colômbia, que se baseava em laços sacramentais. Com o olhar viciado masculino de quem separa a mulher de um humano, Domingo Meirelles a descreveu:

Imagem 36 – María Eugenia Rojas



Reprodução de fotografia de Francisco Nelson
 Fonte: MEIRELLES, Domingos. La capitana del pueblo. *Realidade*, pp. 114-121, n. 64, jul. 1971. Mensal.

La Capitana é a senhora Maria Eugenia Rojas de Moreno Díaz. Casada, dois filhos, quarenta anos, gordinha, insinuante, o perfil ligeiramente duro, talvez devido ao maxilar um pouco grande. Não é mulher-boneca, mas ninguém dirá que é uma mulher feia. O penteado está fora de moda, a roupa é um pouco *demodée*, mas escapa de sua figura um certo fascínio. Quando fala de política, ou da sorte de seu país, a sua personalidade se completa. Não é mais uma mulher que está em nossa frente; é um ser humano que acredita carregar em si uma missão importante – é um líder.⁷⁸⁰

A reportagem não perde a importância pelos vícios do repórter, influenciado por seu tempo, o que pode ser visto nos comentários sobre sua aparência e nas comparações com estereótipos femininos como o da mãe e o da mulher-boneca. O texto já era arrojado pelo assunto que abordava e por, ainda, ter como personagem principal uma mulher.

O contexto no qual Rojas estava inserida se assemelhava à ditadura civil-militar brasileira, com conflitos políticos violentos e a oposição entre valores neoliberais e socialistas. Como o repórter destacou, María Eugenia Rojas carregava uma marca política, mais importante do que a de ser senadora: ela era filha do general reformado Gustavo Rojas Pinilla. Este foi um ditador militar que, apesar de ter sido derrubado em 1957, manteve o apoio popular, deixando como legado à filha o espólio político e as ideias do movimento que fundou, a Aliança Nacional Popular (ANAPO). A Aliança defendia a luta contra a oligarquia e o imperialismo. Entre as suas principais propostas estavam: eleições diretas (para cargos de governador, juiz, prefeitos e membros do Ministério Público); nacionalização de riquezas do subsolo, bancos e da indústria farmacêutica; ensino gratuito; participação dos operários no lucro das empresas; expropriação de latifúndios; luta contra propostas de controle de natalidade; colocar a rede de televisão à serviço da cultura nacional; extinção do monopólio das agências publicitárias.

A maior opositora de Rojas era também uma mulher, a então senadora Berta Ospina

⁷⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 106.

Pérez, mulher da elite, casada com o ex-presidente Ospina Pérez, um dos dirigentes do Partido Conservador, ao qual estava filiada. O repórter ressaltou que “um país de tradição machista, tem hoje em duas mulheres os mais importantes símbolos políticos do país.”⁷⁸¹ Pérez era proprietária do maior jornal da Colômbia, *La Republica*, meio que utilizava para criticar a candidata à presidência. Para a senadora do Partido Conservador, apesar de Rojas ser inteligente e ambiciosa, ela não tinha capacidade intelectual para exercer o cargo de presidenta. Pérez defendia o casamento religioso, o catolicismo como religião oficial do Estado, o bipartidarismo, a tradição política e a estrutura econômica-social vigente, pontos que a contrapunham a Rojas.

A Colômbia estava em Estado de Sítio por causa das guerrilhas, distribuídas entre o Partido Comunista (a Frente Armada Revolucionária), o Exército de Libertação Nacional (ELN), de inspiração castrista, a Frente Simón Bolívar (formada por dissidentes da ELN), e o Exército Popular Libertação, de influência maoísta. A liberdade de expressão na Colômbia oscilava entre os mandos e desmandos do governo vigente. A ANAPO pretendia mudar a estrutura governamental para o socialismo de forma pacífica, se inspirando no exemplo do Chile de Salvador Allende. No jornal *Voz Proletária*, do Partido Comunista, María Eugenia Rojas era retratada, inclusive, como um “Salvador Allende de Saias”. Entrevistado sobre como se sentia em relação a uma candidata mulher, Domingues Alfonso, líder sindical respondeu que “– O problema não é o sexo, é de plataforma revolucionária. Nosso apoio à ANAPO busca a formação na Colômbia de uma autêntica unidade popular que possa romper com a estrutura tradicionalista da nossa política”.⁷⁸²

Apesar do apoio popular, María Eugenia Rojas tinha um impasse: a ANAPO ainda não estava legalizada, visto que faltava um ano para acabar o acordo entre o partido Liberal e o Conservador. Após a destituição do ditador Rojas Pinilla, os partidos haviam concordado em se revezar por três governos, para garantir a consolidação da democracia no período, formando a Frente Nacional. Na observação do jornalista, apesar da esperança de libertação total manifestada pelos apoiadores da ANAPO, a violência que o país vivia poderia levar a um final trágico caso seu partido ganhasse. A própria Rojas teve que participar do lançamento de sua candidatura protegida por uma tropa de choque, pois corria o risco de sofrer um atentado. Após a publicação da reportagem, apesar da perda nas urnas, María Eugenia Rojas seguiu militando pela ANAPO.⁷⁸³ Com as suas particularidades, o caso lembra a resistência feminina à ditadura do Brasil, proibida de ser divulgada pela imprensa.

Ao longo da existência de REALIDADE, outras matérias sobre mulheres e política surgiram. Em *Shirley, a velha garota-prodígio*,⁷⁸⁴ a revista tratou a carreira política da ex-atriz

⁷⁸¹ Id., *ibid.*, p. 116.

⁷⁸² Id., *ibid.*, p. 121.

⁷⁸³ María Eugenia Roja acabou perdendo as eleições para Misael Pastrana Borrero, candidato pela Frente Nacional. A ANAPO e os movimentos que a apoiavam acusaram o governo de fraude nas eleições, e deram início a uma série de protestos, o que culminou no grupo armado Movimento 19 de Abril (M-19), cujo lema era “¡Con María Eugenia, el pueblo y las armas, al poder!”, oficialmente desvinculado da ANAPO. Esta acabou enfraquecendo após a sucessão de perdas nas urnas nos anos subsequentes. Disponível em: < <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-10617872>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

⁷⁸⁴ SHIRLEY, A VELHA garota-prodígio. *Realidade*, pp. 94-96, n. 114, set. 1974. Mensal.

mirim Shirley Temple como embaixadora dos EUA em Gana. Na época em que foi indicada pelo presidente Gerald Ford, nos corredores do Departamento de Estado se dizia ser uma decisão política indicar a menina-prodígio ao invés de um diplomata experiente, enquanto temia-se que a população ganense se sentisse ofendida com a indicação, pois o período em que era famosa era marcado pelo racismo. Shirley Temple dizia que a nomeação surgiu por seu mérito intelectual, após demonstrar seu conhecimento da situação na África à Henry Kissinger. Mesmo porque Temple já havia demonstrado interesse na política. Em 1967, se candidatou como republicana a uma cadeira na Câmara dos Representantes, mas perdeu. Dois anos depois, ganhou um lugar na delegação americana da Assembleia Geral da ONU, por indicação de Richard Nixon.

Em relação ao Brasil, entre o material selecionado, foi encontrada apenas uma matéria sobre mulheres envolvidas com a política governamental, *As mulheres na abertura política*.⁷⁸⁵ No olho, constava que: “Brigando muito elas alcançaram as Assembléias e o Congresso. E não pretendem influir apenas na decoração: vão continuar brigando”.⁷⁸⁶ A matéria apresentava sete mulheres envolvidas com a política, Dulce Salles Cunha Braga, Júnia Marise, Maria das Neves Lucena, Lygia Lessa Bastos, Sandra Cavalcanti, Derci Furtado e Jussara Gauto Guariglia. Alguns casos relatados mostravam como essas mulheres, por causa de seu gênero, tinham que provar seu valor e responder perguntas absurdas, além de mostrar o pioneirismo de muitas delas.

Pela primeira vez na história da república brasileira, havia uma suplente de senador, Maria das Neves Lucena, cujo marido era o deputado federal Pedro Lucena. No início, ela não queria concorrer ao cargo de senadora, pois achava que iriam dizer que “no Rio Grande do Norte não há homens de coragem”, uma vez que ninguém mais queria se candidatar pelo MDB. Já Lygia Lessa Bastos era a única mulher na Câmara Federal, e lutava pela condição feminina, como aposentadoria para as mulheres após 25 anos de serviço, devido à dupla jornada de trabalho extraluar e cuidados domésticos.

Derci Furtado pleiteou uma vaga na ARENA em Taquara, no Rio Grande do Sul, para concorrer à Assembleia Legislativa, em novembro de 1974. Em sua cidade, teve que responder questões como “mulher desmaia quando vê um rato?” e foi chamada de quarentona. Apesar de pertencer ao partido que dava sustentação à ditadura e que representava a maioria dos setores mais conservadores do país, centrou a sua atuação na questão da pobreza. A candidata defendia pautas relacionadas à condição feminina, como a criação de clínicas de orientação familiar nos bairros mais pobres (ela denunciava que projetos nesse sentido caminhavam lentamente enquanto mulheres morriam em tentativas caseiras de aborto, “talvez porque controlados por homens, que não engravidam”), aposentadoria para donas de casa, inclusão do nome da esposa no Guia Telefônico e regulamentação da profissão de secretária e de doméstica.

Também no Rio Grande do Sul, em Bagé, os cabos eleitorais do deputado Alceu Collares, do MDB, diziam que o voto para mulher seria automaticamente anulado, para prejudicar a

⁷⁸⁵ AS MULHERES NA abertura política. *Realidade*, pp. 14-17, n. 107, fev. 1975. Mensal.

⁷⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 14.

candidatura pelo mesmo partido de Jussara Gauto Guariglia que, mesmo assim, foi eleita como terceira suplente e sua posse era dada como certa no momento da publicação da matéria. Seu marido, apesar de no início ter sido contra, pediu licença no trabalho para ajudá-la em sua campanha. Ela alegou que “só as [mulheres] muito inteligentes ou lutadoras são eleitas. No caso dos homens, basta ser um medíocre com certa habilidade.”⁷⁸⁷ Nessa matéria, além de ser possível conhecer as mulheres que participavam da política institucional, pode-se observar o preconceito que sofriam e os direitos pelos quais lutavam que envolviam diretamente a vida de outras mulheres.

A partir de 1974, a revista passou a mostrar um pouco mais do país quanto à dinâmica da abertura política, com críticas ao governo e divulgação da reorganização de movimentos sociais, como o estudantil. A abertura pode ter influenciado a publicação de outras matérias que mostravam uma atuação feminina nessa área, que podiam ser censuradas anteriormente por se tratarem de temas relacionados ao comunismo. *O grande amor de Lênin: Inessa*,⁷⁸⁸ por exemplo, era a história da parisiense amiga íntima de Lênin e de Nadejda Krupskaia.⁷⁸⁹ Inessa foi uma revolucionária presa várias vezes pelos agentes do czar por motivos políticos. Ela pregava o amor livre e chegou a redigir um panfleto sobre isso, censurado por Lênin, que o entendia como desculpa para o adultério. Sua vida pessoal refletia seus ideais libertários, já que casou e teve cinco filhos, um deles com seu cunhado, e deixou todos com a família para ir estudar na Suécia. Inessa participava de viagens à eventos representando os revolucionários e, em 1920, no Cáucaso, contraiu cólera e morreu. Segundo a lembrança de Alexandra Kollontai, embaixadora soviética (segunda mulher a exercer o cargo no mundo, após a armênia Diana Abgar), Lênin havia ficado desolado com a morte da amiga. A matéria afirmava haver dúvida se Inessa era amante ou não do revolucionário, e, mesmo se o fosse,

apalavra “amante” com sua conotação habitual não se aplica bem à personalidade de Inessa, pois subentende conformismo e submissão, inadequados a seu nível mental e sua independência. Se vivesse hoje, provavelmente Inessa faria parte do Movimento de Libertação Feminina, embora pudesse exigir maior radicalização de seus ideais.⁷⁹⁰

O texto a tratava como mulher independente, revolucionária e respeitada por Lênin por sua capacidade oratória, que fez com que o revolucionário a enviasse como sua representante em um congresso socialista na Bélgica.

Já *Patricia Hearst – a vida clandestina de uma terrorista milionária*⁷⁹¹ era a primeira parte da história originalmente publicada na revista *Rolling Stone* sobre a vida de Patricia Hearst, neta e herdeira de William Randolph Hearst, patriarca de uma das famílias mais influentes dos

⁷⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 17.

⁷⁸⁸ O GRANDE AMOR de Lênin: Inessa. *Realidade*, pp. 40-42, n. 115, out. 1975. Mensal.

⁷⁸⁹ Grafia do nome conforme consta na revista. Algumas referências escrevem o nome da companheira de Lênin como Nadezhda.

⁷⁹⁰ Id., *ibid.*, p. 40.

⁷⁹¹ KOHN, Howard; WEIR, David. Patricia Hearst – a vida clandestina de uma terrorista milionária. *Realidade*, pp. 74-91, n. 117, dez. 1975. Mensal.

EUA de um dos maiores impérios de comunicação – personalidade que serviu de inspiração para o filme *Cidadão Kane*. Patricia Hearst havia se aliado ao Exército Simbionês de Libertação (SLA, de atuação nos Estados Unidos), ala radical dissidente do *Students for a Democratic Society* (SDS), após ser sequestrada pelo grupo. Por ser dominado por mulheres, segundo a reportagem, para alguns autores o SLA era a ala feminista do movimento. O texto tratava os momentos anteriores da prisão de Hearst, nos quais, após passar de vítima para companheira de luta, fugia com os remanescentes do grupo. O autor da reportagem foi procurado pelo grupo em sua fuga, ajudando-o a se esconder da polícia, situação na qual baseou seu relato. Nessa matéria, não estava presente o debate sobre a condição feminina, com exceção do comentário sobre o grupo ser a ala feminista do SDS. Entretanto, Patricia Hearst aparecia como a protagonista; distante da imagem de vítima passiva, ela era engajada e, conforme o relato, pegou em armas para lutar com o SLA.⁷⁹²

As três últimas matérias foram publicadas em 1975. Uma das diferenças desse ano era que havia no expediente de REALIDADE uma redatora e uma repórter, Sônia Beatriz e Maria José de Azevedo respectivamente. Em 1973, não havia nenhuma. Seria preciso analisar as mudanças da equipe com profundidade, mas cabe aqui a reflexão se uma maior presença feminina na redação de uma revista ampliaria o enfoque dado às mulheres nas pautas.

Por um momento ao longo desta pesquisa, se pensou que não seria possível encontrar matérias que indicassem a participação feminina na política institucional. Em primeiro lugar, porque, a partir do final de 1968, o contexto tornava inviável a publicação de matérias referentes à atuação dos movimentos de resistência, fossem eles clandestinos ou institucionais (como as ações do MDB). Depois, seria anacrônico pensar que a revista exigia maior representação política feminina, um debate que pode ter sido discutido nos meios feministas, mas que só se tornou público décadas depois. Foi apenas em 1995 que o Brasil instituiu por lei a cota de 20% de mulheres nas candidaturas de todos os partidos.⁷⁹³ No período de REALIDADE, era normal pensar a política como sendo um espaço predominantemente masculino – o que não exige a revista da baixa representação de mulheres nessa área.

Por outro lado, o que foi possível circular na grande imprensa, a partir de dado momento, foram os movimentos de libertação feminina e a vinda de feministas ilustres ao Brasil. Apesar do movimentos feministas brasileiros ainda estarem incapacitados de agir – visto que até uma reunião de grupo era vista como suspeita pela ditadura –, a atuação de estrangeiras foi um meio encontrado de se discutir os protestos pela emancipação feminina.

⁷⁹² Após o grupo ser capturado, Hearst alegou ter sofrido lavagem cerebral e ter sido forçada a participar das ações do SLA.

⁷⁹³ Pela Lei Federal nº 9.100/1995. Ver VENTURINI, Anna Carolina; VILLELA, Renata Rocha. A inclusão de mulheres no parlamento como medida de justiça social: análise comparativa dos sistemas de cotas do Brasil e da Bolívia. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, pp. 69-83, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2331/inclusao_mulheres_parlamento_venturini.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2017.

5.2.1 Movimento de Libertação da Mulher

Em 1971, a vinda de Betty Friedan ao Brasil foi anunciada na matéria *Mulheres de todo o Brasil, uni-vos!*,⁷⁹⁴ dentro da seção Roteiro, acompanhada de uma caricatura da intelectual. Na edição seguinte, foi publicada, com título quase idêntico, *Mulheres do Brasil, uni-vos*,⁷⁹⁵ uma crítica ao discurso de Betty Friedan, contrapondo-o ao de Rose Marie Muraro, quem iria recepcioná-la no Brasil. O texto mencionava a influência da Organização Nacional das Mulheres (NOW), criada em 1966 nos Estados Unidos. Em setembro de 1970, a organização conseguiu reunir cinquenta mil pessoas em uma marcha em Nova Iorque, incentivando outras mulheres a fazer greve em casa. O livro *A Mística Feminina*, da “senhora feia de 46 anos” Betty Friedan já havia vendido um milhão de cópias.

O artigo criticava a guerra contra os homens, destacando o discurso da brasileira Rose Marie Muraro, que pregava um movimento no qual eles eram bem-vindos, contanto que também contribuíssem para a libertação da mulher. A matéria destacava e defendia o papel de Muraro, tratando-a como a escritora “casada e mãe feliz de cinco filhos” que criticava um movimento de “machonas”. O texto depreciava o movimento de Betty Friedan, enfatizando a aparência da líder e usando termos como “neuróticas”. Mesmo assim, não deixava de ser destacada a importância do movimento de Friedan, apesar do que era percebido como seus aspectos negativos:

O movimento das mulheres americanas, apesar de “um certo radicalismo neurótico”, é muito importante e tem força para começar a transformar as estruturas que mantêm a mulher em condição de inferioridade. Um erro apontado por Rose: a insistência em pregar a *igualdade total*. Ou a guerra [entre os sexos].⁷⁹⁶

Na matéria, havia a acusação da mulher tentar ser “machona” ou “um homem castrado” ao buscar igualdade total, por exemplo, se queria ser motorista de caminhão. Muraro destacou as diferenças da mulher, que, no mundo masculino, foram supervalorizadas, esgotando sua função em unicamente para fins reprodutivos. Conforme o texto:

“O homem tradicional – diz Rose – adora mulher burra, submissa, aquela que chamam perfeita dona de casa, que vota nos candidatos do marido. não quer

Imagem 37 – Vinda de Betty Friedan



Reprodução

Fonte: MULHERES DE TODO o Brasil, uni-vos! (Roteiro) *Realidade*, p. 128, n. 59, fev. 1971. Mensal.

⁷⁹⁴ MULHERES DE TODO o Brasil, uni-vos! (Roteiro) *Realidade*, p. 128, n. 59, fev. 1971. Mensal.

⁷⁹⁵ MULHERES DO BRASIL uni-vos. *Realidade*, pp. 44-50, n. 60, mar. 1971. Mensal.

⁷⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 46. Grifo no original.

saber de política, de estudos, de nada”.

Homem tradicional, portanto, tem a mulher tradicional que merece. Ela procura conquistá-lo pela submissão, dar-lhe a impressão de que é o grande protetor. Faz tudo isso e se torna grudenta, exigente, devoradora. E a relação dos dois termina sendo uma grande competição. Quando o patriarca procura uma mulher livre, fica tonto.⁷⁹⁷

Segundo ela, “a revolução feminina surgiu por último e contém em si tôdas as outras [revoltas da juventude, raciais e dos povos subdesenvolvidos]. Interessa a tôda a humanidade, pois esta será profundamente afetada na medida em que as mulheres e sua condição no mundo dos homens mudarem.”⁷⁹⁸

Segundo a matéria, Muraro relacionava as rebeliões femininas com os avanços tecnológicos, principalmente nos meios de comunicação de massa, que permitiram aumentar o nível de consciência coletiva. A intelectual acreditava que a competição com o homem era uma característica própria da sociedade estadunidense. Como explicou, a crítica de Friedan estava relacionada à posição que a sociedade de consumo colocou as mulheres, incentivando-as a voltarem para suas casas, consumindo cada vez mais produtos domésticos com o dinheiro do marido. No Brasil, seria preciso rever as condições básicas nas quais as mulheres viviam. Muraro também criticava a ideia patriarcal de amor livre, sem sentimento, defendendo que o amor realmente livre tinha envolvimento afetivo, o que era negado pelo movimento por ser considerado “feminino”.

O movimento de libertação feminina voltou a ser discutido em *Mulheres (algumas) furiosas*,⁷⁹⁹ entrevista de Oriana Fallaci com Kate Millet. Antes de entrevistar Millet, Fallaci contou sua experiência pessoal no mundo dos homens:

Se algumas vezes os homens atiraram nessa repórter, talvez com balas de verdade, não foi para atingir a ela, como mulher, mas porque queriam atingir os homens com os quais se tinha unido. O caso dela, no entanto, é pessoal. Um caso de sorte, até. E não coincide com os demais casos. Ou melhor, não coincide com a maioria dos casos. Negar que a sociedade em que vivemos é dominada pelos homens seria idiota.⁸⁰⁰

Imagem 38 – Capa de *Mulheres (algumas) furiosas*



Reprodução
Fonte: REALIDADE, n. 62,
mai. 1971. Mensal.

⁷⁹⁷ Id., *ibid.*, p. 50.

⁷⁹⁸ Id., *ibid.*, p. 46.

⁷⁹⁹ FALLACI, Oriana. *Mulheres (algumas) furiosas*. *Realidade*, pp. 71-87, n. 62, mai. 1971. Mensal.

⁸⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 74.

Para a jornalista, havia uma divisão entre homens, fortes com poder, e mulheres, fracas e sem poder, contudo, ambos eram limitados por esse sistema. A formação do NOW teria sido o sinal de estouro da guerra entre os sexos, ao que o contexto nos Estados Unidos havia contribuído. Por ser bem acentuada a divisão entre homens e mulheres, o país era o berço de lutas feministas importantes, além de manter regras que segregavam as mulheres (como segregaram os negros). Por exemplo, era proibido, em diversas regiões dos EUA, que uma mulher entrasse desacompanhada em restaurantes e bares; em outros lugares, mulheres deveriam ficar de um lado, homens de outro; existiam locais onde mulheres de calças compridas não podiam entrar. A própria Fallaci afirmou ter sido convidada a se retirar de bares por usar calças. Nesse sentido, lembrava de uma situação quando voltava do *front* de guerra e, ainda com uniforme de campanha, entrou no círculo militar para pedir uma bebida e acabou sendo expulsa do local.

Segundo Fallaci, a atuação política era quase proibida às estadunidenses e o trabalho estava limitado às profissões “femininas”, secretárias, datilógrafas, balconistas, enfermeiras, assistente sociais, decoradoras, jornalistas de moda e colunistas sociais ou de correio amoroso. As estadunidenses estavam “zangadas”, pois sua emancipação havia sido feita pela metade, apenas durante os anos de universidade, uma vez que, após os estudos, eram obrigadas a casar. A jornalista afirmou que

é verdade que as americanas são pérfidas com seus maridos, autoritárias, exigentes. Mas são assim porque na gaiola não têm outras pessoas nas quais descarregar a desilusão, a vergonha que as invade ao descobrirem que falharam como indivíduos, a ira que as agita quando percebem que foram as primeiras a reivindicar a dignidade das mulheres, mas as últimas a se beneficiarem dela.⁸⁰¹

Contudo, para Fallaci, o bom senso de Betty Friedan havia se tornado histeria, e o NOW havia sido dividido em vários outros grupos “com nomes e os programas mais absurdos”,⁸⁰² como o WITCH (*Women International Terrorist Conspiracy from Hell*) – e o Bitch, que pregavam o extermínio dos homens. Havia outros movimentos que não acreditavam no amor entre homens e mulheres e pregavam a reprodução sem eles, por gravidez artificial.

A entrevistada de Fallaci, Kate Millet, era autora de *Sexual Politics*, livro cujo objetivo era acabar com a ideia de sexo definido, destruindo a lógica patriarcal através da aniquilação da família, da recusa da mulher como objeto sexual, da exterminação do cavalheirismo, da modificação da linguagem e da androginia. Ao longo do diálogo, foi possível descobrir mais das opiniões da entrevistadora do que apenas da entrevistada. Oriana Fallaci pareceu concordar com boa parte dos discurso de Kate Millet, divergindo na questão da igualdade entre homens e mulheres no sentido anatômico e fisiológico, principalmente em relação à gravidez. Segundo ela, o patriarcado pode ter surgido quando o homem percebeu que a mulher ficava incapacitada de agir em determinado momento da gravidez, assumindo o monopólio das decisões. Fallaci acusou a cumplicidade feminina, e defendeu homens por, em alguns momentos, terem aceitado

⁸⁰¹ Id., *ibid.*, p. 75.

⁸⁰² Id., *ibid.*, p. 75.

a luta feminina – como no caso do voto. A jornalista renegava a ideia de androginia, por não ser natural e por, em sua opinião, encorajar a homossexualidade que, se exagerada, seria a extinção do gênero humano.

Oriana Fallaci, ao entrevistar Kate Millet, posicionou-se como confrontadora, “advogada do diabo”.⁸⁰³ A jornalista indagou Millet sobre por que não havia surgido uma liderança feminina no grupo de pessoas mundialmente célebres, ou por que, quando surgiam, estavam ligadas ao *status quo* vigente. Millet respondeu que isso se devia à falta de condições sofridas pelas mulheres, com a exceção de quando herdavam o poder, e, então, precisavam se adaptar para conseguir provar que podiam governar tanto quanto um homem. Fallaci afirmou que as mulheres se livraram do “trabalho duro nas minas e nas fornalhas” e na guerra; Millet retrucou: os cargos de responsabilidade também eram “leves”, e, mesmo assim, não ficavam a cargo delas, de forma que as mulheres se igualariam aos homens de classes inferiores à sua (uma mulher de classe média, por exemplo, recebia a função e a remuneração de um homem de classe mais baixa, apesar das suas qualificações). Fallaci perguntou das sociedades socialistas e Millet afirmou que não eram de interesse para a mulher, e que só se falava em emancipação feminina nesses movimentos para atrair mais apoio. Nem socialismo nem capitalismo estavam de acordo com o feminismo. Para a militante, a revolução russa não levou em consideração o feminismo, produzindo uma consequência desastrosa para o amor livre, pois, no nascimento de muitas crianças, foram as mães que tiveram que assumir os seus cuidados. O Estado não havia dado igualdade econômica e cultural a elas para que fossem realmente livres e iguais.

No que se referia às diferenças biológicas, Millet explicou que acreditava mais que essas diferenças eram psicológicas, afinal, a gravidez era por um tempo limitado e existia até a possibilidade das grávidas serem muito mais ativas do que se fazia parecer. Fallaci mencionou a cumplicidade feminina na dominação, ao que Millet respondeu que havia a interiorização da opressão, presente em muitos grupos oprimidos. A intelectual afirmou:

Você pode se permitir o luxo de defender os homens porque resolveu seus problemas sòzinha e venceu.

Mas você é uma exceção que não representa a regra, é irrelevante que a mulher vença. Ou dez mulheres, ou cem ou mil. A maioria das mulheres não vive como você.⁸⁰⁴

A beleza também entrou na discussão, quando Millet apontou que, no caso dos homens, a feiura jamais era ironizada, sendo a boa aparência uma opção.

Millet defendia que o movimento de libertação feminina não tinha ódio, mas raiva. Segundo ela, as ativistas eram apresentadas como “bando de lésbicas”, mas elas se associavam ao movimento gay porque os homossexuais eram oprimidos de forma análoga, pela ideia da família patriarcal. Millet, por exemplo, era casada com um homem, que ela dizia ser feminista, o que mostrava que não se tratava do banimento de qualquer pessoa do sexo masculino de suas

⁸⁰³ Id., *ibid.*, p. 81.

⁸⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 86.

relações. Os laços de um casal deveriam ser semelhantes aos dos movimentos hippies, sem a demarcação sexual, embora a ativista não considerasse a procriação uma grande necessidade. Fallaci apontou ao encerrar a entrevista que a hipótese de não ser mais necessária a reprodução parecia catastrófica demais.

A matéria percorreu ao longo de um caderno com dezesseis páginas sem anúncios, com imagens que ocupavam pouco mais que a metade de uma página apenas do lado esquerdo. Ou seja, era um espaço especial. Embora Oriana Fallaci se posicionasse como confrontadora, ela por vezes concordava com a entrevistada, e reiterava a importância de um movimento pela libertação da mulher. Aqui, assim como na matéria que trazia as ideias de Rose Marie Muraro, se defendia a emancipação feminina, com ressalvas a respeito da culpabilização do sexo masculino. Considerando que REALIDADE era uma redação predominantemente masculina, é de se esperar que fizesse o meio termo na batalha entre os sexos, incentivando a luta das mulheres sem condenar os homens. Como a publicação fazia parte da grande imprensa, seus textos se esquivavam da crítica à sociedade capitalista, para evitar que fossem confundidos com o apoio ao comunismo.

As imagens propagadas pela mídia muitas vezes satirizam atitudes que se posicionam contra mudanças sociais que interferem nos papéis de cada sexo. Um exemplo brasileiro para ilustrar a relutância que alguns setores, mesmo os mais libertários, tinham com o feminismo é o tratamento das discussões feministas pelo jornal alternativo *Pasquim*, como confirma o estudo de Verônica Tavares.⁸⁰⁵ O jornal foi lançado em junho de 1969, e era marcado pela oposição ao Regime. Da mesma forma, se colocava contra o ideário feminista, fossem os jornalistas homens ou mulheres. A jornalista Martha Alencar, por exemplo, ridicularizava em suas matérias a influência do feminismo internacional, por achar que este era incoerente com a realidade brasileira. Quando REALIDADE publicou as críticas das feministas estadunidenses, o *Pasquim* passou a combater a revista utilizando o assunto para o debate, no qual defendia a naturalização dos papéis de gênero, reforçando o discurso tradicional e a opressão que as mulheres viviam. Eram utilizados no impresso estereótipos das feministas como pessoas que não gostavam de homens, nem de ser mulher, e todas lésbicas. Em 1971, na entrevista com Betty Friedan um de seus repórteres, Paulo Francis, acusou o movimento feminista de ser individualista e, algumas feministas, de serem obcecadas com problemas sexuais. Já o humorista Millôr Fernandes afirmava que o movimento não fazia sentido.

No final da década de 1970, com a saída de alguns funcionários, a ridicularização do feminismo acabou. Entretanto, apesar de defender a liberdade sexual feminina, o jornal seguiu tratando a sexualidade das mulheres a partir dos desejos dos homens, além da publicação de fotos sensuais de mulheres seminuas, as oferecendo como um produto para os leitores. O comportamento do *Pasquim* se assemelhava ao de uma parte da militância política de esquerda

⁸⁰⁵ TAVARES, Verônica. O Pasquim: Representações de Gênero e Sexualidade no Regime Militar (1964-1984). Encontro regional de História da ANPUH-Rio, n. 15, Rio de Janeiro. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338418255_ARQUIVO_OPasquimRepresentacoesdeGeneroeSexualidadenoRegimeMilitar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

que vivia em tensão com o feminismo, acusando-o de ser secundário, ou até um entrave na luta contra o sistema capitalista.

A reação do *Pasquim*, contudo, não era inteiramente contra a ideia de uma libertação feminina, pois havia uma margem permitida nas novas atitudes das mulheres emancipadas, como na entrevista com Leila Diniz. A constante era a feminilidade: a mulher pode adquirir novos direitos sem que, com isso, negue sua natureza biológica que gira em torno do sensível, do amável e do belo. É possível observar também em REALIDADE a presença dessa ambivalência, embora não tenha aparecido a reação debochada contra o avanço dos movimentos feministas, pelo contrário. Apareceram na revista discursos que se opunham ao comportamento patriarcal da sociedade, que, inclusive, acusavam o cavalheirismo de ser resquício do machismo, assim como foram difundidos novos argumentos que defendiam a presença feminina nas escolas, no trabalho, em posições de liderança e até na política. Entretanto, procurava-se ressaltar em muitas matérias os papéis específicos “naturais” de homens e mulheres. Os questionamentos das atitudes masculinas que deveriam se adaptar ou se modificar eram raros, sendo que não existia a discussão sobre as relações entre os sexos quando esta era modificada. Não apenas na manutenção da ideia de naturalização dos sexos, a revista, assim como o *Pasquim*, apresentava imagens de mulheres sensuais sob o olhar masculino.

5.3 RECEITA DE MULHER

A forma como REALIDADE apresentava histórias de mulheres não foi problemática apenas nos seus últimos anos, quando os critérios jornalísticos já não eram mais os mesmos de sua criação. Desde o surgimento da revista, havia uma áurea de força feminina nas matérias, sendo as mulheres consideradas batalhadoras e, por isso, dignas de admiração. Isso não significava necessariamente que os homens eram considerados inferiores, pois a masculinidade não era discutida. Assim como em muitos movimentos por liberação feminina, como a liberdade que os bolcheviques procuraram proporcionar às mulheres após a Revolução Russa, com medidas como o divórcio e o incentivo ao trabalho, o debate sobre os papéis sociais dos sexos não ocorria. Predominava a percepção de que bastava a conquista de direitos para uma relação de igualdade entre homens e mulheres. Mesmo o conteúdo produzido por REALIDADE não estava livre de um olhar masculino engessado. As reivindicações feministas que a revista defendia, em boa parte, não partiam de mulheres cientes de sua situação de subordinação, mas de homens preocupados com elas, o que gerava algumas incoerências, principalmente no que diz respeito à aparência feminina.

Nas primeiras edições, havia uma seção intitulada “Mulher”, ao lado de outras como “Política”, “Educação”, “Gente” e “Religião”, que não era fixa. O nome não indicava um espaço para matérias que envolvessem os problemas cotidianos que as mulheres enfrentavam – estas eram incluídas em outras seções –, mas reportagens e ensaios fotográficos sobre elas, que se referiam à sua beleza ou aos exageros com o cuidado da aparência. No breve período de

1973, quando eram publicadas matérias sobre mulheres conhecidas na alta sociedade e ícones sexuais, elas estavam inseridas em “Mulher”. Embora não tenha imposto modelos e regras de cuidados com a aparência, essa seção acabou estereotipando as mulheres e sujeitando-as ao olhar masculino ao exaltar o corpo feminino.

Os ensaios fotográficos para a seção “Mulher” mais pareciam um manual de beleza do que um processo de emancipação. *Poesia é Mulher*,⁸⁰⁶ por exemplo, foi um ensaio fotográfico de David Drew Zingg com poemas que se referiam ao efeito que as mulheres causavam nos homens. Nas palavras de Vinícius de Moraes, “meus amigos, meus irmãos, cegai os olhos da mulher morena que os olhos da mulher morena estão me envolvendo e estão me despertando de noite”.⁸⁰⁷ O sexo feminino era apresentado como a musa dos poetas, aquela que inspirava, mas não que agia. Nesse ensaio, as modelos apareciam em poses de descontração ou encarando a câmera, como se fossem observadas por um olhar de fora.

O ensaio fotográfico que retratou com profundidade como os homens viam a beleza feminina foi *Receita de mulher*.⁸⁰⁸ Como o título já revelava, os poemas de Vinícius de Moraes apontavam para como cada detalhe do corpo feminino deveria ser, de modo que formasse um todo belo. A modelo era a atriz italiana Paula Pritchett e a maior parte das imagens se concentrava em sua face; algumas eram de detalhes como a boca e as costas. Essa predominância do rosto condizia com a parte do corpo feminino que a comunicação mais valorizava no período para vender produtos, sendo o foco das propagandas destinadas ao público feminino.⁸⁰⁹ As fotografias dos anúncios eram compostas apenas por mulheres magras de pele alva – como as de Pritchett. Nas outras fotos, a atriz aparecia de biquíni e seminua, coberta apenas por um casaco que deixava parte dos seios aparecer. Também havia uma imagem que se assemelhava aos editoriais de moda, com Pritchett encarando a câmera em um vestido que parecia ser de festa.

O primeiro poema de Vinícius de Moraes resumia bem não só o teor do ensaio, mas a forma como as revistas exigiam das mulheres estar sempre belas:

As muito feias que me perdoem
 Mas beleza é fundamental
 Que haja qualquer coisa de flor em tudo isso,
 Qualquer coisa de dança, qualquer coisa de *haute couture*
 Em tudo isso (ou então)
 Que a mulher se socialize elegantemente em azul, como na República
 Popular Chinesa.
 Não há meio-térmo possível. É preciso
 Que tudo isso seja belo. É preciso que de súbito
 Tenha-se a impressão de ver uma garça apenas pousada
 e que um rosto
 Adquira de vez em quando essa côr só encontrável no
 terceiro minuto da aurora.
 É preciso que tudo isso seja sem ser, mas que se reflita e desabroche.

⁸⁰⁶ POESIA É MULHER, *Realidade*, pp. 124-132, n. 9, dez. 1966. Mensal.

⁸⁰⁷ Id., *Ibid.*, p. 126.

⁸⁰⁸ RECEITA DE MULHER, *Realidade*, pp. 74-81, n. 3, jun. 1966. Mensal.

⁸⁰⁹ BUITONI, op. cit., p. 12.

No olhar dos homens. É preciso, absolutamente preciso
 Que seja tudo belo e inesperado. É preciso que umas
 pálpebras cerradas
 Lembrem um verso de Eluard e que se acaricie nuns
 braços
 Alguma coisa além da carne: que os toque
 Como ao âmbar de uma tarde.⁸¹⁰

O poeta transformou em poesia tudo aquilo que esperava da aparência da mulher: “rosto que lembre um templo”, “nádegas é importantíssimo”, “que as extremidades sejam magras”, “que seus seios Sejam uma expressão greco-romana”.⁸¹¹ O modelo ideal de Vinícius de Moraes talvez exigisse mais das mulheres do que os da imprensa feminina. Embora não fosse exatamente o caso de REALIDADE, cabe ressaltar que, ao analisar o papel dos editores de revistas da imprensa estadunidense, Betty Friedan observa que a imagem da mulher profissional foi criada por escritoras e editoras, enquanto a da esposa dócil, por comunicadores do sexo masculino.

No campo da aparência, o problema do “olhar dos homens”, como mencionado no poema, é que ele aprisiona as mulheres em modelos que são definidos subjetivamente, selecionados pela comunicação e embutidos na memória social, excluindo aquelas que não se encaixam neles. Isso faz com que a mulher seja “antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu”.⁸¹²

É possível apontar outras matérias que seguiam o modelo de ensaio com fotos posadas e elogios à beleza feminina. *Duda dá aula*⁸¹³ foi uma sessão de fotografias de Duda Cavalcanti, sobre como a jovem cresceu rapidamente passando de estudante à modelo famosa. As fotos

Imagem 39 – Duda dá aula



Reprodução de fotografia de David Drew Zingg

Fonte: ZINGG, David Drew. Duda dá aula. *Realidade*, pp. 106-114, n. 17, ago. 1967. Mensal.

⁸¹⁰ RECEITA DE MULHER, op. cit.

⁸¹¹ Id., ibid., p. 77.

⁸¹² PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 49.

⁸¹³ ZINGG, David Drew. Duda dá aula. *Realidade*, pp. 106-114, n. 17, ago. 1967. Mensal.

e legendas abordavam as possíveis incertezas da modelo, como a personagem ingênua que procurava por sua identidade no mundo. Por sua vez, *Essa mulher é linda*⁸¹⁴ eram diversas fotos da mesma mulher com e sem maquiagem, em diversos ângulos. A ideia do ensaio era mostrar que uma mulher podia ser bonita ou feia dependendo do ângulo do fotógrafo e da produção (cabelo/maquiagem).

*O que é mulher bonita*⁸¹⁵ foi um ensaio com frases do que alguns homens pensavam sobre as mulheres, com fotos de acordo com o estereótipo criado. Na introdução, foi afirmado que “na vida real, entretanto, beleza é ainda questão de gosto pessoal.”⁸¹⁶ Havia o depoimento do gosto de seis homens. Um preferia as claras e rechonchudas, outro as “flores” e “quietas”;⁸¹⁷ um terceiro, a simpática e sorridente, enquanto o seguinte, as loiras até os vinte anos, pois, com o tempo, “vão desfecendo”. Havia ainda o que preferia a ingênua maliciosa e o que sentia mais atração pelas japonesas, meigas e amorosas.

Essa objetificação não aparecia somente na seção “Mulher”. *Agora é a vez de Cláudia*,⁸¹⁸ localizado em “Cinema”, era um ensaio fotográfico de autoria de Howell Conant que destacava a beleza que, segundo o texto, fazia o sucesso da atriz italiana Cláudia Cardinale, de 26 anos. O texto que acompanhava as imagens descrevia os pormenores do corpo de Cardinale, principalmente de seu rosto, e, inclusive, incluindo suas medidas: 1,67m de altura, 58 de cintura, 93 de busto. Também enfatizava a mistura de mulher e menina, o que aparecia nas fotos que se dividiam entre poses inocentes e outras sensuais. Afirmou-se que “o encanto de Cláudia é uma combinação de radiante sensualidade e infantil simplicidade. É por isso que todos os homens do mundo a imaginam ao mesmo tempo sua mulher e sua primeira namorada”.⁸¹⁹

Na seção “Arte”, a crítica de arte Lisetta Levi colaborou com a revista com o texto *A arte descreve a mulher*,⁸²⁰ sobre a nudez feminina. Para ela, não eram as mulheres que mudavam, mas as imagens delas que se modificavam de acordo com novos ideais de beleza, e a arte tinha uma participação significativa nesse processo. Jean Baudrillard⁸²¹ explica que o corpo é uma construção cultural que indica as relações sociais. É possível perceber, por exemplo, que nas sociedades capitalistas, se aplicava a ele a ideia de propriedade privada, enquanto nas camponesas, ele era instrumental e tinha lugar mágico. É uma distinção importante se pensar na mudança ocorrida sobre a percepção do sexo feminino, que pode ser analisada a partir das afirmações de Levi. Na Idade Média, a crítica alegou que “o corpo nu é considerado instrumento do diabo. A mulher é representada vestida, e se estiver nua é tímida, cheia de pudor, ciente do pecado original.”⁸²² Nesse período, o corpo feminino era entendido pela religião como sagrado quando a imagem que se refletia era da santa, mas condenado caso fosse associado à bruxaria e

⁸¹⁴ ZÈPINTO. Esta mulher é linda. *Realidade*, pp. 54-60, n. 28, jul. 1968. Mensal.

⁸¹⁵ O QUE É mulher bonita? *Realidade*, pp. 92-100, n. 19, out. 1967. Mensal.

⁸¹⁶ Id., ibidem, p. 92.

⁸¹⁷ Id., ibid., p. 94.

⁸¹⁸ AGORA É A VEZ de Cláudia. *Realidade*, pp. 70-74, n. 7, out. 1966. Mensal.

⁸¹⁹ Id., ibid., p. 74

⁸²⁰ LEVI, Lisetta. A arte descreve a mulher. *Realidade*, pp. 75-84, n. 8, nov. 1966. Mensal.

⁸²¹ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

⁸²² Id., ibid., p. 76.

aos pecados aos quais as mulheres estavam mais sujeitas.

No século XVI, segundo Levi, a mulher não era mais retratada como uma deusa, mas em seu ambiente doméstico. Já na arte moderna ela não era mais modelo, e se tornava “um objeto por meio do qual o artista mostra seu estilo.”⁸²³ Embora não seja sua pretensão discutir objetificação, essas afirmações combinam com os modelos da sociedade de consumo teorizada por Baudrillard. O autor aponta que após o Renascimento, o corpo passou a ter valor econômico, pois impunha o arquétipo da mãe e boa esposa, aquela responsável pela reprodução e criação de produtores e soldados. Também passou a refletir a sociedade de consumo, tornando-se uma empresa, na qual devia haver investimento e força de trabalho. Baudrillard menciona uma nova ética, que valeu tanto para homens quanto para mulheres de formas e sentidos diferentes, mas cujo modelo feminino tinha prioridade. O autor afirma que

ser bela tornou-se para a mulher imperativo absoluto e religioso. Ser bela deixou de ser efeito da natureza e suplemento das qualidades morais. Constitui a qualidade fundamental e imperativa de todas as que cuidam do rosto e da linha como sua alma. Revela-se como signo de eleição ao nível do corpo, assim como o êxito o é no plano dos negócios. Por outro lado, a beleza e o sucesso recebem nas respectivas revistas [Elle e Vogue] ilustradas idêntico *fundamento místico*: na mulher, é a *sensibilidade* que explora e evoca “a partir do interior” todas as partes do corpo – no industrial, é a *intuição* adequada de todas as virtualidades do mercado. Signo, portanto, de eleição e salvação: a ética protestante não anda longe. A verdade é que a beleza constitui um imperativo tão absoluto pelo simples facto de ser uma forma do capital.⁸²⁴

Segundo o autor, nas sociedades capitalistas, o corpo ajuda a vender, o que revela seu sentido econômico e ideológico. A libertação pregada a partir da segunda metade do século XX não seria mudança de estrutura alguma, mas uma nova forma de se explorar o corpo para fins produtivos. É preciso que o indivíduo “*tome a si mesmo como objecto, como o mais belo dos objectos e como o material de troca mais precioso, para que, ao nível do corpo desconstruído, da sexualidade desconstruída, venha a instituir-se um processo económico de rentabilidade*”.⁸²⁵

Simone Beauvoir aponta uma exigência que permanece constante no ideal de beleza feminina: “exige-se que o seu corpo ofereça as qualidades inertes e passivas de um objecto, porquanto a mulher se destina a ser possuída”.⁸²⁶ Jean Baudrillard identifica a objetificação da mulher como uma lógica da sociedade de consumo. O modelo feminino, segundo o autor, foi produzido industrialmente pela comunicação de massa para substituir a naturalidade. No lugar desta, foi inserido um sistema de signos que o torna objeto de consumo. O autor afirma que

Não tem comparação *valer* pelas qualidades naturais e *fazer-se valer* pela adesão a determinado modelo e segundo um código constituído. Trata-se da *feminilidade funcional*, em que todos os valores naturais de beleza, de encanto e de sensualidade desaparecem em proveito dos valores *exponenciais* de

⁸²³ LEVI, Lisetta. A arte descreve a mulher. *Realidade*, pp. 75-84, n. 8, nov. 1966. Mensal. p. 82.

⁸²⁴ BAUDRILLARD, op. cit., p. 140.

⁸²⁵ Id., *ibid.*, p. 143. Grifo no original.

⁸²⁶ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. v.1. Lisboa: Bertrand, 2008.

naturalidade (sofisticada), de erotismo, de “linha” e expressividade.⁸²⁷

Para uma feminilidade há uma masculinidade, e ambos modelos “não resultam da natureza *diferenciada* dos sexos, mas da lógica *diferencial* do sistema”.⁸²⁸ A publicidade voltada a cada gênero cria regras de personalidade e conduta: ao homem cabe a exigência e a escolha, à mulher, a complacência e a solicitude narcisista. Para Baudrillard, esses modelos são a repetição das brincadeiras de crianças, nas quais os brinquedos dos meninos são os soldadinhos, e o das meninas, a boneca. Nesse sistema, é o homem que sai ganhando, pois é dele a escolha. Ele participa da competição na qual as mulheres são os objetos de concorrência e a gratificação final, se juntando à prateleira de outros objetos-signos, como o carro e o perfume. Como “objeto doméstico”, elas não têm valor produtivo, exercendo funções que não são remuneradas, sendo consideradas inúteis e dependentes.

Após a primeira fase da revista, foi encontrado apenas um ensaio sobre a beleza feminina em 1970, intitulado *Tu és tãda formosa*.⁸²⁹ Frases bíblicas, que diziam como a mulher era “formosa”, complementavam imagens que focavam em rostos femininos, angelicais, e mostravam seus corpos, em sua maioria, vestidos, com exceção de uma fotografia da modelo na rede com apenas o lençol a cobrindo. Contudo, outros exemplos de objetificação da mulher podem ser mencionados nos anos seguintes da revista. No texto *As ligações perigosas*⁸³⁰, Alessandro Poro contou a decadência do cineasta Roger Vadim, do fracasso de seus casamentos e de filmes mais recentes. As mulheres foram tratadas apenas como as “beldades” que se atraíram pelo cineasta e estrelaram seus filmes, sem ser discutida sua importância para o cinema, apenas sua beleza. Já a matéria *Qual é seu gôsto*⁸³¹ foi mais explícita no que se refere à objetificação, uma vez que buscava a “preferência” do homem brasileiro através da apresentação de “tipos” do sexo feminino presentes em imagens. Um grupo de 216 paulistas e cariocas de 17 a 71 anos escolheu uma entre 25 fotos, divididas em três grupos: dez de celebridades, dez estereótipos femininos e cinco tipos raciais. Ao final, dispunha as fotos para que o leitor também escolhesse a sua. As celebridades eram: Hebe Camargo, Florinda Bolkan, Brigitte Bardot, Gal Costa, Raquel Welch, Wanderléa, Leila Diniz, Jane Fonda, Elizabeth e Tereza Souza Campos. Os tipos: caseira tradicional, sofisticada sem curvas, livre que joga igual, doce ingênua, sempre séria, agressiva difícil, bonequinha frágil, antiga eterna, alegre esportiva, sonhadora romântica. As raças: “mulata”, “preta”, “morena”, “oriental” e “loira”.

Segundo a reportagem, todas foram escolhidas ao menos uma vez, inclusive a tipo agressiva (escolhida somente por um dos entrevistados). Apenas um homem, soldado da Polícia Militar de São Paulo, se negou a fazer a escolha, alegando que “não tem sentido ficar escolhendo mulher por fotografia”.⁸³² Como resultado, a mais votada foi Jane Fonda (53% dos votos), sendo

⁸²⁷ BAUDRILLARD, op. cit., p. 97.

⁸²⁸ Id., ibid., p. 97.

⁸²⁹ ZINGG, David Drew. Tu és tãda formosa. *Realidade*, pp. 73-79, n. 53, ago. 1970. Mensal.

⁸³⁰ PORO, Alessandro. As ligações perigosas. *Realidade*, pp. 76-84, n. 39, jun. 1969. Mensal.

⁸³¹ QUAL É SEU gôsto. *Realidade*, pp. 20-24, n. 53, ago. 1970. Mensal.

⁸³² Id., ibid., p. 20.

Imagem 40 – Leitores escolhem as mulheres que acham mais atraentes



Reprodução

Fonte: QUAL É SEU gôsto. *Realidade*, pp. 20-24, n. 53, ago. 1970. Mensal.

a brasileira mais votada Leila Diniz, em quarto lugar, com 5% dos votos. No Rio de Janeiro, ganhou o tipo esportiva alegre e, em São Paulo, a ingênua. Na classificação geral, a ingênua teve 69 votos, a esportiva 46, a boneca 40, a romântica 21, a caseira 17, a livre e a séria 8 cada, a antiga 2, a agressiva 1. Os paulistas optaram pela “loira” e os cariocas, pela “morena-clara”. As três outras raças tiveram votação inexpressiva. A “preta” teve menos votos, 7 dos 216. Essa matéria também pode ser apontada como um exemplo a respeito da objetificação feminina que persiste na diferença de tratamento entre mulheres brancas e negras.

*Ensaio em côr mulata*⁸³³ reunia um conjunto de fotografias tiradas por Walter Firmo de mulheres “mulatas [sic]” em poses espontâneas, concentradas em alguma tarefa ou olhando para a câmera com a conotação de sedução. No sumário, o ensaio foi descrito como “uma série de fotos acompanhadas de depoimentos de gente entendida para tentar definir a beleza e o encanto da mulata brasileira.”⁸³⁴ As imagens se somavam a pequenos

textos que destacavam a beleza da “mulata”, seus trejeitos e seu olhar. Ela era tratada como “conjuntura [...] coisa gostosa, balanço certo, articulação, perfeita no amor” pelo poeta Vinícius de Moraes,⁸³⁵ “produto híbrido”⁸³⁶ pelo humorista Sérgio Pôrto, “invenção”⁸³⁷ e “principal obra”⁸³⁸ dos portugueses pelo colunista social Ibrahim Sued e pelo dono de bar Joaquim Ferreira, respectivamente.

Há duas problemáticas nesse ensaio, a objetificação da mulher e a objetificação da mulher negra, principalmente da considerada “mulata”. Essas questões estavam explícitas nos trechos citados, como nas palavras *coisa*, *produto*, *invenção* e *obra*. No caso da mulher negra, a objetificação toma outras proporções, por causa de uma cultura colonial que permaneceu na mentalidade da sociedade. Durante o período da Colônia, além da escrava ter sido explorada por sua força de trabalho, ela possuía papel sexual, o que a transformava em uma “coisa” do senhor.⁸³⁹ Cabe destacar que os próprios homens negros não escaparam da sua sexualização, alguns deles exercendo a função de reprodutor. Em 1973, Jorge Andrade encontrou um ex-

⁸³³ ENSAIO EM CÔR mulata. *Realidade*, pp. 94-98, n. 1, abr. 1966. Mensal.

⁸³⁴ Id., *ibid.*, p. 5.

⁸³⁵ Id., *ibid.*, 95.

⁸³⁶ Id., *ibid.*, p. 96.

⁸³⁷ Id., *ibid.*, p. 97.

⁸³⁸ Id., *ibid.*, p. 98.

⁸³⁹ SAFFIOTI, *op. cit.*

escravo de 122 anos, entrevistado na matéria *Confissões de um velho reprodutor*.⁸⁴⁰ João Antônio era filho da escrava Angelina Maria Rita da Conceição, da etnia nagô-mina (considerada nobre por pertencerem a ela homens e mulheres saudáveis e fortes) e de um filho do barão de Guaraciaba. Ele relatou:

- A Sinhá correu a senzala e apartou as escravas que tava no “vício”, nas quadra da lua. Quando a quadra da lua tá certa, a “cria” é garantida. Era um rebanho de umas dez, no ponto pra tirar raça. Não era qualquer fazenda que tinha reprodutor nagô-mina, como eu.⁸⁴¹

Durante a escravidão, não só o trabalho do negro era explorado, como seus filhos podiam render lucros ao explorador. João Antônio era, inclusive, alugado para outras fazendas, de forma que seu “proprietário” lucrava com as grávidas que resultavam do empréstimo. Seu maior medo, conforme escrito na matéria, era, depois de tanto tempo, acabar se relacionando sexualmente com uma de suas possíveis filhas.

Diferentemente das mulheres, o negro e o “mulato” ainda carregam um papel ativo, não tanto de objeto passivo. Segundo Mariza Corrêa,⁸⁴² enquanto o “mulato” é agente social, que carrega a imagem de ascensão ou desafio à ordem social, a “mulata” infere em descenso social ou desordem do cotidiano. O primeiro é tratado como um elemento importante para a constituição da sociedade nacional, a outra é um objeto social que retrata a sociedade mestiça.

Na matéria *Qual é seu gosto*,⁸⁴³ quando homens apontavam sua preferência entre mulheres “loiras”, “morenas”, “mulatas”, “pretas” e “orientais”, as três últimas tiveram uma quantidade de votos inexpressiva, de acordo com a revista. Mesmo que mulheres negras tivessem seus corpos sensualizados, eram as brancas que

Imagem 41 – A “mulata”



Reprodução de fotografias de Zèpinto
Fonte: ENSAIO EM CÔR mulata. *Realidade*, pp. 94-98, n. 1, abr. 1966. Mensal.

⁸⁴⁰ ANDRADE, Jorge. Confissões de um velho reprodutor. *Realidade*, pp. 86-89, n. 83, fev. 1973. Mensal.

⁸⁴¹ Id., *ibid.*, p. 88.

⁸⁴² CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, v.6, n.7, p. 35-50, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860/1981>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

⁸⁴³ QUAL É SEU GÔSTO. *Realidade*, pp. 20-24, n. 53, ago. 1970. Mensal.

os homens admitiam ser “de seu gosto”. Assim, enquanto as imagens das mulheres brancas podiam fazer referência à docilidade e à bondade, entre outras qualidades femininas, as das negras estavam quase exclusivamente relacionadas ao sexo. A primeira era a boa namorada e esposa, cuja relação envolvia amor; a outra era a amante, cuja relação era carnal e escondida.

Mais as “mulatas” do que as negras representavam o desejo masculino. Para Corrêa, ao tornar a “mulata” como a negra desejável – a “branqueada” –, revelava-se a rejeição da “negra preta”. Sonia Giacomini⁸⁴⁴ pesquisou como se atribuía à “mulata”, inclusive, o status de profissão, existindo até um Curso de Formação Profissional de Mulatas, ministrado pelo SENAC do Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 1990. A “mulata” devia conter características físicas e individuais que apenas algumas mulheres de cor negra tinham, como o corpo violão e o saber naturalmente sambar. Aos atributos inatos, era somada a aprendizagem de como se comportar de cursos de profissionalização específicos para esse grupo de mulheres. Elas deveriam, principalmente, saber seduzir, como o imaginário popular dizia ser de sua natureza, sem serem confundidas com prostitutas.

Em relação à mulher indígena, em abril de 1967, foi publicado o ensaio *Lendas de amor*,⁸⁴⁵ no qual Mylton Severiano contava lendas de índias que morreram por amor, umas por outros índios, outras pelo homem branco, e de Iara, a sereia que atraiu um homem para dentro do rio, que nunca mais voltou. Nas imagens, as histórias eram representadas contraditoriamente por duas mulheres brancas seminuas, vestindo apenas uma calcinha, uma morena e uma loira, que posavam na floresta e na praia.

Antes de encerrar este item, cabe mencionar que as mulheres indígenas não foram retratadas com a mesma força que personagens como Olga Francisca Régis. Em *As índias amazonas do Alto Xingu*,⁸⁴⁶ foi descrito o ritual Yamurikumá, cerimônia de danças e lutas de mulheres representando a lenda das amazonas, a tribo das mulheres independentes. Em vários momentos o autor do texto mostrava sua percepção do ritual, inferiorizando o papel das índias. Segundo ele, elas eram centrais nas cerimônias, mas estavam apenas “abandonando temporariamente a sua condição de inferioridade”.⁸⁴⁷ Em sua visão, os homens se divertiam assistindo à apresentação nas quais havia a supremacia feminina, mas era uma *concessão* que terminaria em breve. O autor explicava que as índias se adornavam com “enfeites masculinos”, quando podiam ser enfeites próprios para a guerra, sem distinção de gênero. Ao final do texto, o próprio autor desqualificou a atuação das índias, ao afirmar que

Apesar de seguir as mesmas regras do *huka-huka*, a disputa entre as mulheres é mais violenta e impressionante. O objetivo é derrubar o adversário, mas elas atiram-se furiosamente uma contra a outra, mordendo, arranhando, dando pontapés e puxando os cabelos, sem respeitar a menor regra da lealdade, tão

⁸⁴⁴ GIACOMINI, Sonia. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, pp. 85-101, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100006/7604>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

⁸⁴⁵ SEVERIANO, Mylton. *Lendas de amor*. *Realidade*, pp. 56-62, n. 13, abr. 1967. Mensal. Com fotos de Olivier Perroy.

⁸⁴⁶ AS ÍNDIAS AMAZONAS do Alto Xingu. *Realidade*, pp. 52-57, n. 96, mar. 1974. Mensal.

⁸⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 54.

cara aos lutadores masculinos.⁸⁴⁸

Cabe lembrar que essa matéria foi escrita em uma fase tardia de REALIDADE, e, ao se julgar o material analisado, teria um tom menos superficial caso fosse produzida em seus anos iniciais.

5.3.1 A aparência importa, mas se preocupar demais com ela é “ridículo”

Apesar desses apontamentos, nem sempre que REALIDADE fazia menção ao corpo feminino a revista objetificava a mulher. Havia matérias que, inclusive, questionavam a objetificação. Carmen da Silva, em *A arte da cantada*,⁸⁴⁹ escreveu uma crônica com traços de humor sobre a “aproximação rápida e íntima com o sexo oposto”, como descreveu a cantada. Esta partia quase sempre do homem, com “raríssimas” exceções, pois à mulher cabia a “sedução”, diferente não apenas por seus métodos “mas, principalmente, nos objetivos: a cantada visa ao agradável imediato, a sedução tende ao útil duradouro”.⁸⁵⁰ A abordagem era diferente, também, do galanteio, que transformava a mulher em um ser abstrato, e a colocava em um pedestal como um quadro. Mais diferente ainda do flerte, que significava atração mútua.

A autora descreveu diversos tipos de personalidades assumidos pelos homens quando tentavam se aproximar de uma mulher – o ardente, o dramático, o disfarçado, o vaidoso, o oportunista, o lamuriento, o intelectual. Sua conclusão era que

a cantada implica numa atitude fundamentalmente agressiva contra a mulher. Nega-lhe a condição de pessoa dotada de livre-arbítrio, reduzindo-a a simples objeto erótico, sem vontade própria, fácil de ser dirigida mediante a astúcia, a lábria, a conversa fiada. Frequentemente a mulher serve de pretexto para a auto-afirmação viril: ele tem de conquistar para se sentir homem.⁸⁵¹

Aequipe não hesitou também em descrever o corpo feminino como ele era, cientificamente falando, utilizando palavras como vagina, clitóris e hímen, sem floreios.⁸⁵² Também permitiu que fossem publicados textos cuja temática era quase exclusivamente da imprensa feminina, como a moda. Em *Esta moda louca*,⁸⁵³ a modelo Donyale Luna posava em diferentes cenários inspirados no campo de trabalho de seis fotógrafos franceses: fotos submarinas, guerra, esporte, atualidades e arte. Era uma série de fotos de moda, visto que as legendas anunciavam, além da área de atuação do fotógrafo, a vestimenta utilizada pela modelo, marcas como Hein, Castillo, Ungaro e Dior. No que parecia ser uma crítica aos editoriais de moda, nos cenários que envolviam homens e mulheres, eles estavam em ação, interagindo com o ambiente, enquanto

⁸⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 54.

⁸⁴⁹ SILVA, Carmen da. *A arte da cantada*. *Realidade*, pp. 116-120, n. 3, jun. 1966. Mensal.

⁸⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 116.

⁸⁵¹ Id., *ibid.*, p. 120.

⁸⁵² ELA É ASSIM. *Realidade*, pp. 36-44, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁸⁵³ ESTA MODA LOUCA. *Realidade*, pp. 58-61, n. 2, mai. 1966. Mensal.

elas apareciam deslocadas do contexto, alienadas ao que acontecia.

Já *As pernas venceram*⁸⁵⁴, no lugar de um ensaio fotográfico, era publicado um artigo sobre a última tendência da moda, o short, encarada como uma vitória das mulheres sobre os estilistas da alta costura, que tentavam impor a saia mídi no lugar da minissaia. Assim como a peça de Mary Quant, o short era uma moda surgida nas ruas, lançada em butiques populares francesas e inglesas. Com a imposição dos gostos das mulheres e com a simplificação das roupas, o vestuário passava a não mais ser indicativo de status social. Na matéria, isso foi encarado como uma vitória política das mulheres. Em palavra da estilista Betsey Johnson, explicou-se que a moda deixava de ser algo importante, pois o foco da mulher na roupa voltava-se à sua relação com seu corpo, não com o que os outros queriam fazer dele.

Com toda a informação que o sexo feminino recebe da imprensa e da sociedade sobre a importância da aparência, se naturaliza que a mulher é o sexo belo, o que permite que casos extremos de preocupação com a beleza sejam aceitos. Um deles é o concurso de miss, que pode ser considerado extremo por suas exigências exageradas de medidas corporais e peso, como provado no conhecido fato vivenciado por Martha Rocha, candidata a Miss Universo que, por causa de duas polegadas a mais de quadril, ficou em segundo lugar.⁸⁵⁵ Para Georges Vigarello,

O concurso existe, como o esporte, com suas disputas locais, suas seleções sucessivas, suas disputas terminais, mostrando a aceleração da rede nacional, a das comunicações, dos transportes, da informação: sonho formalmente democrático em que cada uma lutaria com armas iguais para ser designada a melhor. Isso enseja a sociedade do espetáculo da sociedade do século XX pela imprensa e suas redes. E banaliza também a beleza do tempo.⁸⁵⁶

Os concursos de miss chegaram a ser abordados em REALIDADE, na seção “Mulher” de agosto de 1966. *Pobre menina miss*,⁸⁵⁷ escrita por José Carlos Marão, foi a reportagem que destoou dos ensaios fotográficos, e que costuma ser mencionada por pesquisadores quando a revista é relacionada à mulher.⁸⁵⁸ Escolhida como matéria de capa, no sumário foi apresentada da seguinte maneira: “quando as mocinhas bonitas jogam seus sonhos na passarela dos concursos há, invariavelmente, muito

Imagem 42 – Misses



Reprodução
Fonte: MARÃO, José Carlos. *Pobre menina miss*. *Realidade*, pp. 88-94, n. 5, ago. 1966. Mensal.

⁸⁵⁴ AS PERNAS VENCERAM. *Realidade*, pp. 120-124, n. 62, mai. 1971. Mensal.

⁸⁵⁵ SANT'ANNA, op. cit.

⁸⁵⁶ VIGARELLO, op. cit., p. 155.

⁸⁵⁷ MARÃO, José Carlos. *Pobre menina miss*. *Realidade*, pp. 88-94, n. 5, ago. 1966. Mensal.

⁸⁵⁸ cf. MARÃO; RIBEIRO, op. cit.; FARO, op. cit.

mais lágrimas do que risos”.⁸⁵⁹ O texto expressava um posicionamento explícito contra os concursos de beleza, que já era deixado bem claro no início da reportagem:

Beleza anda de braço com *ridículo* nos concursos em que m^oças bonitas, ingênuas e decentes emprestam sua graça a essa coisa *sem graça* que é correr atrás de sonhos numa passarela onde, diante da multidão, um júri escolhe a *Pobre Menina Miss*.⁸⁶⁰

A entrada da matéria acompanhava uma boneca *barbie* desmontada. A palavra “ridículo” aparecia mais uma vez quando o autor introduziu o texto com a invasão da polícia no ginásio Maracanzinho, local do concurso Miss Brasil, para impedir e prender os participantes do “desfile dos bonecas”, travestis que improvisaram uma passarela em um pedaço da arquibancada vazia. Segundo o jornalista, esse desfile era tradicional nos eventos, e tinha o apoio do público por ser uma distração durante a demora de sete horas para começar o show. Mas era considerado por Marão como um dos muitos “ridículos” do evento.

O concurso Miss Brasil daquele ano havia mobilizado quarenta mil pessoas. Marão descreveu o que os organizadores exigiam das misses:

entre outras coisas, “reputação moral ilibada”. O item 8 [do regulamento do concurso], s^ozinho, exige cinco compromissos da *privilegiada*. O primeiro é cumprir rigorosamente o programa. O segundo é mais sério: não pode fazer propaganda de nenhum produto comercial, a não ser o dos patrocinadores do concurso. Compromete-se também a, caso eleita *Miss Brasil*, assinar um contrato de “prestação de serviços”, por seis meses, sem dizer nem com quem, nem que serviços devem ser prestados. Mais um compromisso: se não fôr eleita *Miss Brasil*, não pode participar de nenhum anúncio de produto comercial concorrente do patrocinador do concurso no seu Estado.⁸⁶¹

O corpo da futura Miss deixaria de pertencer a ela, para tornar-se propriedade do patrocinador.

As misses daquele ano receberam da organização 200 mil cruzeiros como ajuda de custos, e deveriam carregar na mala um vestido de gala e um traje típico. Também deveriam ter mais que dezoito anos, mas a organização deixou passar uma das candidatas, que tinha quinze. Os organizadores que as supervisionavam foram acusados de maus tratos, pela forma como interagiam com as moças, além das condições de hospedagem serem ruins. Até o anúncio da vencedora, elas aprenderam a desfilar, andaram, passearam, mostraram-se, foram fotografadas, medidas e penteadas. As perdedoras choraram no final por “todos os ensaios, todos os desfiles por que passaram desde que foram candidatas a rainha de beleza do seu Estado, até a exibição final, no Maracanzinho.”⁸⁶²

Pobre menina miss tinha uma diferença fundamental dos ensaios: foi uma reportagem

⁸⁵⁹ REALIDADE, p.3 , n. 5, ago. 1966. Mensal.

⁸⁶⁰ MARÃO, 1966, op. cit., p. 89. Grifos meus.

⁸⁶¹ Id., ibid., p. 90. grifos no original.

⁸⁶² Id., ibid., p. 94.

escrita por um jornalista da redação de REALIDADE em sua primeira fase. A objetividade podia ser questionada pelo tom da matéria, mas havia um compromisso em apresentar dados de realidade que justificassem seus argumentos. Apenas isso não a tornaria diferente de textos com outras abordagens, mesmo porque os “fatos reais” não são acontecimentos indiscutíveis. Como foi visto, a realidade é construída pela subjetividade do indivíduo, o que não significa que não exista verdade material, mas que esta, quando apreendida por ele, pode adquirir diversos sentidos e se transformar conforme o surgimento de novas ideias. Entretanto, *Pobre menina miss* foi escrita por João Carlos Marão, um dos militantes de organizações de esquerda que compunham a equipe, que, talvez, por seu engajamento, tivesse uma visão diferente da relação entre os sexos. Seria preciso comparar outros textos do autor, pois as organizações de esquerda do período pouco discutiam a mudança dos papéis de homens e mulheres. Essa alteração era entendida como um problema que seria resolvido após a implantação do comunismo, o que contribuía para manter a submissão feminina também naquele grupo. Também cabe destacar que os ensaios, em sua maior parte, eram comprados, e não produzidos pela redação. Não se sabe – nos limites desta pesquisa – quem os encomendava, mas a compra de material externo podia estar mais próxima da linha editorial da Editora Abril. Pode ser que os ensaios fossem escolha de Roberto Civita, por exemplo, representante da empresa e mais preocupado com o mercado do que com as relações de dominação presentes na sociedade.

Uma matéria com esse teor de crítica não foi encontrada nas edições mais recentes, a partir do ano 1972, quando a revista passou a perder o jornalismo investigativo que a caracterizava. Das edições selecionadas nos anos seguintes à *Pobre menina miss*, foi encontrado apenas um texto que se apresentou como uma crítica ao que se esperava das mulheres em relação à aparência,

que não chegava nem a ter caráter jornalístico. *Diário da mulher perfeita antes do colapso*⁸⁶³ foi um conto sobre Elvira, personagem que seguia todos os conselhos da mídia feminina e acabou tendo de ser internada. Na ficção, Elvira fez de tudo para ficar bonita e agradar seu marido, seguindo todas as dicas à risca de revistas, livros e programas femininos, desde escovar os cabelos 50 vezes de um lado, 50 vezes do outro, até a “hora da cultura diária”.

Imagem 43 – Mulher perfeita antes do colapso



Reprodução

Fonte: FERREIRA, Fernando Pessoa. Diário da mulher perfeita antes do colapso. *Realidade*, pp. 50-53, n. 110, mai. 1975. Mensal.

⁸⁶³ FERREIRA, Fernando Pessoa. Diário da mulher perfeita antes do colapso. *Realidade*, pp. 50-53, n. 110, mai. 1975. Mensal.

agrados ao marido e pouca comida, Elvira enlouqueceu. O marido afirmou ao médico que não sabia o que havia acontecido, mas cada dia ela estava mais perfeita. Aqui, até o comportamento do homem é questionado, visto que ele se satisfazia com as exigências que levou sua esposa à loucura.

Apesar dessas críticas à preocupação excessiva com a aparência, e mesmo que reconhecida por seu apoio às causas do movimento feminista, não se pode eximir a revista do conteúdo que publicava, pelo impacto que pode ter produzido nas relações de gênero. Como foi visto, o periódico se dividia entre a objetificação da mulher e a crítica aos excessos de cuidado com a aparência, bem mais escassa em termos de materiais publicados. Por um lado, dava a entender que o sexo feminino não era sujeito – pelo menos não nesse momento de admiração – mas objeto a ser julgado pelo gosto masculino. Por outro, havia a ridicularização da sociedade que colocava a mulher em uma vitrine. Esse aspecto de REALIDADE foi observado por Tiago da Silva Ferreira⁸⁶⁴ em sua dissertação de mestrado. O autor analisou a presença feminina na publicação sob a perspectiva da sexualidade, constatando que, mesmo que a revista buscasse valorizar as mulheres, com matérias dedicadas a elas, reforçava alguns estereótipos do sexo feminino – a sensualidade, a maternidade e o uso da imagem. Ferreira destaca que a publicação utilizava o corpo feminino como sensual, objetificado, o que colocava a mulher em uma posição de dependência do olhar masculino. O pesquisador conclui que

a mulher, portanto, é livre em Realidade apenas enquanto trabalhadora que busca espaço no mercado de trabalho, enquanto mãe solteira, enquanto divorciada, enquanto alguém que rejeita a virgindade. Mas, seu corpo ainda está atrelado à reprodução (necessidade de ser mãe) e ao caráter de objeto do desejo masculino.⁸⁶⁵

Parece contraditório que uma revista defendesse os direitos e as conquistas femininos, ao mesmo tempo em que julgava o que deveria ser belo, e expunha em suas páginas uma mulher sem ação, feita para ser observada. Entretanto, muitas vezes se tomou a exaltação como uma forma de valorizar o sexo feminino, sem perceber a condescendência desse ato. A análise desses aspectos em um meio impresso pode contribuir para o entendimento de por que, até hoje, a beleza feminina é um dos obstáculos mais arraigados na sociedade que os movimentos feministas enfrentam. Como pode ser visto, nem mesmo aqueles que valorizam as mulheres por suas escolhas, seu agir e seu pensar abrem mão do pensamento de que a beleza faz parte de uma essência feminina.

⁸⁶⁴ FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1709.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

⁸⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 66.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura civil-militar brasileira instaurada em 1964 pode ser estudada por múltiplos ângulos, desde as repressões até as resistências. Em grande parte dos trabalhos, caso não exista o recorte de gênero, a política autoritária que atinge especialmente as mulheres é esquecida, e a participação e a resistência femininas ficam reduzidas a uma ou duas personagens. Isso acontece porque a maioria dos pesquisadores se guia por uma história universal, acreditando se tratar de todos os sexos, sem discriminação. Entretanto, como estudos feministas indicaram, o universo, a humanidade e o público são essencialmente masculinos, centrados em uma história contada pelo olhar dos homens, que exclui a experiência feminina. Isso não desvalida os trabalhos publicados, de grande importância para o estudo da história, mas acrescenta um fator complicador para se pensar em pesquisas futuras: a participação de todos os sexos é equilibrada nesse movimento? todos os sexos foram igualmente atingidos por essas medidas, tendo que sofrer os mesmos efeitos? onde estavam as mulheres enquanto isso acontecia (ou os transexuais, travestis, homossexuais, negros e negras, índios e índias, etc.)? Se essas perguntas trouxerem mais questionamentos ao trabalho é porque até então o que se resgatou foi a história do homem (branco, heterossexual). É certamente impossível abarcar todas as diferenças de uma população em uma única pesquisa, entretanto, quanto mais consciência se tiver do que está sendo deixado de fora, maior será a inclusão desses excluídos, e mais diversificado e abrangente será o conhecimento histórico.

Esta dissertação surgiu dessa perspectiva, sem qualquer intuito de oferecer uma solução para os problemas de tratamento, metodologia ou representação no conhecimento científico, apenas com o objetivo de levantar mais alguns questionamentos. As ideias que surgiram com esse propósito partiram do desejo de conhecer outras trajetórias de mulheres pouco exploradas (ou pouco divulgadas), possuindo como ferramenta um meio familiar: a imprensa.

Durante a trajetória acadêmica da autora, foi possível explorar três campos de pesquisa distintos, história, vestuário feminino e comunicação. A primeira pesquisa realizada foi sobre a relação do espartilho com os sentimentos de opressão e libertação em mulheres no final do século XIX e início do XX. Em seguida, ainda com a proposta de estudar os sentidos atribuídos às roupas, principalmente que remetessem à liberdade e à opressão, foi realizada uma monografia sobre o protesto em Porto Alegre contra a proibição da minissaia no colégio Júlio de Castilhos, em plena ditadura civil-militar brasileira. Nesse caso, chamava a atenção o fato de que um problema tratado por muitos como fútil equivalia, nas palavras das próprias alunas, com a repressão política imposta pelas autoridades. Nessas duas primeiras pesquisas, a fonte era a imprensa, mas os textos em si não foram discutidos, se retringindo aos acontecimentos que denunciavam. No terceiro trabalho foi possível analisar as formas como as notícias eram publicadas, por meio dos recursos visuais do projeto gráfico do caderno Donna, encartado todos os domingos no jornal *Zero Hora*. Apesar de parecer, não era uma pesquisa diferente

das anteriores. A ideia era também procurar os sentidos e as intenções que as formas acusavam quando utilizadas por e para um público específico, as mulheres. Nos três trabalhos já se esboçava uma história das mulheres e o debate sobre gênero. Os três foram uma procura de como era a vida das mulheres, e como elas eram vistas por jornalistas. Os três foram feitos tendo como base a produção jornalística.

Quando terminado o terceiro, surgiu a necessidade de ir um pouco além do que era publicado, no conhecimento sobre quem produzia aquele conteúdo e quais eram as pressões que sofria. Isso veio também de uma necessidade que surgiu pela experiência prática da autora na área do jornalismo, pelo convívio com repórteres e editores. Considerando o trabalho em um veículo da grande imprensa, o que era feito no dia a dia por vezes aparecia nas aulas quando se tratava a imprensa, quando surgia um conflito entre a teoria e a prática. Dentro da redação, era possível observar que um texto que foi feito as pressas e sem muita reflexão, de um jornalista inexperiente, com pouco espaço por causa de um anúncio de meia página, poderia ser analisado no futuro como resultado da ideologia da empresa. E de fato as reportagens até podem carregar essa ideologia, mesmo porque os profissionais inexperientes crescem naquele ambiente e são moldados por ele. Contudo, também foi possível observar uma margem de liberdade para os repórteres tentarem um enfoque diferente do dos colegas, que mostravam crenças diferentes das que normalmente representavam a empresa. O que não quer dizer que as teorias sobre comunicação estejam erradas, pelo contrário, elas foram usadas e serviram como base desta pesquisa. Mas poderia haver algo de heterogêneo em uma publicação. Quem escrevia sobre o espartilho ser prejudicial podia ser, quem sabe, uma mulher de espartilho (alguns nomes femininos assinavam matérias de opinião na fonte utilizada). A equipe que dedicou a contracapa do jornal *Zero Hora*, a segunda página mais importante da publicação, a um protesto de meninas e meninos por um pedaço de pano talvez acreditasse que representava mais do que isso.

A revista REALIDADE surgiu como uma oportunidade para estudar um tema tendo em perspectiva o ambiente no qual os textos eram escritos. Visto a trajetória da autora, o tema seria relacionado à vida de mulheres. A vontade se consolidou em um projeto que buscava a participação política feminina narrada por REALIDADE, tendo como contraponto o pensamento dominante acerca do “universo feminino”, expresso na revista *Claudia*. O objetivo era estudar como os assuntos femininos apareciam fora do espaço que era destinado às mulheres, o que significava qualquer veículo que não pertencesse à imprensa feminina, ou seja, todos os outros que estavam disponíveis nas bancas.

Os assuntos femininos são os temas considerados pertencentes ao “universo feminino”, aqueles que pautam a imprensa feminina. Como já havia aparecido nas pesquisas anteriores, eles têm aspectos específicos que os distinguem de outros assuntos. Eles formam o conjunto do “lugar da mulher na imprensa”, porque ou pretende falar com uma leitora ou pretende falar dela. As mulheres podem ser o centro do texto e ainda assim não ter nenhuma fala. São os textos sobre aparência, relacionamentos, casamento, reprodução e cuidados domésticos. Quando aparecem temas como educação, trabalho e política, eles possuem o recorte específico de que se tratam

sobre a educação *de mulheres*, o trabalho *feminino*, *mulheres* na política ou sufrágio *feminino*. O que distingue eles, principalmente, é que se o mesmo tema fosse centrado em um personagem masculino ou em homens, ele seria considerado simplesmente universal e não específico de um gênero. Somam-se a esses assuntos os textos específicos sobre comportamento de gênero, ou seja os papéis sociais atribuídos aos dois sexos biológicos, talvez um dos poucos momentos em que se discute como o homem, indivíduo do sexo masculino, é.

No decorrer da pesquisa, se constatou que não só uma análise comparativa de REALIDADE e *Claudia* seria um trabalho extenso, que requeria mais conhecimento, como estava cada vez mais difícil encontrar um material na fonte que pudesse ser classificado como “participação política feminina”. A solução escolhida foi começar uma triagem nas edições disponíveis para consulta que pudesse oferecer o que de fato podia ser encontrado em REALIDADE quando o assunto era a mulher. Isso acabou se tornando o principal propósito do estudo que aqui se apresenta. O norte da pesquisa foi determinado como as histórias de mulheres e os debates de gênero presentes na revista, como esses eram apresentados e o que era possível se perceber através deles. Tanto do fazer jornalístico quanto do contexto histórico

O recorte temporal, o período da ditadura civil-militar, foi escolhido por se tratar de um momento histórico no qual a interferência política na vida pessoal dos indivíduos era mais explícita, uma vez que o Estado determinava os comportamentos permitidos e os proibidos. Os desvios estavam sujeitos à repressão violenta, que podia interferir até nos assuntos femininos, que, normalmente, se afastam da política institucional. Até que ponto era possível resistir ao que era imposto pelo Estado, ou até ser negociado, levando-se em consideração que o golpe que resultou na ditadura era conservador e se considerava mantenedor da ordem e dos bons costumes. Cabelos compridos, amor livre e até a minissaia não eram exatamente algo que o Estado queria que fosse difundido, e, muitas vezes, esses comportamentos eram associados ao comunismo. Qual seria o papel da grande imprensa na negociação desses comportamentos?

A revista REALIDADE, além de se encaixar no recorte temporal, é reconhecida por fazer resistência à ditadura da sua maneira. Ela publicou entrevistas com políticos perseguidos, matérias sobre problemas sociais e econômicos no Brasil e questionou o governo que se formava. Chegou a sair nas ruas para perguntar para as pessoas se ainda havia liberdade no Brasil. Mesmo assim, a revista não era uma publicação que se posicionava como de resistência, afinal, ela era da grande imprensa. A revista foi criada pela Editora Abril, um conglomerado de mídia que visava o lucro e precisava do Estado. Mas, apesar disso, REALIDADE se considerava uma revista moderna, ela divulgava os novos comportamentos que se espalhavam pelo mundo. Sujeita à censura, ela, de certa forma, indiretamente negociava com o Estado o que podia ser publicado que divergia da ideia do governo de ordem e bons costumes. Além dessa relação com o Estado, REALIDADE também é conhecida por ter publicado uma edição somente sobre mulheres, e ter sido censurada por isso, o que significava que ela pelo menos teria alguma coisa a dizer sobre mulheres. Por esses motivos, a revista foi escolhida como fonte e objeto desse estudo.

À seleção das matérias que se acreditava serem significativas no estudo de uma história das mulheres, se acrescentou o recorte teórico e os questionamentos que uma experiência prévia no assunto oferecia, e outros que surgiam ao longo da pesquisa, seja na bibliografia, em aulas ou nas orientações. Ao final, o que se apresentou foi uma parte da produção jornalística que complementa a história já conhecida, com a perspectiva dos estudos de gênero, da ditadura civil-militar brasileira e da comunicação, todos eles reunidos de modo a formar uma base teórica específica. Certamente outras perspectivas levariam a conclusões diferentes e com o mesmo valor. Dito isso, cabe esclarecer os princípios que nortearam esta dissertação.

A almejada imparcialidade se vê influenciada pelo cotidiano, pelas experiências e pelos princípios do pesquisador. Contudo, acredita-se que é possível ser objetivo quando se segue critérios do conhecimento científico que possam ser verificados por outros pesquisadores, e quando se trabalha disposto a ser contrariado ou incentivado pelo que a fonte oferece, sem tentar forçar um resultado – o elemento surpresa traz sempre emoção ao aprendizado. Isso é uma generalização de como se entende, aqui, a produção histórica, esta muito mais complexa do que um parágrafo – ou uma dissertação. Da mesma forma que a produção jornalística. As duas perspectivas têm pontos em comuns e objetivos parecidos entre elas: resgatar o passado/presente com as suas complicações, tentar aprender com ele e contribuir para o futuro (por mais que se diga que não seja possível). Ambos estão sujeitos à má fé, à preguiça, às limitações, à distração, ao ego e ao erro. Contudo, o compromisso que se firma ao concordar em participar dessas produções é que esses fatores sejam minimizados – alguns, de preferência, excluídos. Isso somente é possível com a ajuda de profissionais e leigos, de forma que uma dissertação, ou uma reportagem, nunca é o pensamento de um só, mas uma série de falas que concordam ou se contradizem combinadas por aquele que escreve, e supervisionadas por aqueles que o orientam. As escolhas dessas falas se refletem no resultado final, o texto.

Assim como na análise de um livro ou manuscrito, um texto deve ser observado além das palavras que contém, visto que carrega as condições de sua produção (o contexto histórico), a sua materialidade (características físicas de sua reprodução) e a forma como é recebido (a interpretação do leitor, que independe das intenções do produtor). Entretanto, o campo do jornalismo implica em uma menor liberdade de escrita e maior sujeição às regras do mercado. A primeira delas: agradar sempre o cliente, seja ele o leitor, o anunciante ou o chefe. Mesmo que o intuito da escrita seja provocar, é preciso ter o cuidado de não desagradar ao ponto de se perder a freguesia. Além disso, as pesquisas e a consulta a especialistas não garante a imparcialidade do repórter, pois apenas no processo de seleção das pautas já há uma tendência a um recorte específico da realidade, como afirmado pelo referencial teórico desta pesquisa.

Não se pode esquecer que, como visto em Bourdieu, o *produto* jornalístico é homogêneo. No final das contas, os meios de comunicação acabam assumindo uma tendência, relacionada aos interesses do(s) proprietário(s) e àqueles indicados para assumir a liderança de uma redação; tendência a qual pode ter maior impacto na sociedade pela grandeza com a qual é tratada e pela capacidade da imprensa de propagação de ideias a cada vez mais pessoas. Entretanto, apesar

da mídia poder contribuir para a legitimação dos discursos dominantes, ao mesmo tempo, ela pode propagar vários outros periféricos, que podem adquirir força até atingirem maior público e, quem sabe, influenciarem as convenções sociais e as leis.

Além disso, não há apenas um pensamento único controlado por toda a imprensa, o que se opera é uma relação de força entre poderes. A análise da relação entre o meio de comunicação e os indivíduos que o compõem pode destacar a heterogeneidade presente na *produção* jornalística. Integrantes da imprensa, muitas vezes, não estão alinhados com os objetivos da empresa de comunicação em que trabalham, e até conseguem expor visões contraditórias às de seus empregadores e colegas, dependendo do contexto, da plataforma e da sua posição hierárquica. Por isso, fez-se necessário analisar o que foi possível encontrar sobre os integrantes da redação de REALIDADE, suas singularidades e contribuições para a revista.

A redação da maneira como foi formada pode oferecer algumas explicações do por que dessas abordagens se distanciarem de visões mais tradicionais e conservadoras. Nos seus primeiros anos, REALIDADE era pautada e escrita, em parte, por jornalistas que integravam ou se identificavam com os movimentos e os ideais de esquerda, jovens intelectuais que acompanhavam os novos comportamentos da contracultura, que eram de classe média ou de origem humilde e participaram, em sua própria vida, de algumas das situações retratadas pela revista – eram filhos de desquitadas e trabalhadoras, se relacionaram amorosamente com prostitutas, eram colegas de mulheres que exigiam equiparação salarial e maior valorização no trabalho. A história de vida de alguns jornalistas pode ter contribuído para uma tendência feminista no tratamento das pautas, principalmente nessa sua primeira fase.

Apesar de, no contexto, os estudos de gênero estivessem apenas começando a ser discutidos e propagados, é possível identificar o grau de consciência sobre gênero que os jornalistas apresentavam em seu texto, escrevendo sobre o patriarcado e as opressões que marcavam a vida das mulheres na época, as relações fisiológicas dos indivíduos com o papel social que assumiam e até os diferentes discursos da medicina sobre como se definiam os sexos. REALIDADE do início ao fim, se propôs a se fundamentar em novas descobertas da ciência para desconstruir mitos, evitando descrever os novos comportamentos segundo a moralidade da época. Quando ainda hoje é chocante que o estado de Nova Iorque classifique 31 sexos diferentes,⁸⁶⁶ em 1970, REALIDADE já falava em dezessete. Quando ainda hoje a homofobia e a transfobia matam milhares de pessoas no mundo, em 1970, REALIDADE pregava a tolerância acima de tudo.

Na sua desconstrução da mentalidade tradicional, a revista procurou desmistificar o sexo, tratando-o como uma relação natural de indivíduos, pensamento que se tornava cada vez mais uma tendência no mundo moderno, mesmo que ainda não fosse aceito predominantemente pelas novas gerações. O tabu da virgindade foi questionado, mostrando-se até os absurdos

⁸⁶⁶ HASSON, Peter. New York City lets you choose from 31 different gender identities. *The Daily Caller*, 24 mai. 2016. Disponível em: <<http://dailycaller.com/2016/05/24/new-york-city-lets-you-choose-from-31-different-gender-identities/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

que aconteciam em nome da sua preservação, como a cirurgia de reconstrução do hímen. A educação sexual infantil era incentivada, com conselhos de especialistas que atestavam: falar sobre sexo contribuía para o autoconhecimento dos jovens, e não para a libertinagem. Métodos anticoncepcionais colaboravam com o equilíbrio da população e o bem-estar dos indivíduos, e não com a propagação de relações sexuais. Os brasileiros ainda estavam presos às noções de decoro e submissão femininos, mas, com informação, isso poderia ser combatido.

REALIDADE defendeu que casamentos não deveriam ser tratados na lei como indissolúveis, mesmo porque, na prática, já não eram. Se apegar à ideia tradicional de família nuclear apenas prejudicaria a vida daqueles que não tiveram condições de manter um matrimônio estável, ou simplesmente não quiseram. Eram as mulheres as principais afetadas por essas regras, que, ao invés de preservarem a família, tornavam-a ilegítima.

No mercado de trabalho, a revista buscou exemplos de como a inclusão de mulheres era bem-vinda, sem que a sua participação afetasse o casamento e a criação dos filhos. Em nenhuma das reportagens selecionadas apareceu a demanda para o retorno feminino ao lar. Uma série de histórias de mulheres que se destacaram em seu trabalho, fossem elas donas de empresa ou atrizes, mostrava a contribuição feminina na economia e na cultura. Quando ainda hoje é difícil encontrar mulheres em posição de liderança, por falta de oportunidades, em 1970, REALIDADE já escrevia sobre a rica baiana da rua dos turcos.

A revista entrevistou mulheres que se manifestavam e lutavam pela liberdade, seja de seu país, seja de seu sexo, algumas delas em busca de um lugar na política institucional. Expondo a condição feminina – as restrições que limitavam a sua vida –, e combatendo-a, REALIDADE já se posicionava em defesa do direito das mulheres. Mesmo que discordasse de algumas ativistas, não deixava de reconhecer a importância do movimento feminista em todo o mundo.

REALIDADE possuía falhas e contradições, como qualquer meio de comunicação e qualquer área da ciência, humana, exatas ou da saúde. A parcialidade das pautas era uma delas, que ora se posicionava pela emancipação feminina, ora reforçava velhos estereótipos, principalmente quando a revista perdeu seu caráter investigativo e passou a se apoiar em apenas uma ou duas opiniões. A seleção das matérias e o tratamento delas também podia resultar em opressões, como o olhar masculino que objetificava a mulher, o reforço da feminização ou masculinização de profissões, a legitimação do discurso médico que discriminava homossexuais e transexuais e a baixa representação da mulher na política. Entretanto, de maneira geral, é possível concluir que a revista contribuiu na difusão do direito das mulheres escolherem como ser, pensar, se comportar, agir, trabalhar e lutar.

Não foi possível realizar o exame sobre a recepção que as edições tinham para que se avaliasse o impacto que a divulgação dessas ideias tinha na sociedade. Muitas das reportagens merecem, ainda, ser aprofundadas por sua temática e seu discurso, assim como muitas personagens, jornalistas ou fontes, poderiam ter sua história investigada. Por exemplo, a representação das negras na revista, ou então, a ideologia que estava implícita em alguns discursos utilizados na abordagem do trabalho feminino. Dentro dos limites desta pesquisa, esta

dissertação acabou se tornando um levantamento das discussões presentes em REALIDADE, que podem contribuir para que futuros pesquisadores conheçam a diversidade, e até a atualidade, dos assuntos tratados.

Esta pesquisa não tem como finalidade o julgamento da linha editorial da revista ou de seus repórteres. O que se apresentou foram interpretações da autora sobre a fonte, que podem muito bem vir a ser questionadas por outros públicos, acadêmicos ou não. O propósito do estudo foi resgatar as contribuições da revista para os estudos de gênero, e as implicações nas pautas que estavam relacionadas às ações de uma ou mais mulheres. De forma alguma foi uma tentativa de esgotar o que se tinha a dizer sobre a temática REALIDADE e mulher; pelo contrário, o volume do material apresentado é um convite para novos questionamentos. Ainda sobraram muitas edições a serem recuperadas e reportagens essenciais para o debate podem ter sido negligenciadas, além de perspectivas teóricas e metodológicas que, se utilizadas, poderiam atribuir outro caráter à análise.

O resgate das matérias de REALIDADE é uma provocação ao pensamento de que a imprensa é apenas a vontade dos proprietários e do Estado. Mais do que isso, é a necessidade de tornar visíveis as reportagens que defendiam a emancipação feminina, para que, mesmo anos depois, elas alcancem mais públicos. É a possibilidade também de resgatar falas e histórias de mulheres que, se não fossem procuradas pela imprensa, talvez nunca fossem registradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana – o mercado de trabalho no contexto de reestruturação. *Mulher e Trabalho de ação afirmativa*, Boitempo Editorial, São Paulo, abr. 2000. Disponível em: < http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/A_mulher-e-o-mercado_de_trabalho/017%20-%20A%20situa%E7%E3o%20da%20mulher%20latino-americana.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ALI, Fatima. *A arte de editar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 64 FOI UM ERRO. *O GLOBO*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz39Wqre2fJ>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano de dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

AZEVEDO, Carlos. *Cicatrizes de reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter*. São Paulo: Editora Papagaio, 2007.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Subjetividade. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 1137-38.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. v.1. Lisboa: Bertrand, 2008.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 44-57.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão – a invisibilidade feminina na política*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, 1995.

BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente*. México: Siglo XXI, 2012.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991a.

_____. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991b.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987. pp. 137-151.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CALDERÓN, Enrique Santos. Del dictador Roja Pinilla al alcalde encarcelado Samuel Moreno. *El Tiempo* [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-10617872>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhadas entre sexo, gênero e motricidade. *Interamerican Journal of Psychology*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008>. Acesso em: 21 set. 2016.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 63-79.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, v.6, n.7, p. 35-50, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860/1981>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

COTT, Nancy F. A mulher moderna – o estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 201-222, 2001.

DALMOLIN, Aline. Pesquisa sobre revista: um olhar acerca da produção acadêmica. In:

TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 288-299.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Moral e comportamento a serviço da ditadura militar – uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Fazendo Gênero*, n. 10, Florianópolis, 2013. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384798463_ARQUIVO_AnaRitaFontelesDuarte.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Em regime de colaboração: Segurança Nacional e gênero em cartas à censura no Brasil dos anos 1970. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/285>>. Acesso em: 1 out. 2016.

ELIZABETH BAGAYA – The princess who stole the heart of the west. *New African Magazine*. [meio eletrônico]. Ver <http://newafricanmagazine.com/the-princess-who-stole-the-heart-of-the-west/2/>.

ESTER FIGUEIREDO FERRAZ. *FGV CPDOC*. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-ester-figueiredo>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ESTEVES, João Pissara. *A ética da comunicação e os media modernos*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da Ulbra/AGE, 1999.

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, pp 335-357, jan.-jul. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/anguem/article/viewFile/445/414>> Acesso em: 31 jul. 2016.

FERREIRA, Tiago da Silva. *Revista Realidade: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1709.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1971.

GENEVOIS, Danièle Bussy. Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991b.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GIACOMINI, Sonia. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, pp. 85-101, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100006/7604>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GÔUVEA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, Departamento de História UEPG, v. 3, n. 1, verão 1998, p. 25-36. Disponível em: <<http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/rhr/article/viewFile/2051/1533>>. Acesso em: 30 set. 2016.

GRAZIA, Victoria de. O patriarcado fascista. As mulheres italianas sob o governo de Mussolini (1922-1940). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

GURGEL, Raquel Torres. A mulher de Capricho: uma análise do perfil das leitoras através dos tempos. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 6, n. 1, p.94-106, 01 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49263>>. Acesso em: jun. 2016.

HASSON, Peter. New York City lets you choose from 31 different gender identities. *The Daily Caller*, 24 mai. 2016. Disponível em: <<http://dailycaller.com/2016/05/24/new-york-city-lets-you-choose-from-31-different-gender-identities/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. pp. 400-428.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio. Novo Jornalismo. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 873-74.

HUFTON, Olwen. Mulheres/homens: uma questão subversiva. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. pp. 243-250.

HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle, et al. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2013.

KOECHE, André. *A revista Realidade e o significado de suas matérias sobre sexo: manipulação*

ou liberação? 1989. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991b.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, Família, Estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A mulher e a política nas revistas *Veja* e *Realidade*: anos de 1967, 1994 e 2010. *Ariús*, Campina Grande, v. 18, n. 1, jan-jun 2012. pp.11-24 Disponível em: <http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v18n1/00_arius_v18_n1_2012_edicao_completa.pdf#page=11>. Acesso em: jul. 2016.

LOPES, Fernando. Objetividade. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 881-82.

LUCA, Tatiana Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 447-468.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, Hamilton. *Realidade revista*. Santos: Realejo Edições, 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo. O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente. *Blog da Boitempo*, 1 mar. 2014. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/04/01/o-golpe-militar-de-1964-e-o-brasil-passado-e-presente/>>. Acesso em: 17 jan. 2017. O autor aponta que esses dados são ainda mais significativos levando em consideração o fato de que Jango havia perdido no estado as eleições de 1960 para Milton Campos.

MELLO, Soraia Carolina de. O trabalho doméstico na revista *Claudia* (1970-1980). FAZENDO GÊNERO – DESAFIOS ATUAIS DO FEMINISMO, n. 10, 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://www.en.fazendogenero.ufsc.br/10/?lang=en-us>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MELO, Chico Homem de; COIMBRA, Elaine Ramos (orgs.). *Linha do tempo do design gráfico no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. 301p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MENDEZ, Rosemary Bars. Notícia. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 873-74.

MENESES, Sonia. Acontecimento. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 61-62.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Reforma Francisco Campos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em: 11 de mar. 2017.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MOLICA, Fernando (org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 16, mai-ago, 2008, pp. 305 - 332.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, pp. 249-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 out. 2016.

_____. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 238-259.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PERUZZO, Marinella Stefani. *Análise dos discursos sobre a mulher brasileira em 1961 e 1996, na Revista Cláudia*. 1997. (Monografia) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012b. pp. 513-543.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina na vida política. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PRÊMIO EXXON MOBIL de jornalismo. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://www.premioexxonmobil.com.br/site/home/index.aspx>>. Acesso em: jun. 2016.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RUSSO, Cecília; TROIANO, Jaime. *Marcas de Mulher: 45 anos de propaganda feminina em revista*. Disponível em: <<http://www.ayrconsulting.com/pt/detail.aspx?sid=aT7HfFdlgxt4LKppS2rLnMcjA8drQmA5ICkz9EXI4M0/cpck6gQGTYdGzsRWHi/s&ctx=FBA7495AB1486BA55084647CD1FD6838>>. Acesso em: 9 set. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. História política e ditadura militar. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, n. 7, p.75-90, 2007. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/239/212>>. Acesso em: 30 set. 2016.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 105-125.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Contexto, 2011.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 15-42. p. 23.

SCOTT, Joan Wallach. La mujer trabajadora en el siglo XIX. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *Historia de las mujeres en el Occidente*. Madrid: Taurus, 1993.

_____. Prefácio à Gender and politics of history. *Cadernos Pagu* (3), Campinas, 1994, pp. 11-27. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 27 out. 2013. p. 86.

_____. Reeler la historia del feminismo. SCOTT, Joan Wallach. *Las mujeres y los derechos del hombre*. Feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944. México: Siglo XXI, 2012. pp. 17-37.

SEVERIANO, Mylton. *Realidade – história da revista que virou lenda*. Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. A conquista do espaço público. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 218-237.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2015. s/p.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras – os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 27-43.

TAVARES, Veronica. O Pasquim: Representações de Gênero e Sexualidade no Regime Militar (1964-1984). Encontro regional de História da ANPUH-Rio, n. 15, Rio de Janeiro. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338418255_ARQUIVO_OPasquimRepresentacoesdeGeneroeSexualidadenoRegimeMilitar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991a.

_____. A Grande Guerra – o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991b.

THIER, Fábian Chelkanoff. *O design gráfico como ferramenta para potencializar a estrutura editorial de um jornal popular*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Departamento de Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VALDÉS, Teresa; FERNÁNDEZ, Maria de los Ángeles. Género y política: un análisis pertinente. *Política*, v. 46, pp.99-33, out 2006. Disponível em: <<http://www.revistapolitica.uchile.cl/index.php/RP/article/view/17007>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VARELLA, Drauzio. A questão do aborto. *Site Drauzio Varella*, 2 abr. 2015. [meio eletrônico]. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/mulher-2/gravidez/a-questao-do-aborto/>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês*. Ensaios teóricos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/Fapesp, 2007.

VENTURINI, Anna Carolina; VILLELA, Renata Rocha. A inclusão de mulheres no parlamento como medida de justiça social: análise comparativa dos sistemas de cotas do Brasil e da Bolívia. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, pp. 69-83, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2331/inclusao_mulheres_parlamento_venturini.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VILAS BOAS, Sergio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. pp. 17-26.

WEBER, Maria Helena. Políticas de comunicação dos regimes militares. In: ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 CD-ROM. pp. 881-82.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene et al (orgs.). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011. p. 51-78.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto história. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, São Paulo, v. 4, pp. 89-102, 1985. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>>. Acesso em: nov. 2013.

REALIDADE

A JUVENTUDE DIANTE do sexo. *Realidade*, p. 3, n. 6, set. 1966. Mensal.

AMORIM, Paulo Henrique. O importante é vender. *Realidade*, pp. 60-66, n. 23, fev. 1968. Mensal.

ANDRADE, Jorge. Confissões de um velho reprodutor. *Realidade*, pp. 86-89, n. 83, fev. 1973. Mensal.

ANDRADE, Luís Edgar de. Não chore. É o entêrro dos tupamaros. *Realidade*, pp. 101-105, n. 59, fev. 1971. Mensal.

AZEVEDO, Carlos; MANPRIM, Luigi. Resgate de uma tribo. *Realidade*, pp. 37-54, n. 9, dez. 1966. Mensal.

AZEVEDO, Carlos. Agora é guerra. *Realidade*, pp. 26-33, n. 31, out. 1967.

CIVITA, Victor in *Realidade*, p. 3, n. 1, abr. 1966. Mensal.

GAIARSA, José A. Os suecos são felizes? *Realidade*, pp. 128-143, n. 29, ago. 1968. Mensal.

KALILI, Narciso; MATTOS, Odacir. Existe preconceito de côr no Brasil. *Realidade*, n. 31, out. 1967, pp. 34-69.

MARÃO, José Carlos; SOUZA, Afonso de. Isto é proibido. *Realidade*, pp. 95-102, n. 15, jan. 1967. Mensal.

MENDONÇA, Paulo. Nota da redação. *Realidade*, p. 3, n. 53, ago. 1970. Mensal.

MERCADANTE, Luís Fernando. Vinte e quatro horas na vida de um jornal. *Realidade*, p. 132-142, n. 7, out. 1966.

PATARRA, Paulo. A história das doze capas. *Realidade*, pp. 30-35, n. 12, mar. 1967. Mensal.

HÁ LIBERDADE NO Brasil? *Realidade*, pp. 22-26, n. 6, set. 1966. Mensal.

REALIDADE, p. 3, n. 1, abr. 1966. Mensal.

REALIDADE, p. 3, n. 4, jul. 1966. Mensal

REALIDADE, p. 3, n. 5, ago. 1966. Mensal.

REALIDADE, p. 3, n. 6, set. 1966. Mensal.

REALIDADE, p. 3, n. 10, jan. 1967. Mensal.

REALIDADE, pp. 3-5, n. 11, fev. 1967. Mensal.

REALIDADE, p. 3, n. 13, abr. 1967. Mensal.

REALIDADE, p. 1, n. 53, ago. 1970. Mensal.

REALIDADE, p. 6, n. 55, out. 1970. Mensal.

REALIDADE, p. 3, n. 91, out. 1973. Mensal.

RIBEIRO, Leo Gilson. O sexo no terceiro Reich. *Realidade*, pp. 99-106, n. 83, fev. 1973. Mensal.

VOTO DE CONFIANÇA. *Realidade*, p. 3, n. 2, maio. 1966. Mensal

Matérias selecionadas para a análise⁸⁶⁷

1966

ENSAIO EM CÔR mulata. *Realidade*, pp. 94-98, n. 1, abr. 1966. Mensal.

FALLACI, Oriana. As suecas amam por amor. *Realidade*, pp. 110-118, n. 1, abr. 1966. Mensal.

BRASIL: 60 MILHÕES de pílulas por ano. *Realidade*, pp. 16-22, n. 2, mai. 1966. Mensal.

ESTA MODA LOUCA. *Realidade*, pp. 58-61, n. 2, mai. 1966. Mensal.

RECEITA DE MULHER, *Realidade*, pp. 74-81, n. 3, jun. 1966. Mensal.

SILVA, Carmen da. A arte da cantada. *Realidade*, pp. 116-120, n. 3, jun. 1966. Mensal.

KALILI, Narciso. Um despacho de amor. *Realidade*, p. 36-34, n. 4, jul. 1966. Mensal.

MARÃO, José Carlos. Desquite ou divórcio. *Realidade*, pp. 26-34, n. 4, jul. 1966. Mensal.

MARÃO, José Carlos. Pobre menina miss. *Realidade*, pp. 88-94, n. 5, ago. 1966. Mensal.

BRASIL PERGUNTA. *Realidade*, p. 138, n. 6, set. 1966. Mensal.

O QUE VOCE pensa sobre divórcio. *Realidade*, pp. 123-127, n. 6, set. 1966. Mensal.

AGORA É A VEZ de Cláudia. *Realidade*, pp. 70-74, n. 7, out. 1966. Mensal.

LEVI, Lisetta. A arte descreve a mulher. *Realidade*, pp. 75-84, n. 8, nov. 1966. Mensal.

PACHECO, Duarte. O que os brasileiros pensam do divórcio. *Realidade*, pp. 92-102, n. 8, nov. 1966. Mensal.

NEGREIROS, Jaime. Eles devem saber a verdade. *Realidade*, pp. 92-102, n. 9, dez. 1966. Mensal.

POESIA É MULHER, *Realidade*, pp. 124-132, n. 9, dez. 1966. Mensal.

1967

A ATRIZ ERA êle. *Realidade*, p. 12, n. 10, jan. 1967. Mensal.

⁸⁶⁷ Divididas por ano e por edição.

- A MULHER BRASILEIRA HOJE. *Realidade*, p. 20-28, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- CARTA, Daisy; SEVERIANO, Mylton. A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher. *Realidade*, p. 30-34, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- AZEVEDO, Carlos. Dona Berta, o diretor. *Realidade*, p. 110-113, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- ELA É ASSIM. *Realidade*, p. 36-43, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- FREIRE, Roberto. Minha gente é de santo. *Realidade*, pp. 88-98, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 98.
- GRILLO, Gilda. Sou mãe solteira e me orgulho disso. *Realidade*, p. 116-19, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- KALILI, Narciso. Nasceu! *Realidade* pp. 68-74, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- MERCADANTE, Luiz Fernando. A bênção, sá vigária. *Realidade*, p. 53-62, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- PORRO, Alessandro. Esta mulher é livre. *Realidade*, p. 76-79, n. 10, jan. 1967. Mensal. p. 76.
- PROGRAMA FEITO PARA ninguém. *Realidade*, p. 11, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- SILVA, Carmen da. Consultório Sentimental. *Realidade*, p. 82-87, n. 10, jan. 1968. Mensal.
- VAMOS GANHAR UMA estrêla? *Realidade*, p. 13, n. 10, jan. 1967. Mensal.
- GRILLO, Gilda. Ela tem 500 anos. *Realidade*, pp. 108-112, n. 11, fev. 1967. Mensal.
- SILVA, Carmen da. Preconceito: o bicho papão. *Realidade*, pp. 26-30, n. 11, fev. 1967. Mensal.
- MERCADANTE, Luiz Fernando. Dona Yolanda, a presidenta. *Realidade*, pp. 28-32, n. 13, abr. 1967. Mensal.
- SEVERIANO, Mylton. Lendas de amor. *Realidade*, pp. 56-62, n. 13, abr. 1967. Mensal. Com fotos de Olivier Perroy.
- FALLACI, Oriana. Quem é essa môça Julie? *Realidade*, pp. 120-128, n. 14, mai. 1967. Mensal.
- AZEVEDO, Carlos. A dor do parto não existe. *Realidade*, pp. 150-159, n. 15, jun. 1967. Mensal.
- ZINGG, David Drew. Duda dá aula. *Realidade*, pp. 106-114, n. 17, ago. 1967. Mensal.
- FALLACI, Oriana. Vou mostrar ao mundo como a ditadura é política. *Realidade*, pp. 176-184, n. 19, out. 1967. Mensal.
- O QUE É mulher bonita? *Realidade*, pp. 92-100, n. 19, out. 1967. Mensal.

1968

MARÃO, José Carlos. Três histórias de desquite. *Realidade*, pp. 100-106, n. 10, jan. 1968. Mensal.

AQUI ESTÁ O ADULTÉRIO. *Realidade*, pp. 142-150, n. 24, mar. 1968. Mensal.

PORTELA, Fernando. Meire vive tirando a roupa. *Realidade*, pp. 36-46, n. 25, abr. 1968. Mensal.

FREIRE, Norma. O aborto. *Realidade*, pp. 156-163, n. 27, jun. 1968. Mensal.

FREIRE, Roberto. Venha dançar. *Realidade*, pp. 52-60, n. 27, jun. 1968. Mensal.

SEVERIANO, Mylton. Vida difícil. *Realidade*, pp. 124-141, n. 28, jul. 1968. Mensal. Fotos de Cláudia Andújar.

ZÈPINTO. Esta mulher é linda. *Realidade*, pp. 54-60, n. 28, jul. 1968. Mensal.

A CESARIANA. *Realidade*, pp. 102-115, n. 29, ago. 1968. Mensal.

ANTÔNIO, João. Ela é samba. *Realidade*, pp. 134-144, n. 31, out. 1968. Mensal.

MARÃO, José Carlos. Sexo sem medo. *Realidade*, pp. 173-187, n. 32, nov. 1968. Mensal.

1969

HIRSCH, Sonia. Elizeth está cansada. *Realidade*, pp. 37-40, n. 34, jan. 1969. Mensal.

PORO, Alessandro. As ligações perigosas. *Realidade*, pp. 76-84, n. 39, jun. 1969. Mensal.

FRANCIS, Paulo. É a revolta contra a alma. *Realidade*, pp. 78-88, n. 40, jul. 1969. Mensal.

ANDRADE, Luís Edgar de. A escalada sexual. *Realidade*, pp. 26-38, n. 43, out. 1969. Mensal.

ANDRADE, Jorge. No fundo ela é família. *Realidade*, pp. 84-95, n. 43, out. 1969. Mensal.

RIBEIRO, José Hamilton. O ódio nos termos da lei. *Realidade*, pp. 41-50, n. 43, out. 1969. Mensal.

ANDRADE, Luís Edgar. A mulher brasileira julga o seu homem. *Realidade*, pp. 194-200, n. 45, dez. 1969. Mensal.

SILVA, Carmen da. Êle se acha o bom. *Realidade*, pp. 202-207, n. 45, dez. 1969. Mensal.

ROSENFELD, Albert. Sexo 2000. *Realidade*, pp. 128-143, n. 45, dez. 1969. Mensal.

1970

CHEGARAM OS ANOS 70. *Realidade*, pp. 48-62, n. 46, jan. 1970. Mensal.

VOCÊ ACREDITA EM revolução sexual? *Realidade*, pp. 40-46, n. 46, jan. 1970. Mensal.

KONDER, Rodolfo. O homem brasileiro julga a sua mulher. *Realidade*, pp. 16-24, n. 47, fev. 1970. Mensal.

PRADO, Antônio Alberto. Os velhos invejam os jovens. *Realidade*, pp. 44-51, n. 48, mar. 1970. Mensal.

RIBEIRO, Hamilton. Qual o pecado de Odete? *Realidade*, pp. 114-122, n. 48, mar. 1970. Mensal.

MARÃO, José Carlos. Uma aventura, a professorinha. *Realidade*, pp. 18-25, n. 49, abr. 1970. Mensal.

SILVA, Carmen da. O sexo único. *Realidade*, pp. 72-77, n. 49, abr. 1970. Mensal.

QUAL É SEU gosto. *Realidade*, pp. 20-24, n. 53, ago. 1970. Mensal.

ZINGG, David Drew. Tu és tôda formosa. *Realidade*, pp. 73-79, n. 53, ago. 1970. Mensal.

QUE TAL SUA mulher. *Realidade*, pp. 140-146, n. 55, out. 1970. Mensal.

POPPOVIC, Ana Maria. A descoberta. *Realidade*, pp. 90-100, n. 57, dez. 1970. Mensal.

TRIPPETT, Frank. Acabou a intimidade? *Realidade*, pp. 177-178, n. 57, dez. 1970. Mensal.

1971

FALLACI, Oriana. Posso me arriscar à vontade – sou branca, famosa e rica. *Realidade*, pp. 60-66, n. 59, fev. 1971. Mensal.

MULHERES DE TODO o Brasil, uni-vos! (Roteiro) *Realidade*, p. 128, n. 59, fev. 1971. Mensal.

PRADO, Antônio Alberto; CASTRO, Laís de; KONDER, Rodolfo. Escolha certo, seja feliz. *Realidade*, pp. 107-124, n. 59, fev. 1971. Mensal.

MUITA LIBERDADE E pouco filho. *Realidade*, pp. 58-66, n. 60, mar. 1971. Mensal.

MULHERES DO BRASIL uni-vos. *Realidade*, pp. 44-50, n. 60, mar. 1971. Mensal.

PATARRA, Judith. Ser virgem é muito importante. Muito. *Realidade*, pp. 94-104, n. 60, mar. 1971. Mensal.

AS PERNAS VENCERAM. *Realidade*, pp. 120-124, n. 62, mai. 1971. Mensal.

FALLACI, Oriana. Mulheres (algumas) furiosas. *Realidade*, pp. 71-87, n. 62, mai. 1971. Mensal.

CROPP, Eva. A caçadora de tubarões. *Realidade*, pp. 78-84, n. 64, jul. 1971. Mensal.

MEIRELLES, Domingos. La capitana del pueblo. *Realidade*, pp. 114-121, n. 64, jul. 1971. Mensal.

ANDRADE, Jorge. É Clodovil, sim. Alguma coisa contra? *Realidade*, pp. 68-74, n. 65, ago. 1971. Mensal.

ANDRADE, Jorge. Ela é a mãe de Pinky? Ela é a filha de Danuza? *Realidade*, pp. 24-30, n. 66, set. 1971. Mensal.

SILVA, Carmen da. Nossa mulher não mostra tudo. *Realidade*, pp. 94-100, n. 66, set. 1971. Mensal.

1972

ELIZABETH: MANEQUIM E embaixadora (roteiro). *Realidade*, pp. 6-7, n. 70, jan. 1972. Mensal.

QUEM ESTUDA QUER trabalho. Que trabalho? *Realidade*, pp. 106-116, n. 70, jan. 1972. Mensal.

RIBEIRO, José Hamilton. Divórcio à goiana. *Realidade*, pp. 62-70, n. 70, jan. 1972. Mensal.

SE VOCÊ É homem, não veja a página seguinte. *Realidade*, pp. 39-43, n. 70, jan. 1972. Mensal.

BORNAY, Clóvis. Por que eles são assim? *Realidade*, pp. 88-92, n. 71, fev. 1972. Mensal.

OS 17 SEXOS. *Realidade*, pp. 78-87, n. 71, fev. 1972. Mensal.

A VOLTA DAS vedetes. *Realidade*, pp. 106-109, n. 72, mar. 1972. Mensal.

SEVERO, José Antonio. Emilinha. *Realidade*, pp. 122-?, n. 72, mar. 1972. Mensal. [exemplar danificado]

SFAT, Dina. Dina Sfat – Entre o baile e a batata. *Realidade*, pp. 50-58, n. 75, jun. 1972. Mensal.

DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Aborto: sim ou não. *Realidade*, pp. 62-68, n. 76, jul. 1972. Mensal.

DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Afinal, onde está a razão? *Realidade*, pp. 81-83, n. 76, jul. 1972. Mensal.

DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). É melhor fechar os olhos? *Realidade*, pp. 76-80, n. 76, jul. 1972. Mensal.

DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Estou grávida. E agora? *Realidade*, pp. 69-74, n. 76, jul. 1972. Mensal.

DANTAS, Audálio; MEIRELES, Domingos (orgs.). Não matará. *Realidade*, pp. 54-61, n. 76, jul. 1972. Mensal.

MAIS AMOR, MENOS filhos. *Realidade*, pp. 106-108, n. 78, set. 1972. Mensal.

1973

BLEDSOE, Jerry. A velha missionária pede paz. *Realidade*, pp. 85-91, n. 82, jan. 1973. Mensal.

RIBEIRO, José Hamilton. O sonho da juventude: casa, carro e virgindade. *Realidade*, pp. 36-42, n. 82, jan. 1973. Mensal. Com ilustrações de S. Abdalia.

AZEVEDO, Marinho. E nela eu me amarro. *Realidade*, pp. 94-98, n. 84, mar. 1973. Mensal.

ROSÁRIO, Armando. Elas deslumbraram papai. *Realidade*, pp. 88-92, n. 84, mar. 1973. Mensal.

AHHH! É A impotência. *Realidade*, pp. 30-34, n. 85, abr. 1973. Mensal.

MÁS, Daniel. Como é bom ser mulher objeto! *Realidade*, pp. 76-81, n. 86, mai. 1973. Mensal.

MÁS, Daniel. A pantera irrequieta. *Realidade*, pp. 26-28, n. 88, jul. 1973. Mensal.

MÁS, Daniel. Noelza: sexo dá trabalho. *Realidade*, pp. 96-99, n. 88, jul. 1973. Mensal.

SCARF, Maggie; MORAES, Carlos. A química dos sexos. *Realidade*, pp. 76-82, n. 89, ago. 1973. Mensal.

FERRAZ, Geraldo Galvão (org.) O que está faltando no casamento? *Realidade*, pp. 67-74, n. 90, set. 1973. Mensal.

LANCELLOTTI, Helena. Porque minhas empregadas não me deixam. *Realidade*, pp. 30-31, n. 91, out. 1973. Mensal.

OS MITOS DO AMOR, em sete lições. *Realidade*, pp. 68-69, n. 91, out. 1973. Mensal.

DAVIS, Maxime. O prazer no amor, até que a morte os separe. Tradução de Guiomar Fedner. *Realidade*, pp. 128-129, n. 92, nov. 1973. Mensal.

PARA QUE TANTO livro sobre sexo. *Realidade*, pp. 82-84, n. 93, dez. 1973. Mensal.

1974

OS FELIZES MESTRES do amor. *Realidade*, pp. 64-65, n. 95, fev. 1974. Mensal.

AS ÍNDIAS AMAZONAS do Alto Xingu. *Realidade*, pp. 52-57, n. 96, mar. 1974. Mensal.

A INGLESA QUE pinta nossas flores. *Realidade*, pp. 56-58, n. 101, ago. 1974. Mensal.

GILDER, George. Para onde a liberdade levará a humanidade? *Realidade*, pp. 20-21, n. 101, ago. 1974. Mensal.

DIRIJA SUA CASA como uma empresa. *Realidade*, pp. 20-21, n. 102, set. 1974. Mensal.

SAFRAN, Claire. Ser ou não ser mãe. *Realidade*, pp. 30-32, n. 114, set. 1974. Mensal.

SHIRLEY, A VELHA garota-prodígio. *Realidade*, pp. 94-96, n. 114, set. 1974. Mensal.

REUBEN, David. O que os jovens querem saber sobre sexo. *Realidade*, pp. 42-46, n. 103, out. 1974. Mensal.

PROCURANDO NOVAS MANEIRAS de viver. *Realidade*, pp. 84-87, n. 104, nov. 1974. Mensal.

RENO, June Mellies. A estranha visão que me salvou. *Realidade*, pp. 72-73, n. 104, nov. 1974. Mensal.

BARBOSA, Ruy Fernando. O que é que a Gal Costa tem? *Realidade*, pp. 80-82, n. 105, dez. 1974. Mensal.

WILMORE, Jack H. A mulher pode vencer o homem nos esportes? *Realidade*, pp. 48-51, n. 105, dez. 1974. Mensal.

1975

AS MULHERES NA abertura política. *Realidade*, pp. 14-17, n. 107, fev. 1975. Mensal.

O SEXO NO jardim da infância. *Realidade*, pp. 38-42, n. 107, fev. 1975. Mensal.

DANTAS, Audálio. A rica baiana da rua dos turcos. *Realidade*, pp. 94-97, n. 108, mar. 1975. Mensal.

PORQUE MEU CASAMENTO terminou. *Realidade*, pp. 84-86, n. 108, mar. 1975. Mensal.

PORRO, Alessandro. A luta e o fado de Celeste Rodrigues. *Realidade*, pp. 62-65, n. 108, mar. 1975. Mensal.

GEORGINA CONTRA O touro. *Realidade*, pp. 82-83, n. 109, abr. 1975. Mensal.

OS CATÓLICOS NÃO têm medo do divórcio. *Realidade*, pp. 10-13, n. 109, abr. 1975. Mensal.

QUEM QUER A mulher difícil. *Realidade*, pp. 104-106, n. 109, abr. 1975. Mensal.

SEU MARIDO PODE ser seu parteiro. *Realidade*, pp. 20-21, n. 109, abr. 1975. Mensal.

FERREIRA, Fernando Pessoa. Diário da mulher perfeita antes do colapso. *Realidade*, pp. 50-53, n. 110, mai. 1975. Mensal.

RORVIK, David M. O que é melhor do que a pílula, a vasectomia, o ritmo ou o celibato? *Realidade*, pp. 30-32, n. 110, mai. 1975. Mensal.

MASTERS, William H. Os perigos do excesso de técnicas. *Realidade*, pp. 92-93, n. 111, jun. 1975. Mensal.

COM A PERMISSÃO da Madre Superiora... *Realidade*, pp. 10-15, n. 112, jul. 1975. Mensal.

COMO MANTER O encanto sexual (apesar do casamento). *Realidade*, pp. 92-93, n. 113, ago. 1975. Mensal.

HOMEM OU MULHER? *Realidade*, pp. 94-97, n. 115, out. 1975. Mensal.

O GRANDE AMOR de Lênin: Inessa. *Realidade*, pp. 40-42, n. 115, out. 1975. Mensal.

FERREIRA, Fernando Pessoa. Argumento final: homem nem dá à luz. *Realidade*, pp. 44-46, n. 116, nov. 1975. Mensal.

CLARA NUNES – UM sucesso maior que o sonho. *Realidade*, pp. 92-95, n. 117, dez. 1975. Mensal.

KOHN, Howard; WEIR, David. Patricia Hearst – a vida clandestina de uma terrorista milionária. *Realidade*, pp. 74-91, n. 117, dez. 1975. Mensal.

MORAES, Carlos. O sexo na grande cidade. *Realidade*, pp. 12-18, n. 117, dez. 1975. Mensal.

Imagem de capa: Melina Mercouri, retirada da matéria de FALLACI, Oriana. Vou mostrar ao mundo como a ditadura é política. *Realidade*, pp. 176-184, n. 19, out. 1967. Mensal. p. 177.

Imagem da dedicatória: Foto produzida para a capa de REALIDADE, pp. 44-50, n. 60, mar. 1971. Mensal. p. 1.

ANEXO 1 – QUADRO HISTÓRICO

Ano	REALIDADE	Contexto Mundial	Contexto Nacional
1966	<p>Abr. – É lançada a primeira edição de REALIDADE</p> <p>Set. – Censura à matéria A juventude diante do sexo</p>	<p>Jan. – Indira Gandhi é eleita primeira-ministra da Índia.</p> <p>– É fundada a Organização Nacional de Mulheres (NOW), por Pauli Murray e Betty Friedan</p> <p>– O movimento hippie flower power, originado em São Francisco contra a Guerra do Vietnã, se espalha pelos Estados Unidos</p> <p>– Início da Revolução Cultural na China</p>	<p>– O golpe civil-militar completa dois anos. São decretados os Atos Institucionais 3 e 4.</p>
1967	<p>Jan. – Censura à edição n. 11.</p>		<p>– É outorgada uma nova constituição e decretada a Lei da Imprensa</p>
1968	<p>Dez. – Demissão de Paulo Patarra. Assumem o comando de REALIDADE Alessandro Porro, Milton Coelho e Paulo Mendonça.</p> <p>Parte da equipe de repórteres da revista se demite</p>	<p>Jan. – Alexander Dubček torna-se líder do Partido Comunista da Checoslováquia, marcando o início da Primavera de Praga. Protestos estudantis em vários países</p> <p>Abr. – É assassinado em Memphis, Tennessee, Martin Luther King, Jr.</p> <p>Set. – Mulheres protestam contra o concurso Miss América, nos Estados Unidos, influenciando outras manifestações feministas pelo mundo</p>	<p>Abr. – O estudante Edson Luís é morto em uma das manifestações estudantis. Trinta mil pessoas participam do funeral de Edson Luís e são reprimidas pelas forças armadas. A Frente Ampla é proibida. Greve dos trabalhadores de Contagem</p> <p>Jun. – Acontece a Passeata dos Cem Mil</p> <p>Jul. – Greve dos trabalhadores de Osasco</p> <p>Set. – Lançamento de Veja</p> <p>Nov. – É decretada a lei nº 5.536, que incluía a censura à obras que atentassem contra a Segurança Nacional</p> <p>Dez. – É decretado o AI-5</p>

1969

Jul. – Homem chega à Lua

– Lei de Segurança Nacional e Emenda nº 1, instituição da disciplina obrigatória Educação, Moral e Cívica no ensino primário, secundário e superior

– Realização, em 1969, do Primeiro Festival de Woodstock nos Estados Unidos

1970

Ago. – Mudança do projeto gráfico de REALIDADE

– Brasil é tri-campeão da Copa do Mundo de Futebol, realizada no México

Jan. – Data do Decreto Lei nº 1077, que instituiu censura prévia

– Início do período considerado o “Milagre Econômico”

1971

– Sai Paulo Mendonça, Luís Fernando Mercadante é o redator-chefe e Hamilton Ribeiro, o editor-geral

– Rose Marie Muraro traz Betty Friedan para a divulgação de seu livro *A mística feminina*, publicado um ano antes no país

Set. – Sai Luís Fernando Mercadante, Milton Coelho é o diretor da redação.

1972

– Iniciam-se os Grupos de conscientização feminista. Acontece o Conselho Nacional da Mulher

– É realizada a primeira transmissão de televisão em cores no país

1973

Jan. – Sai Milton Coelho. Nove meses depois, Ulysses Alves Souza assume a direção e o projeto gráfico da revista é alterado

Mar. – É assinado em Paris o acordo de cessar-fogo entre os Estados Unidos e o Vietnã

Set. – Salvador Allende, eleito em março, é derrubado por Pinochet no Chile.

Out. – Guerra do Yom Kippur, entre Israel e Egito e Síria. Início da crise do Petróleo com aumento de preços no Oriente Médio

– Aniquilamento da guerrilha do Araguaia

1974

- Na Argentina, Isabel Perón torna-se a primeira mulher presidente
- Revolução dos Cravos, em Portugal, acaba com a ditadura militar
- Ago. - Richard Nixon renuncia à presidência dos EUA

- Início da abertura lenta e gradual do regime
- Instalação da censura prévia em Veja

1975 Dez. - Sai Ulysses Alves de Souza

- As Nações Unidas instituem o Ano Internacional da Mulher, após a Conferência do México de 1975.
- Mar. - Encerramento da Guerra do Vietnã com a vitória do grupo comunista

- É considerado o ano do início da Segunda Onda no Brasil, com a criação do Centro da mulher brasileira. Acontece o Encontro para o diagnóstico da mulher paulista. É lançado o jornal Brasil Mulher

1976

Jan. - É publicada a última edição de REALIDADE

- Margaret Thatcher torna-se primeira-ministra da Inglaterra

- Acaba a censura prévia em Veja
- Lançamento do jornal Nós Mulheres

ANEXO II – MODELO DE FICHA

Mês/ano	Capa	Tiragem	Reportagem	Chamada na capa	Páginas	Autoria	Categoria	Resumo	Análise
ago./1967	Diabo	465.900	Duda dá a aula	não	106-114	Texto e fotos de David Zingg	Beleza	Ensaio de fotos de Duda Cavalcanti, como a estudante que cresceu	Ensaio aborda as incertezas da modelo famosa, que ainda é bem jovem. Ela aparece como a ingênua que procura por sua identidade no mundo.